



Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de
Pessoal de Nível Superior/CAPES
Ministério da Educação

Relatório de Gestão do exercício de 2011

Relatório de Gestão do exercício de 2011 apresentado aos órgãos de controle interno e externo como prestação de contas anual a que esta Unidade está obrigada nos termos do art. 70 da Constituição Federal, elaborado de acordo com as disposições da IN TCU nº 63/2010, da DN TCU nº 117/2010, da Portaria TCU nº 123/2011 e das orientações do órgão de controle interno constantes da Portaria CGU nº 2.546/2010.

Brasília, 30 de março de 2012

Presidente

Jorge Almeida Guimarães

Diretora de Gestão

Fábio de Paiva Vaz

Diretor de Programas e Bolsas no País

Emídio Cantídio de Oliveira Filho

Diretor de Avaliação

Lívio Amaral

Diretor de Relações Internacionais

Marcio de Castro Silva Filho

Diretor de Educação Básica Presencial

Carmen Moreira de Castro Neves

Diretor de Educação à Distância

João Carlos Teatini de Souza Clímaco

Auditor-Chefe

Marcos Mendonça da Silva

Procurador-Chefe

José Tavares dos Santos

Sumário

1. Identificação - Relatório de Gestão Individual	8
2. Objetivos e metas institucionais e/ou programáticos	9
2.1. Responsabilidades institucionais da unidade	9
2.2. Estratégia de atuação frente às responsabilidades institucionais	15
2.3. Programas de Governo sob a responsabilidade da CAPES.....	17
2.3.1 Execução dos Programas de Governo sob a responsabilidade da CAPES	17
2.3.2 Execução dos Programas de Governo sob a responsabilidade da CAPES	20
2.3.2.1 Ações executadas no âmbito do Programa 1375 – Desenvolvimento do Ensino da Pós-Graduação e da Pesquisa Científica	21
II) Ação 4011 - Avaliação e Acompanhamento de Programas de Pós-Graduação e de Fomento.....	38
III) Ação 09GK - Concessão de Bolsas de Qualificação de Pessoal de Alto Nível para o Atendimento das Diretrizes da Política Industrial, Tecnológica e de Comércio Exterior.	46
IV) Ação OB95 – Concessão de Bolsas de Qualificação de Pessoal de Alto Nível para Pesquisa em Temas Estratégicos - Novas Fronteiras da Pós-Graduação.....	49
V) Ação 009H - Concessão de Bolsas em Atendimento ao Plano Nacional de Pós-Doutorado.....	54
VI) Ação 0967 - Concessão de Bolsas para Cooperação Internacional e Desenvolvimento Científico e Inovação	66
VII) Ação 0935 - Concessão e Manutenção de Bolsas de Estudos no Exterior.....	85
VIII) Ação 0487 – Concessão e Manutenção de Bolsas de Estudo no País	91
IX) Ação 12TS - Aquisição e Adequação do Prédio-Sede da CAPES	154
X) Ação 8015 – Ensino e Pesquisa de Pós-Graduação em Estatística e Geociências	155
XI) Ação 4019 – Fomento à Pós-Graduação	156
XII) Ação 4006 – Funcionamento de Cursos de Pós-Graduação.....	164
XIII) Ação 4909 – Funcionamento de Cursos de Pós-Graduação em Botânica e Meio Ambiente	166
XIV) Ação 8667 - Pesquisa Universitária e Difusão de seus resultados	167
2.3.2.2 Ações executadas pela em programas de governo sob a responsabilidade de outros órgãos.....	169
Programa 1448 - Qualidade na Escola (Ministério da Educação)	169
I) Ação 009U – Concessão de Bolsa de Iniciação à Docência – PIBID	169
II) Ação: 20CY – Concessão de Bolsas de Cooperação Internacional para o aprimoramento dos Profissionais da Educação Básica.	174
1) III – Ação 6333 - Apoio à Capacitação e Formação Inicial e Continuada de Professores e Profissionais da Educação Básica	178
IV) Ação 20CV – Fomento a Estudos e Pesquisas para o Desenvolvimento da Educação Básica	183
Programa 1061 – Brasil Escolarizado (Ministério da Educação)	189
I) Ação 8429 – Capacitação e Formação Inicial e Continuada, a Distância, de Professores e Profissionais para a Educação Pública.	189
II) Ação 0A30 - Concessão de Bolsa de Incentivo à Formação de Professores para a Educação Básica.....	192

I) Ação 2000 – Administração da Unidade	194
II) Ação 2004 – Assistência Médica e Odontológica aos Servidores, Empregados e seus Dependentes	218
III) Ação 2010 – Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores e Empregados	223
IV) Ação 2011 – Auxílio Transporte aos Servidores e Empregados	224
V) Ação 2012 – Auxílio Alimentação aos Servidores e Empregados.	225
VI) Ação 20CW - Assistência Médica aos Servidores e Empregados – Exames Periódicos	226
Fonte: SIMEC para execução física e SIAFI para a execução financeira.....	226
VII) Ação 09HB - Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais.....	227
Programa 1067 - Gestão da Política de Educação (MEC)	228
I) Ação 4572 – Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação	228
Programa 0901 - Operações Especiais: Cumprimento de Sentenças Judiciais	234
I) Ação 0005 – Cumprimento de Sentença Judicial Transitada em Julgado (Precatórios) devida pela União, Autarquias e Fundações Públicas.....	234
II) Ação 00G5 - Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais decorrente do Pagamento de Precatórios e Requisições de Pequeno Valor	235
Programa 0089 - Previdência de Inativos e Pensionistas da União	236
Ação 0181 - Pagamento de Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis	236
Ação 0181 - Pagamento de Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis	236
2.4. Desempenho Orçamentário/Financeiro	237
2.4.1. Programação Orçamentária da Despesa	237
2.4.2 Programação de Despesas Correntes.....	237
2.4.3 Programação de Despesas de Capital.....	238
2.4.3.1 Quadro Resumo da Programação de Despesas	239
2.4.3.2 Movimentação Orçamentária por Grupo de Despesa	240
2.4.4. Execução Orçamentária da Despesa	248
2.4.4.1 Execução Orçamentária de Créditos originários da UJ.....	248
2.4.4.1.1 Despesas por Modalidade de Contratação	248
2.4.4.1.2 Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa.....	249
2.4.4.1.3 Despesas de Capital por Grupo e Elemento de Despesa	251
2.4.4.2 Execução Orçamentária de Créditos Recebidos pela UJ por Movimentação	252
2.4.4.3 Despesas por Modalidade de Contratação dos créditos recebidos por movimentação	253
2.4.5 Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa dos créditos recebidos por movimentação	254
2.4.6 Despesas de Capital por Grupo e Elemento de Despesa dos créditos recebidos por movimentação	255
2.4.7 Indicadores Institucionais.....	256

3. Informações sobre o reconhecimento de passivos por insuficiência de créditos ou recursos.	261
4. Informações sobre a movimentação e os saldos de Restos a Pagar de Exercícios Anteriores.	262
4.1. Pagamentos e cancelamentos de Restos a Pagar de exercícios anteriores	262
4.2. Análise Crítica	262
5. Informações sobre a composição de Recursos Humanos.....	263
5.1. Composição do Quadro de Servidores Ativos	263
5.1.1. Demonstração da força de trabalho à disposição da unidade jurisdicionada	263
5.1.2. Situações que reduzem a força de trabalho efetiva da unidade jurisdicionada ...	264
5.1.3. Quantificação dos cargos em comissão e das funções gratificadas da unidade jurisdicionada	265
5.1.4. Qualificação do quadro de pessoal da unidade jurisdicionada segundo a idade.	266
5.1.5. Qualificação do quadro de pessoal da unidade jurisdicionada segundo a escolaridade	267
5.2. Composição do Quadro de Servidores Inativos e Pensionistas.....	268
5.2.1. Classificação do quadro de servidores inativos da unidade jurisdicionada segundo o regime de proventos e de aposentadoria	268
5.2.2. Demonstração das origens das pensões pagas pela unidade jurisdicionada.....	269
5.3. Composição do Quadro de Estagiários	270
5.4. Quadro de custos de recursos humanos.....	271
5.5. Contratos de prestação de serviços com locação de mão de obra	273
5.5.1. Informações sobre terceirização de cargos e atividades do plano de cargos do órgão	273
5.5.2. Autorizações expedidas pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão para realização de concursos públicos para substituição de terceirizados	274
5.5.3. Informações sobre a contratação de serviços de limpeza, higiene e vigilância ostensiva pela unidade.....	275
5.5.4. Informações sobre locação de mão de obra para atividades não abrangidas pelo plano de cargos do órgão.....	276
5.6. Indicadores Gerenciais Sobre Recursos Humanos.....	278
5.6.1. Composição do Quadro de Servidores Ativos	278
5.6.2. Situações que reduzem a força de trabalho efetiva da unidade jurisdicionada	278
Os dados referentes à Educação Continuada foram apresentados e discutidos na seção do Programa 1067 - Gestão da Política de Educação (MEC), mais especificamente na parte da	

Ação 4572 – Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação.....	288
6. Informações sobre transferências no Exercício.....	289
6.1 Transferências efetuadas no exercício.....	289
6.1.1 Relação dos instrumentos de transferência vigentes no exercício de 2011.....	289
6.1.2 Quantidade de instrumentos de transferências celebrados e valores repassados nos três últimos exercícios.....	290
6.1.3 Informações sobre o conjunto de instrumentos de transferências que vigerão no exercício de 2011 e seguintes.....	291
6.2 Informações sobre a prestação de contas relativas aos convênios, termos de cooperação e contratos de repasse.....	292
6.2.1 Informações sobre a análise das prestações de contas de convênios e de contratos de repasse	293
6.3 Análise Crítica.....	294
7. Informações sobre o funcionamento do sistema de controle interno da UJ.....	295
8. Entrega e tratamento das declarações de bens e rendas.....	296
8.1 Situação do cumprimento das obrigações impostas pela Lei 8.730/93.....	296
8.2 Análise crítica.....	297
9. Informações sobre o funcionamento do sistema de controle interno da UJ.....	298
9.1 Estrutura de controles internos da UJ.....	298
10. Informações quanto à adoção de critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens, contratação de serviços ou obras.....	301
10.1. Gestão Ambiental e Licitações Sustentáveis.....	301
11. Informações sobre a gestão do patrimônio imobiliário da UJ classificado como “Bens de Uso Especial” de propriedade da União ou locado de terceiros.....	303
11.1 Gestão de Bens Imóveis de Uso Especial.....	303
12. Informações sobre a gestão de tecnologia da informação (TI) da UJ.....	305
12.1 Gestão de Tecnologia da Informação (TI).....	305
13. Cartões de pagamento do governo federal.....	309
14. Informações sobre as Renúncias Tributárias sob a gestão da UJ.....	310
15. Informações sobre as providências adotadas para atender às deliberações exaradas em acórdãos do TCU ou em relatórios de auditoria do órgão de controle interno.....	311
15.1 Deliberações do TCU atendidas no exercício (Quadro A.15.2 – Portaria TCU Nº 123/2011.....	311
15.2 Deliberações do TCU pendentes de atendimento ao final do exercício (Quadro A.15.2 – Portaria tcu n.º 123/2011).....	312
15.3 Recomendações do OCI atendidas no exercício.....	313

15.4 Recomendações do OCI pendentes de atendimento ao final do exercício	316
16 Informação sobre as recomendações realizadas pela unidade de controle interno	319
16.1 Recomendações da Unidade de Controle interno ou Auditoria Interna atendidas no exercício	319
16.2 Recomendações da Unidade de Controle interno ou Auditoria Interna pendentes de atendimento	399
17. Declaração do contador atestando a conformidade das Demonstrações Contábeis.....	412
18. Demonstrações contábeis previstas na Lei nº 4.320/64	413

1. Identificação - Relatório de Gestão Individual

Poder e Órgão de vinculação			
Poder: Executivo			
Órgão de Vinculação: Ministério da Educação		Código SIORG: 000244	
Identificação da Unidade Jurisdicionada			
Denominação completa: Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior			
Denominação abreviada: CAPES			
Código SIORG: 000250	Código LOA: 26291	Código SIAFI: 26291	
Situação: ativa			
Natureza Jurídica: Fundação			
Principal Atividade: Educação Superior – Pós-Graduação e Extensão		Código CNAE: 8533-3/00	
Telefones/Fax de contato:	(061) 2022-6004	(061) 2022-6003	(061) 2022-6001
Endereço eletrônico: pr@capes.gov.br			
Página da Internet: http://www.capes.gov.br			
Endereço Postal: Setor Bancário Norte, Quadra 2, Bloco L, Lote 06, CEP 70040-020 – Brasília, DF			
Normas relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Normas de criação e alteração da Unidade Jurisdicionada			
Lei nº 8.405, de 9 de janeiro de 1992 (D.O.U de 10.01.92); Lei nº 11.502, de 11 de julho de 2007 (D.O.U de 11.07.07).			
Outras normas infralegais relacionadas à gestão e estrutura da Unidade Jurisdicionada			
Decreto nº 524, de 19 de maio de 1992 (D.O.U de 20.5.1992); Decreto nº 6.316, de 20 de Dezembro de 2007 (D.O.U de 21.12.2007); e Portaria nº 609, de 20 de maio de 2008 do Ministro de Estado da Educação (D.O.U de 21.05.2008).			
Manuais e publicações relacionadas às atividades da Unidade Jurisdicionada			
As normas relacionadas às atividades da Unidade Jurisdicionada encontram-se no sítio da http://www.capes.gov.br/sobre-a-/legislacao			
Unidades Gestoras e Gestões relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Unidades Gestoras relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Código SIAFI	Nome		
154003	FU/DF		
154004	FU/DF		
Gestões relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Código SIAFI	Nome		
15279	FUND. COORD. DE APERF. DE PESSOAL NÍVEL SUPERIOR		
Relacionamento entre Unidades Gestoras e Gestões			
Código SIAFI da Unidade Gestora	Código SIAFI da Gestão		
154003	15279		
154004	15279		

2. Objetivos e metas institucionais e/ou programáticos

2.1. Responsabilidades institucionais da unidade

Competência Institucional

Com a finalidade de subsidiar o Ministério da Educação na formulação de políticas para a área de pós-graduação, coordenar e avaliar os cursos desse nível no País e estimular, mediante bolsas de estudo, auxílios e outros mecanismos, a formação de recursos humanos altamente qualificados para a docência de grau superior, a pesquisa e o atendimento da demanda dos setores públicos e privado, a Lei n.º 8.405/1992 autorizou o Poder Executivo a instituir como fundação pública a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES).

Em julho de 2007, a Lei nº 11.502 modificou as competências e a estrutura organizacional da CAPES, trazendo como nova finalidade da instituição induzir e fomentar a formação inicial e continuada de profissionais de magistério, além de permanecer inalterada a sua missão original no que concerne à pós-graduação.

A missão institucional da CAPES foi consubstanciada por intermédio de três seguimentos principais de atuação, os quais representam atualmente seus objetivos estratégicos: a) investimentos na formação de recursos humanos pós-graduados e na formação de professores e profissionais para a Educação Básica; b) fomento às atividades voltadas para o desenvolvimento institucional acadêmico educacional, bem como à melhoria da qualidade da educação brasileira; e c) avaliação dos cursos de pós-graduação com vistas a manter e expandir a excelência da pesquisa acadêmica, científica e tecnológica do País.

Objetivos Estratégicos

Em julho de 2011, foi finalizado o Planejamento Estratégico da CAPES. O processo de implantação de uma Gestão para Resultados iniciou-se com ações voltadas à definição da agenda estratégica, à revisão de processos e ao dimensionamento da força de trabalho.

A construção da estratégia iniciou-se com uma análise do ambiente institucional da CAPES, a partir de um levantamento de ameaças, oportunidades, forças e fraquezas e de uma escuta junto a um grupo seletivo de partes interessadas (*stakeholders*) externas à CAPES. Embora breves e sucintas, tais análises serviram de insumo para essenciais discussões estratégicas que ocorreram durante os trabalhos.

Como primeiro resultado desse trabalho, foram definidas a missão e visão da CAPES, as quais são descritas abaixo:

Missão: Promover a formação de pessoal qualificado para a melhoria da educação básica e para o fortalecimento e crescimento da ciência, da tecnologia e da inovação, visando ao desenvolvimento sustentável do Brasil.

Visão: Ser a instituição transformadora da qualidade da educação, da ciência e da tecnologia para uma sociedade moderna e inovadora.

A partir daí, foi definido o Mapa Estratégico da instituição, contendo trinta e três objetivos estratégicos distribuídos em quatro perspectivas: “Sociedade”, “Beneficiários”, “Processos Internos” e “Aprendizagem e Crescimento”. Esses objetivos foram, então, desdobrados em indicadores e metas de desempenho. A CAPES tem se estruturado para sistematizar a coleta das informações dos indicadores e acompanhar o atingimento das metas. A seguir são apresentados os principais objetivos estratégicos e uma breve descrição das realizações conquistadas na maioria deles ao longo do exercício, que certamente serão continuadas nos anos seguintes.

a. Sociedade:

- a.1. Promover a qualidade da educação básica e da pós-graduação;
- a.2. Contribuir para a redução das assimetrias regionais;
- a.3. Promover a inovação e o desenvolvimento educacional, científico e tecnológico;
- a.4. Estimular a valorização do magistério em todos os níveis e modalidades;
- a.5. Contribuir para as políticas de desenvolvimento

b. Beneficiários

- b.1. Expandir o fomento a programas de Pós-Graduação;

O investimento na pós-graduação continuou sendo ampliado com concessões de bolsas de estudo beneficiando alunos matriculados em programas avaliados e recomendados pela CAPES. Neste ano, foram concedidas 62.379 bolsas no país, sendo 39.291 de mestrado, 22.327 de doutorado, 761 de pós-doutorado. Destacam-se as bolsas concedidas pelo programa “Bolsas para Todos” no total de 9.262, direcionadas a alunos de mestrado e doutorado de programas de pós-graduação de todas as regiões do país, com ênfase nas regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste, com vistas à redução das assimetrias regionais do Sistema Nacional de Pós-Graduação.

- b.2. Estimular a criação de programas de pós-graduação em áreas estratégicas

Ressaltam-se como marcos inovadores as diversas ações indutivas para suporte ao desenvolvimento de projetos com formação de recursos humanos em áreas consideradas estratégicas para o país: Nanobiotecnologia, TV Digital, Defesa Nacional, Engenharias, Cultura, Administração, Saúde e Ciências do Mar. Para estimular cooperação entre pesquisadores no país, foram lançados os editais de Toxinologia e Parasitologia Básica que visam ao desenvolvimento de projetos de pesquisa científica e tecnológica, contemplando a formação de recursos humanos pós-graduados nessas áreas, além do edital conjunto CAPES-Embrapa voltado para temas estratégicos para o Sistema Nacional de Pesquisa Agropecuária.

- b.3. Estimular a criação e a expansão de programas de pós-graduação em regiões com déficit de pessoal qualificado;

Visando contribuir para o desenvolvimento socioeconômico-cultural, científico-tecnológico e de inovação mais simétrico no país, a CAPES lançou edital em nova formatação para a seleção de propostas de Mestrado e Doutorado Interinstitucional (Minter/Dinter) com a finalidade de formar mestres e doutores fora dos centros/regiões mais consolidados de ensino e pesquisa. Em 2011, foram aprovadas 54 propostas de um total de 91 apresentadas.

b.4. Promover a inserção internacional da pós-graduação brasileira;

O ano de 2011 foi marcado pelo lançamento do programa Ciência sem Fronteiras, anunciado inicialmente pela presidenta Dilma em 26 de julho de 2011. O programa prevê o envio de 100.000 brasileiros para o exterior nos próximos 4 anos, dos quais 40.000 serão financiados pela CAPES.

O objetivo é a formação de recursos humanos altamente qualificados nas melhores universidades e instituições de pesquisa estrangeiras, com vistas a promover a internacionalização da ciência e tecnologia nacional, estimular pesquisas que gerem inovação e, conseqüentemente, aumentar a competitividade das empresas brasileiras. Esse objetivo será concretizado por meio da expansão significativa do intercâmbio e da mobilidade de graduandos, pós-graduandos, pesquisadores e docentes brasileiros no exterior.

Este Programa visa também contribuir para o processo de internacionalização das Instituições de Ensino Superior e dos centros de pesquisa brasileiros, propiciando maior visibilidade da pesquisa acadêmica e científica que é feita no País, por meio da colaboração e do estabelecimento de projetos de pesquisa conjuntos com instituições e parceiros estrangeiros.

b.5. Expandir o fomento à formação de professores e profissionais para a educação básica;

Para responder ao compromisso de investir na formação e na valorização de professores da educação básica, a CAPES induz e fomenta um conjunto de ações articuladas ao sistema nacional de pós-graduação e às políticas do MEC de melhoria de qualidade da educação brasileira. Destaca-se o **Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência – Pibid** que representa um forte investimento na formação inicial de professores. Desde sua origem, lançou cinco editais entre 2007 e 2011. De um total de 3.088 bolsas em dezembro de 2009, o programa cresceu em 2011 para 30.006 bolsas. Atualmente, são 146 IES participantes e 1.938 escolas beneficiadas pela ação dos bolsistas. A avaliação qualitativa do programa mostra articulação entre teoria e prática, diálogo entre instituições de ensino superior e escolas da rede pública, elevação da autoestima dos licenciandos, renovação dos currículos das licenciaturas e oportunidade de educação continuada para coordenadores e supervisores.

O **Plano Nacional de Formação de Professores da Educação Básica – Parfor** é uma ação emergencial destinada a promover o acesso dos professores em exercício na rede pública de educação básica à formação exigida pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação. No segundo semestre de 2009, quando o programa iniciou suas atividades, havia 32 IES com turmas especiais implantadas. No ano de 2011, o Parfor contava com a participação de 86 IES. Em 2009 o número de matrículas no Parfor era de 4.273 e subiu para 50.259 matriculados em 2011, distribuídos em 1421 turmas e 52 cursos de licenciatura.

O **Programa de Consolidação das Licenciaturas – Prodocência** está voltado para o fomento à inovação e à qualidade dos cursos de formação de professores para a Educação Básica e configura-se, também, como uma oportunidade de aperfeiçoamento para os formadores dos futuros professores. O Prodocência, pelo edital de 2008, fomentou 47 projetos, e em de 2010, foram aprovados 73 projetos institucionais.

O **Observatório da Educação** foi criado com a finalidade de fomentar a produção de estudos e pesquisas e a formação de recursos pós-graduados em educação, em nível de mestrado e doutorado. Os resultados satisfatórios ampliaram o escopo do programa para envolver nas pesquisas também alunos de licenciatura e professores de escolas públicas de educação básica.

O **Programa Novos Talentos** apóia atividades extracurriculares para professores e alunos das escolas públicas que ocorram no período de férias e/ou em horário que não interfira na frequência escolar. No primeiro edital, lançado em 2010, foram implementados projetos de 61 instituições federais de educação superior que englobam 179 subprojetos e 645 atividades extracurriculares.

Foram apoiados 119 **Projetos Especiais de Apoio à Educação Básica**, que mostraram potencial de transformação da realidade educacional de um local ou região.

- b.6. Estimular a criação e a expansão de cursos de formação de professores e profissionais para a educação básica em regiões com déficit de pessoal qualificado;

O Sistema Universidade Aberta do Brasil (UAB) consolidou-se como um efetivo instrumento de ampliação e interiorização da oferta de cursos de educação superior no Brasil, particularmente na formação de professores. Integrado por 101 Instituições Públicas de Ensino Superior (IPES) e 618 polos de apoio presencial ativos, distribuídos nos 26 estados brasileiros e Distrito Federal, a UAB conta hoje com cerca de 72 mil alunos matriculados.

- b.7. Ampliar a cooperação internacional na área de formação de professores e profissionais para educação básica;

No marco do Programa de Cooperação Internacional para a Educação Básica, a CAPES já vem desenvolvendo e apoiando um conjunto de ações visando a formação de professores e estudantes da educação básica. Estão em andamento o Programa Certificação nos EUA para Professores de Língua Inglesa, o Programa de Ensino de Inglês como Língua Estrangeira, Programa CAPES e Comissão Fulbright, que seleciona professores americanos para atuarem como assistentes de ensino de língua inglesa, com intuito de contribuir para a elevação da qualidade dos cursos de bacharelado e/ou licenciatura em Letras, Língua Inglesa. O Programa de Licenciaturas Internacionais, PLI, objetiva a capacitação de graduandos em licenciaturas através da dupla titulação, em parceria com o Grupo Coimbra e a Universidade de Coimbra nas áreas de Física, Química, Biologia, Matemática, Português, Educação Física e em Música e Teatro. O programa já está em seu segundo edital, totalizando 65 projetos e 425 bolsistas.

- b.8. Estimular a integração da pós-graduação com a Educação Básica;

A Diretoria de Educação Básica tem trabalhado com o fomento e a indução de programas estratégicos para a valorização do magistério e para a integração entre pós-graduação, cursos de formação de docentes e escolas da rede pública de educação básica. A equipe da Diretoria está investindo em um modelo de acompanhamento e avaliação para que a possa apreender toda a riqueza gerada pelos programas, o que está se buscando com a implementação do Portal Comunidades

- b.9. Estimular a articulação da Academia com o setor empresarial;

Do total de bolsas previstas pelo programa Ciência sem Fronteiras, 26 mil serão financiadas pelo setor produtivo. A participação do setor empresarial será importante para a aproximação com o meio acadêmico, pois haverá maior investimento em pesquisa e desenvolvimento, maior possibilidade de absorção de mão-de-obra qualificada e, consequentemente, maior aproveitamento da ciência e tecnologia desenvolvida.

b.10. Disseminar a informação científica, tecnológica e educacional nacional e internacional;

O Portal de Periódicos como instrumento de política pública tem proporcionado o acesso à informação científica e tecnológica a usuários de 326 instituições públicas e privadas, entre universidades, centros de pesquisa e órgãos de governo. Foram disponibilizados mais de 30 mil periódicos em textos completos, 130 bases referenciais e de resumos, 104 bases com dados de livros eletrônicos e 10 bases de patentes. Foi registrado um montante de 76 milhões de acessos, o que representa 209 mil acessos diários. O investimento do Portal foi da ordem de US\$ 67 milhões.

b.11. Fomentar a capacitação de recursos humanos em áreas consideradas de alto interesse público

O programa Ciência sem Fronteiras prevê a complementação da formação do ponto de vista técnico em áreas consideradas como prioritárias e estratégicas para o Brasil, especialmente aquelas voltadas para as tecnológicas e as engenharias.

c. Processos Internos

c.1. Implantar a área e os processos de planejamento, monitoramento e avaliação;

Foram definidas, em 2011, as diretrizes para a reestruturação das Diretorias da CAPES e, nesse sentido, foi proposto que a Diretoria de Relações Internacionais realizasse um projeto piloto, que inclui uma coordenação geral específica para Acompanhamento e Monitoramento de Resultados. Essa proposta inicial incorpora atribuições de gestão de dados, planejamento orçamentário, acompanhamento de programas e avaliação de resultados e será posteriormente estendida às demais Diretorias.

c.2. Revisar e padronizar os processos de trabalho de compras, convênios, pagamentos, prestação de contas, análise de mérito e concessão de bolsas e auxílios;

Os processos de compras e contratos, convênios e pagamentos foram considerados os mais críticos pela equipe que participou do planejamento estratégico e passaram por uma revisão em seu fluxo operacional, que será implantada em 2012.

d. Aprendizagem e Conhecimento

d.1. Fomentar e desenvolver talentos internos;

O setor de capacitação pretende iniciar no ano de 2012 o processo de implantação da gestão por competências, com o objetivo de melhor alinhar as atividades de capacitação com os objetivos estratégicos da Instituição, bem como ao desempenho dos servidores nas unidades sendo oferecidas as seguintes modalidades de capacitação: cursos de curta duração, incentivo à graduação, ampliação do domínio de idiomas e pós-graduação lato sensu e stricto sensu.

d.2. Construir um clima organizacional estimulante e produtivo;

No ano de 2011 foi realizada a 1ª pesquisa de Clima Organizacional da CAPES. A metodologia utilizada na primeira fase foi de cunho quantitativo tendo como referência os questionários com itens fechados, os quais foram respondidos pelos servidores. Cabe ressaltar que a construção deste instrumento foi customizada e validada para a realidade cotidiana do órgão. Já a

segunda fase da pesquisa deu-se a partir da metodologia qualitativa, mais especificamente pela técnica de grupos focais de discussão. Os resultados permitiram vislumbrar um cenário da percepção atual dos servidores quanto a diversos aspectos do cotidiano da CAPES e servirão como base para a proposição de ações de melhoria do clima organizacional

2.2. Estratégia de atuação frente às responsabilidades institucionais

O planejamento estratégico utilizou-se da análise SWOT (Strengths, Weaknesses, Opportunities and Threats), para a avaliação dos ambientes interno e externo da organização e para a formulação das estratégias. Os resultados validados da análise do ambiente externo (oportunidades e ameaças) e do ambiente interno (forças e oportunidades de melhoria) da CAPES permitiram conduzir seu plano de ação anual.

Em termos de oportunidades, a atual posição do Brasil e seu crescimento econômico diante do cenário internacional, está possibilitando cada vez mais a projeção da ciência brasileira. O programa Ciência sem Fronteiras se mostrou como uma grande alavanca para impulsionar a internacionalização da pesquisa e do ensino e representa um marco importante para a indução de áreas estratégicas para o país e para o crescimento das possibilidades de parcerias com universidades, centros de pesquisas e empresas nacionais e internacionais.

Associado a isso, houve aumento expressivo do orçamento, sendo que o exercício de 2011 finalizou com uma execução de R\$ 3 bilhões, impactando fortemente o número de programas gerenciados e, consequentemente, o número de concessões (bolsas, auxílios e outros instrumentos de fomento).

Visando se estruturar de forma estratégica frente às novas perspectivas apresentadas em 2011, a CAPES iniciou um processo de reestruturação organizacional baseada na gestão por processos, buscando maior otimização na dinâmica do trabalho nas Diretorias. O objetivo é evitar o retrabalho e a falta de organização, tornar os procedimentos mais padronizados, além de aprimorar a forma como é feito o monitoramento de resultados e a avaliação do impacto das ações e dos programas executados. Além disso, foi dada importância estratégica para a área de Tecnologia da Informação, que, a partir de 2012, será estruturada como uma Diretoria específica.

Dentre as fraquezas levantadas pelo Planejamento estratégico, houve a preocupação de transformá-las em oportunidades de melhoria e superação de fatores negativos internos. Um dos pontos levantados foi o amplo desconhecimento das atividades da CAPES pela sociedade. O programa Ciência sem Fronteiras, por si só, já teve um papel importante na divulgação das atividades da agência e para o reconhecimento da CAPES pelo governo e pela sociedade como um órgão estratégico e inovador;

Além disso, a Capes dispõe da WebTV, criada em 2009 com o objetivo de difundir notícias e informações, com destaque para tópicos sobre a avaliação de cursos, editais de fomento à pesquisa, bolsas no país e no exterior, cooperação internacional, treinamento de usuários, além de reservar um espaço para a própria instituição publicar notícias para a sua comunidade local. O aplicativo foi implantado inicialmente em 21 instituições no ano de sua criação e, ao final do ano de 2011, já contava com 48 instituições de ensino superior participantes e mais 40 em processo de implantação.

Outro fator levantado foi a ausência de adequada sistematização da gestão tática e estratégica e a ausência de planejamento e avaliação de resultados. Quanto a isso, foi reestruturado o Núcleo de Informações Gerenciais (NIG) visando instituir um grupo específico para o acompanhamento de resultados e planejamento de ações. Além disso, será criado o Grupo de Monitoramento e Avaliação das ações do Planejamento Estratégico, GMAPE/CAPES uma equipe destinada a monitorar e avaliar os objetivos e as iniciativas estratégicas, incluindo o acompanhamento de indicadores. Já está em teste a implementação de uma versão do GEPLANES (sistema de acompanhamento

informatizado do Planejamento estratégico) para implantação do modelo de Monitoramento e Avaliação.

Tendo em vista também a preocupação com a ausência de padronização e divulgação de processos, de procedimentos e de documentos, foi aprimorada a ferramenta SPArq (Sistema de Protocolo e Arquivo), aplicativo responsável pelo processamento de operações técnicas e procedimentos relacionados à gestão documental e realizados treinamentos de novos usuários, sistematização da transferência de documentos (passagem dos documentos dos arquivos setoriais para o Arquivo Central) e a organização do acervo documental acumulado da CAPES.

Como objetivo de aprimorar os sistemas de informática e/ou de adequar os sistemas já existentes, o setor de informática está desenvolvendo o Sistema Integrado CAPES – SICAPES, que será responsável pelo controle de convênios e auxílios, controle Financeiro dos programas executados, realizando integrações com o SIAFI e com diversos bancos. Além destes programas e sistemas, a informática da CAPES controla mais de 50 programas de pagamento de bolsas e auxílios no país e no exterior, geridos por cerca de 80 módulos de sistemas. Estes módulos, que são operacionalizados por profissionais de empresas terceirizadas, serão substituídos em boa parte pelo SICAPES, o que permitirá maior controle da operacionalização dos programas e da atualização dos bancos de dados.

Os temas considerados como forças internas da instituição foram reforçados, principalmente com relação à qualificação dos servidores e à política estruturada de qualidade de vida. São oferecidas as seguintes modalidades de capacitação: cursos de curta duração, incentivo à graduação, ampliação do domínio de idiomas e pós-graduação lato sensu e stricto sensu. O Programa de Qualidade de Vida ofereceu aulas de ginástica laboral, diariamente, a todos os servidores; uma turma de Ioga; duas turmas de Dança de Salão; uma turma de Canto Coral; cinco turmas de Pilates; e Cine Capes às sextas-feiras, quando são exibidos filmes variados no horário do almoço. Também são oferecidas, diariamente, sessões de Quick-massage.

2.3. Programas de Governo sob a responsabilidade da CAPES

2.3.1 Execução dos Programas de Governo sob a responsabilidade da CAPES

Demonstrativo da Execução por Programa de Governo (Quadro A.2.1 – Portaria TCU nº 277/2010)

Identificação do Programa de Governo						
Código no PPA: 1375		Desenvolvimento do Ensino da Pós-Graduação e da Pesquisa Científica				
Tipo do Programa		Finalístico				
Objetivo Geral		Formar pessoal de alto nível no país e no exterior, com vistas à produção do conhecimento científico, para a solução dos grandes desafios educacionais, econômicos e sociais do Brasil				
Objetivos específicos		Acompanhamento e a avaliação dos Programas de Pós-Graduação realizada pela CAPES, cujo resultado traduz-se em diagnósticos que subsidiam esta Fundação na formulação de políticas de pós-graduação, fomentando o ensino de pós-graduação nos seguintes aspectos: na concessão de bolsas de estudo no país e no exterior; na manutenção dos programas de pós-graduação; no acesso ao acervo bibliográfico nacional e internacional; e, no cumprimento de acordos internacionais.				
Gerente		Jorge Almeida Guimarães Presidente da CAPES				
Responsável		Jorge Almeida Guimarães Presidente da CAPES				
Público Alvo		Alunos de Pós-Graduação, professores de ensino superior, pesquisadores, bem como o cidadão graduado que demonstre interesse em capacitação pós-graduada.				
Informações orçamentárias e financeiras do Programa					Em R\$ 1,00	
Dotação		Despesa Empenhada	Despesa Liquidada	Restos a Pagar não processados	Valores Pagos	
Inicial	Final					
2.062.770,00	2.007.653.320,00	1.998.670.291,61	1.406.224.044,61	1.377.599.325,04	592.446.247,00	
Informações sobre os resultados alcançados						
Ordem	Indicador (Unidade medida)	Referência			Índice previsto no exercício	Índice atingido no exercício
		Data	Índice inicial (2006)	Índice final (2010)		
1	1/100.000	03/12	17,39	20,76	-	22,11
Fórmula de Cálculo do Índice:						
Relação entre o somatório do número de alunos titulados anualmente nos cursos de mestrado no país em relação à população residente expressa em 100 mil habitantes.						
Análise do Resultado Alcançado:						
O índice de mestres titulados no país estimado em 2011 foi de 22,11 mestres/100 mil habitantes, com crescimento estimado de 6,5% com relação ao exercício de 2010.						
Ordem	Indicador (Unidade medida)	Referência			Índice previsto no exercício	Índice atingido no exercício
		Data	Índice inicial (2006)	Índice final (2010)		

2	1/100.000	03/12	5,05	5,93	-	6,49
Fórmula de Cálculo do Índice:						
Relação entre o somatório do número de alunos titulados anualmente nos cursos de doutorado no país em relação à população residente expressa em 100 mil habitantes.						
Análise do Resultado Alcançado:						
O índice de doutores titulados em 2011 foi de 6,49 doutores/100 mil habitantes, representando o crescimento esperado de 0,2% com relação a 2010.						
Ordem	Indicador (Unidade medida)	Referência			Índice previsto no exercício	Índice atingido no exercício
		Data	Índice inicial	Índice final		
3	número índice	03/12	-	-	-	3,31
Fórmula de Cálculo do Índice:						
O índice da Produção científica indexada tem sua base definida igual a 1 para o ano de 2000, as variações percentuais nos dados são acumuladas permitindo assim definir qual foi a variação do indicador entre os anos. Como este indicador ainda está em desenvolvimento e ainda não consta do PPA, não foi definida uma meta final, bem como a previsão do exercício.						
Análise do Resultado Alcançado:						
Para fins de Relatório de Gestão, este indicador também é apresentado como estimativa, uma vez que a fonte (ISI - Institute for Scientific Information. National Science Indicators) apenas encaminha os dados em meados de abril de cada exercício. Tal indicador representa a evolução da produção científica do País e a estimativa medida para 2011 com relação ao número de artigos indexados evidencia um crescimento de aproximadamente 114% em comparação ao ano 2000.						
Ordem	Indicador (Unidade medida)	Referência			Índice previsto no exercício	Índice atingido no exercício
		Data	Índice inicial	Índice final		
4	1/100.000	03/12	6,14	-	-	17,86
Fórmula de Cálculo do Índice:						
Relação entre o somatório do número de artigos indexados em periódicos internacionais em relação à população residente expressa em 100 mil habitantes. Como este indicador ainda esta em desenvolvimento e ainda não consta do PPA, não foi definida uma meta final, bem como a previsão do exercício.						
Análise do Resultado Alcançado:						
Também para esse período, o número de artigos por 100.000 habitantes cresceu 101%, ou seja, o índice medido para 2011 é mais que três vezes o de 2000 e 2,3% maior comparado ao exercício anterior.						
Ordem	Indicador (Unidade medida)	Referência			Índice previsto no exercício	Índice atingido no exercício
		Data	Índice inicial	Índice final		
5	número índice	03/12	1	-	-	24,80
Fórmula de Cálculo do Índice:						
O índice do número de acesso ao Portal de Periódicos tem sua base definida igual a 1 para o ano de 2001, as variações percentuais nos dados são acumuladas permitindo assim definir qual foi a variação do indicador entre os anos. Como este indicador ainda esta em desenvolvimento e ainda não consta do PPA, não foi definida uma meta final, bem como a previsão do exercício.						
Análise do Resultado Alcançado:						
Este indicador representa a evolução do número de acessos ao Portal de Periódicos durante uma série histórica e demonstra que o acesso à informação científica por meio deste importante instrumento tem aumentado consideravelmente no decorrer dos anos. A tabela abaixo mostra que o valor registrado em 2011 é cerca de 25 vezes maior do que em 2001 e representa 13% de acréscimo em relação a 2010.						
Ordem	Indicador (Unidade)	Referência			Índice previsto no	Índice

m	medida)	Data	Índice inicial	Índice final	exercício	atingido no exercício
6	número índice	03/12	1	-	-	3,47
Fórmula de Cálculo do Índice:						
O índice do número de bolsistas da modalidade doutorado sanduíche tem sua base definida igual a 1 para o ano de 2000, as variações percentuais nos dados são acumuladas permitindo assim definir qual foi a variação do indicador entre os anos. Como este indicador ainda esta em desenvolvimento e ainda não consta do PPA, não foi definida uma meta final, bem como a previsão do exercício.						
Análise do Resultado Alcançado:						
Este indicador apresenta a comparação da estimativa do número de bolsistas que obtiveram experiência internacional com realização de estágio com bolsa no exterior em 2011, comparado com os valores de anos anteriores. Comparando com o valor de 2000, retrata-se um aumento de 247%. Já com relação ao exercício anterior, constata-se um incremento de 22 % no número de doutores com experiência internacional.						
Orde m	Indicador (Unidade medida)	Data	Índice inicial	Índice final	Índice previsto no exercício	Índice atingido no exercício
7	número índice	03/12	1	-	-	2,05
Fórmula de Cálculo do Índice:						
O índice do número de alunos matriculados no Sistema Nacional de Pós-Graduação tem sua base definida igual a 1 para o ano de 2000, as variações percentuais nos dados são acumuladas permitindo assim definir qual foi a variação do indicador entre os anos. Como este indicador ainda esta em desenvolvimento e ainda não consta do PPA, não foi definida uma meta final, bem como a previsão do exercício.						
Análise do Resultado Alcançado:						
O indicador apresenta a evolução do ingresso em cursos de pós-graduação <i>stricto sensu</i> no País. O número de alunos matriculados no mestrado e no doutorado tem crescido de forma contínua durante os anos. A comparação do total de matriculados em 2000 com relação ao estimado para 2011 demonstra um crescimento de 105%.						
Ordem	Indicador (Unidade medida)	Data	Índice inicial	Índice final	Índice previsto no exercício	Índice atingido no exercício
8	número índice	03/12	1	-	-	3,07
Fórmula de Cálculo do Índice:						
O índice do número de alunos titulados no Sistema Nacional de Pós-Graduação tem sua base definida igual a 1 para o ano de 1998, as variações percentuais nos dados são acumuladas permitindo assim definir qual foi a variação do indicador entre os anos. Como este indicador ainda esta em desenvolvimento e ainda não consta do PPA, não foi definida uma meta final, bem como a previsão do exercício.						
Análise do Resultado Alcançado:						
Este indicador mostra a evolução de alunos titulados em cursos de pós-graduação <i>sctricto sensu</i> . Ao se comparar a estimativa do total de titulados de 2011 com o de 1998, houve um aumento de 207%.						

A análise com relação ao contingenciamento no exercício com as consequências sobre o alcance das metas e eventuais fatos negativos e positivos que prejudicaram ou facilitaram a execução do Programa, bem como outros fatores que impactaram a gestão estão consignados individualmente nas ações que compõem o Programa (item 2.3.2.1).

2.3.2 Execução dos Programas de Governo sob a responsabilidade da CAPES

Quadro A.2.2 - Execução Física das ações realizadas pela UJ

Função	Subfunção	Programa	Ação	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Execução Física		
							Meta Prevista	Meta Realizada	Meta a ser realizada em 2012
9	272	0089	0181	OP		unidade	0	0	0
12	122	0750	09HB	OP			0	0	0
12	122	0750	2000	A			0	0	0
12	122	1375	12TS	P		% de execução física	64	0	36
12	126	0750	2003	A			0	0	0
12	128	1067	4572	A		unidade	366	1.357,00	366
12	301	0750	2004	A		unidade	1.227,00	532	526
12	301	0750	20CW	A		unidade	387	0	387
12	306	0750	2012	A		unidade	387	394	378
12	331	0750	2011	A		unidade	58	83	55
12	365	0750	2010	A		unidade	41,00	44	53
12	571	1375	4019	A		unidade	1.754,00	1.999,00	2.067,00
12	573	1375	2317	A		milhar	70.000,00	76.339,00	75.000,00
28	846	0901	0005	OP			0	0	0
28	846	0901	00G5	OP			0	0	0
12	847	20RJ	20CV	A		unidade	720	434	50.000,00
12	128	20RJ	6333	A		unidade	140	7.718,00	
12	128	20RJ	8429	A		unidade	250.000,00	4.410,00	
12	128	20RO	0A30	OP		unidade	377.000,00	42.481,00	103.000,00
12	364	20RO	009U	OP		unidade	29.084,00	25.225,00	
12	364	0487	0487	OP		unidade	56.158,00	62.493,00	75.204,00
12	364	0487	009H	OP		unidade	2.235,00	2.628,00	
12	364	0487	09GK	OP		unidade	4.739,00	4.669,00	
12	364	0487	0B95	OP		unidade	1.689,00	2.281,00	
12	364	0935	0935	OP		unidade	4.226,00	3.334,00	17.719,00
12	212	0935	0967	OP		unidade	3.778,00	3.757,00	
12	364	0935	20CY	A		unidade	572	392	
12	364	20RN	4011	A		unidade	11.000,00	11.933,00	2.300,00

2.3.2.1 Ações executadas no âmbito do Programa 1375 – Desenvolvimento do Ensino da Pós-Graduação e da Pesquisa Científica

Diretoria de Programas e Bolsas no País – DPB, por meio da Coordenação Geral de Desenvolvimento Setorial e Institucional – CGSI, da Coordenação Geral de Programas Estratégicos – CGPE e da Coordenação Geral do Portal de Periódicos – CGPP, investe na formação de recursos humanos de alto nível no país. Esse investimento ocorre dentro do Programa de governo 1375 e suas respectivas ações orçamentárias que contribui para o Desenvolvimento do Ensino da Pós-Graduação e da Pesquisa Científica, conforme informações apresentadas, no quadro geral, a seguir.

Tabela - Dados gerais do programa

Tipo do Programa	Finalístico
Objetivo Geral	Formar pessoal de alto nível no País e no exterior, com vistas à produção do conhecimento científico, para a solução dos grandes desafios educacionais, econômicos e sociais do Brasil
Objetivos específicos	Acompanhamento e a avaliação dos programas de pós-graduação realizada pela Capes. Cujo resultado traduz-se em diagnósticos que subsidiam esta Fundação na formulação de políticas de pós-graduação, fomentando o ensino de pós-graduação nos seguintes aspectos: na concessão de bolsas de estudo no País e no exterior; na manutenção dos programas de pós-graduação; no acesso ao acervo bibliográfico nacional e internacional; e, no cumprimento de acordos internacionais.
Gerente do Programa	Jorge Almeida Guimarães - Presidente da Capes
Indicadores ou parâmetros utilizados	Índice de Doutores Titulados no País; Índice de Mestres Titulados no País e Índice de Qualidade da Pós-graduação Nacional
Público Alvo	Alunos de Pós-graduação, professores de ensino superior, pesquisadores, bem como o cidadão graduado que demonstre interesse em capacitação pós-graduada.

No Programa 1375 existem seis Ações que são executadas pela DPB e suas respectivas coordenações. Em seguida são apresentadas as informações sobre cada uma dessas ações por meio de dados, qualitativos e quantitativos, e resultados das execuções das Unidades dessa Diretoria.

I) Ação 2317 - Acesso à Informação Científica e Tecnológica**Tabela - Dados gerais da Ação**

Ação 2317	Acesso à Informação Científica e Tecnológica
Tipo	Atividade
Finalidade	Disponibilizar aos estudantes, aos professores e aos pesquisadores das universidades, instituto de pesquisa e organizações governamentais, não governamentais e particulares brasileiras, onde se desenvolve a pós-graduação e a pesquisa do país, um conjunto de informações científicas e tecnológicas atuais publicadas em periódicos indexados, de forma rápida e eficaz, visando proporcionar o subsídio necessário aos estudos e às pesquisas desenvolvidos.
Descrição	Manutenção e ampliação da biblioteca eletrônica da Capes (Portal de Periódicos), de amplitude nacional, congregando as principais e mais qualificadas coleções de revistas científicas e bases de referências bibliográficas além de outros documentos. O acesso à biblioteca eletrônica se dá via internet, de forma gratuita às organizações autorizadas.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	Diretoria de Programas e Bolsas no País – DPB
Coordenador nacional da ação	Jorge Almeida Guimarães - Presidente da Capes
Unidades executoras	Coordenação Geral do Portal de Periódicos – CGPP, Procuradoria Geral Federal – PGF, Área Orçamentária e Financeira – CGOF, Coordenação Geral de Informática – CGIN
Áreas (dentro da UJ) responsáveis por gerenciamento ou execução da ação	CGPP
Competências institucionais requeridas para a execução da ação	Conhecimento: Legislação de licitação e contratos; Lei Orçamentária; e Programa de Periódicos.

a) Principais Resultados

No âmbito da Ação 2317 – Acesso à Informação Científica e Tecnológica – podemos destacar a democratização do acesso ao conteúdo e os benefícios à comunidade científica e tecnológica das instituições usuárias do Portal de Periódicos, por meio do qual é disponibilizada aos professores, pesquisadores e alunos a produção científica nacional e internacional atualizada, contribuindo para o desenvolvimento da pesquisa no país e para o crescimento da inserção científica brasileira no exterior.

Portal de Periódicos

O Portal de Periódicos da Capes, criado em novembro de 2000, é uma biblioteca virtual que reúne e disponibiliza a instituições de ensino e pesquisa, no Brasil, o melhor da produção científica internacional. Essa biblioteca virtual conta com um acervo de títulos

com texto completo, bases referenciais e de patentes, além de livros, enciclopédias e obras de referência, normas técnicas, estatísticas e conteúdo audiovisual.

O investimento para a manutenção e desenvolvimento da coleção do Portal de Periódicos foi da ordem de US\$ 66.876.394,11 (sessenta e seis milhões, oitocentos e setenta e seis mil, trezentos e noventa e quatro dólares americanos e onze centavos) em 2011. Este investimento é justificado devido ao significativo aumento do número de instituições de ensino e pesquisa credenciadas para acesso ao Portal que vem ocorrendo continuamente e mais notadamente a partir do ano de 2009 com os acordos de ampliação do acesso com as editoras.

Em 2011, quando a Capes completou 60 anos e o Portal 11 anos de existência, o Portal de Periódicos passou a atender 326 instituições proporcionando acesso a mais de 30 mil títulos de periódicos em texto completo. O Portal de Periódicos registrou um total de 76.339.292 acessos correspondendo a 209.149 acessos por dia.

A versão *mobile* de acesso ao Portal de Periódicos, por meio de smartphones e tablets, encontra-se em operação pelo endereço www.periodicos.capes.gov.br/mobile.

A Capes WebTV cresceu dez vezes em número de adesões em relação a 2010 que contava com cinco instituições ativas e, ao longo do ano de 2011, passou a contar com 50 instituições que possuem a Capes WebTV em pleno funcionamento.

O aniversário do Portal foi celebrado como parte das comemorações dos 60 anos da Capes e culminaram com a assinatura de renovação dos contratos para 2012 e a entrega do Prêmio *Emerald*.

Desenvolvimento da Coleção do Portal de Periódicos

O Portal de periódicos vem crescendo, ao longo de seus 11 anos, em número de títulos e em investimento para assinatura. A coleção do Portal de Periódicos no ano de 2011 contou com a inclusão das seguintes coleções¹: *European & American Biochem Publishers*; *European & American Publishers (Math & Earth Collection)* e *BioOne* 2. Estas aquisições agregaram mais 235 títulos ao Portal de Periódicos além da inclusão de mais três bases de dados sendo uma de textos completos, uma de audiovisuais e outra de livros. Também foram incluídos 46 títulos nacionais gratuitos.

À disposição da comunidade para pesquisa e acesso ao texto completo, o Portal de Periódicos contava, em 2011, com 31.020 títulos (gráfico 1) sendo, aproximadamente, 10.000 de acesso gratuito, com uma taxa de crescimento de 17,63% em relação ao ano anterior.

A inclusão de periódicos científicos de acesso gratuito agrega valor considerável ao conteúdo da coleção do Portal expandindo sua coleção com publicações de qualidade sem custo adicional, divulgando, principalmente, a produção científica nacional e possibilitando aos usuários maior rapidez na localização da publicação.

¹ O conteúdo das coleções adquiridas pode ser visto na tabela 2, no item Novas Aquisições.

Destaca-se a diligência do Portal de Periódicos em incluir em seu acervo os periódicos nacionais, científicos e acadêmicos, com textos completos dos artigos em formato eletrônico e de acesso gratuito na *internet*, avaliados pelo Qualis em nível A e/ou B.

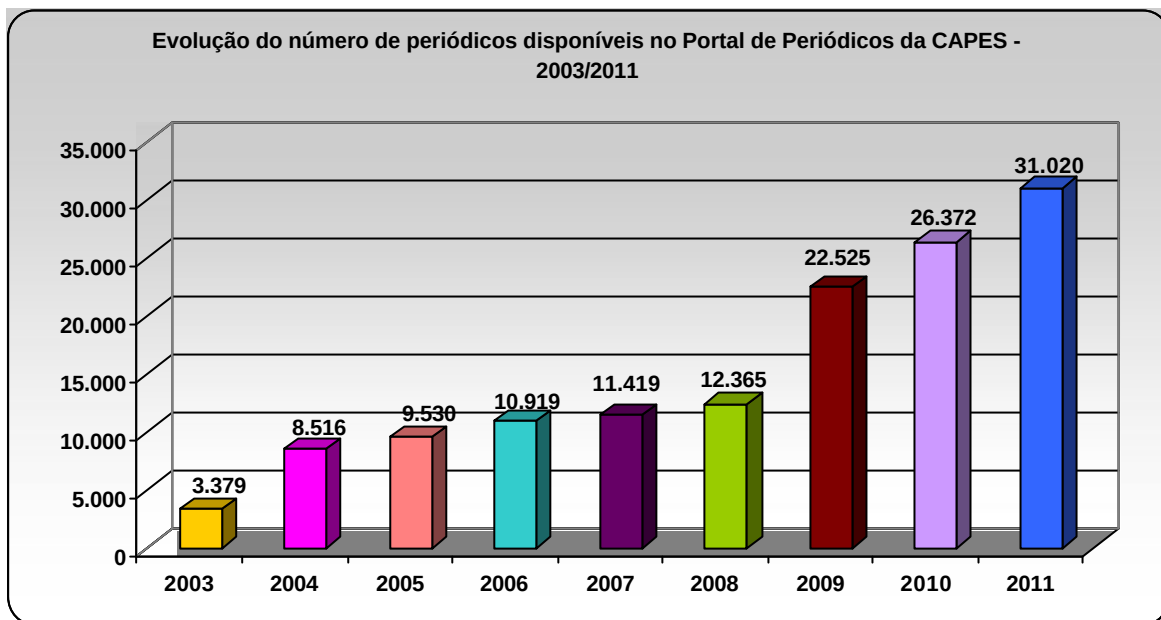


Gráfico 1 (Ação 2317) – Evolução do número de periódicos disponíveis no Portal de Periódicos da Capes - 2003/2011

Fonte: Capes/CGPP

Em relação às bases de dados referenciais com resumos, o número permaneceu o mesmo do ano anterior (130 bases).

A tabela 1 oferece uma descrição das bases de dados e outros tipos de materiais que se encontram disponíveis no Portal de Periódicos. Em 2011, atendendo às solicitações das bibliotecas das instituições, foram incluídos os Repositórios Institucionais, com o objetivo de divulgar a produção institucional local.

Tabela 1 (Ação 2317) – Bases de dados por tipo de material

Descrição da base de dados	Total
Textos completos	96
Referenciais com resumos	130
Obras de Referência	35
Patentes	10
Livros	104
Estatísticas	57
Normas técnicas	2
Teses e Dissertações (Capes e outras instituições)	64
Sites com periódicos de acesso gratuito	22
Arquivos Abertos e Redes de <i>e-prints</i>	12
Repositórios Institucionais	20

Descrição da base de dados	Total
Audiovisuais	1
Ferramenta de Busca	6
Outras Fontes (Fontes de informação científica e acadêmica, disponíveis gratuitamente na Internet)	19

Fonte: Capes/CGPP

Quanto ao Banco de Teses da Capes foram incluídas, em 2011, 50.904 referências bibliográficas com resumos das teses e dissertações defendidas em 2010². Para o ano de 2011 ainda não existem dados cadastrados.

Investimentos do Portal de Periódicos

Em apoio às atividades de pesquisa das instituições de ensino superior e centros de pesquisa, a Capes tem feito expressivo investimento anual para a manutenção e atualização da coleção de periódicos em texto completo, bases de dados de resumos e outros tipos de materiais do Portal de Periódicos.

Os valores das assinaturas, em 2011, perfizeram um total de US\$ 66.876.394,11 (sessenta e seis milhões, oitocentos e setenta e seis mil, trezentos e noventa e quatro dólares americanos e onze centavos) (gráfico 2). Deste montante, US\$ 52.781.366,33 (cinquenta e dois milhões, setecentos e oitenta e um mil, trezentos e sessenta e seis dólares americanos e trinta e três centavos) foram investidos na assinatura de bases em texto completo e US\$ 14.095.027,78 (quatorze milhões, noventa e cinco mil e vinte e sete dólares americanos e setenta e oito centavos) em bases referenciais com resumos. Os gráficos, a seguir, apresentam a evolução dos investimentos no Portal de Periódicos no período de 2003 a 2011.

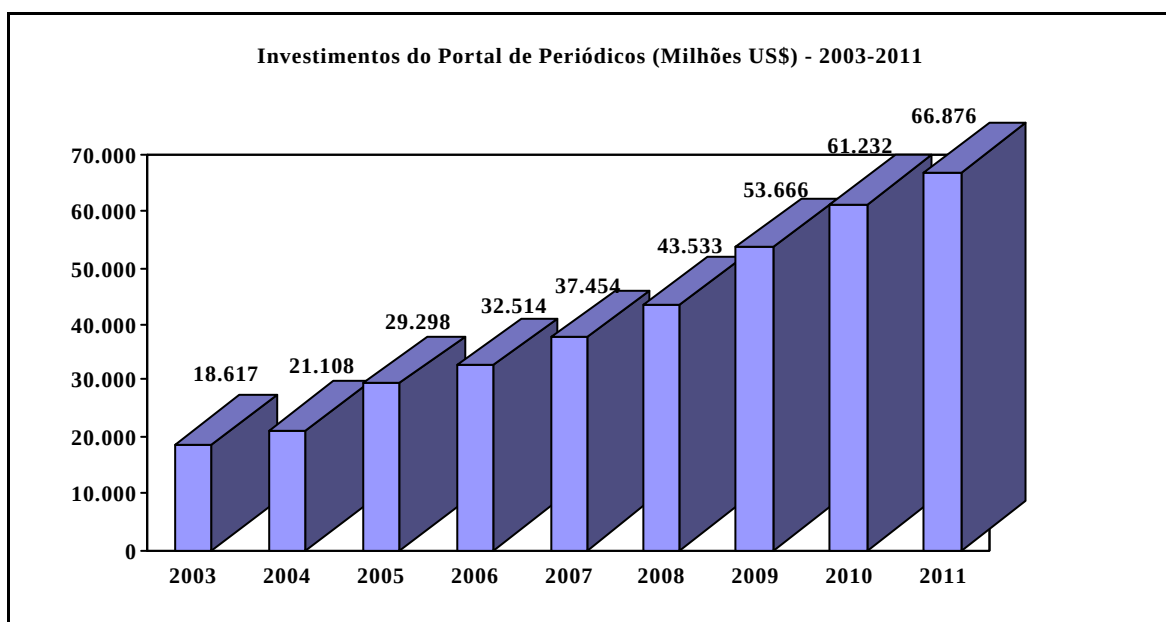


Gráfico 2 (Ação 2317) – Investimentos do Portal de Periódicos (Milhões US\$) – 2003-2011

Fonte: Capes/CGPP

² Fonte: Capes/Coordenação Geral de Informática (CGIN)

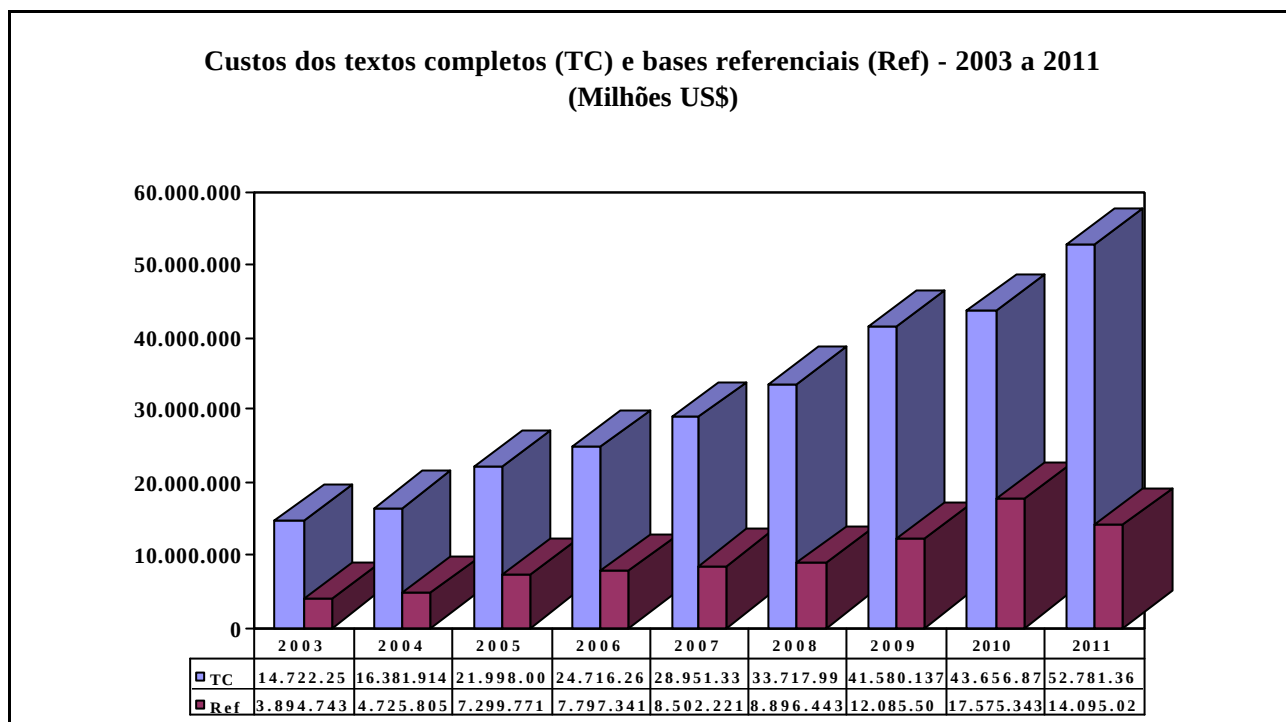


Gráfico 3 (Ação 2317) – Custos das assinaturas de bases em textos completos (TC) e em bases referenciais com resumos (Ref) – 2003 a 2011 (Milhões US\$)

Fonte: Capes/CGPP

Os títulos e as bases de dados assinados são adquiridos tendo por suporte as sugestões da comunidade acadêmica, dos representantes de áreas do conhecimento da Capes e as avaliações do Conselho Consultivo do Programa de Apoio a Aquisição de Periódicos (PAAP). Estes títulos são classificados pelo *Journal Citation Reports (JCR)* do *Institute for Scientific Information (ISI)*, com alto fator de impacto e contemplam as diversas áreas do conhecimento de maneira a atender a diversidade dos cursos de pós-graduação (gráfico 4).

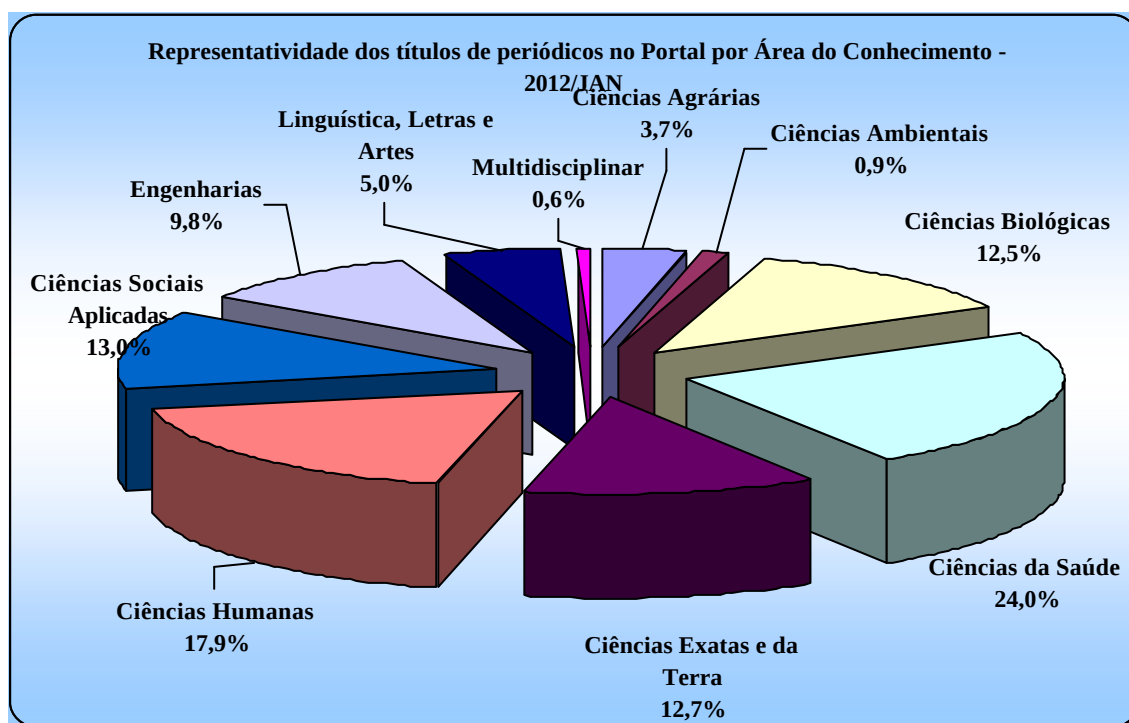


Gráfico 4 (Ação 2317) – Representatividade dos títulos de periódicos no Portal por área do conhecimento - 2012/jan

Fonte: Capes/CGPP

Em relação à distribuição dos títulos pelas grandes áreas do conhecimento, é importante ressaltar que, devido à interdisciplinaridade, um título pode estar classificado em mais de uma área do conhecimento, e que a política da Capes em relação à coleção do Portal de Periódicos é de acréscimo de novos conteúdos à medida que são identificados títulos representativos que complementam as coleções.

Instituições usuárias do Portal

Em 2011, o Portal de Periódicos estendeu o acesso para 326 instituições (gráfico 5), em cumprimento à estratégia da Capes de ampliação ao acesso à informação científica e tecnológica.

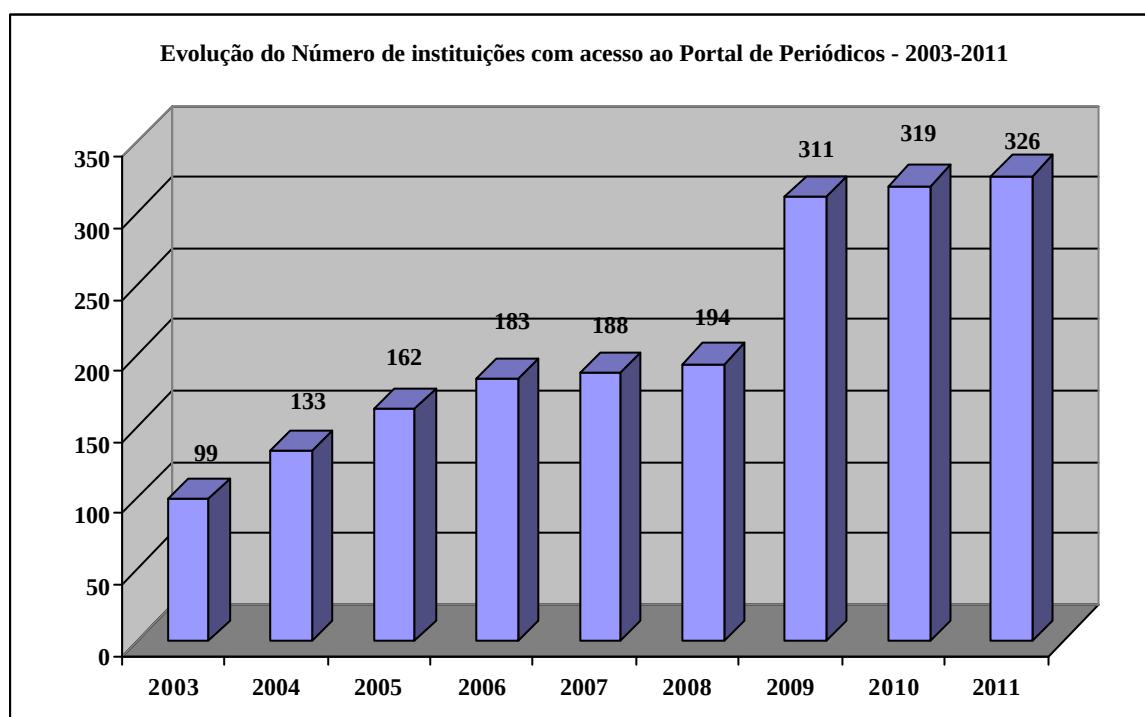


Gráfico 5 (Ação 2317) – Evolução do número de instituições com acesso ao Portal de Periódicos – 2003-2011

Fonte: Capes/CGPP

Conforme os critérios para acesso livre e gratuito à coleção assinada do Portal de Periódicos, dispostos no Artigo 10 da Portaria nº 34, de 19 de julho de 2001, da Capes, divulgados na seção institucional da página do Portal na internet e a Avaliação Trienal da Pós-Graduação de 2010 (triênio 2007-2009), 20 novas instituições de ensino superior (IES) foram incorporadas ao grupo de acesso amplo ao Portal.

Tendo em vista os mesmos critérios, um grupo de seis IES perdeu direito de acesso ao Portal em 2011, por não alcançarem a nota mínima ou superior na pós-graduação. Com a saída destas seis instituições foi possível a inclusão de quatro instituições federais de ensino superior recém instituídas. A inclusão das outras duas vagas se deu com o grupo das novas IES da trienal.

Para os casos em que os contratos com os editores previam o atendimento a um número maior de instituições, foi empregado o Índice Geral de Cursos - IGC 2009, do Ministério da Educação tendo em vista ser um indicador de qualidade de instituições de educação. As instituições com IGC maior ou igual a três passaram a acessar parte do Portal de Periódicos.

Cabe ressaltar, que após o encerramento do relatório de gestão de 2010, que registrou 311 instituições, oito passaram a acessar o Portal de Periódicos por atender aos critérios estabelecidos pela Portaria supracitada, finalizando o ano de 2010 com 319 instituições conforme demonstrado no gráfico 5.

As instituições que não se enquadram nos critérios para o acesso gratuito ao conteúdo assinado do Portal de Periódicos podem participar, mediante pagamento, como Usuário Colaborador. Atualmente, 25 instituições mantêm convênio para acesso ao Portal de Periódicos da Capes.

O repasse de recursos para os editores, referente ao acesso dos usuários colaboradores para 2012, foi de ordem de US\$ 814.545,30 (oitocentos e quatorze milhões, quinhentos e quarenta e cinco mil dólares americanos e trinta centavos), relativos à participação da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA) e do Ministério de Ciência e Tecnologia (MCT). O repasse das outras instituições colaboradoras só será realizado em 2012.

Dentre as iniciativas de maior relevância para a manutenção do acesso ao Portal pelas instituições, no ano de 2011, está a criação do sistema de gerenciamento de IP (*Internet Protocol*), o AdminIP, desenvolvido em parceria com a RNP, com o objetivo de tornar mais ágil o processo de inclusão e atualização de dados institucionais. Por meio desse sistema, as instituições usuárias do Portal, a Capes e os editores das bases de dados poderão acompanhar e atualizar endereços IP cadastrados para acesso ao Portal e suas bases, bem como registrar e consultar informações relevantes para suas atividades profissionais.

Uso do Portal pela comunidade científica

Em 2011, foram baixados 34.231.457 textos completos e 42.107.835 pesquisas às bases referenciais com resumos, totalizando 76.339.292 acessos ao conteúdo assinado em 2011 (gráfico 6), um significativo aumento de 34,94% em relação ao uso em 2010 no que se refere aos textos completos baixados.

Pode-se afirmar que o fator preponderante responsável por este crescimento do uso do Portal de Periódicos foi a implementação do metabuscador que teve seu uso efetivo, pelas instituições usuárias, a partir de 2011.

A facilidade de uso proporcionada pela busca integrada ou metabusca a várias bases de dados simultaneamente não requer do usuário conhecimento no uso das plataformas de busca de diferentes editores. Essa ferramenta de busca, facilitou o acesso a maior quantidade de artigos nos assuntos desejados e, conseqüentemente, ampliação nos *downloads* efetuados.

Outro fator que contribuiu com o aumento do uso foi a adoção, pela Capes em parceria com a Rede Nacional de Pesquisa (RNP), do acesso remoto ao Portal de Periódicos via Comunidade Acadêmica Federada – CAFE. O acesso remoto por meio da CAFE é de fácil acesso pois permite ao usuário acessar o Portal de Periódicos com sua senha institucional de qualquer equipamento, não necessitando configuração do *proxy* institucional.

A adesão à Comunidade de grandes universidades como a Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG, a Universidade de São Paulo – USP e a Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul – PUC/RS, entre outras, colaborou para o aumento do uso do Portal, pois “ter o acesso remoto ao Portal é fundamental por se tratar do maior instrumento de informação da ciência...” trata-se de “...uma ferramenta importante para o aperfeiçoamento do conhecimento e deve estar disponível da melhor maneira possível”, segundo o Professor Emídio Cantídio de

Oliveira Filho, Diretor de Programas e Bolsas no País da Capes (Portal de Periódicos. Notícia. **Acesso remoto ao Portal de Periódicos para bolsistas da Capes.** Em 30.01.12).

Com início em novembro de 2010, a CAFe conta, hoje, com 20 adesões, sendo oito instituições que aderiram em 2010 e 12 instituições com adesão em 2011. A partir de 2012 os bolsistas da Capes ativos no exterior passarão a utilizar o Portal de Periódicos pela CAFe.

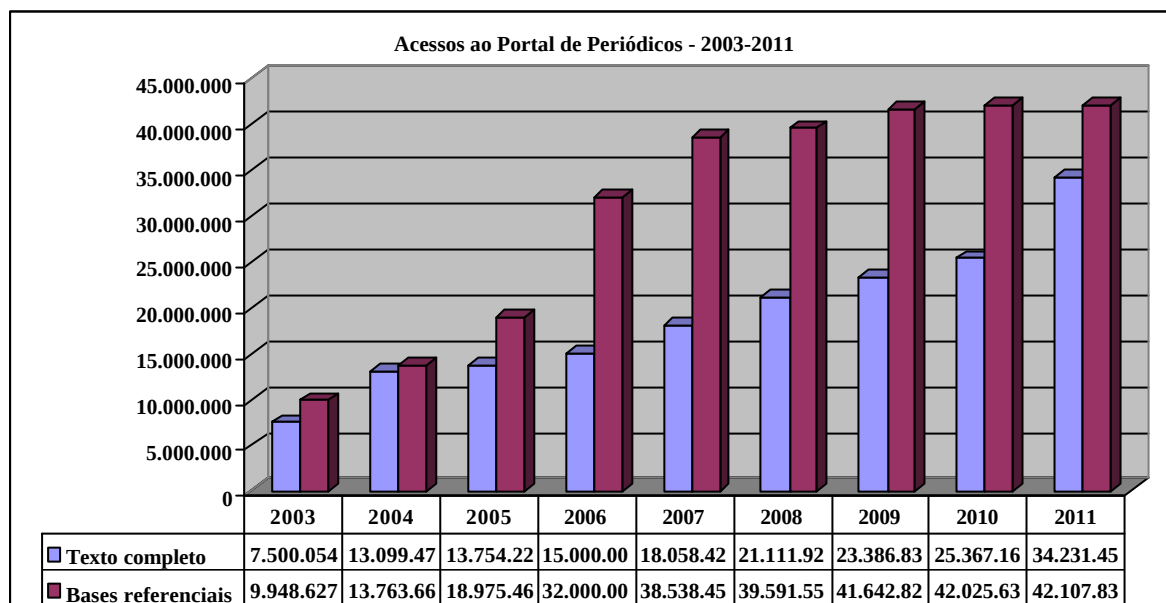


Gráfico 6 (Ação 2317) – Acesso ao Portal – 2003-2011

Fonte: Capes/CGPP

Com o crescimento do uso, o acesso ao texto completo custou a Capes US\$ 1.31, com a taxa de redução do custo médio em 6,82% e as pesquisas às bases de resumos em US\$ 0.33, um crescimento do custo em 4,61% (gráfico 7).

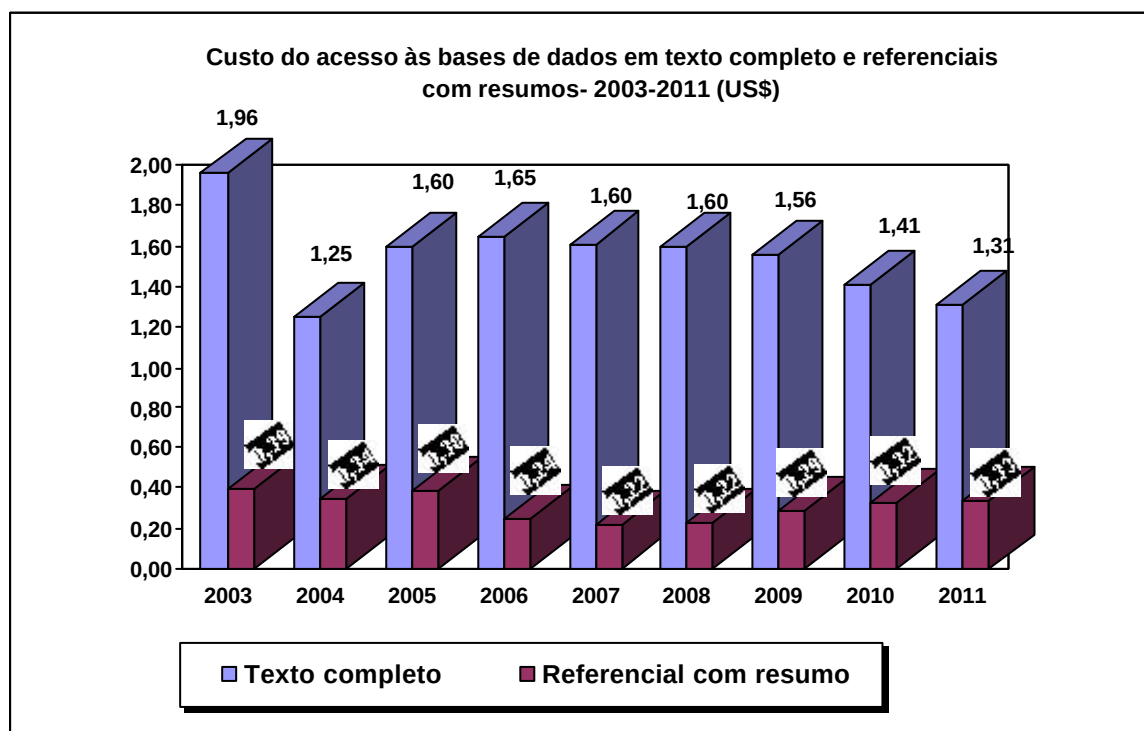


Gráfico 7 (Ação 2317) - Custo do acesso – 2003-2011

Fonte: Capes/CGPP

Na versão *mobile* foi registrado o total de 11.040 visitantes, de julho a dezembro de 2011.

Os dados estatísticos, em 2011, passaram a ser coletados eletronicamente por meio da implementação dos padrões internacionais de formatação e coleta de estatísticas de uso de recursos bibliográficos eletrônicos: COUNTER (*Counting Online Usage of Networked Electronic Resources*) e SUSHI (*Standardized Usage Statistics Harvesting Initiative*).

Como nem todos os editores aderiram a estes padrões, os dados estatísticos de alguns editores são coletados em planilhas Excel pré-formatadas e realizado o *upload* no sistema. Além dos serviços de coleta, foi desenvolvido, em ação conjunta entre Capes e RNP, um sistema para consolidação, consulta e emissão de relatórios gerenciais sobre os dados coletados. Desenvolver e implantar um sistema de coleta automática, armazenamento e emissão de relatórios dos dados de acesso ao Portal de Periódicos era imperativo para a substituição do lento processo de compilação manual.

Treinamentos do Portal de Periódicos e outros eventos

Em 2011, foram ministradas três modalidades de treinamentos: Regional, Pró-Multiplicar e Sob demanda. No total foram realizados 16 treinamentos, sendo dez na modalidade Pró-Multiplicar, cinco Regionais e um Sob demanda, com um total de 1.594 pessoas capacitadas.

O Programa de Formação de Multiplicadores – Pró-Multiplicar – capacitou 714 participantes, entre alunos bolsistas, professores e bibliotecários. Dez instituições, localizadas nas regiões Centro-Oeste, Sudeste, Sul e Nordeste foram selecionadas para participar do Pró-Multiplicar no ano de 2011. Os treinamentos regionais da Capes tiveram 800 pessoas capacitadas, em cinco instituições situadas uma em cada região do país e, na modalidade Sob Demanda foi realizado apenas um, na Universidade Federal de Campina Grande – UFCG, com 80 participantes.

Em relação aos eventos, estes ocorreram em duas frentes de divulgação: participação em feiras e congressos como expositor por meio de *stand* e, em reuniões de trabalho realizadas no prédio sede da Capes.

Como expositor, o Portal de Periódicos participou em quatro eventos: 9º Edição da Feira Brasileira de Ciência e Engenharia (FEBRACE); 2º Feira Faperj – Ciência, Tecnologia & Inovação; 63º Reunião Anual da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC) e XXIV Congresso Brasileiro de Biblioteconomia, Documentação e Ciência da Informação (CBBD).

Foram realizadas quatro reuniões de trabalho: Reunião de Trabalho dos Bibliotecários, com o objetivo de analisar os conteúdos adquiridos pelo Portal de Periódicos e o Catálogo de Sugestões; duas reuniões do Conselho Consultivo do Programa de Apoio à Aquisição de Periódicos (PAAP) e CRUESP, a fim de analisar a proposta de contratação da editora Elsevier B.V. para o período de 2012/2015 e da editora *Wiley Publishers Since*; e, Reunião com o Ministério da Saúde e Editores, com a finalidade de avaliar as coleções dedicadas à medicina baseada em evidências.

O Portal de Periódicos da Capes foi um dos premiados no 15º Concurso Inovação na Gestão Pública Federal, organizado pela Escola Nacional de Administração Pública (ENAP) com o apoio do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG). O Portal alcançou a quinta posição entre os 117 projetos inscritos e a premiação ocorreu em abril de 2011, em Brasília.

Em 10 de novembro, como parte das comemorações dos 60 anos da Capes e do 11º aniversário do Portal de Periódicos, foi realizada caminhada ecológica com plantio de mudas de ipês e cerimônia de Renovação de Contratos com os Editores, além da entrega do Prêmio *Emerald*. Houve, ainda, em dezembro a entrega do Prêmio *Scival* Brasil que homenageou nove instituições de ensino e pesquisa que mais contribuíram para o desenvolvimento da ciência no país.

Comunicação e WebTV

O propósito do trabalho realizado, a partir do Plano de Comunicação aprovado pela CGPP, foi divulgar o Portal de Periódicos da Capes junto às instituições de ensino superior e pesquisa beneficiadas com o uso desta ferramenta de busca. Além disso, o conjunto de ações e estratégias de divulgação efetuadas ao longo do ano visou aproximar o público dessas instituições, disseminando e ampliando o acesso ao Portal de Periódicos. O Plano de Comunicação contemplou as áreas de assessoria de imprensa, audiovisual, relações públicas, editoração, publicidade e propaganda.

Em 2011, o sistema Capes WebTV contabilizou 116 adesões ao sistema. Desse número, 59 instituições fecharam o ano com o sistema em pleno funcionamento e as outras 57 ainda estavam em processo de implantação da mídia. No mapa do Brasil, representado pela figura a seguir, é possível verificar a concentração das IES com Capes WebTV ativa.



Ilustração 1 (Ação 2317) – Representação das IES com Capes WebTV, no mapa do Brasil – 2011

Com relação ao contato do usuário com o Portal, o Fale Conosco do Portal de Periódicos registrou no ano de 2011, por intermédio deste canal de comunicação, 6.765 mensagens recebidas. Dentre as mensagens lidas e respondidas, 1.265 ou, 18,70% do total das mensagens, referiam-se a questões relacionadas ao acesso ao Portal, sendo que deste número 35,18% eram informes sobre problemas de acesso, 29,17% eram solicitações de informações sobre o acesso remoto e 20% solicitações de informações sobre o funcionamento do acesso e uso do Portal (gráfico 8).

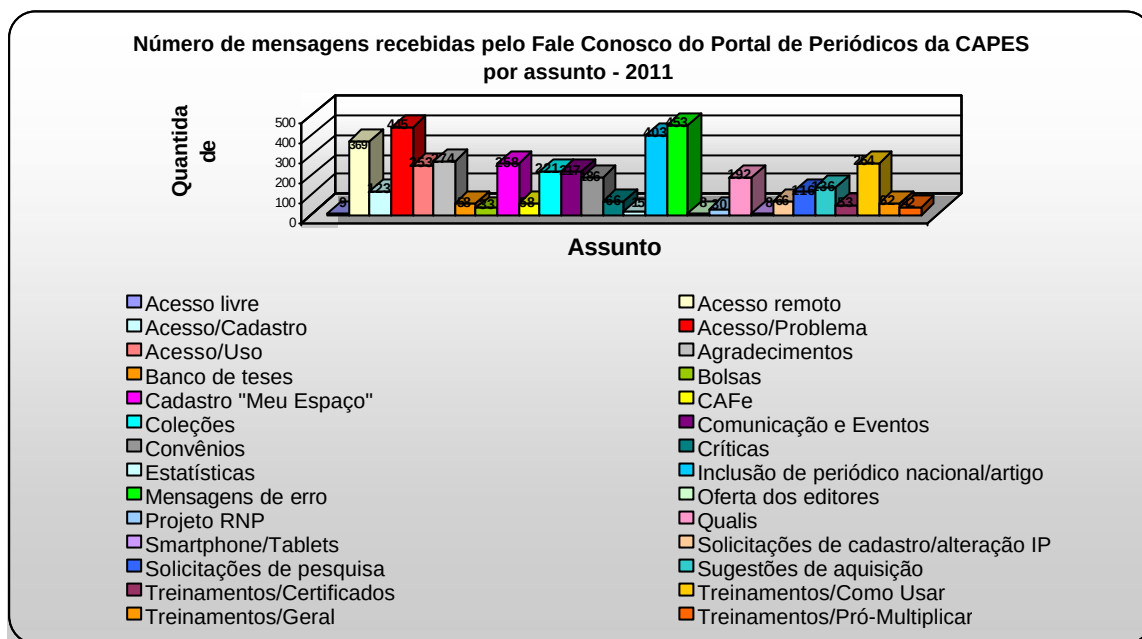


Gráfico 8 (Ação 2317) – Número de mensagens recebidas pelo Fale Conosco do Portal de Periódicos da Capes por assunto – 2011

Fonte: Capes/CGPP

b) Principais Problemas

Não foram detectados problemas no âmbito da Ação 2317.

c) Contratações e Parcerias

Para manutenção e desenvolvimento da coleção do Portal de Periódicos, para o ano de 2011, foram assinadas renovações de vigência de contratos, referentes ao direito ao acesso às bases de dados eletrônicas de publicações científicas, como prescreve a Lei 8.666, artigo 57, inciso II, de 21 de junho de 1993, bem como realizados contratos para aquisição de novas coleções demandadas pela comunidade acadêmica e coordenadores de Áreas do Conhecimento da Capes.

Novas aquisições

O valor para as novas aquisições foi de US\$ 1.274.273,00 (um milhão, duzentos e setenta e quatro mil, duzentos e setenta e três dólares americanos) para as assinaturas de três coleções em texto completo: a *European and American Biochem Publishers*, a *European and American Publishers (Math and Earth Collection)* e a *BioOne 2*. A tabela 2 apresenta as novas coleções que foram incluídas no acervo do Portal com os recursos despendidos por cada base.

Tabela 2 (Ação 2317) – Novas aquisições em 2011

Coleção	Conteúdo	Valor US\$
1.European & American Biochem Publishers	1) Jama Evidence - base de dados na área de medicina baseada em evidências. Contém Guias Clínicos, Calculadores, Guias Educacionais, além dos aos livros <i>User Guide to Medical Literature</i> , <i>The Rational Clinical Examination</i> e <i>Care at the close of life: evidence & experience</i> .	1.033.164,00

Coleção	Conteúdo	Valor US\$
	2) Periódicos publicados pela Cold Spring Harbor Laboratory Press - <i>Genes & Development</i> (ISSN 1549-5477), disponível desde 1987 e <i>RNA</i> (ISSN 1469-9001), disponível desde 1995.	
	3) Periódicos publicados pela editora Karger que somam 10 títulos disponíveis desde 1998 até o presente;	
	4) Periódicos publicados pela editora Thieme abrangendo Síntese de Proteínas e Biologia somando quatro títulos com período de acesso variando de 2000 até o ano presente.	
	5) PsycBOOKS (APA) – base de dados produzida pela American Psychological Association, contendo diversas fontes de informações em Psicologia, incluindo Relatórios Científicos, Brochuras e Livros.	
	6. Primal Pictures : base de dados produzida pela Editora Ovid, contendo textos e vídeos 3D, abrangendo todos os aspectos da anatomia humana.	
	7) PNAS : <i>Proceedings of National Academy of Sciences of United States of America</i> (ISSN 0027-8424) produzido pela <i>National Academy of Sciences</i> , disponível desde 1915.	
2. European & American Publishers (Math & Earth Collection)	1) JSTOR Math Stats Collection contendo 93 periódicos, com diferentes períodos de cobertura. 2) EUCLID Project da <i>Duke University</i> voltada para a área de Matemática, com acesso a 36 títulos de periódicos, sendo 26 títulos com assinatura corrente e o restante com acesso até 2008.	210.589,00
3. BioOne 2	Acesso a 78 títulos de periódicos nas áreas de biologia, ecologia e meio ambiente.	30.520,00
Total		1.274.273,00

Fonte: Capes/CGPP

Renovações da vigência do conteúdo disponível no Portal de Periódicos

Para renovações dos contratos foram utilizados US\$ 65.602.121,11 (sessenta e cinco milhões, seiscentos e dois mil, cento e vinte e um dólares americanos e onze centavos), como segue discriminado abaixo:

Indicadores

1 - *Journal Citation Reports online* – (Science Edition, Social Science Edition e Standalone) Version/2008-2010. Para 2011 foi renovado o contrato para disponibilizar o acesso a 180 Instituições. Valor: US\$ 205.675,00.

2 - *National Science Indicators (NSI), Version-2009 Fee for 1981-2010 Indicators (delivery scheduled for between April-June 2009)*. Valor: US\$ 12.250,00.

3. *Essential Science Indicators Internet (ESI)*- Ferramenta que possibilita aos pesquisados e avaliadores de pesquisa medir o desempenho científico e rastrear as tendências da ciência. Valor: US\$ 20.657,00.

Repositório/Seguro

O Sistema *PORTICO* é um serviço focado na preservação da literatura acadêmica em formato eletrônico. A assinatura da Capes tem como objetivo garantir que o material assinado para o Portal de Periódicos continue acessível e preservado no período contratado, caso deixe de ser disponibilizado pelo editor ou por outros motivos como por exemplo falência, desastres entre

outros. O contrato foi renovado no valor de US\$ 79.114,00 (setenta e nove mil e cento e quatorze dólares americanos).

Bases de dados

Para manutenção da coleção existente no Portal foram realizadas renovações de contratos para 2011 de bases em texto completo, bases de resumos, uma base de livros, enciclopédias e normas técnicas (tabelas 3 e 4).

Tabela 3 (Ação 2317) – Renovações para 2011: texto completo

	Coleção	Conteúdo	Valor US\$
1	<i>Academic Search Premier (ASP) - Ebsco</i>	Base referencial com resumos, multidisciplinar, contendo texto completo.	700.000,00
	<i>Dentistry and Oral Sciences Source (Doss) - Ebsco</i>	Base referencial com resumos com textos completos de periódicos e livros eletrônicos, na área de odontologia.	
2	<i>Alexander Street Press</i>	Material de referência na área de música e religião: inclui as coleções <i>Religion Online</i> , <i>Classical Music Library</i> , <i>Classical Scores Library</i>	172.465,00
3	<i>American Association for the Advancement of Science (AAAS)</i>	Publicações em texto completo cobrindo todas as áreas do conhecimento com concentração em biologia.	310.746,00
4	<i>American Chemical Society (ACS)</i>	Coleção de periódicos em texto completo nas áreas de química, biologia, engenharias e exatas e da terra e tecnologia de alimentos.	585.846,00
5	<i>American Institute of Physics (AIP)</i>	Coleção em texto completo do <i>American Institute of Physics (AIP)</i> , da <i>American Physical Society (APS)</i> e de outras associações científicas e profissionais na área de física.	721.515,89
6	<i>American Physiological Society (APS)</i>	Publicações em texto completo especializadas em fisiologia.	125.925,00
7	<i>American Societies</i>	Publicações em texto completo de várias sociedades em todas as áreas do conhecimento.	2.840.082,00
8	<i>American Society for Biochemistry and Molecular Biology</i>	Publicações em texto completo em biologia.	229.839,00
9	<i>AAAS(Science Translational Medicine)</i>	Publicação em texto completo em Medicina.	103.544,00
10	<i>American Society for Testing and Materials (ASTM)</i>	Normas técnicas e textos completos nas áreas de biologia, agrárias, saúde e engenharias. Inclui: <i>ASTM Digital Library</i> e <i>ASTM Standards</i>	765.000,00
11	<i>American Society of Civil Engineers (ASCE)</i>	Textos completos nas áreas das engenharias, ambientais e exatas e da terra.	531.703,00
	<i>Maney</i>		
12	<i>American Society of Hematology</i>	Publicação em texto completo na área de hematologia.	77.152,30
13	<i>Annual Reviews</i>	Coleção em texto completo cobrindo todas as áreas do conhecimento.	226.330,00
14	<i>Association for Computing Machinery (ACM)</i>	Coleção em texto completo incluindo além de artigos: <i>transactions</i> , <i>magazines</i> , <i>newsletters</i> e <i>proceedings</i> cobrindo as áreas de exatas, engenharias e de ensino de ciências e matemática.	493.619,00
15	<i>Begell House</i>	Textos completos nas áreas das engenharias e saúde.	663.000,00

	Coleção	Conteúdo	Valor US\$
16	BioOne1	Reúne publicações em texto completo das sociedades científicas, de editores e bibliotecas nas biológicas e agrárias e ciências ambientais	123.600,00
17	Cabi Compendia	Material de referência composto por: <i>Forestry Compendium; Crop Protection Compendium; Animal Health & Production Compendium; Aquaculture Compendium</i>	134.210,00
18	Cambridge University Press	Coleção em texto completo cobrindo as áreas de biologia, saúde, exatas e da terra, ciências sociais aplicadas, humanas, letras e artes.	339.873,00
19	Ecological Society of América (ESA)	Textos completos nas áreas de ciências ambientais e ecologia.	81.637,00
20	Elsevier B.V (Science Direct e e-books)	Texto completo de artigos, livros e enciclopédias cobrindo todas as áreas do conhecimento.	21.880.147,00
21	Elsevier (Masson , clinics e Cell Press)	Bases em texto completo das áreas de saúde e biologia.	3.142.125,00
22	Emerald	Textos completos nas áreas de ciências sociais aplicadas e engenharias.	908.975,00
23	Encyclopaedia Britannica Online Academic Edition	Material de referência cobrindo todas as áreas do conhecimento.	146.775,00
24	Enciclopédia Britânica – Básica	Material de referência cobrindo todas as áreas do conhecimento.	1.255.000,00
25	Endocrine Society	Publicações em texto completo especializadas em endocrinologia e fisiologia.	26.676,00
26	Federation of American Society for Experimental Biology	Publicação em texto completo em biologia.	24.398,00
27	GALE _ Eighteenth Century Collections Online	Livros publicados no século 18 com textos completos digitalizados nas áreas de ciências humanas e sociais aplicadas.	303.226,00
	GALE _ Academic OneFile e Modern language Association Database (MLA)	Publicações em texto completo nas áreas de ciências humanas e sociais aplicadas e base de dados referencial nas áreas de línguas, literatura, linguística e folclore.	
28	Grove Music Online	Base de referência nas áreas de história e artes incluindo acesso ao <i>Oxford Dictionary of National Biography</i> , ao <i>The Oxford Companion to Music</i> (2002) e ao <i>The Oxford Dictionary of Music, Second Edition, Revised</i> (2006).	23.564,00
29	GeoScienceWorld (GSW)	Periódicos em texto completo de diversas editoras científicas.	313.208,00
30	H.W.Wilson	Textos completos nas áreas de biologia, saúde, agrárias, exatas e da terra, engenharias, ciências sociais aplicadas, humanas , letras e artes, disponibilizados junto com a base de dado de resumos.	483.490,00
31	HighWire (Base de dados de 07 Associações)	Textos completos com ênfase nas áreas de biologia e saúde.	535.000,00
32	Institution of Civil Engineers (ICE)	Textos completos na área de engenharia civil e áreas correlatas.	296.000,00
33	Institute of Electrical and Electronics Engineers (IEEE)	Normas técnicas e textos completos de anais de congressos e conferências e de publicações periódicas nas engenharias e exatas.	1.295.641,00
34	Institute of Physics (IOP) Publishing Limited	Textos completos na área de física do IOP e outras sociedades científicas.	754.828,00

Coleção		Conteúdo	Valor US\$
35	Jstor - Arts & Science Collec. 01	Textos completos retrospectivos nas áreas de economia, história, ciências políticas, sociologia, ecologia, matemática e estatística.	459.300,00
36	Jstor - Arts & Science Collec. 03	Textos completos retrospectivos nas áreas de línguas e literatura e artes	212.400,00
37	Laboratório Nacional de Luz Sincroton (LNLS) – Física: e CrystMet e Phase Diagrams.	Obras de referência composta das Bases de Estruturas Cristalinas: <i>Inorganic Crystal Structure Database</i> : ICSD; <i>Metals Structure Database</i> (CRYSTMET) e <i>Phase Diagrams</i> das áreas de engenharias, física e química.	324.605,00
38	Mary Ann Liberty	Textos completos nas áreas de saúde, biomedicina, psicologia e direito.	104.404,00
39	Micromedex	Base de referência na área de farmácia e farmacologia.	499.212,00
40	Nature	Disponível a revista <i>Nature weekly</i> , de cobertura multidisciplinar e <i>reviews e research</i> especializadas.	783.366,00
41	Optical Society (OSA)	Textos completos na área de física.	123.600,00
42	Organization for Economic Cooperation and Development (OECD)	Material de referência e textos completos que inclui a base <i>SourceOECD</i> , biblioteca eletrônica contendo periódicos, livros, bases de dados estatísticas interativas e outras coleções publicadas pela OECD.	238.601,56
43	OVID	Periódicos em texto completo de diversas editoras científicas com ênfase nas áreas de biologia e saúde.	1.718.926,00
44	Oxford	Textos completos nas áreas de biologia, saúde, exatas e da terra, ciências sociais aplicadas e humanas.	537.973,34
45	Project Muse	Textos completos nas áreas de humanas e ciências sociais aplicadas.	483.709,00
46	Royal Society of Chemistry(RSC)	Textos completos dos periódicos da Sociedade na área de química.	290.184,62
47	Sage	Textos completos com concentração nas áreas de ciências sociais aplicadas e humanas.	483.571,49
48	Springer / Kluwer	Textos completos nas áreas de biologia, saúde, agrárias e exatas e da terra.	2.036.500,00
49	Wiley Blackwell Full Collection	Textos completos nas áreas de biológicas, saúde, exatas e da terra, agrárias, sociais aplicadas, humanas, linguística, letras e artes.	2.595.600,13
Total			51.507.093,33

Fonte: Capes/CGPP

Tabela 4 (Ação 2317) – Renovações para 2011: resumos

	Coleção	Conteúdo	Valor US\$
1	Chemical Abstracts (CAS) - SciFinder Scholar	Versão online do <i>Chemical Abstracts</i> . Base referencial com resumos nas áreas de química, saúde, ambientais e engenharias.	2.010.000,00
2	Derwent Innovations Index (DII)	Base de dados de patentes com referências em todas as áreas do conhecimento	690.269,00

	Coleção	Conteúdo	Valor US\$
3	<i>EBSCO Publishing</i>	Inclui as bases de dados de resumos: CINAHL with Full Text; ISTA; LISTA with full text; RILM; SocIndex with Full Text; SportDiscus) nas áreas de saúde, humanas e sociais aplicadas. Contem títulos com texto completo.	319.700,78
4	<i>Elsevier</i>	Inclui as bases de resumos <i>Scopus</i> e <i>Compendex</i> atendendo todas as áreas do conhecimento (<i>Scopus</i>) e a área de engenharia (<i>Compendex</i>).	4.158.319,00
5	<i>Online Computer Library Center (OCLC)</i>	Banco de dados que oferece acesso ao acervo de diversas bibliotecas do mundo.	Não envolve recursos
6	<i>ProQuest – Cambridge Scientific Abstracts (CSA)</i>	Conjunto de bases de dados referenciais com resumos cobrindo as áreas de engenharia, tecnologia, ciências sociais aplicadas, humanas e exatas.	491.654,00
7	<i>SilverPlatter/Ovid</i>	Bases de dados referenciais com resumo em várias áreas do conhecimento: <i>Biological Abstracts</i> ; <i>CAB Abstracts</i> ; <i>EconLit</i> ; <i>Food Science & Technology Abstracts</i> ; <i>INSPEC</i> ; <i>Philosophers Index</i> .	2.197.548,00
8	<i>Web of Science (Wos)</i>	Base referencial com resumos multidisciplinar que indexa os periódicos mais citados em suas respectivas áreas. É composta por: <i>Science Citation Index</i> ; <i>Social Sciences Citation Index</i> ; <i>Arts and Humanities Citation Index</i> .	3.909.841,00
	Total		13.777.331,78

Fonte: Capes/CGPP

d) Transferências

Em 2011 não foram efetuadas transferências de recurso no âmbito da Ação 2317.

e) Considerações sobre o alcance das metas física e financeira

O número de acessos ao Portal em 2011 foi de 76.339.292, o equivalente a mais de 209 mil acessos diários, ultrapassando em 9% a meta física prevista para esta ação orçamentária. Para manutenção e atualização do acervo, o investimento no Portal de Periódicos em 2011 foi de 146,3 milhões de reais, o qual foi integralmente aplicado. Convém ressaltar que o montante executado acima do previsto refere-se à variação cambial.

Tabela – Metas física e financeira da Ação 2317, em 2011

META	PREVISÃO	EXECUÇÃO	EXECUÇÃO/PREVISÃO (%)
FINANCEIRA	146.289.830,00	157.756.896,92	107,84
FÍSICA	70.000.000	76.339.292	109,06

Fonte: SIMEC para execução física e SIAFI para a execução financeira.

II) Ação 4011 - Avaliação e Acompanhamento de Programas de Pós-Graduação e de Fomento

Ação 4011	Avaliação e Acompanhamento de Programas de Pós-Graduação e de Fomento
Tipo	Atividade
Finalidade	Promover a avaliação trienal e o acompanhamento anual dos programas de pós-graduação <i>stricto sensu</i> em funcionamento no Sistema Nacional de Pós-Graduação do País; e a avaliação anual das propostas submetidas à para abertura de novos cursos de mestrado e doutorado.
Descrição	Manutenção de um amplo sistema de acompanhamento anual e de avaliação periódica dos cursos de pós-graduação <i>stricto sensu</i> e das condições de funcionamento de cada novo curso ou programa de mestrado e doutorado oferecido no País; bem como a manutenção da avaliação dos processos visando à obtenção de bolsas de estudo e financiamento da infra-estrutura de ensino e pesquisa das instituições de ensino superior do País. A avaliação é realizada por comissões compostas por consultores nacionais e internacionais e por servidores, incidindo sobre esta atividade custos de consultoria, tecnologias da informação (TI), diárias, hospedagem, passagens, transporte, contratação de serviços e despesas acessórias.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	
Coordenador nacional da ação	Lívio Amaral Diretor de Avaliação
Unidades executoras	Diretoria de Avaliação – Coordenação Geral de Atividades de Apoio à Pós-Graduação; Coordenação Geral de Avaliação e Acompanhamento.

a) Principais Resultados:

A Avaliação do Sistema Nacional de Pós-Graduação, estabelecida e orientada pela Diretoria de Avaliação/Capes e realizada com a participação da comunidade acadêmico-científica por meio de consultores *ad hoc*, é atividade essencial para assegurar e manter a qualidade dos cursos de Mestrado e Doutorado e induzir a expansão do sistema.

Nesse sentido, a avaliação conduzida pela Capes pauta-se em dois grandes pilares, a saber:

- Certificação da qualidade da pós-graduação Brasileira (referência para a distribuição de bolsas e recursos para o fomento à pesquisa);
- Identificação e orientação, para induzir a expansão dos programas de pós-graduação.

Para consecução desses propósitos, e para condução do Sistema Nacional de Pós-graduação – SNPG, a Capes promove, dentre outros: (a) a formação pós-graduada de docentes em todos os

níveis de ensino; (b) a formação de recursos humanos qualificados para o mercado não-acadêmico; e (c) o fortalecimento das bases científica, tecnológica e de inovação.

Sistema de Avaliação

A avaliação é operacionalizada em **48 áreas de avaliação**, número vigente em 2011, e segue uma mesma sistemática e conjunto de quesitos básicos estabelecidos no Conselho Técnico Científico da Educação Superior (CTC-ES).

O **Sistema de Avaliação** administrado pela DAV/CAPES dividi-se em dois processos distintos que se referem à entrada e permanência dos cursos de mestrado profissional (MP), mestrado acadêmico (ME) e doutorado (DO) no SNPG (ver figura 1):

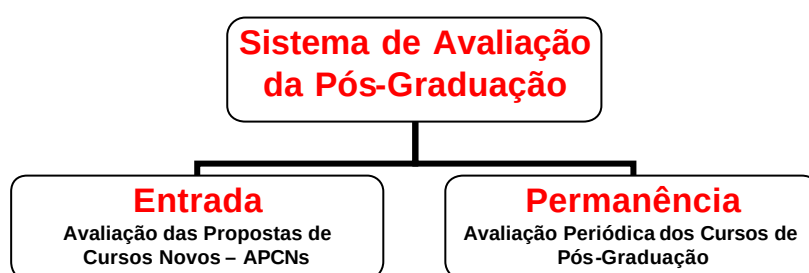


Figura 1 – Sistema de Avaliação conduzido pela Capes

Ambos os processos, entrada e permanência, são conduzidos com base nos mesmos fundamentos, a saber:

- Reconhecimento e Confiabilidade fundados na qualidade assegurada pela análise dos pares;
- Critérios debatidos e atualizados pela comunidade acadêmico-científica a cada período avaliativo;
- Transparência: ampla divulgação das decisões, ações e resultados:
 - no portal da CAPES;
 - nas subpáginas das áreas de avaliação (www.capes.gov.br/avaliacao/areas-paginas)

Sistema de Avaliação – Entrada no SNPG

Avaliação de Cursos Novos

A Avaliação das Propostas de Cursos Novos de Pós-Graduação é parte do rito estabelecido para a admissão de novos programas e cursos ao Sistema Nacional de Pós-Graduação – SNPG. Ao avaliar as propostas de cursos novos, a Capes verifica a qualidade de tais propostas e se elas atendem ao padrão de qualidade requerido desse nível de formação e encaminha os resultados desse processo para, nos termos da legislação vigente, fundamentar a deliberação do CNE/MEC sobre o reconhecimento de tais cursos e sua incorporação ao SNPG.

A figura 2, abaixo, apresenta uma síntese dos procedimentos adotados na avaliação de propostas de cursos novos.

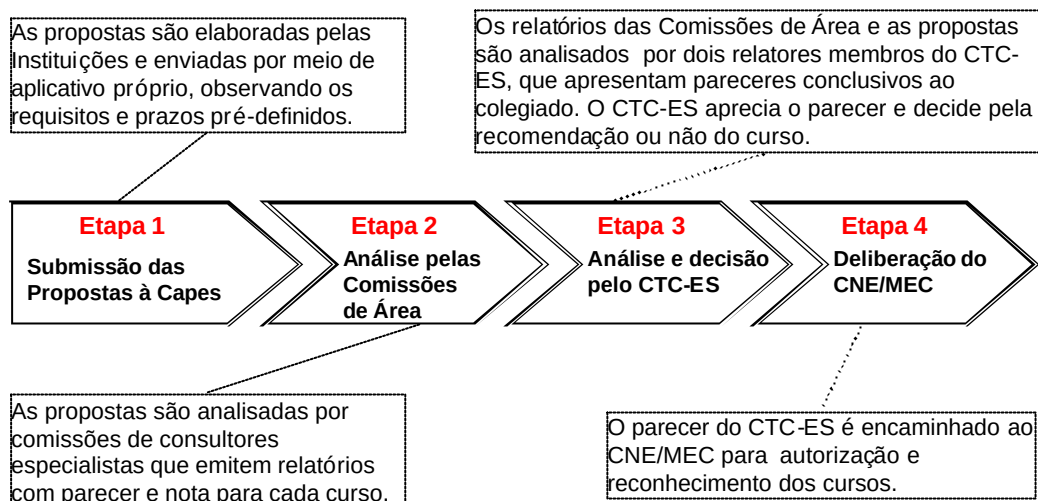


Figura 2 – Avaliação das propostas de Cursos Novos

No ano de 2011, foram protocoladas 735 propostas de novos cursos originadas em várias regiões do país, como pode ser visto na figura 3.

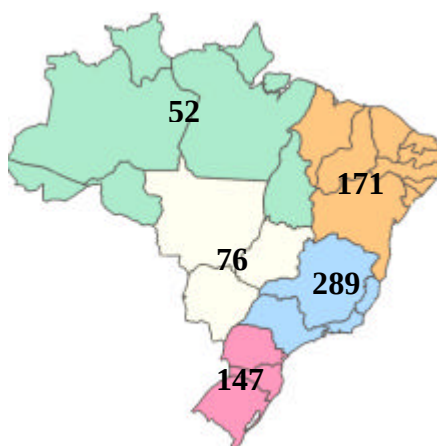


Figura 3 – Distribuição geográfica das Propostas de Cursos novos avaliadas em 2011

Sistema de Avaliação – Permanência no SNPG

Acompanhamento

O objetivo desta atividade é monitorar o desempenho dos programas ao longo do intervalo entre as avaliações periódicas.

Essa atividade abrange a realização de diligências documentais, visitas de consultores a cursos de mestrado e doutorado e reuniões promovidas pelas áreas de avaliação com os coordenadores de programas de pós-graduação para apresentações de dados seguidas de análises, debates e orientações.

A partir de 2011, a atividade de Acompanhamento prioriza a estratégia de promover reuniões dos coordenadores de área com coordenadores de programas de pós-graduação.

Avaliação Periódica

A Avaliação Periódica, no momento realizada a cada três anos, resulta em notas numa escala de 1 a 7 atribuídas aos mestrados e doutorados e que são homologadas pelo CTC-ES. Os resultados da avaliação conduzida pela DAV fundamentam a deliberação do Conselho Nacional de Educação - CNE/MEC sobre quais cursos obterão a renovação de reconhecimento para a continuidade de funcionamento no período subsequente.

A figura 4, abaixo, apresenta uma síntese dos procedimentos adotados na avaliação periódica.

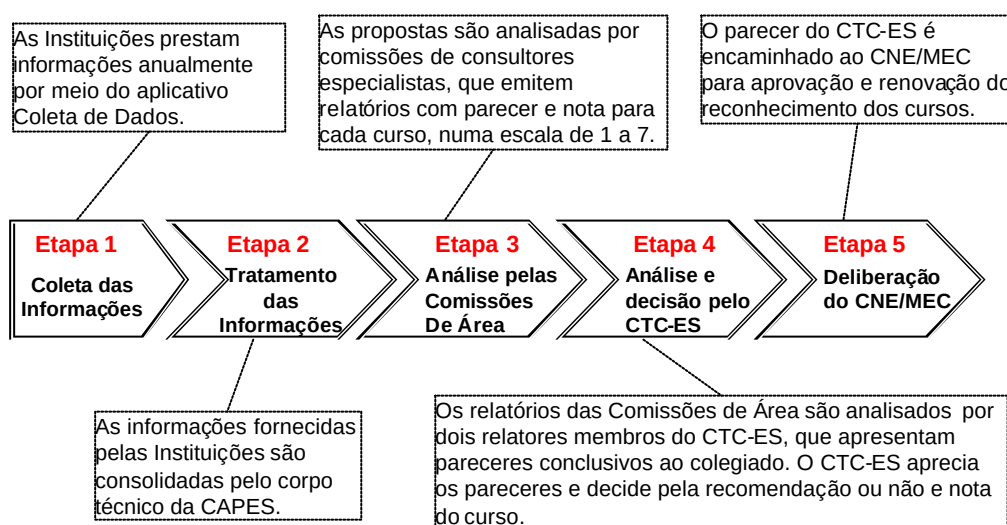


Figura 4 – Avaliação Periódica

Indução: Projetos Minter/Dinter

Os projetos de Mestrados e Doutorados Interinstitucionais (Minter e Dinter) têm como objetivo permitir a utilização da competência de programas de pós-graduação já consolidados para, com base em formas bem estruturadas de parceria ou cooperação interinstitucional, viabilizar a formação de doutores ou de mestres fora dos centros/regiões mais consolidados de ensino e pesquisa.

O foco de cada projeto Minter e/ou Dinter submetido à avaliação da DAV deve ser a formação de um único grupo ou turma especial de alunos de mestrado acadêmico ou doutorado com atividades de ensino e pesquisa que preservem o nível de qualidade do programa existente na instituição promotora, mas que sejam desenvolvidas no espaço físico da instituição beneficiária do projeto – ou seja, a instituição receptora. A instituição promotora tem, necessariamente, que ser responsável pela proposta do curso a ser ofertado por um programa de pós-graduação consolidado e reconhecido pelo CNE/MEC cuja nota seja igual ou superior a 5.

Com o objetivo de melhor desempenhar esse papel indutor, a DAV instituiu a submissão de projetos Minter e/ou Dinter unicamente a partir de Edital aberto para este fim e divulgado na página da CAPES. Estes projetos são encaminhados, exclusivamente, por meio de aplicativo próprio e de acordo com calendário específico.

A figura 5, abaixo, apresenta uma síntese dos procedimentos adotados na avaliação de projetos Minter/Dinter.

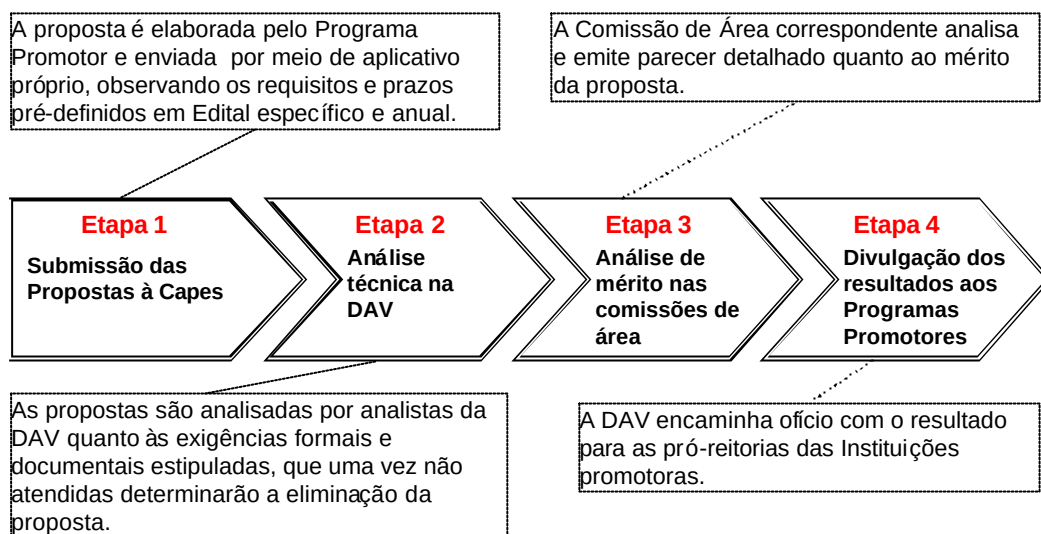


Figura 5 – Avaliação de Projetos Minter/Dinter

Em 2011 foram apresentadas 91 propostas de Minter/Dinter. Dessas, 54 foram aprovadas e visam à formação de mestres e doutores fora dos centros/regiões mais consolidados de ensino e pesquisa. A distribuição regional/geográfica das Instituições de Ensino Superior (IES) receptoras das propostas aprovadas é apresentada na figura 6.

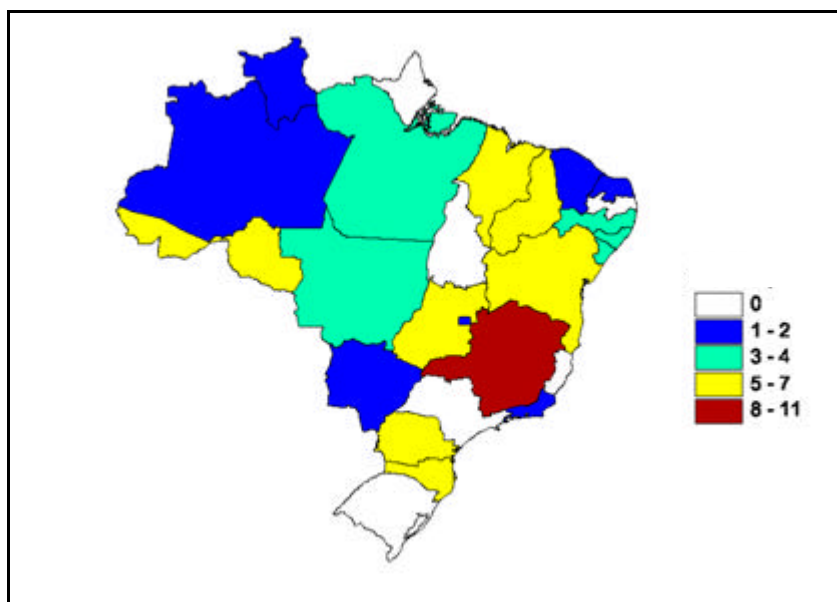


Figura 6 – Distribuição Geográfica das Propostas de Minter/Dinter - 2011

Dimensão do Sistema Nacional de Pós-Graduação – 2010/2011

Dados atuais apontam para uma dimensão do SNPG da ordem de, aproximadamente, 62 mil docentes e 180 mil discentes³ distribuídos em quase 5 mil cursos de mestrado profissional, mestrado acadêmico e doutorado.

A figura 7, abaixo, apresenta dados referentes ao mês de Dezembro de 2011:

Programas*	Trienal 2010	2012
	2.718	3.319
* Cada programa pode ter mais de 01 (uma) modalidade/nível		
Modalidade	Nº de cursos	
Mestrado Acadêmico	2.871	
Doutorado	1.696	
Mestrado Profissional	393	
Total	4.960	

Fonte: SNPG/DAV/CAPES

Figura 7 – Dimensão do SNPG

b) Principais Problemas

Para responder à crescente complexidade e à expansão do SNPG, o sistema de avaliação da pós-graduação no Brasil vem se aperfeiçoando gradualmente e, a cada ano, são incorporados novos elementos, tanto do ponto de vista instrumental quanto conceitual. No que se refere ao modelo baseado na análise por pares, vêm sendo realizados ajustes para que o sistema possa captar as necessidades de mudanças sinalizadas pela comunidade acadêmico-científica e as decorrentes da própria natureza do processo de produção do conhecimento.

No que tange aos sistemas informatizados que suportam as atividades de avaliação, cabe destacar a necessidade de:

1. desenvolvimento de módulos complementares ao de submissão de propostas de Minter/Dinter (seu uso foi iniciado em 2011), que permitam o registro na base de dados da Capes do parecer técnico e da análise de mérito, dentre outras informações, destas propostas;
2. mudança conceitual e operacional do aplicativo Coleta de Dados CAPES, que é um sistema informatizado desenvolvido com o objetivo de coletar informações dos cursos de mestrado, doutorado e mestrado profissional integrantes do Sistema Nacional de Pós-Graduação;
3. adequação do WebQualis, aplicativo utilizado na classificação de periódicos e da produção artística dos programas de pós-graduação, de modo a tornar mais ágil e segura as ações que impactam na sua utilização, mas que atualmente são realizadas quase artesanalmente, por meio de planilhas;
4. aperfeiçoamento dos aplicativos que apóiam o Sistema Nacional de Pós-Graduação: a) SNPG/Recomendação; e b) SNPG/Acompanhamento;

³ Previsão para 2011. Fonte: Plano Nacional de Pós-Graduação – PNPG 2011/2020, 2010

5. elaboração de instrumentos de apoio mais amigáveis à análise dos dados considerados na atividade de avaliação, tanto no âmbito da entrada quanto da permanência dos programas no SNPG.
6. elaboração de instrumentos e plataformas que aumentem a transparência dos dados, procedimentos operacionais e orientações conceituais do processo de avaliação.

Alem desses, continua a necessidade de se investir no desenvolvimento de aplicativos que permitam vincular de forma sistêmica a produção intelectual de natureza diversa, tal como produção em livro e de natureza técnica, como é feito atualmente com os periódicos e com a produção artística.

c) Considerações sobre o atingimento das metas físicas e financeiras

No que tange ao PPA 2008-2011, coube a Diretoria de Avaliação da Capes a execução da Ação 4011 - Avaliação e Acompanhamento de Programas de Pós-Graduação e de Fomento, consignada no programa Desenvolvimento do Ensino da Pós-Graduação e da Pesquisa Científica.

Para acompanhamento da referida ação, contabiliza-se o total de atividades de avaliação realizada mensalmente, tais como as análises de processos e projetos de cursos de pós-graduação e as visitas de avaliação. São consideradas, também, as reuniões com os coordenadores de área e com os coordenadores de programas de pós-graduação, bem como as reuniões especiais para definições de critérios de avaliação e de classificação de periódicos e de livros.

Em 2011 as principais atividades vinculadas à Avaliação foram:

- avaliação de 735 cursos novos;
- realização de 48 reuniões com mais de 3.000 coordenadores de programas de pós-graduação;
- avaliação de 91 propostas – tendo sido aprovadas 54 – para Mestrados e Doutorados Interinstitucionais;
- realização de reuniões e/ou visitas para oferecer orientações para o aperfeiçoamento de 141 programas que obtiveram nota 3 (três) nas três últimas avaliações trienais.

A totalização das ações supracitadas representa 11.933 atividades de avaliação realizadas em 2011, superando em 8% a meta física fixada no PPA.

A tabela 1, abaixo, descreve a quantidade de atividades de avaliação desenvolvidas ao longo de 2011.

Mês	Atividades de Avaliação
Janeiro	14
Fevereiro	3398
Março	266
Abril	166
Maiο	118
Junho	238
Julho	252
Agosto	738
Setembro	795
Outubro	1589
Novembro	1447

Dezembro	2912
Total	11.933

Fonte: DAV/CAPES

Tabela 01 (ação 4011) – Atividades de Avaliação

A execução financeira ficou em aproximadamente 58%, pois os aprimoramentos na sistemática de avaliação vêm permitindo uma otimização dos processos, com a possibilidade de realização de forma on-line de análises, coletas de informações e de dados. O detalhamento da execução financeira pode ser observado na tabela 02.

Meta Física – Ação 4011			Meta Financeira – Ação 4011		
Prevista	Realizada	%	Prevista R\$	Realizada R\$	%
11.000	11.933	108%	14.071.801,00	8.141.027,86	57,85
Produto: Avaliação Realizada			Unidade de Medida: Unidade		

Fonte: SIMEC para execução física e SIAFI para a execução financeira

Tabela 02 (ação 4011) – Detalhamento da execução física e financeira

III) Ação 09GK - Concessão de Bolsas de Qualificação de Pessoal de Alto Nível para o Atendimento das Diretrizes da Política Industrial, Tecnológica e de Comércio Exterior.

Tabela - Dados Gerais da Ação

Ação 09GK	Concessão de Bolsas de Qualificação de Pessoal de Alto Nível para o Atendimento das Diretrizes da Política Industrial, Tecnológica e de Comércio Exterior
Tipo	Operações Especiais
Finalidade	Formar recursos humanos de alto nível para suprir as necessidades priorizadas pela política industrial brasileira na área de inovação tecnológica.
Descrição	Concessão de bolsas para a formação de pós-doutores, doutores, mestres, fomento a pesquisa, apoio financeiro aos programas de pós-graduação e demais auxílios a esses vinculados nas diferentes áreas do saber, especialmente nas tecnológicas, tais como: Engenharias, Ciência da Computação, Química, Farmácia e Farmacologia, Ciências Biológicas e demais áreas priorizadas. Esse mecanismo de incentivo ocorrerá por meio da concessão aos estudantes de bolsas de estudos universitárias, projetos associados de pesquisa, além de programas de apoio à pós-graduação e de conteúdos específicos em caráter nacional e/ou internacional, com o objetivo de oferecer subsídios para complementar os setores industriais que estão fortemente vinculados ao que se convencionou caracterizar como economia do conhecimento.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	Capes
Coordenador nacional da ação	Emídio Cantídio de Oliveira Filho Diretor de Programas e Bolsas no País
Unidades executoras	Diretoria de Programas e Bolsas no País – DPB, Coordenação de Desenvolvimento Setorial e Institucional – CGSI, Coordenação de Apoio a Programas de Excelência – CEX.

a) Principais Resultados

A Ação 09GK visa atender às diretrizes da Política de Desenvolvimento Produtivo – PDP, que retoma a Política de Inovação Tecnológica e de Comércio Exterior – PITCE. A PDP refere-se ao planejamento do crescimento econômico e do desenvolvimento auto-sustentado.

No âmbito dessa ação está o Programa de Excelência Acadêmica – PROEX, o qual tem como objetivo manter o alto nível de qualidade dos programas de pós-graduação (PPGs) *stricto sensu* que obtiveram nota 6 ou 7 nas duas últimas avaliações trienais da Capes.

Os PPGs inseridos no PROEX recebem uma dotação orçamentária que pode ser utilizada de acordo com prioridades estabelecidas pelos próprios programas em qualquer das modalidades de apoio concedidas pela Capes: concessão de bolsas de estudo e recursos de fomento-custeio/capital. As bolsas de estudo concedidas no âmbito do PROEX são gerenciadas pelas coordenações dos PPGs e pagas aos bolsistas diretamente pela Capes. Convém ressaltar que os PPGs vinculados ao PROEX devem obedecer à meta anual de utilizar no mínimo 50% do recurso de custeio (fomento-bolsa e fomento-custeio) para o pagamento de bolsistas. O valor dos recursos para aquisição de capital corresponde a 5% daquele valor destinado ao custeio (fomento-bolsa e fomento-custeio) e sua aplicação está detalhada na Ação 4019 – Fomento à Pós-Graduação.

Em 2011 foram investidos R\$ 117.142.618,64 (cento e dezessete milhões, cento e quarenta e dois mil, seiscentos e dezoito reais e sessenta e quatro centavos) pelo programa PROEX, por meio da Ação 09GK e implementadas 2.426 bolsas de mestrado e 2.243 de doutorado nas diferentes áreas do saber. As áreas tecnológicas receberam maior aporte de recursos, especialmente as Engenharias, Ciência da Computação, Química, Farmácia e Farmacologia e Ciências Biológicas, em consonância com as áreas priorizadas pela PDP. Neste ano, foram apoiados 216 PPGs, dos quais 130 foram apoiados nessa Ação e os demais na Ação 0487 (descrita a seguir). Vale ressaltar que, após a avaliação trienal realizada em 2010, 47 PPGs ingressaram no PROEX e 8 tiveram notas rebaixadas e deixaram o programa. Assim, o PROEX atingiu seus objetivos, pois manteve o nível de qualidade de 95% dos PPGs participantes.

Na tabela 1 é apresentada a concessão de bolsas do programa em 2011, por grande área do conhecimento.

Tabela 1 (Ação 09GK) – Distribuição das bolsas de mestrado e doutorado do PROEX por grande área do conhecimento, em 2011

Grande Área	Mestrado	Doutorado	Total	Mestrado (%)	Doutorado (%)	Total (%)
Engenharias	866	523	1.389	35,70	23,32	29,75
Ciências Exatas e da Terra	706	665	1.371	29,10	29,65	29,36
Ciências Biológicas	557	673	1.230	22,96	30,00	26,34
Ciências Agrárias	224	321	545	9,23	14,31	11,67
Ciências da Saúde	52	46	98	2,14	2,05	2,10
Multidisciplinar	21	15	36	0,87	0,67	0,77
Total	2.426	2.243	4.669	100	100	100

Fonte: CEX/CGSI/DPB/Capes

Tendo em vista que as grandes áreas do conhecimento Engenharias e Ciências Exatas e da Terra são convergentes com as áreas estratégicas da PDP, essas foram contempladas com 29,75% e 29,36% das bolsas, respectivamente.

Por fim, cabe ressaltar que a migração dos bolsistas pertencentes ao PROEX para um novo sistema eletrônico *on line* de pagamento (Sistema de Acompanhamento de Concessão - SAC) e melhor interface, tornou mais fácil o acompanhamento e o controle, contribuindo para melhoria do gerenciamento do programa. Esse Sistema permite também a retirada de relatórios gerenciais de pagamento.

b) Principais Problemas

Não foram detectados problemas no âmbito da Ação 09GK, entretanto os PPGs vinculados ao PROEX poderiam ter sido apoiados em sua totalidade por esta ação, o que certamente contribuiria para uma execução mais eficiente. Inclusive, na nova formatação do PPA 2012-2015, a convergência do pagamento de bolsas de pós-graduação para uma mesma ação já ocorrerá no ano de 2012.

c) Contratações e Parcerias

Não foram efetuadas contratações e parcerias no âmbito da Ação 09GK.

d) Transferências

Não foram efetuadas transferências de recurso no âmbito da Ação 09GK.

e) Considerações sobre o atingimento das metas físicas e financeiras

Conforme demonstrado na tabela abaixo, em 2011 as metas física e financeira da Ação 09GK foram plenamente atingidas.

META	PREVISÃO (R\$)	EXECUÇÃO (R\$)	EXECUÇÃO/PREVISÃO (%)
FINANCEIRA	117.176.840,00	117.142.618,64	99,97
FÍSICA	4.739	4.669	98,52

Fonte: SIMEC para execução física e SIAFI para a execução financeira.

IV) Ação OB95 – Concessão de Bolsas de Qualificação de Pessoal de Alto Nível para Pesquisa em Temas Estratégicos - Novas Fronteiras da Pós-Graduação**Tabela - Dados gerais da ação**

Ação OB95	Concessão de Bolsas de Qualificação de Pessoal de Alto Nível para Pesquisa em Temas Estratégicos – Novas Fronteiras da Pós-Graduação
Tipo	Operações Especiais
Finalidade	Formar pessoal de alto nível em temas estratégicos para o desenvolvimento do país.
Descrição	Concessão de bolsas de estudo de mestrado e doutorado, fomento a pesquisa, apoio financeiro aos programas de pós-graduação e demais auxílios a esses vinculados com o objetivo de acelerar a formação de recursos humanos de alto nível nas regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste, promovendo o desenvolvimento mais harmonioso da pós-graduação e da pesquisa nacionais com ênfase especial no apoio aos programas Acelera Amazônia, Recursos do Mar (Amazônia Azul), Programa Semi-árido, Programa Pantanal ou outros de caráter estratégico para essas regiões onde a pós-graduação ainda necessita de consolidação. Esse mecanismo de incentivo ocorrerá por meio da concessão aos estudantes de bolsas de estudo e demais auxílios a esses vinculados, tais como: passagens, taxas escolares, auxílio acadêmico, auxílio-instalação, diárias, além de cobertura para realização de pesquisa e mobilidade para os docentes e discentes.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	Capes
Coordenador nacional da ação	Emídio Cantídio de Oliveira Filho – Diretor de Programas e Bolsas no País
Unidades executoras	Diretoria de Programas e Bolsas no País – DPB; Coordenação-Geral de Desenvolvimento Setorial e Institucional – CGSI e Coordenação-Geral de Programas Estratégicos – CGPE.

a) Principais resultados

A Ação Novas Fronteiras da Pós-Graduação (OB95) foi criada com o objetivo de ampliar a interação entre os programas de pós-graduação de todo o país, por meio do planejamento de cooperação interinstitucional, visando à formação de doutores e o intercâmbio e mobilidade docente e discente dos programas de pós-graduação das regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste.

Por meio dessa Ação, são executados os seguintes programas: Programa de Doutorado Interinstitucional – Ação Novas Fronteiras (DINTER-NF), Programa Nacional de Cooperação Acadêmica – Ação Novas Fronteiras (PROCAD-NF), Capes/CNPq – Casadinho/PROCAD e o Pró-Amazônia Azul. Esses programas atendem ao disposto no Plano Nacional de Pós-Graduação (PNPG) 2005-2010, que prevê ações visando à diminuição das desigualdades regionais, observadas

no Sistema Nacional de Pós-Graduação – SNPG, o que pode ser observado quando se compara o número de programas de pós-graduação entre algumas Unidades da Federação.

Programa de Doutorado Interinstitucional - Ação Novas Fronteiras – Dinter-NF

O Dinter-NF foi criado com o objetivo de promover, por meio da cooperação interinstitucional, a formação de docentes em nível de doutorado das regiões em desenvolvimento (Norte, Nordeste e Centro-Oeste), visando reduzir as assimetrias regionais existentes na pós-graduação brasileira. Nos projetos Dinter, os docentes de uma instituição receptora integram, em caráter temporário, uma turma de doutorado de um programa de pós-graduação reconhecido pelo CNE/MEC e já consolidado (nota maior ou igual a 5 na avaliação da Capes).

Em 2011, os recursos investidos no programa totalizaram R\$ 11.963.282,91 (onze milhões, novecentos e sessenta e três mil, duzentos e oitenta e dois reais e noventa e um centavos), entre pagamento de mensalidades de bolsa de doutorado e custeio de projetos.

Nas tabela 1 é apresentada a concessão de bolsas do programa em 2011, por região geográfica.

Tabela 1 (Ação 0B95) – Concessão de bolsas do programa Dinter-NF por região geográfica, em 2011 (considerando as IES receptoras)

Região	Doutorado	Doutorado (%)
Nordeste	648	47,86
Norte	369	27,25
Centro-Oeste	262	19,35
Sul	48	3,55
Sudeste	27	1,99
Total	1.354	100

Fonte: CQD/CGSI/DPB/Capes

Conforme demonstrado na tabela 1, aproximadamente 95% das bolsas foram concedidas a docentes de IES localizadas nas regiões Norte, Nordeste e Centro-oeste. Os projetos excepcionalmente apoiados pelo programa fora dessas regiões foram apresentados por IES que demonstraram a necessidade de qualificar seus docentes, em nível de doutorado.

Em 2011 foi lançado o Edital nº 013/2011, mediante o qual foi analisado o mérito dos Projetos Minter e Dinter. A partir dos resultados desse edital, foi realizada chamada específica para as instituições públicas que tiveram os projetos aprovados quanto ao mérito, sendo aprovado o financiamento para 34 projetos. A seguir, está apresentada a distribuição por região geográfica das IES que tiveram financiamento aprovado pela Capes e para as quais já foram repassados os recursos referentes ao custeio para o primeiro ano dos projetos.

Tabela 2 (Ação 0B95) – Distribuição, por região geográfica, das IES que tiveram financiamento aprovado pela Capes no Edital DINTER 2011

Região	IES Promotora		IES Receptora	
	Número de Projetos	%	Número de Projetos	%
Norte	0	0	13	38
Nordeste	1	3	9	26
Sudeste	22	65	9	26
Centro-Oeste	2	6	3	9
Sul	9	26	0	0
TOTAL	34	100	34	100

Fonte: CQD/CGSI/DPB/Capes

Conforme pode ser observado na tabela 2, 73% das IES receptoras são das regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste. Verifica-se assim que os investimentos iniciais estão de acordo com os objetivos do Programa DINTER, quais sejam: i) viabilizar a formação de doutores fora dos grandes centros de ensino e pesquisa e ii) explorar o potencial dos programas de pós-graduação consolidados, estão sendo cumpridos.

Além do Dinter-NF foram instituídos outros três programas vinculados a Ação 0B95: PROCAD-NF, Capes/CNPq – Casadinho/PROCAD e Pró-Amazônia Azul. Por meio desses programas, a Capes concede bolsas de estudo, passagens, taxas escolares, auxílio acadêmico, auxílio-instalação, diárias, além de cobertura para realização de pesquisa e mobilidade para os docentes e discentes, com o objetivo de acelerar a formação de recursos humanos de alto nível nas regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste, promovendo o desenvolvimento mais harmonioso da pós-graduação e da pesquisa nacionais.

Esses programas têm um forte caráter indutor para a diminuição das assimetrias regionais. Por meio da cooperação entre programas de pós-graduação situados nas regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste com programas de pós-graduação consolidados sediados em outras localidades do país, estimula-se a mobilidade de discentes e docentes dos programas participantes. O resultado dessa mobilidade é o aumento no número e na qualidade das pesquisas desenvolvidas e o consequente incremento na formação de mestres e doutores nas regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste, contribuindo, dessa forma, para a diminuição das assimetrias observadas e para o desenvolvimento socioeconômico dessas regiões.

Programa Nacional de Cooperação Acadêmica - Ação Novas Fronteiras – PROCAD-NF

O objetivo do PROCAD-NF é apoiar projetos conjuntos de ensino e pesquisa, em instituições distintas, que estimulem a formação pós-graduada, a mobilidade docente e discente e a fixação de pesquisadores doutores nas regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste. As bolsas desse programa são concedidas na modalidade “sanduíche” no país, que objetiva propiciar a mobilidade discente entre as equipes participantes do projeto. Essas são concedidas durante a realização de “missões de estudo”, onde estudantes de uma instituição participante desenvolvem atividades em uma instituição parceira, por períodos de 1 a 12 meses.

Por meio do PROCAD-NF foram concedidas 876 bolsas de pós-graduação, sendo 531 de mestrado, 161 de doutorado e 184 de pós-doutorado. Os recursos para atendimento aos beneficiários do PROCAD-NF totalizaram, em 2011, R\$ 13.709.214,91 (treze milhões, setecentos e nove mil, duzentos e quatorze reais e noventa e um centavos).

Nas tabelas, a seguir, é apresentada a concessão de bolsas desse programa em 2011, por região geográfica e grande área do conhecimento.

Tabela 3 (Ação 0B95) – Concessão de bolsas do PROCAD-NF por região geográfica, em 2011

Região	Mestrado	Doutorado	Pós-doutorado	Total
Sudeste	221	48	78	347
Centro-Oeste	123	63	29	215
Nordeste	84	12	33	129
Norte	64	19	28	111
Sul	39	19	16	74
Total	531	161	184	876

Fonte: CPE/CGPE/DPB/Capes

Tabela 4 (Ação 0B95) – Concessão de bolsas do PROCAD-NF por grande área do conhecimento, em 2011

Grande Área	Mestrado	Doutorado	Pós-doutorado	Total
Ciências Agrárias	190	21	37	248
Ciências da Saúde	71	34	30	135
Ciências Humanas	69	18	26	113
Ciências Biológicas	55	21	21	97
Engenharias	37	30	9	76
Ciências Sociais Aplicadas	22	14	24	60
Ciências Exatas e da Terra	39	3	15	57
Multidisciplinar	31	11	13	55
Linguística, Letras e Artes	17	9	9	35
Total	531	161	184	876

Fonte: CPE/CGPE/DPB/Capes

Casadinho/Procad (Chamada Pública MCTI/CNPq/MEC/Capes - Ação Transversal nº 06/2011)

Tem por objetivo selecionar propostas para apoio financeiro a projetos conjuntos de pesquisa utilizando-se de recursos humanos e de infra-estrutura disponíveis em instituições distintas, que estimulem a formação pós-graduada e a mobilidade docente e discente e visem promover o fortalecimento e a consolidação de programas de pós-graduação *stricto sensu* de instituições nacionais. O CNPq é o órgão responsável pela execução do programa. Em 2011, a Capes disponibilizou o montante de R\$ 7.500.000,00 (sete milhões e quinhentos mil reais) por meio de descentralização de crédito orçamentário ao CNPq para a execução desse programa.

Programa de Apoio à Mobilidade Discente em Pós-Graduação em Ciências do Mar – Pró-Amazônia Azul

O Pró-Amazônia Azul objetiva estimular a formação de doutores em Ciências do Mar, oriundos de regiões onde exista carência de pessoal em pesquisa e formação de recursos humanos nas áreas específicas demandadas. Vale ressaltar que esse programa foi criado em 2006 e está em fase de encerramento, portanto em 2011 foram concedidas apenas 10 bolsas de doutorado, sendo 6 para a região Sul, 3 para a Sudeste e 1 para a Nordeste. Em relação à distribuição das bolsas entre as grandes áreas do conhecimento, 8 foram alocadas nas Ciências Exatas e da Terra e 2 nas Ciências Agrárias. Os recursos para atendimento aos beneficiários do Pró-Amazônia Azul totalizaram, em 2011, R\$ 183.600,00 (cento e oitenta e três mil e seiscentos reais).

b) Principais Problemas

A falta de pessoal e a inexistência de sistemas informatizados para o cadastramento, acompanhamento e pagamento de bolsistas dificultaram o processo de gestão, especialmente no PROCAD-NF.

No caso do DINTER-NF, embora o pagamento dos bolsistas seja efetuado por meio do Sistema de Acompanhamento de Concessões (SAC), os bolsistas, em 2011, ainda foram cadastrados pelos técnicos da Coordenação de Programas de Qualificação de Quadros Docentes – CQD. Assim, faz-se necessário ajustar este procedimento do acordo com o padrão adotado em outros programas que preveem o pagamento de bolsas via SAC.

c) Contratações e Parcerias

Não foram efetuadas contratações e parcerias no âmbito da Ação 0B95.

d) Transferências

Em 2011 a Capes disponibilizou ao CNPq, por meio de descentralização, o montante de R\$ 7.500.000,00 (sete milhões e quinhentos mil reais) para o apoio a projetos aprovados pela Chamada Pública MCTI/CNPq/MEC/Capes - Ação Transversal nº 06/2011 – Casadinho/Procad.

e) Considerações sobre o atingimento das metas físicas e financeiras

As metas física e financeira da Ação 0B95 foram atingidas em 2011.

META	PREVISÃO (R\$)	EXECUÇÃO (R\$)	EXECUÇÃO/PREVISÃO (%)
FINANCEIRA	35.787.885,00	33.356.097,82	93,20
FÍSICA	1.689	2.281	135,05

Fonte: SIMEC para execução física e SIAFI para a execução financeira.

V) Ação 009H - Concessão de Bolsas em Atendimento ao Plano Nacional de Pós-Doutorado.**Tabela - Dados gerais da ação**

Ação 009H	Concessão de Bolsas em Atendimento ao Plano Nacional de Pós-Doutorado
Tipo	Operações Especiais
Finalidade	Apoiar a pesquisa científica de pós-doutores em atendimento à política governamental no âmbito do Plano de Desenvolvimento da Educação.
Descrição	Concessão de bolsas de estudo e pesquisa no país e demais auxílios a elas vinculados, tais como passagens, diárias e recursos para despesas de manutenção das pesquisas em desenvolvimento, inseridas no contexto do Programa Nacional de Pós-Doutorado, promovendo a interação do recurso humano de alto nível com o mercado de trabalho, por meio da elaboração e implementação de projetos de desenvolvimento de novas tecnologias especialmente nas áreas consideradas prioritárias, resultando no aumento da competitividade das empresas de base tecnológica e de inovação, no aumento qualitativo e quantitativo do desempenho científico e tecnológico do País e da competitividade internacional da pesquisa brasileira.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	Capes
Coordenador nacional da ação	Emídio Cantídio de Oliveira Filho – Diretor de Programas e Bolsas no País
Unidades executoras	Diretoria de Programas e Bolsas no País – DPB, Coordenação de Desenvolvimento Setorial e Institucional – CGSI, Coordenação de Apoio a Programas de Excelência – CEX.

a) Principais Resultados

A Ação 009H objetiva propiciar aos recém-doutores a oportunidade de participarem de programas de pós-graduação em que possam desenvolver projetos inovadores, especialmente nas áreas consideradas prioritárias pela Política de Desenvolvimento Produtivo – PDP, atuando no ensino, na pesquisa e no desenvolvimento tecnológico inovador.

Programa Nacional de Pós-Doutorado – PNPD

O Programa Nacional de Pós-Doutorado – PNPD tem por objetivo absorver recém-doutores, com relativa experiência em P&D&I, visando à capacitação para atuar em projetos de pesquisa em áreas estratégicas; o reforço à pós-graduação e aos grupos de pesquisa nacionais; à renovação de quadros nas universidades e instituições de pesquisa para a execução e ensino em nível de pós-graduação, orientação e pesquisa; atendimento à PDP, a Lei de inovação e o apoio de empresas de base tecnológica.

Em 2011 foram apoiados pelo PNPD/Capes 1.025 projetos de pesquisa associados a programas de pós-graduação reconhecidos pela Capes para os quais foram concedidas 1.452 bolsas de pós-doutorado. Nesse ano, o PNPD teve uma execução financeira de R\$ 94.791.600,00 (noventa e quatro milhões, setecentos e noventa e um mil e seiscentos reais).

Na tabela 1 é apresentada a concessão de bolsas do programa em 2011, por grande área do conhecimento.

Tabela 1 (Ação 009H) – Distribuição dos projetos e bolsas do PNPD/Capes por grande área do conhecimento, em 2011

Grande Área	Projetos	%	Bolsas	%
Ciências Agrárias	246	24,00	302	20,80
Ciências Biológicas	208	20,29	320	22,04
Engenharias	154	15,02	260	17,91
Ciências da Saúde	149	14,54	205	14,12
Ciências Exatas e da Terra	133	12,98	198	13,64
Multidisciplinar	64	6,24	83	5,72
Ciências Humanas	39	3,80	47	3,24
Ciências Sociais Aplicadas	25	2,44	30	2,07
Linguística, Letras e Artes	7	0,68	7	0,48
Total	1.025	100	1.452	100

Fonte: CEX/CGSI/DPB/Capes

A análise dos projetos por grande área do conhecimento revela que a maior parte desses pertence a área de Ciências Agrárias (24,00%), seguido de Ciências Biológicas (20,29%) e Engenharias (15,02%), dada a especificidade exigida pelo programa que estimula a implementação de projetos de desenvolvimento nas áreas consideradas prioritárias pela PDP.

Salienta-se que em 2011 foi implementado o PNPD – Concessão Institucional, por meio do qual foram concedidas 904 novas bolsas de pós-doutorado no país e o PNPD/HCPA, uma parceria entre a Capes e o Hospital de Clínicas de Porto Alegre (HCPA).

Programa Nacional de Pós-doutorado – PNPD/2011: Concessão Institucional

Consistiu em uma chamada nacional às Instituições Federais de Ensino Superior – IFES, para a apresentação à Capes de propostas de projetos de pesquisa, formação e inovação, organizada na forma de um Projeto Institucional, tendo por objetivos:

- a. A ampliação do número de bolsistas de pós-doutorado nas IFES para reforçar, com qualidade, as atividades de ensino e orientação nos níveis de graduação e pós-graduação;
- b. Potencializar a pesquisa científica dos grupos de pesquisa nas IFES por meio da renovação destes grupos com jovens doutores altamente qualificados;
- c. Oportunizar, a jovens doutores, experiência acadêmica em Pesquisa, Desenvolvimento, Orientação Acadêmica e Inovação, com vistas a uma futura absorção permanente, via

- concursos públicos para docentes, nas IFES e em seus *Campi* participantes do Programa REUNI;
- d. Dar seqüência às orientações contidas na última avaliação trienal da Capes no sentido de fortalecer áreas estratégicas dos programas de pós-graduação da Instituição; e
 - e. Criar cenários de inovação na pesquisa, ensino e extensão, com foco na sua aplicabilidade, no âmbito de uma política de desenvolvimento local.

No PNPD-Institucional, a IFES participante estabelece os princípios e metas relacionados à seleção e à atuação de pós-doutores no âmbito de seus programas de pós-graduação e de grupos de pesquisa considerando um período de abrangência de três anos, inicialmente. O Projeto Institucional é caracterizado pelo agrupamento de vários subprojetos elaborados por docentes permanentes de programas de pós-graduação ou por líderes de grupos emergentes e/ou por Professores Visitantes Nacionais Seniores.

Na tabela 2 é apresentada a concessão de bolsas do programa em 2011, por grande área do conhecimento.

Tabela 2 (Ação 009H) – Distribuição das bolsas do PNPD-Institucional, por grande área do conhecimento, em 2011

Grande Área	Pós-doutorado	%
Ciências Agrárias	202	22,35
Ciências Exatas e da Terra	154	17,04
Ciências Biológicas	137	15,15
Ciências da Saúde	113	12,50
Engenharias	101	11,17
Ciências Humanas	71	7,85
Multidisciplinar	68	7,52
Ciências Sociais Aplicadas	33	3,65
Linguística, Letras e Artes	25	2,77
Total	904	100

Fonte: CQD/CGSI/DPB/Capes

Programa de Pós-Doutorado Capes/HCPA

Fruto de convênio entre a Capes e o HCPA, tem como objetivo o financiamento de bolsas de pós-doutorado para absorção temporária de jovens doutores que atuarão em projetos de pesquisa científica como ação da política de formação e capacitação de recursos humanos na área de saúde. Em 2011, foram concedidas duas bolsas de pós-doutorado pela Capes e duas pelo HCPA.

PNPD – linha FINEP

Em 2011 manteve-se a parceria entre a Capes/MEC e o Fundo de Financiamento de Estudos de Projetos e Programas – FINEP/MCT, efetivada no Edital nº 10/2009, com o objetivo de manter e aprimorar o fomento das atividades de pesquisa científica, tecnológica e de inovação para a absorção temporária de jovens doutores, para atuarem em projetos de pesquisa científica, formação de recursos humanos e de inovação tecnológica, em apoio à PDP. A Capes (órgão conveniente) é responsável pela operacionalização dos projetos, bolsas e dos recursos de custeio os quais são descentralizados pela FINEP (órgão concedente), tomando como parâmetro as premissas ministeriais que originalmente instituíram a parceria.

Nesse ano a FINEP descentralizou o montante de R\$ 3.921.600,00 (três milhões, novecentos e vinte um mil e seiscentos reais) para a Capes, que realizou o acompanhamento e pagamento das 76 bolsas (59 projetos) de pós-doutorado associadas a empresas de base tecnológicas, no âmbito do PNPD/FINEP.

Nas tabelas, a seguir, é apresentada a concessão de bolsas do PNPD, linha FINEP, em 2011, por região geográfica, unidade federativa (UF) e grande área do conhecimento.

Tabela 3 (Ação 009H) – Distribuição dos projetos e bolsas PNPD/FINEP por região geográfica, em 2011

Região	Projetos	%	Bolsas	%
Centro-Oeste	7	11,9	8	10,5
Nordeste	6	10,2	8	10,5
Norte	2	3,4	3	3,9
Sudeste	28	47,5	36	47,4
Sul	16	27,1	21	27,6
Total	59	100	76	100

Fonte: CEX/CGSI/DPB/Capes

Os projetos do PNPD/FINEP estão concentrados nas regiões Sudeste e Sul, onde estão sediadas a maior parte das empresas de base tecnológica. A análise do quantitativo de bolsas por região geográfica, apresentada na tabela 3, evidencia um comportamento similar ao encontrado na análise do número de projetos. A região Sudeste (47,5%) apresenta o maior quantitativo de bolsas, seguida da região Sul (27,1%).

Tabela 4 (Ação 009H) – Distribuição dos projetos e bolsas PNPD/FINEP por UF, em 2011

UF	Projetos	%	Bolsas	%
AP	1	1,7	1	1,3
BA	1	1,7	2	2,6
CE	1	1,7	1	1,3
DF	5	8,5	6	7,9
GO	1	1,7	1	1,3
MG	8	13,6	10	13,2
MS	1	1,7	1	1,3
PE	3	5,1	3	3,9

UF	Projetos	%	Bolsas	%
PI	1	1,7	2	2,6
PR	2	3,4	3	3,9
RJ	5	8,5	5	6,6
RR	1	1,7	2	2,6
RS	10	16,9	13	17,1
SC	4	6,8	5	6,6
SP	15	25,4	21	27,6
Total	59	100	76	100

Fonte: CEX/CGSI/DPB/Capes

Semelhante ao PNPD/Capes, a maioria dos projetos do PNPD/FINEP está sendo desenvolvida no Estado de São Paulo (25,4%), seguido pelo Rio Grande do Sul (16,9%). A análise do quantitativo de bolsa por UF revela um comportamento similar daquele apresentado pelos projetos. Nota-se, entretanto, que o Estado de Minas Gerais possui um número maior de bolsas do que o Rio de Janeiro.

Tabela 5 (Ação 009H) – Distribuição dos projetos e bolsas PNPD/FINEP, por grande área do conhecimento, em 2011

Grande Área	Projetos	%	Quotas	%
Ciências Agrárias	24	40,7	30	39,5
Ciências Biológicas	7	11,9	8	10,5
Ciências da Saúde	4	6,8	5	6,6
Ciências Exatas e da Terra	3	5,1	5	6,6
Engenharias	7	11,9	8	10,5
Multidisciplinar	14	23,7	20	26,3
Total	59	100	76	100

Fonte: CEX/CGSI/DPB/Capes

A análise dos projetos por grande área do conhecimento revela que a maior parte dos projetos da linha FINEP pertence às Ciências Agrárias (40,7%), seguido da Multidisciplinar (23,7%) e Engenharias (11,9%), dada a especificidade exigida pelo programa de inovação tecnológica para a linha FINEP. A análise da distribuição das bolsas por grande área revela um comportamento semelhante daquele apresentado pelos projetos.

Tabela 6 (Ação 009H) – Distribuição dos projetos e bolsas PNPD/FINEP por Empresas, em 2011

Empresa	Projetos	%	Bolsas	%
AGAL Consultoria e Assessoria LTDA	1	1,7	1	1,3
Anidro do Brasil Desidratação LTDA	1	1,7	2	2,6
BIOLOGICUS INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE PRODUTOS NATURAIS LTDA	1	1,7	1	1,3
CEELBIO Tecnologia em Cerâmicas LTDA	1	1,7	1	1,3

Empresa	Projetos	%	Bolsas	%
Cellqualis Serviços Laboratoriais S.A.	1	1,7	1	1,3
Centro Cerâmico do Brasil	1	1,7	1	1,3
Centro Nacional de Pesquisa em Solos - Embrapa Solos	1	1,7	1	1,3
Centro Tecnológico da Comigo	1	1,7	1	1,3
Clorovale Diamantes Indústria e Comércio Ltda	1	1,7	1	1,3
CONSULMAT PRODUTOS TÉCNICOS INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA	1	1,7	2	2,6
Cooperativa Agroindustrial do Estado do Rio de Janeiro - Ltda	1	1,7	1	1,3
Cristália Produtos Químicos Farmacêuticos Ltda.	1	1,7	1	1,3
DIAGENE DIAGNÓSTICOS MOLECULARES LTDA	1	1,7	2	2,6
EMBRAPA	20	33,9	27	35,5
EPAGRI - Empr. Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de SC	1	1,7	1	1,3
EPAMIG - EMP.DE PESQ. AGROPECUÁRIA DE MINAS GERAIS	2	3,4	3	3,9
Farmacore Biotecnologia Ltda	1	1,7	2	2,6
FARMASERVICE BIOEXTRACT	1	1,7	1	1,3
FK-Biotecnologia S.A.	1	1,7	1	1,3
GERDAU AÇOS ESPECIAIS BRASIL – USINA CHARQUEADAS	1	1,7	1	1,3
Hygeia Pesquisa e Desenvolvimento em Biotecnologia Aplicada Lt	1	1,7	1	1,3
Imunodot Desenv. Ind. Com. Imunóg. Prod. Diag.Vet. Ltda-ME	1	1,7	1	1,3
Instituto Agrônômico de Pernambuco-IPA	1	1,7	1	1,3
Marcopolo S/A	1	1,7	2	2,6
Nangate do Brasil S/A	1	1,7	1	1,3
NARCISSUS PESQUISA CLÍNICA E BIOTECNOLOGIA LTDA - ME	1	1,7	2	2,6
Plasmar Indústria Metalúrgica Ltda	1	1,7	1	1,3
Proteobras Desenvolvimento Biotecnológico Ltda	1	1,7	1	1,3
Quatro G Pesquisa e Desenvolvimento Ltda	1	1,7	1	1,3
Quimsar Química Fina LTDA	1	1,7	1	1,3
SBIBHAE/Inst. Israelita de Ensino e Pesquisa Albert Einstein	2	3,4	3	3,9
Suprametal Indústria e Comércio de Metais Ltda	1	1,7	1	1,3
SurTec do Brasil Ltda	1	1,7	2	2,6
TriSolutions Soluções em Engenharia LTDA	1	1,7	1	1,3
UFMG	1	1,7	1	1,3
VALE DO RIO DOCE	1	1,7	1	1,3

Empresa	Projetos	%	Bolsas	%
Verti Ecotecnologias	1	1,7	2	2,6
YBIOS S.A.	1	1,7	1	1,3
Total	59	100	76	100

Fonte: CEX/CGSI/DPB/Capes

Na análise realizada na tabela 6 se observa que grande parte dos projetos é desenvolvida na EMBRAPA. É necessário enfatizar, entretanto, que essa empresa é formada por um grande número de centros distribuídos pelo país e que estes apresentam linhas de ações diferentes entre si. Se for considerada esta especificidade, verifica-se que não há concentração nem de projetos e nem de bolsas em nenhuma empresa na linha FINEP.

Programa de Apoio ao Pós-doutorado no Estado do Rio de Janeiro – PAPDRJ (Parceria Capes/FAPERJ)

A Cooperação Capes/FAPERJ, por meio do Programa de Apoio ao Pós-doutorado no Estado do Rio de Janeiro – PAPDRJ, objetiva fomentar atividades de pesquisa científica, tecnológica e de inovação por meio da absorção temporária de jovens doutores atuantes em projetos de pesquisa e desenvolvimento das diferentes áreas do conhecimento e contribuindo para estimular a pós-graduação e os grupos de pesquisa sediados no Rio de Janeiro e a renovação de quadros nas universidades e instituições de pesquisa no Estado. No âmbito dessa parceria foram firmados dois acordos que seguem descritos abaixo:

PAPDRJ/I

A fonte de financiamento do PAPDRJ/I é oriunda do orçamento fiscal da União e do governo estadual do Rio de Janeiro, sendo que a Capes despendeu em 2011 o montante de R\$ 5.923.500,00 (cinco milhões, novecentos e vinte e três mil e quinhentos reais) para o pagamento de 167 bolsas de pós-doutorado, referentes aos editais lançados em 2009 e 2010. A Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro – FAPERJ, por sua vez, responsabilizou-se pelo pagamento de 140 bolsas de pós-doutorado e da taxa de bancada, no valor de R\$ 1.000,00 (mil reais) mensais, para todos os bolsistas, inclusive os da Capes. Os pagamentos das bolsas são feitos diretamente aos bolsistas pelas agências envolvidas, não havendo repasse de recursos da Capes para as instituições. As tabelas, a seguir, apresentam a concessão de bolsas por grande área do conhecimento e por *status* jurídico das instituições contempladas.

Tabela 7 (Ação 009H) – Concessão de bolsas do PAPDRJ/I por grande área do conhecimento, em 2011

Grande Área	Pós-doutorado	%
Ciências Biológicas	91	54,49
Ciências Exatas e da Terra	27	16,17
Engenharias	20	11,98
Ciências da Saúde	13	7,78
Ciências Agrárias	9	5,39
Multidisciplinar	6	3,59

Grande Área	Pós-doutorado	%
Outros	1	0,60
Total	167	100

Fonte: CII/CGPE/DPB/Capes

Tabela 8 (Ação 009H) – Concessão de bolsas do PAPDRJ/I por *status* jurídico das IES, em 2011

Status Jurídico	Pós-doutorado	%
Federal	142	85,03
Estadual	17	10,18
Particular	8	4,79
Total	167	100

Fonte: CII/CGPE/DPB/Capes

PAPDRJ/II

Assim como no primeiro acordo firmado entre a Capes e a FAPERJ, a fonte de financiamento do PAPDRJ é oriunda do orçamento fiscal da União e do governo estadual do Rio de Janeiro, sendo que a Capes despendeu em 2011 o montante de R\$ 422.400,00 (quatrocentos e vinte e dois mil e quatrocentos reais) para o pagamento de 61 bolsas de pós-doutorado. A FAPERJ, por sua vez, responsabilizou-se pelo pagamento de 29 bolsas de pós-doutorado e da taxa de bancada, no valor de R\$ 1.000,00 (mil reais) mensais, para todos os bolsistas, inclusive os da Capes. Os pagamentos das bolsas são feitos diretamente aos bolsistas pelas agências envolvidas, não havendo repasse de recursos da Capes para as instituições. As tabelas, a seguir, apresentam a concessão de bolsas por grande área do conhecimento e por *status* jurídico das instituições contempladas.

Tabela 9 (Ação 009H) – Concessão de bolsas do PAPDRJ/II por grande área do conhecimento, em 2011

Grande Área	Pós-doutorado	%
Ciências Biológicas	27	44,26
Ciências Exatas e da Terra	17	27,87
Ciências Agrárias	7	11,48
Ciências da Saúde	4	6,56
Engenharias	3	4,92
Multidisciplinar	2	3,28
Outras	1	1,64
Total	61	100

Fonte: CII/CGPE/DPB/Capes

Tabela 10 (Ação 009H) – Concessão de bolsas do PAPDRJ/II por *status* jurídico das IES, em 2011

Status Jurídico	Pós-doutorado	%
Federal	47	77,05
Estadual	11	18,03

Status Jurídico	Pós-doutorado	%
Particular	3	4,92
Total	61	100

Fonte: CII/CGPE/DPB/Capes

Programa Nacional de Pós-doutorado em Saúde – Pós-doc SUS

O Pós-doc SUS é um Edital oriundo de uma parceria entre o Ministério da Saúde e o Ministério da Educação que objetiva fomentar as atividades de pesquisa científica, tecnológica e de inovação, mediante a seleção de projetos que visam investigar temas prioritários para o Sistema Único de Saúde – SUS e que contribuam para o desenvolvimento da pós-graduação e grupos de pesquisa em saúde no país.

O apoio aos projetos selecionados no âmbito do Pós-doc SUS é realizado por meio do pagamento de bolsas na modalidade estágio pós-doutoral pelo período máximo de 60 meses, diretamente aos bolsistas. Além disso, é previsto pelo Edital o repasse de recursos de custeio e capital aos projetos selecionados no âmbito desse programa.

O primeiro edital, lançado no final de 2009 e implementado em 2010, aprovou 30 projetos dos 117 submetidos. Em 2010 foi lançado o segundo edital e selecionadas 14 das 30 propostas submetidas. Cada um dos projetos foi contemplado com uma bolsa de pós-doutorado paga diretamente aos bolsistas pela Capes, totalizando um investimento de R\$ 1.452.000,00 (um milhão, quatrocentos e cinquenta e dois mil reais) em 2011.

O Ministério da Saúde, por intermédio da Secretaria de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos – SCTIE/MS repassou a Capes, em outubro de 2011, R\$ 752.882,00 (setecentos e cinquenta e dois mil, oitocentos e oitenta e dois reais) de custeio e R\$ 950.269,00 (novecentos e cinquenta mil, duzentos e sessenta e nove reais) de capital para o pagamento dos auxílios referente aos projetos aprovados no âmbito dos editais Pós-Doc SUS lançados em 2009 e 2010.

A concessão de bolsas do programa em 2011 é apresentada nas tabelas, a seguir, por região geográfica, UF e grande área do conhecimento.

Tabela 11 (Ação 009H) – Concessão de bolsas do Pós-doc SUS por região geográfica em 2011

Região	Pós-doutorado	%
Sudeste	32	72,73
Sul	8	18,18
Nordeste	3	6,82
Norte	1	2,27
Total	44	100

Fonte: CII/CGPE/DPB/Capes

Tabela 12 (Ação 009H) – Concessão de bolsas do Pós-doc SUS por UF, em 2011

UF	Pós-doutorado	%
SP	13	29,55
RJ	11	25,00
MG	9	20,45
RS	7	15,91
PE	2	4,55
AM	1	2,27
BA	1	2,27
Total	44	100

Fonte: CII/CGPE/DPB/Capes

Tabela 13 (Ação 009H) – Concessão de bolsas do Pós-doc SUS por grande área do conhecimento, em 2011

Grande Área	Pós-doutorado	%
Ciências da Saúde	21	47,73
Ciências Biológicas	20	45,45
Ciências Exatas e da Terra	1	2,27
Engenharias	1	2,27
Multidisciplinar	1	2,27
Total	44	100

Fonte: CII/CGPE/DPB/Capes

b) Principais Problemas

Ressalta-se que os programas apoiados pela Ação 009H contam com o Sistema de Acompanhamento de Concessões – SAC, por meio do qual é realizado o pagamento aos bolsistas. Entretanto, nenhum desses programas dispõe de sistema informatizado para o recebimento das propostas, julgamento do mérito, pagamento do auxílio (recurso referente ao custeio) e acompanhamento dos projetos.

Registra-se também que a celebração dos instrumentos de cooperação tem ocorrido tardiamente, principalmente no que se refere aos procedimentos de descentralização de recursos de responsabilidade de outras instituições parceiras.

Em 2011, o repasse efetuado pelo Ministério da Saúde foi insuficiente para o pagamento de todos os projetos aprovados no âmbito dos editais Pós-Doc SUS.

c) Contrações e Parcerias

A Capes firmou acordos de Cooperação com a FINEP/MCT, a FAPERJ, o Ministério da Saúde e o Hospital de Clínicas de Porto Alegre.

c.1) Fundo de Financiamento de Estudos de Projetos e Programas – FINEP/MCT

Em 2011, manteve-se a parceria entre a Capes/MEC e a FINEP/MCT, efetivada no Edital nº 10/2009, com o objetivo de manter e aprimorar o fomento das atividades de pesquisa científica, tecnológica e de inovação para a absorção temporária de jovens doutores, para atuarem em projetos de pesquisa científica, formação de recursos humanos e de inovação tecnológica, em apoio à PDP. A Capes (órgão conveniente) é responsável pela operacionalização dos projetos, bolsas e dos recursos de custeio os quais são descentralizados pela FINEP (órgão concedente), tomando como parâmetro as premissas ministeriais que originalmente instituíram a parceria.

c.2) Fundação de Amparo a Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro – FAPERJ

O PAPDRJ é uma parceria entre a Capes e a FAPERJ que tem por objetivo fomentar atividades de pesquisa científica, tecnológica e de inovação por meio da absorção temporária de jovens doutores atuantes em projetos de pesquisa e desenvolvimento das diferentes áreas do conhecimento e contribuindo para estimular a pós-graduação e os grupos de pesquisa sediados no Rio de Janeiro e a renovação de quadros nas universidades e instituições de pesquisa no Estado. Por meio dessa parceria, as duas agências concedem bolsas de pós-doutorado a programas de pós-graduação de IES localizadas no Estado do Rio de Janeiro. Os pagamentos das bolsas são feitos diretamente aos bolsistas pelas agências envolvidas, não havendo repasse de recursos entre ambas.

c.3) Ministério da Saúde

O Pós-doc SUS, programa que tem como objetivo fomentar as atividades de pesquisa científica, tecnológica e de inovação, mediante a seleção de projetos que visem investigar temas prioritários para o SUS é uma parceria entre o Ministério da Saúde e o Ministério da Educação, firmada por meio de um termo de cooperação e assistência técnica, com interveniência da Secretaria de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos – SCTIE e da Capes. O Ministério da Saúde, por intermédio da SCTIE/MS, concede auxílios financeiros aos projetos aprovados (custeio e capital) e a Capes concede as bolsas de pós-doutorado.

c.4) Hospital de Clínicas de Porto Alegre – HCPA

O PNPD/HCPA é fruto de um convênio entre a Capes e o HCPA que tem como objetivo o financiamento de bolsas de pós-doutorado para absorção temporária de jovens doutores que atuarão em projetos de pesquisa científica como ação da política de formação e capacitação de recursos humanos na área de saúde.

d) Transferências

Foi descentralizado para a Capes um total de R\$ 3.921.600,00 (três milhões, novecentos e vinte um mil e seiscentos reais) pela FINEP para financiar as 76 bolsas de pós-doutorado associado a empresas de base tecnológica.

O Ministério da Saúde, por intermédio da Secretaria de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos – SCTIE/MS repassou a Capes, em outubro de 2011, R\$ 752.882,00 de custeio para o pagamento dos auxílios referente aos projetos aprovados no âmbito dos editais Pós-Doc SUS lançados em 2009 e 2010.

O HCPA descentralizou o montante de R\$ 79.200,00 para o pagamento referente a duas bolsas de pós-doutorado para o ano de 2011 (R\$ 3.300,00).

e) Considerações sobre o atingimento das metas físicas e financeiras

Em 2011, as metas físicas e financeiras da Ação 009H foram atingidas.

META	PREVISÃO (R\$)	EXECUÇÃO (R\$)	EXECUÇÃO/PREVISÃO (%)
FINANCEIRA	102.606.000,00	102.589.500,00	99,98
FÍSICA	2.235	2.628	117,58

Fonte: SIMEC para execução física e SIAFI para a execução financeira.

VI) Ação 0967 - Concessão de Bolsas para Cooperação Internacional e Desenvolvimento Científico e Inovação

Ação 0967	Concessão de Bolsas para Cooperação Internacional, Desenvolvimento Científico e Inovação.
Tipo	Operações Especiais.
Finalidade	Promover a integração educacional, cultural e científica com países parceiros visando atender as políticas de governo, tendo como foco a formação de recursos humanos em todos os níveis de educação.
Descrição	Apoio a projetos e programas educacionais, acadêmicos e científicos com países e instituições parceiras, por meio da concessão de bolsas, auxílios acessórios e despesas de custeio.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	
Coordenador nacional da ação	Márcio de Castro Silva Filho Diretor de Relações Internacionais
Unidades executoras	Diretoria de Relações Internacionais (DRI), Coordenação Geral de Programas de Cooperação Internacional – CGCI.

Principais resultados

As atividades de intercâmbio e cooperação internacional, como parte da missão da Capes, constituem importantes instrumentos à ampliação da competência científico-tecnológica do país. Em 2011, o fomento vinculado à ação 0967 totalizou um investimento de mais de R\$ 144 milhões, o que significa um aumento de aproximadamente 70%⁴ em relação à execução de 2010.

A intensificação das atividades da cooperação internacional da Capes pode ser demonstrada pela diversidade de modalidades de fomento que coexistem na agência, variando desde ações de caráter assistencial até atividades de cooperação em parcerias cada vez mais simétricas. No exercício fiscal de 2011, foram apoiados mais de 900 projetos de cooperação e cerca de 3.700 alunos receberam bolsas para desenvolver suas atividades, nas modalidades graduação sanduíche, mestrado pleno, mestrado sanduíche, doutorado pleno, doutorado sanduíche, estágio sênior e capacitação para profissionais da educação do ensino básico.

Subsidiando essa cooperação, novos tratados e acordos culturais, educacionais e científicos determinaram o surgimento de um crescente número de programas de intercâmbio internacional. Em 2011, foram negociados 39 novos acordos de cooperação com Alemanha, Bélgica, China, Cingapura, Colômbia, Dinamarca, Equador, Israel, Itália, Portugal e Suécia, além de quatro acordos com o Canadá, quatro com o Reino Unido, seis com a Coreia do Sul e quatorze com os Estados Unidos. Para 2012, vinte novos acordos já estão sendo negociados com Bélgica, Espanha, Inglaterra, Austrália, Irlanda, Escócia, Canadá e mais de uma dezena de universidades dos Estados Unidos.

No âmbito dos programas de cooperação para o desenvolvimento, a Capes financiou o desenvolvimento de atividades acadêmicas de 1.026 estrangeiros, principalmente por meio dos programas de cooperação Sul-Sul, destacando-se os programas PEC-PG (Programa de Estudante Convênio de Pós-Graduação - multilateral), PROFOR (Programa de Formação Científica - Angola, Cabo Verde, Moçambique), Pró-Haiti, PQLP (Programa de Qualificação de Língua Portuguesa no Timor Leste) e UAB-Moçambique.

⁴ O crescimento de 70% considerou os valores constantes no PCPR 2010 e PCPR 2011.

Coordenação de Projetos Especiais (CPRO)			
	Programa	País	Modalidade
1	África do Sul	África do Sul	PCP
2	Cabral Linguagem da Letras Amílcar	Cabo Verde	PCP
3	CHINA	China	BI
4	A*STAR	Cingapura	PCP
5	Cátedra Brasil	Colômbia	BI
6	DGU	Espanha	PCP
7	Fundação Carolina	Espanha	BI
8	Salamanca	Espanha	BI
9	Salamanca PROUNI	Espanha	BI
10	Cabral - Ensino Fundamental	Guiné-Bissau	PCP
11	Fomação de Porf. De /Guiné-Bissau	Guiné-Bissau	PCP
12	Linguagem das Letras e Projeto Amílcar Cabral - Ensino Fundamental	Guiné-Bissau	PCP
13	Branetec	Holanda	PU
14	NUFFIC	Holanda	PCP
15	Wageningen	Holanda	PCP
16	Catedra Anisio Teixeira	Inglaterra	BI
17	Catedra King's College	Inglaterra	BI
18	Catedra Oxford	Inglaterra	BI
19	JSPS	Japão	PCP
20	Pró-Moçambique	Moçambique	PCP
21	PROFOR	Moçambique, Angola e Cabo Verde	BI
22	Brasilar Bolsa Curta Duracao	Multilateral	BI
23	Brasilar Bolsa Longa Duracao	Multilateral	BI
24	Brasilar Projetos	Multilateral	PCP
25	Escola de Altos Estudos	Multilateral	PCP
26	Fomento à MINTER e DINTER int.e Doutorado BI	Multilateral	PCP
27	PEC-PG	Multilateral	BI
28	PGCI	Multilateral	PCP
29	PVE	Multilateral	BI
30	Catedra Milton Santos	Portugal	BI
31	FCT	Portugal	PCP
32	FCT Bolsa	Portugal	BI
33	Gulbenkian	Portugal	PCP
34	Licenciaturas Internacionais	Portugal	PCP
35	Licenciaturas_Aveiro	Portugal	PCP
36	Universidade do Porto	Portugal	PCP
37	Timor-Leste	Timor-Leste	BI

Tabela 1. Programas vigentes e/ou negociados na Coordenação de Projetos Especiais em 2011. BI – Bolsa Individual, PCP – Projeto Conjunto de Pesquisa, PU – Parceria Universitária e PE – Projeto Especial.

Coordenação Sul-Norte (CSN)			
	Programa	País	Modalidade
38	Bragecrim	Alemanha	PCP
39	BRAGFOST	Alemanha	PCP
40	DAAD - Missão de curta duração	Alemanha	BI
41	Doutorado CAPES/DAAD/CNPq	Alemanha	BI
42	NOPA	Alemanha	PCP
43	PROBRAL	Alemanha	PCP
44	UNIBRAL	Alemanha	PU
45	WWU Catedra	Alemanha	BI
46	WWU PROJETO	Alemanha	PCP
47	Austrália/G8	Austrália	PCP
48	WBI- PP	Bélgica	PCP
49	AUF Canadá	Canadá	PCP
50	CALDO	Canadá	PCP
51	DFAIT Canadá	Canadá	PCP
52	IBOL Canadá	Canadá	PCP
53	MITACS	Canadá	PCP
54	QUEBEC	Canadá	BI
55	DASTI	Dinamarca	PCP
56	CAPES/Fulbright Doutorado Sanduíche	Estados Unidos	BI
57	Certificação de Língua Inglesa	Estados Unidos	BI
58	FIPSE	Estados Unidos	PU
59	FLTA - Professor de Língua Portuguesa nos EUA	Estados Unidos	BI
60	MFA	Estados Unidos	BI
61	NIH	Estados Unidos	BI
62	Professor e Pesquisador Visitante- EUA	Estados Unidos	BI
63	Ruth Cardoso	Estados Unidos	BI
64	Universidade do Texas	Estados Unidos	PCP
65	ETA	EUA	BI
66	Agropolis	França	PCP
67	Brafagri	França	PU
68	Brafitec	França	PU
69	COFECUB	França	PCP
70	Colégio Doutoral Franco Brasileiro	França	BI
71	SAINT-HILAIRE	França	PCP
72	Cambridge	Inglaterra	BI
73	Dundee	Inglaterra	BI
74	Instituto de Educação de Londres	Inglaterra	BI
75	King's College Bolsa	Inglaterra	BI
76	NOTTINGHAM/BIRMINGHAM	Inglaterra	BI
77	Weizmann	Israel	PCP
78	MATH-AMSUD	Multilateral	PCP
79	STIC-AMSUD	Multilateral	PCP
80	STINT	Suécia	PCP

Tabela x. Programas vigentes e/ou negociados na Coordenação Sul-Norte em 2011. BI – Bolsa Individual, PCP – Projeto Conjunto de Pesquisa, PU – Parceria Universitária e PE – Projeto Especial.

Coordenação Sul-Sul (CSS)			
	Programa	País	Modalidade
81	CAFP	Argentina	PU
82	CAPG	Argentina	PU
83	MINCYT	Argentina	PCP
84	PROBITEC	Argentina	PCP
85	PU Graduação Espanhol	Argentina	PU
86	ICETEX Linguagem das Letras e Projeto Amílcar	Colombia	BI
87	COLCIÊNCIAS	Colômbia	PCP
88	ICETEX	Colômbia	PCP
89	MÊS CUBA Projetos	Cuba	PCP
90	MÊS DOCENTE	Cuba	BI
91	Po-Haiti Reestruturação de IES	Haiti	PCP
92	Pró-Haiti	Haiti	BI
93	Pró-Haiti Apoio a Cursos - Estrangeiros	Haiti	PCP
94	Pró-Haiti Bolsa Graduação Sanduíche	Haiti	BI
95	Licenciaturas Portugues-Espanhol	Mercosul	PCP
96	CONACYT - México	México	PCP
97	MARCA	Multilateral	BI
98	Mercosul - BI Mobilidade Docente Doutorado Pleno	Multilateral	BI
99	Mercosul - Centros associados	Multilateral	PU
100	Mercosul fortalecimento da pós-graduação	Multilateral	PU
101	Mercosul - Projetos Conjuntos de Pesquisa	Multilateral	PCP
102	Mercosul - PU MARCA Mobilidadedocente	Multilateral	PU
103	Mercosul - Setor Aeronáutico	Multilateral	PCP
104	Mercosul- Apoio a Doutorados Binacionais	Multilateral	PU
105	TV DIGITAL	Multilateral	BI
106	UDELAR Docente	Multilateral	BI
107	UNASUL	Multilateral	BI
108	CAPES/MESCYT	República Dominicana	BI
109	UDELAR Projetos	Uruguai	PCP

Tabela x. Programas vigentes e/ou negociados na Coordenação Sul-Sul em 2011. BI – Bolsa Individual, PCP – Projeto Conjunto de Pesquisa, PU – Parceria Universitária e PE – Projeto Especial.

Forma de execução

O trabalho da Cooperação Internacional se dá por intermédio da concessão individual de bolsas de estudos no exterior e no país, mediante financiamento de projetos conjuntos de pesquisa, financiamento de parcerias universitárias e programas especiais. Os coordenadores de projetos e os demais pesquisadores vinculados aos projetos podem receber apoio para a execução de missões de trabalho, que consistem em visitas de curta duração à sede do parceiro para o desenvolvimento de atividades relacionadas ao objetivo da parceria. Os programas também contemplam atividades ligadas à realização de eventos (seminários, workshops científicos, dentre outros), implantação de cursos de pós-graduação brasileiros no exterior e fomento à vinda de renomados pesquisadores estrangeiros para atuar nas Instituições de Ensino Superior Brasileiras.

Projetos Conjuntos de Pesquisa

Os Projetos Conjuntos de Pesquisa são apoiados mediante acordos de cooperação internacional firmados entre a Capes e agências congêneres no exterior. Tais acordos são formulados com a identificação de áreas de interesse comum, tendo como princípios básicos simetrias nos orçamentos e nas mobilidades de pesquisadores, docentes e estudantes de pós-graduação e pós-doutorado. Essa linha de ação deve, sem exceção, contemplar a participação e mobilidade de alunos, condição essa considerada requisito mínimo para aprovação do projeto submetido. O apoio a essa modalidade visa promover o desenvolvimento científico e a formação de recursos humanos altamente qualificados. Exemplos clássicos dessa modalidade são os programas Capes/MINCyT e Capes/Cofecub, que há anos promovem a parceria entre pesquisadores brasileiros e pesquisadores argentinos e franceses, respectivamente.

Parcerias Universitárias

As Parcerias Universitárias seguem os mesmos princípios básicos dos projetos conjuntos de pesquisa, tanto no que diz respeito ao financiamento recíproco e simetrias nas mobilidades, como na definição dos temas de interesse comum entre os parceiros. Entretanto, diferencia-se por seu caráter acadêmico, voltado para a mobilidade de estudantes, principalmente em nível de graduação, e para a modernização e adaptação recíproca de grades curriculares, além de estimular, enfaticamente, a dupla diplomação dos alunos.

Projetos Especiais

Geralmente, os Projetos Especiais são definidos por apresentar objetivos singulares como, por exemplo, a promoção de disciplinas de curta duração em cursos de pós-graduação, além de, eventualmente, surgirem em virtude de demandas ainda não contempladas nas modalidades acima ou inesperadas, a exemplo do programa Pro-Haiti que foi concebido em caráter emergencial e indutor.

Programas que financiam bolsas individuais

A maior parte das bolsas concedidas no âmbito da ação está vinculada aos Projetos – em quaisquer das modalidades descritas, mas por meio de acordos específicos, e permitida a concessão de bolsa individual, tanto para brasileiros quanto para estrangeiros, desenvolverem as suas atividades acadêmicas e científicas. Como exemplo bem sucedido dessa modalidade, identifica-se o programa Capes/Udelar docentes, que promove a capacitação de docentes uruguaios em Instituições brasileiras de Ensino Superior.

Ações prioritárias desenvolvidas em 2011

A Cooperação Internacional da Diretoria de Relações Internacionais da Capes esteve dividida, operacionalmente, até 2011, em três eixos: Cooperação Sul-Sul, Cooperação Sul-Norte e Projetos Especiais, descritos a seguir:

Cooperação Sul-Sul (CSS)

As atividades da CSS estão relacionadas com a cooperação entre o Brasil e os países da América Latina e Caribe, principalmente com a Argentina, por meio da parceria com a Secretaria de Políticas Universitárias (SPU) e com o Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação Produtiva (MINCyT); com Cuba, resultado da cooperação com o seu respectivo Ministério da Educação

Superior; e com o Uruguai, por intermédio do acordo firmado com a *Universidad de La República* (Udelar).

CAPES/CAPG-BA (Argentina)

O programa Centros Associados da Pós-Graduação Brasil-Argentina (CAPG-BA) é resultado da parceria da Capes e da Secretaria de Políticas Universitárias (SPU) do Ministério da Educação daquele país. O programa visa estimular e fortalecer a associação acadêmica entre os programas de pós-graduação da Argentina e do Brasil. Para atingir seus objetivos, além da mobilidade de estudantes e professores/pesquisadores, o programa estimula a co-orientação de teses e co-diplomação dos alunos, promovidas pela participação ativa dos docentes envolvidos nos projetos.

Número de projetos financiados em 2011:24

Número de bolsistas em 2011:35

CAPES/CAFP-BA (Argentina)

O programa Centros Associados para o Fortalecimento da Pós-Graduação Brasil-Argentina (CAFP-BA) é mais um resultado da colaboração entre a Capes e a SPU, que visa à associação acadêmica, por meio de parceria universitária, entre pelo menos uma IES brasileira e uma argentina. O objetivo fundamental é o fortalecimento de cursos de pós-graduação nos dois países. Além disso, apresenta como caráter diferencial a promoção de relações assimétricas, nas quais, pelo menos um curso de pós-graduação *stricto sensu* de excelência, atua como entidade promotora, que irá cooperar para o desenvolvimento de um curso associado menos estabelecido.

Número de projetos financiados em 2011:27

Número de bolsistas em 2011:45

CAPES/MYNCYT (Argentina)

O programa CAPES-MINCYT é conduzido pela Capes e pelo Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação Produtiva (MINCYT) da Argentina. Essa cooperação objetiva estimular, por meio de projetos conjuntos de pesquisa, o intercâmbio de docentes e pesquisadores dos dois países, vinculados à Programas de Pós-Graduação de Instituições de Ensino Superior (IES), nas diversas áreas do conhecimento.

Número de projetos financiados em 2011:37

Número de bolsistas em 2011:30

CAPES/MES-CUBA

A Capes desenvolve, junto a *Dirección de Relaciones Internacionales del Ministerio de Educación Superior de Cuba* (DRI/MES) o programa CAPES-MESCUBA que se apresenta em duas vertentes: MÊS-DOCENTES, cuja finalidade é conceder bolsas de estudos no Brasil para docentes cubanos nas modalidades de doutorado-sanduíche e de pós-doutorado e, MÊS-PROJETOS, que visa a apoiar a formação de recursos humanos de alto nível, por meio do desenvolvimento de projetos conjuntos de pesquisa que envolvam Instituições de Ensino Superior do Brasil e de Cuba, nas diversas áreas do conhecimento.

Número de projetos financiados em 2011:45

Número de bolsistas em 2011(Projetos): 53

Número de bolsistas em 2011(Docentes): 20

CAPES/PRO-HAITI

O Programa Emergencial em Educação Superior Pró-Haiti tem como objetivo contribuir para a reconstrução daquele país, apoiando a formação de recursos humanos em nível de graduação-sanduíche. Este programa é coordenado pela Capes, em conjunto com a Secretaria de Educação Superior (SESu) do Ministério da Educação (MEC) e o Ministério das Relações Exteriores (MRE). Para o alcance dos objetivos, são concedidas bolsas a estudantes das instituições de ensino superior de Porto Príncipe para realização de suas atividades nas instituições de ensino superior brasileiras (IES), em áreas e cursos definidos em relatório diagnóstico realizado em 2010.

Número de projetos financiados em 2011:10

Número de bolsistas em 2011:79

CAPES/UDELAR (Uruguai)

O programa CAPES-UDELAR advém do Convênio de Cooperação entre a Capes e a *Universidad de La Republica* e, assim como a cooperação com Cuba, se apresenta em duas vertentes: UDELAR-DOCENTES, que tem por instrumento a concessão de bolsas de estudos aos docentes da Udelar não vinculados a outros programas de fomento nas modalidades de mestrado pleno, mestrado sanduíche, doutorado pleno e doutorado sanduíche e, UDELAR-PROJETOS, que visa apoiar a formação de recursos humanos de alto nível, por meio do desenvolvimento de projetos conjuntos de cooperação científica, nas diversas áreas do conhecimento, entre Instituições de Ensino Superior brasileiras e uruguaias.

Número de projetos financiados em 2011:28

Número de bolsistas em 2011(Projetos): 11

Número de bolsistas em 2011(Docentes): 15

MULTILATERAIS

No âmbito dos acordos multilaterais, em 2011, importantes mecanismos de cooperação foram expandidos para o MERCOSUL. Foram criadas oportunidades de apoio a projetos conjuntos de pesquisa (Programa de Projetos Conjuntos de Pesquisa), parcerias universitárias (Programa de Associação para Fortalecimento da Pós-Graduação), formação discente por meio de bolsas individuais (MARCA), além do programa de ensino da língua portuguesa e espanhola (Parceria Graduação MERCOSUL).

MERCOSUL – MARCA Programa de Mobilidade de Graduação – CRC-ES

Número de bolsistas em 2011: 100

MERCOSUL – Programa de Associação para o Fortalecimento da Pós-Graduação- CRC-ES

Número de projetos financiados em 2011: 14

MERCOSUL- Programa de Parcerias Universitárias em Licenciatura de Português e Espanhol – CRC-ES

Número de projetos financiados em 2011:5

MERCOSUL – Programa de Projetos Conjuntos de Pesquisa – CRC-ES

Número de projetos financiados em 2011:29

CSS					
	País	Identificação	Modalidade	Projetos	Bolsistas
1	ARGENTINA	CAPG-BA - CENTROS ASSOCIADOS DE PÓS-GRADUAÇÃO	PU	24	35
2	ARGENTINA	CAFP-BA - CENTROS ASSOCIADOS PARA O FORTALECIMENTO DA PÓS-GRADUAÇÃO	PU	27	45
3	ARGENTINA	MINCYT - MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO PRODUTIVA	PCP	37	30
4	CUBA	MES - MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR - DOCENTE	BI	-	20
5	CUBA	MES - MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR - PROJETOS	PCP	53	45
6	Haiti	Pro=Haiti	PE	10	79
7	URUGUAI	UDELAR - UNIVERSIDAD DE LA REPUBLICA - DOCENTE	BI	-	15
8	URUGUAI	UDELAR - UNIVERSIDAD DE LA REPUBLICA - PROJETOS	PCP	28	11
9	MULTINACIONAL	MERCOSUL - MARCA PROGRAMA DE MOBILIDADE DE GRADUAÇÃO - CRC-ES	BI	-	100
10	MULTINACIONAL	MERCOSUL - PROG. FORTALECIMENTO DA PÓS-GRADUAÇÃO - CRC-ES	PU	14	0
11	MULTINACIONAL	MERCOSUL - PROGRAMA DE PARCERIAS UNIVERSITÁRIAS EM LICENCIATURA DE PORTUGUÊS E ESPANHOL - CRC-ES	PU	5	0
12	MULTINACIONAL	MERCOSUL - PROG DE PROJ. CONJ. DE PESQUISA - CRC-ES	PCP	29	0
	Total CSS			227	380

Tabela 1. Programas vigentes na Coordenação Sul-Sul e os quantitativos de projetos e bolsistas em 2011. BI – Bolsa Individual, PCP – Projeto Conjunto de Pesquisa, PU – Parceria Universitária e PE – Projeto Especial.

No âmbito da Cooperação Sul-Sul, merecem destaque: a implementação do Programa de Terapia Celular (PROBITEC) com o MINCYT; o programa multilateral de Mobilidade Docente (MARCA Docente) e o programa multilateral de TV Digital, que prevê o fomento à projetos conjuntos de pesquisa nessa área estratégica.

Para 2012, serão implementados os programas que estiveram em negociação em 2011 com: CONACyT – Conselho Nacional de Ciência e Tecnologia do México; COLCIENCIAS, o Departamento Administrativo de Ciência, Tecnologia e Inovação da Colômbia; MESCyT, o Ministério de Educação Superior Ciência e Tecnologia da República Dominicana, bem como com o Ministério da Educação do Paraguai.

Coordenação de Projetos Especiais (CPRO)

Na esfera da Coordenação de Projetos Especiais destacam-se os programas: Programa de Iniciação Científica de Alunos de Graduação de Moçambique, Angola e Cabo Verde – PFCM, as Escolas de Altos Estudos - EAE, Programa Fundação Carolina; o PEC-PG, o PGCI e a UAB-Moçambique.

CAPES/PROFOR (Angola e Cabo Verde)

O PROFOR (Programa de Formação Científica) objetiva contribuir para a formação de recursos humanos por meio de atividades de pesquisa, desenvolvimento tecnológico e inovação em Angola e Cabo Verde, estimulando assim, as vocações científicas na comunidade universitária desses países. Para tanto, são executados projetos que incentivam a vinda de alunos de graduação africanos para realizar, em universidades brasileiras, treinamento científico sob orientação de pesquisador qualificado atuando em áreas de pesquisa acordadas, no período de férias acadêmicas dos alunos contemplados. Os estudantes são selecionados pelos respectivos governos de acordo com o número de vagas disponíveis em cada Instituição de Ensino Superior brasileira.

Número de projetos financiados em 2011(Angola): 12

Número de bolsistas em 2011(Angola): 74

Número de projetos financiados em 2011(Cabo Verde): 10

Número de bolsistas em 2011(Cabo Verde): 29

CAPES/JOSÉ APARECIDO OLIVEIRA (Cabo Verde)

O Programa JOSÉ APARECIDO OLIVEIRA tem por objetivo consolidar cursos de pós-graduação em Cabo Verde, por meio da qualificação de docentes, vinculados a instituições de ensino superior daquele país, em território brasileiro. Essa iniciativa, financiada pela Capes, envolve os Ministérios das Relações Exteriores, da Educação, da Ciência e Tecnologia, e é voltado para a formação de professores de Português.

Número de bolsistas em 2011:50

CAPES/AMILCAR CABRAL (Cabo Verde)

Semelhante ao programa JOSÉ APARECIDO OLIVEIRA, o ALMICAR CABRAL é orientado para a formação de professores em Matemática e, assim como o anterior, envolve os Ministérios das Relações Exteriores, da Educação, da Ciência e Tecnologia, além de ser financiado pela Capes. A cooperação tem por objetivo consolidar cursos de pós-graduação em Cabo Verde, por meio da qualificação de docentes, vinculados a instituições de ensino superior daquele país, em território brasileiro.

Número de bolsistas em 2011:50

CAPES/SALAMANCA - PROUNI (Espanha)

O programa SALAMANCA-PROUNI seleciona alunos do Programa Universidade para Todos (ProUni) para cursar a graduação na Universidade de Salamanca. O programa exige que os bolsistas, além de pertencer à famílias de baixa renda, tenham cursado todo o ensino médio em escola pública.

Número de bolsistas em 2011: 10

CAPES/FUNDAÇÃO CAROLINA (Espanha)

O programa FUNDAÇÃO CAROLINA promove o aumento da qualificação de professores universitários, pesquisadores e estudantes de doutorado brasileiros, por meio da concessão de bolsas, nas modalidades de doutorado-sanduíche ou pós-doutorado, para os contemplados desenvolverem suas atividades em universidades espanholas.

Número de bolsistas em 2011: 124

CAPES/DGU (Espanha)

O programa DGU é resultado da parceria da CAPES e da Dirección General de Universidades Españolas (DGU). A colaboração, tem por objetivo a formação de recursos humanos de alto nível nos dois países, por meio do financiamento de projetos conjuntos de pesquisa prioritariamente nas áreas de ciências econômicas, educação, matemática, ciências biológicas, meio ambiente, ciências do mar, tecnologia, tecnologia de alimentos, química, psicologia, agricultura e o controle de pragas e ciências do esporte, a colaboração tem por objetivo a formação de recursos humanos de alto nível nos dois países.

Número de projetos financiados em 2011:76

Número de bolsistas em 2011: 127

CAPES/ Formação de Professores de Guiné-Bissau

Outro programa implementado em 2010 foi o de Formação de Professores de Guiné-Bissau, que visa à capacitação de professores do ensino superior guineense em curso ministrado por professores da Universidade Federal do Ceará. Em 2010, foram concedidas 30 bolsas para a capacitação de docentes guineenses.

| Número de projetos em 2011: 1

CAPES/BRANETEC (Holanda)

O programa BRANETEC, fruto da parceria da CAPES e a Organização Holandesa para a Cooperação Internacional em Educação Superior (NUFFIC) do Ministério da Educação, Ciência e Cultura (OCW), dos Países Baixos, visa apoiar projetos de parcerias universitárias, exclusivamente em nível de graduação, para fomentar o intercâmbio acadêmico e estimular a aproximação das estruturas curriculares, inclusive com a equivalência e o reconhecimento mútuo de créditos obtidos nas instituições participantes nas especialidades de tecnologia. O primeiro edital do programa foi lançado em 2010 para início das atividades em 2011.

Número de projetos financiados em 2011:5

Número de bolsistas em 2011: 2

CAPES/NUFFIC (Holanda)

O programa NUFFIC, assim como o programa BRANETEC, advém da cooperação firmada entre a Capes e o NUFFIC. Por meio da seleção de projetos conjuntos de pesquisa em todas as áreas do conhecimento, com especial foco nas áreas de Ciências Biológicas, Engenharias, Ciências Médicas (Ciências da Saúde), Ciências Agrícolas, Ciências Sociais Aplicadas, Ciências Humanas e Artes, com vista ao intercâmbio científico entre Instituições de Ensino Superior (IES) do Brasil e da Holanda, o programa objetiva a formação de recursos humanos de alto nível nos dois países.

Número de projetos financiados em 2011:32

Número de bolsistas em 2011: 14

CAPES/Wageningen (Holanda)

O programa CAPES-Wageningen, fundamentado no acordo firmado entre a CAPES, a Universidade Wageningen e o Centro de Pesquisa dos Países Baixos, se caracteriza pelo apoio à formação de recursos humanos de alto nível, com foco na área de Ciências Agrícolas, Botânica, Zoologia, Ciências de Alimentos, Ciências Ambientais, Biotecnologia e Ciências Econômicas e Sociais, por meio da seleção de projetos conjuntos de Pesquisa. O último edital do programa foi lançado em 2008.

Número de projetos financiados em 2011:23

Número de bolsistas em 2011: 5

CAPES/FCT GRICES (Portugal)

O programa FCT é resultado da parceria da CAPES e da Fundação para a Ciência e a Tecnologia portuguesa (FCT) e tem por objetivo a formação de recursos humanos de alto nível nos dois países, por meio do financiamento de projetos conjuntos de pesquisa que promovam a formação em nível de pós-graduação (doutorado sanduíche e pós-doutorado) e o aperfeiçoamento de docentes e pesquisadores em todas as áreas do conhecimento.

Número de projetos financiados em 2011:101

Número de bolsistas em 2011: 202

CAPES/ IGC (Portugal)

O programa IGC é resultado da parceria entre a Capes e o Instituto Gulbekian de Ciência português (IGC). O programa seleciona projetos conjuntos de pesquisa nas áreas de Ciências Biológicas e Saúde, além de Engenharias, nas especialidades mecânica, transporte e logística, aeronáutica espacial, objetivando o intercâmbio científico entre Instituições de Ensino Superior (IES) do Brasil e o IGC.

Número de projetos financiados em 2011:2

Número de bolsistas em 2011: 1

CAPES/ Cátedra Milton Santos (Portugal)

A Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Capes e a Universidade de Coimbra, por intermédio de seu Centro de Estudos Sociais, estabeleceram o programa “Cátedra Milton Santos”, com o intuito principal de contribuir para a difusão de informações objetivas sobre a dinâmica da sociedade brasileira em centros universitários de excelência no exterior. O programa prevê a concessão anual de uma bolsa.

MULTINACIONAIS

CAPES/PGCI

O Programa Geral de Cooperação Internacional tem por finalidade apoiar projetos conjuntos de pesquisa entre o Brasil e países com os quais o país possua acordo de governo, mas que a CAPES não possui acordo específico. Neste programa é prevista a parceria entre Instituições de Ensino Superior do Brasil e de países que promovam a formação em nível de pós-graduação (doutorado sanduíche e pós-doutorado).

Número de projetos financiados em 2011:25

Número de bolsistas financiados em 2011:27

CAPES/PEC-PG

O Programa de Estudante-Convênio de Pós-Graduação (PEC-PG) é uma parceria CAPES-CNPq e MRE e constitui atividade de cooperação educacional desenvolvida, prioritariamente, com países em desenvolvimento com os quais o Brasil mantém acordo de Cooperação Educacional, Cultural ou de Ciência e Tecnologia. Este programa tem por objetivo formar recursos humanos, possibilitando que cidadãos oriundos de países em desenvolvimento realizem estudos em Instituições de Ensino Superior (IES) brasileiras, em programas de Pós-Graduação com nota igual ou superior a 03 (três), promovendo assim, o aumento da qualificação de professores universitários, pesquisadores, profissionais e graduados do ensino superior, de modo que possam contribuir para o desenvolvimento de seu país de origem. Para tal, são concedidas bolsas de doutorado e mestrado (Timor Leste e Haiti) pela CAPES e demais bolsas de mestrado pelo CNPq. .

Número de bolsistas em 2011: 380

CAPES/ Professor Visitante do Exterior

O programa Professor Visitante do Exterior (PVE) seleciona professores e pesquisadores atuantes no exterior, cuja formação e experiência profissional represente uma contribuição inovadora para a pós-graduação brasileira, para a realização de visitas de curta, média e longa

duração a Instituições de Ensino Superior e Institutos e Centros de Pesquisas nacionais. Para tal atividade, os selecionados recebem bolsas para desenvolverem suas atividades em território brasileiro.

Número de bolsistas em 2011: 130

CPRO					
	País	Identificação	Modalidade	Projetos	Bolsistas
1	Angola	PROFOR (Programa de Formação Científica)	BI	12	74
2	Cabo Verde	PROFOR (Programa de Formação Científica)	BI	10	29
3	Cabo Verde	Projeto José Aparecido Oliveira	PE	1	50
4	Cabo Verde	Amílcar Cabral	PE	1	50
5	Espanha	Fundação Carolina	BI	-	124
6	Espanha	Salamanca - PROUNI	BI	-	10
7	Espanha	DGU	PCP	76	127
9	Guiné-Bissau	Programa de Formação de Professores de Guiné-Bissau	PE	1	-
10	Holanda	BRANETEC	PCP	5	2
11	Holanda	CAPES/Centro Wageningen	PCP	23	5
12	Holanda	NUFFIC	PCP	32	14
13	Multinacional	PEC-PG	BI	-	380
14	Multinacional	PVE	BI	-	130
15	Multinacional	PGCI	PCP	25	27
16	Multinacional	Escola de Altos Estudos	PE	28	-
17	Portugal	CAPES/ CES Coimbra - Cátedra Milton Santos	BI	-	1
18	Portugal	Capes/IGC (Instituto Gulbenkian de Ciências)	PCP	2	1
19	Portugal	FCT	PCP	101	202
Total CPRO				317	1226

Tabela 2. Programas vigentes na Coordenação de Projetos Especiais e os quantitativos de projetos e bolsistas em 2011. BI – Bolsa Individual, PCP – Projeto Conjunto de Pesquisa, PU – Parceria Universitária e PE – Projeto Especial.

CAPES/ Escola de Altos Estudos (EAE)

Por meio das Escolas de Altos Estudos (EAE), são realizados cursos monográficos de alto nível, inclusive intensivos, oferecidos por professores visitantes de elevado conceito internacional, visando o aperfeiçoamento dos cursos de pós-graduação no Brasil e possibilitando, de maneira eficaz, que estudantes de graduação e pós-graduação tenham contato com renomados pesquisadores. O programa prevê, inclusive, o envolvimento de mais de uma instituição por curso e sua disseminação via internet, com créditos válidos concedidos a todos os participantes. O Programa funciona em fluxo contínuo.

Número de projetos financiados em 2011:28

No âmbito da CPRO, em 2011, foram negociados novos acordos com a Coreia, envolvendo as agências NIIED, NRF, KAIST, SNU, POSTECH, YONSEI e University of Korea; e com a Espanha, envolvendo 4 Alianza, Politécnia de Valência e Universidade de Salamanca. Para o ano de 2012, está prevista a implantação dos programas advindos desses acordos e a finalização das negociações com a China – Chinese Scholarship Council.

Na Cooperação Sul-Norte – CSN

CAPES/Bragecrim (Alemanha)

O programa Bragecrim é resultado da cooperação entre a CAPES, a *Deutsche Forschungsgemeinschaft* – DFG, a Financiadora de Estudos e Projetos – FINEP, e o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq e visa apoiar projetos conjuntos de pesquisa entre grupos brasileiros e alemães no âmbito da Iniciativa Brasil-Alemanha para Pesquisa Colaborativa em Tecnologia de Manufatura. O programa Está previsto o financiamento de missões de trabalho e de estudos, com a mobilidade de estudantes de todos os níveis – graduação, mestrado, doutorado e pós-doutorado, o que o diferencia dos demais programas. Além dos recursos de custeio, o programa permite a concessão de recursos de capital, apoiando a aquisição de equipamentos de pequeno e médio porte. O primeiro edital, publicado em novembro de 2008, recebeu 19 propostas de projetos, das quais 16 foram aprovadas. A implementação dos projetos foi iniciada no ano de 2009, com a mobilidade de estudantes e a concessão de recursos aos pesquisadores que contou, também, com o repasse de recursos da FINEP da ordem de R\$2.000.000,00.

Número de projetos financiados em 2011:16

Número de bolsistas em 2011:66

CAPES/Unibral (Alemanha)

O programa prevê o apoio a projetos de parcerias institucionais universitárias e estimula o intercâmbio de alunos e de professores brasileiros e alemães, focando especialmente o ensino de graduação, o reconhecimento recíproco de créditos, os seminários paralelos de revisão e modernização curricular e as propostas de futura diplomação dupla (UNIBRAL II), já prevista em alguns projetos em andamento, promovendo a inserção internacional da universidade brasileira.

Público alvo: Estudantes de graduação e docentes de Instituições de Ensino Superior (IES) brasileiras e alemãs.

Número de projetos financiados em 2011:19

Número de bolsistas em 2011:136

CAPES/Probral (Alemanha)

Apoiar projetos conjuntos de pesquisa e cooperação científica das Instituições de Ensino Superior do Brasil e da Alemanha que promovam a formação em nível de pós-graduação (doutorado sanduíche e pós-doutorado) e o aperfeiçoamento de docentes e pesquisadores. No PROBRAL II, os grupos de pesquisa são incentivados a formar os doutorandos em conjunto, conduzindo-os ao duplo-doutorado

Público alvo: Instituições de Ensino Superior do Brasil e da Alemanha.

Número de projetos financiados em 2011:51

Número de bolsistas em 2011:66

CAPES/Intercâmbio Científico de Curta Duração (Alemanha)

O programa de Intercâmbio Científico Brasil-Alemanha de Curta Duração é realizado pela Capes em parceria com o Serviço Alemão de Intercâmbio Acadêmico – DAAD, e visa ao fortalecimento da cooperação acadêmica e científica entre os dois países. O programa prevê o financiamento de missões de professores de instituições brasileiras e alemãs por períodos de 1 a 3 meses.

Número de bolsistas em 2011:39**CAPES/CNPq/DAAD (Alemanha)**

O Programa tem como objetivo a formação de docentes e pesquisadores de alto nível e a consolidação da cooperação científica entre os dois países. As bolsas são concedidas a candidatos com excelente qualificação científica e acadêmica, para a realização do doutorado integral, do duplo doutorado ou do doutorado sanduíche na Alemanha. Em 2010, existiam 60 (sessenta) bolsas em andamento, sendo 41 (quarenta e uma) bolsas de Doutorado integral e 19 (dezenove) bolsas de Doutorado sanduíche.

Número de bolsistas em 2011:140**CAPES/WBI (Bélgica)**

O Programa Capes/WBI (*Wallonie Bruxelles International*) promove a cooperação entre Brasil e Bélgica Francófona. A iniciativa prevê o estabelecimento em duas modalidades de cooperação: projetos conjuntos de pesquisa e parceria universitária no programa, no entanto, apenas a primeira modalidade foi implantada. São admitidos projetos nas áreas de Ciências Biológicas e de Saúde; Agroindústria; e Engenharias (especialidades mecânica, transporte, logística aeronáutica e espacial). O objetivo do programa é fomentar o desenvolvimento da pesquisa, o intercâmbio de docentes e discentes.

Número de projetos financiados em 2011:12Número de bolsistas em 2011:5**CAPES/DFAIT (Canadá)**

O objetivo do programa é fomentar projetos conjuntos de pesquisa em todas as áreas do conhecimento para fortalecer a colaboração entre pesquisadores brasileiros e canadenses, além de estimular a mobilidade acadêmica em nível de doutorado-sanduíche. O programa é resultado da parceria entre a Capes e o Ministério das Relações Exteriores e de Comércio Internacional do Canadá (DFAIT), sendo a implementação realizada em parceria com o *Canadian Bureau for International Education* (CBIE). A aprovação dos primeiros projetos ocorreu no final do primeiro semestre de 2001. A previsão de saída de bolsista é para o ano de 2012.

Número de projetos financiados em 2011:11**CAPES/UT (EUA)**

O programa CAPES/UT visa ao fomento de projetos conjuntos de pesquisa e cooperação científica das Instituições de Ensino Superior do Brasil e a Universidade do Texas (UT) para promover a formação em nível de pós-graduação (doutorado sanduíche e pós-doutorado) e o aperfeiçoamento de docentes e pesquisadores, privilegiando o desenvolvimento de pesquisas nas áreas de Ciências Sociais, Ciências da Terra, Ciências Ambientais, Tecnologia (Engenharia) e Ciências da Saúde. O último edital do programa foi lançado em 2007. O ano de 2011 marca o encerramento do programa.

Número de projetos financiados em 2011:9Número de bolsistas em 2011:10**CAPES/FIPSE (EUA)**

O Programa de Consórcios em Educação Superior Brasil - Estados Unidos é resultado do acordo entre a CAPES e o *Fund for the Improvement of Post Secondary Education* (Fipse) do Departamento de Educação dos Estados Unidos. Seu objetivo é apoiar a inserção dos cursos de

graduação das Instituições de Ensino Superior (IES) brasileiras no cenário internacional, mediante a modernização curricular, o reconhecimento mútuo de créditos e o intercâmbio docente/discente. Não foi lançado novo edital do programa em 2011 devido a restrições orçamentárias no governo americano.

Número de projetos financiados em 2011:49

Número de bolsistas em 2011:291

CAPES/ Cátedra Ruth Cardoso (EUA)

O programa é uma parceria entre a CAPES, Comissão Fulbright, FAPESP e Universidade de Columbia para a seleção de um professor/pesquisador visitante na Universidade de Columbia para a Cátedra Ruth Cardoso. Os objetivos são: destacar no meio universitário e de pesquisa dos EUA a atuação de cientistas brasileiros em instituições do país nas áreas de Ciências Humanas e Sociais; promover o mais alto nível de aproximação, diálogo e aprofundamento no conhecimento mútuo das respectivas culturas e sociedades.

Número de bolsistas em 2011:2

CAPES/MFA (EUA)

O objetivo do programa é a inserção e a formação no nível mais elevado, na área de cinema, de roteiristas brasileiros, por meio da realização de mestrado em produção cinematográfica, nos denominados Master of Fine Arts (MFA) dos EUA. No ano de 2011, foi iniciada parceria entre a CAPES e o Ministério da Cultura – MinC, visando à concessão de mais bolsas no âmbito do programa.

Número de bolsistas em 2011:7

CAPES/ Professor/Pesquisador Visitante nos EUA:

O Programa busca divulgar a ciência, tecnologia e cultura brasileira, em especial, com o envolvimento de setores da academia que ainda não tiveram exposição naquele país. O programa possibilita a inserção de professores e pesquisadores brasileiros das diversas áreas do conhecimento em renomadas instituições de ensino superior nos EUA para ministrar aulas, realizar pesquisas e desenvolver atividades de orientação técnica e científica.

Número de bolsistas em 2011:12

CAPES/Professor Visitante Norte-Americano no Brasil

Essa parceria fomenta a participação de pesquisador/professor de nacionalidade norte-americana atuante nos EUA em instituição de ensino e/ou pesquisa brasileira. O objetivo é contribuir para o desenvolvimento científico, tecnológico e de formação de curta duração por meio das seguintes atividades: cursos nos programas de pós-graduação; seminários, workshops ou conferências; e treinamento de professores de nível superior.

Número de bolsistas em 2011:18

CAPES/Estágio de doutorando

Seleciona bolsistas para estágio de doutorando nos EUA com o objetivo de incrementar as pesquisas realizadas por doutorandos no país e estreitar as relações bilaterais entre os dois países. Em 2011, os 31 bolsistas selecionados no ano de 2010 iniciaram as atividades nos Estados Unidos.

No Edital 2011, foram selecionados 15 candidatos, com início das atividades previsto para o ano de 2012. Ainda em 2011, foi aberto o período de inscrição referente ao Segundo Edital do Programa, para a seleção de mais candidatos.

Número de bolsistas em 2011:54

CAPES/Programa de Bolsa para Estudante Norte-Americano no Brasil

Este programa é destinado a estudantes norte-americanos em nível de mestrado e doutorado que desejem realizar estudos no Brasil. Estão em andamento, 18 bolsas, sendo 6 de mestrado e 12 de doutorado.

Número de bolsistas em 2011:33

CAPES/Agrópolis (França)

O Programa tem como objetivo apoiar o intercâmbio científico entre grupos de pesquisa brasileiros e franceses, abordando questões acerca do desenvolvimento do Mediterrâneo, das regiões tropicais e temperadas, especialmente, o aumento da oferta de vegetais e subprodutos para alimentação e para fins não-alimentares; a interação climática e plantações; e prevenção e gestão de riscos ligados a plantações e sistemas alimentares. Os primeiros projetos a serem apoiados foram selecionados em 2011, a previsão é que os bolsistas iniciem suas atividades em 2012.

Número de projetos financiados em 2011:5

CAPES/Saint Hilaire (França)

A CAPES e o Ministério das Relações Exteriores Europeias da França (MAEE) tem como objetivo fortalecer a cooperação científica entre o Brasil e a França nas áreas de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas e divulgar a produção conjunta de brasileiros e franceses, por meio de edição de obras científicas de autoria de pesquisadores de ambos os países.

Número de projetos financiados em 2011:6

CAPES/BRAFAGRI (França)

O programa firmado entre a CAPES e a Direção Geral de Ensino e Pesquisa (DGER), do Ministério da Agricultura e Pesca (MAP), com o apoio do Ministério das Relações Exteriores (MAE) da França, tem como objetivo incentivar parcerias universitárias entre os dois países para promoção do intercâmbio de estudantes em nível de Graduação nas áreas de ciências agrônômicas, agro-alimentares e veterinária, concedendo bolsas de estudos e apoio financeiro para operar o projeto.

Número de projetos financiados em 2011:12

Número de bolsistas em 2011:114

CAPES/BRAFITEC (França)

O programa firmado entre a CAPES e a Conférence des Directeurs d'Écoles et Formations d'Ingénieurs (CDEFI), que engloba as Grandes Escolas de Engenharia da França, tem como objetivo formar parcerias concentradas nas engenharias, por meio de redes. Neste programa, busca-se a aproximação de estrutura e conteúdos curriculares e de metodologias de ensino nos dois países.

Número de projetos financiados em 2011:70

Número de bolsistas em 2011:923

CAPES/COFECUB

O Programa CAPES/COFECUB tem por objetivo incentivar o intercâmbio científico e estimular a formação e o aperfeiçoamento de pós-graduandos e docentes, vinculados a Programas

de Pós-Graduação de Instituições de Ensino Superior e de Pesquisa, por meio de projetos conjuntos de pesquisa, visando à formação de recursos humanos de alto nível.

Número de projetos financiados em 2011:123

Número de bolsistas em 2011:219

CAPES/MATH AmSud (Multilateral /França)

O Programa regional MATH-AmSud é uma iniciativa para gerar e fortalecer as capacidades regionais da América do Sul e a cooperação com a França mediante implantação de redes de pesquisa-desenvolvimento em matemática, através da apresentação de projetos comuns. Seus objetivos são: desenvolver a colaboração em matemática por meio de intercâmbios de pesquisadores e de informação entre os países da América do Sul envolvidos, e entre estes últimos e a França; apoiar os projetos de pesquisa fundamental e aplicada com um componente regional entre a França e pelo menos dois países sul-americanos associados ao projeto; favorecer na América do Sul, a sinergia com outros programas regionais e multilaterais deste setor, em particular com a União Européia

Número de projetos financiados em 2011:8

CAPES/STIC Amsud (Multilateral / França)

O Programa é uma iniciativa da cooperação francesa e brasileira com o intuito de incentivar e reforçar a colaboração e a formação de redes de pesquisa e desenvolvimento no domínio das Ciências e Tecnologias da Informação e da Comunicação (STIC). Seus objetivos são: desenvolver instrumentos que facilitem o intercâmbio de estudantes, professores, pesquisadores e o compartilhamento de resultados de pesquisa; selecionar e financiar projetos conjuntos de pesquisa, tendo em sua dimensão o potencial de inovação e de transferência tecnológica, envolvendo a França e pelo menos dois países sul-americanos parceiros; favorecer as sinergias com outros programas regionais e multilaterais na área.

Número de projetos financiados em 2011:10

Número de bolsistas em 2011:11

CAPES/ Cambridge Overseas Trust (UK)

O Programa Capes – Cambridge Overseas Trust (COT) tem por objetivo apoiar estudantes brasileiros que pretendam realizar seu doutorado na Universidade de Cambridge. A iniciativa visa estreitar as relações bilaterais entre o Brasil e o Reino Unido. O Programa Capes - COT foi idealizado para permitir que jovens brasileiros, com reconhecido mérito acadêmico, desenvolvam seus estudos em uma das mais renomadas instituições de ensino do mundo. Além de tornar a representatividade brasileira na Universidade de Cambridge mais significativa, o programa favorece a criação de vínculos entre núcleos de pesquisa britânicos e brasileiros, com o retorno do bolsista após a conclusão do doutorado.

Número de bolsistas em 2011:5

CSN					
	País	Identificação	Modalidade	Projetos	Bolsistas
1	ALEMANHA	Doutorado CAPES/DAAD/CNPq	BI	-	140
2	ALEMANHA	Intercâmbio Científico de Curta Duração	BI	-	39
3	ALEMANHA	Unibral	PU	19	136
4	ALEMANHA	Bragecrim	PCP	16	66
5	ALEMANHA	Probral	PCP	51	66
6	BÉLGICA	Wallonie-Bruxelles	PCP	12	5
7	CANADÁ	DFAIT	PCP	11	-
8	ESTADOS UNIDOS	CAPES/MFA	BI	-	7
9	ESTADOS UNIDOS	Ruth Cardoso	BI	-	2
10	ESTADOS UNIDOS	Estágio de Doutorando nos EUA CAPES/Fulbright	BI	-	54
11	ESTADOS UNIDOS	Prof Visitante Americano no Brasil CAPES/Fulbright	BI	-	18
12	ESTADOS UNIDOS	Mestrados e Doutorandos Americanos no Brasil CAPES/Fulbright	BI	-	33
13	ESTADOS UNIDOS	Prof Visitante nos EUA CAPES/Fulbright	BI	-	12
14	ESTADOS UNIDOS	CAPES/Fipse	PU	49	291
15	ESTADOS UNIDOS	CAPES/Univ. Texas, Austin	PCP	9	10
16	FRANÇA	BRAFITEC	PU	70	923
17	FRANÇA	BRAFAGRI	PU	12	114
18	FRANÇA	CAPES/COFECUB	PCP	123	219
19	FRANÇA	Agrópolis	PCP	5	0
20	FRANÇA	Saint Hilaire	PE	6	0
21	FRANÇA / MULTINACIONAL	MATH AmSud	PCP	8	0
22	FRANÇA / MULTINACIONAL	STIC Amsud	PCP	10	11
23	REINO UNIDO	University of Cambridge	BI	-	5
	Total CSN			401	2151

Tabela 3. Programas vigentes na Coordenação Sul-Norte e os quantitativos de projetos e bolsistas em 2011. BI – Bolsa Individual, PCP – Projeto Conjunto de Pesquisa, PU – Parceria Universitária e PE – Projeto Especial.

Em 2012, a Coordenação Sul-Norte teve um crescimento notável, foram negociados mais de 40 acordos com os seguintes países e suas respectivas instituições: Austrália - Group of 8 e ATN; Bélgica – Flamenco, CIUF e VLIR,; Canadá – AUF, IBOL, Quebec, Universidade de Guelph, CALDO, Waterloo, Manitoba, Toronto, MCTU e CBIE; Estados Unidos - Harvard (Cátedra), HBCU, Texas A&M, UC Davis, Univ. Arizona, Univ. California (UCLA), Univ. Cornell, Univ. Geórgia, Univ. Nebraska, Univ. Ohio State, Univ. Washington (Seattle), Univ. Yale, Temple University, CIC USA, Georgia University, Penn State, LASPAU, Estado de Massachussets, Estado da Califórnia, Southern Illinois University (SIU) e NSF; Filândia – UNIFI; Inglaterra - Univ. Liverpool; Irlanda - Education in Ireland; Noruega - Norwegian Centre Inter.Cooperation in Higher Education (SIU); Nova Zelândia - Education New Zealand; e um Multilateral com a Organização dos Estados Americanos (OEA).

c) Considerações sobre o atingimento das metas físicas e financeiras

Durante a visita do presidente americano Barack Obama ao Brasil, entre 19 e 20 de março de 2011, foram assinados entre EUA e Brasil, 10 novos acordos de cooperação, dentre os quais, 2 foram com a CAPES, intensificando o intercâmbio educacional e científico entre os dois países. Os dois acordos assinados foram com a Comissão Fulbright e com o NSF (National Science Foundation). Após essa visita, em junho de 2011, foi lançado pela presidenta Dilma Rousseff, o programa Ciência sem Fronteiras, que prevê o envio de 101 mil brasileiros para o exterior até 2015. Deste quantitativo, 26 mil deverão ser financiados pela iniciativa privada e 75 mil pelo Governo Federal, sendo a Capes responsável por ofertar a maior parte da meta federal: 40 mil bolsas.

Com essa nova demanda, todas as ações vinculadas a Diretoria de Relações Internacionais recebem especial atenção e investimento, um dos motivos pelos quais, foi proposta uma nova estrutura, da qual se espera a melhoria dos processos e aprimoramento das atividades de monitoramento da Diretoria.

Meta Física – Ação 0967			Meta Financeira – Ação 0967		
Prevista	Realizada	%	Prevista R\$	Realizada R\$	%
3778	3757	99	133.757.715,00	144.227.956,28	108
Produto: Bolsa Concedida			Unidade de Medida: Unidade		

Fonte: SIMEC para execução física e SIAFI para a execução financeira

VII) Ação 0935 - Concessão e Manutenção de Bolsas de Estudos no Exterior

Ação 0935	Concessão e Manutenção de Bolsas de Estudos no Exterior
Tipo	Operações Especiais
Finalidade	Promover a formação de pessoal de alto nível e a divulgação de trabalhos, no âmbito acadêmico, científico e tecnológico no exterior, proporcionando aos estudantes, professores, pesquisadores e especialistas, o suporte financeiro destinado a estágios ou estudos no exterior.
Descrição	Concessão de bolsas de estudo e pesquisa no exterior e demais auxílios a elas vinculados, tais como passagens, taxas escolares, auxílio instalação, diárias, seguro saúde, além de cobertura para a realização de pesquisa e defesa de trabalho de final de curso. Concessão de apoio à participação em eventos no exterior na forma de auxílio financeiro para deslocamento do pesquisador. Os bolsistas serão selecionados por meio de critérios estabelecidos e divulgados pela CAPES, considerando as competências técnicas, científicas e acadêmicas dos candidatos e demais despesas vinculadas a concessão das bolsas e dos auxílios
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	
Coordenador nacional da ação	Márcio de Castro Silva Filho Diretor de Relações Internacionais
Unidades executoras	Diretoria de Relações Internacionais (DRI), Coordenação-Geral de Bolsas no Exterior (CGBE)

a) Principais resultados

Para promover a internacionalização dos cursos de pós-graduação do Brasil e capacitar recursos humanos, a CAPES concede bolsas de estudo no exterior. As iniciativas vinculadas a presente ação, visam promover a formação de brasileiros em instituições de excelência reconhecidas mundialmente, em nível de graduação, doutorado, pós-doutorado e estágio sênior.

Em 2011, a Coordenação Geral de Bolsas no Exterior (CGBE), ofertou 1.656 novas bolsas de estudos, referentes aos programas tradicionais que apoiam demandas individuais e de projetos de pesquisa, integrantes de programas nacionais em áreas estratégicas geridos pela CAPES. Foram mantidos outros 1.114 bolsistas que iniciaram seus estudos em exercícios anteriores. Considerando as bolsas remanescentes e as implementadas, foram apoiados 8 alunos de graduação, 1655 de doutorado sanduíche e 425 de doutorado, além de 523 pesquisadores na modalidade estágio pós-doutoral e 159 na modalidade sênior, em 40 diferentes países. Para a participação em eventos científicos no exterior, 564 candidaturas obtiveram o apoio da CAPES.

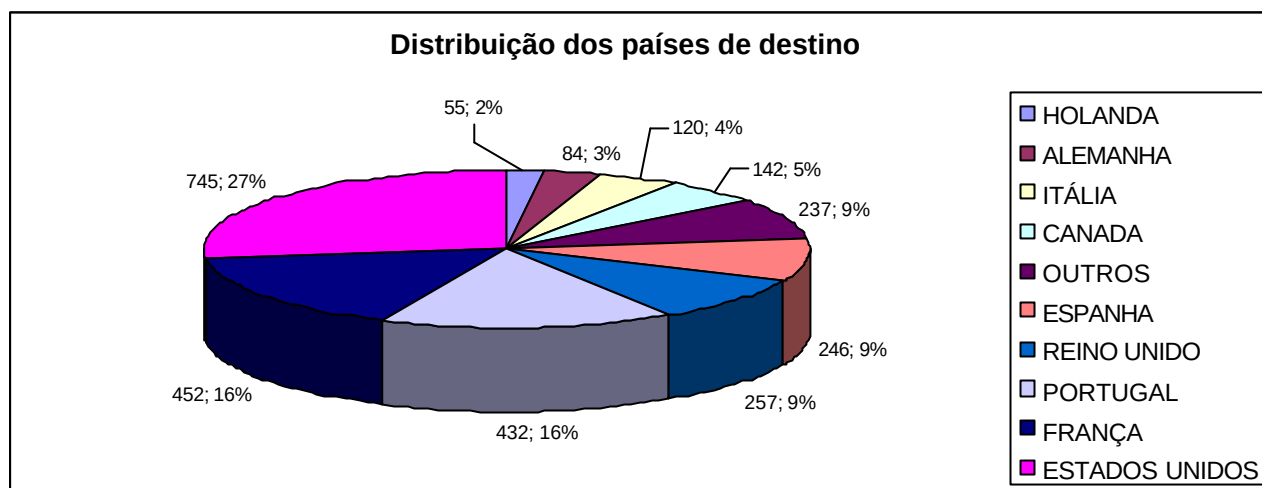


Gráfico X. Outros refere-se aos países para os quais foram enviados e/ou mantidos menos de 40 bolsistas em 2011.

Formas de execução

O principal mecanismo dessa ação é a concessão de bolsas individuais por meio de demanda-balcão e bolsas institucionais para formação em nível de pós-graduação *stricto sensu*. Os programas contemplam, ainda, candidaturas individuais para estágios de curta ou longa duração, em instituições de excelência comprovada, que ofereçam oportunidades para o desenvolvimento de pesquisas de ponta em nível de pós-doutorado – estágio pós-doutoral e estágio sênior. A participação em eventos científicos também é subsidiada através da concessão de auxílio-deslocamento para pesquisadores-doutores apresentarem trabalhos em congressos científicos internacionais.

Os bolsistas são selecionados através de critérios estabelecidos e divulgados pela por meio de editais específicos de cada programa. As seleções ocorrem em fluxo contínuo ou durante períodos específicos do ano, quando são avaliadas as competências técnicas, científicas e acadêmicas dos candidatos, bem como a inserção de cada proposta nas prioridades de formação para o país.

O processo seletivo é desenvolvido em quatro fases de caráter eliminatório:

- Verificação da consistência documental por equipe técnica da CAPES;
- Análise de mérito por intermédio das Coordenações de Área (consultoria científica *ad hoc*), cuja avaliação considera a plena qualificação do candidato ao programa pretendido e a pertinência do projeto ou do plano de atividades apresentado;
- Classificação das candidaturas selecionadas pelo Grupo Assessor da Diretoria de Relações Internacionais, em ordem de prioridade no conjunto da demanda qualificada e conforme dotação orçamentária.
- Análise e decisão final pela Diretoria Executiva da CAPES.

A relação dos aprovados é disponibilizada na página eletrônica da Fundação. Os candidatos que tiverem seus pedidos indeferidos na análise de mérito podem solicitar reconsideração do parecer emitido.

O apoio da tem vigência pelo período estipulado no cronograma de atividades no exterior, dentro da duração permitida por cada modalidade de bolsa. Os componentes dos benefícios são

concedidos em consonância com a modalidade de bolsa e com os valores constantes em portaria específica.

Relação dos programas internos desenvolvidos em 2011

O Programa de Bolsas de Estudos no Exterior representa a destinação de recursos públicos para a capacitação de quadros, em conformidade com as prioridades da política nacional de desenvolvimento educacional, científico e tecnológico. As modalidades apoiadas foram:

- Doutorado Pleno;
- Estágio de Doutorado (Sanduíche) – Demanda espontânea;
- Estágio de Doutorado (Sanduíche) – PDEE;
- Estágio de Doutorado (Sanduíche) – PDSE;
- Estágio Pós-Doutoral;
- Estágio Sênior;
- Apoio a Eventos no Exterior – AEX.

Tabela 1 (0935) - bolsas e auxílios da Ação 0935.

CGBE			
Modalidade	Identificação	Tipo de Programa	Bolsistas Ativos em 2011
Estágio sênior	Edital 2011	BI	159
Estágio pós-doutoral	Edital 2011	BI	523
Doutorado Pleno	Edital 2011/ Chamada 2012	BI	425
Doutorado Sanduíche	Balcão	BI	1655
	Programas Estratégicos	BI	
	Programa Estágio de Doutorando no Exterior (PDEE)	BI	
	Programa Doutorado Sanduíche no Exterior (PDSE)	BI	
Graduação Sanduíche	Programas Estratégicos	BI	8
Total de bolsas			2770
AEX	Edital 2011/ Chamada 2012	Auxílio	564
Total de concessão da ação			3334

Tabela X. Quantitativos bolsistas em 2011. BI – Bolsa Individual, PCP – Projeto Conjunto de Pesquisa, PU – Parceria Universitária e PE – Projeto Especial.

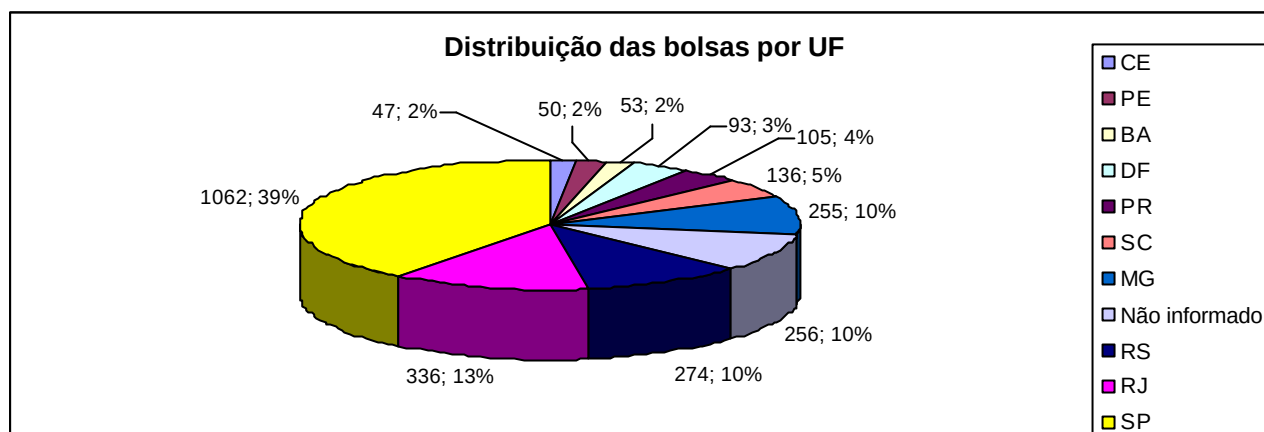


Gráfico x . Os valores de SE, MT, ES, AM, GO, PA, PB e RN não aparecem no gráfico por representarem, cada Estado, menos que um por cento das concessão.

Doutorado Pleno

O Programa concede bolsas a candidatos de comprovado desempenho acadêmico para estudos doutorais em instituições de excelência e prestígio internacional, em todos os países. Sua origem remonta à própria criação da CAPES, na década de 1950, sendo instituído em observância à necessidade de capacitação de pessoal de nível superior, conforme Decreto nº 29.741 de criação da CAPES. Seu objetivo é complementar os esforços despendidos pelos programas de pós-graduação no Brasil, buscando a formação de docentes e pesquisadores de alto nível. Em 2011, foram contemplados 425 bolsistas.

Estágio de Doutorando (Sanduíche) – Demanda espontânea, PDEE e PDSE

O Programa de Doutorado Sanduíche-Balcão (demanda espontânea) concedia bolsas a estudantes de cursos de doutorado no Brasil, com nota de avaliação 3, e cursos novos recomendados pela CAPES. Já o Programa Estágio de Doutorando no Exterior - PDEE - concedia bolsas a estudantes de cursos de doutorado no Brasil, com nota igual ou superior a 4 na última avaliação trienal da CAPES. Ambos programas foram concebidos para que o bolsista desenvolva parte de suas pesquisas em instituição de reconhecida excelência no exterior.

Enquanto no Doutorado Balcão a demanda era apresentada diretamente pelo candidato, no PDEE a demanda é institucional, cabendo à Pró-Reitoria de Pós-Graduação, ou órgão equivalente, a seleção e o acompanhamento das candidaturas e, também, a orientação e a divulgação dos resultados aos candidatos. A cota de bolsa concedida à Instituição era igual ao número de cursos de doutorado, com nota de avaliação igual a 4 ou superior.

Os dois programas foram instituídos nos anos 80 em observância à necessidade de capacitação de pessoal de nível superior, conforme Decreto nº 29.741 de criação da CAPES, visando contribuir para estabelecimento ou manutenção do intercâmbio dos cursos de pós-graduação do país com seus congêneres no exterior.

Os dois programas descritos acima foram substituído em meados de 2011 pelo Programa Doutorado Sanduíche no Exterior - PDSE. O PDSE é um programa institucional da CAPES que tem como objetivo qualificar recursos humanos de alto nível por meio da concessão de cotas de bolsas de doutorado sanduíche às Instituições de Ensino Superior brasileiras (IES) que possuam

curso de doutorado recomendado e reconhecido com nota igual ou superior a 3.

Foram contemplados, em 2011, 1655 bolsistas no exterior na modalidade doutorado sanduíche.

Estágio Pós-Doutoral

No Estágio de pós-doutorado, a CAPES concede bolsas a pesquisadores doutores, que atuam em atividades de docência e pesquisa no Brasil. O programa data da década de 80 e foi instituído em observância à necessidade de estimular atividades de intercâmbio e cooperação entre instituições, conforme Decreto nº 29.741 de criação da CAPES. Seu objetivo é contribuir para a inserção internacional dos pesquisadores doutores, para o estabelecimento de intercâmbio científico e abertura de novas linhas de pesquisa relevantes para o desenvolvimento da respectiva área de conhecimento no país. Foram concedidas 523 bolsas dessa modalidade em 2011.

Estágio Sênior

O Programa de Estágio Sênior concede bolsas a pesquisadores doutores com formação acadêmica obtida há, pelo menos, oito anos, com vistas ao intercâmbio científico e ao estabelecimento de parcerias com instituições congêneres internacionais, mediante execução de projeto de pesquisa, sempre inserido no contexto institucional de atuação do pesquisador. O objetivo do programa é contribuir para a inserção internacional desses pesquisadores, para o estabelecimento do intercâmbio científico e abertura de novas linhas de pesquisa relevantes para o desenvolvimento da área no país. Em 2011, foram concedidas 159 bolsas pelo programa.

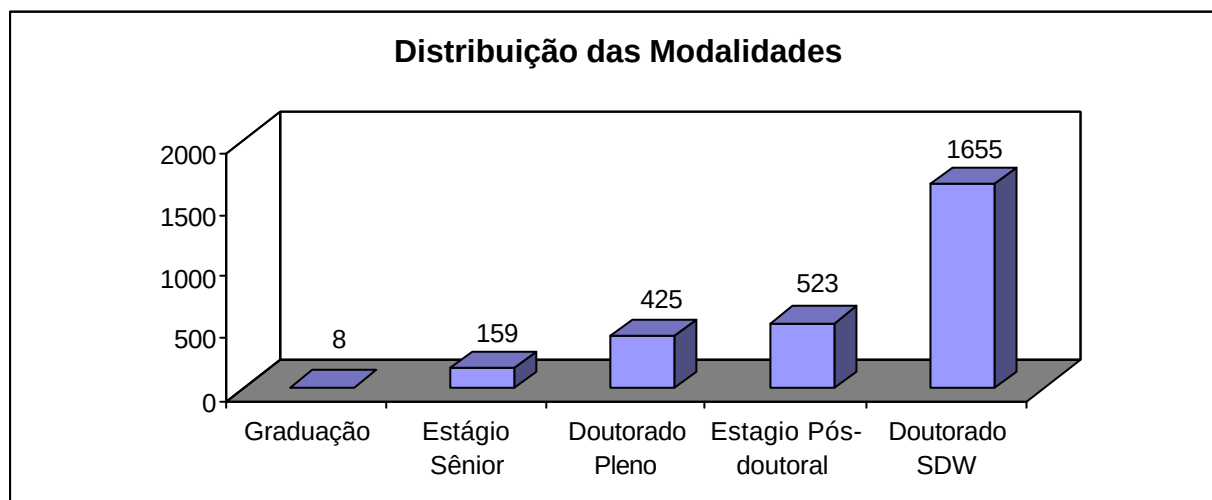


Gráfico x . Total = 2770

Auxílio a Eventos no Exterior

O Programa de Apoio a Eventos no Exterior foi instituído em observância à necessidade de proporcionar visibilidade acadêmica aos pesquisadores brasileiros, conforme Decreto nº 29.741 de criação da CAPES. Seu objetivo é apoiar a divulgação da produção científica, tecnológica e cultural geradas no país, em eventos qualificados no exterior, ensejando que os professores e pesquisadores estabeleçam contatos com seus pares no exterior. Em 2011, o programa apoiou a participação de 564 pesquisadores em eventos no exterior.

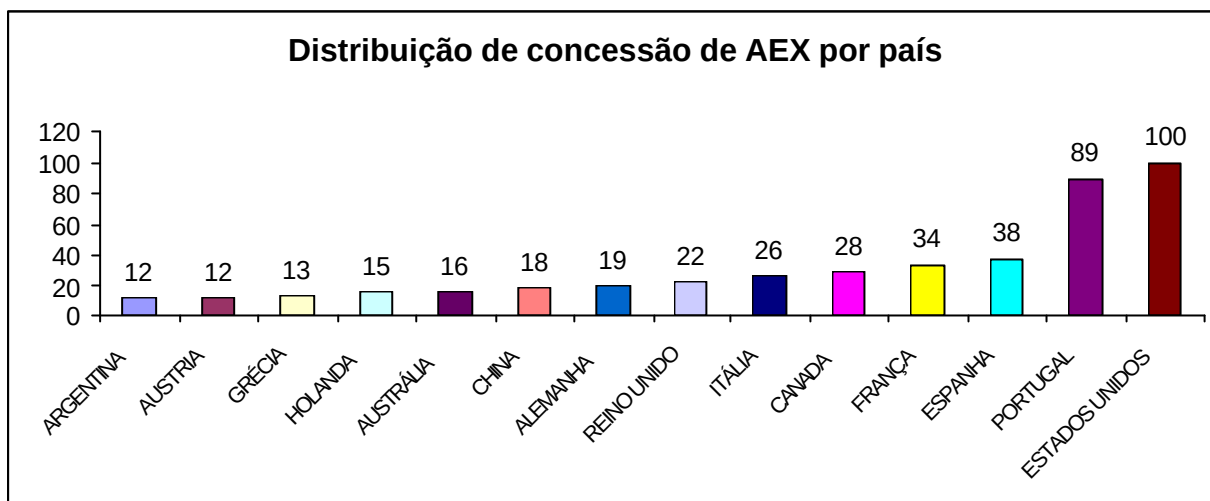


Gráfico x . Os países para os quais foram concedidos 10 ou menos auxílio não foram contemplados no gráfico.

b) Considerações sobre o atingimento das metas físicas e financeiras

A Meta Física da ação foi quase alcançada, mas a implantação do programa Ciência sem Fronteiras em meados de 2011 (conforme explicitado na ação 0967), mobilizou parte da equipe para a nova demanda, enfraquecendo a capacidade de implantar novas bolsas. Esse fato também explica a diferença entre a Meta Física e a Meta Financeira, como não havia previsão do programa Ciência sem Fronteira, o quantitativo de 3334 não contempla os bolsistas do CsF que receberam auxílios e bolsas, no entanto, os recursos utilizados foram advindos da ação 0935, ou seja, impactou na Meta Financeira.

Meta Física – Ação 0935			Meta Financeira – Ação 0935		
Prevista	Realizada	%	Prevista R\$	Realizada R\$	%
4226	3334	79	126.894.236,00	141.385.842,12	111
Produto: Bolsa Concedida			Unidade de Medida: Unidade		

Fonte: SIMEC e SIAFI Gerencial (em 03/01/2012)

VIII) Ação 0487 – Concessão e Manutenção de Bolsas de Estudo no País

Tabela – Dados Gerais da Ação

Ação 0487	Concessão e Manutenção de Bolsas de Estudo no País
Tipo	Operações Especiais
Finalidade	Promover a formação de recursos humanos de alto nível e a cooperação nacional, no âmbito acadêmico, científico e tecnológico, proporcionando aos discentes, docentes e pesquisadores o necessário aporte de recursos financeiros para as atividades dos programas de pós-graduação, mestrado e doutorado, recomendados pela Capes, nos quais eles atuam.
Descrição	Concessão de bolsas de estudo no país, fomento a pesquisa, apoio financeiro aos programas de pós-graduação e demais auxílios a esses vinculados, tais como: passagens, taxas escolares, auxílios acadêmicos, auxílio instalação e diárias, além de cobertura para a realização de pesquisa e de estudos acadêmicos necessários à formação de alunos e ao aperfeiçoamento de professores, pesquisadores e especialistas no País, assim como o apoio financeiro às instituições de ensino superior e a bolsistas para capacitação em cursos de formação pós-graduada. Do mesmo modo, priorizar as seguintes ações: implementar inovações visando à melhoria do ensino; incentivar a interação entre áreas do conhecimento e níveis de formação; promover o aprimoramento do pessoal necessário ao desenvolvimento de projetos destinados a redução das desigualdades regionais; e a promoção de instituições e de áreas de conhecimento consideradas prioritárias para o País, por meio de parcerias institucionais, concessão de bolsas de estudo e demais auxílios a esses vinculados. Busca também promover o apoio necessário ao desenvolvimento e ao registro de patentes. Os projetos apoiados serão selecionados tendo por base os critérios previamente definidos em convênios e instrumentos legais próprios entre a Capes e as instituições brasileiras. Essa ação será acompanhada e avaliada de forma permanente, com critérios previamente definidos, envolvendo visitas "in loco".
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	Capes
Coordenador nacional da ação	Emídio Cantídio de Oliveira Filho – Diretor de Programas e Bolsas no País
Unidades executoras	Diretoria de Programas e Bolsas no País – DPB, Coordenação de Desenvolvimento Setorial e Institucional – CGSI e Coordenação-Geral de Programas Estratégicos – CGPE.

a) Principais Resultados

Por meio da Ação 0487, destaca-se em 2011, a concessão de 62.379 bolsas, sendo 39.291 de mestrado, 22.327 de doutorado e 761 de pós-doutorado no país, beneficiando alunos matriculados em programas de pós-graduação avaliados e recomendados pela Capes, bem como recém-doutores que passaram a integrar tais programas. Do total de bolsas concedidas por essa Ação, 9.262 foram destinadas ao programa “Bolsas para Todos”, direcionado a alunos dos cursos de pós-graduação das regiões Norte, Centro-Oeste, Nordeste, mas que em 2011 também beneficiou alunos das regiões Sul e Sudeste.

Além das atividades regulares de fomento, ressaltam-se como marcos inovadores as diversas ações indutivas para suporte ao desenvolvimento de projetos com formação de recursos humanos em áreas consideradas estratégicas para o país: TV Digital, Defesa Nacional, Engenharias, Saúde, Cultura, Administração, Ciências do Mar e Nanobiotecnologia.

O investimento desta ação representou um total de R\$ 1.154.261.451,91 (um bilhão, cento e cinquenta e quatro milhões, duzentos e sessenta e um mil, quatrocentos e cinquenta e um reais e noventa e um centavos), cobrindo todas as áreas do conhecimento científico.

Programas executados pela Capes no âmbito da Ação 0487:

Programa Demanda Social – DS

O programa Demanda Social – DS visa promover a formação de recursos humanos de alto nível, por meio da disponibilização de recursos para o pagamento de bolsas de estudo de mestrado e de doutorado para os programas de pós-graduação de Instituições de Ensino Superior (IES) federais, estaduais e municipais, com ensino gratuito.

Em 2011, foram apoiadas pelo programa DS 117 IES, sendo concedidas 27.882 bolsas de mestrado e 15.220 de doutorado, totalizando 43.102 bolsas. Nesse quantitativo, estão incluídas as modalidades de bolsas quota, empréstimo e pró-reitoria, concedidas a 2.135 programas de pós-graduação. Em 2011 foram investidos R\$ 609.880.050,00 (seiscentos e nove milhões, oitocentos e oitenta mil e cinquenta reais) pelo programa DS.

As quotas correspondem às bolsas concedidas aos programas de pós-graduação, os quais têm livre gestão sobre essas e definem onde alocá-las e qual será o período de apoio. Já as da pró-reitoria são bolsas concedidas às Pró-Reitorias de cada IES que poderão alocá-las em qualquer programa de pós-graduação dessa e visam resolver questões emergenciais. As bolsas empréstimo são personalizadas por discente e nessa modalidade, o programa de pós-graduação não tem disponibilidade sobre essas. Ao ser cadastrado, o bolsista é informado do início e da duração dessa. Findo o prazo, a bolsa é extinta automaticamente. São utilizadas para:

a) premiar estudantes com elevado desempenho (ex: 1º lugar no ENADE);

b) mudar o *status* das bolsas de cursos de pós-graduação que após a avaliação trienal ficaram com conceito inferior a 3, posto que, o curso será desativado, mas os bolsistas que já estavam cadastrados terão que ser apoiados até o final de seu curso; e

c) o apoio temporário ou fomento induzido a cursos de pós-graduação. Esta é uma forma da Capes não ser obrigada a renovar as bolsas quando findar o prazo, uma vez que a indução é temporária.

Os cursos novos aprovados pela Capes em 2011 e que entraram em funcionamento no ano de 2011, também foram apoiados com bolsas do programa DS. Para cada um desses cursos foram concedidas duas bolsas por nível (mestrado/doutorado). Ao todo, foram concedidas 848 bolsas, sendo 696 de mestrado e 152 de doutorado. Foram apoiados 238 cursos novos, sendo 105 de mestrado, 99 de doutorado e 34 com ambos os níveis.

Nas tabelas, a seguir, é apresentada a concessão de bolsas do programa em 2011, por região geográfica, UF, grande área do conhecimento, Instituição e *status* jurídico.

Tabela 1 (Ação 0487) – Distribuição de bolsas de mestrado e doutorado do programa DS por região geográfica, em 2011

Região	Mestrado	Doutorado	Total	Mestrado (%)	Doutorado (%)	Total (%)
Sudeste	11.216	8.124	19.340	40,31	53,38	44,87
Nordeste	6.568	2.869	9.437	23,61	18,85	21,89
Sul	5.917	2.919	8.836	21,27	19,18	20,50
Centro-Oeste	2.537	835	3.372	9,12	5,49	7,82
Norte	1.644	473	2.117	5,91	3,11	4,91
Total	27.882	15.220	43.102	100	100	100

Fonte: CDS/CGSI/DPB/Capes

A região Sudeste detém o maior percentual de bolsas do DS (44,87%), sendo 53,38% das bolsas de doutorado e 40,31% de mestrado. Em seguida, destaca-se a região Nordeste com 21,89%, com predominância do percentual das bolsas de mestrado (23,61%). A distribuição de bolsas apresentada na tabela 1 reflete o grau de consolidação da pós-graduação no país.

Tabela 2 (Ação 0487) – Distribuição de bolsas de mestrado e doutorado do programa DS por UF, em 2011

UF	Mestrado	Doutorado	Total	Mestrado (%)	Doutorado (%)	Total (%)
SP	5.162	4.702	9.864	18,55	30,89	22,89
RJ	2.878	1.848	4.726	10,34	12,14	10,96
MG	2.666	1.418	4.084	9,58	9,32	9,48
RS	2.426	1.413	3.839	8,72	9,28	8,91
PR	2.458	983	3.441	8,83	6,46	7,98
BA	1.388	549	1.937	4,99	3,61	4,49
PE	1.229	694	1.923	4,42	4,56	4,46
PB	1.188	611	1.799	4,27	4,01	4,17
SC	1.033	523	1.556	3,71	3,44	3,61
RN	880	366	1.246	3,16	2,40	2,89
DF	782	446	1.228	2,81	2,93	2,85

UF	Mestrado	Doutorado	Total	Mestrado (%)	Doutorado (%)	Total (%)
CE	763	426	1.189	2,74	2,80	2,76
PA	828	256	1.084	2,98	1,68	2,51
GO	698	223	921	2,51	1,47	2,14
MS	597	115	712	2,15	0,76	1,65
AM	486	191	677	1,75	1,25	1,57
ES	510	156	666	1,83	1,02	1,55
MT	460	51	511	1,65	0,34	1,19
SE	383	73	456	1,38	0,48	1,06
AL	261	103	364	0,94	0,68	0,84
PI	271	27	298	0,97	0,18	0,69
MA	205	20	225	0,74	0,13	0,52
TO	126	15	141	0,45	0,10	0,33
RO	91	5	96	0,33	0,03	0,22
AP	46	6	52	0,17	0,04	0,12
RR	38	0	38	0,14	0,00	0,09
AC	29	0	29	0,10	0,00	0,07
Total	27.882	15.220	43.102	100	100	100

Fonte: CDS/CGSI/DPB/Capes

Destaca-se, na tabela 2, o percentual do total de bolsas dos estados de São Paulo (22,89%) e Rio de Janeiro (10,96%). Em São Paulo estão localizadas três grandes IES estaduais: USP, UNESP e UNICAMP, ao passo que no Rio de Janeiro encontra-se a UFRJ. Essas IES recebem um quantitativo expressivo de bolsas levando a que, juntos, esses estados detenham cerca de um terço das bolsas do programa DS (33,85%). Minas Gerais, Rio Grande do Sul e Paraná, aparecem na sequência com um percentual na casa dos 8 e 9% cada.

Tabela 3 (Ação 0487) – Distribuição de bolsas de mestrado e doutorado do programa DS por grande área do conhecimento, em 2011

Grande Área	Mestrado	Doutorado	Total	Mestrado (%)	Doutorado (%)	Total (%)
Ciências Agrárias	4.420	2.625	7.045	15,89	17,25	16,34
Ciências da Saúde	3.996	2.720	6.716	14,36	17,87	15,58
Ciências Humanas	3.593	1.830	5.423	12,91	12,02	12,58
Engenharias	3.217	1.501	4.718	11,56	9,86	10,95
Ciências Exatas e da Terra	2.899	1.618	4.517	10,42	10,63	10,48
Ciências Biológicas	2.555	1.772	4.327	9,18	11,64	10,04
Multidisciplinar	2.373	1.165	3.538	8,53	7,65	8,21
Ciências Sociais Aplicadas	1.987	676	2.663	7,14	4,44	6,18

Grande Área	Mestrado	Doutorado	Total	Mestrado (%)	Doutorado (%)	Total (%)
Linguística, Letras e Artes	1.613	804	2.417	5,80	5,28	5,61
Pró-Reitoria	1.229	509	1.738	4,42	3,34	4,03
Total	27.882	15.220	43.102	100	100	100

Fonte: CDS/CGSI/DPB/Capes

Em relação às grandes áreas do conhecimento, Ciências Agrárias recebe o maior quantitativo de bolsas do DS (16,34%), seguida pelas Ciências da Saúde (15,58%) e Ciências Humanas (12,58%) conforme se observa na tabela 3. Juntas essas áreas são apoiadas com 44,50% do total de bolsas do programa DS. É importante enfatizar que essas áreas concentram 41,45% dos cursos de mestrado e 46,76% dos cursos de doutorado.

As bolsas da modalidade pró-reitoria são alocadas por cada instituição de maneira livre ao longo do ano, dado o seu caráter mitigador de situações emergenciais. Desta forma, essas foram contabilizadas à parte na tabela de distribuição de bolsas por grande área do conhecimento (Tabela 3).

Tabela 4 (Ação 0487) – Distribuição de bolsas de mestrado e doutorado do programa DS por IES, em 2011

Nº	IES	Mestrado	Doutorado	Total	Mestrado (%)	Doutorado (%)	Total (%)
1	USP	1.959	2.056	4.015	7,03	13,51	9,32
2	UNESP	1.467	1.186	2.653	5,26	7,79	6,16
3	UFRGS	974	772	1.746	3,49	5,07	4,05
4	UFRJ	836	627	1.463	3,00	4,12	3,39
5	UFPE	737	521	1.258	2,64	3,42	2,92
6	UNICAMP	615	623	1.238	2,21	4,09	2,87
7	UNB	782	446	1.228	2,80	2,93	2,85
8	UFSC	750	469	1.219	2,69	3,08	2,83
9	UFPR	755	443	1.198	2,71	2,91	2,78
10	UFBA	736	411	1.147	2,64	2,70	2,66
11	UFPB	733	393	1.126	2,63	2,58	2,61
12	UFMG	645	480	1.125	2,31	3,15	2,61
13	UFRN	717	337	1.054	2,57	2,21	2,45
14	UFF	608	381	989	2,18	2,50	2,29
15	UFPA	726	237	963	2,60	1,56	2,23
16	UFMS	647	276	923	2,32	1,81	2,14
17	UFC	552	354	906	1,98	2,33	2,10
18	UFG	627	223	850	2,25	1,47	1,97
19	UERJ	519	329	848	1,86	2,16	1,97
20	UEM	493	233	726	1,77	1,53	1,68

Nº	IES	Mestrado	Doutorado	Total	Mestrado (%)	Doutorado (%)	Total (%)
21	UNIFESP	350	359	709	1,26	2,36	1,64
22	UFSCAR	433	272	705	1,55	1,79	1,64
23	UEL	501	197	698	1,80	1,29	1,62
24	UFES	498	156	654	1,79	1,02	1,52
25	UFPEL	424	223	647	1,52	1,47	1,50
26	UFU	399	169	568	1,43	1,11	1,32
27	UFCG	326	215	541	1,17	1,41	1,26
28	UFLA	276	264	540	0,99	1,73	1,25
29	UFV	289	220	509	1,04	1,45	1,18
30	FUFSE	383	73	456	1,37	0,48	1,06
31	UFRPE	323	131	454	1,16	0,86	1,05
32	UFAM	347	100	447	1,24	0,66	1,04
33	UFMT	389	51	440	1,40	0,34	1,02
34	FURG	287	119	406	1,03	0,78	0,94
35	UFMS	324	77	401	1,16	0,51	0,93
36	UFAL	261	103	364	0,94	0,68	0,84
37	FIOCRUZ	204	150	354	0,73	0,99	0,82
38	UFJF	247	100	347	0,89	0,66	0,81
39	UFRRJ	221	121	342	0,79	0,80	0,79
40	UENF	173	131	304	0,62	0,86	0,71
41	FUFPI	265	27	292	0,95	0,18	0,68
42	UNIOESTE	255	37	292	0,91	0,24	0,68
43	UDESC	215	48	263	0,77	0,32	0,61
44	UECE	177	72	249	0,63	0,47	0,58
45	UFGD	211	38	249	0,76	0,25	0,58
46	UFOP	183	66	249	0,66	0,43	0,58
47	UEPG	184	25	209	0,66	0,16	0,48
48	UNIFEI	144	64	208	0,52	0,42	0,48
49	UESC	174	32	206	0,62	0,21	0,48
50	UTFPR	166	38	204	0,60	0,25	0,47
51	UEFS	148	54	202	0,53	0,35	0,47
52	UFMA	157	20	177	0,56	0,13	0,41
53	UNIRIO	126	45	171	0,45	0,30	0,40
54	INPA	95	70	165	0,34	0,46	0,38

Nº	IES	Mestrado	Doutorado	Total	Mestrado (%)	Doutorado (%)	Total (%)
55	FESP/UPE	118	32	150	0,42	0,21	0,35
56	UESB	124	19	143	0,44	0,12	0,33
57	UFABC	101	42	143	0,36	0,28	0,33
58	UFERSA	112	29	141	0,40	0,19	0,33
59	UFT	126	15	141	0,45	0,10	0,33
60	IME	107	30	137	0,38	0,20	0,32
61	UEPB	129	3	132	0,46	0,02	0,31
62	INPE	53	76	129	0,19	0,50	0,30
63	UFRB	99	19	118	0,36	0,12	0,27
64	UNEB	101	9	110	0,36	0,06	0,26
65	UNICENTRO	96	10	106	0,34	0,07	0,25
66	UNIMONTES	97	6	103	0,35	0,04	0,24
67	UFSJ	90	7	97	0,32	0,05	0,23
68	UNIR	91	5	96	0,33	0,03	0,22
69	UFRA	62	19	81	0,22	0,12	0,19
70	ITA	44	36	80	0,16	0,24	0,19
71	UFCSPA	56	23	79	0,20	0,15	0,18
72	FURB	68	6	74	0,24	0,04	0,17
73	UNEMAT	71	0	71	0,25	0,00	0,16
74	UFTM	47	23	70	0,17	0,15	0,16
75	UFVJM	68	0	68	0,24	0,00	0,16
76	UEA	44	21	65	0,16	0,14	0,15
77	CEFET/MG	64	0	64	0,23	0,00	0,15
78	UNIFAL	61	2	63	0,22	0,01	0,15
79	UEMS	62	0	62	0,22	0,00	0,14
80	UNIFAP	46	6	52	0,16	0,04	0,12
81	UERN	51	0	51	0,18	0,00	0,12
82	CEFET/RJ	47	0	47	0,17	0,00	0,11
83	ON	16	29	45	0,06	0,19	0,10
84	UEG	45	0	45	0,16	0,00	0,10
85	UEPa	40	0	40	0,14	0,00	0,09
86	UFRR	38	0	38	0,14	0,00	0,09
87	UNIPAMPA	38	0	38	0,14	0,00	0,09
88	UEMA	34	0	34	0,12	0,00	0,08

Nº	IES	Mestrado	Doutorado	Total	Mestrado (%)	Doutorado (%)	Total (%)
89	IAC	21	12	33	0,08	0,08	0,08
90	LNCC	16	17	33	0,06	0,11	0,08
91	UNIVASF	32	0	32	0,11	0,00	0,07
92	UFAC	29	0	29	0,10	0,00	0,07
93	IFGoiano	26	0	26	0,09	0,00	0,06
94	IBT	11	12	23	0,04	0,08	0,05
95	FAMERP	10	12	22	0,04	0,08	0,05
96	INCA	12	10	22	0,04	0,07	0,05
97	CCD/SES	14	6	20	0,05	0,04	0,05
98	CDTN	16	3	19	0,06	0,02	0,04
99	IP	18	0	18	0,06	0,00	0,04
100	USCS	13	5	18	0,05	0,03	0,04
101	IBU	12	5	17	0,04	0,03	0,04
102	IZ/APTA	15	0	15	0,05	0,00	0,03
103	UEMG	15	0	15	0,05	0,00	0,03
104	IBSP	14	0	14	0,05	0,00	0,03
105	IFMA	14	0	14	0,05	0,00	0,03
106	URCA	14	0	14	0,05	0,00	0,03
107	JBRJ	6	7	13	0,02	0,05	0,03
108	ENCE	12	0	12	0,04	0,00	0,03
109	IAMSPE	12	0	12	0,04	0,00	0,03
110	IFES	12	0	12	0,04	0,00	0,03
111	UVA-CE	12	0	12	0,04	0,00	0,03
112	FJP	9	0	9	0,03	0,00	0,02
113	IEN	8	0	8	0,03	0,00	0,02
114	IFCE	8	0	8	0,03	0,00	0,02
115	IRD	8	0	8	0,03	0,00	0,02
116	UENP	8	0	8	0,03	0,00	0,02
117	UESPI	6	0	6	0,02	0,00	0,01
	Total	27.882	15.220	43.102	100	100	100

Fonte: CDS/CGSI/DPB/Capes

Tabela 5 (Ação 0487) – Distribuição de bolsas de mestrado e doutorado do programa DS por *status* jurídico da IES, em 2011

Status Jurídico	Mestrado	Doutorado	Total	Mestrado (%)	Doutorado (%)	Total (%)
Federal	19.718	10.039	29.757	70,87	65,96	69,04
Estadual	8.083	5.170	13.253	29,05	33,97	30,75
Municipal	81	11	92	0,29	0,07	0,21
Total	27.882	15.220	43.102	100	100	100

Fonte: CDS/CGSI/DPB/Capes

Os dados da tabela 5 mostram que há uma dominância do quantitativo de bolsas concedidas às IES federais (69,04%). Convém ressaltar que as três grandes estaduais paulistas (USP, UNESP e UNICAMP) correspondem a mais de 25% das bolsas de doutorado concedidas pelo DS.

Programa de Fomento à Pós-graduação – PROF

Por meio da Portaria Nº 215, de 1º de novembro de 2011 o Programa de Fomento à Pós-graduação (PROF) foi extinto. Todas as Instituições até então apoiadas pelo PROF (UFPA, UFMA, FUFPI, UFPE, UFRPE, UFMG, UFV, UFLA, UFPR, UFSC, UFRGS e UNB) passaram a ser apoiadas, a partir de março de 2011, pelo programa DS e pelo Programa de Apoio à Pós-graduação – PROAP. Em 2011 foram investidos R\$ 39.515.546,21 (trinta e nove milhões, quinhentos e quinze mil, quinhentos e quarenta e seis reais e vinte e um centavos) pelo PROF para o pagamento de bolsas e custeio, referentes aos meses de janeiro e fevereiro de 2011.

A partir de 2011, com a migração das IES para os programas DS e PROAP, foi suspenso o apoio para despesas de capital (Ação 4019), uma vez que esses programas não contemplam este tipo de despesa.

Bolsa para Todos 2011 – BPT 2011

Merece especial destaque as iniciativas da Capes, divulgadas como “Bolsa Para Todos”, ocorridas nos meses de julho e setembro de 2011, que consistiram em concessões adicionais de bolsas de mestrado e doutorado para todas as IES apoiadas pelo programa DS, com o objetivo de diminuir as assimetrias regionais do SNPG.

Por ocasião das concessões adicionais, foram realizadas consultas quanto à necessidade de bolsas em cada PPG das IES públicas atendidas pelo programa DS. Após recebidas as demandas, foram estabelecidas as seguintes premissas para as concessões:

1) Primeiramente, os PPGs foram classificados de acordo com as grandes áreas do conhecimento em três níveis de prioridade:

- **Prioridade 1:** programas de pós-graduação pertencentes as grandes áreas de Engenharias, Multidisciplinar, Ciências Biológicas, Ciências Exatas e da Terra (exceto Geociências e Matemática: Probabilidade e Estatística), Ciências Agrárias (com exceção de Medicina Veterinária) e Farmácia e Saúde Coletiva (pertencentes a Ciências da

Saúde);

- **Prioridade 2:** programas de pós-graduação pertencentes áreas de Ciências da Saúde (exceto Farmácia e Saúde Coletiva), Medicina Veterinária, Geociências e Matemática: Probabilidade e Estatística; e
- **Prioridade 3:** programas de pós-graduação das demais áreas (Ciências Humanas, Ciências Sociais Aplicadas e Letras/Linguística e Artes).

2) A concessão também foi influenciada pelo resultado da Avaliação Trienal de 2010:

a) foram concedidas 2 bolsas por nível a todos os PPGs que tiveram aumento na nota em 2010 e que possuíam alunos sem bolsa e sem emprego;

b) não foram concedidas bolsas aos PPGs que tiveram diminuição de suas notas.

3) Na tabela a seguir é apresentado o número máximo de quotas concedidas por região geográfica e por nível do curso. Como pode ser observado, foi priorizada a concessão de bolsas para as regiões Norte e Centro-oeste e para o nível de doutorado.

Tabela 6 (Ação 0487) – Limite máximo de bolsas concedidas por região e por nível do curso

Nível	Norte	Centro-oeste	Nordeste	Sul	Sudeste
Mestrado	6	5	4	4	3
Doutorado	10	8	6	6	3

Fonte: CDS/CGSI/DPB/Capes

4) Além disso, foi estabelecido um teto para a concessão de bolsas levando em consideração a nota do PPG e sua classificação de acordo com as áreas de prioridade. Por exemplo, a meta da Capes é que um programa de pós-graduação classificado como Prioridade 1 e avaliado com nota 4 tenha até 25 de bolsas por nível.

Tabela 7 (Ação 0487) – Número máximo de bolsas por curso: limitação pela nota do curso e pela área de prioridade

Nota do curso	Número máximo de bolsas por curso		
	Prioridade 1	Prioridade 2	Prioridade 3
3	20	17	15
4	25	20	17
5	30	25	20
6 e 7	Não foram impostos limites		

Fonte: CDS/CGSI/DPB/Capes.

5) A concessão BPT 2011 foi baseada no percentual de “alunos sem bolsa e sem emprego” de cada curso.

Mestrado

a) a região Norte recebeu a totalidade de bolsas solicitadas, aplicando-se apenas os limitadores descritos acima.

b) para a região Centro-oeste, foram traçadas as seguintes metas:

- Concessão de todas as bolsas solicitadas aos discentes sem bolsa e sem vínculo empregatício nos programas de pós-graduação classificados com Prioridade 1;
- Máximo de 5% dos discentes sem bolsa e sem vínculo empregatício nos programas de pós-graduação classificados com Prioridade 2; e
- Máximo de 10% dos discentes sem bolsa e sem vínculo empregatício nos programas de pós-graduação classificados com Prioridade 3.

c) para as demais regiões, foram traçadas as seguintes metas:

- Máximo de 5% dos discentes sem bolsa e sem vínculo empregatício nos programas de pós-graduação classificados com Prioridade 1;
- Máximo de 10% dos discentes sem bolsa e sem vínculo empregatício nos programas de pós-graduação classificados com Prioridade 2; e
- Máximo de 15% dos discentes sem bolsa e sem vínculo empregatício nos programas de pós-graduação classificados com Prioridade 3.

A tabela 8 sintetiza as informações descritas acima.

Tabela 8 (Ação 0487) – Metas da Capes, em longo prazo, do percentual de “alunos sem bolsa e sem emprego” de mestrado por região geográfica e por prioridade do curso

Nível	Norte	Centro-oeste	Nordeste	Sul	Sudeste
Prioridade 1	0%	0%	5%	5%	5%
Prioridade 2	0%	5%	10%	10%	10%
Prioridade 3	0%	10%	10%	10%	10%

Fonte: CDS/CGSI/DPB/Capes

Doutorado

No caso do doutorado, o objetivo da Capes, em longo prazo, é conceder bolsa a todos os discentes que não possuem vínculo empregatício, independentemente da região geográfica e das áreas de prioridade.

Nas tabelas, a seguir, são apresentadas as duas concessões do BPT em 2011 (1º e 2º semestre/2011), por região geográfica.

1º Semestre de 2011:

Tabela 9 (Ação 0487) – Distribuição de bolsas de mestrado e doutorado BPT-2011/1 por região geográfica, em 2011

Região	Mestrado	Doutorado	Total	Mestrado (%)	Doutorado (%)	Total (%)
Sudeste	1.241	832	2.073	38,94	47,87	42,09
Sul	763	386	1.149	23,94	22,21	23,33
Nordeste	738	327	1.065	23,16	18,81	21,62
Centro-Oeste	261	113	374	8,19	6,50	7,59
Norte	184	80	264	5,77	4,60	5,36
Total	3.187	1.738	4.925	100	100	100

Fonte: CDS/CGSI/DPB/Capes

2º Semestre de 2011:

Tabela 10 (Ação 0487) – Distribuição de bolsas de mestrado e doutorado BPT-2011/2 por região geográfica, em 2011

Região	Mestrado	Doutorado	Total	Mestrado (%)	Doutorado (%)	Total (%)
Sudeste	1.321	820	2.141	44,96	58,61	49,37
Nordeste	719	215	934	24,47	15,37	21,54
Sul	548	244	792	18,65	17,44	18,26
Centro-Oeste	219	98	317	7,45	7,01	7,31
Norte	131	22	153	4,46	1,57	3,53
Total	2.938	1.399	4.337	100	100	100

Fonte: CDS/CGSI/DPB/Capes

Efeitos do programa “Bolsa para Todos” na redução das assimetrias regionais

Nas tabelas 11 e 12 são apresentados os percentuais de bolsas por região geográfica antes e após das concessões adicionais do programa Bolsa para Todos em 2011.

Tabela 11 (Ação 0487) – Distribuição percentual das bolsas de mestrado e doutorado dos programas DS e PROF em 2010, por região geográfica

Região	Mestrado (%)	Doutorado (%)	Total (%)
Sudeste	41,29	55,26	46,31
Nordeste	23,20	18,36	21,46
Sul	20,67	18,83	20,01
Centro-Oeste	8,75	5,14	7,45
Norte	6,09	2,41	4,76
Total	100	100	100

Fonte: CDS/CGSI/DPB/Capes

Observação: Na tabela 11 foram somadas as concessões dos programas DS e PROF que, em 2010 representavam aproximadamente 60% do total de bolsas concedidas no país, pela Capes.

Tabela 12 (Ação 0487) – Distribuição percentual das bolsas de mestrado e doutorado do programa DS* após as duas edições do BPT 2011, por região geográfica

Região	Mestrado (%)	Doutorado (%)	Total (%)
Sudeste	40,31	53,38	44,87
Nordeste	23,61	18,85	21,89
Sul	21,27	19,18	20,50
Centro-Oeste	9,12	5,49	7,82

Região	Mestrado (%)	Doutorado (%)	Total (%)
Norte	5,91	3,11	4,91
Total	100	100	100

Fonte: CDS/CGSI/DPB/Capes

* Com a extinção do PROF, os PPGs das IES anteriormente apoiados pelo PROF passaram a ser apoiados pelo programa DS.

Comparando as tabelas 11 e 12, observa-se que houve um aumento percentual na participação das regiões Nordeste, Sul, Centro-Oeste e Norte, mostrando que a concessão adicional foi eficaz na redução das assimetrias regionais no âmbito do fomento setorial.

Programa de Apoio à Pós-Graduação no País – PROAP

O PROAP realiza o repasse de recursos de custeio para o desenvolvimento das atividades dos programas de pós-graduação de IES públicas e de ensino gratuito apoiadas pelo programa DS, proporcionando melhores condições para a formação de recursos humanos. O montante de recursos de custeio para cada IES é definido com base na concessão de bolsas para cada PPG a partir do cálculo:

$$\text{Concessão PROAP} = (\text{quota de bolsas de mestrado DS} \times \text{R\$ 500,00} \times \text{peso da área}) + (\text{quota de bolsas de doutorado DS} \times \text{R\$800,00} \times \text{peso da área}) + \text{R\$ 16.000,00}$$

Em 2011 foi concedido o total de R\$ 114.561.886,82 (cento e quatorze milhões, quinhentos e sessenta e um mil, oitocentos e oitenta e seis reais e oitenta e dois centavos) alocados em 117 IES, beneficiando 2.135 programas de pós-graduação apoiados pelo PROAP.

Nas tabelas, a seguir, é apresentada a concessão de recursos do programa em 2011, por região geográfica, por IES e *status* jurídico.

Tabela 13 (Ação 0487) – Recursos financeiros concedidos às IES beneficiadas pelo PROAP por região geográfica, em 2011

Região	Recursos (R\$)	%
Sudeste	52.993.754,96	46,26
Nordeste	27.401.028,65	23,92
Sul	22.373.101,51	19,53
Centro-oeste	7.274.285,19	6,35
Norte	4.519.716,51	3,95
Total	114.561.886,82	100

Fonte: CDS/CGSI/DPB/Capes

A região Sudeste foi a que mais recebeu recursos do PROAP, captando 46,26% do montante disponibilizado, correspondente à soma de R\$ 52.993.754,96 (cinquenta e dois milhões, novecentos e noventa e três mil, setecentos e cinquenta e quatro reais e noventa e seis centavos), seguida pela região Nordeste (23,92%) com o montante de R\$ 27.401.028,65 (vinte e sete milhões, quatrocentos e um mil, vinte e oito reais e sessenta e cinco centavos).

A correlação direta entre bolsas do programa DS e o PROAP está dentro das expectativas, tendo em vista que o cálculo do PROAP é baseado no número de quota de bolsas que cada IES participante do programa DS possui, refletindo na distribuição dos recursos entre as instituições, conforme pode ser observado na tabela a seguir, na qual estão discriminadas as quinze IES com maior aporte de recursos.

Tabela 14 (Ação 0487) – Distribuição do PROAP por IES em 2011

Classificação	IES	Recursos (R\$)	%
1	USP	12.374.006,48	10,80
2	UNESP	7.325.120,00	6,39
3	UFPE	5.573.825,43	4,87
4	UFSC	4.637.747,36	4,05
5	UFRJ	3.962.640,00	3,46
6	UNICAMP	3.702.875,37	3,23
7	UFPR	3.175.617,40	2,77
8	UFPB	3.131.810,00	2,73
9	UFBA	2.972.970,00	2,60
10	UFRN	2.888.233,33	2,52
11	UFC	2.835.763,33	2,48
12	UFF	2.675.090,00	2,34
13	UFRGS	2.639.623,40	2,30
14	UFG	2.377.136,67	2,07
15	UFSM	2.375.156,67	2,07
16 - 117	Demais IES	51.914.271,38	45,32
Total geral		114.561.886,82	100

Fonte: CDS/CGSI/DPB/Capes

As 15 IES com maior representatividade, juntas, totalizam 54,68% dos recursos repassados pelo PROAP, dentre as quais figuram a USP (10,80%), a UNESP (6,39%) e a UFPE (4,87%). Ao todo, as três grandes estaduais paulistas (USP, UNESP e UNICAMP) receberam 20,42% dos recursos do PROAP, o que equivale a 63,15% dos recursos destinados às IES estaduais (Tabela 14).

Tabela 15 (Ação 0487) – Distribuição dos recursos do PROAP por status jurídico, em 2011

Status Jurídico	Recursos (R\$)	%
Federal	77.242.574,96	67,42
Estadual	37.060.151,86	32,35
Municipal	259.160,00	0,23
Total	114.561.886,82	100

Fonte: CDS/CGSI/DPB/Capes

Programa de Suporte à Pós-Graduação de Instituições de Ensino Particulares – PROSUP

O PROSUP disponibiliza recursos para o pagamento de bolsas de estudo de mestrado e doutorado para os programas de pós-graduação de IES de direito privado ou público onde o ensino não é gratuito.

Até 2010, o apoio por parte da Capes às Instituições de Ensino Superior Particulares se dava por intermédio do PROSUP Institucional, no qual é feita uma concessão às IES que visa fomentar os programas de pós-graduação por meio do pagamento de bolsas de estudo e/ou taxas escolares. Os programas de pós-graduação apoiados pelo PROSUP/Institucional foram recomendados pelo Conselho Técnico-Científico da Capes até o ano de 2006. Em 2010, atendendo as demandas das IES particulares, foi lançado um edital do PROSUP destinado aos cursos novos, aprovados entre os anos de 2007 e 2010 e atualmente em atividades acadêmicas.

PROSUP Institucional

O PROSUP Institucional concede bolsas institucionais que podem ser flexibilizadas, ou seja, as bolsas-mensalidades podem ser transformadas em taxas escolares, permitindo que as IES participantes do programa recebam mais discentes, sem a cobrança de taxas escolares. O apoio se dá em duas modalidades: na modalidade I inclui o pagamento de bolsas-manutenção aos alunos e custeio das taxas escolares, exigindo dedicação integral do bolsista ao curso e, na modalidade II refere-se ao custeio de taxas escolares, onde o aluno não recebe bolsa-manutenção, ficando isento do pagamento de taxas para a IES.

O valor das taxas escolares, estabelecido pela Capes, corresponde a R\$ 500,00 (quinhentos reais) para as áreas de Ciências Sociais, Ciências Humanas, Letras e Linguística e Multidisciplinar e a R\$ 550,00 (quinhentos e cinquenta reais) para as áreas de Ciências Exatas e da Terra, Ciências Biológicas, Engenharias, Ciências da Saúde, Ciências Agrárias e Artes.

Em 2011, 74 IES foram apoiadas pelo PROSUP Institucional, sendo implementadas 2.491 bolsas de mestrado (703 na modalidade I e 1.788 na modalidade II) e 1.177 de doutorado (299 na modalidade I e 878 na modalidade II), totalizando 3.668 bolsas (1.002 na modalidade I e 2.666 na modalidade II).

Nas tabelas, a seguir, é apresentada a concessão de recursos do programa em 2011, por região geográfica, UF, grande área do conhecimento, Instituição e *status* jurídico.

Tabela 16 (Ação 0487) – Distribuição de bolsas de mestrado e doutorado do PROSUP por região geográfica, em 2011

Região	Mestrado	Doutorado	Total	Mestrado (%)	Doutorado (%)	Total (%)
Sudeste	1.492	785	2.277	59,90	66,69	62,08
Sul	848	370	1.218	34,04	31,44	33,21
Centro-Oeste	100	13	113	4,01	1,10	3,08
Nordeste	47	9	56	1,89	0,76	1,53
Norte	4	0	4	0,16	0,00	0,11
Total	2.491	1.177	3.668	100	100	100

Fonte: CDS/CGSI/DPB/Capes

A região Sudeste apresenta o maior percentual de bolsas do PROSUP (62,08%), detendo a maior porcentagem de bolsas de doutorado (66,69%). Em seguida, destaca-se a região Sul com 33,21% das bolsas. A maior concentração de bolsas do PROSUP nas regiões Sudeste e Sul, que juntas detêm 95,29% do total de bolsas desse programa, está relacionada ao maior grau de consolidação da pós-graduação das IES de direito privado ou público, cujo ensino não é gratuito, localizadas nessas regiões.

Tabela 17 (Ação 0487) – Distribuição de bolsas de mestrado e doutorado do PROSUP por UF, em 2011

UF	Mestrado	Doutorado	Total	Mestrado (%)	Doutorado (%)	Total (%)
SP	1.108	645	1.753	44,48	54,80	47,79
RS	702	338	1.040	28,18	28,72	28,35
RJ	228	108	336	9,15	9,18	9,16
MG	156	32	188	6,26	2,72	5,13
PR	111	32	143	4,46	2,72	3,90
DF	50	13	63	2,01	1,10	1,72
SC	35	0	35	1,41	0,00	0,95
MS	26	0	26	1,04	0,00	0,71
GO	24	0	24	0,96	0,00	0,65
PE	21	2	23	0,84	0,17	0,63
BA	10	2	12	0,40	0,17	0,33
CE	12	0	12	0,48	0,00	0,33
SE	2	5	7	0,08	0,42	0,19
AM	2	0	2	0,08	0,00	0,05
PA	2	0	2	0,08	0,00	0,05
RN	2	0	2	0,08	0,00	0,05
Total	2.491	1.177	3.668	100	100	100

Fonte: CDS/CGSI/DPB/Capes

Destaca-se, na tabela 17, o percentual do total de bolsas dos Estados de São Paulo (47,79%) e Rio Grande do Sul (28,35%) que, juntos, detêm 76,14% de todas as bolsas do PROSUP. O Estado do Rio de Janeiro aparece em seguida com 9,16% do total de bolsas.

Tabela 18 (Ação 0487) – Distribuição de bolsas de mestrado e doutorado do PROSUP por grande área do conhecimento, em 2011

Grande Área	Mestrado	Doutorado	Total	Mestrado (%)	Doutorado (%)	Total (%)
Ciências Humanas	761	459	1.220	30,55	39,00	33,26
Ciências Sociais Aplicadas	643	259	902	25,81	22,01	24,59
Ciências da Saúde	301	161	462	12,08	13,68	12,60

Grande Área	Mestrado	Doutorado	Total	Mestrado (%)	Doutorado (%)	Total (%)
Linguística, Letras e Artes	186	128	314	7,47	10,88	8,56
Multidisciplinar	216	63	279	8,67	5,35	7,61
Engenharias	196	48	244	7,87	4,08	6,65
Ciências Exatas e da Terra	91	23	114	3,65	1,95	3,11
Ciências Biológicas	56	32	88	2,25	2,72	2,40
Ciências Agrárias	41	4	45	1,65	0,34	1,23
Total	2.491	1.177	3.668	100	100	100

Fonte: CDS/CGSI/DPB/Capes

Ciências Humanas é a grande área do conhecimento que recebe o maior quantitativo de bolsas do PROSUP (33,26%), utilizando o maior percentual em bolsas de doutorado (39,00%), seguida pela Ciências Sociais Aplicadas com 24,59%. Juntas, essas áreas são apoiadas com 57,85% do total de bolsas do PROSUP.

Tabela 19 (Ação 0487) – Distribuição de bolsas de mestrado e doutorado do PROSUP por IES apoiada, em 2011

Classif	IES	Mestrado	Doutorado	Total	Mestrado (%)	Doutorado (%)	Total (%)
1	PUC/SP	498	425	923	19,99	36,11	25,16
2	PUC/RS	324	270	594	13,01	22,94	16,19
3	PUC-RIO	196	101	297	7,87	8,58	8,10
4	UNISINOS	139	53	192	5,58	4,50	5,23
5	PUC/MG	118	30	148	4,74	2,55	4,03
6	FGV/SP	51	67	118	2,05	5,69	3,22
7	PUC/PR	91	26	117	3,65	2,21	3,19
8	FCMSCSP	71	37	108	2,85	3,14	2,94
9	UMESP	84	24	108	3,37	2,04	2,94
10	UNIMEP	75	20	95	3,01	1,70	2,59
11	UPM	63	11	74	2,53	0,93	2,02
	Subtotal	1.710	1.064	2.774	68,65	90,40	75,62
	Total	2.491	1.177	3.668	100	100	100

Fonte: CDS/CGSI/DPB/Capes

Foram apresentadas na tabela 19 apenas as 11 IES que detinham pelo menos 2% de bolsas cada. Essas IES, juntas, concentram mais de 75% das bolsas concedidas. As IES que receberam os maiores quantitativos de bolsas foram a PUC/SP (25,16%), a PUC/RS (16,19%) e a PUC-RIO (8,10%). Essas três IES foram contempladas com quase metade (49,45%) do total de bolsas concedidas pelo programa em 2011.

PROSUP/Cursos Novos

Em 2010, foi criado o PROSUP/Cursos Novos, cujo edital previa auxílio financeiro por meio de concessão de bolsas de mestrado e doutorado para manutenção de alunos regularmente matriculados e recursos de custeio para o financiamento das atividades do projeto. Como contrapartida, as Instituições participantes abdicam da cobrança das taxas escolares. O programa também prevê que os recursos financeiros para apoio ao desenvolvimento do projeto e do curso serão repassados ao coordenador do programa cujo montante será 20% do valor total das bolsas concedidas anualmente. Em 2011 foram investidos R\$ 1.261.440,00 (um milhão, duzentos e sessenta e um mil e quatrocentos e quarenta reais) em custeio.

Nas tabelas, a seguir, é apresentada a concessão de bolsas do PROSUP/Cursos Novos, em 2011, por região geográfica e grande área do conhecimento.

Tabela 20 (Ação 0487) – Distribuição de bolsas de mestrado e doutorado do PROSUP/Cursos Novos por região geográfica, em 2011

Região	Mestrado	Doutorado	Total	Mestrado (%)	Doutorado (%)	Total (%)
Sudeste	117	56	173	51,32	40,00	47,01
Sul	82	62	144	35,96	44,29	39,13
Nordeste	10	8	18	4,39	5,71	4,89
Centro-Oeste	3	14	17	1,32	10,00	4,62
Norte	16	0	16	7,02	0,00	4,35
Total	228	140	368	100	100	100

Fonte: CDS/CGSI/DPB/Capes

A região Sudeste apresenta o maior percentual de bolsas do PROSUP/Cursos Novos (48,97%), detendo a maior porcentagem de bolsas de doutorado (42,86%). Em seguida, destaca-se a região Sul (36,92%), com um percentual de 40,26% das bolsas de doutorado. A maior concentração de bolsas do PROSUP/Cursos Novos nas regiões Sudeste e Sul, que juntas detêm 85,89% do total de bolsas desse programa, está relacionado ao maior grau de consolidação da pós-graduação das IES particulares localizadas nessas regiões. Enfatiza-se que a contribuição destas regiões sobre o total de bolsas diminuiu quando comparada ao PROSUP Institucional (tabela 16).

Tabela 21 (Ação 0487) – Distribuição de bolsas de mestrado e doutorado do PROSUP/Cursos Novos por grande área do conhecimento, em 2011

Grande Área	Mestrado	Doutorado	Total	Mestrado (%)	Doutorado (%)	Total (%)
Ciências Humanas	37	42	79	16,23	30,00	21,47
Ciências Sociais Aplicadas	57	15	72	25,00	10,71	19,57
Multidisciplinar	34	24	58	14,91	17,14	15,76
Ciências da Saúde	38	18	56	16,67	12,86	15,22
Engenharias	17	16	33	7,46	11,43	8,97
Ciências Agrárias	22	4	26	9,65	2,86	7,07
Ciências Exatas e da Terra	7	13	20	3,07	9,29	5,43

Grande Área	Mestrado	Doutorado	Total	Mestrado (%)	Doutorado (%)	Total (%)
Linguística, Letras e Artes	7	8	15	3,07	5,71	4,08
Ciências Biológicas	9	0	9	3,95	0,00	2,45
Total	228	140	368	100	100	100

Fonte: CDS/CGSI/DPB/Capes

Similarmente ao PROSUP Institucional, a grande área do conhecimento que recebe o maior quantitativo de bolsas do PROSUP/Cursos Novos é a de Ciências Humanas (20,27%), utilizando o maior percentual em bolsas de doutorado (27,27%), seguida pela Ciências Sociais Aplicadas (19,23%) e juntas, são apoiadas com 39,74% do total de bolsas do PROSUP/Cursos Novos. Comparando-se com o PROSUP Institucional (tabela 18) verifica-se que Ciências Humanas e Ciências Sociais Aplicadas continuam sendo as áreas com maior quantitativo de bolsas embora a sua representatividade sobre o total seja menor.

Programa de Excelência Acadêmica – PROEX

Conforme já informado na Ação 09GK, o PROEX tem como objetivo geral manter o alto nível de qualidade dos programas de pós-graduação *stricto sensu* com nota 6 ou 7, obtida em duas últimas avaliações trienais da Capes. Mais detalhes sobre este programa de fomento da Capes estão descritos na Ação 09GK.

Em 2011, a execução financeira desse programa na Ação 0487 foi de R\$ 111.229.546,11 (cento e onze milhões, duzentos e vinte e nove mil, quinhentos e quarenta e seis reais e onze centavos). Deste montante, R\$ 30.116.117,30 foram investidos a partir de uma concessão adicional, com o objetivo de reforçar ainda mais o apoio aos programas de excelência, inclusive àqueles já apoiados pela Ação 09GK.

Nas tabelas, a seguir, é apresentada a concessão de bolsas do programa em 2011, por região geográfica, grande área do conhecimento e *status* jurídico.

Tabela 22 (Ação 0487) – Distribuição das bolsas de mestrado e doutorado do PROEX por região geográfica, em 2011

Região	Mestrado	Doutorado	Total	Mestrado (%)	Doutorado (%)	Total (%)
Sudeste	652	875	1527	78,55	80,72	79,78
Sul	122	154	276	14,70	14,21	14,42
Nordeste	42	44	86	5,06	4,06	4,49
Centro-Oeste	14	11	25	1,69	1,01	1,31
Total	830	1.084	1.914	100	100	100

Fonte: CEX/CGSI/DPB/Capes

A região Sudeste foi a que recebeu o maior número de bolsas do PROEX, haja vista que a maioria dos programas de pós-graduação consolidados está presente nessa região. Em contraste, as regiões Nordeste e Centro-Oeste, que possuem apenas 9 e 5 programas de pós-graduação

participantes do PROEX, respectivamente, receberam o menor número de bolsas. A região norte possui apenas um PPG vinculado ao PROEX, o qual é apoiado com recursos da Ação 09GK.

Tabela 23 (Ação 0487) – Distribuição das bolsas de mestrado e doutorado do PROEX por grande área do conhecimento, em 2011

Grande Área	Mestrado	Doutorado	Total	Mestrado (%)	Doutorado (%)	Total (%)
Ciências Humanas	278	390	668	33,49	35,98	34,90
Ciências da Saúde	204	289	493	24,58	26,66	25,76
Ciências Sociais Aplicadas	157	116	273	18,92	10,70	14,26
Linguística, Letras e Artes	102	109	211	12,29	10,06	11,02
Ciências Exatas e da Terra	62	114	176	7,47	10,52	9,20
Ciências Agrárias	27	66	93	3,25	6,09	4,86
Total	830	1.084	1.914	100	100	100

Fonte: CEX/CGSI/DPB/Capes

As grandes áreas do conhecimento que receberam o maior apoio do PROEX nesta ação foram: Ciências Humanas (34,90%) e Ciências da Saúde (25,76%). Convém ressaltar que as áreas ligadas à PDP estão sendo atendidas pela Ação 09GK.

Tabela 24 (Ação 0487) – Distribuição das bolsas de mestrado e doutorado do PROEX por *status* jurídico, em 2011

Status Jurídico	Mestrado	Doutorado	Total	Mestrado (%)	Doutorado (%)	Total (%)
Federal	405	552	957	48,80	50,92	50,00
Estadual	362	472	834	43,61	43,54	43,57
Particular	63	60	123	7,59	5,54	6,43
Total	830	1.084	1.914	100	100	100

Fonte: CEX/CGSI/DPB/Capes

Na análise das instituições beneficiárias do PROEX segundo o *status* jurídico, observa-se que o maior quantitativo de bolsas do PROEX estão associadas aos programas de pós-graduação das IES públicas.

Programa de Apoio a Projetos Institucionais com a Participação de Recém-Doutores – PRODOC

O PRODOC tem por objetivo estimular o desenvolvimento de projetos institucionais voltados à integração das atividades de ensino, de pesquisa e de extensão que contribuam para a complementação da formação de recém-doutores. Além disso, visa propiciar a esses profissionais a prática acadêmica junto a equipes docentes de programas de pós-graduação, a diversificação interna dos grupos de ensino e pesquisa e o fortalecimento de grupos de pesquisa nos programas de pós-graduação.

Em 2011 foram apoiados por esse programa 352 projetos associados a programas de pós-graduação de IES públicas, com uma execução financeira de R\$ 16.000.452,72 (dezesesseis milhões, quatrocentos e cinquenta e dois reais e setenta e dois centavos).

Nas tabelas, a seguir, é apresentada a concessão de bolsas do PRODOC em 2011, por região geográfica e grande área do conhecimento.

Tabela 25 (Ação 0487) – Distribuição de projetos/bolsas do PRODOC por região geográfica, em 2011

Região	Projetos/ Bolsas	%
Sudeste	172	48,86
Sul	100	28,41
Nordeste	54	15,34
Centro-Oeste	18	5,11
Norte	8	2,27
Total	352	100

Fonte: CEX/CGSI/DPB/Capes

Observação: No âmbito do PRODOC é concedida apenas uma bolsa de pós-doutorado por projeto e, portanto, o número de bolsas concedidas corresponde ao número de projetos aprovados.

A região que recebe o maior quantitativo de projetos/bolsas do PRODOC é a Sudeste (48,86%), seguida pela Sul (28,41%). Por outro lado, dado a pequena concentração de programas de pós-graduação consolidados nas regiões Norte e Centro-Oeste, verifica-se que essas regiões detêm o menor percentual de projetos/bolsas aprovados no âmbito do PRODOC, com 2,27% e 5,11%, respectivamente.

Tabela 26 (Ação 0487) – Distribuição de projetos/bolsas do PRODOC por grande área do conhecimento, em 2011

Grande Área	Projetos/Bolsas	%
Ciências Biológicas	71	20,17
Ciências Agrárias	65	18,47
Ciências da Saúde	58	16,48
Ciências Exatas e da Terra	41	11,65
Ciências Humanas	40	11,36
Multidisciplinar	27	7,67
Engenharias	26	7,39
Linguística, Letras e Artes	18	5,11
Ciências Sociais Aplicadas	6	1,70
Total	352	100

Fonte: CEX/CGSI/DPB/Capes

A grande área do conhecimento que recebe o maior quantitativo de projetos/bolsas do PRODOC é a Ciências Biológicas, seguida das Ciências Agrárias e da Saúde. Juntas essas áreas são apoiadas com 55,12% do total de projetos/bolsas do PRODOC.

Programa Professor Visitante Nacional Sênior – PVNS

O PVNS fundamenta-se no reconhecimento de que a presença de professores-pesquisadores de consagrado mérito científico e reconhecida experiência acadêmica é especialmente relevante para o fortalecimento das novas IFES, criadas ou instituídas a partir de 2000 e dos *campi* fora de sede das IFES participantes do Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais – REUNI.

Em 2011 foram concedidas 73 bolsas pelo PVNS. Nesse ano, os recursos investidos no programa totalizaram R\$ 9.154.755,50 (nove milhões, cento e cinquenta e quatro mil, setecentos e cinquenta e cinco reais e cinquenta centavos). Nas tabelas, a seguir, é apresentada a concessão de bolsas do programa em 2011, por região geográfica e grande área do conhecimento.

Tabela 27 (Ação 0487) – Concessão de bolsas do programa PVNS por região geográfica, em 2011

Região	PVNS	%
Sudeste	26	35,62
Nordeste	24	32,88
Norte	9	12,33
Sul	7	9,59
Centro-Oeste	7	9,59
Total	73	100

Fonte: CQD/CGSI/DPB/Capes

Tabela 28 (Ação 0487) – Concessão de bolsas do programa PVNS por grande área do conhecimento, em 2011

Grande Área	PVNS	%
Ciências Agrárias	18	24,66
Ciências Exatas e da Terra	18	24,66
Ciências Humanas	13	17,81
Ciências Biológicas	9	12,33
Engenharias	5	6,85
Linguística, Letras e Artes	5	6,85
Multidisciplinar	4	5,48
Ciências da Saúde	1	1,37
Total	73	100

Fonte: CQD/CGSI/DPB/Capes

Aproximadamente 70% das bolsas foram concedidas a professores-pesquisadores das grandes áreas Ciências Exatas e da Terra, Ciências Agrárias e Ciências Humanas.

Programa Professor Visitante Sênior Capes-UNILA (PVS Capes-UNILA)

Tem como objetivo consolidar científica e academicamente a Universidade Federal da Integração Latino-Americana – UNILA. O público-alvo deste edital são professores doutores há pelo menos dez anos, aposentados ou oficialmente licenciados e pesquisadores nível 1 do CNPq ou equivalente. Além disso, o candidato deve ter sido docente e pesquisador de reconhecida competência em sua área e ter produção científica relevante, notadamente nos últimos dez anos. Em 2011 foram concedidas 11 bolsas por meio do programa PVS Capes-UNILA. Esse programa difere do PVNS por atender também a professores estrangeiros, dada a característica transnacional da universidade UNILA.

Programa de Capacitação Docente e Técnica – PICDT

O PICDT apoiava a capacitação de docentes e técnicos com cargos de nível superior e integrantes dos quadros permanentes de IES, e teve suas atividades encerradas em fevereiro de 2011. Estava em fase de desativação desde 2007, quando foi substituído pelo Programa de Formação Doutoral Docente – Prodoutoral. Este programa representou um instrumento de grande relevância para a qualificação de docentes de IES, em nível de mestrado e doutorado. Em 2011, os recursos investidos no programa totalizaram R\$ 79.200,00 (setenta e nove mil e duzentos reais), entre mensalidades de bolsa de doutorado e taxas escolares.

Programa de Formação Doutoral Docente – Prodoutoral

O Prodoutoral foi criado especificamente para promover a qualificação, em nível de doutorado, dos docentes das IFES por meio do planejamento institucional na capacitação de recursos humanos de alto nível em áreas estratégicas e prioritárias (Plano Institucional de Formação de Quadros Docentes – Planfor), com vistas a formar novos grupos de pesquisa, a fomentar a cooperação acadêmica, a criar programas de pós-graduação e a consolidar programas já existentes.

Para se candidatar ao Prodoutoral, as IFES devem elaborar o Planfor com suas diretrizes e modelo de gestão a ser adotado, de modo a evidenciar os princípios, os desafios, os objetivos e as metas globais a serem alcançados durante os seus cinco anos de vigência.

Considerando a manutenção das bolsas concedidas nos anos anteriores e as novas bolsas das IFES que tiveram o Planfor aprovado, em 2011 foram concedidas 433 bolsas. Nesse ano, os recursos investidos no programa totalizaram R\$ 4.188.272,29 (quatro milhões, cento e oitenta e oito mil, duzentos e setenta e dois reais e vinte e nove centavos), entre mensalidades de bolsas de doutorado e custeio da mobilidade docente e discente. Nas tabelas, a seguir, é apresentada a concessão de bolsas do programa em 2011, por região geográfica e grande área do conhecimento.

Tabela 29 (Ação 0487) – Concessão de bolsas do Prodoutoral, por região geográfica, em 2011 (considerando as IFES de origem)

Região	Doutorado	%
Nordeste	128	29,56
Norte	111	25,64
Sudeste	96	22,17

Região	Doutorado	%
Centro-Oeste	75	17,32
Sul	23	5,31
Total	433	100

Fonte: CQD/CGSI/DPB/Capes

A tabela 29 demonstra que mais de 72% das bolsas foram concedidas a IFES localizadas nas regiões Norte, Nordeste ou Centro-Oeste, o que sugere que o programa está contribuindo para a redução das assimetrias inter-regionais por meio da qualificação dos quadros docentes de IFES fora dos grandes centros.

Tabela 30 (Ação 0487) – Concessão de bolsas do Prodoutoral por grande área do conhecimento, em 2011

Grande Área	Doutorado	%
Ciências Humanas	111	25,64
Ciências Sociais Aplicadas	77	17,78
Linguística, Letras e Artes	57	13,16
Ciências da Saúde	46	10,62
Ciências Exatas e da Terra	42	9,70
Multidisciplinar	35	8,08
Engenharias	32	7,39
Ciências Agrárias	27	6,24
Ciências Biológicas	6	1,39
Total	433	100

Fonte: CQD/CGSI/DPB/Capes

Programa Institucional de Qualificação Docente para a Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica – PIQDTEC

O Programa Institucional de Qualificação Docente para a Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica – PIQDTEC objetiva fortalecer a educação profissional e tecnológica do país, por meio da capacitação dos integrantes dos quadros docentes e técnicos das instituições pertencentes à Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica, em nível de pós-graduação *stricto sensu*.

Em 2011 foram concedidas 14 bolsas de mestrado e 219 de doutorado pelo PIQDTEC. Nesse ano, os recursos investidos no programa totalizaram R\$ 4.522.500,00 (quatro milhões, quinhentos e vinte e dois mil e quinhentos reais), entre mensalidades de bolsas de mestrado e de doutorado e taxas escolares – estas últimas financiadas somente para bolsas concedidas até 2007. Na tabela 31 é apresentada a concessão de bolsas do programa em 2011 por grande área do conhecimento.

Tabela 31 (Ação 0487) – Concessão de bolsas do PIQDTEC por grande área do conhecimento, em 2011

Grande Área	Mestrado	Doutorado	Total	Mestrado (%)	Doutorado (%)	Total (%)
Engenharias	5	71	76	35,71	32,42	32,62
Ciências Agrárias	1	60	61	7,14	27,40	26,18
Ciências Humanas	3	26	29	21,43	11,87	12,45
Multidisciplinar	1	17	18	7,14	7,76	7,73
Ciências Exatas e da Terra	2	15	17	14,29	6,85	7,30
Linguística, Letras e Artes	0	15	15	0,00	6,85	6,44
Ciências Sociais Aplicadas	2	6	8	14,29	2,74	3,43
Ciências da Saúde	0	7	7	0,00	3,20	3,00
Ciências Biológicas	0	2	2	0,00	0,91	0,86
Total	14	219	233	100	100	100

Fonte: CQD/CGSI/DPB/Capes

Considerando que uma das finalidades dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia é ofertar educação profissional e tecnológica, em todos os seus níveis e modalidades, para formar e qualificar cidadãos com vistas na atuação profissional nos diversos setores da economia, com ênfase no desenvolvimento socioeconômico local, regional e nacional, aproximadamente 58,8% dos bolsistas do PIQDTEC estavam matriculados em programas de pós-graduação nas grandes áreas Engenharias e Ciências Agrárias, conforme dados da tabela 31.

Programa Minter e Dinter Capes/SETEC

O objetivo do programa Minter e Dinter Capes/SETEC é possibilitar, em nível de mestrado e doutorado no país, a formação, em bloco, de docentes e técnicos administrativos integrantes do quadro de pessoal permanente das instituições pertencentes à Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica. Recursos de bolsas e de custeio de atividades foram destinados ao programa por meio de uma parceria entre a Capes e a SETEC. O programa Minter e Dinter Capes/SETEC é um programa de turmas especiais.

Em 2011, os recursos investidos no programa totalizaram R\$ 2.970.060,99 (dois milhões, novecentos e setenta mil, sessenta reais e noventa e nove centavos). Nas tabelas, a seguir, é apresentada a concessão de bolsas do programa em 2011, por região geográfica e grande área do conhecimento.

Tabela 32 (Ação 0487) – Concessão de bolsas do programa Minter e Dinter Capes/SETEC por região geográfica, em 2011 (considerando as instituições receptoras)

Região	Mestrado	Doutorado	Total	Mestrado (%)	Doutorado (%)	Total (%)
Nordeste	61	226	287	43,26	37,92	38,94
Centro-Oeste	45	105	150	31,91	17,62	20,35
Sudeste	0	141	141	0,00	23,66	19,13

Região	Mestrado	Doutorado	Total	Mestrado (%)	Doutorado (%)	Total (%)
Norte	15	88	103	10,64	14,77	13,98
Sul	20	36	56	14,18	6,04	7,60
Total	141	596	737	100	100	100

Fonte: CQD/CGSI/DPB/Capes

A região Nordeste é a que apresenta o maior número de bolsistas, conforme demonstrado na tabela 32. Verifica-se na tabela 33 que a maior parte dos bolsistas do programa Minter e Dinter Capes/SETEC está matriculada em programas de pós-graduação nas grandes áreas Engenharias e Ciências Agrárias, totalizando aproximadamente 56,3% da concessão.

Tabela 33 (Ação 0487) – Concessão de bolsas do programa Minter e Dinter Capes/SETEC por grande área do conhecimento, em 2011

Grande Área	Mestrado	Doutorado	Total	Mestrado (%)	Doutorado (%)	Total (%)
Engenharias	20	219	239	14,18	36,74	32,43
Ciências Agrárias	20	156	176	14,18	26,17	23,88
Ciências Humanas	101	20	121	71,63	3,36	16,42
Multidisciplinar	0	95	95	0,00	15,94	12,89
Linguística, Letras e Artes	0	46	46	0,00	7,72	6,24
Ciências Exatas e da Terra	0	45	45	0,00	7,55	6,11
Ciências Biológicas	0	15	15	0,00	2,52	2,04
Total	141	596	737	100	100	100

Fonte: CQD/CGSI/DPB/Capes

Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais – REUNI

O REUNI visa criar condições para a ampliação do acesso e permanência na educação superior, no nível de graduação, para o aumento da qualidade dos cursos e pelo melhor aproveitamento da estrutura física e de recursos humanos existentes nas universidades federais, respeitadas as características particulares de cada instituição e estimulada a diversidade do sistema de ensino superior. Entre suas características, observam-se a consolidação, a ampliação e o aprofundamento dos processos de transformação das universidades públicas, para a expansão da oferta de vagas do ensino superior, de modo decisivo e sustentado, com qualidade acadêmica, cobertura territorial, inclusão social e formação adequada aos novos paradigmas social e econômico vigentes, conforme preconizam as políticas de educação nacionais.

No âmbito da Capes, o REUNI caracteriza-se pelo pagamento de bolsas de mestrado e de doutorado, tendo em vista que a Secretaria de Educação Superior – SESu do Ministério da Educação, responsável pela gerência do programa, não possui ação orçamentária para pagamento de bolsas de estudo. Nesse ano, os recursos investidos no programa totalizaram R\$ 113.157.200,00 (cento e treze milhões, cento e cinquenta e sete mil e duzentos reais), entre mensalidades de bolsas de mestrado, doutorado e pós-doutorado. Os recursos referentes ao pagamento das bolsas de pós-

doutorado, R\$ 12.355.200,00 (doze milhões, trezentos e cinquenta e cinco mil e duzentos reais), foram disponibilizados para as IFES por meio de Termo de Cooperação para Descentralização de Crédito.

Nas tabelas, a seguir, é apresentada a concessão de bolsas de mestrado e doutorado do programa em 2011, por região geográfica e grande área do conhecimento.

Tabela 34 (Ação 0487) – Concessão de bolsas do programa REUNI por região geográfica, em 2011

Região	Mestrado	Doutorado	Total	Mestrado (%)	Doutorado (%)	Total (%)
Sul	1372	863	2235	28,95	39,28	32,22
Sudeste	1551	657	2208	32,72	29,90	31,83
Nordeste	1175	503	1678	24,79	22,89	24,19
Centro-Oeste	417	157	574	8,80	7,15	8,27
Norte	225	17	242	4,75	0,77	3,49
Total	4.740	2.197	6.937	100	100	100

Fonte: CQD/CGSI/DPB/Capes

Tabela 35 (Ação 0487) – Concessão de bolsas do programa REUNI por grande área do conhecimento, em 2011

Grande Área	Mestrado	Doutorado	Total	Mestrado (%)	Doutorado (%)	Total (%)
Ciências Humanas	876	357	1233	18,48	16,25	17,77
Ciências Agrárias	603	365	968	12,72	16,61	13,95
Ciências da Saúde	597	281	878	12,59	12,79	12,66
Ciências Exatas e da Terra	577	290	867	12,17	13,20	12,50
Ciências Biológicas	452	342	794	9,54	15,57	11,45
Multidisciplinar	482	145	627	10,17	6,60	9,04
Engenharias	366	192	558	7,72	8,74	8,04
Linguística, Letras e Artes	381	138	519	8,04	6,28	7,48
Ciências Sociais Aplicadas	406	87	493	8,57	3,96	7,11
Total	4.740	2.197	6.937	100	100	100

Fonte: CQD/CGSI/DPB/Capes

As regiões Sul e Sudeste apresentaram o maior número de bolsistas no programa REUNI, totalizando 64% do total. Dentre as grandes áreas de conhecimento a Ciências Humanas foi a que apresentou a maior porcentagem de bolsistas, 17,77%.

Programa Nacional de Cooperação Acadêmica – PROCAD

O PROCAD objetiva apoiar projetos conjuntos de pesquisa utilizando-se de recursos humanos e de infra-estrutura disponíveis em diferentes IES, possibilitando a abordagem de novos

tópicos de pesquisa e a criação de condições estimulantes à associação de projetos para incremento da formação pós-graduada. Esse programa contempla despesas com bolsas de estudos, passagens, diárias, material de consumo, auxílio-moradia e contratação de serviços de terceiros para possibilitar o alcance do objetivo geral proposto.

Por meio do PROCAD foram concedidas 573 bolsas de pós-graduação, sendo 330 de mestrado, 159 de doutorado e 84 de pós-doutorado, que podem ser visualizadas nas tabelas, a seguir. Os recursos para atendimento aos beneficiários do PROCAD totalizaram, em 2011, R\$ 8.425.530,01 (oito milhões, quatrocentos e vinte e cinco mil, quinhentos e trinta reais e um centavo).

Nas tabelas, a seguir, é apresentada a concessão de bolsas do programa em 2011, por região geográfica, UF e grande área do conhecimento.

Tabela 36 (Ação 0487) – Concessão de bolsas do PROCAD por região geográfica, em 2011

Região	Mestrado	Doutorado	Pós-doutorado	Total
Sudeste	104	69	21	194
Nordeste	105	34	25	164
Sul	68	42	20	130
Centro-Oeste	34	10	18	62
Norte	19	4	0	23
Total	330	159	84	573

Fonte: CPE/CGPE/DPB/Capes

Tabela 37 (Ação 0487) – Concessão de bolsas do PROCAD por UF, em 2011

UF	Mestrado	Doutorado	Pós-doutorado	Total
SP	39	37	6	82
MG	46	18	10	74
PR	26	13	9	48
RS	23	17	7	47
CE	22	7	7	36
RJ	18	14	3	35
SC	19	12	4	35
GO	20	3	8	31
BA	13	9	1	23
PE	13	6	4	23
RN	15	4	2	21
PB	13	2	3	18
MA	15	2	0	17
MT	9	2	4	15
DF	4	5	5	14

UF	Mestrado	Doutorado	Pós-doutorado	Total
PI	7	1	6	14
AM	8	1	0	9
PA	6	3	0	9
SE	6	2	0	8
AL	1	1	2	4
AC	3	0	0	3
ES	1	0	2	3
MS	1	0	1	2
RO	1	0	0	1
RR	1	0	0	1
Total	330	159	84	573

Fonte: CPE/CGPE/DPB/Capes

Tabela 38 (Ação 0487) – Concessão de bolsas do PROCAD por grande área do conhecimento, em 2011

Grande Área	Mestrado	Doutorado	Pós-doutorado	Total
Ciências Exatas e da Terra	65	29	14	108
Ciências Humanas	54	26	11	91
Ciências da Saúde	48	16	16	80
Ciências Biológicas	37	31	10	78
Ciências Agrárias	41	23	13	77
Engenharias	31	10	5	46
Ciências Sociais Aplicadas	27	8	7	42
Multidisciplinar	16	12	2	30
Linguística, Letras e Artes	11	4	6	21
Total	330	159	84	573

Fonte: CPE/CGPE/DPB/Capes

Prêmio Capes de Tese

O Prêmio Capes de Tese objetiva premiar anualmente as melhores teses, em cada uma das áreas do conhecimento da Capes. Os autores premiados recebem um certificado, uma medalha e uma bolsa de pós-doutorado no país, com duração máxima de 12 meses e os respectivos orientadores recebem um prêmio no valor de R\$ 3.000,00.

Em 2011, o montante investido pela Capes foi de R\$ 474.000,00 (quatrocentos e setenta e quatro mil reais). E esse Prêmio concedeu 43 bolsas de pós-doutorado, conforme distribuição, por região geográfica, UF e grande área do conhecimento, apresentadas nas tabelas, a seguir.

Tabela 39 (Ação 0487) – Concessão de bolsas do Prêmio Capes de Tese por região geográfica, em 2011

Região	Pós-doutorado	%
Sudeste	30	69,77
Sul	10	23,26
Nordeste	2	4,65
Centro-Oeste	1	2,33
Total	43	100

Fonte: CPE/CGPE/DPB/Capes

Tabela 40 (Ação 0487) – Concessão de bolsas do Prêmio Capes de Tese por UF, em 2011

UF	Pós-doutorado	%
SP	19	44,19
RS	9	20,93
RJ	7	16,28
MG	4	9,30
BA	1	2,33
DF	1	2,33
RN	1	2,33
SC	1	2,33
Total	43	100

Fonte: CPE/CGPE/DPB/Capes

Tabela 41 (Ação 0487) – Concessão de bolsas do Prêmio Capes de Tese por grande área do conhecimento, em 2011

Grande Área	Pós-doutorado	%
Ciências da Saúde	9	20,93
Ciências Humanas	7	16,28
Ciências Sociais Aplicadas	7	16,28
Ciências Exatas e da Terra	5	11,63
Ciências Biológicas	4	9,30
Engenharias	4	9,30
Ciências Agrárias	3	6,98
Linguística, Letras e Artes	2	4,65
Multidisciplinar	2	4,65
Total	43	100

Fonte: CPE/CGPE/DPB/Capes

Programa de Apoio à Educação Especial – PROESP

O PROESP é uma iniciativa do Ministério da Educação/SEESP, em parceria com a Capes e objetiva apoiar projetos de pesquisa e a formação de recursos humanos, no âmbito da pós-graduação *stricto sensu*, voltadas à produção e avaliação de referenciais, metodologias e recursos de acessibilidade na educação e demais processos pedagógicos e formativos que envolvem o atendimento educacional especializado para alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/ superdotação, realizado de forma complementar ou suplementar à escolarização.

O PROESP disponibilizou, no ano de 2011, o montante de R\$ 1.744.366,04 (um milhão, setecentos e quarenta e quatro mil, trezentos e sessenta e seis reais e quatro centavos) para apoiar 28 projetos. Foram concedidas 76 bolsas de mestrado e 32 de doutorado, distribuídas conforme tabelas apresentadas abaixo.

Tabela 42 (Ação 0487) – Concessão de bolsas do PROESP por região geográfica, em 2011

Região	Mestrado	Doutorado	Total	Mestrado (%)	Doutorado (%)	Total (%)
Sudeste	33	20	53	43,42	62,50	49,07
Sul	18	4	22	23,68	12,50	20,37
Norte	10	5	15	13,16	15,63	13,89
Nordeste	12	3	15	15,79	9,38	13,89
Centro-Oeste	3	0	3	3,95	0,00	2,78
Total	76	32	108	100	100	100

Fonte: CPE/CGPE/DPB/Capes

Tabela 43 (Ação 0487) – Concessão de bolsas do PROESP por grande área do conhecimento, em 2011

Grande Área	Mestrado	Doutorado	Total	Mestrado (%)	Doutorado (%)	Total (%)
Ciências Humanas	57	22	79	75,00	68,75	73,15
Multidisciplinar	11	6	17	14,47	18,75	15,74
Ciências da Saúde	4	2	6	5,26	6,25	5,56
Ciências Biológicas	2	2	4	2,63	6,25	3,70
Linguística, Letras e Artes	2	0	2	2,63	0,00	1,85
Total	76	32	108	100	100	100

Fonte: CPE/CGPE/DPB/Capes

Programa Nacional de Apoio e Desenvolvimento da Botânica – PNADB

O PNADB objetiva apoiar projetos conjuntos de pesquisa utilizando-se de recursos humanos e de infra-estrutura disponíveis em diferentes IES, possibilitando a pesquisa interdisciplinar voltada para a caracterização de espécies botânicas e a criação de condições estimulantes à associação de projetos para incremento da formação pós-graduada na área de Botânica no país.

Em 2011 foram concedidos R\$ 2.057.963,55 (dois milhões, cinquenta e sete mil, novecentos e sessenta e três e cinquenta e cinco centavos) para o custeio de bolsas de pós-graduação e dos 21 projetos de pesquisa do PNADB. Foram concedidas 133 bolsas, sendo 83 de mestrado, 42 de doutorado e 8 de estágio pós-doutoral, conforme tabelas apresentadas a seguir.

Tabela 44 (Ação 0487) – Concessão de bolsas do PNADB por região geográfica, em 2011

Região	Mestrado	Doutorado	Pós-doutorado	Total
Sudeste	37	19	4	60
Nordeste	17	7	1	25
Sul	13	5	1	19
Centro-Oeste	9	7	1	17
Norte	7	4	1	12
Total	83	42	8	133

Fonte: CPE/CGPE/DPB/Capes

Tabela 45 (Ação 0487) – Concessão de bolsas do PNADB por grande área do conhecimento, em 2011

Grande Área	Mestrado	Doutorado	Pós-doutorado	Total
Ciências Biológicas	70	40	8	118
Ciências Agrárias	8	0	0	8
Multidisciplinar	3	2	0	5
Ciências da Saúde	1	0	0	1
Ciências Exatas e da Terra	1	0	0	1
Total	83	42	8	133

Fonte: CPE/CGPE/DPB/Capes

Programa de Formação de Recursos Humanos em Televisão Digital – RH-TVD

O RH-TVD objetiva estimular no país a realização de projetos conjuntos de pesquisa utilizando-se de recursos humanos e de infra-estrutura disponíveis em diferentes IES e demais instituições enquadráveis nos termos do Edital de seleção, possibilitando a produção de pesquisas científicas e tecnológicas e a formação de recursos humanos pós-graduados em Televisão Digital – TVD, contribuindo, assim, para fortalecer a implementação do Sistema Brasileiro de Televisão Digital Terrestre – SBTVD-T.

Por intermédio do RH-TVD, a Capes dispendeu R\$ 1.751.606,38 (um milhão, setecentos e cinquenta e um mil, seiscentos e seis reais e trinta e oito centavos) no ano de 2011, sendo o montante de R\$ 509.806,38 (quinhentos e nove mil, oitocentos e seis reais e trinta e oito centavos) para financiar o custeio dos 19 projetos aprovados pelo Edital RH-TVD. Foram concedidas, em 2011, 103 bolsas de pós-graduação no país, sendo 61 de mestrado e 42 de doutorado, totalizando um investimento de R\$ 1.241.800,00 (um milhão, duzentos e quarenta e um mil e oitocentos reais), pagos diretamente aos bolsistas. Nas tabelas, a seguir, é apresentada a concessão de bolsas do programa em 2011, por região geográfica, UF e grande área do conhecimento.

Tabela 46 (Ação 0487) – Concessão de bolsas do RH-TVD por região geográfica, em 2011

Região	Mestrado	Doutorado	Total	Mestrado (%)	Doutorado (%)	Total (%)
Sudeste	28	19	47	45,90	45,24	45,63
Nordeste	15	11	26	24,59	26,19	25,24
Sul	15	10	25	24,59	23,81	24,27
Centro-Oeste	3	2	5	4,92	4,76	4,85
Total	61	42	103	100	100	100

Fonte: CII/CGPE/DPB/Capes

Tabela 47 (Ação 0487) – Concessão de bolsas do RH-TVD por UF, em 2011

UF	Mestrado	Doutorado	Total	Mestrado (%)	Doutorado (%)	Total (%)
RJ	16	6	22	26,23	14,29	21,36
SP	9	13	22	14,75	30,95	21,36
SC	5	5	10	8,20	11,90	9,71
CE	3	6	9	4,92	14,29	8,74
RS	5	3	8	8,20	7,14	7,77
PR	5	2	7	8,20	4,76	6,80
RN	4	3	7	6,56	7,14	6,80
PB	5	0	5	8,20	0,00	4,85
DF	3	1	4	4,92	2,38	3,88
PA	2	1	3	3,28	2,38	2,91
ES	2	0	2	3,28	0,00	1,94
PE	1	1	2	1,64	2,38	1,94
GO	0	1	1	0,00	2,38	0,97
MG	1	0	1	1,64	0,00	0,97
Total	61	42	103	100	100	100

Fonte: CII/CGPE/DPB/Capes

Tabela 48 (Ação 0487) – Concessão de bolsas do RH-TVD por grande área do conhecimento, em 2011

Grande Área	Mestrado	Doutorado	Total	Mestrado (%)	Doutorado (%)	Total (%)
Engenharias	31	19	50	50,82	45,24	48,54
Ciências Exatas e da Terra	24	15	39	39,34	35,71	37,86
Ciências Sociais Aplicadas	4	4	8	6,56	9,52	7,77
Multidisciplinar	2	4	6	3,28	9,52	5,83
Total	61	42	103	100	100	100

Fonte: CII/CGPE/DPB/Capes

Programa de Apoio ao Ensino e à Pesquisa Científica e Tecnológica em Defesa Nacional – PRÓ-DEFESA

O Edital Pró-defesa, em parceria com o Ministério da Defesa, objetiva estimular no país a realização de projetos conjuntos de pesquisa utilizando-se de recursos humanos e de infra-estrutura disponíveis em diferentes IES e demais instituições enquadráveis nos termos desse Edital de seleção, possibilitando a produção de pesquisas científicas e tecnológicas e a formação de recursos humanos pós-graduados em defesa nacional, contribuindo, assim, para desenvolver e consolidar o pensamento brasileiro na área.

Em 2011, por intermédio do Edital Pró-defesa 2008, a Capes investiu R\$ 1.300.800,52 (um milhão, trezentos mil, oitocentos reais e cinquenta e dois centavos) para o pagamento de bolsas (R\$ 567.000,00), custeio (R\$ 236.503,16) e capital (R\$ 497.297,36) de 16 projetos, para os quais foram concedidas 46 bolsas de pós-graduação pagas diretamente aos bolsistas, sendo 24 de mestrado, 20 de doutorado e 2 de pós-doutorado. As despesas de custeio foram executadas na Ação 0487 e as de capital na Ação 4019 – Fomento à Pós-graduação.

Nas tabelas, a seguir, é apresentada a concessão de bolsas do programa em 2011, por região, UF, grande área do conhecimento e *status* jurídico.

Tabela 49 (Ação 0487) – Concessão de bolsas do Pró-defesa por região geográfica, em 2011

Região	Mestrado	Doutorado	Pós-doutorado	Total
Sudeste	21	14	1	36
Norte	1	2	1	4
Sul	1	3	0	4
Centro-Oeste	1	1	0	2
Total	24	20	2	46

Fonte: CII/CGPE/DPB/Capes

Tabela 50 (Ação 0487) – Concessão de bolsas do Pró-defesa por UF, em 2011

UF	Mestrado	Doutorado	Pós-doutorado	Total
RJ	12	8	1	21
SP	8	6	0	14
AP	0	2	1	3
PR	1	2	0	3
DF	1	1	0	2
MG	1	0	0	1
PA	1	0	0	1
RS	0	1	0	1
Total	24	20	2	46

Fonte: CII/CGPE/DPB/Capes

Tabela 51 (Ação 0487) – Concessão de bolsas do Pró-defesa por grande área do conhecimento, em 2011

Grande Área	Mestrado	Doutorado	Pós-doutorado	Total
Engenharias	11	8	0	19
Ciências Humanas	5	5	0	10
Ciências Sociais Aplicadas	3	3	2	8
Ciências Exatas e da Terra	3	3	0	6
Ciências Agrárias	1	0	0	1
Multidisciplinar	1	0	0	1
Indefinida	0	1	0	1
Total	24	20	2	46

Fonte: CII/CGPE/DPB/Capes

Tabela 52 (Ação 0487) – Concessão de bolsas do Pró-defesa por status jurídico, em 2011

Status Jurídico	Mestrado	Doutorado	Pós-doutorado	Total
Federal	15	15	1	31
Particular	6	2	1	9
Estadual	3	3	0	6
Total	24	20	2	46

Fonte: CII/CGPE/DPB/Capes

Programa de Apoio ao Ensino e à Pesquisa Científica e Tecnológica em Engenharias – PRÓ-ENGENHARIAS

O Pró-engenharias objetiva estimular no país a realização de projetos conjuntos de pesquisa utilizando-se de recursos humanos e de infra-estrutura disponíveis em diferentes IES e demais instituições enquadráveis nos termos do Edital de seleção, possibilitando a produção de pesquisas científicas e tecnológicas e a formação de recursos humanos pós-graduados nas áreas das Engenharias, contribuindo, assim, para desenvolver e consolidar o desenvolvimento de áreas consideradas estratégicas por meio da análise das prioridades e das competências existentes.

Em 2011, por meio desse programa, a Capes concedeu 367 bolsas de pós-graduação, sendo 226 de mestrado e 141 de doutorado e foram utilizados R\$ 3.544.200,00 (três milhões, quinhentos e quarenta e quatro mil e duzentos reais) para o pagamento de bolsas. Além disso, foram investidos R\$ 2.328.746,69 (dois milhões, trezentos e vinte e oito mil, setecentos e quarenta e seis reais e sessenta e nove centavos) para o custeio dos 75 projetos, totalizando o investimento de R\$ 5.872.946,69 (cinco milhões, oitocentos e setenta e dois mil, novecentos e quarenta e seis reais e sessenta e nove centavos) por esse programa. Nas tabelas, a seguir, é apresentada a concessão de bolsas do programa em 2011, por região geográfica, UF e grande área do conhecimento.

Tabela 53 (Ação 0487) – Concessão de bolsas do Pró-engenharias por região geográfica, em 2011

Região	Mestrado	Doutorado	Total	Mestrado (%)	Doutorado (%)	Total (%)
Sudeste	95	72	167	42,04	51,06	45,50
Sul	67	38	105	29,65	26,95	28,61
Nordeste	49	26	75	21,68	18,44	20,44
Norte	9	4	13	3,98	2,84	3,54
Centro-Oeste	6	1	7	2,65	0,71	1,91
Total	226	141	367	100	100	100

Fonte: CII/CGPE/DPB/Capes

Tabela 54 (Ação 0487) – Concessão de bolsas do Pró-engenharias por UF, em 2011

UF	Mestrado	Doutorado	Total	Mestrado (%)	Doutorado (%)	Total (%)
SP	56	52	108	24,78	36,88	29,43
RS	29	17	46	12,83	12,06	12,53
SC	18	15	33	7,96	10,64	8,99
RJ	19	12	31	8,41	8,51	8,45
MG	20	8	28	8,85	5,67	7,63
PB	16	11	27	7,08	7,80	7,36
PR	20	6	26	8,85	4,26	7,08
RN	11	3	14	4,87	2,13	3,81
PE	6	6	12	2,65	4,26	3,27
PA	7	2	9	3,10	1,42	2,45
CE	5	3	8	2,21	2,13	2,18
SE	6	2	8	2,65	1,42	2,18
AM	2	2	4	0,88	1,42	1,09
BA	4	0	4	1,77	0,00	1,09
DF	2	1	3	0,88	0,71	0,82
GO	3	0	3	1,33	0,00	0,82
AL	1	1	2	0,44	0,71	0,54
MT	1	0	1	0,44	0,00	0,27
Total	226	141	367	100	100	100

Fonte: CII/CGPE/DPB/Capes

Tabela 55 (Ação 0487) – Concessão de bolsas do Pró-engenharias por grande área do conhecimento, em 2011

Grande Área	Mestrado	Doutorado	Total	Mestrado (%)	Doutorado (%)	Total (%)
Engenharias	191	116	307	84,51	82,27	83,65
Ciências Agrárias	15	10	25	6,64	7,09	6,81
Multidisciplinar	8	8	16	3,54	5,67	4,36
Ciências Exatas e da Terra	9	6	15	3,98	4,26	4,09
Ciências Sociais Aplicadas	3	1	4	1,33	0,71	1,09
Total	226	141	367	100	100	100

Fonte: CII/CGPE/DPB/Capes

Programa de Apoio ao Ensino e à Pesquisa Científica e Tecnológica em Administração – PRÓ-ADMINISTRAÇÃO

O Pró-administração objetiva estimular no país a realização de projetos conjuntos de pesquisa e apoio à capacitação docente utilizando-se de recursos humanos e de infra-estrutura disponíveis em diferentes IES e nas demais instituições enquadráveis nos termos do Edital, possibilitando a produção de pesquisas científicas e tecnológicas e a formação de recursos humanos pós-graduados na área de Administração e Gestão, contribuindo, assim, para a melhoria de ensino de pós-graduação e graduação na área.

Em 2011, por meio desse programa, a Capes apoiou 21 projetos concedendo 61 bolsas de pós-graduação, sendo 32 de mestrado e 29 de doutorado, totalizando o investimento de R\$ 1.964.107,70 (um milhão, novecentos e sessenta e quatro mil, cento e sete reais e setenta centavos).

Nas tabelas, a seguir, é apresentada a concessão de bolsas do programa em 2011, por região geográfica, UF, grande área do conhecimento e *status* jurídico.

Tabela 56 (Ação 0487) – Concessão de bolsas do Edital Pró-administração por região, em 2011

Região	Mestrado	Doutorado	Total	Mestrado (%)	Doutorado (%)	Total (%)
Sudeste	15	15	30	46,88	51,72	49,18
Nordeste	8	7	15	25,00	24,14	24,59
Sul	7	6	13	21,88	20,69	21,31
Centro-Oeste	2	1	3	6,25	3,45	4,92
Total	32	29	61	100	100	100

Fonte: CII/CGPE/DPB/Capes

Tabela 57 (Ação 0487) – Concessão de bolsas do Edital Pró-administração por UF, em 2011

UF	Mestrado	Doutorado	Total	Mestrado (%)	Doutorado (%)	Total (%)
SP	10	10	20	31,25	34,48	32,79
RJ	4	3	7	12,50	10,34	11,48
SC	3	4	7	9,38	13,79	11,48

UF	Mestrado	Doutorado	Total	Mestrado (%)	Doutorado (%)	Total (%)
BA	3	3	6	9,38	10,34	9,84
RN	3	2	5	9,38	6,90	8,20
PE	2	2	4	6,25	6,90	6,56
PR	3	1	4	9,38	3,45	6,56
DF	2	1	3	6,25	3,45	4,92
MG	1	2	3	3,13	6,90	4,92
RS	1	1	2	3,13	3,45	3,28
Total	32	29	61	100	100	100

Fonte: CII/CGPE/DPB/Capes

Tabela 58 (Ação 0487) – Concessão de bolsas do Edital Pró-administração por grande área do conhecimento, em 2011

Grande Área	Mestrado	Doutorado	Total	Mestrado (%)	Doutorado (%)	Total (%)
Ciências Sociais Aplicadas	29	25	54	90,63	86,21	88,52
Ciências Humanas	3	2	5	9,38	6,90	8,20
Ciências da Saúde	0	1	1	0,00	3,45	1,64
Engenharias	0	1	1	0,00	3,45	1,64
Total	32	29	61	100	100	100

Fonte: CII/CGPE/DPB/Capes

Tabela 59 (Ação 0487) – Concessão de bolsas do Edital Pró-administração por status jurídico, em 2011

Status Jurídico	Mestrado	Doutorado	Total	Mestrado (%)	Doutorado (%)	Total (%)
Particular	17	12	29	53,13	41,38	47,54
Federal	14	12	26	43,75	41,38	42,62
Estadual	1	5	6	3,13	17,24	9,84
Total	32	29	61	100	100	100

Fonte: CII/CGPE/DPB/Capes

Programa de Apoio ao Ensino e à Pesquisa Científica e Tecnológica em Cultura – PRÓ-CULTURA

O Pró-cultura, uma parceria da Capes com o Ministério da Cultura, objetiva estimular no país a realização de projetos conjuntos de pesquisa, a articulação e o diálogo entre pesquisadores e grupos de pesquisas que atuam no campo de estudos da cultura em diferentes IES e demais instituições enquadráveis nos termos do Edital de seleção. A característica fundamental desse programa é a multidisciplinaridade refletida na diversidade de áreas de conhecimento abarcadas.

Em 2011, por meio desse programa, a Capes apoiou 21 projetos concedendo 63 bolsas de mestrado e foram investidos R\$ 820.800,00 (oitocentos e vinte mil e oitocentos reais) para o pagamento de bolsas e R\$ 64.598,95 (sessenta e quatro mil, quinhentos e noventa e oito reais e noventa e cinco centavos) em despesas de custeio, totalizando o investimento de R\$ 885.398,95 (oitocentos e oitenta e cinco mil, trezentos e noventa e oito reais e noventa e cinco centavos).

Convém salientar que, devido à multidisciplinaridade do programa, foram aprovados projetos de 25 áreas diferentes, englobando quase todas as grandes áreas do conhecimento, com exceção das Ciências Exatas e da Terra.

A fonte de financiamento do Pró-cultura origina-se integralmente do orçamento da União cabendo à Capes o montante de R\$ 820.800,00 (oitocentos e vinte mil e oitocentos reais) para o pagamento de bolsas e R\$ 64.598,95 (sessenta e quatro mil, quinhentos e noventa e oito reais e noventa e cinco centavos) para recursos de custeio.

Nas tabelas, a seguir, é apresentada a concessão de bolsas do programa em 2011, por região geográfica, UF, grande área do conhecimento e *status* jurídico.

Tabela 60 (Ação 0487) – Concessão de bolsas do Pró-cultura por região geográfica, em 2011

Região	Mestrado	%
Sul	20	31,75
Nordeste	19	30,16
Sudeste	16	25,40
Norte	5	7,94
Centro-Oeste	3	4,76
Total	63	100

Fonte: CII/CGPE/DPB/Capes

Tabela 61 (Ação 0487) – Concessão de bolsas do Pró-cultura por UF, em 2011

UF	Mestrado	%
RS	11	17,46
RJ	9	14,29
MG	5	7,94
SC	5	7,94
BA	4	6,35
PR	4	6,35
RN	4	6,35
PA	3	4,76
PE	3	4,76
PI	3	4,76
AM	2	3,17
CE	2	3,17

UF	Mestrado	%
SP	2	3,17
DF	1	1,59
GO	1	1,59
MA	1	1,59
MT	1	1,59
PB	1	1,59
SE	1	1,59
Total	63	100

Fonte: CII/CGPE/DPB/Capes

Tabela 62 (Ação 0487) – Concessão de bolsas do Pró-cultura por grande área do conhecimento, em 2011

Grande Área	Mestrado	%
Ciências Humanas	23	36,51
Linguística, Letras e Artes	12	19,05
Ciências Sociais Aplicadas	9	14,29
Multidisciplinar	8	12,70
Engenharias	5	7,94
Ciências da Saúde	4	6,35
Ciências Agrárias	1	1,59
Ciências Biológicas	1	1,59
Total	63	100

Fonte: CII/CGPE/DPB/Capes

Tabela 63 (Ação 0487) – Concessão de bolsas do Pró-cultura por *status* jurídico, em 2011

Status Jurídico	Mestrado	%
Federal	51	80,95
Estadual	7	11,11
Particular	4	6,35
Municipal	1	1,59
Total	63	100

Fonte: CII/CGPE/DPB/Capes

Parceria com as Fundações Estaduais de Amparo à Pesquisa – Programa Parcerias

O Programa Parcerias objetiva o desenvolvimento da Pós-graduação, visando à implementação de novos cursos e o atendimento a um maior público de discentes da pós-graduação. As fontes de financiamento do programa Parcerias originam-se do orçamento da União e dos Estados. Por intermédio desse programa, a Capes despendeu em 2011, o montante de R\$ 4.295.383,62 (quatro milhões, duzentos e noventa e cinco mil, trezentos e oitenta e três reais e sessenta e dois centavos) para o pagamento de bolsas de estudo e custeio, apoiando quatro Fundações Estaduais de Amparo à Pesquisa – FAPs: FAPITEC, FAPEAL, FAPEAM e FACEPE.

No âmbito do programa foram concedidas 189 bolsas de pós-graduação sendo 136 de mestrado, 26 de doutorado e 27 de pós-doutorado. Nas tabelas a seguir são apresentadas as concessões de bolsas firmadas com cada FAP, em 2011, por grande área do conhecimento.

a) Fundação de Amparo à Pesquisa e à Inovação Tecnológica do Estado de Sergipe – FAPITEC

Tabela 64 (Ação 0487) – Concessão de bolsas de estudo da Parceria Capes/FAPITEC por grande área do conhecimento, em 2011

Grande Área	Mestrado	Doutorado	Total	Mestrado (%)	Doutorado (%)	Total (%)
Ciências Agrárias	20	0	20	33,33	0,00	26,67
Multidisciplinar	11	6	17	18,33	40,00	22,67
Engenharias	8	5	13	13,33	33,33	17,33
Ciências Exatas e da Terra	10	2	12	16,67	13,33	16,00
Ciências Biológicas	8	0	8	13,33	0,00	10,67
Ciências da Saúde	3	2	5	5,00	13,33	6,67
Total	60	15	75	100	100	100

Fonte: CII/CGPE/DPB/Capes

b) Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Alagoas – FAPEAL

Tabela 65 (Ação 0487) – Concessão de bolsas de estudo da Parceria Capes/FAPEAL por grande área do conhecimento, em 2011

Grande Área	Mestrado	Doutorado	Total	Mestrado (%)	Doutorado (%)	Total (%)
Ciências da Saúde	20	0	20	26,32%	0,00%	24,10%
Ciências Humanas	13	0	13	17,11%	0,00%	15,66%
Ciências Sociais Aplicadas	12	0	12	15,79%	0,00%	14,46%
Ciências Agrárias	9	1	10	11,84%	14,29%	12,05%
Linguística, Letras e Artes	9	0	9	11,84%	0,00%	10,84%

Grande Área	Mestrado	Doutorado	Total	Mestrado (%)	Doutorado (%)	Total (%)
Ciências Exatas e da Terra	4	4	8	5,26%	57,14%	9,64%
Multidisciplinar	4	2	6	5,26%	28,57%	7,23%
Engenharias	4	0	4	5,26%	0,00%	4,82%
Ciências Biológicas	1	0	1	1,32%	0,00%	1,20%
Total	76	7	83	100%	100%	100%

Fonte: CII/CGPE/DPB/Capes

c) Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Amazonas – FAPPEAM

Tabela 66 (Ação 0487) – Concessão de bolsas de estudo da Parceria Capes/FAPPEAM por grande área do conhecimento, em 2011

Grande Área	Doutorado	%
Engenharias	2	50,00
Ciências Agrárias	1	25,00
Ciências Exatas e da Terra	1	25,00
Total	4	100

Fonte: CII/CGPE/DPB/Capes

d) Fundação de Amparo à Ciência e Tecnologia do Estado de Pernambuco – FAPPEPE

Tabela 67 (Ação 0487) – Concessão de bolsas de estudo da Parceria Capes/FAPPEPE por grande área do conhecimento, em 2011

Grande Área	Pós-doutorado	%
Ciências Biológicas	6	22,22
Ciências Agrárias	5	18,52
Ciências Exatas e da Terra	5	18,52
Engenharias	5	18,52
Ciências da Saúde	4	14,81
Multidisciplinar	2	7,41
Total	27	100

Fonte: CII/CGPE/DPB/Capes

Institutos Nacionais de Ciência e Tecnologia – Programa INCT

Nos termos da Portaria MCT Nº 429, de 17 de julho de 2008, os Institutos Nacionais de Ciência e Tecnologia são formados por uma instituição sede – caracterizada pela excelência de sua

produção científica e ou tecnológica, alta qualificação na formação de recursos humanos e com capacidade de captar recursos de outras fontes – e por um conjunto de laboratórios ou grupos associados de outras instituições, articulados na forma de redes científico-tecnológicas. Os INCT são caracterizados por uma área ou tema de atuação bem definidos, em área de fronteira da ciência e/ou da tecnologia ou em áreas estratégicas do Plano de Ação em C,T&I 2007-2011.

O apoio oferecido pela Capes aos INCT se dá por meio da concessão de bolsas de estudo pagas diretamente aos alunos, conforme previsto no Edital 15/2008 MCT/CNPq/FNDCT/Capes/FAPEMIG/FAPERJ/FAPESP. Em 2011, foram investidos de R\$ 8.149.800,00 (oito milhões, cento e quarenta e nove mil e oitocentos reais) e concedidas 410 bolsas, sendo 255 de mestrado, 129 de doutorado e 26 de pós-doutorado por esse programa.

Nas tabelas, a seguir, é apresentada a concessão de bolsas do programa em 2011, por região geográfica, UF e grande área do conhecimento.

Tabela 68 (Ação 0487) – Concessão de bolsas do programa INCT por região geográfica, em 2011

Região	Mestrado	Doutorado	Pós-doutorado	Total
Sudeste	127	79	20	226
Sul	61	28	1	90
Nordeste	27	12	1	40
Norte	21	3	3	27
Centro-Oeste	19	7	1	27
Total	255	129	26	410

Fonte: CII/CGPE/DPB/Capes

Tabela 69 (Ação 0487) – Concessão de bolsas do programa INCT por UF, em 2011

UF	Mestrado	Doutorado	Pós-doutorado	Total
SP	71	40	14	125
MG	27	23	1	51
RJ	30	16	5	51
RS	26	18	1	45
SC	22	5	0	27
PR	12	5	0	17
AM	12	1	2	15
MT	7	5	0	12
BA	10	0	0	10
DF	8	1	1	10
PB	5	2	1	8
RN	2	5	0	7
PA	3	2	1	6
PE	4	2	0	6

UF	Mestrado	Doutorado	Pós-doutorado	Total
CE	3	2	0	5
GO	2	1	0	3
RO	3	0	0	3
AL	2	0	0	2
MS	2	0	0	2
RR	2	0	0	2
SE	1	1	0	2
AP	1	0	0	1
Total	255	129	26	410

Fonte: CII/CGPE/DPB/Capes

Tabela 70 (Ação 0487) – Concessão de bolsas do programa INCT por grande área do conhecimento, em 2011

Grande Área	Mestrado	Doutorado	Pós-doutorado	Total
Ciências Biológicas	44	45	9	98
Ciências Exatas e da Terra	62	34	2	98
Engenharias	39	10	4	53
Ciências da Saúde	38	8	6	52
Ciências Agrárias	35	13	1	49
Multidisciplinar	30	12	2	44
Ciências Humanas	4	6	2	12
Ciências Sociais Aplicadas	3	1	0	4
Total	255	129	26	410

Fonte: CII/CGPE/DPB/Capes

Programa de Nanobiotecnologia - Edital Rede Nanobiotec-Brasil

O Edital Rede Nanobiotec-Brasil objetiva estimular e apoiar no país a realização de projetos conjuntos de pesquisa utilizando-se de recursos humanos e de infra-estrutura disponíveis em diferentes IES, institutos de pesquisa, empresas e ou demais instituições enquadráveis nos termos deste Edital, possibilitando a produção de pesquisas científicas e tecnológicas por meio de formação de recursos humanos pós-graduados e a formação complementar de recursos humanos em outros níveis.

Em 2011, por intermédio do Edital Rede Nanobiotec-Brasil, foram concedidas 246 bolsas de doutorado, 76 de pós-doutorado e 26 de Pesquisador Visitante e investidos R\$ 15.222.055,02 (quinze milhões, duzentos e vinte e dois mil, cinquenta e cinco reais e dois centavos) entre despesas de bolsas (R\$ 6.448.948,78), custeio (R\$ 6.513.852,40) e capital (R\$ 2.259.253,84) para apoiar 38 projetos de pesquisa. Convém ressaltar que as despesas de capital foram executadas na Ação 4019 – Fomento à Pós-Graduação.

Nas tabelas, a seguir, é apresentada a concessão de bolsas do programa em 2011, por região geográfica, UF e grande área do conhecimento.

Tabela 71 (Ação 0487) – Concessão de bolsas do Edital Rede Nanobiotec-Brasil por região geográfica, em 2011

Região	Doutorado	Pós-doutorado	Total	Doutorado (%)	Pós-doutorado (%)	Total (%)
Sudeste	95	72	167	42,04	51,06	45,50
Sul	67	38	105	29,65	26,95	28,61
Nordeste	49	26	75	21,68	18,44	20,44
Norte	9	4	13	3,98	2,84	3,54
Centro-Oeste	6	1	7	2,65	0,71	1,91
Total	226	141	367	100	100	100

Fonte: CII/CGPE/DPB/Capes

Tabela 72 (Ação 0487) – Concessão de bolsas do Edital Rede Nanobiotec-Brasil por UF, em 2011

UF	Doutorado	Pós-doutorado	Total	Doutorado (%)	Pós-doutorado (%)	Total (%)
SP	56	52	108	24,78	36,88	29,43
RS	29	17	46	12,83	12,06	12,53
SC	18	15	33	7,96	10,64	8,99
RJ	19	12	31	8,41	8,51	8,45
MG	20	8	28	8,85	5,67	7,63
PB	16	11	27	7,08	7,80	7,36
PR	20	6	26	8,85	4,26	7,08
RN	11	3	14	4,87	2,13	3,81
PE	6	6	12	2,65	4,26	3,27
PA	7	2	9	3,10	1,42	2,45
CE	5	3	8	2,21	2,13	2,18
SE	6	2	8	2,65	1,42	2,18
AM	2	2	4	0,88	1,42	1,09
BA	4	0	4	1,77	0,00	1,09
DF	2	1	3	0,88	0,71	0,82
GO	3	0	3	1,33	0,00	0,82
AL	1	1	2	0,44	0,71	0,54
MT	1	0	1	0,44	0,00	0,27
Total	226	141	367	100	100	100

Fonte: CII/CGPE/DPB/Capes

Tabela 73 (Ação 0487) – Concessão de bolsas do Edital Rede Nanobiotec-Brasil por grande área do conhecimento, em 2011

Grande Área	Doutorado	Pós-doutorado	Total	Doutorado (%)	Pós-doutorado (%)	Total (%)
Engenharias	191	116	307	84,51	82,27	83,65
Ciências Agrárias	15	10	25	6,64	7,09	6,81
Multidisciplinar	8	8	16	3,54	5,67	4,36
Ciências Exatas e da Terra	9	6	15	3,98	4,26	4,09
Ciências Sociais Aplicadas	3	1	4	1,33	0,71	1,09
Total	226	141	367	100	100	100

Fonte: CII/CGPE/DPB/Capes

Programa de Bolsa Especial para Doutorado em Pesquisa Médica – PBE-DPM

O PBE-DPM objetiva estimular no país a formação de recursos humanos, em nível de doutorado, visando à formação de pesquisadores na área de pesquisas médicas em menor tempo, priorizando as instituições que tenham oficialmente estabelecido um programa acadêmico vinculando o treinamento científico dos alunos de medicina e de profissionais médicos durante a graduação e o período da residência médica com seu ingresso no doutorado.

Em 2011, a Capes investiu, por meio do PBE-DPM, o montante de R\$ 688.800,00 (seiscentos e oitenta e oito mil e oitocentos reais) em 9 projetos com 30 bolsas de doutorado.

Nas tabelas, a seguir, é apresentada a concessão de bolsas do programa em 2011, por região geográfica, UF e grande área do conhecimento.

Tabela 74 (Ação 0487) – Concessão de bolsas do PBE-DPM por região geográfica, em 2011

Região	Doutorado	%
Sul	16	53,33
Sudeste	11	36,67
Norte	3	10,00
Total	30	100

Fonte: CII/CGPE/DPB/Capes

Tabela 75 (Ação 0487) – Concessão de bolsas do PBE-DPM por UF, em 2011

UF	Doutorado	%
RS	16	53,33
SP	8	26,67
MG	3	10,00
PA	3	10,00
Total	30	100

Fonte: CII/CGPE/DPB/Capes

Tabela 76 (Ação 0487) – Concessão de bolsas do PBE-DPM por grande área do conhecimento, em 2011

Grande Área	Doutorado	%
Ciências da Saúde	16	53,33%
Ciências Biológicas	14	46,67%
Total	30	100%

Fonte: CII/CGPE/DPB/Capes

Ciências do Mar

O Edital Ciências do Mar objetiva estimular e apoiar a realização de projetos conjuntos de pesquisa no país utilizando-se de recursos humanos e de infra-estrutura disponíveis em diferentes IES, institutos de pesquisa, empresas e demais instituições associadas enquadráveis nos termos do Edital, possibilitando o desenvolvimento de projetos de pesquisa científica e tecnológica, contemplando a formação de recursos humanos pós-graduados e, de forma complementar, em nível de graduação.

Estão previstas no instrumento de seleção e no regulamento do Edital Ciências do Mar, despesas com bolsas de estudos no país nas modalidades: mestrado, doutorado, pós-doutorado e professor/pesquisador visitante; e bolsas no exterior: graduação sanduíche, doutorado sanduíche e pós-doutorado, além de equipamentos e material permanente, passagens aéreas, diárias, material de consumo e contratação de serviços de terceiros para possibilitar o alcance do objetivo geral proposto.

Por intermédio do Edital Ciências do Mar, a Capes despendeu, no ano de 2011, o montante de R\$ 5.718.628,31 (cinco milhões, setecentos e dezoito mil, seiscentos e vinte e oito reais e trinta e um centavos) entre despesas com bolsas (R\$ 3.762.914,36), custeio (R\$ 1.597.204,29) e capital (R\$ 358.509,66) nos 26 projetos com a concessão de 99 bolsas de mestrado, 117 de doutorado e 34 de pós-doutorado. Os recursos de capital foram executados na Ação 4019 – Fomento à Pós-Graduação.

Nas tabelas, a seguir, é apresentada a concessão de bolsas do programa em 2011, por região geográfica, UF e grande área do conhecimento.

Tabela 77 (Ação 0487) – Concessão de bolsas do Edital Ciências do Mar por região geográfica, em 2011

Região	Mestrado	Doutorado	Pós-doutorado	Total
Sudeste	36	38	15	89
Sul	32	47	9	88
Nordeste	28	31	10	69
Norte	3	1	0	4
Total	99	117	34	250

Fonte: CII/CGPE/DPB/Capes

Tabela 78 (Ação 0487) – Concessão de bolsas do Edital Ciências do Mar por UF, em 2011

UF	Mestrado	Doutorado	Pós-doutorado	Total
RJ	18	23	12	53

UF	Mestrado	Doutorado	Pós-doutorado	Total
RS	13	30	6	49
CE	17	16	5	38
SP	15	13	2	30
SC	14	12	2	28
PE	8	10	2	20
PR	5	5	1	11
BA	1	5	2	8
ES	2	2	1	5
PA	3	1	0	4
RN	1	0	1	2
MA	1	0	0	1
MG	1	0	0	1
Total	99	117	34	250

Fonte: CII/CGPE/DPB/Capes

Tabela 79 (Ação 0487) – Concessão de bolsas do Edital Ciências do Mar por grande área do conhecimento, em 2011

Grande Área	Mestrado	Doutorado	Pós-doutorado	Total
Ciências Exatas e da Terra	38	48	19	105
Ciências Agrárias	20	26	4	50
Ciências Biológicas	16	20	6	42
Multidisciplinar	11	8	1	20
Ciências Humanas	8	9	2	19
Engenharias	6	6	2	14
Total	99	117	34	250

Fonte: CII/CGPE/DPB/Capes

Pró-ensino na Saúde

O programa Pró-ensino na Saúde, uma parceria entre a Capes e o Ministério da Saúde, objetiva estimular a produção de pesquisas científicas e tecnológicas e a formação de mestres, doutores e estágio pós-doutoral na área do Ensino na Saúde. Contribui para desenvolver e consolidar esta área de formação, considerada estratégica para a consolidação do SUS, por meio da análise das prioridades e das competências existentes, visando à melhoria do ensino de pós-graduação e graduação em Saúde.

Por intermédio do Edital Pró-ensino na Saúde, a Capes implementou, em 2011, o montante de R\$ 2.303.533,60 (dois milhões, trezentos e três mil, quinhentos e trinta e três reais e sessenta centavos) entre despesas para o pagamento de bolsas (R\$ 1.469.700,00), de custeio (R\$ 380.606,60)

e de capital (R\$ 453.227,00) para apoiar os 23 projetos. Vale destacar que os recursos de custeio foram repassado à Capes pelo Ministério da Saúde. As despesas de capital foram integralmente financiadas pela Capes e sua aplicação está descrita e detalhada na Ação 4019 – Fomento à Pós-Graduação.

Nas tabelas, a seguir, é apresentada a concessão de bolsas do programa em 2011, por região geográfica, UF, grande área do conhecimento e *status* jurídico.

Tabela 80 (Ação 0487) – Concessão de bolsas do Pró-Ensino na Saúde por região geográfica, em 2011

Região	Mestrado	Doutorado	Pós-doutorado	Total
Sudeste	35	33	3	71
Sul	14	15	1	30
Centro-Oeste	18	6	0	24
Nordeste	2	1	2	5
Total	69	55	6	130

Fonte: CII/CGPE/DPB/Capes

Tabela 81 (Ação 0487) – Concessão de bolsas do Pró-Ensino na Saúde por UF, em 2011

UF	Mestrado	Doutorado	Pós-doutorado	Total
SP	27	19	3	49
RS	8	11	1	20
RJ	8	5	0	13
MT	8	2	0	10
MG	0	9	0	9
DF	6	2	0	8
SC	4	2	0	6
GO	4	2	0	6
CE	2	1	2	5
PR	2	2	0	4
PI	0	0	0	0
Total	69	55	6	130

Fonte: CII/CGPE/DPB/Capes

Tabela 82 (Ação 0487) – Concessão de bolsas do Pró-Ensino na Saúde por grande área do conhecimento, em 2011

Grande Área	Mestrado	Doutorado	Pós-doutorado	Total
Ciências da Saúde	49	48	6	103
Ciências Humanas	14	4	0	18
Ciências Sociais Aplicadas	0	0	0	0
Multidisciplinar	6	3	0	9

Grande Área	Mestrado	Doutorado	Pós-doutorado	Total
Total	69	55	6	130

Fonte: CII/CGPE/DPB/Capes

Tabela 83 (Ação 0487) – Concessão de bolsas do Pró-Ensino na Saúde por *status* jurídico, em 2011

Status Jurídico	Mestrado	Doutorado	Pós-doutorado	Total
Federal	39	24	3	66
Estadual	21	25	2	48
Particular	9	6	1	16
Total	69	55	6	130

Fonte: CII/CGPE/DPB/Capes

Toxinologia

O programa Toxinologia tem como objetivo estimular e apoiar a realização de projetos conjuntos de pesquisa no país na área de doenças negligenciadas utilizando-se de recursos humanos e de infra-estrutura disponíveis em diferentes instituições de ensino superior - IES, institutos de pesquisa, empresas e/ou demais instituições associadas enquadráveis nos termos deste edital, possibilitando o desenvolvimento de projetos de pesquisa científica e tecnológica, contemplando a formação de recursos humanos pós-graduados e, de forma complementar, em nível de graduação. O programa está em consonância com a concepção da Organização Mundial da Saúde de que o envenenamento por animais peçonhentos constitui nova classe de doenças negligenciadas e com o Programa Nacional de Apoio ao Ensino e à Pesquisa em Áreas Estratégicas – PRONAP da Capes e com a legislação aplicável à matéria. Atualmente estão sendo financiados pela Capes 16 projetos de pesquisa.

Nas tabelas, a seguir, é apresentada a concessão de bolsas do programa em 2011, por região geográfica, UF, grande área do conhecimento e *status* jurídico.

Tabela 84 (Ação 0487) – Concessão de bolsas do Toxinologia por região geográfica, em 2011

Região	Mestrado	Doutorado	Pós-doutorado	Total
Sudeste	5	2	6	13
Sul	4	4	0	8
Total	9	6	6	21

Fonte: CII/CGPE/DPB/Capes

Tabela 85 (Ação 0487) – Concessão de bolsas do Toxinologia por UF, em 2011

UF	Mestrado	Doutorado	Pós-doutorado	Total
RS	4	4	0	8
SP	4	1	3	8
MG	1	1	1	3
RJ	0	0	2	2

UF	Mestrado	Doutorado	Pós-doutorado	Total
Total	9	6	6	21

Fonte: CII/CGPE/DPB/Capes

Tabela 86 (Ação 0487) – Concessão de bolsas do Toxinologia por grande área do conhecimento, em 2011

Grande Área	Mestrado	Doutorado	Pós-doutorado	Total
Ciências Biológicas	6	5	5	16
Ciências da Saúde	3	0	1	4
Ciências Agrárias	0	1	0	1
Total	9	6	6	21

Fonte: CII/CGPE/DPB/Capes

Tabela 87 (Ação 0487) – Concessão de bolsas do Toxinologia por *status* jurídico, em 2011

Status Jurídico	Mestrado	Doutorado	Pós-doutorado	Total
Federal	5	4	1	10
Estadual	4	1	5	10
Particular	0	1	0	1
Total	9	6	6	21

Fonte: CII/CGPE/DPB/Capes

Parasitologia Básica

O programa Parasitologia Básica tem como objetivo estimular e apoiar a realização de pesquisa no país utilizando-se de recursos humanos e de infra-estrutura disponíveis em diferentes instituições de ensino superior – IES, institutos de pesquisa ou demais instituições enquadráveis nos termos deste Edital, possibilitando o desenvolvimento de 38 projetos de pesquisa científica contemplando a formação de recursos humanos pós-graduados, na área de Parasitologia Básica.

Repensa

O programa Repensa, implementado por um Edital conjunto entre a Capes e o CNPq, tem por objetivo apoiar financeiramente projetos em redes que visem contribuir significativamente para o avanço da sustentabilidade da agropecuária nacional. Trata-se de uma iniciativa estruturada em ampla articulação e integração de ações de Ciência, Tecnologia e Inovação para estimular e fomentar pesquisas sobre o estado de conhecimento; ameaças e oportunidades para o avanço continuado da sustentabilidade; estímulo à revitalização do Sistema Nacional de Pesquisa Agropecuária com ênfase às Organizações Estaduais Pesquisa Agropecuária – OEPAS; geração de bases de dados e informações; definição de indicadores, índices e padrões de sustentabilidade agrônômica e zootécnica e conformidade técnica e socioambiental da produção, bem como contribuir para incorporação de uma visão crítica e sistêmica da sustentabilidade e geração e transferência de conhecimentos para a intensificação sustentável da agropecuária. Atualmente estão sendo financiados pela Capes bolsistas de 44 projetos.

Nas tabelas, a seguir, é apresentada a concessão de bolsas do programa em 2011, por região geográfica, UF, grande área do conhecimento e *status* jurídico.

Tabela 88 (Ação 0487) – Concessão de bolsas do Repensa por região geográfica, em 2011

Região	Mestrado	Doutorado	Total	Mestrado (%)	Doutorado (%)	Total (%)
Sudeste	12	4	16	40,00	18,18	30,77
Nordeste	7	7	14	23,33	31,82	26,92
Sul	8	6	14	26,67	27,27	26,92
Centro-Oeste	3	5	8	10,00	22,73	15,38
Total	30	22	52	100	100	100

Fonte: CII/CGPE/DPB/Capes

Tabela 89 (Ação 0487) – Concessão de bolsas do Repensa por UF, em 2011

UF	Mestrado	Doutorado	Total	Mestrado (%)	Doutorado (%)	Total (%)
MG	6	4	10	20,00	18,18	19,23
SC	7	2	9	23,33	9,09	17,31
PE	2	4	6	6,67	18,18	11,54
DF	1	4	5	3,33	18,18	9,62
PR	1	3	4	3,33	13,64	7,69
SP	4	0	4	13,33	0,00	7,69
RN	1	2	3	3,33	9,09	5,77
ES	2	0	2	6,67	0,00	3,85
MA	2	0	2	6,67	0,00	3,85
PB	2	0	2	6,67	0,00	3,85
BA	0	1	1	0,00	4,55	1,92
GO	0	1	1	0,00	4,55	1,92
MS	1	0	1	3,33	0,00	1,92
MT	1	0	1	3,33	0,00	1,92
RS	0	1	1	0,00	4,55	1,92
Total	30	22	52	100	100	100

Fonte: CII/CGPE/DPB/Capes

Tabela 90 (Ação 0487) – Concessão de bolsas do Repensa por grande área do conhecimento, em 2011

Grande Área	Mestrado	Doutorado	Total	Mestrado (%)	Doutorado (%)	Total (%)
Ciências Agrárias	22	18	40	73,33	81,82	76,92
Ciências Biológicas	2	2	4	6,67	9,09	7,69
Ciências Exatas e da Terra	1	0	1	3,33	0,00	1,92
Ciências Humanas	1	0	1	3,33	0,00	1,92

Grande Área	Mestrado	Doutorado	Total	Mestrado (%)	Doutorado (%)	Total (%)
Ciências Sociais Aplicadas	2	2	4	6,67	9,09	7,69
Multidisciplinar	2	0	2	6,67	0,00	3,85
Total	30	22	52	100	100	100

Fonte: CII/CGPE/DPB/Capes

Tabela 91 (Ação 0487) – Concessão de bolsas do Repensa por *status* jurídico, em 2011

Status Jurídico	Mestrado	Doutorado	Total	Mestrado (%)	Doutorado (%)	Total (%)
Federal	18	19	37	60,00	86,36	71,15
Estadual	10	3	13	33,33	13,64	25,00
Particular	2	0	2	6,67	0,00	3,85
Total	30	22	52	100	100	100

Fonte: CII/CGPE/DPB/Capes

Sisbiota

O programa Sisbiota, implementado por um Edital conjunto entre a Capes e o CNPq, tem como objetivos apoiar projetos no âmbito do Programa Sisbiota-Brasil (Sistema Nacional de Pesquisa em Biodiversidade), visando fomentar a pesquisa científica para ampliar o conhecimento e entendimento sobre a biodiversidade brasileira e melhorar a capacidade preditiva de respostas às mudanças globais, particularmente às mudanças de uso e cobertura da terra e mudanças climáticas. A iniciativa associa a formação de recursos humanos, educação ambiental e divulgação do conhecimento científico além de estimular a consolidação da competência científica e tecnológica nacional em estudos da biodiversidade. Estimula também a formação de parcerias entre instituições, com participação da Capes e das Fundações de Amparo à Pesquisa dos Estados Brasileiros, articulando também com outras iniciativas em andamento sobre biodiversidade e ecossistemas no Brasil. Atualmente estão sendo financiados pela Capes bolsistas de 39 projetos. Nas tabelas, a seguir, é apresentada a concessão de bolsas do programa em 2011, por região geográfica, UF, grande área do conhecimento e *status* jurídico.

Tabela 92 (Ação 0487) – Concessão de bolsas do Sisbiota por região geográfica, em 2011

Região	Mestrado	Doutorado	Pós-doutorado	Total
Sudeste	13	8	6	27
Nordeste	15	2	1	18
Sul	5	4	0	9
Centro-Oeste	6	3	0	9
Norte	0	1	4	5
Total	39	18	11	68

Fonte: CII/CGPE/DPB/Capes

Tabela 93 (Ação 0487) – Concessão de bolsas do Sisbiota por UF, em 2011

UF	Mestrado	Doutorado	Pós-doutorado	Total
SP	7	4	5	16
MG	5	4	1	10
BA	9	0	0	9
AM	0	1	4	5
PE	3	1	1	5
RS	2	3	0	5
GO	3	1	0	4
DF	1	2	0	3
PA	2	1	0	3
SC	3	0	0	3
MS	1	0	0	1
MT	1	0	0	1
PR	0	1	0	1
RJ	1	0	0	1
SE	1	0	0	1
Total	39	18	11	68

Fonte: CII/CGPE/DPB/Capes

Tabela 94 (Ação 0487) – Concessão de bolsas do Sisbiota por grande área do conhecimento, em 2011

Grande Área	Mestrado	Doutorado	Pós-doutorado	Total
Ciências Biológicas	24	12	4	40
Ciências Agrárias	10	4	3	17
Ciências Exatas e da Terra	2	2	3	7
Engenharias	2	0	0	2
Ciências da Saúde	1	0	0	1
Multidisciplinar	0	0	1	1
Total	39	18	11	68

Fonte: CII/CGPE/DPB/Capes

Tabela 95 (Ação 0487) – Concessão de bolsas do Sisbiota por *status* jurídico, em 2011

<i>Status</i> Jurídico	Mestrado	Doutorado	Pós-doutorado	Total
Federal	19	16	9	44
Estadual	18	2	2	22
Particular	2	0	0	2
Total	39	18	11	68

Fonte: CII/CGPE/DPB/Capes

Reflora

O programa Reflora, implementado por um Edital conjunto entre Capes e CNPq, tem como objetivo apoiar projetos que visem contribuir significativamente para o desenvolvimento científico e tecnológico do País, por meio do resgate, uso e disponibilização online, no Herbário Virtual para o Conhecimento e Conservação da Flora Brasileira – Reflora, das informações relacionadas às plantas do Brasil coletadas nos séculos XVIII, XIX e XX e depositadas nos herbários do Royal Botanic Gardens de Kew, Inglaterra, e do Muséum National d’Histoire Naturelle de Paris, França. Também se propõem a promover a ampliação do conhecimento, uso sustentável e conservação da flora brasileira, a validação da identidade taxonômica de todos os espécimes resgatados ou analisados, a designação das modalidades de materiais-tipo encontrados e a capacitação de pós-graduandos brasileiros em Taxonomia de espécies da flora do país. Atualmente estão sendo financiados pela Capes bolsistas de 24 projetos.

Nas tabelas, a seguir, é apresentada a concessão de bolsas do programa em 2011, por região geográfica, UF, grande área do conhecimento e *status* jurídico.

Tabela 96 (Ação 0487) – Concessão de bolsas do Reflora por região geográfica, em 2011

Região	Mestrado	%
Nordeste	7	58,33
Sudeste	4	33,33
Sul	1	8,33
Total	12	100

Fonte: CII/CGPE/DPB/Capes

Tabela 97 (Ação 0487) – Concessão de bolsas do Reflora por UF, em 2011

UF	Mestrado	%
BA	6	50,00
MG	3	25,00
PE	1	8,33
SC	1	8,33
SP	1	8,33
Total	12	100

Fonte: CII/CGPE/DPB/Capes

Tabela 98 (Ação 0487) – Concessão de bolsas do Re flora por grande área do conhecimento, em 2011

Grande Área	Mestrado	%
Ciências Biológicas	11	91,67
Ciências Agrárias	1	8,33
Total	12	100

Fonte: CII/CGPE/DPB/Capes

Tabela 99 (Ação 0487) – Concessão de bolsas do Re flora por *status* jurídico, em 2011

Status Jurídico	Mestrado	%
Estadual	7	58,33
Federal	5	41,67
Total	12	100

Fonte: CII/CGPE/DPB/Capes

Protax

O programa Protax, implementado por um Edital conjunto entre a Capes e o CNPq, tem como objetivo dar continuidade e fortalecer o Programa de Capacitação em Taxonomia – Protax, apoiando projetos que visem contribuir significativamente para o desenvolvimento científico e tecnológico por meio da formação de recursos humanos, de forma a estimular e desenvolver a capacidade taxonômica instalada do País. Atualmente estão sendo financiados pela Capes bolsistas de 61 projetos.

Nas tabelas, a seguir, é apresentada a concessão de bolsas do programa em 2011, por região geográfica, UF, grande área do conhecimento e *status* jurídico.

Tabela 100 (Ação 0487) – Concessão de bolsas do Protax por região geográfica, em 2011

Região	Mestrado	Doutorado	Pós-doutorado	Total
Sudeste	3	7	14	24
Nordeste	8	1	2	11
Sul	3	4	4	11
Norte	1	1	0	2
Centro-Oeste	0	0	2	2
Total	15	13	22	50

Fonte: CII/CGPE/DPB/Capes

Tabela 101 (Ação 0487) – Concessão de bolsas do Protax por UF, em 2011

UF	Mestrado	Doutorado	Pós-doutorado	Total
SP	1	1	10	12
RJ	1	5	4	10
BA	6	1	0	7

UF	Mestrado	Doutorado	Pós-doutorado	Total
PR	1	0	3	4
RS	0	4	0	4
SC	2	0	1	3
DF	0	0	2	2
MG	1	1	0	2
RN	2	0	0	2
AM	0	1	0	1
CE	0	0	1	1
PA	1	0	0	1
PE	0	0	1	1
Total	15	13	22	50

Fonte: CII/CGPE/DPB/Capes

Tabela 102 (Ação 0487) – Concessão de bolsas do Protax por grande área do conhecimento, em 2011

Grande Área	Mestrado	Doutorado	Pós-doutorado	Total
Ciências Biológicas	13	13	19	45
Ciências Agrárias	2	0	2	4
Ciências da Saúde	0	0	1	1
Total	15	13	22	50

Fonte: CII/CGPE/DPB/Capes

Tabela 103 (Ação 0487) – Concessão de bolsas do Protax por status jurídico, em 2011

Status Jurídico	Mestrado	Doutorado	Pós-doutorado	Total
Federal	9	11	12	32
Estadual	6	2	10	18
Total	15	13	22	50

Fonte: CII/CGPE/DPB/Capes

Pró-Centro-Oeste

O Pró-Centro-Oeste, implementado por um Edital conjunto entre Capes e CNPq, tem como objetivo apoiar financeiramente projetos de pesquisa científica e tecnológica que visem à implantação e consolidação da Rede Centro-Oeste de Pós-Graduação, Pesquisa e Inovação – Rede Pró-Centro-Oeste, instituída pela Portaria Interministerial MCT/MEC nº 1.038, de 10.12.2009. A rede visa à formação de recursos humanos, à produção de conhecimentos científico, tecnológico e de inovação que contribuam para o desenvolvimento sustentável da Região Centro-Oeste, com vistas a conservação e ao uso sustentável dos recursos naturais do Cerrado e do Pantanal. Atualmente estão sendo financiados pela Capes bolsistas de 61 projetos.

Nas tabelas, a seguir, é apresentada a concessão de bolsas do programa, em 2011, por grande área do conhecimento e *status* jurídico.

Tabela 104 (Ação 0487) – Concessão de bolsas do Pró-Centro-Oeste por grande área do conhecimento, em 2011

Grande Área	Mestrado	Doutorado	Total	Mestrado (%)	Doutorado (%)	Total (%)
Ciências Agrárias	13	6	19	43,33	85,71	51,35
Multidisciplinar	7	1	8	23,33	14,29	21,62
Ciências Humanas	5	0	5	16,67	0,00	13,51
Ciências Biológicas	2	0	2	6,67	0,00	5,41
Ciências da Saúde	2	0	2	6,67	0,00	5,41
Ciências Exatas e da Terra	1	0	1	3,33	0,00	2,70
Total	30	7	37	100	100	100

Fonte: CII/CGPE/DPB/Capes

Tabela 105 (Ação 0487) – Concessão de bolsas do Pró-Centro-Oeste por *status* jurídico, em 2011

Status Jurídico	Mestrado	Doutorado	Total	Mestrado (%)	Doutorado (%)	Total (%)
Federal	22	6	28	73,33	85,71	75,68
Particular	5	1	6	16,67	14,29	16,22
Estadual	3	0	3	10,00	0,00	8,11
Total	30	7	37	100	100	100

Fonte: CII/CGPE/DPB/Capes

Acordo Capes/EMBRAPA

O edital conjunto entre a Capes e a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) tem como objetivo estimular e apoiar a realização de projetos conjuntos de pesquisa no País utilizando-se de recursos humanos e de infra-estrutura disponíveis em diferentes IES e unidades de pesquisa da Embrapa, possibilitando o desenvolvimento de projetos de pesquisa científica e tecnológica, contemplando a formação de recursos humanos pós-graduados. Atualmente estão sendo financiados bolsistas de 74 projetos.

Nas tabelas, a seguir, é apresentada a concessão de bolsas do programa em 2011, por região geográfica, UF, grande área do conhecimento e *status* jurídico.

Tabela 106 (Ação 0487) – Concessão de bolsas do Acordo Capes/EMBRAPA por região geográfica, em 2011

Região	Mestrado	Doutorado	Pós-doutorado	Total
Sudeste	38	33	21	92
Sul	36	27	14	77
Nordeste	23	24	9	56

Região	Mestrado	Doutorado	Pós-doutorado	Total
Centro-Oeste	20	15	16	51
Norte	9	6	4	19
Total	126	105	64	295

Fonte: CII/CGPE/DPB/Capes

Tabela 107 (Ação 0487) – Concessão de bolsas do Acordo Capes/EMBRAPA por UF, em 2011

UF	Mestrado	Doutorado	Pós-doutorado	Total
SP	16	14	11	41
RS	16	14	7	37
DF	11	11	13	35
MG	13	11	6	30
BA	11	10	7	28
PR	14	8	6	28
RJ	9	8	4	21
GO	9	4	3	16
SC	6	5	1	12
PB	4	4	1	9
PI	4	4	1	9
AP	4	2	2	8
PA	4	3	1	8
SE	3	3	0	6
AM	1	1	1	3
CE	0	2	0	2
RN	1	1	0	2
Total	126	105	64	295

Fonte: CII/CGPE/DPB/Capes

Tabela 108 (Ação 0487) – Concessão de bolsas do Acordo Capes/EMBRAPA por grande área do conhecimento, em 2011

Grande Área	Mestrado	Doutorado	Pós-doutorado	Total
Ciências Agrárias	69	59	34	162
Ciências Biológicas	29	19	15	63
Ciências Exatas e da Terra	13	13	6	32
Engenharias	8	4	4	16
Multidisciplinar	6	6	4	16

Grande Área	Mestrado	Doutorado	Pós-doutorado	Total
Ciências Sociais Aplicadas	1	3	0	4
Ciências da Saúde	0	1	1	2
Total	126	105	64	295

Fonte: CII/CGPE/DPB/Capes

Termo de Cooperação Capes/CNJ

O Termo de Cooperação tem como objetivo a realização de atividades de fomento à pesquisa, mediante o incentivo e a concessão de bolsas de estudo em áreas de interesse para o Poder Judiciário. O programa apóia 12 projetos, com recursos do Conselho Nacional de Justiça - CNJ, contemplando 18 instituições de ensino participantes.

Nas tabelas, a seguir, é apresentada a concessão de bolsas do programa em 2011, por região geográfica, UF, grande área do conhecimento e *status* jurídico.

Tabela 109 (Ação 0487) – Concessão de bolsas do Edital CNJ/Acadêmico por região geográfica, em 2011

Região	Mestrado	Doutorado	Total	Mestrado (%)	Doutorado (%)	Total (%)
Sul	12	11	23	44,44	57,89	50,00
Sudeste	7	4	11	25,93	21,05	23,91
Nordeste	5	2	7	18,52	10,53	15,22
Centro-Oeste	3	2	5	11,11	10,53	10,87
Total	27	19	46	100	100	100

Fonte: CII/CGPE/DPB/Capes

Tabela 110 (Ação 0487) – Concessão de bolsas do Edital CNJ/Acadêmico por UF, em 2011

UF	Mestrado	Doutorado	Total	Mestrado (%)	Doutorado (%)	Total (%)
RS	5	5	10	18,52	26,32	21,74
SC	5	4	9	18,52	21,05	19,57
RJ	4	2	6	14,81	10,53	13,04
SP	3	2	5	11,11	10,53	10,87
PB	3	1	4	11,11	5,26	8,70
PR	2	2	4	7,41	10,53	8,70
CE	2	1	3	7,41	5,26	6,52
DF	2	1	3	7,41	5,26	6,52
GO	1	1	2	3,70	5,26	4,35
Total	27	19	46	100	100	100

Fonte: CII/CGPE/DPB/Capes

Tabela 111 (Ação 0487) – Concessão de bolsas do Edital CNJ/Acadêmico por grande área do conhecimento, em 2011

Grande Área	Mestrado	Doutorado	Total	Mestrado (%)	Doutorado (%)	Total (%)
Ciências Sociais Aplicadas	18	13	31	66,67	68,42	67,39
Ciências Humanas	3	2	5	11,11	10,53	10,87
Multidisciplinar	3	2	5	11,11	10,53	10,87
Linguística, Letras e Artes	2	2	4	7,41	10,53	8,70
Ciências Exatas e da Terra	1	0	1	3,70	0,00	2,17
Total	27	19	46	100	100	100

Fonte: CII/CGPE/DPB/Capes

Tabela 112 (Ação 0487) – Concessão de bolsas do Edital CNJ/Acadêmico por *status* jurídico, em 2011

Status Jurídico	Mestrado	Doutorado	Total	Mestrado (%)	Doutorado (%)	Total (%)
Federal	15	8	23	55,56	42,11	50,00
Particular	12	11	23	44,44	57,89	50,00
Total	27	19	46	100	100	100

Fonte: CII/CGPE/DPB/Capes

Acordo de Cooperação Capes/Jardim Botânico do Rio de Janeiro – JBRJ

O Acordo de Cooperação Capes/JBRJ visa fortalecer o Programa de pós-graduação em Botânica da Escola Nacional de Botânica Tropical (ENBT) por meio da concessão de bolsas em nível de pós-graduação *stricto sensu* e na modalidade pós-doutorado, financiadas pelo Jardim Botânico.

Programa de Mestrado Profissional para Qualificação de Professores da Rede Pública da Educação Básica – PROEB

Em 2011, por meio da Portaria nº 209, de 21 de outubro de 2011, a Capes aprovou o Programa de Mestrado Profissional para Qualificação de Professores da Rede Pública da Educação Básica (PROEB), com o objetivo de apoiar a formação continuada em nível de pós-graduação *stricto sensu* para professores das redes públicas de educação básica, nas modalidades presencial e a distância.

Com o lançamento do PROEB/Capes o Instituto Nacional de Matemática Pura e Aplicada (IMPA), encaminhou a Capes solicitação para formalização de convênio no intuito de fomentar a oferta do curso Mestrado profissional em Matemática, ofertado em rede nacional, este gerido pelo IMPA e pela Sociedade Brasileira de Matemática (SBM).

O Programa de Mestrado Profissional em Matemática em Rede Nacional – PROFMAT, na modalidade a distância, proposto em 2010 pela SBM e pelo IMPA, foi aprovado em 08 de novembro de 2010, com nota 3. O curso tem como principal objetivo a formação continuada, em nível de Pós-Graduação *stricto sensu* (Mestrado Profissional), de professores atuantes nas redes públicas da educação básica na área de Matemática. O curso de Mestrado Profissional em

Matemática a distância foi ofertado no âmbito do Sistema UAB, aproveitando a capilaridade alcançada com os pólos de apoio presencial, quando conveniente.

Em 2011 foram concedidas 1.192 bolsas de mestrado profissional para o PROFMAT e 23 para o Programa de Formação Científica para Professores de Biologia da UFRJ, totalizando um investimento da ordem de R\$ 13.169.300,00 (treze milhões, cento e sessenta e nove mil e trezentos reais).

b) Principais Problemas

Os recursos do PROAP são anualmente repassados às IES aproximadamente no mês de abril, entretanto, em 2011 esse procedimento foi extraordinariamente realizado a partir de julho, devido aos ajustes necessários em função da concessão adicional de bolsas ocorrida em maio, bem como a impasses verificados na tramitação dos instrumentos de repasse/transferência visando a publicação e pagamento a algumas IES.

Em 2011 o pagamento das bolsas de pós-doutorado do REUNI ocorreu tardiamente devido ao atraso na publicação da Portaria Conjunta, por parte da SESu/MEC, que possibilitaria às IFES o envio dos Termos de Cooperação visando à descentralização de créditos correspondentes por esta Agência.

A rotina de pagamento das bolsas de mestrado e doutorado no âmbito do REUNI, depende do recebimento mensal de planilhas enviadas pela SESu/MEC, discriminando as quotas por Programa de Pós-graduação. Cabe então à área técnica na Capes providenciar a atualização dessas quotas no Sistema de Acompanhamento de Concessões (SAC) para cadastramento dos bolsistas pelas IFES beneficiadas. Todavia, atrasos frequentes no recebimento de tais planilhas comprometem sobremaneira os procedimentos envolvidos na geração das folhas de pagamento das bolsas pela Capes.

c) Contratações e Parcerias

c.1) Ministério da Defesa

O Pró-defesa, que tem por objetivo estimular no país a produção de pesquisas científicas e tecnológicas e a formação de recursos humanos pós-graduados em defesa nacional, resultou de uma parceria com o Ministério da Defesa.

c.2) Fundações Estaduais de Amparo à Pesquisa – FAP's

A parceria entre a Capes e as Fundações Estaduais de Amparo à Pesquisa – FAPs tem como objetivo aumentar a disponibilidade de bolsas de estudo *stricto sensu* nos programas de pós-graduação em cada Estado envolvido. O acordo prevê a ampliação da oferta de bolsas pela Capes vinculada a uma contrapartida da oferta de bolsas pelas FAPs. Uma característica comum aos diversos acordos firmados é que a Capes se compromete a conceder duas novas bolsas a cada nova bolsa concedida pelas FAPs.

c.3) Ministério da Cultura

O Pró-cultura, que tem por objetivo estimular no país a realização de projetos conjuntos de pesquisa, a articulação e o diálogo entre pesquisadores e grupos de pesquisas que atuam no campo de estudos da cultura é uma parceria da Capes com o Ministério da Cultura. A característica fundamental do Pró-cultura é a multidisciplinaridade refletida na diversidade de áreas de conhecimento abarcadas.

c.4) Institutos Nacionais de Ciência e Tecnologia – INCT

O apoio oferecido pela Capes aos Institutos Nacionais de Ciência e Tecnologia – INCT se dá no marco do Edital Nº 15/2008 MCT/ CNPq/ FNDCT/ Capes/ FAPEMIG/ FAPERJ/ FAPESP, realizando-se por meio de bolsas de estudos pagas diretamente aos alunos indicados pelos coordenadores gerais dos INCT's.

c.5) Ministério da Saúde

O Pró-ensino na Saúde, edital que tem como objetivo estimular a produção de pesquisas científicas e tecnológicas e a formação de mestres, doutores e estágio pós-doutoral na área do Ensino na Saúde contribuirá para desenvolver e consolidar esta área de formação, considerada estratégica para a consolidação do SUS, por meio da análise das prioridades e das competências existentes, visando à melhoria do ensino de pós-graduação e graduação em Saúde é uma parceria entre o Ministério da Saúde e a Capes, firmada por meio de um termo de cooperação e assistência técnica.

c.6) SETEC

Compete à Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica (SETEC), de forma articulada com a Capes, realizar a implementação, o acompanhamento e a avaliação das ações e dos resultados do Programa, além de assegurar o seu financiamento.

c.7) Secretaria de Educação Superior – SESu/MEC

A SESu é responsável por informar à Capes a distribuição das quotas de bolsas de mestrado, doutorado e pós-doutorado entre as IFES participantes do REUNI.

d) Transferências

No PROAP são realizadas transferências de recursos de custeio para as IFES. Da mesma forma como ocorre para pagamento das bolsas de pós-doutorado do REUNI.

e) Considerações sobre o atingimento das metas físicas e financeiras

As metas, física e financeira, previstas na Ação 0487 foram atingidas.

META	PREVISÃO (R\$)	EXECUÇÃO (R\$)	EXECUÇÃO/PREVISÃO (%)
FINANCEIRA	1.158.452.243,00	1.154.261.451,91	99,64
FÍSICA	56.158	62.493	111,28

Fonte: SIMEC para execução física e SIAFI para a execução financeira.

IX) Ação 12TS - Aquisição e Adequação do Prédio-Sede da CAPES

Ação 12TS	Aquisição e Adequação do Prédio-Sede da Capes
Tipo	Projeto
Finalidade	Adquirir e adaptar imóvel que sediará a Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Capes .
Descrição	Adquirir imóvel e posteriormente efetuar possíveis adaptações necessárias para uma plena utilização do imóvel.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	
Coordenador nacional da ação	Jorge Almeida Guimarães Presidente da CAPES
Unidades executoras	Diretoria de Gestão (DGES), Coordenação-Geral de Recursos Logísticos (CGRL)

a) Principais Resultados

A ação 12TS não foi executada.

b) Principais Problemas

O objetivo da ação era adquirir o imóvel que atualmente é a sede da no Setor Bancário Norte (SBN), de propriedade da Confederação Nacional do Comércio (CNC). Entretanto, na negociação para aquisição do prédio, a CNC somente aceitou alienar o imóvel caso houvesse permuta com terreno da situado no Setor de Grandes Áreas Norte (SGAN).

Ocorre que tal terreno foi cedido ao Ministério da Educação (MEC) pela Secretaria de Patrimônio da União (SPU/MPOG), com cláusula condicional de destinação específica (construção da sede da Capes). Devido à complexidade jurídica da matéria e considerando que a realização da permuta envolveria ações do MEC e da SPU/MPOG, e ainda, a edição do Decreto n.º 7446/2011, que em seu art. 5º, inciso II, que suspendeu a realização de novas contratações relacionadas a aquisição de imóveis, foi realizada consulta à SPU/MPOG por intermédio do Ofício nº 294/2011/PR/CAPES, para examinar a possibilidade de realização do negócio. Até a presente data aquela Secretaria ainda não se manifestou.

c) Considerações sobre o atingimento das metas físicas e financeiras.

META	PREVISÃO	EXECUÇÃO	EXECUÇÃO/PREVISÃO %
FINANCEIRA	R\$ 55.000.000,00	R\$ 0,00	0 %
Física	1	0	0 %

Fonte: SIMEC para execução física e SIAFI para a execução financeira

X) Ação 8015 – Ensino e Pesquisa de Pós-Graduação em Estatística e Geociências

Ação 8015	Ensino e Pesquisa de Pós-Graduação em Estatística e Geociências
Tipo	Atividade
Finalidade	Formar, aperfeiçoar e especializar profissionais das áreas de Estatística e de Geociências, por meio de cursos pós-graduação, bem como de cursos de atualização e extensão. Realizar estudos, pesquisas e desenvolver tecnologias com vistas a contribuir para o enfrentamento dos problemas brasileiros, e o aperfeiçoamento técnico-científico e cultural do País.
Descrição	Realização de curso de pós-graduação stricto sensu (Programa de Mestrado em Estudos Populacionais e Pesquisas Sociais) e lato sensu (Curso de Especialização em Análise Ambiental e Gestão do Território).
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
Coordenador nacional da ação	Sérgio da Costa Côrtes
Unidades executoras	IBGE

Está ação foi executada mediante descentralização pela UO 47205 - Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

XI) Ação 4019 – Fomento à Pós-Graduação**Tabela - Dados gerais da ação**

Ação 4019	Fomento à Pós-Graduação
Tipo	Atividade
Finalidade	Promover o desenvolvimento da pós-graduação nacional, mediante a melhoria das condições de funcionamento dos programas de pós-graduação, custeio de atividades de ensino e pesquisa, execução de projetos de cooperação entre instituições de ensino e/ou de pesquisa, participação e realização de eventos científicos nacionais e internacionais.
Descrição	Concessão de recursos financeiros destinados à melhoria da infra-estrutura de ensino e de pesquisa, à aquisição de insumos para laboratórios, à melhoria das condições de funcionamento de bibliotecas, à promoção e participação em eventos científicos, mediante critérios que levem em conta: os méritos acadêmico, científico ou tecnológico, bem como as especificidades regionais e das áreas do conhecimento, a edição de obras científicas e demais atividades que contribuam para a qualidade das ações desenvolvidas pelos programas de pós-graduação, assim como a manutenção da Casa do Brasil na cidade universitária, em Paris, que atende a estudantes e a pesquisadores brasileiros em missão de estudo. Implementação de editais específicos e indutores para apoiar ações de investimento na modernização da infra-estrutura de equipamento de laboratório compartilhado de programa de pós-graduação visando à formação de recursos humanos e a melhoria da pesquisa científica.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	Capes
Coordenador nacional da ação	Emídio Cantídio de Oliveira Filho Diretor de Programas e Bolsas no País
Unidades executoras	Diretoria de Programas e Bolsas no País – DPB; Coordenação-Geral de Desenvolvimento Setorial e Institucional – CGSI; e Coordenação-Geral de Projetos Especiais – CGPE

a) Principais Resultados

Por meio dessa ação foram executados programas que concedem recursos financeiros destinados à melhoria da infra-estrutura de ensino e de pesquisa e à aquisição de insumos para laboratórios (despesa de capital), bem como à promoção e participação em eventos científicos e a editoração e publicação de periódicos (custeio). Destaca-se nessa ação a execução do programa Pró-Equipamentos Institucional que apoiou 103 projetos, no valor total de R\$ 92,7 milhões e o Programa de Apoio a Eventos no País – PAEP que financiou 1.319 eventos no Brasil (congressos, workshops e seminários científicos) no valor de R\$ 26,2 milhões.

Programa Pró-Equipamentos Institucional

O Pró-Equipamentos Institucional visa apoiar propostas para a recuperação, modernização e o suprimento de necessidade de equipamentos destinados à melhoria da infra-estrutura de pesquisa científica e tecnológica nos cursos de pós-graduação em todas as áreas do conhecimento.

Esse programa concedeu em 2011 o montante de R\$ 92.686.790,20 (noventa e dois milhões, seiscentos e oitenta e seis mil, setecentos e noventa reais e vinte centavos) em despesas de capital. O repasse do valor citado acima foi efetuado por meio de descentralização de crédito orçamentário para Instituições Federais, celebração de convênios para Instituições Estaduais e Municipais e celebração de Auxílios a Projetos de Pesquisa para repasses a Instituições Estaduais inferiores a R\$ 100.000,00.

A distribuição desses recursos está apresentada por região geográfica, UF e *status* jurídico nas tabelas, a seguir.

Tabela 1 (Ação 4019) – Demanda de recursos e apoio a propostas, por região geográfica, no Edital 25/2011 Pró-Equipamentos Institucional

Região Geográfica	Propostas Submetidas		Propostas Apoiadas		Distribuição dos recursos (%)
	Nº	R\$	Nº	R\$	
Sudeste	45	39.173.415,68	43	37.822.185,44	40,81
Nordeste	23	23.531.086,03	23	22.633.816,38	24,42
Sul	16	19.242.062,76	16	18.322.607,17	19,77
Norte	12	6.428.894,26	12	6.141.972,86	6,63
Centro-Oeste	9	8.135.821,38	9	7.766.208,35	8,38
Total	105	96.511.280,11	103	92.686.790,20	100

Fonte: CPE/CGPE/DPB/Capes

Tabela 2 (Ação 4019) – Distribuição dos valores aprovados pelo Pró-equipamentos por UF, em 2011

UF	Nº	Valor Apoiado (R\$)	Distribuição dos recursos (%)
SP	13	13.773.180,19	14,86
RJ	13	11.226.598,60	12,11
MG	15	10.807.406,65	11,66
PR	7	7.204.785,44	7,77
RS	6	7.178.191,79	7,74
PE	4	4.613.441,43	4,98
BA	6	4.584.277,67	4,95
SC	3	3.939.629,94	4,25
PB	3	3.277.593,67	3,54
PA	4	3.017.796,76	3,26
RN	3	2.998.671,32	3,24
DF	1	2.924.219,49	3,15

CE	3	2.841.951,00	3,07
ES	2	2.015.000,00	2,17
AM	3	1.803.645,52	1,95
GO	3	1.705.445,15	1,84
MS	3	1.697.094,86	1,83
MT	2	1.439.448,85	1,55
SE	1	1.278.730,21	1,38
PI	1	1.159.237,00	1,25
AL	1	1.080.000,00	1,17
MA	1	799.914,08	0,86
RR	1	359.927,48	0,39
AC	1	359.865,67	0,39
TO	1	281.269,99	0,30
RO	1	169.467,44	0,18
AP	1	150.000,00	0,16
Total	103	92.686.790,20	100

Fonte: CPE/CGPE/DPB/Capes

Tabela 3 (Ação 4019) – Distribuição dos valores aprovados pelo Pró-equipamentos por *status* jurídico, em 2011

Status Jurídico	Nº	Valor Apoiado (R\$)	Distribuição dos recursos (%)
Federal	71	71.066.372,82	76,67
Estadual	29	20.881.606,40	22,53
Municipal	3	738.810,98	0,80
Total	103	92.686.790,20	100

Fonte: CPE/CGPE/DPB/Capes

O diferencial da edição de 2011 do edital do Pró-equipamentos foi o desenvolvimento de um módulo integrado ao sistema da Capes (SICapes) utilizado para o recebimento e o julgamento das propostas nas fases documental e de mérito científico. A parte do sistema referente à formalização dos instrumentos ainda não foi concluída, mas, está em fase de desenvolvimento. Para a próxima edição do programa está prevista a efetivação de todas as etapas em um ambiente integrado, o que poderá permitir um maior controle e eficiência na gestão do programa.

Programa de Apoio a Eventos no País – PAEP

O PAEP tem por objetivo conceder recursos para o fomento de eventos (colóquios, conferências, congressos, encontros, fóruns, jornadas, oficinas, reuniões, seminários, simpósios, workshops, entre outros) científicos, tecnológicos e culturais, de curta duração, com abrangência local, regional, nacional e/ou internacional, promovidos por associações ou sociedades científicas,

associações de programas de pós-graduação e de pesquisa, programas de pós-graduação, secretarias municipais e estaduais; associações de professores; para a formação de professores para a educação básica.

Em 2011, a Capes recebeu 1.476 solicitações e apoiou um total de 1.319 eventos, concedendo recursos financeiros que totalizaram o montante de R\$ 26.215.390,00 (vinte e seis milhões, duzentos e quinze mil e trezentos e noventa reais).

Dos 1.319 eventos apoiados pelo PAEP em 2011, merecem destaque os 125 eventos da educação básica. Estes são relacionados à promoção e elevação da qualidade da produção científica e tecnológica e tecnologias educacionais ligadas à formação de professores para a educação básica, com o objetivo de incentivar e apoiar aos eventos destinados à melhoria da formação de docentes para a educação básica.

A tabela 4 demonstra a evolução no atendimento da solicitação de eventos pelo PAEP nos últimos nove anos.

Tabela 4 (Ação 4019) – Evolução dos recursos concedidos e do número de eventos do PAEP, de 2003 a 2011

Ano	Recursos (R\$)	Nº Eventos
2003	4.023.684,84	423
2004	5.016.457,42	427
2005	9.583.622,70	526
2006	12.278.073,48	631
2007	10.298.843,53	778
2008	12.674.049,00	842
2009	15.882.481,00	896
2010	20.907.900,00	1.117
2011	26.215.390,00	1.319

Fonte: CEX/CGSI/DPB/Capes

O ano de 2011 evidencia o aumento do número de eventos apoiados, e mostra que em relação ao ano de 2003, houve um crescimento da ordem de 212%.

Tabela 5 (Ação 4019) – Distribuição de eventos apoiados e recursos concedidos pelo PAEP por região geográfica, em 2011

Região	Nº de Eventos	%	Recursos (R\$)	%
Sudeste	642	48,67	12.283.880,00	46,86
Nordeste	266	20,17	5.684.500,00	21,68
Sul	256	19,41	4.945.900,00	18,87
Centro-oeste	94	7,13	2.049.610,00	7,82
Norte	61	4,62	1.251.500,00	4,77
Total	1.319	100	26.215.390,00	100

Fonte: CEX/CGSI/DPB/Capes

Em 2011, quase 50% dos eventos apoiados pela Capes foram realizados na região Sudeste, com um investimento de mais de 12 milhões de reais. As regiões Nordeste e Sul vêm em seguida com 40,55% dos recursos do PAEP.

Tabela 6 (Ação 4019) – Distribuição de eventos apoiados e recursos concedidos pelo PAEP por grande área de conhecimento, em 2011

Grande Área	Nº Eventos	%	Recursos (R\$)	%
Ciências Humanas	386	29,26	6.101.810,00	23,28
Ciências Exatas e da Terra	196	14,86	4.224.500,00	16,11
Ciências Sociais Aplicadas	139	10,54	2.706.000,00	10,32
Linguística, Letras e Artes	109	8,26	1.627.980,00	6,21
Ciências da Saúde	106	8,04	2.393.200,00	9,13
Engenharias	104	7,88	2.576.000,00	9,83
Multidisciplinar	101	7,66	2.408.000,00	9,19
Ciências Agrárias	95	7,20	2.094.400,00	7,99
Ciências Biológicas	83	6,29	2.083.500,00	7,95
Total	1.319	100	26.215.390,00	100

Fonte: CEX/CGSI/DPB/Capes

As áreas do conhecimento com maior número de eventos apoiados pelo PAEP foram as Ciências Humanas (386) e as Ciências Exatas e da Terra (197). Dentre os 386 eventos da grande área de Ciências Humanas, 125 são da área de Educação Básica, voltados para a formação de professores.

Programa de Excelência Acadêmica – PROEX (recursos de capital)

No PROEX os recursos para aquisição de capital correspondem a 5% do valor destinado ao pagamento das bolsas de estudo e do custeio-fomento. Em 2011, foram alocados R\$ 8.285.202,49 (oito milhões, duzentos e oitenta e cinco mil, duzentos e dois reais e quarenta e nove centavos) por esse programa na rubrica de capital. As despesas com bolsas de estudos e o custeio do PROEX foram executadas com recursos das Ações 09GK e 0487.

Programa de Apoio ao Ensino e à Pesquisa Científica e Tecnológica em Defesa Nacional – PRÓ-DEFESA (recursos de capital)

Em parceria com o Ministério da Defesa, o Pró-defesa objetiva estimular no país a realização de projetos conjuntos de pesquisa utilizando-se de recursos humanos e de infra-estrutura disponíveis em diferentes IES e demais instituições enquadráveis nos termos desse Edital de seleção, possibilitando a produção de pesquisas científicas e tecnológicas e a formação de recursos humanos pós-graduados em defesa nacional, contribuindo, assim, para desenvolver e consolidar o pensamento brasileiro na área.

Em 2011, a Capes investiu R\$ 497.297,36 (quatrocentos e noventa e sete mil, duzentos e noventa e sete reais e trinta e seis centavos) em despesas de capital para apoiar 16 projetos. As despesas com bolsas de estudos, auxílios aos estudantes, passagens, diárias, material de consumo e contratação de serviços de terceiros foram financiadas com recursos da Capes e sua aplicação está descrita na Ação 0487 – Concessão e Manutenção de Bolsas no País.

Edital Rede Nanobiotec-Brasil (recursos de capital)

O Edital Rede Nanobiotec-Brasil objetiva estimular e apoiar no país a realização de projetos conjuntos de pesquisa utilizando-se de recursos humanos e de infra-estrutura disponíveis em diferentes IES, institutos de pesquisa, empresas e ou demais instituições enquadráveis nos termos deste Edital, possibilitando a produção de pesquisas científicas e tecnológicas por meio de formação de recursos humanos pós-graduados e a formação complementar de recursos humanos em outros níveis.

Em 2011, a Capes despendeu R\$ 2.259.253,84 de capital para apoiar 38 projetos. As despesas com bolsas de estudos, auxílios aos estudantes, passagens, diárias, material de consumo e contratação de serviços de terceiros foram financiadas com recursos da Capes e sua aplicação está descrita na Ação 0487 – Concessão e Manutenção de Bolsas no País.

Edital Pró-ensino na Saúde (recursos de capital)

O Edital Pró-ensino na Saúde, uma parceria entre a Capes e o Ministério da Saúde, objetiva estimular a produção de pesquisas científicas e tecnológicas e a formação de mestres, doutores e estágio pós-doutoral na área do Ensino na Saúde. Contribui para desenvolver e consolidar esta área de formação, considerada estratégica para a consolidação do SUS, por meio da análise das prioridades e das competências existentes, visando à melhoria do ensino de pós-graduação e graduação em Saúde. Por intermédio do Edital Pró-ensino na Saúde, a Capes despendeu, em 2011, o montante de R\$ 453.227,00 (quatrocentos e cinquenta e três mil e duzentos e vinte e sete reais) de capital para apoiar 31 projetos.

Toxinologia (recursos de capital)

O programa Toxinologia tem como objetivo estimular e apoiar a realização de projetos conjuntos de pesquisa no país na área de doenças negligenciadas utilizando-se de recursos humanos e de infra-estrutura disponíveis em diferentes instituições de ensino superior – IES, institutos de pesquisa, empresas e/ou demais instituições associadas enquadráveis nos termos deste edital, possibilitando o desenvolvimento de projetos de pesquisa científica e tecnológica, contemplando a formação de recursos humanos pós-graduados e, de forma complementar, em nível de graduação.

Em 2011 a Capes, por intermédio do programa Toxinologia despendeu o montante de R\$ 1.406.220,50 (um milhão, quatrocentos e seis mil, duzentos e vinte reais e cinquenta centavos) em recursos capital para apoiar 16 projetos de pesquisa.

Programa Nacional de Pós-doutorado em Saúde – Pós-doc SUS (recursos de capital)

O Pós-doc SUS, Edital oriundo de uma parceria entre o Ministério da Saúde e o Ministério da Educação, tem como objetivo fomentar as atividades de pesquisa científica, tecnológica e de inovação, mediante a seleção de projetos que visam investigar temas prioritários para o Sistema Único de Saúde – SUS e que contribuam para o desenvolvimento da pós-graduação e grupos de pesquisa em saúde no país. O Ministério da Saúde, por intermédio da Secretaria de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos – SCTIE/MS repassou a Capes, em outubro de 2011, R\$ 950.269,00 de capital para o pagamento dos auxílios referente aos projetos aprovados no âmbito dos editais Pós-Doc SUS lançados em 2009 e 2010.

Apoio à Editoração e Publicação de Periódicos Científicos Brasileiros (Editoração Capes/CNPq)

O Programa objetiva apoiar e incentivar a editoração e publicação de periódicos científicos brasileiros, sendo considerado prioritário o apoio às revistas divulgadas simultaneamente por meio eletrônico na Internet, em modo de acesso aberto, em todas as áreas do conhecimento. O CNPq é o órgão responsável pela execução do programa. Em 2011, a Capes disponibilizou o montante de R\$ 3.000.000,00 (três milhões de reais) por meio de descentralização de crédito orçamentário ao CNPq para a execução desse programa.

Edital MCTI/CNPq/MEC/Capes Nº 07/2011 (Edital Humanas)

O Edital MCTI/CNPq/MEC/Capes Nº 07/2011 é uma ação conjunta da Capes e do CNPq que objetiva selecionar propostas para apoio financeiro a projetos que visem contribuir significativamente para o desenvolvimento científico, social e tecnológico do país, no âmbito das Ciências Humanas e Sociais Aplicadas.

O valor global disponibilizado para o Edital Humanas de 2011 foi de R\$ 8.000.000,00 (oito milhões de reais), sendo 50% da Capes e 50% do CNPq, recursos estes oriundos do Tesouro Nacional relativo ao Fomento à Pesquisa Fundamental. Vale ressaltar que esse programa é executado pelo CNPq, portanto, a Capes descentralizou para essa agência o valor total de R\$ 4.000.000,00 (quatro milhões de reais) na natureza de despesa de custeio.

b) Principais Problemas

Não foram detectados problemas no âmbito da Ação 4019.

c) Contratações e Parcerias**c.1) CNPq**

Em 2011, com o objetivo de apoiar e incentivar a editoração e publicação de periódicos científicos brasileiros e apoiar projetos nas áreas das Ciências Humanas e Ciências Sociais

Aplicadas, a Capes disponibilizou o montante de R\$ 7.000.000,00 (três milhões de reais), por meio de descentralização ao CNPq, responsável pela execução dos programas.

c.2) Ministério da Saúde

O Pós-doc SUS, programa que tem como objetivo fomentar as atividades de pesquisa científica, tecnológica e de inovação, mediante a seleção de projetos que visem investigar temas prioritários para o SUS é uma parceria entre o Ministério da Saúde e o Ministério da Educação, firmada por meio de um termo de cooperação e assistência técnica, com interveniência da Secretaria de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos – SCTIE e da Capes. O Ministério da Saúde, por intermédio da SCTIE/MS, concede auxílios financeiros aos projetos aprovados (custeio e capital) e a Capes concede as bolsas de pós-doutorado.

d) Transferências

O programa Pró-Equipamentos utiliza-se de transferências feitas por meio da descentralização de créditos às IFES. A descentralização de créditos é eficiente, tendo em vista que o destinatário final dos recursos é a IFES. Outra vantagem da descentralização é a facilidade de formular o instrumento de repasse dos recursos para as IFES.

Em 2011 a Capes disponibilizou ao CNPq, por meio de descentralização, o montante de R\$ 3.000.000,00 (três milhões de reais) para o apoio à editoração e publicação de periódicos científicos brasileiros e R\$ 4.000.000,00 (quatro milhões de reais) para o apoio financeiro a projetos nas áreas das Ciências Humanas e Ciências Sociais Aplicadas, por meio do Edital MCTI/CNPq/MEC/Capes Nº 07/2011.

O Ministério da Saúde, por intermédio da Secretaria de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos - SCTIE/MS repassou R\$ 950.269,00 (novecentos e cinquenta mil e duzentos e sessenta e nove reais) de capital para os projetos do Pós-Doc SUS.

e) Considerações sobre o atingimento das metas físicas e financeiras

A meta física foi atingida conforme previsto na LOA 2011.

META	PREVISÃO (R\$)	EXECUÇÃO (R\$)	EXECUÇÃO/PREVISÃO (%)
FINANCEIRA	172.616.770,00	139.808.900,06	80,99
FÍSICA	1.754	1.999	113,97

Fonte: SIMEC para execução física e SIAFI para a execução financeira.

XII) Ação 4006 – Funcionamento de Cursos de Pós-Graduação

Ação 4006	Funcionamento de Cursos de Pós-Graduação
Tipo	Atividade
Finalidade	Formar profissionais de alta qualificação para atuar nos diferentes setores da sociedade, capazes de contribuir para o processo de desenvolvimento nacional, com transferência de conhecimento pautada em regras curriculares.
Descrição	Desenvolvimento de ações para assegurar a manutenção e o funcionamento dos cursos de pós-graduação nas Instituições Federais de Ensino Superior, correspondendo a dispêndios com a coordenação dos programas de pós-graduação, abrangendo organização das atividades de ensino, pesquisa e extensão, manutenção de serviços terceirizados, pagamento de serviços públicos, entre outros, bem como a manutenção de infra-estrutura física por meio de obras de pequeno vulto que envolvam ampliação/reforma/adaptação e aquisição e/ou reposição de materiais, inclusive aqueles inerentes às pequenas obras, observados os limites da legislação vigente.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	
Coordenador nacional da ação	Não há coordenador vinculado
Unidades executoras	UOs listadas abaixo

Essa ação foi executada mediante descentralização pelas seguintes Unidades Orçamentárias (UOs):

26206-Centro Federal de Educação Tecnológica do Ceará
 26217-Centro Federal de Educação Tecnológica de Química de Nilópolis
 26230-Fundação Universidade Federal do Vale do São Francisco
 26231-Universidade Federal de Alagoas
 26232-Universidade Federal da Bahia
 26234-Universidade Federal do Espírito Santo
 26235-Universidade Federal de Goiás
 26236-Universidade Federal Fluminense
 26237-Universidade Federal de Juiz de Fora
 26238-Universidade Federal de Minas Gerais
 26239-Universidade Federal do Pará
 26240-Universidade Federal da Paraíba
 26241-Universidade Federal do Paraná
 26242-Universidade Federal de Pernambuco
 26243-Universidade Federal do Rio Grande do Norte
 26244-Universidade Federal do Rio Grande do Sul
 26245-Universidade Federal do Rio de Janeiro
 26246-Universidade Federal de Santa Catarina
 26247-Universidade Federal de Santa Maria
 26248-Universidade Federal Rural de Pernambuco
 26249-Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
 26250-Fundação Universidade Federal de Roraima

26252-Universidade Federal de Campina Grande
26253-Universidade Federal Rural da Amazônia
26254-Universidade Federal do Triângulo Mineiro
26255-Universidade Federal do Vale do Jequitinhonha e Mucuri
26256-Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca
26257-Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais
26258-Universidade Tecnológica Federal do Paraná
26260-Universidade Federal de Alfenas
26261-Universidade Federal de Itajubá
26262-Universidade Federal de São Paulo
26263-Universidade Federal de Lavras
26264-Universidade Federal Rural do Semi-Árido
26265-Centro Federal de Educação Tecnológica do Maranhão
26266-Fundação Universidade Federal do Pampa - UNIPAMPA
26268-Fundação Universidade Federal de Rondônia
26269-Fundação Universidade do Rio de Janeiro
26270-Fundação Universidade do Amazonas
26271-Fundação Universidade de Brasília
26272-Fundação Universidade Federal do Maranhão
26273-Fundação Universidade Federal do Rio Grande - RS
26274-Universidade Federal de Uberlândia
26275-Fundação Universidade Federal do Acre
26276-Fundação Universidade Federal de Mato Grosso
26277-Fundação Universidade Federal de Ouro Preto
26278-Fundação Universidade Federal de Pelotas
26279-Fundação Universidade Federal do Piauí
26281-Fundação Universidade Federal de Sergipe
26282-Fundação Universidade Federal de Viçosa
26283-Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
26284-Fundação Universidade Federal de Ciências da Saúde de Porto Alegre
26285-Fundação Universidade Federal de São João Del Rei
26286-Fundação Universidade Federal do Amapá
26292-Fundação Joaquim Nabuco
26350-Fundação Universidade Federal da Grande Dourados
26351-Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
26352-Fundação Universidade Federal do ABC
26405-Instituto Federal do Ceará
26408-Instituto Federal do Maranhão
26433-Instituto Federal do Rio de Janeiro

XIII) Ação 4909 – Funcionamento de Cursos de Pós-Graduação em Botânica e Meio Ambiente

Ação 4909	Funcionamento de Cursos de Pós-Graduação em Botânica e Meio Ambiente
Tipo	Atividade
Finalidade	Estimular e manter programas de formação e capacitação de recursos humanos nos campos da Botânica, Ecologia, Educação Ambiental e Gestão de Jardins Botânicos.
Descrição	Coordenação de ações que visam atender à deficiência existente no país no que diz respeito a cursos na área de Botânica, Ecologia e Meio Ambiente, montando um sistema de ensino de pós-graduação a nível de mestrado e doutorado.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	Instituto de Pesquisas Jardim Botânico do Rio de Janeiro
Coordenador nacional da ação	Gilberto Menezes Amado Filho
Unidades executoras	JBRJ

Está ação foi executada mediante descentralização pela UO 44206 - Instituto de Pesquisas Jardim Botânico do Rio de Janeiro – JBRJ.

XIV) Ação 8667 - Pesquisa Universitária e Difusão de seus resultados

Ação 8667	Pesquisa Universitária e Difusão de seus resultados
Tipo	Atividade
Finalidade	Assegurar a manutenção dos meios que concorram para o fomento da pesquisa científica e tecnológica e a publicação de sus resultados.
Descrição	Estudos, análises, diagnósticos e pesquisas e publicações científicas.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	
Coordenador nacional da ação	Não há coordenador vinculado
Unidades executoras	UOs listadas abaixo

Ação executada mediante descentralização pelas seguintes UOs:

26206-Centro Federal de Educação Tecnológica do Ceará
26232-Universidade Federal da Bahia
26234-Universidade Federal do Espírito Santo
26235-Universidade Federal de Goiás
26236-Universidade Federal Fluminense
26237-Universidade Federal de Juiz de Fora
26238-Universidade Federal de Minas Gerais
26239-Universidade Federal do Pará
26241-Universidade Federal do Paraná
26242-Universidade Federal de Pernambuco
26243-Universidade Federal do Rio Grande do Norte
26244-Universidade Federal do Rio Grande do Sul
26246-Universidade Federal de Santa Catarina
26247-Universidade Federal de Santa Maria
26248-Universidade Federal Rural de Pernambuco
26249-Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
26250-Fundação Universidade Federal de Roraima
26253-Universidade Federal Rural da Amazônia
26254-Universidade Federal do Triângulo Mineiro
26255-Universidade Federal do Vale do Jequitinhonha e Mucuri
26256-Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca
26257-Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais
26258-Universidade Tecnológica Federal do Paraná
26260-Universidade Federal de Alfenas
26261-Universidade Federal de Itajubá
26262-Universidade Federal de São Paulo
26263-Universidade Federal de Lavras
26264-Universidade Federal Rural do Semi-Árido
26266-Fundação Universidade Federal do Pampa - UNIPAMPA
26268-Fundação Universidade Federal de Rondônia
26269-Fundação Universidade do Rio de Janeiro
26270-Fundação Universidade do Amazonas
26271-Fundação Universidade de Brasília
26272-Fundação Universidade Federal do Maranhão
26273-Fundação Universidade Federal do Rio Grande - RS
26274-Universidade Federal de Uberlândia

26276-Fundação Universidade Federal de Mato Grosso
26277-Fundação Universidade Federal de Ouro Preto
26278-Fundação Universidade Federal de Pelotas
26279-Fundação Universidade Federal do Piauí
26281-Fundação Universidade Federal de Sergipe
26282-Fundação Universidade Federal de Viçosa
26283-Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
26285-Fundação Universidade Federal de São João Del Rei
26286-Fundação Universidade Federal do Amapá
26301-Centro Federal de Educação Tecnológica da Bahia
26350-Fundação Universidade Federal da Grande Dourados
26351-Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
26352-Fundação Universidade Federal do ABC
26405-Instituto Federal do Ceará
26427-Instituto Federal da Bahia

2.3.2.2 Ações executadas pela em programas de governo sob a responsabilidade de outros órgãos

Programa 1448 - Qualidade na Escola (Ministério da Educação)

I) Ação 009U – Concessão de Bolsa de Iniciação à Docência – PIBID

Ação 009U	Concessão de Bolsa de Iniciação à Docência – PIBID
Tipo	Operações Especiais
Finalidade	Incentivar a formação inicial de professores para a Educação Básica – Ensino Fundamental e Médio, visando à melhoria do ensino nas escolas de redes públicas, municipal e estadual, cujos Índices de Desenvolvimento da Educação Básica – IDEB estão abaixo da média nacional, e da média do Exame Nacional de Ensino Médio – ENEM.
Descrição	Concessão de bolsa para estudantes de licenciatura, incentivando a formação inicial de professores para a Educação Básica, de forma a permitir aos que optarem pela carreira do magistério, melhor qualidade na sua formação e conhecimento do processo ensino-aprendizagem desenvolvido na Educação Básica da rede pública, sob a supervisão de professor orientador, integrando Educação Superior e Educação Básica.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	DEB - Diretoria de Educação Básica Presencial
Coordenador nacional da ação	Carmen Moreira de Castro Neves Diretora de Educação Básica Presencial
Unidades executoras	DEB - Diretoria de Educação Básica Presencial

a) Principais resultados:

A Lei nº 11.502, de 11 de julho de 2007 atribuiu à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – a responsabilidade pela indução e fomento da formação inicial e continuada de profissionais de magistério. Para concretizar essa responsabilidade, foram lançados vários programas, sendo um dos principais o Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência – Pibid. O primeiro edital, lançado em 2007, concretizou-se em 2009. Em 2010, o Decreto 7.919, disciplinou o Pibid no âmbito da CAPES.

O Pibid é um programa de incentivo e valorização do magistério e de aprimoramento do processo de formação de docentes para a educação básica. O Pibid oferece bolsas para que alunos de cursos de licenciatura exerçam atividades pedagógicas em escolas públicas de educação básica, contribuindo para a integração entre teoria e prática, para a aproximação entre universidades e escolas e para a melhoria de qualidade da educação brasileira. Para assegurar os resultados educacionais, os bolsistas de iniciação à docência são orientados por coordenadores de área, que são docentes das instituições formadoras, e por supervisores, que são professores das escolas públicas onde os bolsistas exercem suas atividades.

O Pibid, desde sua origem, lançou cinco editais entre 2007 e 2011. De um total de 3.088 bolsas em dezembro de 2009, o programa cresceu em 2011 para 30.006 bolsas, assim distribuídas:

24.175 bolsas de iniciação à docência para alunos de licenciatura, 2.020 bolsas para coordenadores institucionais e de área e 3.811 para supervisores (professores de escolas públicas envolvidos com as atividades pedagógicas do PIBID). Atualmente, são 146 IES participantes e 1.938 escolas beneficiadas pela ação dos bolsistas.

Em 2012, está previsto o lançamento de um novo edital que terá duas finalidades: a) transformar os Editais Pibid 2009, 2010 e 2011 em fluxo contínuo; e b) permitir que instituições públicas e privadas sem fins lucrativos não participantes do programa tenham a oportunidade de ingressar no PIBID. Com o novo edital projeta-se um crescimento expressivo do Pibid que passará a ter 45.000 bolsistas.

Os resultados do PIBID começam a ser divulgados e a CAPES, na análise dos relatórios e no acompanhamento que realiza junto às instituições parceiras, verificou os seguintes impactos:

- a) diminuição da evasão e aumento da procura pelos cursos de licenciatura;
- b) alunos que fizeram licenciatura como opção secundária definem-se pelo exercício do magistério;
- c) reconhecimento de um novo *status* para as licenciaturas na comunidade acadêmica e elevação da auto-estima dos futuros professores e dos docentes envolvidos nos programas;
- d) integração entre teoria e prática e aproximação entre universidades e escolas públicas de educação básica;
- e) articulação entre ensino, pesquisa e extensão;
- f) aumento da produção de jogos didáticos, apostilas, objetos de aprendizagem e outros produtos educacionais;
- g) contratação de ex-bolsistas pela direção das escolas onde atuaram;
- h) crescente participação de trabalhos de bolsistas do Pibid em eventos acadêmicos (trabalhos selecionados por comissão especializada);
- i) motivação e desenvolvimento profissional dos supervisores;
- j) inserção de tecnologias da informação e da comunicação na formação de professores (uso de ferramentas como Google Maps, abertura de laboratórios de Ciências e Informática então fechados nas escolas, etc);
- k) formação mais contextualizada e comprometida com o alcance resultados educacionais;
- l) sinergia com o Prodência, com impactos no currículo e na didática dos cursos de licenciatura.

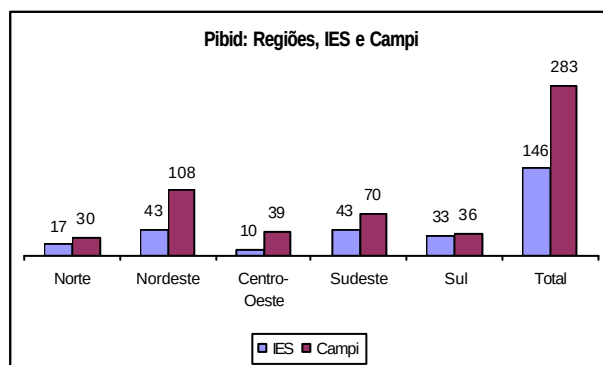
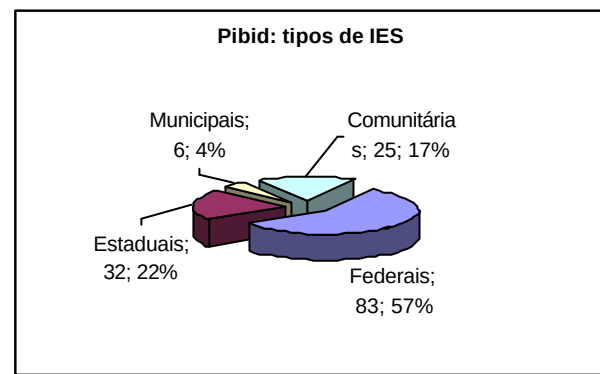
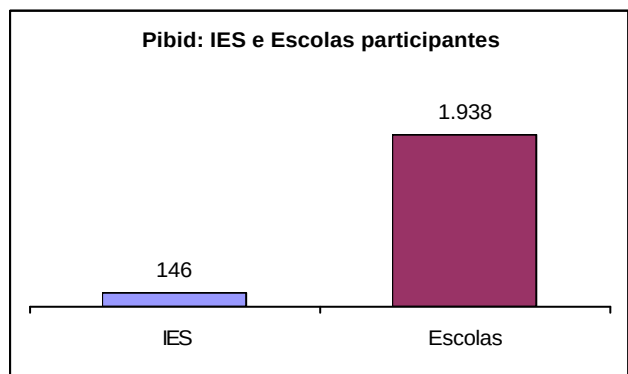
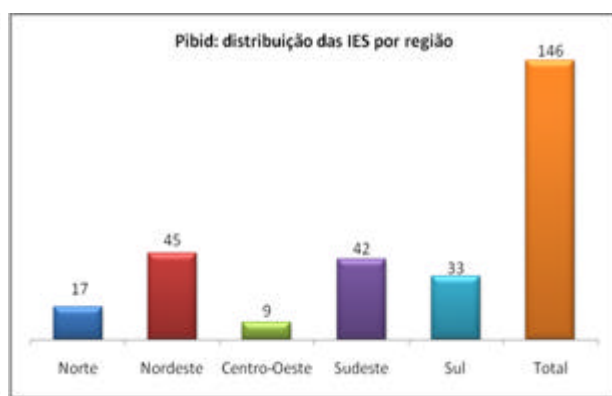
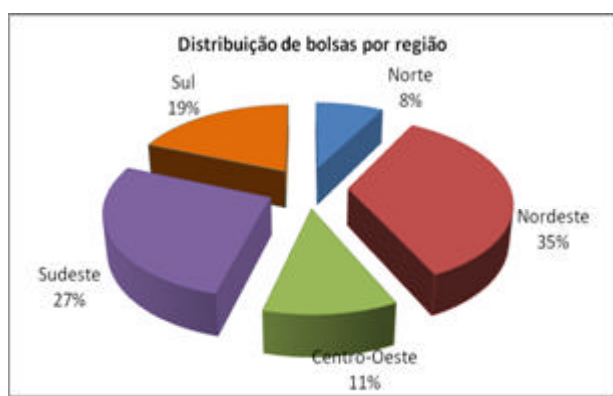
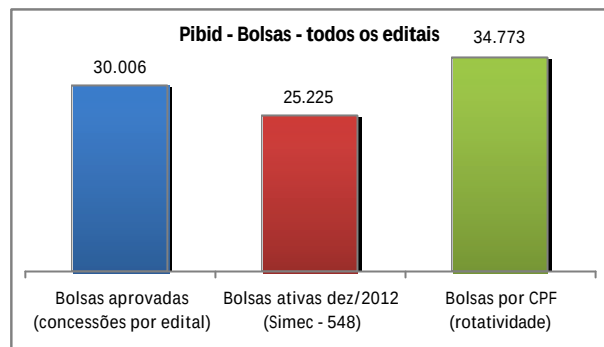
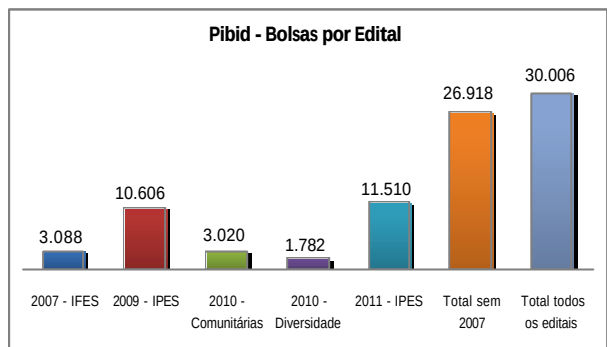
Para um programa novo, esses resultados são considerados representativos. Os depoimentos de todos os envolvidos mostram o acerto deste que se configura como um verdadeiro programa de Estado, capaz de influenciar decisivamente na melhoria da formação de professores. A tabela e os gráficos a seguir ilustram os principais números e o crescimento do PIBID:

Tabela 1 (ação 009U) - Total de bolsas PIBID

	2007 IFES	2009 IPES	2010 Comunitárias	2010 Diversidade	2011 IPES	Total com Edital 2007	Total sem Edital 2007
Bolsista de Iniciação à Docência	2.326	8.882	2.441	1.422	9.104	24.175	21.849
Coordenador Institucional	43	51	30	20	102	246	203
Coordenador de Área	216	506	135	63	752	1.672	1.456
Coordenador de Área de Gestão	0	0	0	0	102	102	102
Supervisor	503	1167	414	277	1450	3.811	3.308
Total	3.088	10.606	3.020	1.782	11.510	30.006	26.918

Fonte: Diretoria de Educação Básica Presencial/DEB

Gráficos 1 (ação 009U) – PIBID



Fonte: DEB: DEB – Relatório de Gestão 2011.

b) Principais Problemas

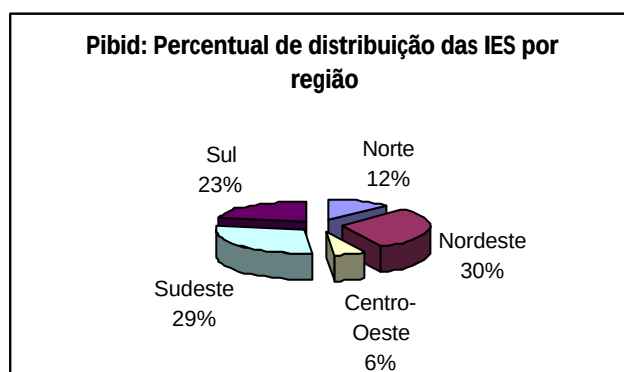
As bolsas e despesas de custeio vinculadas ao programa Pibid são pagas na Ação 009U.

O boa aceitação do programa e o crescimento acelerado do mesmo tem gerado um volume muito grande de trabalho na operacionalização do Pibid. Atualmente, a falta de pessoal é o principal fator restritivo à maior agilidade, uma vez que todos os processos relativos à formulação, implantação, acompanhamento e avaliação do programa, em toda a sua complexidade e abrangência, são feitos por uma equipe de cinco servidores da CAPES e dois estagiários. A orientação do MEC para ampliar o Pibid para 45.000 bolsas em 2012 e o acompanhamento qualitativo do programa aumentam a necessidade de informatização dos processos, em especial o de prestação de contas, e de redimensionamento da equipe.

c) Contratações e Parcerias

Em 2011, o Pibid totalizou 146 instituições públicas, comunitárias, confessionais e filantrópicas sem fins lucrativos. Em 2010, o número de IES parceiras foi 124, muito superior às 43 Instituições Federais de Educação Superior – IFES que participavam do programa no ano de 2009, sinalizando, dessa forma, o crescimento e a excelente aceitação do Pibid. Para formalizar as parcerias, o Pibid trabalha com AUXPE, convênios e descentralizações, dependendo da natureza da IES.

As IES parceiras distribuem-se do seguinte modo: 17 no Norte; 45 no Nordeste; 9 no Centro-Oeste; 42 no Sudeste e 33 no Sul, de acordo com o gráfico seguinte, em percentuais:



Fonte: DEB – Relatório de Gestão 2011.

d) Considerações sobre o atingimento das metas físicas e financeiras.

A dotação inicial da ação 009U foi de R\$ 178.531.624,00. Desse total foram contingenciados, ainda no início de 2011, R\$ 10.000.000,00, restando uma dotação de R\$ R\$ 168.531.624,00. Em agosto/2011 foi solicitado um remanejamento de recursos entre as ações da DEB – a ação 009U cedeu R\$ 23.469.969,40, sendo que a ação 20CV receberia R\$ 11.369.969,40 e a 6333 receberia R\$ 12.100.000,00. Síntese abaixo:

Tabela 2 (ação 009U) - Síntese dos Remanejamentos Orçamentárias nas Ações da DEB

Ação	Dotação Atualizada (R\$)	Total do Repasse da Ação Doadora (R\$)	Decreto (10% do Total da Ação Receptora) (R\$)	Projeto de Lei (R\$)	Dotação Pós-Remanejamento (R\$)	Dotação Remanejada com Cota Orçamentária para Execução (R\$)
009U	168.531.624,00	23.469.969,40			145.061.654,60	145.061.654,60
20CV	25.139.694,00		2.513.969,40	8.856.000,00	36.509.663,40	27.653.663,40
6333	25.000.000,00		2.500.000,00	9.600.000,00	37.100.000,00	27.500.000,00

O remanejamento solicitado por decreto foi liberado dentro do exercício de 2011 e executado nas ações 20CV e 6333. No entanto, o restante do remanejamento de recursos que ocorreria por meio de Projeto de Lei só ocorreu em 27/12/2012 e não foi disponibilizada cota orçamentária para que as ações receptoras do recurso, ações 20CV e 6333, pudessem executá-lo. Dessa forma, consideraremos como dotação prevista na ação 009U o valor de R\$ 145.061.654,60, na ação 20CV o valor de R\$ 27.653.633,40 e na ação 6333 o valor de R\$ 27.500.000,00.

No ano de 2011 a execução financeira da ação 009U foi quase 100% e a meta física ficou próxima de 87%, conforme síntese apresentada abaixo. Esse padrão de execução demonstra o crescimento da capacidade operacional da equipe técnica do Pibid em relação ao planejamento e execução dos recursos alocados no programa. No entanto, se considerarmos os 3.088 bolsistas do Pibid do Edital 2007 que completaram seu trabalho entre março e abril de 2011, o Pibid, de fato, alcançou o número de **30.006 bolsas concedidas** e extrapola a previsão de meta física. As bolsas concedidas representam o teto das IES que é determinado por ocasião da avaliação do projeto institucional, feita por comissão de especialistas *ad hoc*. A concessão guarda estreita correlação com o orçamento e uma IES não pode solicitar à CAPES bolsas além do que foi aprovado pela comissão. A meta física de 25.270 que aparece no SIMEC refere-se a bolsas ativas no mês de novembro de 2011, isto é, às que foram efetivamente pagas no mês de extração. A diferença entre bolsas concedidas e bolsas ativas decorre de formaturas, substituições ainda não efetivadas, desistências e outros.

META	PREVISÃO	EXECUÇÃO	EXECUÇÃO/PREVISÃO %
Financeira	R\$145.061.654,60	R\$ 144.972.830,00	99,99%
Física	29.084	25.270	86,88%

Fonte: SIMEC para execução física e SIAFI para a execução financeira (extração de 11/1/2012)

II) Ação: 20CY – Concessão de Bolsas de Cooperação Internacional para o aprimoramento dos Profissionais da Educação Básica.

Ação: 20CY	Concessão de Bolsas de Cooperação Internacional para o aprimoramento dos Profissionais da Educação Básica.
Tipo	Atividade
Finalidade	Promover a integração educacional, cultural e científica com países parceiros, visando atender às políticas de governo, tendo como foco a formação de recursos humanos para a Educação Básica
Descrição	Concessão de bolsas de estudo e auxílios para docentes, discentes e profissionais gestores da educação, para o desenvolvimento e aperfeiçoamento de atividades vinculadas à Educação Básica, gerando impactos educacionais equivalentes aos que a cooperação internacional tem produzido na pós-graduação brasileira.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	
Coordenador nacional da ação	Márcio de Castro Silva Filho Diretor de Relações Internacionais
Unidades executoras	Diretoria de Relações Internacionais (DRI) Diretoria de Educação Básica Presencial (DEB)

a) Principais resultados:

Um dos desafios da Capes é estender o reconhecimento e a legitimidade de que goza no meio acadêmico da pós-graduação *stricto sensu* à formação de professores para a educação básica. Nesse propósito, esta Fundação busca replicar experiências bem sucedidas na pós-graduação, adequando-as às novas responsabilidades que assumiu legalmente na Educação Básica. Uma dessas experiências é a integração com outros países, ampliando as fronteiras pedagógicas, culturais e científicas. Para tal, a DRI junto a Diretoria de Educação Básica, desenvolve ações específicas de concessão de bolsas de estudo e auxílios para docentes, discentes e profissionais gestores da educação, para o desenvolvimento e o aperfeiçoamento de atividades vinculadas à Educação Básica, visando gerar impactos educacionais equivalentes aos que a cooperação internacional tem produzido na pós-graduação brasileira.

Formas de Execução

A implementação das ações decorre, em grande parte, de acordos bilaterais que possibilitam treinamento e aperfeiçoamento de pessoal atuante ou que venha a atuar na educação de todas as regiões do País. A concessão das bolsas ocorre por meio de candidaturas individuais ou por meio do apoio a projetos.

As seleções são realizadas através de critérios estabelecidos em editais específicos de cada programa. No momento da candidatura são avaliadas as competências técnicas, científicas e acadêmicas das propostas. Além dos programas de capacitação de brasileiros, também são contempladas na ação programas voltados para a assistência técnica a alunos e instituições

estrangeiros, especialmente na América Latina e África, como é o caso da Universidade Aberta do Brasil/UAB Moçambique. Os programas dessa linha têm como características a heterogeneidade entre os participantes, por isso as modalidades de financiamento desses programas diferem dos programas tradicionais da Diretoria.

Em 2010 foram implantados os Programa de Licenciaturas Internacionais, o Projeto José Aparecido Oliveira (Português) e Amílcar Cabral (Matemática), ambos em Cabo Verde. Os demais programas - Assistente de Ensino de Língua Inglesa (ETA), Professor Assistente de Língua Portuguesa nos EUA (FLTA), Certificação em Língua Inglesa na Universidade de Oregon (EUA), Capacitação de Professores de Língua Inglesa no Instituto de Educação da Universidade de Londres (IOE) e UAB Moçambique - foram implantados em 2011.

CAPES/PLI

O Programa de Licenciaturas Internacionais tem como objetivo aumentar a qualidade do ensino dos cursos de graduação, e como consequência, a formação de professores do Ensino Fundamental e Médio. O Programa, que constitui-se em uma iniciativa da Capes junto a Universidade de Coimbra - com apoio do Grupo Coimbra de Universidades Brasileiras (GCUB) - estimula projetos que vislumbrem a formulação e implementação de novas diretrizes curriculares para a formação de docentes, particularmente, durante a formação inicial desses alunos.

CAPES/Professor Assistente de Língua portuguesa nos EUA

O programa Assistente de Língua Portuguesa nos EUA (*Foreign Teacher Language Assistant - FTLA*) tem como objetivo incrementar o ensino de português em universidades norte-americanas e estreitar as relações bilaterais entre os dois países. Para se candidatar, é necessário possuir bacharelado ou licenciatura em língua portuguesa e ou língua inglesa. A primeira seleção do programa ocorreu em 2010. Na segunda seleção, em 2011, foram apresentadas 120 candidaturas, sendo selecionados 30 candidatos para início das atividades no segundo semestre de 2012. A bolsa tem duração de nove meses.

CAPES/Programa de Certificação em Língua Inglesa – Universidade do Oregon

O programa seleciona até 50 professores de língua inglesa da rede pública de ensino para participar de capacitação na University of Oregon, durante oito semanas com o propósito de fortalecer a fluência oral e escrita em inglês, compartilhar metodologias de ensino e avaliação que estimulem a participação do aluno em sala de aula, estimular o uso de recursos online e outras ferramentas na formação continuada de professores e na preparação de planos de aula são alguns dos objetivos do programa. O projeto desenvolvido nos EUA é concluído no Brasil, por um período de duas semanas após o retorno do professor. Para a participação no processo seletivo, o candidato deve possuir bacharelado ou licenciatura em língua inglesa e ser professor efetivo (estágio probatório concluído) na rede pública de ensino básico, em exercício no ensino de Língua Inglesa.

O primeiro edital do programa foi lançado em 2010, para a seleção de 20 bolsistas, sendo 10 bolsas financiadas pela CAPES e 10 bolsas financiadas pela Embaixada dos EUA. Em 2011, devido aos resultados positivos obtidos com a primeira edição, foi autorizada a ampliação do número de bolsistas para o total de 50 concessões.

Assistente de Ensino de Língua Inglesa (ETA)

Amparado no Acordo entre o Brasil e os EUA para programas internacionais de intercâmbio cultural de 27 de maio de 2008, o Programa de Assistente de Ensino de Língua Inglesa para Projetos Institucionais busca contribuir para a elevação da qualidade dos cursos de bacharelado e/ou licenciatura em Letras, Língua Inglesa, na perspectiva de valorizar a formação e a relevância social dos profissionais do magistério da educação básica. O programa seleciona instituições para recebimento de Assistente de Ensino de Língua Inglesa (bolsista Fulbright norte-americano). As instituições apresentam projetos de caráter institucional, com duração de até quatro anos consecutivos, que contemplem a inserção de um falante nativo, na condição de assistente de ensino, em cursos de bacharelado e licenciatura em Letras, Língua Inglesa. Foram selecionadas 16 instituições no Brasil para o recebimento de 30 bolsistas a partir do primeiro semestre de 2011.

Instituto de Educação da Universidade de Londres (IOE)

Em julho de 2010, a Capes assinou, com o Instituto de Educação de Londres, Memorando de Entendimento visando voltado a promoção do intercâmbio de estudantes, missões de trabalho, workshops e seminários. A busca com essa iniciativa valorizar o magistério que atua na rede pública, melhorar a qualidade da educação básica brasileira, bem como promover a integração e a cooperação educacional, cultural e científica, neste caso com a Inglaterra, visando atender às políticas de governo que têm como foco a qualidade da formação de educadores que atuam na Educação Básica. Busca também investir na formação de docentes ampliando a possibilidade de multiplicação e impacto desse aperfeiçoamento.

Foi lançado, em 2010, o programa de Ensino de Inglês como Língua Estrangeira (*Teaching of English as a Foreign Language*) para a seleção de 30 professores de educação básica com licenciatura em língua inglesa. Os candidatos serão selecionados por meio de edital específico para curso de capacitação na Universidade de Londres. A carga horária do curso equivale a 30 créditos e corresponde a um módulo do mestrado da universidade. Sua ênfase é na produção de material para o processo de ensino-aprendizagem da Língua Inglesa no Brasil.

UAB Moçambique

Por meio da Portaria Normativa nº 22 de 26 de outubro de 2010, o Ministério da Educação instituiu o Programa de Apoio à Expansão da Educação na República Popular de Moçambique. Resultado da Portaria, a em parceria com Agência Brasileira de Cooperação (ABC), Ministério da Educação (MINED), a Universidade Pedagógica (UP) e Universidade Eduardo Mondlane (UEM) de Moçambique, acordaram com a implantação do sistema Universidade Aberta do Brasil em Moçambique – África. A parceria entre os governos brasileiro e moçambicano compreende a formação de até 5,5 mil professores da educação básica e 1,5 mil servidores da administração pública, entre 2011 e 2017. A primeira turma ingressou em 2011, nos cursos de licenciatura em matemática e biologia, pedagogia e administração pública. As aulas de educação à distância terão pólos de apoio da Universidade Aberta do Brasil nas cidades de Maputo, Beira e Lichinga. Em Moçambique, a graduação de professores e de servidores do Governo federal ministrada pelas universidades federais de Goiás (UFG), Juiz de Fora (UFJF), Fluminense (UFF) e do Rio de Janeiro (Unirio), todas filiadas à Universidade Aberta do Brasil.

	País	Identificação	Unidade	Modalidade	Projetos	Bolsistas

1	Estados Unidos	FLTA (Professor Assistente de Língua Portuguesa nos EUA)	CSN	BI	-	28
2	Estados Unidos	ETA (Assistente de Ensino de Língua Inglesa) - CAPES/Fulbright	CSN	BBI	-	50
3	Estados Unidos	Certificação em Língua Inglesa - CAPES/ Fulbright/Emb. Americana	CSN	BI	-	50
4	Timor Leste	Prog. Qualificação de Docente e Ensino de Língua Portuguesa	CPRO	BI	-	22
5	Moçambique	PRO Moçambique	CPRO	PE	-	93
6	Portugal	Programa de Licenciaturas Internacionais (PLI)	CPRO	PU	65	426
	Total				65	669

Tabela X. Programas vigentes na Coordenação Sul-Norte e os quantitativos de projetos e bolsistas em 2011. BI – Bolsa Individual, PCP – Projeto Conjunto de Pesquisa, PU – Parceria Universitária e PE – Projeto Especial.

c) Considerações sobre o atingimento das metas físicas e financeiras

No segundo semestre de 2010, houve o encerramento de grande parte dos processos seletivos desta ação, o que possibilitou a implantação de um quantitativo razoável logo no início do ano bolsistas no que postergou o início de algumas atividades para o ano de 2011. Ademais, como os programas, com frequência, envolvem a capacitação de professores da rede pública, é preciso um maior intervalo de tempo entre a divulgação dos resultados e o início das atividades, em função da necessidade de viabilização da saída do profissional da sala de aula.

Além disso, a implementação da atividade prevê seleção de candidatos; negociações nacionais e internacionais; preparação de missões de estudo; viagens internacionais, além de outras atividades que dificilmente podem ser concretizadas num lapso de tempo curto. Muitas vezes, há também atrasos nas negociações com os parceiros. Assim, alguns programas cujos inícios estavam previstos para o ano de 2010, devido ao longo período de negociação, tiveram seus editais lançados somente no final do ano ou postergados para 2011.

Vale ressaltar que, não obstante a meta financeira realizada ter sido 25% menor do que a prevista, a meta física foi superada, graças à bem sucedida implementação do Programa de Licenciaturas Internacionais em convênio com a Universidade de Coimbra. Esse programa teve início em setembro de 2010. Importante lembrar, contudo, que a Meta Física foi calculada de forma cumulativa, levando a um valor muito acima do previsto para o período, que vai de 1º de janeiro a 31 de outubro de 2010.

Meta Física – Ação 20 CY			Meta Financeira – Ação 20 CY		
Prevista	Realizada	%	Prevista R\$	Realizada R\$	%
572	669	117	6.000.000,00	4.825.007,84	80
Produto: Bolsa Concedida			Unidade de Medida: Unidade		

Fonte: SIMEC, DEB/Capes e SIAFI Gerencial (em 03/01/2012).

1) III – Ação 6333 - Apoio à Capacitação e Formação Inicial e Continuada de Professores e Profissionais da Educação Básica

Ação 6333	Apoio à Capacitação e Formação Inicial e Continuada de Professores e Profissionais da Educação Básica
Tipo	Atividade
Finalidade	Ampliar a oferta de meios de capacitação e formação inicial e continuada, presencial, de professores e profissionais da educação básica, que atuam nas escolas e nos sistemas de educação públicos da educação infantil, do ensino fundamental e do ensino médio.
Descrição	Incentivo e promoção da formação inicial e continuada de professores e profissionais da educação, e desenvolvimento de capacitações, estudos, projetos, avaliações, implementação de políticas e programas demandados pela Educação Básica, por meio de apoio técnico e financeiro às redes públicas de Educação Básica, com vistas a atender a execução do Plano Nacional de Formação dos Professores da Educação Básica – Parfor.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	Diretoria de Educação Básica Presencial - DEB
Coordenador nacional da ação	Carmen Moreira de Castro Neves Diretora de Educação Básica Presencial
Unidades executoras	Diretoria de Educação Básica Presencial - DEB

a) Principais resultados

Com as novas atribuições da Diretoria de Educação Básica Presencial – DEB, relativas à formação de professores da Educação Básica, e a partir do Decreto 6.755, de 29 de janeiro de 2009, foi criado o Plano Nacional de Formação dos Professores da Educação Básica – Parfor. Estruturado em regime de colaboração entre a União, Estados e Municípios, o Parfor articula a oferta de cursos para atender a demanda por formação inicial e continuada dos professores da rede pública da educação básica.

O Parfor se propõe, especialmente, a garantir que os professores em exercício na rede de educação básica tenham a formação requerida pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB. Os cursos são ofertados, gratuitamente, nas modalidades presencial e a distância. O Parfor foi implantado formalmente por meio de Acordos de Cooperação Técnica (ACT) firmados entre a CAPES e as Secretarias Estaduais de Educação e de Termos de Adesão das Instituições de Educação Superior - IES ao ACT dos estados em que estão sediadas.

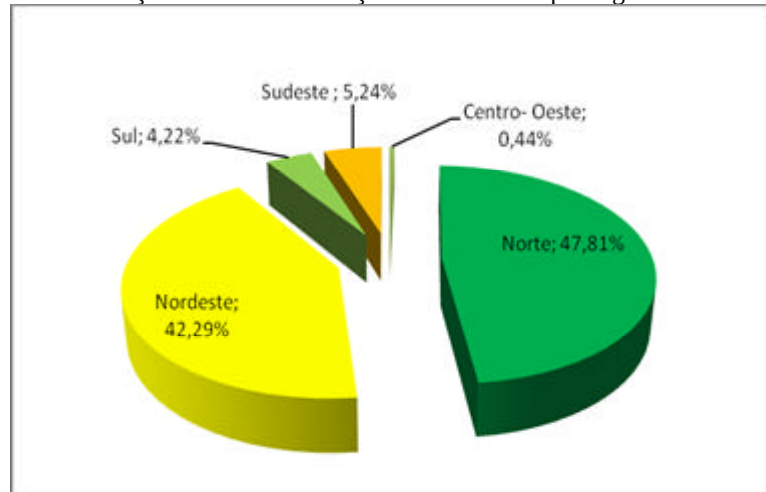
A Ação 6333 inclui outras atividades. A Diretoria de Educação Básica Presencial – DEB é responsável pelos cursos presenciais de formação inicial de professores e as ações destinam-se a viabilizar a oferta dos seguintes cursos na modalidade presencial:

- Primeira Licenciatura - destinados a professores sem graduação;
- Segunda Licenciatura - destinados a professores licenciados atuando em área distinta de sua formação inicial;
- Formação Pedagógica - destinados a docentes que atuam na educação básica, mas que não têm habilitação em licenciatura.

No que diz respeito à oferta de cursos presenciais, desde sua implantação, em 2009, o Parfor existe em 25 estados e mais o Distrito Federal. Desse total, ainda não foram implementadas turmas presenciais em 4 desses estados e no Distrito Federal. Até dezembro de 2011, somente o Acre não havia firmado ACT com a Capes. Aderiram ao Programa 142 IES de diferentes esferas administrativas.

Todas as regiões do País estão sendo atendidas pelo Parfor. A região Norte é a que apresenta maior número de matriculados (47,81%), seguida da Nordeste (42,29%), Sudeste (5,24%), Sul (4,22) e Centro-Oeste (0,42%).

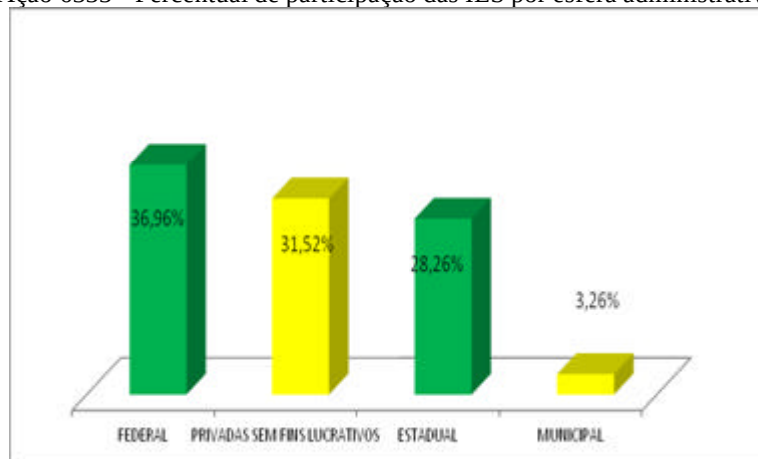
Gráfico 1. Ação 6333 – Distribuição de matrículas por região. 2009-2011



Fonte: Relatório de Gestão 2009-2011 da DEB

Até dezembro de 2011, 86 IES sediadas em 22 estados ofertavam as turmas especiais do Parfor. Do total de instituições participantes 34 são federais (36,96%), 29 privadas sem fins lucrativos (31,52%), 26 estaduais (28,26%) e 3 municipais (3,26%).

Gráfico 2. Ação 6333 - Percentual de participação das IES por esfera administrativa 2009/2011



Fonte: Relatório de Gestão 2009-2011 da DEB

Na Ação 6333 é executada a parte do programa Parfor relativa ao apoio aos cursos de formação de professores. As ações previstas destinam-se a viabilizar a oferta dos seguintes cursos na modalidade presencial:

- Primeira Licenciatura - destinados a professores sem graduação;
- Segunda Licenciatura - destinados a professores licenciados atuando em área distinta de sua

formação inicial;

- c) Formação Pedagógica - destinados a docentes que atuam na educação básica, mas que não têm habilitação em licenciatura.

O Parfor é um programa em processo de consolidação. O crescimento de seus indicadores quantitativos demonstra que há demanda dos professores em exercício por formação e disposição das IES para ofertar cursos de licenciatura. Note-se que, no segundo semestre de 2009, quando o programa deu seus primeiros passos, havia 32 IES com turmas especiais implantadas. No ano de 2011 o Parfor contava com a participação de 86 IES. Para o primeiro semestre de 2012 já se tem confirmação de implantação de turmas em 92 IES.

No relatório de Gestão de 2010 foi informado que o número de matrículas no Parfor em 2009 era de 10.545. No entanto, após ajustes na Plataforma Freire, esse quantitativo foi revisto. Em 2009 o número de matrículas no Parfor era de 4.273 e subiu para 50.259 matriculados em 2011, distribuídos em 1421 turmas e 52 cursos de licenciatura. Há turmas especiais implantadas em 342 municípios sediados em 22 estados. Observa-se, contudo, que 5 estados concentram 75,97% do número de matriculados no Programa - Pará, Bahia, Piauí, Maranhão e Amazonas.

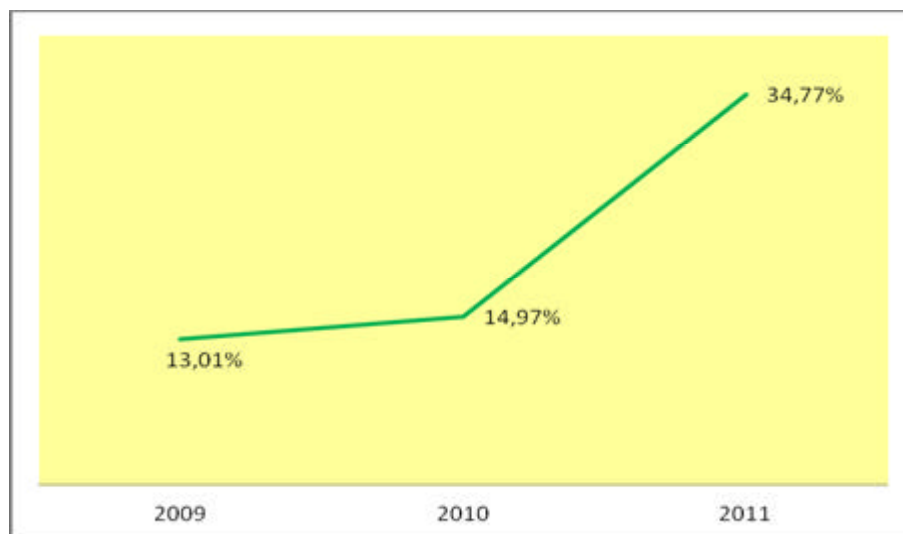
Ano	Oferta	Turmas Implantadas	Matriculados
2009	39.841	140	4.273
2010	73.313	787	26.689
2011	46.075	494	19.297
Total	159.229	1.421	50.259

b) Principais Problemas

Desconhecimento dos sistemas sobre a real situação da demanda por formação. A demanda por formação foi identificada a partir do Educacenso do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas – INEP. Todavia os dados apresentados, em função da metodologia utilizada, não permitiram indicar com precisão a quantidade de professores em exercício na rede de educação básica sem graduação, fora de sua área de formação e sem habilitação em licenciatura. Observa-se, também, que os próprios sistemas estaduais e municipais não possuem diagnósticos precisos sobre as necessidades e a situação da formação dos seus docentes. Tudo isso contribui para um desconhecimento da real necessidade e demanda por formação dos docentes em exercício;

Os números relativos à oferta revelam a necessidade de revisão do processo de definição da oferta de cursos e vagas, bem como da realização de um diagnóstico mais preciso da demanda, a fim de que as IES possam estabelecer uma oferta que seja compatível com as reais necessidades e demandas de formação dos docentes em exercício. Em 2009 o percentual de efetivação de matrícula era de 13,01%; em 2010 de 14,97%; e em 2011 chegou ao patamar de 34, 77%.

Gráfico 3. Ação 6333 - Evolução do número de efetivação de matrícula em relação ao número de pré-inscritos validados no período de 2009/2011



Fonte: Relatório de Gestão 2009-2011 da DEB

Ausência de planejamento e articulação dos sistemas. As secretarias estaduais e municipais necessitam dialogar com as unidades escolares no sentido de realizar um plano de capacitação que identifique quem necessita de formação, em que disciplina e o quantitativo de profissionais que podem ser liberados para participar dos cursos de formação. Somente esta articulação pode garantir a efetividade do Plano;

Os dois aspectos acima elencados podem justificar a evidenciada incompatibilidade entre os números apresentados quanto à oferta e matrícula no Parfor. Observe-se que o número vagas ofertadas é alto, todavia o de matrículas é relativamente baixo. Isso indica a necessidade de um diagnóstico mais preciso da demanda e elaboração de um planejamento de parte das secretarias estaduais e municipais que possa orientar a oferta de cursos e vagas pelas IES.

Evasão Escolar. A evasão é motivada, especialmente, pela inexistência de condições sócio-econômicas do professor para permanecer frequentando o curso. Além dos baixos salários recebidos por grande parte dos professores, muitos têm que arcar com os custos de sua hospedagem e alimentação e com o descolamento para as localidades onde os cursos são implantados. Assim, o impacto financeiro no orçamento dos professores os levam a abandonar os cursos.

Divulgação ineficiente. Também se identificou a necessidade promover a divulgação do Parfor, especialmente nos municípios mais interiorizados das distintas regiões do País;

Dificuldade de acesso à Plataforma Freire. A pré-inscrição dos candidatos nos cursos de formação inicial é feita por meio da Plataforma Freire, que é um sistema informatizado criado e gerido pelo MEC para a captação da oferta e da demanda por formação no âmbito do Parfor. Neste sistema, as IES disponibilizam os cursos e as respectivas vagas, para que os professores em exercício na rede pública de educação básica realizem sua pré-inscrição. Esta, por sua vez, deverá ser validada pela Secretaria de Educação do ente federativo ao qual o professor pertence. Depois de validada a inscrição, o candidato é chamado pela IES para realizar o processo de seleção e posteriormente para a matrícula, caso selecionado. Todavia, observou-se que em muitas localidades o acesso às tecnologias de comunicação é extremamente precário, o que impede ou dificulta o acesso, especialmente dos candidatos, à Plataforma Freire, o que tem prejudicado a captação da demanda.

Por fim, cabe relatar as dificuldades operacionais da Plataforma Freire manifestadas pelos usuários, entre as quais divergências de informações e falta de acesso a dados essenciais ao processo de validação e acompanhamento por parte dos seus operadores. Para tanto, a CAPES, com o apoio da área de informática, assumirá a gestão e o desenvolvimento da Plataforma.

Cabe observar que a CAPES, por intermédio de sua Diretoria de Educação Básica Presencial, está implementando as seguintes medidas para enfrentar os problemas diagnosticados: a) elaboração do regulamento e manual de orientações sobre a execução do Parfor, bem como aperfeiçoamento e ajustes nos instrumentos já existentes; b) desenvolvimento de ações destinadas à promoção e divulgação do Plano nas mais diversas localidades do País; c) criação de meios alternativos que permitam a pré-inscrição dos professores situados em localidades de difícil acesso à Internet; d) intensificação do processo de articulação entre a CAPES, os Fóruns Estaduais, as IES participantes e Secretarias para promover a realização de diagnósticos e planejamento do processo de formação dos professores, bem como realizar reuniões de trabalho para esclarecer sobre os objetivos, metodologias e estratégias do Parfor e ainda discutir a participação e atribuições dos diferentes que atuam no Parfor; e e) transferência da gestão da Plataforma Freire do MEC para a CAPES.

c) Considerações sobre o atingimento das metas físicas e financeiras.

As transferências no âmbito do PARFOR presencial, na Ação 6333, têm por objetivo destinar recursos para o custeio das despesas com material de consumo, passagens, diárias e serviços de terceiros prestados por pessoa física e jurídica relativas aos cursos ofertados no âmbito do Parfor. O montante de recursos para cada IES foi calculado tomando-se por base o valor de R\$ 15.000,00 por turma/semestre.

A dotação inicial da ação 6333 foi de R\$ 25.000.000,00. Os dois primeiros anos de baixa execução prejudicaram o Parfor que teve seu recurso orçamentário reduzido em 2011. Em agosto/2011, esse valor foi acrescido em R\$ 2.500.000,00 - recurso remanejado da Ação 009U por meio de decreto, conforme detalhamento apresentado na Tabela 2 (ação 009U) - Síntese dos Remanejamentos Orçamentários nas Ações da DEB inserida no corpo da Ação 009U. Dessa forma, consideraremos como dotação prevista na ação 6333 o valor de R\$ 27.500.000,00.

No ano de 2011 a execução financeira da ação 6333 foi de aproximadamente 90%. A meta física prevista foi subestimada, conforme síntese apresentada abaixo. A meta física do Parfor, refere-se a profissionais beneficiados e a estimativa inicial, indicada no PPA (140) não é adequada à realidade. A comprovação das 50.259 matrículas (profissionais beneficiados) pode ser feita, por CPF, pela Plataforma Freire. A execução apresentada demonstra a superação pela Equipe técnica de diversas dificuldades encontradas no anos de 2009 e 2010.

META	PREVISÃO	EXECUÇÃO	EXECUÇÃO/PREVISÃO %
FINANCEIRA	27.500.000,00	24.785.468,20	90,12%
FÍSICA	140	50.259	35899,29%

Fonte: SIMEC para execução física e SIAFI para a execução financeira

IV) Ação 20CV – Fomento a Estudos e Pesquisas para o Desenvolvimento da Educação Básica

Ação 20CV	Fomento a Estudos e Pesquisas para o Desenvolvimento da Educação Básica
Tipo	Atividade
Finalidade	Contribuir para o desenvolvimento de estudos e pesquisas voltados para a melhoria da Educação Básica.
Descrição	Recursos para apoio a projetos que visem ao desenvolvimento e à melhoria qualitativa do processo educacional em todas as etapas da educação básica e fomento de iniciativas que visem à interface da CAPES com instituições de Ensino Superior e com instituições públicas de todas as esferas de governo e apoio financeiro, quando couber e quando estabelecidas as prioridades, para a execução de ações voltadas à produção de material didático e capacitação/ qualificação/ formação de profissionais do magistério da educação básica.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	Diretoria de Educação Básica Presencial - DEB
Coordenador nacional da ação	Carmen Moreira de Castro Neves Diretora de Educação Básica Presencial
Unidade executora	Diretoria de Educação Básica Presencial - DEB

a) Principais resultados:

A Ação 20CV significa a possibilidade de a Diretoria de Educação Básica Presencial - DEB investir em projetos que visem ao desenvolvimento e à melhoria qualitativa do processo educacional, com ênfase na articulação entre pós-graduação, cursos de formação de professores e escolas da rede pública de educação básica.

Por meio desta Ação, a DEB desenvolve um conjunto de programas – Prodocência, Observatório da Educação, Programa Novos Talentos, Projetos Especiais de Apoio à Educação Básica e Apoio a Feiras de Ciências e Mostras Científicas, cujos principais resultados são a seguir apresentados.

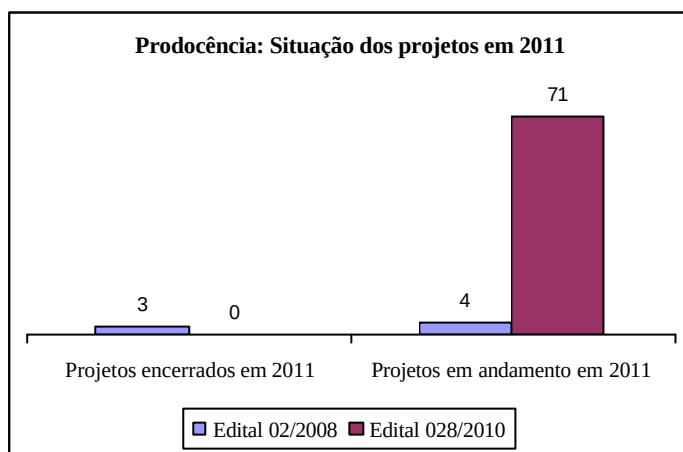
Programa de Consolidação das Licenciaturas – Prodocência.

É uma ação da DEB cuja finalidade é o fomento à inovação e à melhoria da qualidade dos cursos de formação para o magistério da educação básica, na perspectiva de valorização da carreira docente. O Prodocência, pelo edital de 2008, fomentou 47 projetos, sendo 29 de universidades federais, 8 de estaduais e 10 de institutos federais. No edital de 2010, foram aprovados 73 projetos institucionais. À semelhança do Pibid, mesmo com um tempo de maturação que ainda pode ser considerado pequeno, os relatórios e os relatos das instituições participantes do Prodocência mostram impactos significativos desse programa, em especial:

- a) reconhecimento de um novo *status* para as licenciaturas na comunidade acadêmica e elevação da auto-estima dos futuros professores e dos docentes envolvidos nos programas;
- b) integração entre teoria e prática e aproximação entre universidades e escolas públicas de educação básica;

- c) articulação entre ensino, pesquisa e extensão;
- d) aumento da produção de jogos didáticos, apostilas, objetos de aprendizagem e outros produtos educacionais;
- e) inserção de tecnologias da informação e da comunicação na formação de professores;
- f) revisão de currículos e organização de fóruns e núcleos interdisciplinares de formação docente;
- g) sinergia entre os programas Pibid e Prodocência, com impactos no currículo e na didática dos cursos de licenciatura.

Gráfico 3 Ação 20CV – Prodocência: Situação dos projetos institucionais em 2011



Fonte: Relatório de Gestão 2011 DEB

Programa Observatório da Educação

O Decreto nº 5.803, de 08 de junho de 2006, criou o Programa Observatório da Educação, com a finalidade de fomentar a produção acadêmica e a formação de recursos pós-graduados em educação, em nível de mestrado e doutorado, com a gestão conjunta da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - CAPES e do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – INEP. Um dos requisitos do Programa foi a utilização dos dados existentes no INEP, entre eles, o Censo da Educação Superior, o Censo da Educação Básica, o ENEM, o ENADE, o SAEB, a Prova Brasil, o Cadastro Nacional de Docentes e o Cadastro de Instituições e Cursos. Os projetos do Observatório da Educação devem estar vinculados a programas de pós-graduação – PPGs - *stricto sensu* reconhecidos pela CAPES e que desenvolvam linhas de pesquisa voltadas à educação.

Por intermédio desse Programa foram publicados editais em 2006, 2008 e 2010. Em 2009, em conjunto com a SECAD, foi publicado o Observatório da Educação Escolar Indígena, uma edição especial com foco nos territórios etnoeducacionais. Os projetos aprovados podem ser desenvolvidos em 2, 3 ou 4 anos; podem ser organizados em Núcleos Locais (uma única instituição) ou em Núcleos em Rede (até três IES). No ano de 2011, estavam vigentes projetos dos editais 2008 e 2010. As duas tabelas a seguir mostram o Observatório da Educação com todos os seus editais. O gráfico 2 da Ação 20CV apresenta a situação em 2011: as 1.853 bolsas pagas, por modalidade, dos projetos institucionais ainda em vigor.

Tabela 1 - Ação 20CV - Visão geral dos editais 2006, 2008, 2009 e 2010.

Edital	Projetos	IES	Programas de Pós-Graduação
2006	28	27	36
2008	28	34	62
2009	17	23	36
2010	80	74	154
Total	153	158	288

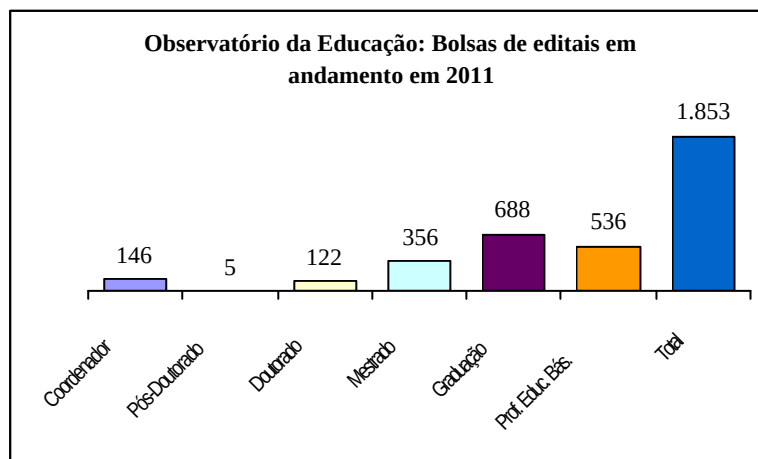
Tabela 2. Ação 20CV - Dados de bolsas por modalidade dos editais 2006, 2008, 2009 (Observatório da Educação Escolar Indígena) e 2010

Total de Bolsas: modalidades concedidas nos editais/ano						
Bolsas	2007	2008	2009	2010	2011	Total
Coordenador	0	0	36	57	146	239
Pós-Doutorado	2	4	06	07	5	27
Doutorado	22	19	44	52	122	259
Mestrado	45	41	126	176	356	744
Graduação	0	0	104	220	688	1.012
Professor de Educação Básica	0	0	72	134	536	742
Total	69	64	388	646	1.853	3.023

Tabela 3. Ação 20CV - Projetos em andamento de 2011:

Edital	Projetos	IES	Programas de Pós-Graduação
2008	28	30	49
2009	17	23	36
2010	80	74	154
Total	125	127	239

Gráfico 4. Ação 20CV – Observatório da Educação: Bolsas ativas em 2011.



Fonte das tabelas e gráfico: Relatório de Gestão 2009-2011 - DEB

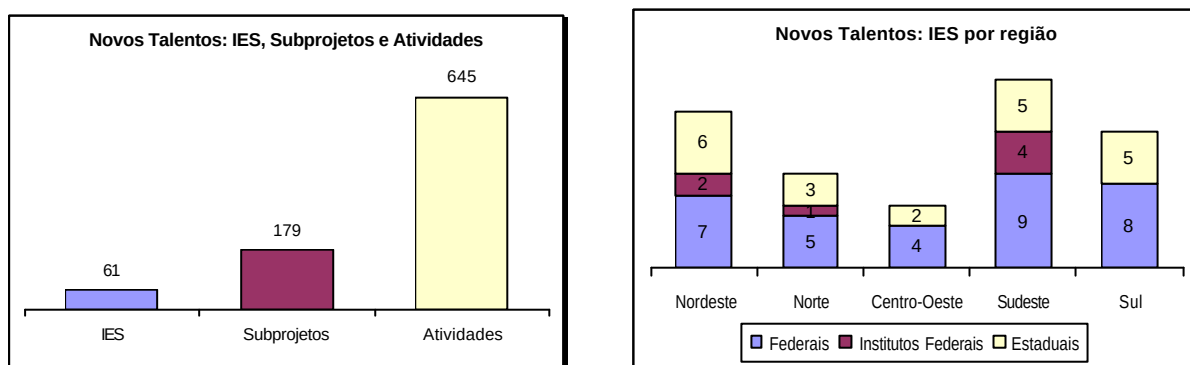
Programa Novos Talentos

O Programa apoia atividades extracurriculares para professores e alunos da educação básica (tais como cursos, oficinas ou equivalentes) que ocorrem no período de férias das escolas públicas e/ou em horário que não interfira na frequência escolar. As atividades devem valorizar espaços inovadores, como dependências de universidades, laboratórios e centros avançados de estudos e pesquisas, museus e outras instituições, inclusive empresas públicas e privadas, visando ao aprimoramento e à atualização do público-alvo.

Os projetos institucionais devem aproximar a pós-graduação das escolas públicas, contemplando o currículo da educação básica, articulando-o com perspectivas educacionais, científicas, culturais, sociais ou econômicas (arranjos produtivos locais) inovadoras, contribuindo para enriquecer a formação de alunos e docentes da educação básica.

No Programa Novos Talentos, cujo primeiro edital foi lançado em 2010, foram implementados projetos de 61 instituições federais de educação superior que englobam 179 subprojetos e 645 atividades extracurriculares. A execução dos projetos aconteceu ao longo de 2011.

Gráfico 5. Ação 20CV – Programa Novos Talentos



Fonte: Relatório de Gestão 2011 - DEB

Projetos Especiais de Apoio à Educação Básica.

Trata-se de uma subação da Ação 20CV cujo propósito é o de atender a demandas bem estruturadas, ancoradas em educadores ou instituições renomados, que mostrem potencial de transformação da realidade educacional de um local ou região e que, ainda, possam ser acompanhadas pela DEB visando a uma possível extensão ao conjunto de professores brasileiros. Tais ações são voltadas para professores e alunos da educação básica e envolvem metodologias e estratégias pedagógicas de caráter inovador, principalmente em escolas e regiões de baixo IDEB e renda.

No ano de 2011, foram apoiados 119 Projetos em vários estados brasileiros por intermédio desse Programa, assim distribuídos:

- Sociedade Brasileira de Matemática - Projeto Klein (1 Projeto);
- Sociedade Brasileira de Física – SBF (1 Projeto);
- Instituto Federal Sul Rio-Grandense – Rede Municipal de Ciências (1 Projeto);
- Rede Nacional de Educação e Ciência (14 projetos);

- Rede de Química (15 projetos);
- Feira de Ciências e Mostras Científicas (76 projetos);e
- Olimpíadas Científicas (11 projetos)

Apoio a Feiras de Ciências e Mostras Científicas e Olimpíadas Científicas.

Entre o grupo de Projetos Especiais, merecem destaques dois editais lançados em parceria com o CNPq e o FNDE: o Edital MCTI/CNPq/MEC/CAPES/SEB/FNDE nº 25/2011 de apoio a Feiras de Ciências e Mostras Científicas e a Chamada MCTI/CNPq /MEC/CAPES/FNDE nº24/2011, sobre Olimpíadas Científicas. O principal objetivo do edital é apoiar a realização de Feiras de Ciências e Mostras Científicas de âmbito nacional, estadual e municipal, como um instrumento para a melhoria dos ensinos fundamental, médio e técnico, bem como de despertar vocações científicas e/ou tecnológicas e identificar jovens talentosos que possam ser estimulados a seguirem carreiras científico-tecnológicas. Foram apoiados 76 projetos, sendo 5 no âmbito nacional, 23 estaduais e 48 municipais. No edital das Olimpíadas, 11 foram os projetos aprovados.

Gráfico 6. Ação 20CV. Feiras de Ciências e Mostras Científicas - Edital 2011

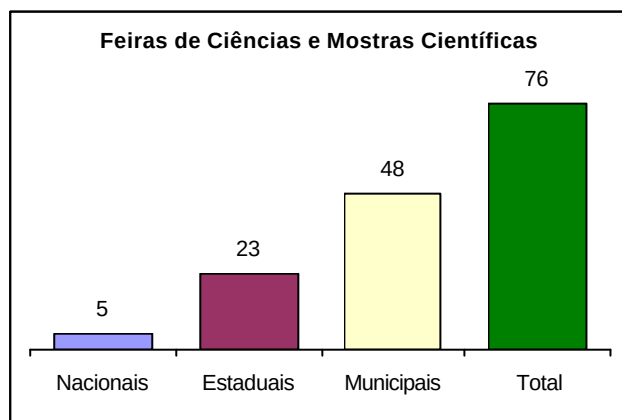


Tabela 4. Ação 20CV – Edital Olimpíadas Científicas

Edital Olimpíadas Científicas – Projetos aprovados		
1	Olimpíada Brasileira de Robótica	UFRN
2	Olimpíada Brasileira de Matemática	IMPA
3	Olimpíada Brasileira de Biodiversidade e Ciências da Vida	UFRJ
4	Olimpíada Nacional de História do Brasil	UNICAMP
5	Olimpíada Brasileira de Física	USP/SBF
6	XV Olimpíada Brasileira de Astronomia e Astronáutica	UERJ/SAB
7	Olimpíada Nacional de Oceanografia	UNIVALI
8	Olimpíada Brasileira de Biologia	ANBIO
9	Olimpíada Brasileira de Agropecuária	IFSMG
10	Olimpíada Brasileira de Química	ABQ
11	Olimpíada Internacional de Astronomia e Astrofísica	UFRJ

Fonte: Relatório de Gestão 2011 DEB

b) Principais Problemas

A Ação 20CV representa a possibilidade de a DEB atuar, sem depender de recursos externos, no fomento e na indução de programas estratégicos para a valorização do magistério e

para a integração entre pós-graduação, cursos de formação de docentes e escolas da rede pública de educação básica.

A equipe reduzida na Diretoria responsável pela Educação Básica presencial, problema comum na CAPES como um todo, é um fator restritivo à maior agilidade, uma vez que há acelerado crescimento da demanda e todos os processos relativos à formulação, implantação, acompanhamento e avaliação dos programas que compõem a Ação.

Ademais, há forte pressão pelo lançamento de novos programas e a extensão do apoio da depende de ampliação de sua equipe. Por serem novos, os programas da Educação Básica como um todo requerem forte apoio da informática, padronização de procedimentos, de modo a agilizar suas rotinas. A DEB está investindo em um modelo de acompanhamento e avaliação para que a possa apreender toda a riqueza gerada pelos programas, o que está se buscando com a implementação do Portal Comunidades, que depende de suporte da área de TI.

c) Considerações sobre o atingimento das metas físicas e financeiras.

A dotação inicial da ação 20CV foi de R\$ 25.139.694,00. Em agosto/2011, esse valor foi acrescido em R\$ 2.513.969,40 - recurso remanejado da Ação 009U por meio de decreto, conforme detalhamento apresentado na Tabela 2 (ação 009U) - Síntese dos Remanejamentos Orçamentários nas Ações da DEB inserida no corpo da Ação 009U. Dessa forma, consideraremos como dotação prevista na ação 20CV o valor de R\$ 27.653.663,40. O remanejamento de 27/12/2011 não foi passível de incorporação ao trabalho da DEB, dado o encerramento do SIAFI e a inexistência de cota financeira na CAPES.

No ano de 2011 a execução financeira da Ação 20CV foi de aproximadamente 98% e a física foi de aproximadamente 79 %, conforme síntese apresentada abaixo. A execução apresentada é superior àquela realizada em 2010, ano de criação da referida Ação, demonstrando a melhoria na capacidade operacional da equipe técnica envolvida nos Programa fomentados pela Ação.

META	PREVISÃO	EXECUÇÃO	EXECUÇÃO/PREVISÃO %
FINANCEIRA	R\$ 27.653.633,40	R\$ 27.039.125,45	97,77%
FÍSICA	720	572	79,44%

Fonte: SIMEC para execução física e SIAFI para a execução financeira

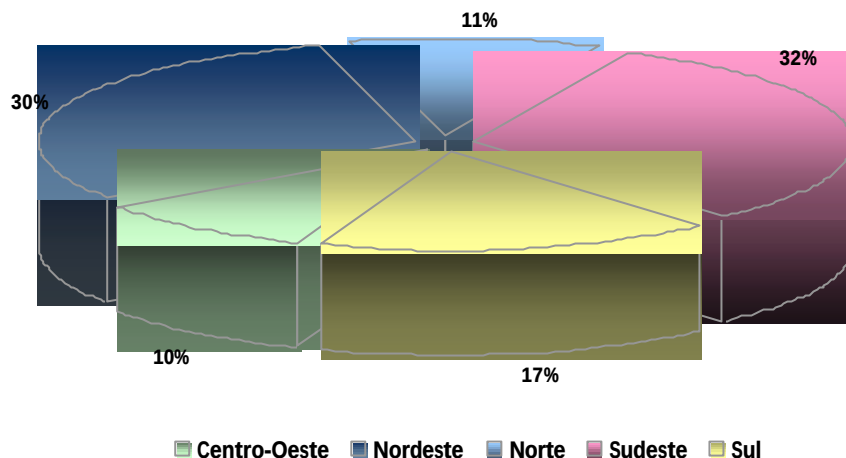
Programa 1061 – Brasil Escolarizado (Ministério da Educação)**I) Ação 8429 – Capacitação e Formação Inicial e Continuada, a Distância, de Professores e Profissionais para a Educação Pública.****Tabela.** Dados gerais da ação

Tipo	Finalístico
Finalidade	Realizar a capacitação e formação inicial e continuada, a distância, semi-presencial e presencial, quando exigido, de professores para atuação nas escolas de educação infantil, do ensino fundamental e ensino médio, e de profissionais para atuarem no ensino médio integrado, na gestão pública e em áreas específicas.
Descrição	Financiamento da infraestrutura das Instituições Públicas de Ensino Superior - IPES e dos polos de apoio presencial parceiros do Sistema Universidade Aberta - UAB, visando implementação e custeio dos cursos a distância. Manutenção do sistema de acompanhamento e de avaliação periódica do funcionamento dos polos e cursos da Universidade Aberta do Brasil, realizada por comissões compostas por consultores nacionais e servidores em parcerias com IES, ONGs, OSCIPs, instituições privadas sem fins lucrativos e organismos internacionais. São previstas, também, a aquisição de softwares educacionais, a produção e adequação de conteúdos pedagógicos em multimeios, a customização, atualização e manutenção de ambientes para EAD e portais de conteúdo e aquisição de materiais educacionais e de equipamentos que as viabilizem.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	
Coordenador de ação	Grace Tavares Vieira Coordenadora Geral de Supervisão e Fomento
Unidades executoras	Diretoria de Educação a Distância – DED/ CAPES e FNDE

a) Principais Resultados

O atual contexto de urgência por melhoria da educação brasileira levou o Governo Federal a investir fortemente em ações relativas à formação inicial e continuada de profissionais para a educação básica, sobretudo no tocante à formação de professores. Assim, para aprimorar o cenário precário de atendimento da demanda por formação, principalmente nas licenciaturas, e tendo o país dimensões continentais, foi instituído, pelo Decreto 5800, de 2006, o Sistema Universidade Aberta do Brasil - UAB, no âmbito do MEC coordenado pela CAPES e atualmente integrado por 101 Instituições Públicas de Ensino Superior (IPES) capacitadas para a oferta de cursos na modalidade a distância, das quais 82 mantêm mais de 600 cursos em andamento, nas cinco regiões do país, conforme quadro a seguir.

PERCENTUAL POR REGIÃO DAS IPES COM CURSOS ATIVOS



Para abrigar o Sistema UAB, a CAPES alterou sua estrutura, por meio do Decreto 6316, de 2007, com vistas a empreender os esforços institucionais necessários para promover uma formação qualificada via EAD de professores da educação básica, coordenando a articulação entre as IPES integrantes e os polos de apoio presencial adequadamente equipados com a estrutura exigida pela modalidade e mantidos em regime de colaboração como estados e municípios do país. A capilaridade do Sistema, que alcança todas as 27 unidades federativas, promove o amplo acesso ao ensino superior público, beneficiando extratos sociais da população brasileira historicamente excluídos desse processo.

A Ação Orçamentária 8429 destina-se a apoiar o financiamento da infraestrutura tecnológica e programas de capacitação das IPES do Sistema UAB e dos polos de apoio presencial respectivos, visando à implantação e ao custeio de cursos a distância para formação inicial e continuada de professores da educação básica. Como objetivo acessório, previsto no Decreto 5800, a UAB também abriga cursos para capacitação de profissionais aptos a atuar na gestão pública em áreas específicas.

No exercício de 2011, a CAPES fomentou, por meio do Sistema UAB, a elaboração e execução de cursos de formação inicial de graduação - licenciatura, bacharelado e tecnológico, e de formação continuada - especialização, aperfeiçoamento e extensão, além de programas para capacitação de profissionais envolvidos na execução dos cursos, bem como projetos voltados para a infraestrutura das IPES integrantes e dos polos de apoio presencial.

Implementação da Ação

Toda a operação formal de execução dos recursos da Ação 8429 foi realizada pela CAPES, responsável pela gestão do Sistema UAB.

b) Principais problemas

Em decorrência do contingenciamento do valor previsto na dotação autorizada da Ação 8429 e da redução das cotas de empenho disponibilizadas pela STN, a execução plena dos projetos cobertos pela ação foi afetada, já que os recursos originalmente aprovados destinavam-se a projetos aprovados pelo Sistema UAB para apoio às IES parceiras. Diante dessa situação, alguns convênios de grande relevância não tiveram seus empenhos efetuados pela indisponibilidade de limite de empenho. Outro fator complicador à execução em 2011 foi a dificuldade gerencial das IPES no que concerne à execução dos recursos, mesmo quando repassados em tempo hábil.

c) Considerações sobre o atingimento das metas físicas e financeiras

O Sistema UAB tem como prioridade a formação inicial e continuada de professores. No ano de 2008, o produto da Ação 8429 era “profissional capacitado”, o que não contemplava plenamente sua atuação. Em 2009, o produto relacionado à ação foi renomeado para “alunos matriculados” e nesses foi estabelecido uma meta quantitativa. Para o cálculo da meta foi utilizada a capacidade de financiamento, com os repasses de recursos às IPES alocados prioritariamente à implantação de novos cursos e continuidade de cursos implantados, bem como para a capacitação continuada de profissionais envolvidos.

Com o objetivo de armazenar informações fidedignas dos alunos vinculados ao Sistema UAB, foi providenciada a inclusão de um módulo de cadastro de discentes no SisUAB, plataforma virtual de suporte para execução, acompanhamento e gestão de processos da UAB, no qual as IPES são responsáveis pela inclusão dos dados dos alunos em cada curso ministrado e respectivo polo. No exercício de 2011, a meta física definida para a Ação foi de 250.000 alunos matriculados. Com os cortes orçamentários e a limitação de empenhos, anteriormente citados, a execução financeira influenciou de forma significativa a meta física, que atingiu 29,11% da prevista, totalizando 72.772 alunos matriculados referentes aos repasses via Ação 8429.

A dotação orçamentária inicial de 2011 foi R\$258.525.479,00, reduzida a R\$100.525.479,00 (39%) após o contingenciamento, que seria equivalente a uma meta física de 97.210 alunos. Cabe lembrar que vários projetos, apesar de aprovados, não foram financiados, pela limitação de cotas no final do exercício. No final de 2011, o montante de recursos repassados às IPES para oferta de cursos do Sistema UAB foram de R\$97.232.066,82.

No entanto, se considerarmos o contingenciamento citado e trabalharmos com os valores disponíveis na Ação 8429 pode-se afirmar que a DED executou 75% da meta física. Cabe ressaltar que no cômputo de alunos matriculados devem ser incluídas as matrículas dos cursos em parceria com a SECAD/MEC, cujos custos são assumidos por essa Secretaria. No final de 2011, o montante real de alunos matriculados na UAB foi de cerca de 185.000 alunos, somando-se aqueles mantidos com recursos alocados pelo MEC na matriz orçamentária de cada uma das Instituições Federais de Ensino Superior – IFES do Sistema.

É importante ressaltar que ao ser efetivada a descentralização dos créditos ou a liberação de ordens bancárias, já havia ocorrido o início do processo seletivo dos alunos ou de continuidade dos cursos em andamento. Apesar de algumas IPES ainda terem devolvido recursos disponibilizados, pelos citados cortes orçamentários e a falta de limites de empenho, a meta física não foi totalmente prejudicada, pois, cursos foram iniciados e os alunos matriculados. Oportuno informar, ainda, que em 2012 caberá à CAPES a complementação dos recursos não repassados ou devolvidos em 2011, no intuito de promover a conclusão de períodos e cursos.

META	PREVISÃO	EXECUÇÃO	EXECUÇÃO/PREVISÃO %
FINANCEIRA	R\$ 258.525.479,00	R\$ 97.232.066,82	37,61%
FÍSICA	250.000	72.772	29,11%

Fonte: SIMEC para execução física e SIAFI para a execução financeira

II) Ação 0A30 - Concessão de Bolsa de Incentivo à Formação de Professores para a Educação Básica

Ação 0A30	Concessão de Bolsa de Incentivo à Formação de Professores para a Educação Básica
Tipo	Finalístico
Finalidade	Estimular a formação inicial e continuada de professores e de profissionais da educação, funcionários de escolas e de secretarias de educação das unidades da Federação, como uma das estratégias de promoção da qualidade do ensino público.
Descrição	Concessão de bolsas de estudo e de pesquisa no âmbito dos programas de formação inicial e continuada de professores e de profissionais da educação básica desenvolvidos pelo Ministério da Educação - para os envolvidos nos cursos de capacitação voltados ao exercício de tutoria e os atuantes nas funções de formadores, preparadores e supervisores, inclusive oferecendo apoio à aprendizagem e acompanhamento pedagógico sistemático de alunos e tutores, assim como para professores cursistas, nos termos da legislação pertinente.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	
Coordenador de ação	Grace Tavares Vieira Coordenadora Geral de Supervisão e Fomento
Unidades executoras	Diretoria de Educação a Distância – DED/CAPES e FNDE

a) Principais Resultados

A Ação 0A30 – Concessão de Bolsa de Incentivo à Formação de Professores para a Educação Básica tem como meta, no âmbito do Sistema Universidade Aberta do Brasil – UAB, a concessão e o pagamento de bolsas aos profissionais envolvidos na gestão pedagógica e na oferta de cursos na modalidade a distância.

Em dezembro de 2011, o Sistema de Gestão de Bolsas (SGB) registrou em seus cadastros o número aproximado de quarenta mil bolsistas, vinculados a 82 instituições públicas de ensino superior integrantes do Sistema UAB e a 618 polos de apoio presencial ativos. As bolsas são distribuídas nas funções de coordenadores (UAB das IPES, de curso, de tutoria e de polo), professores conteudistas, professores pesquisadores, revisores, tutores presenciais e a distância..

Implementação da Ação

Em 2011, a execução dos programas da UAB ainda foi realizada de forma compartilhada com o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), até julho, quando se iniciou o processo de migração do Sistema SGB para a CAPES. Nesse processo, a CAPES passou a assumir toda a gestão do Sistema UAB, ficando o FNDE apenas com o pagamento dos bolsistas até então vinculados ao SGB/FNDE.

b) Principais Problemas

O Sistema UAB passou a ser gerido pela CAPES a partir do exercício de 2008, apesar da transferência da operacionalização só ter sido oficializada com a Portaria nº 318, de 2 de abril de 2009. Contudo, como vários projetos já haviam iniciado, para não causar atrasos, optou-se à época

pela continuidade da execução de recursos pelo FNDE/MEC, para, após o aprimoramento dos trâmites processuais, migrar toda a execução orçamentária e financeira para a CAPES.

Visando à execução dos recursos e o pagamento de bolsistas da UAB na CAPES, no ano de 2010 teve início o processo de migração do SGB do FNDE, para adequações e posterior operação pela CAPES. O Sistema esteve em fase de desenvolvimento e homologação em 2010 e, após os ajustes finais e assinatura do contrato com o banco responsável pela contas benefícios, deu-se o processo de migração dos cadastros para o pagamento de bolsistas pela CAPES.

c) Considerações sobre o Atingimento das Metas Físicas e Financeiras

Em dezembro de 2011, o SGB registrou em seus cadastros cerca de quarenta mil bolsistas, sendo pago no exercício financeiro de 2011 o total de 284.794 bolsas, distribuídas nas funções de coordenadores, professores conteudistas e pesquisadores, revisores e tutores. Esse total de bolsas abrange 261.131 bolsas referentes ao Sistema UAB e inclui 23.877 bolsas relativas a cursos presenciais do Plano Nacional de Formação de Professores - PARFOR.

Com relação à meta financeira, a dotação inicial da Ação 0A30 foi de R\$425.591.920,00, mas com o contingenciamento de R\$69.000.000,00, a dotação passou a R\$ 356.591.920,00 e foi executado o valor de R\$355.991.605,00, em bolsas do Sistema UAB e do PARFOR. A meta física prevista para a Ação foi de 377.000 bolsas concedidas e a meta executada foi de 284.794 bolsas concedidas/pagas, vinculadas a 101 instituições de ensino superior integrantes do Sistema UAB e do PARFOR, além dos coordenadores de 618 polos de apoio presencial vinculados à UAB.

Cumpra esclarecer que os polos de apoio presencial eram avaliados pela SEED/MEC, com vistas a verificar os requisitos mínimos de qualidade dos cursos para seu funcionamento. Somente após essa avaliação, estariam aptos a receber cursos. Como nem todos os polos foram aprovados na avaliação da SEED, alguns cursos previstos para 2011 não foram iniciados.

Atualmente, as avaliações dos polos UAB para a articulação dos cursos das IPES foi assumida pela DED/CAPES, o que tornou o processo mais ágil e eficiente. No entanto, essa nova situação influenciou também o cumprimento da meta física prevista, já que alguns cursos não tiveram seu início autorizado e a quantidade de bolsas para todas as funções foi reduzida.

META	PREVISÃO	EXECUÇÃO	EXECUÇÃO/PREVISÃO %
FINANCEIRA	R\$ 425.591920,00	R\$ 355.991.605,00	83,7%
FÍSICA	377.000	284.794,00	72,1%

Fonte: SIMEC para execução física e SIAFI para a execução financeira

Programa 0750 - Apoio Administrativo

I) Ação 2000 – Administração da Unidade

Ação 2000	Administração da Unidade
Tipo	Atividade
Finalidade	Constituir um centro de custos administrativos das unidades orçamentárias constantes dos orçamentos da União, agregando as despesas que não são passíveis de apropriação em programas ou ações finalísticas.
Descrição	A atividade padronizada “Administração da Unidade” substitui as antigas atividades 2000 - Manutenção de Serviços Administrativos, 2001 - Manutenção de Serviços de Transportes, 2002 - Manutenção e Conservação de Bens Imóveis, 2003 - Ações de Informática. Nesse sentido se constitui na agregação de despesas de natureza administrativa que não puderem ser apropriadas em ações finalísticas, nem a um programa finalístico. Essas despesas, quando claramente associadas a determinada ação finalística, devem ser apropriadas nesta ação; quando não puderem ser apropriadas a uma ação finalística, mas puderem ser apropriadas a um programa finalístico, devem ser apropriadas na ação Gestão e Administração do Programa (GAP, 2272); quando não puderem ser apropriadas nem a um programa nem a uma ação finalística, devem ser apropriadas na ação Administração da Unidade (2000). Essas despesas compreendem: serviços administrativos; pessoal ativo; manutenção e uso de frota veicular, própria ou de terceiros por órgãos da União; manutenção e conservação de imóveis próprios da União, cedidos ou alugados, utilizados pelos órgãos da União; tecnologia da informação, sob a ótica meio, incluindo o apoio ao desenvolvimento de serviços técnicos e administrativos; despesas com viagens e locomoção (aquisição de passagens, pagamento de diárias e afins); sistemas de informações gerenciais internos; estudos que têm por objetivo elaborar, aprimorar ou dar subsídios à formulação de políticas públicas; promoção de eventos para discussão, formulação e divulgação de políticas etc; produção e edição de publicações para divulgação e disseminação de informações sobre políticas públicas e demais atividades-meio necessárias à gestão e administração da unidade.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas	
Coordenador da ação	Fábio de Paiva Vaz Diretor de Gestão
Unidades executoras	Diretoria de Gestão (DGES), Coordenação-Geral de Recursos Logísticos (CGLOG) e Coordenação-Geral de Informática

a) Principais Resultados:

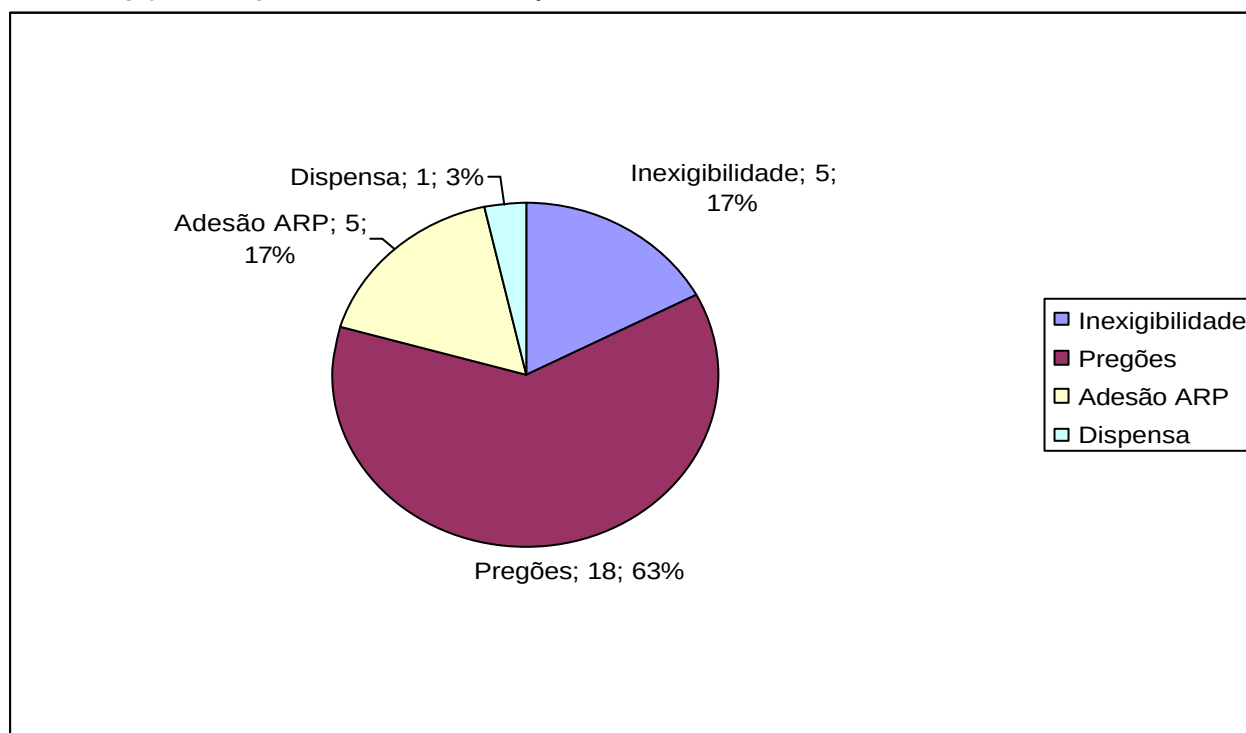
O exercício de 2011 foi um ano em que se fez muito no âmbito da Ação 2000 – Administração da Unidade. Como atividade meio, as medidas adotadas ao longo do ano visaram propiciar as condições adequadas para o cumprimento das ações finalísticas da Agência, mas foram também voltadas para iniciativas de caráter estruturante que pudessem fortalecer a gestão e tornar as ações operacionais cada vez mais transparentes, eficazes e eficientes.

COMPRAS E CONTRATOS

No exercício de 2011, foram feitas aquisições de bens e serviços através das modalidades de licitação apresentadas na figura abaixo. Verifica-se nesses dados que o pregão eletrônico foi a modalidade mais utilizada, atendendo à legislação em vigor e aos preceitos de maior celeridade nos processos licitatórios e de redução de custos para a Administração Pública.

Os gastos do ano de 2011, compreendendo as renovações contratuais e as novas contratações relativas à área meio, totalizaram R\$ 55.141.160,76.

Gráfico 1 (ação 2000): Modalidades de licitação contratadas em 2011.



Fonte: CGLOG/DGES

A tabela abaixo discrimina as contratações efetivadas no exercício de 2011, cujas modalidades de licitações correspondentes foram:

- ✓ Inexigibilidades – 05;

- ✓ Pregões - 18;
- ✓ Adesões a Atas de Registro de Preços – 05;
- ✓ Dispensa – 01 (justificada pela garantia dos elevadores substituídos).

Quadro 1 (ação 2000): Contratações do exercício de 2011

Modalidade	Objeto	Empresa(s) Vencedora(s)	Valor Estimado (R\$)	Valor Contratado (R\$)
Adesão ARP	Fornecimento e instalação de aparelhos de ar condicionado do tipo SPLIT de alta eficiência	LIGA ENGENHARIA	-	114.320,00
Adesão ARP	Fornecimento de Unidades de Armazenamento - Storages e Ativos de Rede SAN.	VA & R INFORMATICA LTDA - EPP	-	740.000,00
Adesão ARP	Fornecimento de gasolina e diesel	BRASAL COMBUSTIVEIS	-	26.189,74
Adesão ARP	Aquisição de computadores para SGBD	SERVIX INFORMATICA LTDA	-	1.452.000,00
Adesão ARP	Serviços de transporte rodoviário de cargas	MUDANCAS CINCO ESTRELAS LTDA	-	187.840,00
Dispensa	Manutenção preventiva e corretiva – elevadores dentro do período de garantia	ELEVADORES OTIS LTDA	-	99.000,00
Inexigibilidade	Curso de Orçamento e Finanças	ASSOCIACAO BRASILEIRA DE ORCAMENTO PÚBLICO	-	98.540,00
Inexigibilidade	Curso de prática redacional	LIMA E FELIX	-	40.000,00
Inexigibilidade	Assinatura do banco de preços	NP EVENTOS	-	7.990,00
Inexigibilidade	Fornecimento de software para área de administração de pessoal	INOVA CONSULTORIA	-	12.000,00
Inexigibilidade	Consulta a sistemas	SERPRO	-	6.025,44
Pregão 41/2010	Curso de qualificação profissional	CENTRO DE EXCELENCIA EMPRESARIAL, EDUCARH LTDA - ME e FABIO NUNES CABRAL	122.453,00	48.199,98
Pregão 01/2011	Prestação de consultoria técnica especializada para elaboração de estudo técnico, projeto básico, assessoramento técnico e acompanhamento da implantação de solução de centro de dados seguro (data center).	LAGA ENGENHARIA LTDA	156.490,00	92.400,00

Modalidade	Objeto	Empresa(s) Vencedora(s)	Valor Estimado (R\$)	Valor Contratado (R\$)
Pregão 02/2011	Aquisição de solução de filtro de conteúdo WEB.	PSN TECNOLOGIA LTDA	720.176,50	200.000,00
Pregão 03/2011	Fita para gravação de dados	OSCAR HANSEN – ME	36.040,00	28.404,00
Pregão 04/2011	Aquisição e instalação de carpetes	CORETO COMERCIO E MONTAGEM DE MOVEIS LTDA / BRUNO NUNES SCHAAN	1.348.295,00	845.495,00
Pregão 05/2011	Treinamento ITIL e COBIT	G4F - SOLUCOES CORPORATIVAS LTDA EPP / MINDWORKS TECNOLOGIA LTDA EPP	34.906,58	19.460,00
Pregão 06/2011	Aquisição de fragmentadoras de papel	GCS GEMEOS COMERCIAL E SERVICOS LTDA	17.566,00	17.565,60
Pregão 09/2011	Aquisição de Materiais de Expediente	ROMA ARTIGOS DE PAPELARIA LTDA EPP / WM COMERCIO DE PAPELARIA E INFORMATICA LTDA EPP / NATIVA DISTRIBUICAO DE SUPRIMENTOS LTDA EPP / BRAZPEL DISTRIBUIDORA DE EMBALAGENS LTDA –ME / SUPREMAVEDA COMERCIAL LTDA – EPP / JARDA COMERCIAL DE ALIMENTOS LTDA ME /	698.522,00	394.531,00
Pregão 10/2011	Prestação de Serviço de Emissão de Bilhete de Passagem AéreaNac e Internac - Desc Sobre Volume Total de Vendas	TRIPS PASSAGENS E TURISMO LTDA	12.000.000,00	10.365.000,00
Pregão 11/2011	Serviço de Vacinação	SC DISTRIBUIDORA DE VACINAS LTDA	79.744,00	31.892,00
Pregão 12/2011	Lâmpada para projetor multimídia	RR VISION COMERCIAL LTDA – ME	11.434,00	7.500,00
Pregão 13/2011	Registro de preços para distribuição diária, inclusive aos sábados, domingos, e feriados, de jornais e revistas impressos em papel.	PAPELARIA E REVISTARIA SARUSKA LTDA EPP	164.896,80	159.949,90

Modalidade	Objeto	Empresa(s) Vencedora(s)	Valor Estimado (R\$)	Valor Contratado (R\$)
Pregão 15/2011	Licenças de uso e respectivo software de antivírus para Storage NetApp com atualização de licenças e software por 36 meses	PSN TECNOLOGIA LTDA	16.409,00	16.000,00
Pregão 17/2011	Contratação de serviços de manutenção e reparo nos automóveis desta fundação com o fornecimento de peças	CHAVES & RODRIGUES LTDA EPP	30.000,00	27.141,00
Pregão 18/2011	Contratação de empresa para realização de treinamento 6421A: Configuring and Troubleshooting a Windows Server 2008 Network Infrastructure e 6425A: Configuring and Troubleshooting Windows Server 2008 Active Directory Domain Services	HEPTA TECNOLOGIA E INFORMATICA LTDA e MINDWORK S TECNOLOGIA LTDA EPP	50.753,28	38.190,00
Pregão 21/2011	Contratação de 04 (quatro) ascensoristas incluindo todos os materiais necessários para a execução do serviço	CERQUEIRA MELO LTDA	83.834,29	82.635,00
Pregão 25/2011	Divisórias, armários e forros	ESPACO & FORMA, SAN DECORACOES E REFORMAS, D STEFANO MOVEIS e LUMINORT	1.848.885,00	1.583.480,00
Pregão 30/2011	Serviços Gráficos	NEO GRAFICA E EDITORA LTDA / CLELIA MAFRA BRINDES – ME	1.750.963,10	1.150.722,60
Dispensa	Total de gastos com Dispensa de licitação de acordo com o Art. 24 - inciso II da Lei 8.666/93, cuja discriminação está disposta na tabela seguinte.	Diversos	-	158.883,37
Total (R\$)				R\$ 18.051.354,63

Fonte: CGLOG/DGES

No ano de 2011 foram renovados 31 contratos cujos gastos perfazem um total de R\$ 37.089.806,13 e que estão discriminados na tabela abaixo, sendo: 17 pregões, 2 adesões a Atas de Registro de Preços, uma participação em registro de preços, 2 dispensas, 2 concorrências e 6 inexigibilidades.

Quadro 2 (ação 2000): Contratações renovadas em 2011.

Modalidade	Objeto	Empresa	Valor Contratado (R\$)
Adesão ARP	Prestação de Serviço Telefônico Fixo Comutado	GVT	418.716,00
Adesão ARP	Prestação dos serviços de eventos	FJ PRODUCOES	6.137.489,44

Modalidade	Objeto	Empresa	Valor Contratado (R\$)
Concorrência	Serviços técnicos de TI	POLIEDRO	1.696.206,35
Concorrência	Serviços técnicos especializados TI	CTIS	3.420.574,00
Dispensa	Aluguel do prédio sede da (Dispensa conforme Art. 24 - inciso X da Lei 8.666/93).	CNC	8.702.543,16
Dispensa	Fornecimento de energia elétrica (Dispensa conforme Art. 24 - inciso XXII da Lei 8.666/93)	CEB	700.000,00
Inexigibilidade	Comunicação oficial em geral	IMPrensa NACIONAL	664.957,60
Inexigibilidade	Distribuição da publicidade legal impressa e/ou eletrônica	EBC	20.000,00
Inexigibilidade	Fornecimento de software para área de administração de pessoal	INOVA CONSULTORIA	12.000,00
Inexigibilidade	Licenças de uso de software	PRISMA SYS	190.000,00
Inexigibilidade	Serviço de água e esgoto	CAESB	150.000,00
Inexigibilidade	Serviço de comunicação postal	EBCT	500.000,00
Participação	Gestão de Impressão	CTIS	1.601.026,56
Pregão	conectividade sem fio – 70 acessos	TIM CELULAR S.A.	228.291,60
Pregão	Contratação de seguro predial, para as instalações e bens móveis da e seguro auto para os veículos.	TOKIO MARINE / ALLIANZ	23.599,91
Pregão	Contratação de serviços especializados em gerenciamento de informações arquivísticas.	PA ARQUIVOS	Apenas vigência
Pregão	Estagiários	CIEE	15.119,88
Pregão	Locação, instalação, abastecimento, manutenção preventiva e corretiva de máquinas automáticas de auto-atendimento de café e bebidas quentes.	ACP DISTRIBUIDORA	139.968,00
Pregão	Manutenção do SGBD Sybase	CTIS	166.000,00
Pregão	Manutenção e aperfeiçoamento do Programa de Qualidade de Vida dos Servidores da CAPES, por meio de desenvolvimento de ações de lazer mediante a operacionalização de projetos esportivos, culturais, artísticos, recreação e entretenimento.	SISPREV	256.080,00
Pregão	Operacional, garçom, copeiragem e motoristas.	PH SERVICOS	5.687.930,28
Pregão	Prestação de serviços de limpeza, asseio, conservação e jardinagem, com fornecimento de material de limpeza, higiene e equipamentos	INTERATIVA	1.180.696,20
Pregão	Prestação de serviços de manutenção predial	ORION	1.756.189,95
Pregão	Prestação dos serviços de recepção	PH SERVICOS	475.184,88
Pregão	Serviço de acesso móvel à internet banda larga wireless	TIM CELULAR S.A	32.640,00
Pregão	Serviço de Brigada de Incêndio	DF CURSOS	1.033.563,00
Pregão	Serviço de telefonia móvel e acesso a Internet banda larga	VIVO	28.356,06
Pregão	Serviços de estenotipia	PROIXL	588.349,90
Pregão	Serviços de reprografia	TYPE	96.240,00

Modalidade	Objeto	Empresa	Valor Contratado (R\$)
Pregão	Serviços de vigilância	ZEPIM	1.168.083,36
		Total (R\$)	37.089.806,13

Fonte: CGLOG/DGES

Além dos contratos acima relacionados, devido ao período de garantia dos bens, ainda continuaram vigentes em 2011, os contratos abaixo, os quais foram celebrados antes do exercício de 2011 são:

Quadro 3 (ação 2000): Contratos com vigência relacionada à garantia

Modalidade	Objeto	Empresa(s) Vencedora(s)	Ano do Contrato	Valor Contratado (R\$)
Pregão	Aquisição de aparelhos telefônicos IP com a tecnologia VOIP e módulos extensores, além dos serviços de instalação, configuração e manutenção da solução pelo período de 36 (trinta e seis) meses.	NETSCIENCE	2010	45.100,00
Pregão	Ampliação da rede local	ZIVA TECNOLOGIA	2009	1.316.572,54
Pregão	Contratação de solução para instalação e configuração de rede wireless, composta de switches gerenciadores, pontos de acesso, serviços de instalação, garantia on-site e capacitação na solução.	REDISUL	2010	393.299,80
Pregão	Renovação de 400 (quatrocentas) licenças de uso do software de antivírus – McAfee System Protection, e aquisição de 530 (quinhentas e trinta) novas licenças do mesmo software, para utilização em estações ou servidores, com serviços de suporte técnico, manutenção e atualização de licenças por 36 meses.	PSN TECNOLOGIA	2010	90.999,10
Pregão	Fornecimento e instalação de estrutura para o fornecimento de energia ininterrupta, para a rede de ETIs de uso pessoal nas instalações da CAPES.	PQS	2010	1.269.998,89

Modalidade	Objeto	Empresa(s) Vencedora(s)	Ano do Contrato	Valor Contratado (R\$)
Pregão	Aquisição de solução integrada para implementação de registro de frequência dos servidores da por meio de sistema de ponto eletrônico, compreendendo o fornecimento de software de gerenciamento, dos equipamentos para registro e leitura biométrica, serviços de instalação, treinamento, garantia de funcionamento e suporte técnico.	HENRY	2010	10.300,00
Pregão	Solução de <i>backup</i> e <i>restore</i>	CALC INFORMATICA	2010	103.569,90
		Total (R\$)		3.229.840,23

Fonte: DGES

GESTÃO DE DOCUMENTOS

Fornecer informações de qualidade e com rapidez foi um dos avanços da CAPES durante o último ano. A partir das atividades desenvolvidas na Gestão de Documentos, esta Agência conseguiu otimizar seus processos internos baseando-se no registro sistemático de informações documentais, além da padronização de procedimentos no tratamento de sua documentação arquivística.

O trabalho priorizou quatro eixos:

1. O aprimoramento da ferramenta SPArq (Sistema de Protocolo e Arquivo, aplicativo responsável pelo processamento de operações técnicas e procedimentos relacionados à gestão documental);
2. O treinamento de novos usuários para uso do aplicativo;
3. A sistematização da transferência de documentos (passagem dos documentos dos arquivos setoriais para o Arquivo Central); e
4. A organização do acervo documental acumulado da CAPES.

O treinamento de usuários e o aprimoramento da ferramenta SPArq permitiram que o fluxo de documentos e a organização dos arquivos fossem devidamente controlados, conforme dispõe a legislação vigente. As atualizações objetivaram o atendimento a demandas institucionais e tiveram como consequência o aumento do uso do Sistema como principal instrumento de apoio da CAPES.

O terceiro eixo, referente a transferências de documentos, gerou três impactos positivos, a saber: a consolidação de procedimentos para transferência de documentos dos setores de trabalho para o Arquivo Central; o tratamento arquivístico adequado aos documentos, mesmo que em um momento posterior; e a racionalização do espaço destinado ao armazenamento de documentos nas unidades.

Quanto ao Projeto de Gerenciamento de Informações Arquivísticas, que visa à organização do acervo documental acumulado da CAPES, as metas previstas para 2011 foram alcançadas. Uma equipe de trabalho foi criada no sentido de elaborar os principais instrumentos de gestão documental: o Plano de Classificação de Documentos e a Tabela de Temporalidade de Documentos de Arquivo. Com a criação desses instrumentos, iniciou-se o tratamento técnico de todo o acervo. Até o final de 2011, cerca de 60% (setenta por cento) da documentação armazenada no Arquivo Central foi higienizada, organizada, registrada e classificada. Como consequência, os documentos

tratados foram recuperados com maior rapidez, geralmente no mesmo dia da solicitação, respondendo às demandas no prazo máximo um dia.

O tratamento dispensado à documentação, os procedimentos adotados no momento das transferências e o aperfeiçoamento na utilização do SPArq têm resultado na melhoria dos processos internos, auxiliado na tomada de decisão e garantido a preservação da Memória da CAPES.

Em 2011, a Seção de Protocolo e Expedição registrou um total de mais de 55.000 correspondências no SPArq, referentes aos documentos recebidos pela CAPES. Além disso, foram autuados aproximadamente 10.000 processos e foram registradas expedições de mais de 11.000 correspondências.

INFORMÁTICA

Desenvolvimento e manutenção de sistemas de informação

Contrato N° 070/2006

Os serviços de Desenvolvimento e Manutenção de Sistemas de Informação da CAPES são sustentados principalmente através do contrato N° 070/2006 estabelecido entre a CAPES e a empresa terceirizada CTIS TECNOLOGIA S/A originado pela concorrência N° 01/2006.

O contrato possui vigência de 5 (cinco) anos, com início em 1/12/2006, sendo renovado ano a ano de acordo com os limites legais. Em 30/11/2011 o contrato atingiu o limite de 5 anos (60 meses), prazo máximo de duração estabelecido pela legislação. Devido a problemas judiciais (suspensão das licitações por liminares concedidas pela Justiça Federal) não foi possível realizar a tempo uma licitação para substituição do atual contrato e, dessa forma, foi feita uma renovação em caráter excepcional deste contrato por mais 12 (doze) meses cujo término está previsto para 30/11/2012.

A gestão do contrato é feita através da figura do Gestor do Contrato e seu substituto seguindo as orientações da Instrução Normativa N° 04/2010, que dispõe sobre o processo de Contratação de Soluções de TI do Governo Federal e da legislação adicional sobre o assunto. Os serviços prestados pela empresa são autorizados através de Ordem de Serviço mensal, emitida no início de cada mês com a previsão dos serviços a serem feitos.

O controle e a fiscalização dos serviços são feitos através de Relatórios individuais de planejamento de atividades; Relatórios individuais de execução de atividades; Termo de Recebimento Provisório de Serviços; Termo de Recebimento Definitivo de Serviços;

De posse dessa documentação, da verificação da regularidade fiscal e administrativa da empresa terceirizada, o Gestor do Contrato atesta a Nota Fiscal e autoriza o pagamento dos serviços a Contratada.

Com o êxito obtido pela CAPES nas ações de cassação da liminares que impediam a realização da nova licitação para substituir o atual contrato, está em processo a contratação de Fábrica de Software, de acordo com as normas definidas pela Instrução Normativa N° 04/2010.

Consultoria da Organização dos Estados Ibero-Americanos (OEI)

Com o objetivo de apoiar as ações do Sistema Universidade Aberta do Brasil/UAB, foram contratados, por intermédio do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), consultores da OEI que trabalharam na CAPES no desenvolvimento de produtos de tecnologia da informação, relacionados à criação e evolução de 3 sistemas:

- 1) Sistema de Gestão da Universidade Aberta do Brasil – SisUAB - Sistema responsável pelo controle da infra-estrutura dos pólos e os cursos de educação à distância ofertados nestes, além dos discentes de cada curso. Em números são controlados:

- 92 instituições de ensino
- 601 pólos
- 170.000 alunos
- 2) Sistema de Gestão de Bolsas da CAPES – SGB - Sistema responsável pelo pagamento dos bolsistas dos Plano Nacional de Formação de Professores da Educação Básica (PARFOR) e UAB. Em números são controlados:
 - 35 mil bolsistas
 - 35 milhões de reais
- 3) Sistema Integrado CAPES – SICAPES - Sistema responsável pelo controle de convênios e auxílios da CAPES, com controle Financeiro dos programas executados por esta autarquia, realizando integrações com o SIAFI e com diversos bancos. Em números são controlados:
 - Pagamento de 85.418 beneficiários diretamente na conta corrente ou por meio de cartão benefício
 - Aproximadamente 100 milhões de reais liquidados via SIAFI.

Além destes programas e sistemas, a informática da CAPES controla mais de 50 programas de pagamento de bolsas e auxílios no país e no exterior, geridos por cerca de 80 módulos de sistemas. Estes módulos, que são operacionalizados por profissionais de empresas terceirizadas, serão substituídos em boa parte pelo SICAPES.

Quadro 4 (ação 2000): Principais Projetos em Desenvolvimento de Sistemas em 2011

PRINCIPAIS PROJETOS ATIVOS		
SIGLA	PROJETO	RESUMO DO PROJETO
BOLSAS NO PAÍS		
SCPB	Consulta Geral - SCPB	Disponibilizar para os técnicos da Capes uma consulta que dado o Nome, CPF ou passaporte de uma pessoa, o sistema informe os dados de discente, bolsistas Capes (bolsistas pagos pelos sistemas: SAC LEGADO, SAC NOVO, SGB, SAC EXTERIOR), bolsistas CNPQ (informações encaminhadas pelo CNPQ) e seus respectivos históricos de pagamento .
SAC	Projeto de melhorias do SAC	Disponibilizar melhorias constantes para os usuários da solução SAC (Sistema de Acompanhamento de Concessão), que é composta por 3 aplicações: SAC, Pagamento e SAC trâmite, além do Sistema de Manutenção que mantém as tabelas de apoio do sistema, para facilitar a operacionalização dos programas. As melhorias e erros identificados pelos usuários são cadastrados em uma planilha de acompanhamento. Durante o ano serão definidas pelo coordenador da CSI, gerente de projeto e usuários do sistema, as demandas com maior impacto para o negócio. Estas serão desenvolvidas e entregues para os usuários por etapa.
SAC	Implantação de programas no SAC	Implantar/parametrizar novos programas Capes no SAC Novo para evitar pagamentos manuais
SAC – MANUTENÇÃO DE TABELAS	Melhorias do sistema de Manutenção de Tabelas	Adequar a navegabilidade e o controle de acesso do Sistema de Manutenção de Tabelas para que as parametrizações de projetos e programas possam ser realizados pelas áreas técnicas.
	Configuração do PAEP no SICAPES	Configurar o fluxo de inscrição a formalização do programa PAEP no SICAPES
BOLSAS NO EXTERIOR		
CSF	Configuração do Ciência sem Fronteiras no SICAPES	Configurar o fluxo de inscrição a formalização do programa Ciências sem Fronteiras no SICAPES
	Projeto de adequação dos ambientes de desenvolvimento, homologação e produção	Adequar os ambientes de desenvolvimento e homologação dos banco de dados utilizados pelos sistemas legados Power Builder
	Migração dos formulários Silverstream para PHP	Migrar todos os formulários de inscrição eletrônica disponíveis hoje em tecnologia SilverStream para tecnologia

		PHP e desenvolver formulários para os Programas que não possuem inscrição eletrônica.
SICAPES		
	Módulo de Integração com o SICONV	Está sendo realizado um trabalho de integração do SiCAPES com o SICONV, visto que o primeiro tem como parte de seu escopo operacionalizar a execução de convênios no âmbito da CAPES.
SICAPES	Desenvolvimento de serviços para implantação de programas no SICAPES	Diante dos requisitos exigidos pelos programas atendidos pelo SiCAPES, faz-se necessário que sejam adicionados novos serviços ao conjunto já existente.
SICAPES	Configuração de Editais	Atividade principal referente ao SiCAPES que consiste em implantar, por meio da ferramenta SiCAPES- Configurador, os programas das áreas finalísticas da CAPES desde a fase de inscrição até a fase de prestação de contas.
	Melhorias do MINTER/DINTER e migração para o PostgreSQL	Os serviços utilizados para o programa MINTER/DINTER que estavam utilizando o SGBD Sybase estão sendo atualizados, devido à migração da base de dados corporativa Capes do SGBD Sybase para o PostgreSQL, de modo a utilizar a base migrada.
	Módulo de Relatórios	Criação de módulo de Relatórios responsável pela geração de relatórios contendo informações acerca dos programas geridos pelo SiCAPES.
	Módulo de Comunicação	Criação de módulo responsável por envio de mensagens e alertas referentes aos programas presentes no SiCAPES.
	Integração com o Sparq	Devido a requisitos do programa PAEP, está em fase de análise de viabilidade a integração do SiCAPES com o sistema de protocolo Sparq.
AVALIAÇÃO DA PÓS-GRADUAÇÃO stricto sensu		
WEBQUALIS	WEBQUALIS	Elaboração de nova versão com migração da plataforma de banco de dados e arquitetura.
	CADASTRO DE DISCENTES	Projeto de melhoria do cadastro de discentes.
	Prêmio CAPES de Teses	Projeto de Melhoria com desenvolvimento do módulo administrativo e integração ao módulo de segurança do SICAPES.
CADCONS	Cadastro de Consultores	Projeto de melhoria e desenvolvimento do módulo de áreas de avaliação e cadastro de empregadores.
EDUCAÇÃO BÁSICA E ENSINO A DISTÂNCIA		
SISUAB	Sistema de Gestão da Universidade Aberta do Brasil	Projeto de reestruturação do Módulo de Pólos
SISUAB	Sistema de Gestão da Universidade Aberta do Brasil	Projeto de melhorias no Módulo de Financiamento de Bolsas
SISUAB	Sistema de Gestão da Universidade Aberta do Brasil	Projeto de melhorias no Módulo de Pendências
SISUAB	Sistema de Gestão da Universidade Aberta do Brasil	Projeto de Integração do SISUAB com o SGB
SISUAB	Sistema de Gestão da Universidade Aberta do Brasil	Projeto de Integração do SISUAB com o Contra
SISUAB	Sistema de Gestão da Universidade Aberta do Brasil	Projeto de Integração do SISUAB com o SIMEC
SISUAB	Sistema de Gestão da Universidade Aberta do Brasil	Realizar evoluções no SISUAB
SGB	Sistema de Gestão de Bolsas	Projeto de criação de histórico de pagamento de bolsas
SGB	Sistema de Gestão de Bolsas	Projeto de validação de duplicidade de pagamento de bolsas
SGB	Sistema de Gestão de Bolsas	Realizar evoluções no SGB
Plataforma Freire	Plataforma Freire	Projeto para mapeamento de processos da Plataforma Freire
Plataforma Freire	Plataforma Freire	Projeto de migração e implantação da Plataforma Freire do

		MEC para a CAPES
ATIVIDADE MEIO		
SISREL2.0	Sistema de extração dinâmica de dados	Permite a materialização de objetos (views e tabelas) e geração de relatórios dinâmicos com os objetos materializados.
SIASP-Almoxarifado	Sistema de gestão de almoxarifado	Projeto de implantação do sistema de gestão e controle de bens de consumo.
CONTRA	Sistemas de segurança	Unificação dos sistemas de autenticação e permissão de acesso a aplicações da CAPES.
SIGESP – Banco de Talentos	Sistema de Gestão de Pessoal – módulo Banco de Talentos	Implementação do 1º Módulo do sistema de gestão de pessoas: módulo de Banco de Talentos.
FinanceiroConvênios	FinanceiroConvênios	Integração com o sistema estruturador do governo para gestão de convênios - SICONV.
AssinadorDigital	AssinadorDigital	Integração do sistema de assinatura digital aos sistemas de gestão de bolsas: SAC e SGB.
FinanceiroAuxPe	FinanceiroAuxPe	Adequações no sistema financeiro para pagamento de auxílio a pesquisadores.
FinanceiroAEE	FinanceiroAEE	Adequações no sistema financeiro para pagamento de auxílio a avaliação escolar.
FinanceiroDescentralização	FinanceiroDescentralização	Adequações no sistema financeiro para pagamento de Termo de Cooperação via descentralização orçamentária.
FinanceiroCPRWeb	SIAFIWeb	Adequação da integração via Web da funcionalidade de apropriação com o módulo CPR do SIAFIWeb. Atualmente essa integração acontece via terminal 3270.
ARQUITETURA DE SISTEMAS		
	Padronização de ambientes de desenvolvimento e produção Red Hat	Implantação dos ambientes de Servidores de Aplicação.
QUALIDADE E TESTES		
	Processo de Teste	Implantação do processo de testes da CSI. O processo de testes visa garantir a qualidade dos sistemas disponibilizados pela CAPES tanto para seus usuários internos como externos.
	Implantação de ambiente de Teste	Implantação de ambiente de testes (aplicação e banco de dados) para que não sejam utilizados os ambientes de desenvolvimento e homologação para realização de testes pela equipe de Qualidade e Teste, e permitir a realização de testes de carga e performance sem prejudicar as demais equipes.
	Automação de Testes	Automatizar testes de sistemas que sofrem mudanças constantes e necessitam de testes de testes de regressão.
	Desenhar e Implantar Processo da Qualidade	Desenho do fluxo de trabalho de Qualidade, tendo como objetivo verificar a implantação e uso da MDS e dos Guias e Procedimentos da TI no desenvolvimento de sistemas da CAPES.
PROCESSOS E MÉTRICAS		
MDS-CAPES	Implantação da MDS	Implantação da MDS (Metodologia de Desenvolvimento de Sistemas) da CAPES.
EPRO	Implantação do Escritório de Processos	Implantação do Escritório de Processos da CGIN.
Projeto-Piloto	Projeto-Piloto Contrato	Assessoramento no Projeto-Piloto de Contratação de Serviços por meio de Fábrica de Software

Suporte e Manutenção de Redes

Além do desenvolvimento e manutenção de sistemas, à informática da CAPES também compete a integração em rede e conectividade externa de serviços informatizados de comunicação de dados, voz, texto, imagens, bem como pela atividade de suporte aos usuários de serviços de informática da CAPES.

As atividades desenvolvidas pela área de suporte e manutenção referem-se à: execução dos serviços de help desk; suporte de microinformática e apoio técnico a usuários; gerenciamento e manutenção de todos os serviços e recursos físicos e lógicos que compõem o *portfólio* de soluções de tecnologia da informação e comunicação providas pela CGIN à CAPES; execução de serviços e projetos de segurança da informação, em conformidade com normas internacionais e melhores práticas; gestão de contratos e aquisições de soluções tecnológicas de infraestrutura de TIC.

Quadro 5 (ação 2000): Principais projetos realizados em 2011.

PROJETOS	DESCRIÇÃO
Aprimoramento do Serviço de Monitoramento de Rede	A despeito da CSR possuir uma solução de monitoramento dos ativos de rede, este serviço carece de revisão e refinamento no que se refere a coleta de informações que sinalizam a situação dos serviços em execução. Projeto em execução. Otimizando as configurações do sistema de monitoria para suportar maior volume de ações concorrentes.
Atualização e Migração do Serviço de Diretório Externo	O Serviço de Diretório da CAPES sustenta a autenticação de várias aplicações externas, no entanto ele ainda utilizava uma versão antiga e descontinuada de seu software. Assim, foi atualizado para a última versão mais estável à época. Projeto concluído.
Contratação de Serviços de Suporte e Sustentação de Operação de TIC	O atual contrato de prestação de serviços de suporte ao usuário e sustentação de operação de rede vigorará até o final de 2011, razão pela qual a CAPES deverá encaminhar processo para a contratação de serviços técnicos em tecnologia da informação, visando a substituição tempestiva da contratada atual. Projeto em execução. Pregão suspenso, pois o Termo de Referência foi atualizado levando em conta a chegada dos novos CTUs. No momento encontra-se em análise.
Criação de Ambiente de Desenvolvimento e Homologação para o LDAP Externo	Os testes e desenvolvimento de produtos suportados pelo Serviço de Diretório externo da CAPES são feitos diretamente em ambiente de produção, aumentando os riscos de comprometer a operação e disponibilidade desse serviço para a instituição, faz-se necessária a criação de um ambiente de desenvolvimento e homologação dos sistemas da instituição. Projeto concluído. Criado ambiente de desenvolvimento para o Serviço de Diretório que é utilizado pelos desenvolvedores e pelos arquitetos durante as etapas de desenvolvimento e homologação dos sistemas da CAPES.
Criação de Ambiente de Desenvolvimento e Testes para o SAEL	Durante o desenvolvimento do SAEL pela CSI a CSR solucionou o problema da necessidade de uma ambiente de testes reais de ligação e alteração de senha usando uma Central VOIP, sem contudo comprometer o funcionamento da Central VOIP de produção da CAPES. Atualmente a Central VOIP de desenvolvimento está desativada devido ao desenvolvimento do SAEL não mais necessitar dela.
Expansão do Storage	Para a manutenção dos níveis de qualidade e eficiência dos serviços de TIC e criação de condições de responder adequadamente às crescentes demandas da CAPES que requerem recurso de <i>storage</i> , faz-se necessária a expansão da solução de <i>storage</i> , compatível com a solução atual, haja vista a necessidade de integração entre seus componentes e interoperabilidade funcional. Em execução, esperando elaboração de cronograma para a migração das áreas atuais para a nova área no GNS.
Implantação da Base de Consulta DW - POSTGRES	A alta concorrência aos dados entre as aplicações durante os processos de integração de sistemas torna lento o acesso às base de dados da CAPES, razão pela qual se torna necessária a disponibilização dos dados (D-1) dos bancos de dados de Produção do Postgres em servidores isolados do ambiente OLTP (Online Transaction Processing) para uso pelos sistemas da CAPES. Projeto concluído.
Implantação da nova arquitetura dos servidores de aplicação - RH / JBOSS	Atualmente os ambientes de desenvolvimento, homologação e produção da CAPES possuem diversas diferenças que impactam na qualidade e no prazo do desenvolvimento dos produtos, sendo imprescindível a implantação de modelos padrão para estes ambientes. Atualmente o projeto se encontra em fase de preparação para a migração dos sistemas do atual ambiente de produção para o novo ambiente de produção.
Implantação da Sala Segura	A análise e as especificações das necessidades de segurança apontam para uma solução de sala segura por tratar-se da alternativa mais segura e adequada à garantia e evolução da confiabilidade, disponibilidade e segurança dos serviços de TIC utilizados na instituição, proporcionando assim um ambiente tecnológico que possibilite a sustentação dos projetos, programas e atividades finalísticas da CAPES. Projeto em execução. A empresa contratada elaborou todos os TRs para cada um dos lotes que compõem a solução. Diante da decisão de se retirar a exigência da norma 15267, a empresa contratada precisará readequar todos os documentos que mencionam a exigência da norma. A empresa contratada está encaminhando alterações no TR retirando a exigência.
Implantação da Solução de Virtualização	O serviço de virtualização permite criar vários servidores virtuais dentro de um servidor físico, possibilitando a administração compartilhada dos recursos de acordo com as necessidades da CAPES, tornando a implantação de uma solução de virtualização dos

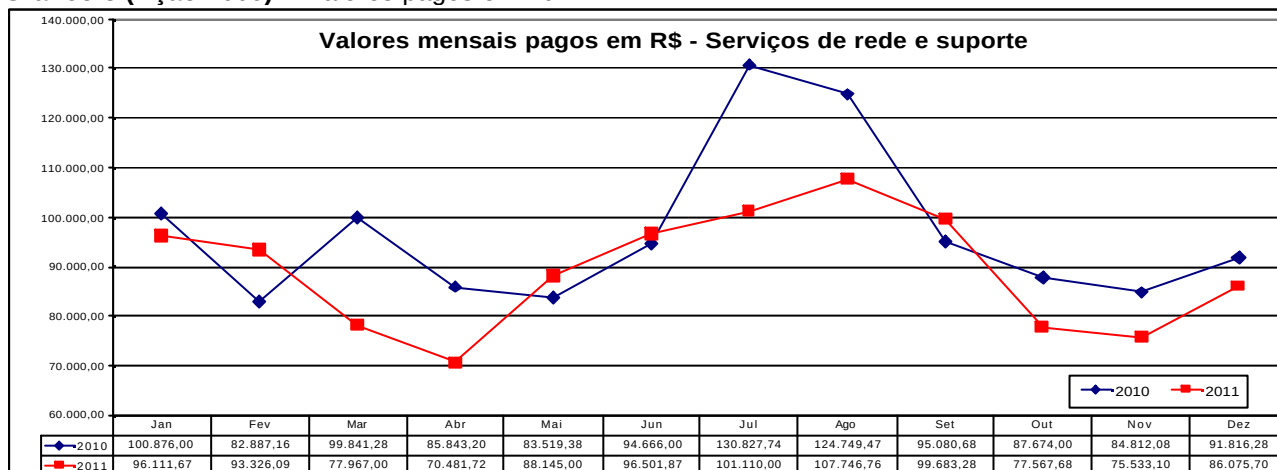
PROJETOS	DESCRIÇÃO
	servidores fundamental. Projeto em execução. Aguardando decisão para continuidade do processo já aberto na CAPES ou adesão ao pregão de virtualização do INEP
Implantação de Mecanismo de Controle de Autenticação em Servidores Corporativos Linux	Atualmente todos os servidores Linux possuem mecanismos de autenticação local. Esse modelo de autenticação prevê que cada administrador tenha uma conta em um servidor ou uma única conta compartilhada entre várias pessoas, razão pela qual se faz necessária a implantação de um mecanismo centralizado de autenticação em servidores com sistema operacional Linux. Em execução, esperando fazer cronograma para configuração das máquinas servidoras da CAPES que tem o sistema operacional GNU/Linux. Atualmente o controle dos servidores e respectivas configurações, sistemas, aplicativos e relacionamentos são realizados de forma manual e não sistematizada. Projeto em execução, fazendo cronograma para mudanças do ambiente de produção atual.
Implantação do CMDB	Atualmente o controle dos servidores e respectivas configurações, sistemas, aplicativos e relacionamentos são realizados de forma manual e não sistematizada. A implantação de um sistema de CMDB tornará o controle dos ativos de TIC mais efetivo, eficaz e seguro. Projeto suspenso. Realizado inventário dos servidores.
Implantação do Enterprise DB	Em decorrência da migração das bases de dados da CAPES de SYBASE para POSTGRES, faz-se necessária a implantação de ferramenta robusta para gerenciamento de banco de dados Postgres, com vistas a dotar a instituição de um software de gerenciamento do banco de dados que realize um controle eficiente dos bancos de dados Postgres. Projeto concluído.
Implantação do Filtro de Conteúdo Web	A atual solução de filtro de conteúdo web da CAPES gera grande esforço administrativo de manutenção, uma vez que não possui relatórios claros e concisos, apresenta grande instabilidade e não possui suporte do fabricante. Desta forma a implantação de solução de filtro de conteúdo web mais completa facilitará a administração desse serviço. Em execução, esperando elaboração da política de acesso a Internet e cronograma para migração dos outros pavimentos para a nova ferramenta.
Implantação dos Novos Ativos de Rede	Com o aumento do quadro de pessoal, a CAPES necessita adequar a infraestrutura da rede de forma a elevar a capacidade de sustentação de computadores, telefones e impressoras, por meio da substituição dos ativos de conectividade da rede CAPES. Projeto parado. Aguardando definição quanto ao encaminhamento de um processo de aquisição próprio ou adesão ao pregão de ativos de rede do INEP.
Incorporação do Portal de Periódicos ao Serviço de Monitoramento de Rede	Acordo entre a DPB/CGPP e a DGES/CGIN coloca a configuração de ferramenta de monitoração do Portal de Periódicos como uma atividade da CGIN/CSR. A monitoração do Portal de Periódicos se encontra atualmente integrada com a solução de monitoração da rede CAPES.
Instalação e Configuração de Túnel VPN com o Banco do Brasil	Um dos pré-requisitos para a construção do novo sistema financeiro da CAPES encarregado de realizar os pagamentos de bolsas por meio do Banco do Brasil é o estabelecimento de uma ligação VPN entre a CAPES e o Banco do Brasil. O túnel VPN entre o Banco do Brasil e a CAPES se encontra em uso pelo sistema financeiro da CAPES.
Migração do CONSIAFI para o Ambiente de Produção da CAPES	O aplicativo CONSIAFI está instalado em máquina própria do fabricante da solução, hospedada fisicamente no CPD do MEC, o que representa um risco de segurança para os outros servidores no mesmo segmento de rede. Atualmente o CONSIAFI se encontra totalmente inserido no ambiente de produção da CAPES.
Migração do SQL Server para Novo Servidor de Produção	A CAPES possui duas instâncias separadas de produção para o SGBD MS SQL Server, utilizadas por aplicações diferentes. No entanto, ambas as instalações não seguiam procedimentos de boas práticas. Além disso, é complexo manter dois ambientes de produção para o mesmo serviço. Atualmente todas as necessidades da CAPES de um servidor MS SQL Server são atendidas por uma única máquina servidora.
Migração dos Sites do Programa UAB para o CPD do MEC	Migração dos sites do programa UAB, da Diretoria de Educação a Distância, hospedados no Internet Data Center da RNP para o CPD da CAPES no MEC, a pedido da presidência da CAPES. Atualmente todos os serviços dos sites do programa UAB da CAPES/DED são fornecidos por máquinas hospedadas no CPD do MEC.
Organização dos Racks Switch do SBN	Organização da passagem do cabeamento da rede CAPES nos racks dos switches dos andares, bem como a realocação da utilização dos pontos de rede que estão distribuídos por cada andar do prédio da CAPES no SBN. Todos os andares com exceção da sobreloja tiveram os seus racks switches organizados.
Remoção do NOVELL	A CAPES utilizava o Sistema Operacional Novell como solução para o serviço de arquivos e como parte da espinha dorsal do seu esquema de autenticação. Entretanto, o cenário de suporte ao Novell no Distrito Federal sofreu várias perdas, não tendo mais uma empresa local que fornecesse um suporte adequado. Projeto concluído. Todas as aplicações e funcionalidades da Novell foram removidas da CAPES.

Contrato 071/POLIEDRO

A prestação de serviços técnicos especializados em tecnologia da informação da CAPES é atendida pelo contrato Nº 071/2006 - CAPES/POLIEDRO, processo nº 23038.028277/2006-79. Esse contrato sustenta parte das atividades de operação e manutenção do ambiente computacional da rede de computadores da CAPES, bem como os serviços de suporte a usuários, cuja vigência fora prorrogada a partir de 1/12/2011, por até 12 meses, enquanto o processo de contratação de nova empresa não se conclua.

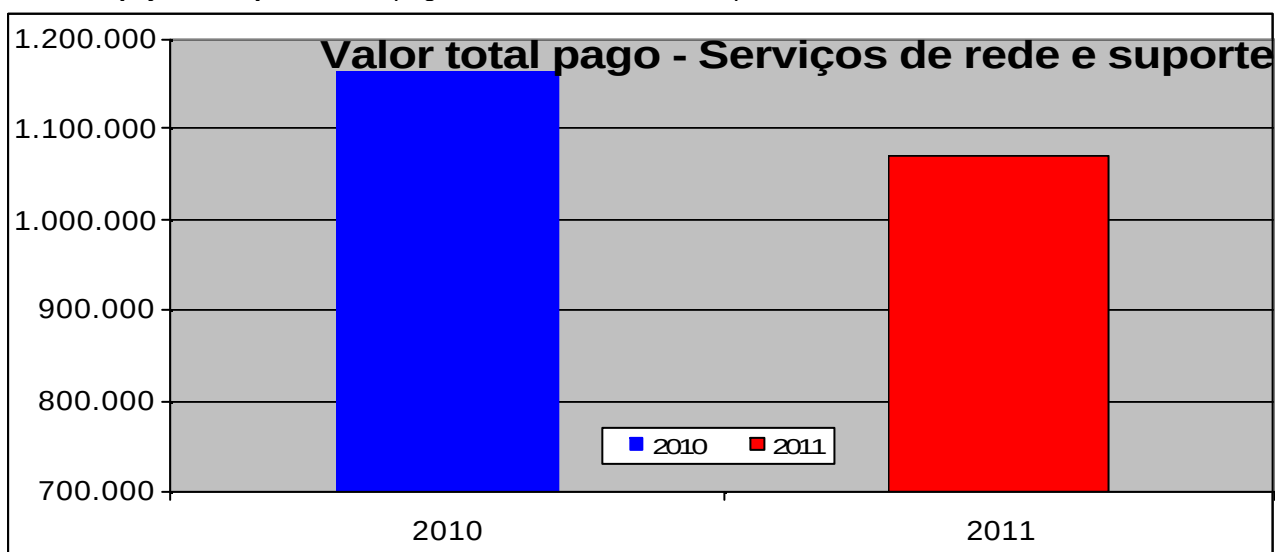
Os valores pagos a esse contrato em 2011 refletem demandas sazonais, tais como atendimentos técnicos a consultores externos durante as reuniões realizadas na CAPES e projetos de melhoria da infraestrutura de rede e do parque computacional.

Gráfico 3 (Ação 2000) – Valores pagos em 2011



Observa-se no gráfico abaixo redução da quantidade de serviço de rede e suporte prestado pela contratada ao longo de 2011, em decorrência do desligamento de colaboradores do contrato e da contratação de novos servidores na equipe.

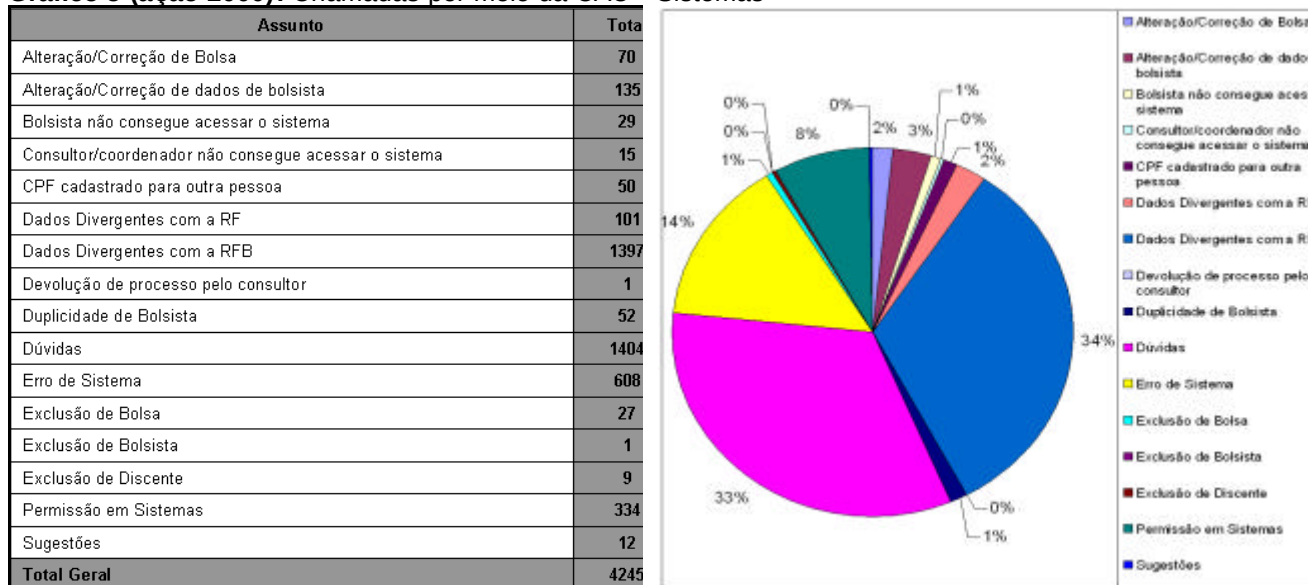
Gráfico 4 (Ação 2000) – Valores pagos em 2011 – Rede x Suporte



Atendimento a Chamados - Central de Atendimento ao Usuário - CAU

Foram realizados 4245 atendimentos por meio da Central de Atendimento ao Usuário - CAU à equipe de analistas de sistemas da CAPES em 2011. Os números por tipo de problema podem ser visualizados à seguir:

Gráfico 5 (ação 2000): Chamadas por meio da CAU - Sistemas



Com relação a suporte, banco de dados, infraestrutura, telefonia e produção, foram realizados um total de 16.538 chamados, dos quais foram concluídos 15.610, o que representa 94,4%.

Gráfico 6 (ação 2000): Chamadas por meio da CAU – Suporte.

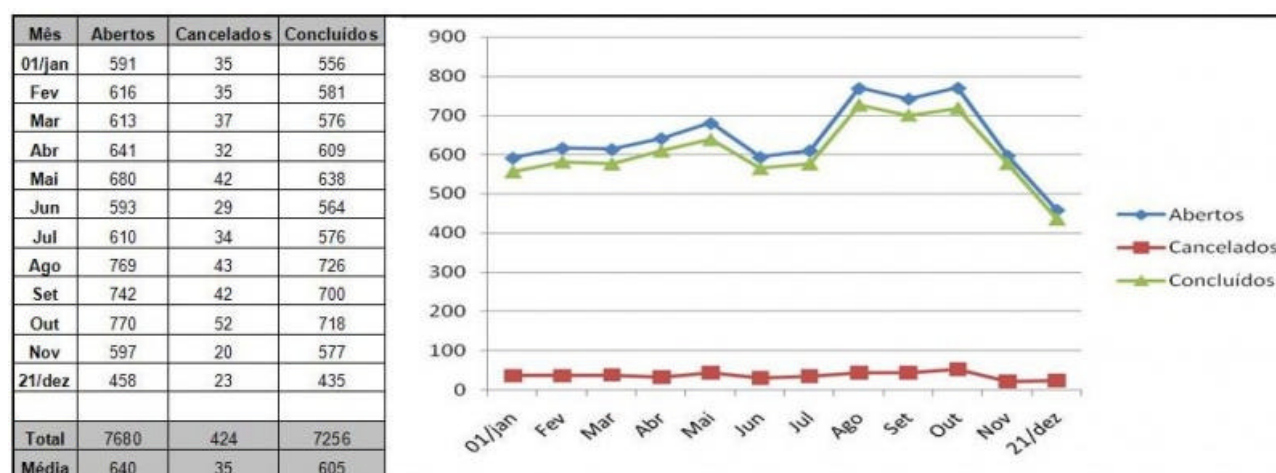


Gráfico 7 (ação 2000): Chamadas por meio da CAU – Banco.

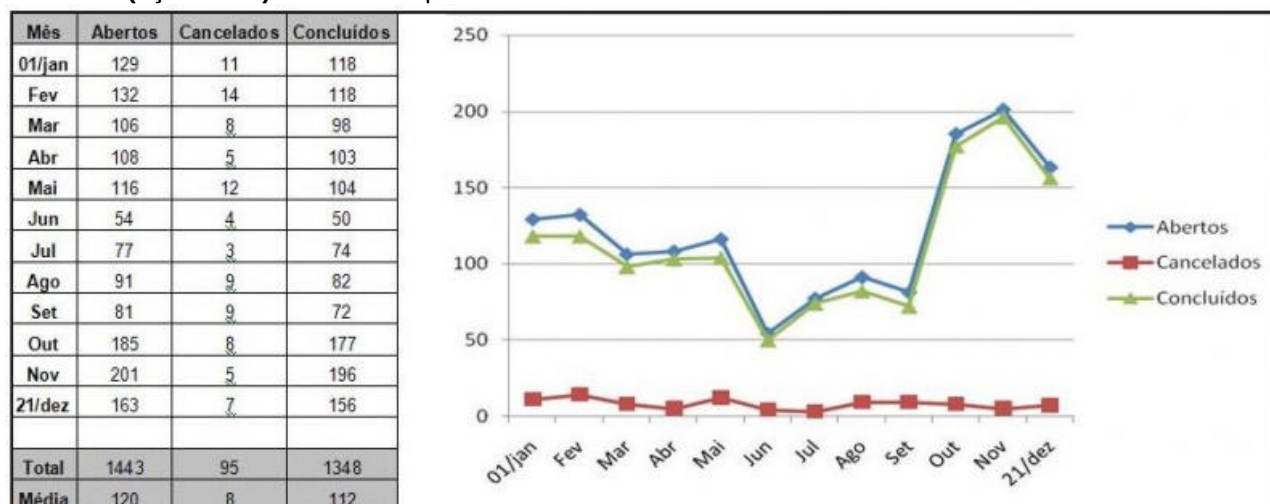


Gráfico 8 (ação 2000): Chamadas por meio da CAU –Infraestrutura (Rede, Segurança e Telefonia)

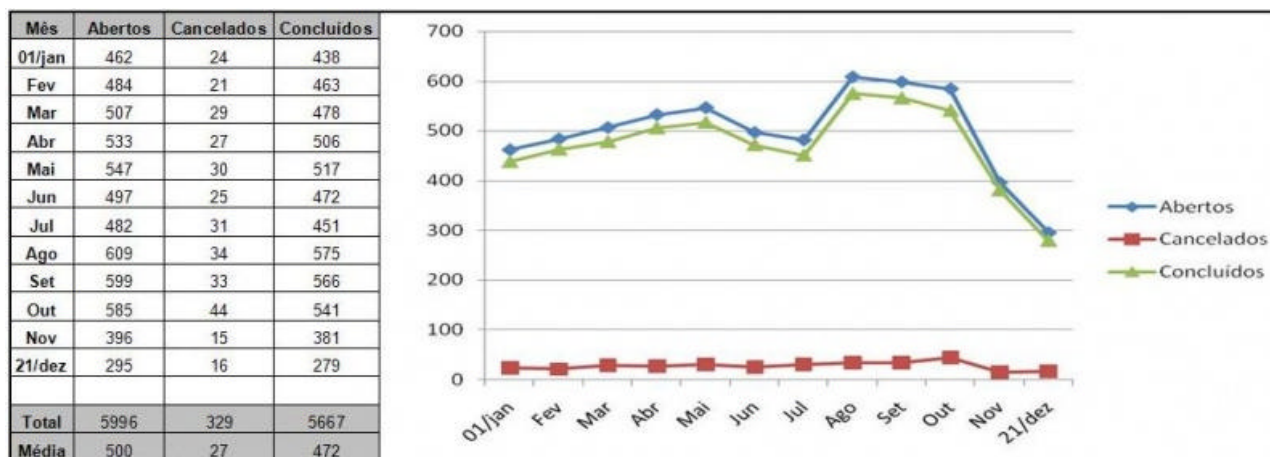


Gráfico 9 (ação 2000): Chamadas por meio da CAU – Telefonia

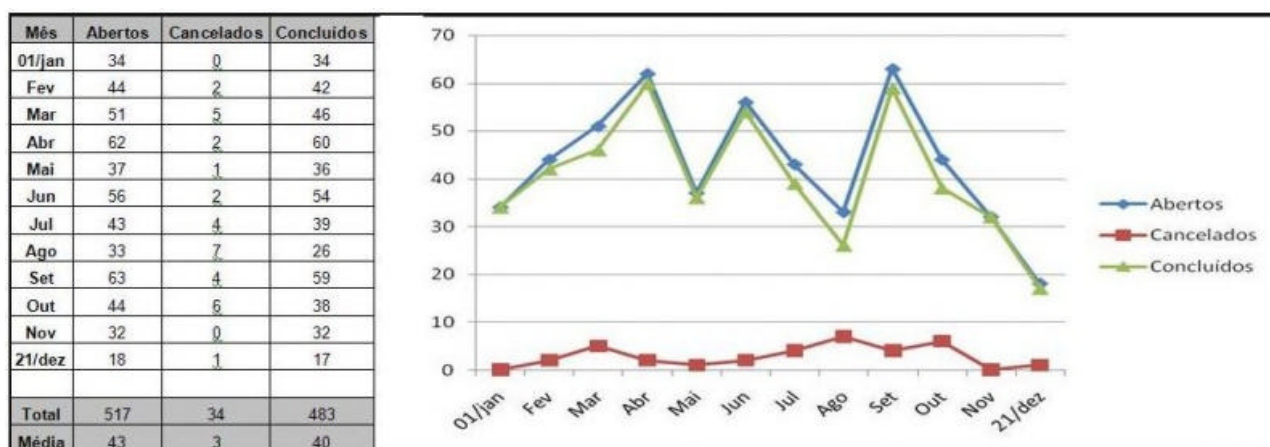
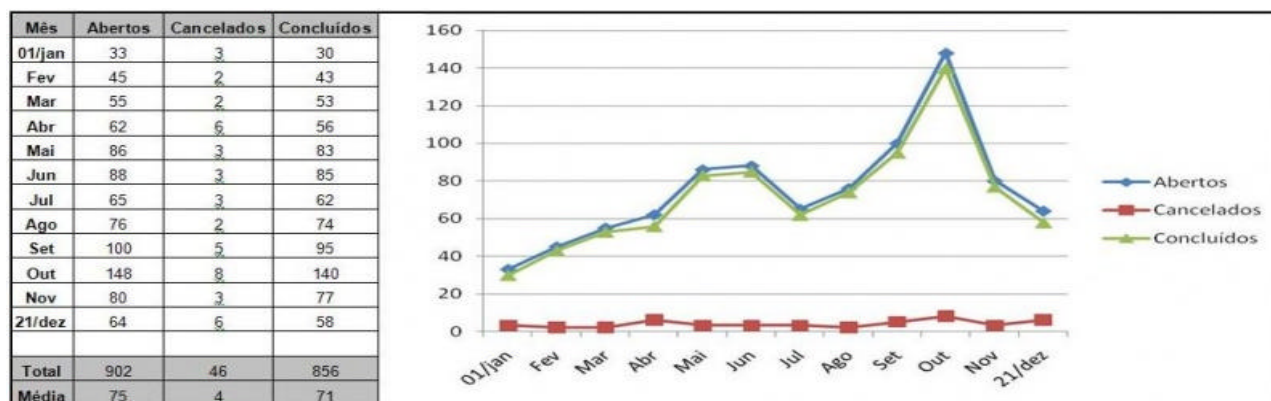


Gráfico 10 (ação 2000): Chamadas por meio da CAU – Deploy (Produção)



AÇÕES ESTRUTURANTES

Planejamento Estratégico

Após a elaboração da Agenda Estratégica da CAPES no exercício de 2010, com a definição de uma nova Missão e Visão da instituição, com a proposição de metas e indicadores estratégicos, foi dada continuidade à fase 1 (quadro abaixo) do desenvolvimento do planejamento estratégico do órgão com: a) homologação da revisão dos processos críticos (compras e contratos/convênios/pagamentos); e b) dimensionamento da força de trabalho.

Quadro 6 (ação 2000): Fases do desenvolvimento do planejamento estratégico da CAPES

	Fase 1	Fase 2	Fase 3
Estratégia	- Propósito (missão e visão) - Resultados (indicadores e metas) - Ações estruturantes (iniciativas e ações) - Modelo de Monitoramento e Avaliação	- Implantação do modelo de Monitoramento e Avaliação - Ajustes no planejamento orçamentário e nos programas do PPA	Avaliação e revisão da estratégia
Processos	Revisão dos 6 processos mais críticos	Revisão de mais 10 processos finalísticos	
Pessoas	Dimensionamento da Força de Trabalho	Modelo de Avaliação de Desempenho	
Estrutura	Diagnóstico e delineamento de modelo de governança corporativa	Diagnóstico e proposta de ajustes na estrutura	

Também em 2011, a Agenda Estratégica proposta foi homologada pela Diretoria da CAPES e, a partir de então, iniciou-se trabalho de divulgação interna aos servidores e colaboradores da instituição, por meio de diversos canais de comunicação social, como reuniões, folders/livreto,

alocação de banners em locais estratégicos e o desenvolvimento de sítio específico na intranet da CAPES (Anexo 1).

Além disso, foi iniciada a fase 2, com: a) o início do desenvolvimento do GEPLANES (sistema de acompanhamento informatizado do Planejamento estratégico) para implantação do modelo de Monitoramento e Avaliação; b) a realização dos ajustes no planejamento orçamentário e nos programas do PPA, com racionalização das ações orçamentárias da CAPES que passaram de 15 para 7 ações orçamentárias no Plano Plurianual – PPA – 2012/2015 (quadro abaixo); c) a realização de diagnóstico e proposta de ajuste na estrutura da CAPES, que culminou no novo estatuto e quadro de cargos da CAPES (vide item seguinte).

Quadro 7 (ação 2000) – Ações no PPA – 2012/2015

PROGRAMA/AÇÃO	
CAPES	
2030	PROGRAMA - EDUCAÇÃO BÁSICA
20RJ	APOIO À CAPACITAÇÃO E FORMAÇÃO INICIAL E CONTINUADA DE PROFESSORES, PROFISSIONAIS, FUNCIONÁRIOS E GESTORES PARA A EDUCAÇÃO BÁSICA
20CV	FOMENTO A ESTUDOS E PESQUISAS PARA O DESENVOLVIMENTO DA EDUCACAO BASICA
6333	APOIO A CAPACITACAO E FORMACAO INICIAL E CONTINUADA DE PROFESSORES E PROFISSIONAIS DA EDUCACAO BASICA
8429	FORMACAO INICIAL E CONTINUADA A DISTANCIA
20RO	Concessão de Bolsas de Apoio à Educação Básica
0A30	CONCESSAO DE BOLSA DE INCENTIVO A FORMACAO DE PROFESSORES PARA A EDUCACAO BASICA
009U	CONCESSAO DE BOLSA DE INICIACAO A DOCENCIA – PIBID
2032	PROGRAMA - EDUCAÇÃO SUPERIOR
2317	ACESSO A INFORMACAO CIENTIFICA E TECNOLÓGICA
4019	FOMENTO A POS-GRADUACAO
0487	CONCESSÃO DE BOLSAS DE ESTUDOS NO PAÍS
009H	CONCESSAO DE BOLSAS EM ATENDIMENTO AO PLANO NACIONAL DE POS-DOCTORADO
0487	CONCESSAO E MANUTENCAO DE BOLSAS DE ESTUDOS NO PAIS
09GK	CONCESSAO DE BOLSAS DE QUALIFICACAO DE PESSOAL DE ALTONIVEL PARA O ATENDIMENTO DAS DIRETRIZES DA POLITICA INDUSTRIAL, TECNOLÓGICA E DE COMERCIO EXTERIOR
0B95	CONCESSAO DE BOLSAS DE QUALIFICACAO DE PESSOAL DE ALTONIVEL PARA PESQUISA EM TEMAS ESTRATEGICOS - NOVAS FRONTEIRAS DA POS-GRADUACAO
0935	CONCESSÃO DE BOLSAS DE ESTUDOS NO EXTERIOR
0935	CONCESSAO E MANUTENCAO DE BOLSAS DE ESTUDOS NO EXTERIOR
0967	CONCESSAO DE BOLSAS PARA COOPERACAO INTERNACIONAL E DESENVOLVIMENTO CIENTIFICO E INOVACAO
20CY	CONCESSAO DE BOLSAS DE COOPERACAO INTERNACIONAL PARA O APRIMORAMENTO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCACAO BASICA
20RN	AVALIAÇÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR E DA PÓS-GRADUAÇÃO (Antiga 4011)

* em negrito as ações do PPA - 2012/2015 que foram revisadas e aglutinaram as ações existentes.

Reestruturação da CAPES

A CAPES em 2011 buscou promover mudanças em seu modelo de gestão das políticas públicas de educação, as quais exigiram a implementação de novos instrumentos gerenciais e a adequação de meios que possibilitassem a superação dos desafios estabelecidos pelo Governo no Plano Nacional de Pós-Graduação (PNPG).

O orçamento da instituição nos últimos quatro anos dobrou - enquanto em 2008 foi de cerca de R\$ 1,25 bilhão, encerrou o exercício de 2011 em R\$ 3 bilhões, impactando fortemente o número

de programas gerenciados e, conseqüentemente, o número de concessões (bolsas, auxílios e outros instrumentos de fomento). Nesse período, a CAPES também ganhou novas atribuições, a principal delas na política de formação de professores da educação básica em todos os municípios do País.

A execução desse crescente orçamento e das novas atribuições da CAPES demanda cada vez mais complexos sistemas de informação, os quais devem ser desenvolvidos e aprimorados com a máxima urgência. Por outro lado, o parque computacional da Agência também tem sofrido modernização e ampliação significativas.

Assim sendo, dada a importância estratégica que assumiu a área de Tecnologia da Informação no Órgão, foi proposta a criação e estruturação de uma Diretoria específica para a área de Tecnologia da Informação. Também foi proposta a reestruturação de algumas Diretorias, como a Diretoria de Relações Internacionais, a qual, com o relevo dado pelo Governo ao programa Ciência sem Fronteiras, teve como premissa a reorganização de sua estrutura de acordo com o modelo de gestão por processos, em substituição ao modelo departamentalizado.

Com isso, a CAPES passou a contar com 14 cargos de Direção e Assessoramento Superiores a mais em sua estrutura, de acordo com o Decreto n.º 7692/2012 e organograma (Anexo 2).

Concurso 2012

Também foram iniciadas em 2011 as tratativas junto ao Ministério do Planejamento Orçamento e Gestão para autorização de abertura de concurso público em 2012, para provimento na CAPES dos cargos constantes da carreira de Ciência e Tecnologia. Conforme negociação intermediada pelo Ministério da Educação, foi aprovada a abertura de 140 vagas para preenchimento por intermédio de concurso a ser realizado em 2012.

Execução Orçamentária

O valor total da Lei Orçamentária – LOA aprovada para o exercício de 2011 foi de R\$ 3.091.093.411. Após alterações durante o ano, a dotação final autorizada foi de R\$ 3.036.937.415.

A dotação inicial por ação, bem como a dotação autorizada para o exercício e as respectivas execuções encontram-se resumidas na tabela abaixo.

Quadro 08 (Ação 2000) – Execução Orçamentária 2011 por linhas de ação.

Linhas de Ação	Dotação Inicial	Alterações	Dotação Autorizada	Executado	%
BOLSAS DE ESTUDO	2.312.778.463	-51.449.000	2.261.329.463	2.174.775.182	
País	1.185.632.243	-27.180.000	1.158.452.243	1.155.472.763	99,74
Exterior	126.894.236	0	126.894.236	126.894.236	100,00
Política Industrial	117.176.840	0	117.176.840	117.142.619	99,97
Novas Fronteiras	35.787.885	0	35.787.885	33.356.098	93,20
Cooperação Internacional	134.557.715	-800.000	133.757.715	133.686.383	99,95
Coop. Intern. Para Educação Básica	6.000.000	0	6.000.000	4.669.148	77,82
Plano Nacional de Pós-Doutorado	102.606.000	0	102.606.000	102.589.500	99,98
Iniciação à Docência/PIBID	178.531.624	-23.469.000	155.062.624	144.972.830	93,49
Educação Básica (UAB/PARFOR)	425.591.920	0	425.591.920	355.991.605	83,65
FOMENTO	466.301.943	0	504.750.943	290.574.556	
Fomento à Pós-Graduação	157.636.770	0	172.616.770	140.752.784	81,54

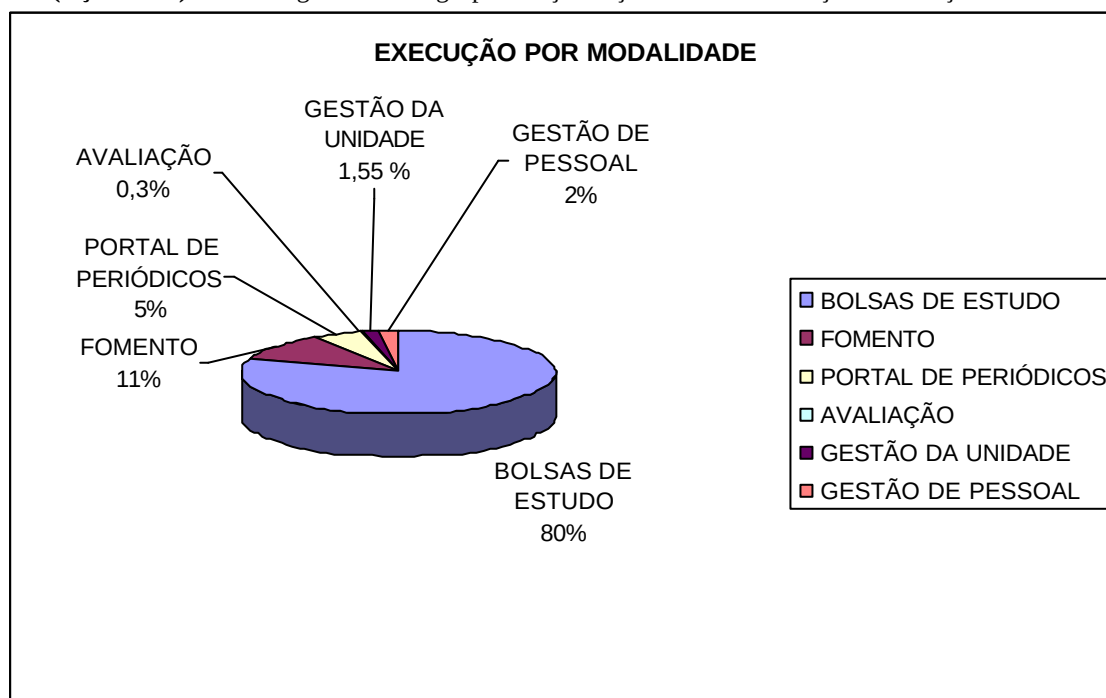
Fomento UAB	258.525.479	0	0	258.525.479	97.945.629	37,89
Fomento Educação Básica	50.139.694	0	23.469.000	73.608.694	51.876.143	70,48
PORTAL DE PERIÓDICOS	133.289.830	0	13.000.000	146.289.830	133.289.830	91,11
AVALIAÇÃO	14.071.801	0	0	14.071.801	8.141.028	57,85
GESTÃO DA UNIDADE	53.640.002	0	0	53.640.002	41.775.194	77,88
GESTÃO DE PESSOAL	56.011.372	-349.656	1.193.660	56.855.376	54.513.304	95,88
AQUISICAO DO PRÉDIO	55.000.000	-56.091.235	0	-1.091.235	0	0,00
TOTAL	3.091.093.411	-107.889.891	52.642.660	3.035.846.180	2.703.069.094	89,04

(1) O valor executado inclui as descentralizações realizadas pela CAPES. Fonte: CONSIAFI, 31/12/2011

A execução de 89% apresentada no ano de 2011 não recuperou a tradição de execução próxima de 100% de anos anteriores a 2010. Isso ocorreu em virtude de contingenciamentos ocorridos no exercício, impossibilitando o pleno cumprimento dos compromissos previstos. Portanto, a execução de 2011 não alcançou os valores previstos nas dotações autorizadas em Lei por razões que extrapolaram o escopo de atuação da instituição e não por razões operacionais.

A porcentagem de cada grupo de ação em relação à dotação orçamentária em 2011 está representada no Gráfico abaixo.

Gráfico 11 (Ação 2000): Porcentagem de cada grupo de ação orçamentária em relação à execução da CAPES em 2011



Tradicionalmente a CAPES tem mantido suas despesas com a área meio abaixo de 4% em relação à dotação global de seu orçamento, incluindo os valores destinados a pessoal. Ressalte-se que, excluindo os gastos com pessoal, as despesas com a administração da unidade correspondem a 1,55% do orçamento total, demonstrando o empenho da instituição com a priorização de suas atividades fins.

Dos créditos recebidos

Os créditos recebidos por descentralização, no total de R\$ 28.684.976,94, foram para o atendimento do Portal de Periódicos, aplicados no pagamento aos editores das assinaturas das publicações científicas incluídas no Portal, nos Programas de parceria com diversos órgãos internos e externos e aplicados nos programas de pós-graduação. Os créditos recebidos e as respectivas execuções encontram-se resumidas na tabela abaixo.

Quadro 09 (Ação 2000): Créditos recebidos

PROGRAMA/ÓRGÃO	VALOR	EXECUÇÃO
1. PORTAL	11.420.493,47	11.420.493,47
EMBRAPA	2.646.870,09	2.646.870,09
MCT	990.473,94	990.473,94
IPEA	485.047,87	485.047,87
ANVISA	465.013,80	465.013,80
Fundo Nacional de Saúde	6.000.000,00	6.000.000,00
INPI	819.406,05	819.406,05
Instituto Chico Mendes	13.681,72	13.681,72
2. PET	4.324.622,28	4.318.739,75
Ministério da Educação	4.324.622,28	4.318.739,75
3. OBSERVATÓRIO DA EDUCAÇÃO	4.499.972,59	4.499.972,59
INEP	4.499.972,59	4.499.972,59
4. PNPD	3.825.600,00	3.825.600,00
FNDCT	3.825.600,00	3.825.600,00
5. CAPES/JARDIM BOTÂNICO	296.400,00	296.400,00
Instituto de Pesquisa Jardim Botânico RJ	296.400,00	296.400,00
6. CAPES/FIOCRUZ	540.000,00	540.000,00
Fundação Oswaldo Cruz	540.000,00	540.000,00
7. PÓS-DOC SUS	1.703.151,00	1.703.151,00
Fundo Nacional de Saúde	1.703.151,00	1.703.151,00
8. CAPES/HCPA	79.200,00	79.200,00
Hospital de Clínicas de Porto Alegre	79.200,00	79.200,00
9. CAPES/UNILA	250.000,00	250.000,00
Univers. Fed. da Integ. Latino Americana	250.000,00	250.000,00
10. CAPES/CNJ	1.395.559,60	1.395.559,60
Conselho Nacional de Justiça	1.395.559,60	1.395.559,60
11. MARCA/MERCOSUL	349.978,00	349.978,00
SESU/MEC	349.978,00	349.978,00
TOTAL	28.684.976,94	28.679.094,41

b) Principais Problemas

SICONV

Tendo em vista que a maioria dos instrumentos/procedimentos da rotina operacional da CAPES não se encaixa na definição de convênio adotada pelo SICONV, já que grande parte de suas ações são predominantemente de caráter indutivo e contemplam atividades continuadas (bolsas de estudo), a utilização do referido sistema tem sido prejudicada. A CAPES ainda aguarda uma solução viável do Ministério do Planejamento Orçamento e Gestão (MPOG) para que o sistema seja devidamente adaptado às peculiaridades da instituição, conforme solicitação já feita àquela Pasta.

Passivo de processos na prestação de contas em situação de ‘A Aprovar’

A situação dos processos pendentes de análise e aprovação no setor de prestação de contas se constitui, um entrave operacional da CAPES. Ao longo de 2011, foram registrados 11.613 processos (relativos aos instrumentos Convênio e Auxílio Financeiro a Pesquisador - AUXPE).

Deste montante foram analisados 5.144, restando ainda 6.469 pendentes. Além disso, existem 5.837 processos de exercícios anteriores (passivos), considerando o período de 1999 a 2010.

Em relação ao passivo informado no relatório anterior (relativos ao período de 1999 a 2009 - passivo de 4.332 processos), foi executada a análise em torno de 55% do montante, sendo que a aprovação ainda depende das respostas de diligências e de pareceres técnicos.

A força de trabalho envolvida na condução das etapas relativas à prestação de contas ainda é insuficiente para analisar o volume de processos acumulados tendo em vista o crescente orçamento da CAPES e consequentemente o aumento dos programas e respectivos repasses, sem que houvesse o proporcional ingresso de servidores, uma vez que não houve autorização para prosseguimento de concurso público, o que ainda é agravado pela saída de servidores recém contratados.

A previsão de finalização de análise do passivo até 2010 com a capacidade operacional atual (10 técnicos), é de 24 meses a partir de março de 2012. Como parte dos esforços para solucionar esse problema, será implantado no SICAPES módulo de Prestação de Contas na informatização da concessão dos AUXPE, visando maior agilidade para a redução do passivo.

Perda de concursados e dificuldade em contratar pessoal especializado em Tecnologia da Informação

A validade do concurso realizado pela CAPES terminou em julho de 2010 e, a partir de então, não está sendo possível a substituição dos servidores, que deixam a instituição em busca de melhores oportunidades na Administração Pública ou que se aposentam. A evasão de pessoal vem causando transtornos devido à descontinuidade do serviço, a necessidade de treinamentos constantes e a perda de mão-de-obra qualificada, fato agravado pela não autorização de contratação de novos servidores pelo MPOG no exercício de 2011.

Quadro 6 (ação 2000): Vacâncias desde a expiração do concurso

Vacâncias ocorridas desde 15/7/2010, data em que expirou prorrogação da validade do concurso realizado em 2008 (edital 1/2008)	
CARGO	Quantidade
ANALISTA EM C&T	18
ASSISTENTE EM C&T	22
AUXILIAR EM C&T	0
TOTAL	40
O último concurso público foi instaurado pelo Edital CAPES nº 1/2008 (D.O.U. de 9/4/2008, seção 3, p. 23); Resultado homologado pelo Edital CAPES nº 2/2008 (D.O.U. de 16/7/2008, seção 3, p. 26); Validade prorrogada pelo Edital CAPES nº 1/2009 (D.O.U. de 5/6/2009, seção 3, p. 24); Vigência expirada a partir de 15/7/2010.	

A contratação de pessoal terceirizado na área da Tecnologia da Informação também enfrenta dificuldades, principalmente devido à necessidade de especialização em determinadas áreas e à maior rotatividade desse profissional, que é altamente requisitado em setores públicos e privados.

Atualmente, a CGIN conta com uma equipe reduzida de servidores e colaboradores (cargos em comissão sem vínculo e Contrato Temporário da União – CTU) alocados nas suas duas coordenações de informática, Coordenação de Desenvolvimento e Manutenção de Sistemas (CSI) e Coordenação de Suporte e Manutenção de Redes (CSR), conforme quadro abaixo:

Quadro 7 (ação 2000): distribuição de servidores nas áreas de informática

Setor	SERVIDORES			Total
	Efetivos	Comissionados	Temporários	
CSI	5	1	25	31
CSR	3	1	13	17
Total	8	2	38	48

O restante da força de trabalho da CGIN está alocada no modelo de prestação de serviços terceirizados em desenvolvimento de sistemas, suporte e manutenção de infraestrutura de comunicação, para o qual há dois contratos especializados na área de Tecnologia da Informação (TI), conforme explicitado anteriormente no tópico relativo à informática.

Em conformidade com a Instrução Normativa nº 04 da Secretaria de Logística e tecnologia da Informação (SLTI/MPOG), a CGIN elaborou três termos de referência para contratação de serviço terceirizado de TI, tendo como parâmetro a contagem de pontos de função em desenvolvimento de sistemas e unidades de serviços técnicos em suporte e manutenção de infraestrutura de comunicação, em vez da métrica de hora de serviço técnico, visto que é possível planificar características das tarefas e cobrar pela execução de serviços de planejados e executados.

Assim, observando os Acórdãos do Tribunal de Contas da União (TCU) que recomendam a utilização do Pregão Eletrônico, a CGIN tomou a iniciativa inovadora de lançar seus processos licitatórios nessa modalidade de licitação, todos eles fundamentados em tarefas executadas para os serviços de infra-estrutura e suporte e em pontos de função para os serviços de desenvolvimento de Sistemas.

Em 2011 foi realizado o pregão 20/2011 para contratação de serviços de fábrica de software na modalidade pregão. Havia sido previsto um quantitativo de cerca de 20.000 (vinte mil) pontos de função por ano de contrato, estimativa revista em função de uma possível parceria da instituição com a Universidade Federal do Rio Grande do Norte – UFRN, para reformulação e modernização dos sistemas que cuidam da avaliação da pós-graduação strito-sensu. Em função desta mudança no quantitativo de pontos de função a serem contratados, o pregão foi revogado para adequação ao novo planejamento prevendo 14.000 (quatorze mil) pontos de função por ano. Estima-se que o novo pregão deve ser realizado no primeiro trimestre de 2012.

c) Considerações sobre o atingimento das metas físicas e financeiras.

META	PREVISÃO	EXECUÇÃO	EXECUÇÃO/PREVISÃO%
FINANCEIRA	R\$ 88.578.915,	R\$ 75.656.579,	85,41%
Física	Não se aplica	Não se aplica	

Fonte: SIMEC para execução física e SIAFI para a execução financeira

II) Ação 2004 – Assistência Médica e Odontológica aos Servidores, Empregados e seus Dependentes

Ação 2004	Assistência Médica e Odontológica aos Servidores, Empregados e seus Dependentes
Tipo	Atividade
Finalidade	Proporcionar aos servidores, empregados, seus dependentes e pensionistas condições para manutenção da saúde física e mental.
Descrição	Concessão do benefício de assistência médico-hospitalar e odontológica aos servidores e empregados, ativos e inativos, dependentes e pensionistas.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	
Coordenador da ação	Fábio de Paiva Vaz Diretor de Gestão
Unidades executoras	Diretoria de Gestão (DGES), Coordenação-Geral de Gestão de Pessoas (CGGP)

a) Principais resultados:

Convênios com Operadoras de Planos de Saúde

Em 2011 foram mantidos e administrados os Convênios 01/2008 e 02/2008, celebrados com a GEAP – Fundação de Seguridade Social e ASSEFAZ – Fundação Assistencial dos servidores do Ministério da Fazenda, respectivamente, para atender ao Artigo 230 da Lei Nº 8.112/90, que se refere à Assistência à Saúde dos Servidores Ativos, Inativos e Pensionistas.

GEAP

Foi celebrado o Terceiro Termo Aditivo ao Convênio 01/2008, celebrado, em 28/08/2008, com a GEAP – Fundação de Seguridade Social.

Por este Termo Aditivo, de 6/6/2011, foi definida nova forma de cobrança das mensalidades dos titulares e para seus dependentes e pensionistas, que correspondem aos valores definidos nas tabelas abaixo, a partir da competência fevereiro/2011.

Anteriormente a este Terceiro Termo, o valor das mensalidades dos planos de saúde da GEAP era fixo, independente da idade ou da remuneração. Por esta nova forma de cobrança, leva-se em consideração a faixa de remuneração do servidor. Portanto, alguns servidores tiveram sua mensalidade reduzida, enquanto outros se depararam com um aumento na sua contribuição mensal.

GEAP Referência	
Faixa de Remuneração	Valor da Contribuição por Beneficiário
R\$0,00 - R\$1.499,00	R\$ 18,80
R\$1.500,00 - R\$1.999,00	R\$ 24,45
R\$2.000,00 - R\$2.499,00	R\$ 29,93
R\$2.500,00 - R\$2.999,00	R\$ 34,19
R\$3.000,00 - R\$3.999,00	R\$ 39,78
R\$4.000,00 - R\$5.499,00	R\$ 52,13
R\$5.500,00 - R\$7.499,00	R\$ 55,44
R\$7.500,00 ou mais	R\$ 57,58

GEAP Essencial	
Faixa de Remuneração	Valor da Contribuição por Beneficiário
R\$0,00 - R\$1.499,00	R\$ 32,64
R\$1.500,00 - R\$1.999,00	R\$ 36,59
R\$2.000,00 - R\$2.499,00	R\$ 42,39
R\$2.500,00 - R\$2.999,00	R\$ 46,98
R\$3.000,00 - R\$3.999,00	R\$ 52,55
R\$4.000,00 - R\$5.499,00	R\$ 65,86
R\$5.500,00 - R\$7.499,00	R\$ 69,36
R\$7.500,00 ou mais	R\$ 71,27

GEAP Clássico	
Faixa de Remuneração	Valor da Contribuição por Beneficiário
R\$0,00 - R\$1.499,00	R\$ 46,88
R\$1.500,00 - R\$1.999,00	R\$ 52,31
R\$2.000,00 - R\$2.499,00	R\$ 57,91
R\$2.500,00 - R\$2.999,00	R\$ 62,75
R\$3.000,00 - R\$3.999,00	R\$ 68,06
R\$4.000,00 - R\$5.499,00	R\$ 81,99
R\$5.500,00 - R\$7.499,00	R\$ 85,47
R\$7.500,00 ou mais	R\$ 88,20

GEAP Saúde II	
Faixa de Remuneração	Valor da Contribuição por Beneficiário
R\$0,00 - R\$1.499,00	R\$ 89,05
R\$1.500,00 - R\$1.999,00	R\$ 93,93
R\$2.000,00 - R\$2.499,00	R\$ 101,13
R\$2.500,00 - R\$2.999,00	R\$ 106,32
R\$3.000,00 - R\$3.999,00	R\$ 111,02
R\$4.000,00 - R\$5.499,00	R\$ 128,09
R\$5.500,00 - R\$7.499,00	R\$ 131,74
R\$7.500,00 ou mais	R\$ 135,56

Fonte: CGGP

O número total de beneficiários e o valor despendido mês a mês estão demonstrados no Quadro abaixo:

Quadro I (ação 2004): Desembolso Mensal da CAPES – GEAP

GEAP 2011				
MÊS	TITULARES	DEPENDENTES	TOTAL	Contribuição Patronal
Janeiro	114	102	216	R\$ 16.910,00
Fevereiro	109	97	206	R\$ 16.281,00
Março	107	95	202	R\$ 16.074,00
Abril	106	97	203	R\$ 18.495,00
Maiο	108	100	208	R\$ 16.766,00
Junho	106	100	206	R\$ 18.854,00
Julho	105	100	205	R\$ 16.659,00
Agosto	105	100	205	R\$ 16.534,00
Setembro	106	100	206	R\$ 16.380,00
Outubro	106	100	206	R\$ 16.386,00
Novembro	106	100	206	R\$ 15.945,00
Dezembro	106	98	204	R\$ 16.095,00
TOTAL				R\$201.379,00

Fonte: CGGP

Em 2011 foram registrados 19 cancelamentos (10 titulares e 9 dependentes) e 17 novas adesões (10 titulares e 7 dependentes) a planos GEAP.

ASSEFAZ

Foi celebrado o Segundo Terceiro Aditivo ao Convênio 02/2008, celebrado em 28/08/2008, com a ASSEFAZ – Fundação Assistencial dos servidores do Ministério da Fazenda.

Tal Termo Aditivo, de 4/10/2011, trata-se de adequações às disposições da Portaria Normativa/MP/SRH/nº5/10, bem como às Resoluções Normativas editadas pela ANS nº 195, de 14 de julho de 2009; nº 200, de 13 de agosto de 2009; e nº 204, de 1º de outubro de 2009.

O número total de beneficiários mês a mês e o gasto despendido com a contribuição patronal repassada à Assefaz está demonstrado no Quadro abaixo:

Quadro II (ação 2004): Desembolso Mensal da - ASSEFAZ

ASSEFAZ 2011				
	TITULARES	DEPENDENTES	TOTAL	Contribuição Patronal
Janeiro	104	68	172	R\$ 12.419,00
Fevereiro	104	68	172	R\$ 12.343,00
Março	104	68	172	R\$ 12.344,00
Abril	104	68	172	R\$ 12.201,00
Maiο	103	70	173	R\$ 12.186,00
Junho	103	70	173	R\$ 12.122,00
Julho	103	70	173	R\$ 11.829,00
Agosto	103	70	173	R\$ 11.830,00
Setembro	101	67	168	R\$ 11.459,00
Outubro	101	66	167	R\$ 11.452,00
Novembro	101	66	167	R\$ 11.442,00

Dezembro	100	66	166	R\$ 11.523,00
TOTAL				R\$ 143.150,00

Fonte: CGGP

Durante 2011, foram registrados 15 cancelamentos (12 titulares e 3 dependentes), e 3 novas adesões (3 dependentes) a planos ASSEFAZ.

Acordos de Cooperação – Planos de Saúde

Fipeccq Vida

Foi mantido o Acordo de Cooperação celebrado entre a Caixa de Assistência Social da FIPCCq e a CAPES, em 21 de outubro de 2010, estabelecendo condições e procedimentos com vistas à disponibilização dos Programas Assistenciais e demais atendimentos oferecidos pela Caixa de Assistência aos servidores da CAPES. Os planos de saúde oferecidos pela Fipeccq Vida são Amil, Gama Saúde e Odontoprev.

O balanço de 2011 mostra que há 281 beneficiários inscritos em planos administrados pela FIPCCq Vida, destes, 140 são titulares e 141 são dependentes.

Plano Brasil de Saúde

Foi mantido o Acordo de Parceria Nº 01 do Plano Brasil de Saúde para os Servidores em Educação. Esse Acordo de Parceria foi celebrado entre Ministério da Educação – MEC e a Aliança Administradora de Benefícios de Saúde LTDA e possibilita a adesão de servidores e dependentes a planos Amil, Unimed, Medial Saúde, Odontoprev, Odontogroup e Prodent.

O balanço de 2011 mostra que há 38 beneficiários inscritos em planos administrados pela Aliança Administradora, destes são 18 titulares e são 20 dependentes.

Ressarcimento de Auxílio à Saúde

A Portaria Normativa nº 03, de 30/07/2009, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG), autorizou os órgãos a realizarem o ressarcimento referente ao valor da contribuição patronal aos planos de saúde para aqueles servidores que servidores não beneficiários dos planos de saúde conveniados com o órgão, mas que possuíssem plano de saúde particular.

Em 2011, o número de servidores que aderiram a essa modalidade de auxílio à assistência médica e/ou odontológica aumentou, passando de 79 (setenta e nove) para 103 (cento e três). Além desses 103 (cento e três) titulares, há 75 dependentes inscritos como beneficiários de ressarcimento.

b) Principais problemas

No ano de 2011, permaneceu a insatisfação dos servidores com relação à assistência à saúde oferecida pelos planos da GEAP, principalmente no que diz respeito à rede credenciada. Tal rede tem se tornado cada vez mais restrita, o que dificulta a marcação de consultas, já que para algumas especialidades há apenas um profissional credenciado. Também tem diminuído o número de hospitais credenciados.

Quanto aos serviços prestados pela ASSEFAZ, as reclamações referem-se ao alto valor das mensalidades, o que inviabiliza a adesão de titulares com grande número de dependentes e daqueles

com idade mais avançada. Há reclamações sobre a burocracia na liberação de autorização para realização de alguns procedimentos. Também há reclamações quanto à diminuição no número de médicos, clínicas e hospitais de qualidade reconhecida credenciados.

A grande insatisfação dos servidores em relação à assistência médica deve-se: a) ao baixo valor da contribuição patronal *versus* alto valor dos planos de saúde; e b) à ausência de um serviço de atendimento à saúde na própria CAPES.

O fator prejudicial para a consecução da meta financeira foi o fato do quadro de servidores não ter sido ampliado, porquanto ocorreram diversos desligamentos no decorrer do ano, sem possibilidade de substituição de pessoal devido ao término da validade, em julho/2010, do concurso público realizado em 2008.

Sobre a meta física, cabe esclarecer que, em 2010, quando se fez a estimativa de gastos com assistência médica e odontológica à saúde do servidor, previu-se um aumento no quantitativo de servidores da CAPES, bem como de seus dependentes, o que provocaria um aumento das despesas com essa Ação. Entretanto, não se concretizou a expectativa de realização de novo concurso, vários servidores não aderiram aos planos de saúde conveniados com a CAPES e nem todos que aderiram inscreveram dependentes nos planos de saúde.

META	PREVISÃO	EXECUÇÃO	EXECUÇÃO (empenho)
FINANCEIRA	R\$ 747.692,00	R\$ 513.612,03	68,69%
FÍSICA	1.227	532	43,36%

Fonte: SIMEC para execução física e SIAFI para a execução financeira

III) Ação 2010 – Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores e Empregados

Ação 2010	Assistência pré-escolar aos dependentes dos servidores e empregados
Tipo	Atividade
Finalidade	Oferecer aos servidores, durante a jornada de trabalho, condições adequadas de atendimento aos seus dependentes, conforme o art. 3º do Decreto nº 977/1993
Descrição	Concessão do benefício de assistência pré-escolar pago diretamente no contra-cheque, a partir de requerimento, aos servidores e empregados que tenham dependentes em idade pré-escolar, conforme dispõe o Decreto nº 977/1993
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	
Coordenador da ação	Fábio de Paiva Vaz
Unidades executoras	Diretoria de Gestão (DGES), Coordenação-Geral de Gestão de Pessoas (CGGP), Coordenação de Administração de Pessoal (CAP)

Para a presente ação o exercício de 2011 foi marcado por uma previsão financeira 7,45% inferior àquela de 2010, para o cumprimento de uma meta física 86,36% superior. Entretanto, houve suplementação orçamentária chegando-se ao orçamento aprovado de R\$ 61.569,00, para a concessão de 44 auxílios ao final de 2011, superando em 7,32% a previsão inicial. A execução da ação no exercício de 2011 atingiu 87,28% da dotação final.

A grande defasagem existente entre a previsão e a execução, constatada no quantitativo de dependentes atendidos e, conseqüentemente, no âmbito financeiro, deveu-se ao fato de que houve uma concessão de 8 auxílios-natalidade no exercício de 2011 a servidores estatutários. Na suplementação orçamentária, houve somente a correção do valor, considerando-se o custo médio por criança atendida, sem a respectiva correção na meta física relativa ao quantitativo de dependentes atendidos. Não houve qualquer restrição na suplementação orçamentária dessa ação, viabilizando, assim, o atendimento integral da demanda.

META	PREVISÃO	EXECUÇÃO	EXECUÇÃO (empenho) %
FINANCEIRA	R\$ 46.569,00	R\$ 53.736,75	115,39%
FÍSICA	41	44	107,32%

Fontes: SIMEC, SIAFI e Lei nº 12.381/2011.

IV) Ação 2011 – Auxílio Transporte aos Servidores e Empregados

Ação 2011	Auxílio transporte aos servidores e empregados
Tipo	Atividade
Finalidade	Pagamento de auxílio-transporte, em pecúnia, de natureza jurídica indenizatória, destinado ao custeio parcial das despesas realizadas com transporte coletivo pelos servidores públicos e contratados da Administração Federal fundacional da União, nos deslocamentos de suas residências para os locais de trabalho e vice-versa, de acordo com a Lei nº 7.418/1985 e alterações, Medida Provisória nº 2.165-36/2001 e o Decreto nº 2.880/1998
Descrição	Concessão de indenização para o custeio parcial das despesas realizadas com transporte coletivo municipal, intermunicipal ou interestadual pelos servidores e empregados públicos da Administração Federal fundacional da União, nos deslocamentos de suas residências para os locais de trabalho e vice-versa
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	
Coordenador nacional da ação	Fábio de Paiva Vaz
Unidades executoras	Diretoria de Gestão (DGES), Coordenação-Geral de Gestão de Pessoas (CGGP), Coordenação de Administração de Pessoal (CAP)

No âmbito desta ação, o exercício de 2011 foi marcado por uma previsão financeira 44,67% inferior àquela de 2010. Da dotação orçamentária de R\$ 121.606,00, a execução da ação no exercício de 2011 atingiu 66,73%, representando ao final do exercício o cumprimento 143,10% frente à meta física prevista ao seu início.

Destaca-se que fator determinante do não alcance da meta financeira prevista do início do exercício é o impacto que o desconto de 6% sobre o vencimento básico teria sobre os beneficiários desta ação, conforme estabelecido no Decreto nº 2.880/1998. Dessa forma, após a reestruturação remuneratória da carreira de Gestão, Planejamento e Infra-Estrutura em Ciência e Tecnologia, com efeito financeiro a partir de julho de 2009, com a publicação da Lei nº 11.907/2009, o valor do desconto, por vezes, suplanta o valor do benefício, determinando baixa adesão ao mesmo pelos servidores. Concorrente a esse fator, a CAPES tem agido com rigor no cumprimento da obrigatoriedade da utilização de transporte coletivo para fazer jus ao auxílio transporte, inclusive cadastrando os beneficiários, com fundamento na Orientação Normativa SRH/MP nº 4/2011.

META	PREVISÃO	EXECUÇÃO	EXECUÇÃO (empenho)
FINANCEIRA	R\$ 121.606,00	R\$ 81.143,37	66,72%
FÍSICA	58	83	143,10%

Fontes: SIMEC, SIAFI e Lei nº 12.381/2011.

V) Ação 2012 – Auxílio Alimentação aos Servidores e Empregados.

Ação 2012	Auxílio alimentação aos servidores e empregados
Tipo	Atividade
Finalidade	Pagamento de auxílio-alimentação, em pecúnia, na proporção dos dias trabalhados, custeado com recursos do órgão ou entidade de lotação ou exercício do servidor público ou contratado
Descrição	Concessão de indenização para o custeio de despesas de alimentação dos servidores públicos e contratados ativos, de acordo com a Lei nº 9.527/1997 ou, ainda, por meio da manutenção de refeitório
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	
Coordenador da ação	Fábio de Paiva Vaz
Unidades executoras	Diretoria de Gestão (DGES), Coordenação-Geral de Gestão de Pessoas (CGGP), Coordenação de Administração de Pessoal (CAP)

Para a presente ação o exercício de 2011 foi marcado por uma previsão financeira 0,13% inferior àquela de 2010, para o cumprimento de uma meta física 19,44% superior. Com o orçamento de R\$ 1.412.937,00, concedeu-se 394 auxílios ao final de 2011, superando em 1,81% a previsão inicial. A execução da ação no exercício de 2011 atingiu 94%, representando ao final do exercício o cumprimento de 101,81% frente à meta física prevista ao seu início.

Observa-se que, apesar da grande rotatividade por vacâncias de servidores estatutários, o preenchimento de 24 novos postos de trabalho por contratados por tempo determinado, de acordo com a Portaria Interministerial MPOG/MEC nº 47/2011, contribuiu para compensar as metas física e financeira previstas.

META	PREVISÃO	EXECUÇÃO	EXECUÇÃO (empenho)
FINANCEIRA	R\$ 1.412.937,00	R\$ 1.328.106,76	94,05%
FÍSICA	387	394	101,81%

Fontes: SIMEC, SIAFI e Lei nº 12.381/2011.

VI) Ação 20CW - Assistência Médica aos Servidores e Empregados – Exames Periódicos

Ação 20CW	Assistência Médica aos Servidores e Empregados – Exames Periódicos
Tipo	Atividade
Finalidade	Proporcionar aos servidores e empregados condições pra manutenção da saúde física e mental.
Descrição	Realização dos exames médicos periódicos dos servidores e empregados da administração pública federal direta, autárquica e fundacional.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	
Coordenador da ação	Fábio de Paiva Vaz
Unidades executoras	Diretoria de Gestão (DGES), Coordenação-Geral de Gestão de Pessoas (CGGP)

A meta física prevista para execução desta Ação foi registrada com base no nº de servidores com idade a partir dos 45 (quarenta e cinco), que de acordo com o Decreto nº 6.856, de 25 de maio de 2009, deveriam ser submetidos aos exames médicos periódicos anualmente.

No entanto, não foi possível executar estes exames em 2011. Ressaltamos dois obstáculos para a execução dos exames nesse ano. Em 14 de abril de 2011, foi publicada a Portaria Nº 783, de 7 de abril de 2011, do Ministério do Planejamento Orçamento e Gestão, que estabeleceu a obrigatoriedade da utilização do sistema informatizado denominado como “Exames Médicos Periódicos do SIAPE-Saúde”, aos órgãos e entidades do Sistema de Pessoal Civil Administração Federal – SIPEC. Esse Sistema ainda apresenta problemas de acesso e inserção de dados, o que está impossibilitando o início da realização dos exames.

Outro fato impeditivo para a execução dos exames periódicos no ano de 2011 é que em 22 de novembro, do referido ano, foi publicada a Portaria Normativa Nº 5 de 2011, que excluiu a possibilidade de realização dos exames médicos periódicos mediante convênio com operadoras de plano de assistência à saúde, organizados na modalidade de autogestão, o que é o caso da GEAP. Foi esta justamente a situação da CAPES, uma vez que esta Fundação firmou Termo Aditivo para realização dos Exames com aquela Instituição.

META	PREVISÃO	EXECUÇÃO	EXECUÇÃO (empenho)
FINANCEIRA	R\$ 69.660,00	R\$ 0,00	0,00%
FÍSICA	119	0	0,00%

Fonte: SIMEC para execução física e SIAFI para a execução financeira

VII) Ação 09HB - Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais

Ação 09HB	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o custeio do regime de previdência dos servidores públicos federais
Tipo	Operações Especiais
Finalidade	Assegurar o pagamento da contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o custeio do regime de previdência dos servidores públicos federais na forma do art. 8º da Lei nº 10.887/2004
Descrição	Pagamento da contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o custeio do regime de previdência dos servidores públicos federais na forma do art. 8º da Lei nº 10.887/2004
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	
Coordenador da ação	Fábio de Paiva Vaz
Unidades executoras	Diretoria de Gestão (DGES), Coordenação-Geral de Gestão de Pessoas (CGGP), Coordenação de Administração de Pessoal (CAP)

No âmbito desta ação, o exercício de 2011 foi marcado por uma previsão financeira 0,90% superior àquela de 2010. Atingiu-se 96,82% da meta financeira prevista para o exercício.

META	PREVISÃO	EXECUÇÃO	EXECUÇÃO (empenho)
FINANCEIRA	R\$ 7.609.208,00	R\$ 7.366.898,29	96,82%
FÍSICA	-	-	-

Fontes: SIMEC, SIAFI e Lei nº 12.381/2011.

Programa 1067 - Gestão da Política de Educação (MEC)**I) Ação 4572 – Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação**

Ação 4572	Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação
Tipo	Atividade
Finalidade	Promover a qualificação e a requalificação de pessoal com vistas à melhoria continuada dos processos de trabalho, dos índices de satisfação pelos serviços prestados à sociedade e do crescimento profissional.
Descrição	Realização de ações diversas voltadas ao treinamento de servidores, tais como custeio dos eventos, pagamento de passagens e diárias aos servidores, quando em viagem para capacitação, taxa de inscrição em cursos, seminários, congressos e outras despesas relacionadas à capacitação de pessoal.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	
Coordenador da ação	Fábio de Paiva Vaz
Unidades executoras	Diretoria de Gestão (DGES), Coordenação-Geral de Gestão de Pessoas (CGGP)

a) Informações sobre os Resultados Alcançados

As capacitações dos servidores da foram realizadas com o apoio do Programa Institucional de Desenvolvimento de Recursos Humanos – PIDRH da CAPES, de acordo com as demandas constantes no Plano Anual de Capacitação de Recursos Humanos para o exercício de 2011, aprovado pela Diretoria Executiva da em dezembro de 2010, sendo oferecidas as seguintes modalidades de capacitação: cursos de curta duração, incentivo à graduação, ampliação do domínio de idiomas e pós-graduação *lato sensu* e *stricto sensu*.

Devemos ressaltar que em outubro de 2011, de acordo com o Plano de Providências acordado com a Controladoria-Geral da União, foi publicada a nova versão do Regulamento PIDRH com vistas a garantir maior adequação entre as normas internas de capacitação institucional com as diretrizes pautadas pelo decreto 5.707/2006. Este decreto estabelece a política e as normativas para o desenvolvimento de pessoal na administração pública federal direta, autárquica e fundacional, e regulamenta dispositivos da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990.

Na primeira parte dos resultados alcançados, são apresentados os dados acerca dos cursos de aperfeiçoamento realizados no ano de 2011, os quais foram analisados e relatados com ênfase em 10 critérios: 1) Distribuição dos cursos por área temática; 2) Comparativo nos últimos três anos da quantidade de capacitações realizadas e de participações nos cursos; 3) Quantitativo por categoria de colaborador; 4) Comparativo de servidores capacitados que possuem ou não o cargo de Direção Assessoramento Superiores – DAS; 5) Distribuição por unidade organizacional da CAPES; 6) Frequência mensal dos cursos; 7) Ações por tipo de instituição promotora; 8) Média de carga

horária anual de treinamento por servidor capacitado; 9) Cidade de realização dos cursos; e 10) Comparativo nos últimos três anos da quantidade de capacitações em idiomas.

Em relação às áreas temáticas dos cursos de aperfeiçoamento no ano de 2011, a distribuição demonstrada na tabela 1 indica que a área de Português (31,83%), seguida da de Logística (29,76%), foram as que tiveram maior percentual de realização.

Tabela 1 (ação 4572): Cursos de curta duração por área temática

Área	Quantidade de Participações	Percentual
Auditoria	7	2,42%
Ciência e Tecnologia	1	0,35%
Defesa e Segurança	30	10,38%
Economia, Orçamento e Finanças	9	3,11%
Educação	7	2,42%
Ética	2	0,69%
Gestão da Informação	4	1,38%
Gestão de Pessoas	16	5,54%
Informática - Programação e Tecnologia da Informação	10	3,46%
Informática - Sistemas Informatizados do Governo Federal	17	5,88%
Logística	86	29,76%
Outros: Cerimonial	1	0,35%
Outros: Ciências do Solo	1	0,35%
Outros: Português	92	31,83%
Planejamento	4	1,38%
Saúde	2	0,69%
Total	289	100%

Fonte: CGGP

Na tabela 2 são apresentados os dados acerca da quantidade de cursos de curta realizados nos anos de 2009, 2010 e 2011, bem como o quantitativo de participações nos referidos anos. Nota-se que na comparação de 2010 para 2011 houve uma variação positiva de 4,76% na quantidade de cursos realizados, entretanto constata-se um decréscimo de 34,76% na quantidade de participações.

Tabela 2 (ação 4572): Comparativo de cursos de curta duração nos anos de 2009, 2010 e 2011

Cursos de curta duração				
Capacitação	2009	2010	2011	Variação
Quantidade de Cursos	83	63	66	4,76%
Quantidade de participações em cursos de curta duração	824	443	289	-34,76%

Fonte: CCGP

Outro ponto relatado é o quantitativo de capacitações por categoria de colaborador da CAPES. Na tabela 3 observa-se a maior frequência de participações em treinamentos (88,93%) da categoria de servidores efetivos, sem vínculo e requisitados. Esses dados revelam a limitação existente na legislação quanto ao processo de contratação de cursos, na qual é vetada a realização de capacitação para colaboradores terceirizados, estagiários, bem como os contratados por tempo determinado, exceto quando há vagas restantes em cursos promovidos na modalidade *In Company*.

Tabela 3 (ação 4572): Quantitativo de capacitações por categoria de colaborador

Quantidade de capacitações por categoria de colaborador		
Situação	Qtd. de participações	Percentual
Contratos Temporários da União	2	0,69%
Servidores efetivos, sem vínculo e requisitados	257	88,93%
Estagiários	4	1,38%
Terceirizados	26	9,00%
Total	289	100%

Fonte: CCGP.

No tocante à comparação entre a quantidade de participações em cursos de curta duração dos servidores que possuem ou não cargo comissionado – DAS, constata-se que do total de participações, 80,16% são relativos aos colaboradores que não exercem cargo de chefia ou assessoramento, revelando que de cada cinco pessoas capacitadas durante o ano, apenas uma exercia cargo comissionado. (Tabela 4).

Tabela 4 (ação 4572): Comparativo entre a quantidade de servidores capacitados que possuem ou não cargo comissionado – DAS.

Servidores	Quantitativo	Percentual
Servidores com DAS	51	19,84%
Servidores sem DAS	206	80,16%
Total	257	100%

Fonte: CCGP

Na tabela 5 é apresentada a distribuição dos cursos por unidade organizacional, indicando que todas as Diretorias, juntamente com a Presidência da CAPES, tiveram seus servidores presentes nos treinamentos, porém a Diretoria de Gestão teve maior participação nas capacitações promovidas pela Instituição.

Tabela 5 (ação 4572): Distribuição dos cursos por unidade organizacional.

Capacitações de Servidores por Diretoria				
Diretoria	Qtd. de servidores/colaboradores	Percentual	Serv./ sem vínculo e requisitados	Percentual
Diretoria de Avaliação	12	4,15%	11	4,28%
Diretoria de Educação Básica Presencial	21	7,27%	21	8,17%
Diretoria de Educação à Distância	38	13,15%	37	14,40%
Diretoria de Gestão	138	47,75%	119	46,30%
Diretoria de Programas e Bolsas no País	46	15,92%	38	14,79%
Diretoria de Relações Internacionais	7	2,42%	6	2,33%
Presidência	27	9,34%	25	9,73%
Total	289	100%	257	100%

Fonte: CCGP.

A tabela a seguir demonstra a quantidade de capacitações realizadas por mês durante o ano de 2011, revelando que a realização de cursos de curta duração são mais frequentes nos meses correspondentes ao 2º e 3º trimestres do ano.

Tabela 6 (ação 4572): Capacitações realizadas por mês

Capacitações por mês em 2011	
Mês	Qtd. de Capacitações
Janeiro	0

Fevereiro	5
Março	2
Abril	41
Maio	24
Junho	33
Julho	25
Agosto	61
Setembro	45
Outubro	25
Novembro	25
Dezembro	3

Fonte: CCGP

Quanto às instituições que foram responsáveis pelas capacitações no âmbito da CAPES, apresenta-se, na Tabela 7, a frequência de cursos realizadas por cada tipo de instituição. Os dados demonstram que instituições de natureza privada foram as que mais executaram cursos para os servidores da CAPES, com 68,18% do total de capacitações.

Tabela 7 (ação 4572): Quantitativo de ações de capacitação por tipo de instituição.

Tipo de Instituição	Quantitativo de ações	Percentual
Instituição Pública - próprio órgão	3	4,55%
Instituição Pública - outros	2	3,03%
Escola de Governo	3	4,55%
Instituição Privada	45	68,18%
Instituição Estrangeira Privada	4	6,06%
Instituição não-governamental, sem fins lucrativos	9	13,64%
Total	66	100%

Fonte: CCGP.

Em relação à média de carga horária em cursos de aperfeiçoamento, constata-se que dos servidores capacitados o resultado foi de 20,27 horas/treinamento, no ano de 2011, (Tabela 8). Esse é um indicador importante para a gestão da área de capacitação, pois auxilia no monitoramento periódico da quantidade média de tempo que o servidor da instituição cumpre com treinamento de curta duração.

Tabela 8 (ação 4572): Média de carga horária anual de treinamento por servidor capacitado

Carga horária total de capacitação (horas)	Servidores Capacitados	Média (horas)
5859	289	20,27

Fonte: CCGP

Quanto à cidade de realização dos cursos de aperfeiçoamento financiados pelo PIDRH, a maioria (81,82%) aconteceu na cidade sede da CAPES, justificando a prioridade para cursos que não demandem mais custos com passagens e diárias para os servidores (Tabela 9).

Tabela 9 (ação 4572): Quantitativo de ações de aperfeiçoamento por local de realização

Local de Realização	Número de Ações	Percentual
Na cidade de trabalho do servidor	54	81,82%
Em outra cidade do Brasil	8	12,12%
Em outro país	4	6,06%
Total	66	100%

Fonte: CCGP

Na tabela 10 é apresentado o comparativo de servidores beneficiados em cursos de idiomas nos anos de 2009, 2010 e 2011, com a quantidade de participações em cursos da língua inglesa e em outros idiomas. Observa-se variação positiva na comparação de 2010 a 2011, nos dois

tipos de categorização de línguas. O aumento de 125% na participação em outros idiomas é explicado pela alteração no PIDRH em 2011. Esta mudança no programa possibilitou a participação de servidores, que não estão lotados na Diretoria de Relações Internacionais da CAPES, em idiomas diferentes do inglês, desde que autorizado pela chefia do setor.

Tabela 10 (ação 4572): Comparativo de cursos de idiomas nos anos de 2009, 2010 e 2011

Cursos de Idiomas				
Capacitação	2009	2010	2011	Variação
Inglês	19	81	87	7,41%
Outros idiomas	0	4	9	125%
Total	19	85	96	

Fonte: CGGP

Em uma segunda parte dos resultados alcançados, apresentamos dados referentes aos cursos classificados como “Educação Formal”, tendo como referência os cursos de graduação e pós-graduação *stricto sensu*, com mestrado e doutorado. As informações contidas na tabela referem-se a alunos regulares em programas de educação formal.

Tabela 11 (ação 4572): Quantitativo de participação em cursos de Educação Formal no ano de 2011.

Capacitação	2011
Graduação	9
Mestrado	10
Doutorado	14
Total	32

Fonte: CGGP

Sobre a pós-graduação *stricto sensu*, no decorrer do ano de 2011, 2 servidores concluíram os cursos com o apoio do PIDRH. Destes, 1 obteve o título de mestrado e o outro de doutorado. Atualmente, 5 servidores estão afastados das atividades laborais para participar de programas de pós-graduação *stricto sensu*, sendo todos em nível de doutorado. Dos 5 servidores que estão atualmente afastados, 3 iniciaram seus afastamentos no ano de 2011 por meio de autorização Diretoria Executiva da CAPES.

O Programa de Pós Graduação Educação em Ciências: Química da Vida e Saúde, em nível de mestrado e doutorado, continuou a ser oferecido em 2011, na modalidade de pós-graduação fechado. O programa, resultado de uma parceria entre a Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS, a Universidade Federal de Santa Maria – UFSM e a Fundação Universidade de Rio Grande – FURG, tem como objetivo qualificar e desenvolver o quadro de pessoal desta Fundação mediante a realização pesquisas com foco nas ações e atribuições da CAPES. O projeto é de grande relevância, pois seus resultados visam o aperfeiçoamento de políticas públicas e a economicidade, na medida em que essa capacitação se dá sem afastamento dos servidores de seu local de trabalho.

O programa conta atualmente com a participação 17 servidores do quadro permanente da CAPES, sendo 10 alunos de mestrado e 7 de doutorado. Em 2011, foi realizada a terceira seleção do programa e ingressaram mais 4 alunos de doutorado e 3 de mestrado.

Dessa forma, o que é demonstrado na tabela 11 é o somatório de participações de alunos regulares em cursos de mestrado e doutorado, incluído tanto os servidores que estão em afastamento pelo PIDRH quanto e os que são alunos do Programas de Pós Graduação regulares.

b) Principais Problemas:

Um dos principais problemas encontrados no ano de 2011 na área de capacitação foi o alinhamento ainda não ideal dos eventos de aprendizagem promovidos, com as atribuições dos servidores. Constatou-se uma lacuna entre o que o servidor aprende nos cursos com o que é exigido no cotidiano das suas atividades laborais.

Outra constatação no ano de 2011 é a grande quantidade de cursos promovidos por empresas privadas, que é um problema de difícil resolução, tendo em vista as dificuldades de oferecimento de cursos pela própria administração pública, com servidores atuando como instrutores de treinamentos. Como forma de contornar essa questão, o setor de capacitação da CAPES pretende estimular cursos que tenham a participação de servidores públicos atuando como multiplicadores de treinamentos. Essa forma de execução pode ser custeada mediante pagamento de Gratificação por Encargo de Curso ou Concurso - GECC. Houve treinamentos em 2011 com essa diretiva, porém ainda esparsos se comparados com o total do ano.

O setor de capacitação pretende iniciar no ano de 2012 o processo de implantação da gestão por competências, com o objetivo de melhor alinhar as atividades de capacitação com os objetivos estratégicos da Instituição, bem como ao desempenho dos servidores nas unidades.

c) Considerações sobre o atingimento das metas físicas e financeiras:

Do orçamento total disponibilizado para capacitações com o apoio do PIDRH no ano de 2011, foram utilizados R\$ 1.045.913,70.

A disponibilidade orçamentária do exercício de 2011 para atender à capacitação de servidores foi de R\$ 1.585.500,00. A medida da meta física considerada no PPA é o número de treinamentos realizados pela instituição e o resultado superou esta meta em 370%, uma vez contabiliza-se o número de treinamentos por servidor.

Tabela 12: Previsão e Execução das metas financeira e física no ano de 2011

META	PREVISÃO	EXECUÇÃO	EXECUÇÃO (empenhado)
FINANCEIRA	R\$ 1.585.500,00	R\$ 1.045.913,70	65,97 %
FÍSICA	366	1357	370,77 %

Fonte: SIMEC para execução física e SIAFI para a execução financeira

Programa 0901 - Operações Especiais: Cumprimento de Sentenças Judiciais
I) Ação 0005 – Cumprimento de Sentença Judicial Transitada em Julgado (Precatórios) devida pela União, Autarquias e Fundações Públicas

Ação 0005	Cumprimento de Sentença Judicial Transitada em Julgado (Precatórios) devida pela União, Autarquias e Fundações Públicas
Tipo	Operações Especiais
Finalidade	Cumprir as decisões judiciais relativas a Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado devidas pela União, Autarquias e Fundações Públicas
Descrição	Pagamento de precatórios devidos pela União, Autarquias e Fundações Públicas em razão de Sentença Transitada em Julgado
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	
Coordenador nacional ação	Fábio de Paiva Vaz
Unidades executoras	Diretoria de Gestão (DGES), Coordenação-Geral de Gestão de Pessoas (CGGP), Coordenação de Administração de Pessoal (CAP)

Para a presente ação o exercício de 2011 foi marcado por uma previsão financeira 5,30% inferior àquela de 2010. Atingiu-se 100% da dotação final.

META	PREVISÃO	EXECUÇÃO	EXECUÇÃO (empenho)
FINANCEIRA	R\$ 621.488,61	R\$ 621.487,61	100%
FÍSICA	-	-	-

Fontes: SIMEC, SIAFI e Lei nº 12.381/2011.

II) Ação 00G5 - Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais decorrente do Pagamento de Precatórios e Requisições de Pequeno Valor

Ação 00G5	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o custeio do regime de previdência dos servidores públicos federais decorrente do pagamento de precatórios e requisições de pequeno valor
Tipo	Operações Especiais
Finalidade	Alocar recursos orçamentários para o pagamento da contribuição patronal relativa ao recolhimento da contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o custeio do regime de previdência dos servidores públicos federais decorrente do pagamento de precatórios e requisições de pequeno valor
Descrição	Pagamento da contribuição patronal para o regime de previdência dos servidores públicos federais incidente sobre precatórios e requisições de pequeno valor
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	
Coordenador da ação	Fábio de Paiva Vaz
Unidades executoras	Diretoria de Gestão (DGES), Coordenação-Geral de Gestão de Pessoas (CGGP), Coordenação de Administração de Pessoal (CAP)

META	PREVISÃO	EXECUÇÃO	EXECUÇÃO (empenho)
FINANCEIRA	R\$ 87.364,00	R\$ 87.363,26	100%
FÍSICA	-	-	-

Fontes: SIMEC, SIAFI e Lei nº 12.381/2011.

Programa 0089 - Previdência de Inativos e Pensionistas da União
Ação 0181 - Pagamento de Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis
Ação 0181 - Pagamento de Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis

Ação 0181	Pagamento de aposentadorias e pensões - Servidores civis
Tipo	Operações Especiais
Finalidade	Alocar recursos orçamentários para o pagamento de servidores inativos e pensionistas
Descrição	Pagamento de proventos e pensões
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	
Coordenador da ação	Fábio de Paiva Vaz
Unidades executoras	Diretoria de Gestão (DGES), Coordenação-Geral de Gestão de Pessoas (CGGP), Coordenação de Administração de Pessoal (CAP)

Para a presente ação o exercício de 2011 foi marcado por uma previsão financeira 5,02% inferior àquela de 2010. Entretanto, houve suplementação orçamentária, chegando-se ao orçamento de R\$ 9.599.439,00. Ao final do exercício atingiu-se 99,31 da meta financeira prevista.

META	PREVISÃO	EXECUÇÃO	EXECUÇÃO (empenho)
FINANCEIRA	R\$ 9.599.439,00	R\$ 9.532.940,89	99,31%
FÍSICA	-	-	-

Fontes: SIMEC, SIAFI e Lei nº 12.381/2011.

2.4. Desempenho Orçamentário/Financeiro

2.4.1. Programação Orçamentária da Despesa

Quadro A.2.3 - Identificação das Unidades Orçamentárias

Denominação das Unidades Orçamentárias	Código da UO	Código SIAFI da UGO
Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - CAPES	26291	154003

2.4.2 Programação de Despesas Correntes

Quadro A.2.4 - Programação de Despesas Correntes

Origem dos Créditos Orçamentários			Grupos de Despesas Correntes					
			1 – Pessoal e Encargos Sociais		2 – Juros e Encargos da Dívida		3- Outras Despesas Correntes	
			Exercícios		Exercícios		Exercícios	
2011		2010		2011	2010	2011	2010	
LOA	Dotação proposta pela UO		50.969.346,00	50.969.346,00			2.833.681.906,00	2.833.681.906,00
	PLOA		51.714.735,00	38.840.443,00			2.833.681.906,00	2.454.597.631,00
	LOA		51.714.735,00	38.840.443,00			2.833.681.906,00	2.454.597.631,00
CRÉDITOS	Suplementares		1.178.660,00	13.351.000,00			36.484.000,00	26.702.141,00
	Especiais	Abertos						16.554.200,00
		Reabertos						
	Extraordinários	Abertos						
		Reabertos						
	Créditos Cancelados		36.983,00	9.436,00			51.761.673,00	185.117.769,00
Outras Operações								
Total			52.856.412,00	52.182.007,00	-	-	2.818.404.233,00	2.312.736.203,00

Fonte: SIAFI Gerencial

2.4.3 Programação de Despesas de Capital

Quadro A.2.5 - Programação de Despesas Capital

Origem dos Créditos Orçamentários			Grupos de Despesa de Capital					
			4 – Investimentos		5 – Inversões Financeiras		6- Amortização da Dívida	
			Exercícios		Exercícios		Exercícios	
		2011	2010	2011	2010	2011	2010	
LOA	Dotação proposta pela UO		152.696.770,00	152.696.770,00	55.000.000,00	55.000.000,00		
	PLOA		150.696.770,00	139.860.000,00	55.000.000,00	30.000.000,00		
	LOA		150.696.770,00	139.860.000,00	55.000.000,00	30.000.000,00		
CRÉDITOS	Suplementares		14.980.000,00	55.760.000,00				
	Especiais	Abertos		1.400.000,00				
		Reabertos						
	Extraordinários	Abertos						
		Reabertos						
	Créditos Cancelados				56.091.235,00			
Outras Operações								
Total			165.676.770,00	197.020.000,00	- 1.091.235,00	30.000.000,00	-	-

Fonte: SIAFI Gerencial

2.4.3.1 Quadro Resumo da Programação de Despesas

Quadro A.2.6 - Quadro Resumo da Programação de Despesas e da Reserva de Contingência

Origem dos Créditos Orçamentários			Despesas Correntes		Despesas de Capital		9 – Reserva de Contingência	
			Exercícios		Exercícios		Exercícios	
			2011	2010	2011	2010	2011	2010
LOA	Dotação proposta pela UO		2.884.651.252,00	2.884.651.252,00	207.696.770,00	207.696.770,00		
	PLOA		2.885.396.641,00	2.493.438.074,00	205.696.770,00	169.860.000,00		
	LOA		2.885.396.641,00	2.493.438.074,00	205.696.770,00	169.860.000,00		
CRÉDITOS	Suplementares		37.662.660,00	40.053.141,00	14.980.000,00	55.760.000,00		
	Especiais	Abertos	-	16.554.200,00	-	1.400.000,00		
		Reabertos	-	-	-	-		
	Extraordinários	Abertos	-	-	-	-		
		Reabertos	-	-	-	-		
	Créditos Cancelados		51.798.656,00	185.127.205,00	-	-		
Outras Operações								
Total			2.871.260.645,00	2.364.918.210,00	220.676.770,00	227.020.000,00	-	-

Fonte: SIAFI Gerencial

2.4.3.2 Movimentação Orçamentária por Grupo de Despesa

Quadro A.2.7 - Movimentação Orçamentária por Grupo de Despesa

Natureza da Movimentação de Crédito		UG concedente ou recebedora	Classificação da ação	Despesas Correntes		
				1 – Pessoal e Encargos Sociais	2 – Juros e Encargos da Dívida	3 – Outras Despesas Correntes
Movimentação Interna	Concedidos					
	Recebidos	154004	2272			506.599,54
		154004	2D36			2.996.378,33
		154004	6780			1.031.610,77
		154004	8096			985.915,23
		154004	8719			484.596,05
		154004	8630			6.249.194,87
		154004	2B07			16.461,93
		154004	0967			93.811.573,11
		154004	0935			124.492.595,11
		154004	20CY			1.785.859,48
		154004	2317			157.756.896,92
Movimentação Externa	Concedidos	150002	2000			1.822.902,64
		153173				1.483.000,00
		153173	0A30			192.610.100,00
		153019	8429			317.910,90
		153028				291.472,03
		153030				15.117,00
		153031				707.573,84
		153032				1.246.763,96
		153033				348.648,23
		153036				118.136,93
		153045				2.285.942,86
		153046				479.827,50
		153052				925.935,47
		153061				492.543,44
		153062				5.502.469,34
		153063				1.011.618,70
		153065				569.278,22
		153079				1.221.012,96
		153103				1.400.353,67
		153115				194.827,13
		153163				1.802.265,82
		153164				103.439,20
		154034				400.698,67
		154039				1.491.752,76
		154040				597.003,80
		154041				1.754.378,50
		154042				104.473,28

		154043			440.707,96
		154045			95.763,12
		154047			6.814.931,38
		154049			1.484.403,58
		154050			293.985,00
		154051			304.681,25
		154054			64.175,37
		154069			940.106,12
		154080			20.236,61
		154419			40.726,59
		154421			52.091,22
		154502			199.914,21
		154503			1.416,60
		158099			28.542,61
		158128			570.577,79
		158135			1.292.522,69
		158138			2.592,00
		158142			7.026,06
		158147			83.784,00
		158151			865.122,78
		158152			309.856,16
		158155			135.830,00
		158516			356.024,51
		364102			1.857.157,67
		153019	6333		19.194,39
		153033			167.247,16
		153034			1.279.813,49
		153038			167.093,32
		153080			79.400,75
		153164			30.000,00
		153165			130.000,00
		153166			149.727,12
		154039			2.527.426,77
		154041			1.803.400,00
		154042			30.000,00
		154045			72.765,60
		154055			147.464,00
		154215			409.997,92
		154419			1.094.933,33
		158092			65.549,02
		158128			398.475,37
		158135			1.642.813,21
		158136			26.376,66
		158151			18.626,32
		158152			22.822,47

	158264			23.519,20
	158515			1.462.000,00
	158126	20CV		89.688,01
	364102			3.979.961,93
	113203	0487		13.745,03
	113204			27.500,00
	113205			57.200,00
	113601			864.000,00
	114601			15.440,09
	120002			206.870,18
	153010			81.665,53
	153015			149.731,91
	153019			383.133,28
	153028			148.279,22
	153030			497.804,03
	153031			4.628.690,00
	153032			1.474.061,96
	153033			323.976,94
	153034			391.243,42
	153035			515.684,28
	153036			141.352,37
	153037			870.742,21
	153038			2.972.970,00
	153045			2.833.483,59
	153046			1.882.971,00
	153052			2.614.557,92
	153056			2.675.055,02
	153061			938.960,00
	153062			2.582.677,19
	153063			2.141.622,26
	153065			3.096.815,02
	153079			4.879.863,18
	153080			6.602.995,47
	153103			3.756.133,33
	153114			4.913.020,37
	153115			3.962.640,00
	153163			8.644.831,17
	153164			2.370.495,12
	153165			1.066.390,02
	153166			1.017.700,09
	153271			1.386.000,00
	154032			205.441,11
	154034			328.328,54
	154039			1.293.756,74
	154040			2.186.176,83

		154041			717.565,55
		154042			1.760.348,47
		154043			1.463.366,67
		154044			87.283,59
		154045			714.286,17
		154046			776.600,00
		154047			1.779.360,00
		154048			539.844,17
		154049			1.802.110,00
		154050			1.005.661,60
		154051			866.156,96
		154054			876.697,21
		154055			165.631,56
		154069			284.130,00
		154080			69.273,27
		154215			81.110,14
		154359			26.808,87
		154419			210.342,21
		154421			41.902,73
		154502			597.438,97
		154503			294.287,89
		158092			282.367,95
		158124			48.399,47
		158128			6.419,25
		158133			30.800,00
		158151			30.499,02
		158195			981.970,16
		158515			150.000,00
		160509			209.139,70
		240105			383.736,10
		240106			143.027,37
		240123			72.949,37
		240126			156.200,00
		254420			728.442,89
		443020			55.364,18
		364102	0B95		7.500.000,00
		153036	009U		39.999,40
		153038			164.093,02
		153045			103.816,42
		153063			6.374.929,36
		153080			37.489,72
		154039			179.440,00
		154040			300.000,00
		154502			278.802,00
		158145			14.827,44

		364102	4019			6.978.038,07		
	Recebidos	040003	2B66			1.335.559,60		
		113601	2272			485.047,87		
		135037	2D36			2.646.870,09		
		240102	6780			990.473,94		
		240901	7N34			3.825.600,00		
		150014	2272			349.978,00		
		150014	4413			4.324.622,28		
		158658	4009			250.000,00		
		153978	4000			4.499.972,59		
		155001	4086			79.200,00		
		183038	8096			819.406,05		
		254420	8541			540.000,00		
		253002	8719			465.013,80		
		257001	8630			6.000.000,00		
		257001	6146			752.882,00		
		443019	4909			296.400,00		
		443032	2B07			13.681,72		
		Natureza da Movimentação de Crédito		UG concedente ou recebedora	Classificação da ação	Despesas de Capital		
						4 – Investimentos	5 – Inversões Financeiras	6 – Amortização da Dívida
Movimentação Interna	Concedidos			-				
	Recebidos			-				
Movimentação Externa	Concedidos	153019	8429	34.227,28				
		153030		126.650,75				
		153032		301.919,22				
		153033		95.933,14				
		153036		148.814,53				
		153037		473.421,95				
		153045		430.288,65				
		153052		66.792,14				
		153056		192.296,70				
		153061		479.446,29				
		153063		195.448,57				
		153079		76.002,08				
		153080		251.027,87				
		153103		199.447,97				
		153163		337.724,32				
		153165		128.820,73				
		153166		148.330,80				
		154034		4.646,48				
		154039		235.885,00				
		154040		158.185,89				

		154042		170.054,21		
		154043		122.725,20		
		154045		497.120,29		
		154046		175.308,28		
		154049		212.365,52		
		154054		105.614,00		
		154080		263.254,78		
		154419		311.060,45		
		154421		161.314,39		
		154502		160.274,89		
		158136		105.066,51		
		158138		66.022,91		
		158142		456.165,89		
		158152		16.021,16		
		158155		347.435,09		
		158516		365.066,85		
		364102		616.738,00		
		153033	20CV	14.850,00		
		153034		49.409,00		
		153038		40.769,00		
		153063		268.203,16		
		153164		4.028,06		
		153166		12.469,80		
		154039		75.866,00		
		154041		117.793,29		
		154055		4.906,00		
		154215		89.980,23		
		154419		339.000,00		
		158092		29.158,02		
		158128		71.323,20		
		158135		249.253,26		
		158136		23.461,49		
		158151		8.803,70		
		158515		76.816,87		
		153010	4019	320.709,00		
		153015		214.394,33		
		153019		790.574,86		
		153028		359.440,99		
		153030		433.272,85		
		153031		1.760.000,00		
		153032		712.964,22		
		153033		310.671,37		
		153034		318.633,35		
		153035		348.156,31		
		153036		358.119,25		

	153037	1.080.000,00		
	153038	2.131.398,83		
	153045	2.229.979,26		
	153046	1.880.000,00		
	153052	1.382.268,47		
	153056	2.188.650,03		
	153061	1.175.595,30		
	153062	2.764.369,22		
	153063	2.650.811,20		
	153065	2.077.393,67		
	153079	2.640.000,00		
	153080	1.920.447,00		
	153103	2.302.571,32		
	153114	2.994.957,02		
	153115	2.931.850,56		
	153163	2.759.998,54		
	153164	1.658.107,09		
	153165	1.238.322,02		
	153166	715.282,65		
	154032	142.498,20		
	154034	517.228,39		
	154039	1.175.690,88		
	154040	2.924.219,49		
	154041	759.321,54		
	154042	751.702,54		
	154043	1.106.459,90		
	154044	355.336,27		
	154045	1.191.568,58		
	154046	679.521,66		
	154047	1.224.214,54		
	154048	986.770,92		
	154049	1.368.411,51		
	154050	1.198.613,91		
	154051	1.416.776,63		
	154054	935.504,29		
	154069	411.240,65		
	154080	359.927,48		
	154215	150.000,00		
	154359	140.764,00		
	154419	259.519,21		
	154421	200.168,41		
	154502	455.159,11		
	154503	444.473,47		
	158092	298.536,40		
	158099	147.348,55		

		158133		150.000,00		
		158151		134.980,00		
		158157		134.406,00		
		158195		715.899,40		
		158299		149.990,69		
		158515		150.000,00		
		240105		274.140,55		
		240106		36.991,96		
		240120		150.000,00		
		254420		1.091.000,00		
		364102		4.000.000,00		
		443020		146.956,00		
	Recebidos	40003	2B66	60.000,00		
		257001	2B07	13.681,72		

Fonte: SIAFI Gerencial

2.4.4. Execução Orçamentária da Despesa

2.4.4.1 Execução Orçamentária de Créditos originários da UJ

2.4.4.1.1 Despesas por Modalidade de Contratação

Quadro A.2.8 - Despesas por Modalidade de Contratação dos créditos originários da UJ

Modalidade de Contratação	Despesa Liquidada		Despesa paga	
	2011	2010	2011	2010
Modalidade de Licitação	55.576.239,37	92.520.320,39	53.589.940,30	51.634.991,36
Convite	168.800,98	198.213,09	168.800,98	84.151,35
Tomada de Preços	136.736,82	408.956,25	131.202,10	181.776,54
Concorrência	4.392.686,06	5.574.934,18	4.392.686,06	4.651.590,87
Pregão	50.878.015,51	86.338.216,87	48.897.251,16	46.717.472,60
Concurso		-		-
Consulta		-		-
Registro de Preços		-		-
Contratações Diretas	142.318.084,89	174.103.767,02	135.158.422,75	94.210.140,05
Dispensa	49.692.670,12	85.100.614,64	42.904.255,13	30.433.625,88
Inexigibilidade	92.625.414,77	89.003.152,38	92.254.167,62	63.776.514,17
Regime de Execução Especial	9.552,28	11.848,96	9.552,28	11.848,96
Suprimento de Fundos	9.552,28	11.848,96	9.552,28	11.848,96
Pagamento de Pessoal	77.907.471,71	72.652.395,10	77.735.270,74	72.313.948,87
Pagamento em Folha	55.853.533,87	55.811.660,13	55.853.533,87	55.811.660,13
Diárias	22.053.937,84	16.840.734,97	21.881.736,87	16.502.288,74
Outros	1.742.463.406,36	1.659.688.255,75	1.712.003.354,04	1.279.312.823,25
Totais	2.018.274.754,61	1.998.976.587,22	1.978.496.540,11	1.497.483.752,49

Fonte: SIAFI Gerencial

2.4.4.1.2 Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa

Quadro A.2.9 - Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa dos créditos originários da UJ

Valores em R\$ 1,00

Grupos de Despesa	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
Exercícios	2011	2010	2011	2010	2011	2010	2011	2010
1 – Despesas de Pessoal	51.490.077,21	51.655.775,92	51.490.076,47	51.640.773,92	0,74	15.000,00	51.490.076,47	51.640.773,92
11 - VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	32.805.944,98	33.327.481,98	32.805.944,98	33.327.481,98			32.805.944,98	33.327.481,98
01 - APOSENTADORIAS, RESERVA REMUNERADA E REFORMAS	8.574.678,73	8.081.287,22 (Elem. 13)	8.574.678,73	8.081.287,22 (Elem. 13)			8.574.678,73	8.081.287,22 (Elem. 13)
13 - OBRIGACOES PATRONAIS	8.091.882,52	7.820.129,44 (Elem. 01)	8.091.882,52	7.820.129,44 (Elem. 01)			8.091.882,52	7.820.129,44 (Elem. 01)
Demais elementos do grupo	2.017.570,98	2.426.875,28	2.017.570,24	2.411.875,28	0,74	15.000,00	2.017.570,24	2.411.875,28
2 – Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-	-	-	-
Nome 1º elemento de despesa		-						
Nome 2º elemento de despesa		-						
Nome 3º elemento de despesa		-						
Demais elementos do grupo		-						
3 – Outras Despesas Correntes	2.574.996.237,76	1.828.350.687,95	1.903.955.610,53	1.573.101.169,33	671.040.627,23	255.249.518,62	1.882.126.140,13	1.411.811.767,56
18 - AUXILIO FINANCEIRO A ESTUDANTES	1.659.998.226,36	979.222.215,71	1.291.605.152,73	927.051.017,36	368.393.073,63	107.157.580,62 (Elem. 20)	1.281.575.770,64	849.711.430,54
20 - AUXILIO FINANCEIRO A	279.654.687,79	279.101.040,51 (Elem. 48)	194.137.686,51 (Elem. 48)	278.477.040,51 (Elem. 48)	155.202.268,98	53.054.813,30 (Elem. 39)	186.976.986,51 (Elem. 48)	231.645.775,51 (Elem. 48)



Relatório de Gestão 2011

PESQUISADORES								
39 - OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS-PESSOA JURIDICA	243.201.281,87	215.535.622,82 (Elem. 20)	155.592.956,02	133.034.397,66	87.608.325,85	52171198,35 (Elem. 18)	153.757.102,58	129.755.465,66
Demais elementos do grupo	392.142.041,74	354.491.808,91	262.619.815,27		59.836.958,77	42.865.926,35	259.816.280,40	200.699.095,85
Totais	2.626.486.314,97	1.880.006.463,87	1.955.445.687,00	1.624.741.943,25	671.040.627,97	255.264.518,62	1.933.616.216,60	1.463.452.541,48

Fonte: SIAFI Gerencial

2.4.4.1.3 Despesas de Capital por Grupo e Elemento de Despesa

Quadro A.2.10 - Despesas de Capital por Grupo e Elemento de Despesa dos créditos originários da UJ

Valores em R\$ 1,00

Grupos de Despesa	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
Exercícios	2011	2010	2011	2010	2011	2010	2011	2010
4 – Investimentos	123.318.577,31	118.970.125,31	62.829.067,60	45.599.981,81	60.489.509,71	73.370.143,50	44.880.323,51	33.790.295,01
52 - EQUIP.E MATERIAL PERMANENTE - OP.INTRA-ORC.	78.396.984,10	83.630.147,74	28.258.235,14	23.431.472,17 (Elem. 20)	50.138.748,96	63.686.225,92	22.221.683,25	20.649.931,00 (Elem. 20)
41 - CONTRIBUICOES	22.612.632,15	25.323.336,93 (Elem. 20)	18.083.447,06	19.943.921,82 (Elem. 52)	5.545.410,20 (Elem. 20)	5.507.594,65	12.649.267,53 (Elem. 20)	12.955.351,19 (Elem. 52)
20 - AUXILIO FINANCEIRO A PESQUISADORES	19.650.485,45	5.507.594,65 (Elem. 41)	14.105.075,25	2.103.832,00 (Elem.42)	4.529.185,09 (Elem. 41)	2.117.334,19 (Elem. 42)	7.627.062,58 (Elem. 41)	120.755,82 (Elem. 39)
Demais elementos do grupo	2.658.475,61	4.509.045,99	2.382.310,15	120.755,82	276.165,46	2.058.988,74	2.382.310,15	64.257,00
5 – Inversões Financeiras	-	-	-	-	-	-	-	-
1º elemento de despesa								
2º elemento de despesa								
3º elemento de despesa								
Demais elementos do grupo								
6 – Amortização da Dívida	-	-	-	-	-	-	-	-
1º elemento de despesa								
2º elemento de despesa								
3º elemento de despesa								
Demais elementos do grupo								
Totais	123.318.577,31	118.970.125,31	62.829.067,60	45.599.981,81	60.489.509,71	73.370.143,50	44.880.323,51	33.790.295,01

2.4.4.2 Execução Orçamentária de Créditos Recebidos pela UJ por Movimentação

Conforme a Portaria TCU nº 123/2011, deixa-se de discriminar os quadros deste demonstrativo, pois são semelhantes aos quadros explanados no conjunto de demonstrativos associado à execução orçamentária de créditos originários da UJ.

2.4.4.3 Despesas por Modalidade de Contratação dos créditos recebidos por movimentação

Quadro A.2.11 - Despesas por Modalidade de Contratação dos créditos recebidos por movimentação

Valores em R\$ 1,00

Modalidade de Contratação	Despesa Liquidada		Despesa paga	
	2011	2010	2011	2010
Licitação	-	813.875,00	-	813.875,00
Convite				
Tomada de Preços				
Concorrência				
Pregão		813.875,00		813.875,00
Concurso				
Consulta				
Contratações Diretas	827.294,69	4.855.788,45	827.294,69	4.855.788,45
Dispensa				
Inexigibilidade	827.294,69	4.855.788,45	827.294,69	4.855.788,45
Regime de Execução Especial	-	-	-	-
Suprimento de Fundos				
Pagamento de Pessoal	-	-	-	-
Pagamento em Folha				
Diárias				
Outras	10.563.219,80	14.304.848,74	10.426.857,40	11.135.439,80
Totais	11.390.514,49	19.974.512,19	11.254.152,09	16.805.103,25

Fonte: SIAFI Gerencial

2.4.5 Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa dos créditos recebidos por movimentação

Quadro A.2.12 - Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa dos créditos recebidos por movimentação Valores em R\$ 1,00

Grupos de Despesa	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
Exercícios	2011	2010	2011	2010	2011	2010	2011	2010
1 – Despesas de Pessoal	-	-	-	-	-	-	-	-
1º elemento de despesa								
2º elemento de despesa								
3º elemento de despesa								
Demais elementos do grupo								
2 – Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-	-	-	-
1º elemento de despesa								
2º elemento de despesa								
3º elemento de despesa								
Demais elementos do grupo								
3- Outras Despesas Correntes	28.519.088,65	-	10.385.245,51	-	18.133.843,14	-	10.248.883,09	-
39 - OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS- PESSOA JURIDICA	12.270.756,71		7.475.442,56 (Elem. 20)		11.443.462,00		7.339.080,16 (Elem. 20)	
20 - AUXILIO FINANCEIRO A PESQUISADORES	10.843.153,94		2.082.508,24 (Elem. 18)		3.367.711,38		2.082.508,24 (Elem. 18)	
18 - AUXILIO FINANCEIRO A ESTUDANTES	5.405.178,00		827.294,71 (Elem. 39)		3.322.669,76		827.294,69 (Elem. 39)	
Demais elementos do grupo	-		-					
Totais	28.519.088,65	-	10.385.245,51	-	18.133.843,14	-	10.248.883,09	-

Fonte: SIAFI Gerencial

2.4.6 Despesas de Capital por Grupo e Elemento de Despesa dos créditos recebidos por movimentação

Quadro A.2.13 - Despesas de Capital por Grupo e Elemento de Despesa dos créditos recebidos por movimentação Valores em R\$ 1,00

Grupos de Despesa	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
Exercícios	2011	2010	2011	2010	2011	2010	2011	2010
4 - Investimentos	1.010.269,00	2.687.599,00	1.005.269,00	2.687.599,00	5.000,00	-	1.005.269,00	2.687.599,00
20 - AUXILIO FINANCEIRO A PESQUISADORES	1.010.269,00	2.517.799,00	1.005.269,00	2.517.799,00	5.000,00		1.005.269,00	2.517.799,00
52 - EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE		169.800,00		169.800,00				169.800,00
3º elemento de despesa								
Demais elementos do grupo								
5 - Inversões Financeiras	-	-	-	-	-	-	-	-
1º elemento de despesa								
2º elemento de despesa								
3º elemento de despesa								
Demais elementos do grupo								
6 - Amortização da Dívida	-	-	-	-	-	-	-	-
1º elemento de despesa								
2º elemento de despesa								
3º elemento de despesa								
Demais elementos do grupo								
Totais	1.010.269,00	2.687.599,00	1.005.269,00	2.687.599,00	5.000,00	-	1.005.269,00	2.687.599,00

Fonte: SIAFI Gerencial

2.4.7 Indicadores Institucionais

Indicadores de Desempenho ou Institucionais

Índice de Mestres e Doutores Titulados

Primeiramente, deve se informar que devido à atualização do Sistema Coleta - sistema informatizado desenvolvido com o objetivo de coletar informações dos cursos de mestrado, doutorado e mestrado profissional integrantes do Sistema Nacional de Pós-Graduação - ocorrer ao final de março de 2012, os índices de mestres e doutores titulados por 100.000 habitantes para o ano de 2011 foram estimados a partir de metodologia estatística descrita no PNPG 2011-2020.

O índice de mestres titulados no país estimado em 2011 foi de 22,11 mestres/100 mil habitantes, com crescimento estimado de 6,5% com relação ao exercício de 2010. Já o índice de doutores titulados em 2011 foi de 6,49 doutores/100 mil habitantes, representando o crescimento esperado de 0,2% com relação a 2010.

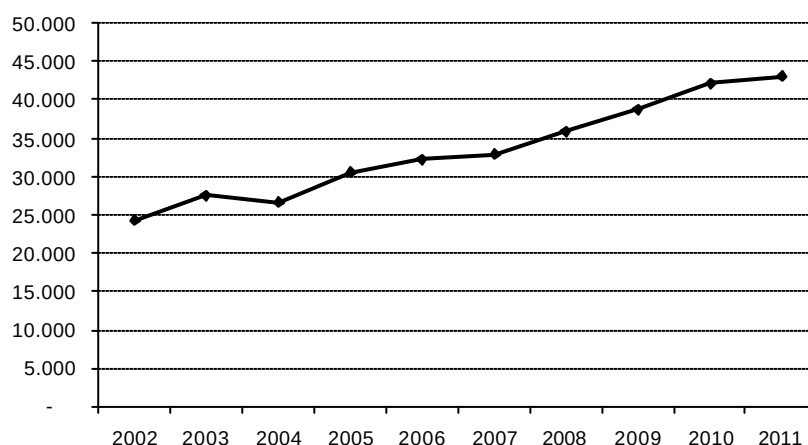
Tabela 1. Número de Titulados no mestrado e no doutorado por 100.000 habitantes. Brasil: 2006-2011*

		Ano					
		2006	2007	2008	2009	2010	2011*
Mestrado	Titulados	32.280	32.900	36.031	38.800	39.590	43.095
	População	185.564.212	187.641.714	189.612.814	191.480.630	190.732.694	194.932.685
	Titulados/ 100 mil habitantes	17,40	17,53	19,00	20,26	20,76	22,11
Doutorado	Titulados	9.366	9.919	10.718	11.368	11.314	12.642
	População	185.564.212	187.641.714	189.612.814	191.480.630	190.732.694	194.932.685
	Titulados/ 100 mil habitantes	5,05	5,29	5,65	5,94	6,48	6,49

*Projeção do número de titulados em ambos os níveis para o ano de 2011 retirado do PNPG 2011-2020.

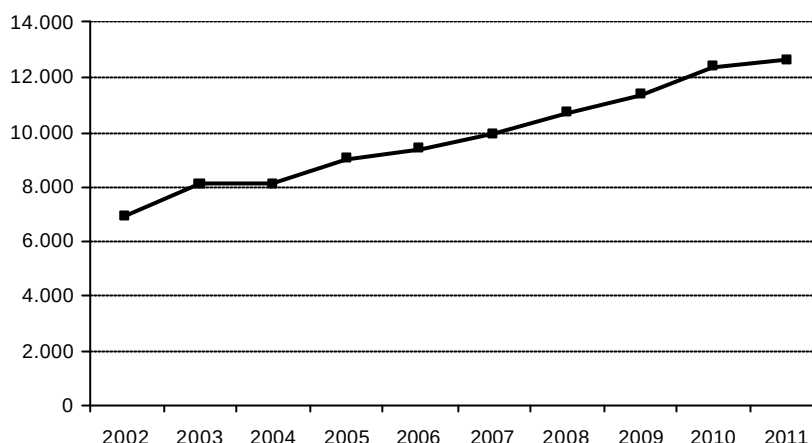
Fontes: PNPG 2011-2020 Vol 1.

Gráfico 1 (2.4.3). Número de Mestres Titulados. Brasil: 2000 – 2011*



*Projeção com base na média geométrica dos resultados do período de 2000 a 2010.

Fontes: : Geo. IBGE:Projeção da população brasileira - revisão 2008 e Censo 2010.

Gráfico 2 (2.4.3). Número de Doutores Titulados. Brasil: 2002 – 2011*


*Projeção com base na média geométrica dos resultados do período de 2000 a 2010.

Fontes: Geo. IBGE:Projeção da população brasileira - revisão 2008 e Censo 2010.

Produção científica indexada

Para fins de Relatório de Gestão, este indicador também é apresentado como estimativa, uma vez que a fonte (ISI - Institute for Scientific Information. National Science Indicators) apenas encaminha os dados em meados de abril de cada exercício. Tal indicador representa a evolução da produção científica do País e a estimativa medida para 2011 com relação ao número de artigos indexados evidencia um crescimento de aproximadamente 114% em comparação ao ano 2000. Também para esse período, o número de artigos por 100.000 habitantes cresceu 101%, ou seja, o índice medido para 2011 é mais que três vezes o de 2000 e 2,3% maior comparado ao exercício anterior.

Tabela 2 (2.4.3) - Produção científica indexada 2000 a 2011.

Ano	Artigos	Índice
2000	10.521	1
2001	11.581	1,10
2002	12.928	1,23
2003	14.237	1,35
2004	14.993	1,43
2005	17.711	1,68
2006	19.280	1,83
2007	19.496	1,85
2008	30.415	2,89
2009	32.100	3,05
2010	31.639	3,01
2011*	34.824	3,31

*Fonte: Web of Science.

Fonte: ISI - Institute for Scientific Information. National Science Indicators, USA. Base Deluxe - SCI (2010).

Tabela 3 (2.4.3) - Produção científica indexada comparada por 100.000 mil habitantes 2000 a 2010.

Ano	Artigos	População Brasileira*	Número de artigos por 100 mil habitantes
2000	10.521	171.279.882	6,14
2001	11.581	173.808.010	6,66
2002	12.928	176.303.919	7,33
2003	14.237	178.741.412	7,97
2004	14.993	181.105.601	8,28
2005	17.711	183.383.216	9,66
2006	19.280	185.564.212	10,39
2007	19.496	187.641.714	10,39
2008	30.415	189.612.814	16,04
2009	32.100	191.480.630	16,76
2010	31.639	190.732.694	16,59
2011 ^{1,2}	34.824	194.932.685	17,86

1. O número de artigos as Web of Science.

2. Para o número da população brasileira foi usado a Revisão 2008 - Projeção da população do Brasil.

*Foi usado o dado de projeção da população brasileira do IBGE.

Fonte: ISI - Institute for Scientific Information. National Science Indicators, USA. Base Deluxe - SCI (2010).

Acesso ao Portal de Periódicos

Este indicador representa a evolução do número de acessos ao Portal de Periódicos durante uma série histórica e demonstra que o acesso à informação científica por meio deste importante instrumento tem aumentado consideravelmente no decorrer dos anos. A tabela abaixo mostra que o valor registrado em 2011 é cerca de 25 vezes maior do que em 2001 e representa 13% de acréscimo em relação a 2010.

Tabela 4 (2.4.3) - Evolução do número de acessos do Portal de periódicos - 2001 a 2010

Ano	Texto Completo	Referencial	Total	Índice
2001	1.769.765	1.308.580	3.078.345	1
2002	2.567.774	4.104.444	6.672.218	2,17
2003	7.500.054	9.948.627	17.448.681	5,67
2004	13.099.471	13.763.661	26.863.132	8,73
2005	13.754.226	18.975.465	32.729.691	10,63
2006	15.000.000	32.000.000	47.000.000	15,27
2007	18.058.420	38.538.452	56.596.872	18,39
2008	21.111.922	39.591.556	60.703.478	19,72
2009	23.386.833	41.642.827	65.029.660	21,12
2010	25.367.166	42.025.639	67.392.805	21,89
2011	34.231.457	42.107.835	76.339.292	24,80

Fonte: DPB/CAPES.

Bolsistas que realizaram estágio com bolsa no exterior

Este indicador apresenta a comparação da estimativa do número de bolsistas da que obtiveram experiência internacional com realização de estágio com bolsa no exterior em 2011, comparado com os valores de anos anteriores. Comparando com o valor de 2000, retrata-se um aumento de 247%. Já com relação ao exercício anterior, constata-se um incremento de 22 % no número de doutores com experiência internacional.

Tabela 5 – Evolução do número de bolsistas ativos por ano com bolsa no exterior 2000 a 2011

Ano	N. Bolsistas ativos de doutorado sanduíche	Índice
2000	664	1
2001	713	1,07
2002	840	1,27
2003	969	1,46
2004	1019	1,53
2005	1298	1,95
2006	1529	2,30
2007	1500	2,26
2008	1558	2,35
2009	1682	2,53
2010	1889	2,84
2011	2302	3,47

¹ Apenas Doutorado Sandwich
Fonte: DRI

Alunos matriculados

Este indicador também é medido em estimativa, pelos mesmos motivos apresentados com relação ao índice de mestres e doutores no país. O indicador apresenta a evolução do ingresso em cursos de pós-graduação *stricto sensu* no País. A tabela abaixo mostra que o número de alunos matriculados no mestrado e no doutorado tem crescido de forma contínua durante os anos. A comparação do total de matriculados em 2000 com relação ao estimado para 2011 demonstra um crescimento de 105%.

Tabela 6: Evolução do número de matriculados ao final do ano - 2000 a 2011*

Ano	Matriculados					
	Mestrado	Índice Mestrado	Doutorado	Índice Doutorado	Total	Índice
2000	63.614	1	33.004	1	96.618	1
2001	65.309	1,03	35.134	1,06	100.443	1,04
2002	68.340	1,07	37.728	1,14	106.068	1,10
2003	72.024	1,13	40.213	1,22	112.237	1,16
2004	75.215	1,18	41.312	1,25	116.527	1,21
2005	80.283	1,26	43.958	1,33	124.241	1,29
2006	85.909	1,35	46.572	1,41	132.481	1,37
2007	91.996	1,45	49.668	1,50	141.664	1,47
2008	97.304	1,53	52.761	1,60	150.065	1,55
2009	103.194	1,62	57.923	1,76	161.117	1,67
2010	108.820	1,71	64.588	1,96	173.408	1,79

2011*	112.858	1,77	66.912	2,03	197.770	2,05

*Projeção do número de titulados em ambos os níveis para o ano de 2011 retirado do PNPG 2011-2020.

Fontes: PNPG 2011-2020 Vol 1.

IBGE:Projeção da população brasileira - revisão 2008 e Censo 2011.

Alunos titulados

Este indicador também é estimado devido à mesma razão apontada para o índice de mestres e doutores titulados no país. O indicador mostra a evolução de alunos titulados em cursos de pós-graduação *stricto sensu*. Com exceção do ano de 2004, o número de alunos titulados não sofreu declínio no período em que foi analisado. Ao se comparar a estimativa do total de titulados de 2011 com relação ao ano anterior registra-se um aumento esperado de 2% no número de titulados.

Tabela 7 (2.4.3) - Evolução do número de titulados ao final do ano - 2002 a 2011*

Ano	Mestrado	Mestres por 100mil	Doutorado	Doutores por 100mil	Total	População Brasileira	Titulados por 100mil	Índice
2002	24.444	13,9	6.894	3,9	31.338	176.303.919	17,77	1,91
2003	27.649	15,5	8.094	4,5	35.743	178.741.412	20,00	2,15
2004	26.658	14,7	8.093	4,5	34.751	181.105.601	19,19	2,06
2005	30.634	16,7	8.989	4,9	39.623	183.383.216	21,61	2,32
2006	32.261	17,4	9.366	5,0	41.627	185.564.212	22,43	2,41
2007	32.890	17,5	9.915	5,3	42.805	187.641.714	22,81	2,45
2008	36.014	19,0	10.711	5,6	46.725	189.612.814	24,64	2,65
2009	38.788	20,3	11.368	5,9	50.156	191.480.630	26,19	2,81
2010	39.590	20,8	11.314	5,9	50.904	190.732.694	26,70	3,13
2011*	43.095	22,1	12.642	6,5	55.737	194.932.685	28,59	3,07

Fonte: GeoCapes

* Projeção com base na média geométrica dos resultados do período de 2000 a 2010.

Com exceção dos índices de mestres e doutores titulados, que constam do PPA (2008-2011), os demais indicadores foram elaborados no decorrer do ano de 2009, em atendimento à recomendação da Controladoria-Geral da União/CGU-PR no processo de contas de exercício de 2008, com vistas a permitir uma medição mais detalhada do desempenho da unidade. A fórmula de cálculo dos indicadores apresentados consta do quadro do Programa 1375.

3. Informações sobre o reconhecimento de passivos por insuficiência de créditos ou recursos.

Informações quantitativas sobre o reconhecimento pelas UJ de passivos por insuficiência de créditos ou recursos registrados nas contas 21211.11.00, 21212.11.00, 21213.11.00, 21215.22.00 e 21219.22.00 do Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal - SIAFI, com o objetivo de analisar a gestão desses passivos pelas UJ no exercício de referência do relatório de gestão.

Não houve lançamentos em tais contas no exercício de 2011.

4. Informações sobre a movimentação e os saldos de Restos a Pagar de Exercícios Anteriores.

4.1. Pagamentos e cancelamentos de Restos a Pagar de exercícios anteriores

Quadro A.4.1 - Situação dos Restos a Pagar de exercícios anteriores

Valores em R\$ 1,00

Restos a Pagar Processados				
Ano de Inscrição	Montante Inscrito	Cancelamentos acumulados	Pagamentos acumulados	Saldo a Pagar em 31/12/2011
2010	105.027.379,68	104.832,50	104.889.998,63	32.548,55
2009	927.785,10	354.164,84	573.620,26	-
2008	-	-	-	-
Restos a Pagar não Processados				
Ano de Inscrição	Montante Inscrito	Cancelamentos acumulados	Pagamentos acumulados	Saldo a Pagar em 31/12/2011
2010	253.587.189,90	18.037.800,38	221.862.446,79	13.686.942,73
2009	7.819.111,07	6.336.987,62	1.482.123,45	-
2008	268.369,68	268.369,68	-	-
Observações:				

Fonte: Siafi Gerencial

4.2 Análise Crítica

Os Restos a Pagar no exercício de 2011 somaram R\$ 560.551.442,16 (RP Não Processado+RP Não Processado Reinscrito+RP Processado Inscrito e Reinscrito) e a inscrição foi efetuada nos termos do Art. 35 do Decreto 93.872/1986. Desse montante R\$ 285.830.786,79 são referentes a empenhos emitidos pela própria CAPES, o restante refere-se a empenhos emitidos pelas unidades gestoras receptoras de créditos orçamentários oriundos de descentralização.

Já em fevereiro/2011 os Restos a Pagar Liquidado e Pago representavam 46,76% do total dos empenhos inscritos. Em 31/12/2011 a havia liquidado e pago 78,27% dos empenhos inscritos, o que demonstra alto grau de comprometimento com os compromissos assumidos por esta Fundação. A existência de Restos a Pagar por mais de um exercício deve-se muitas vezes à demora na regularização da documentação necessária à efetiva liquidação.

Em relação às circunstâncias que levam à a inscrever despesas em Restos a Pagar, deve se ressaltar que tal procedimento acontece na maioria das vezes quando as instituições parceiras não encaminham de forma completa e tempestivamente a documentação necessária ou as informações exigidas para composição do Plano de Trabalho, com vistas à formalização dos instrumentos de transferência, mas, por estarem com os projetos aprovados e com atividades programadas ou em andamento, realizarão a despesa no exercício subsequente.

5. Informações sobre a composição de Recursos Humanos

5.1. Composição do Quadro de Servidores Ativos

5.1.1 Demonstração da força de trabalho à disposição da unidade jurisdicionada

QUADRO A.5.1 – FORÇA DE TRABALHO DA UJ – SITUAÇÃO APURADA EM 31/12

Tipologias dos Cargos	Lotação		Ingressos	Egressos
	Autorizada	Efetiva (5)	no exercício (5)	no exercício (5)
1. Servidores em cargos efetivos (1.1 + 1.2)	631	339	10	29
1.1. Membros de poder e agentes políticos	não há	0	0	0
1.2. Servidores de Carreira (1.2.1+1.2.2+1.2.3+1.2.4)	631	339	10	29
1.2.1. Servidores de carreira vinculada ao órgão ⁽¹⁾	631	316	0	24
1.2.2. Servidores de carreira em exercício descentralizado ⁽²⁾	não há	7	2	0
1.2.3. Servidores de carreira em exercício provisório ⁽³⁾	não há	0	1	1
1.2.4. Servidores requisitados de outros órgãos e esferas ⁽³⁾	não há	16	7	4
2. Servidores com Contratos Temporários ⁽⁴⁾	58	42	31	6
3. Total de Servidores (1+2)	-	381	41	35

Fontes: ⁽¹⁾ Lei nº 8.405/1992 e Lei nº 11.502/2007;

⁽²⁾ Lei nº 11.890/2008, Lei nº 10.480/2002 e Lei nº 8.112/1990;

⁽³⁾ Lei nº 8.112/1990 e Decreto nº 4.050/2001;

⁽⁴⁾ Portaria MP nº 186/2008, alterada pela Portaria MP nº 207/2008, e Portaria Interministerial MPOG/MEC nº 47/2011; e

⁽⁵⁾ SIAPE e CGGP/DGES/CAPES.

]

5.1.2 Situações que reduzem a força de trabalho efetiva da unidade jurisdicionada

QUADRO A.5.2 – SITUAÇÕES QUE REDUZEM A FORÇA DE TRABALHO NA UJ –
SITUAÇÃO APURADA EM 31/12

Tipologias dos afastamentos	Quantidade de pessoas ⁽¹⁾
1. Cedidos (1.1+1.2+1.3)	12
1.1. Exercício de Cargo em Comissão (Lei nº 8.112/1990, artigo 93)	3
1.2. Exercício de Função de Confiança	0
1.3. Outras situações previstas em leis específicas (1.3.1+1.3.2+1.3.3+1.3.4+1.3.5)	9
1.3.1. Lei nº 9.007/1995, artigo 2º	3
1.3.2. Lei nº 8.028/1990, artigo 57 e Decreto nº 9.941/1990, artigo 23	3
1.3.3. Lei nº 8.682/1993, artigo 5º e Lei Complementar nº 73/1993, artigo 47	1
1.3.4. Lei nº 11.356/2006, artigo 16-B	1
1.3.5. Lei nº 6.999/1982, artigo 2º	1
2. Afastamentos (2.1+2.2+2.3+2.4)	6
2.1. Para Exercício de Mandato Eletivo	0
2.2. Para Estudo ou Missão no Exterior	1
2.3. Para Serviço em Organismo Internacional	0
2.4. Para Participação em Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu no País	5
3. Removidos (3.1+3.2+3.3+3.4+3.5)	1
3.1. De ofício, no interesse da Administração	0
3.2. A pedido, a critério da Administração	0
3.3. A pedido, independentemente do interesse da Administração para acompanhar cônjuge/companheiro	1
3.4. A pedido, independentemente do interesse da Administração por Motivo de saúde	0
3.5. A pedido, independentemente do interesse da Administração por Processo seletivo	0
4. Licença remunerada (4.1+4.2)	1
4.1. Doença em pessoa da família	0
4.2. Capacitação	1
5. Licença não remunerada (5.1+5.2+5.3+5.4+5.5)	2
5.1. Afastamento do cônjuge ou companheiro	0
5.2. Serviço militar	0
5.3. Atividade política	0
5.4. Interesses particulares	2
5.5. Mandato classista	0
6. Outras situações	2
6.1. Medida Provisória nº 2.174-28/2001, artigo 8º	1
6.2. Lei nº 8.112/1990, artigo 20, § 4º	1
7. Total de servidores afastados em 31 de dezembro (1+2+3+4+5+6)	24

Fontes: ⁽¹⁾ SIAPE e CGGP/DGES/CAPES.

5.1.3 Quantificação dos cargos em comissão e das funções gratificadas da unidade jurisdicionada

QUADRO A.5.3 – QUANTIFICAÇÃO DOS CARGOS EM COMISSÃO E DAS FUNÇÕES GRATIFICADAS DA UJ – SITUAÇÃO APURADA EM 31/12

Tipologias dos cargos em comissão e das funções gratificadas	Lotação		Ingressos no exercício	Egressos no exercício
	Autorizada	Efetiva (5)		
1. Cargos em comissão	90	87	43	39
1.1. Cargos Natureza Especial	não há	0	0	0
1.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior ⁽¹⁾	90	87	43	39
1.2.1. Servidores de carreira vinculada ao órgão ⁽¹⁾⁽²⁾	57	53	30	22
1.2.2. Servidores de carreira em exercício descentralizado ⁽²⁾⁽³⁾	não há	1	3	2
1.2.3. Servidores de outros órgãos e esferas ⁽²⁾	não há	12	5	7
1.2.4. Sem vínculo ⁽²⁾	33	14	3	6
1.2.5. Aposentados ⁽²⁾⁽⁴⁾	não há	7	2	2
2. Funções gratificadas	não há	0	0	0
2.1. Servidores de carreira vinculada ao órgão	não há	0	0	0
2.2. Servidores de carreira em exercício descentralizado	não há	0	0	0
2.3. Servidores de outros órgãos e esferas	não há	0	0	0
3. Total de servidores em cargo e em função (1+2)	-	87	43	39

Fontes: ⁽¹⁾ Lei nº 8.405/1992, Lei nº 11.502/2007 e Decreto nº 6.316/2007;

⁽²⁾ Lei nº 8.112/1990, Decreto nº 5.497/2005 e Decreto nº 4.050/2001;

⁽³⁾ Lei nº 11.890/2008;

⁽⁴⁾ CF/1988, artigo 37, §10; e

⁽⁵⁾ SIAPE e CGGP/DGES/CAPES;

5.1.4 Qualificação do quadro de pessoal da unidade jurisdicionada segundo a idade

QUADRO A.5.4 – QUANTIDADE DE SERVIDORES DA UJ POR FAIXA ETÁRIA - SITUAÇÃO APURADA EM 31/12

Tipologias do Cargo ⁽¹⁾	Quantidade de Servidores por Faixa Etária				
	Até 30 anos	De 31 a 40 anos	De 41 a 50 anos	De 51 a 60 anos	Acima de 60 anos
1. Provimento de cargo efetivo	116	90	69	38	2
1.1. Membros de poder e agentes políticos	0	0	0	0	0
1.2. Servidores de Carreira ⁽²⁾	105	67	63	36	2
1.3. Servidores com Contratos Temporários	11	23	6	2	0
2. Provimento de cargo em comissão	12	29	21	16	9
2.1. Cargos de Natureza Especial	0	0	0	0	0
2.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior ⁽²⁾	12	29	21	16	9
2.3. Funções gratificadas	0	0	0	0	0
3. Totais (1+2)	128	119	90	54	11

Fontes: ⁽¹⁾ SIAPE e CGGP/DGES/CAPES; e

⁽²⁾ São 87 cargos em comissão ocupados: 66 servidores de carreira e 21 aposentados ou sem vínculo; os servidores de carreira não foram computados no item 1.2, para não haver duplicidade, perfazendo 273 servidores de carreira que não ocupam cargo em comissão.

5.1.5 Qualificação do quadro de pessoal da unidade jurisdicionada segundo a escolaridade

QUADRO A.5.5 – QUANTIDADE DE SERVIDORES DA UJ POR NÍVEL DE ESCOLARIDADE – SITUAÇÃO APURADA EM 31/12

Tipologias do Cargo ⁽¹⁾	Quantidade de pessoas por nível de escolaridade								
	1	2	3	4	5	6	7	8	9
1. Provimento de cargo efetivo	0	1	2	1	29	96	88	70	28
1.1. Membros de poder e agentes políticos	0	0	0	0	0	0	0	0	0
1.2. Servidores de Carreira ⁽²⁾	0	1	2	1	29	72	70	70	28
1.3. Servidores com Contratos Temporários	0	0	0	0	0	24	18	0	0
2. Provimento de cargo em comissão	0	0	1	0	5	21	25	19	16
2.1. Cargos de Natureza Especial	0	0	0	0	0	0	0	0	0
2.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior ⁽²⁾	0	0	1	0	5	21	25	19	16
2.3. Funções gratificadas	0	0	0	0	0	0	0	0	0
3. Totais (1+2)	0	1	3	1	34	117	113	89	44

LEGENDA

Nível de Escolaridade

1 - Analfabeto; 2 - Alfabetizado sem cursos regulares; 3 - Primeiro grau incompleto; 4 - Primeiro grau; 5 - Segundo grau ou técnico; 6 - Superior; 7 - Aperfeiçoamento / Especialização / Pós-Graduação; 8 – Mestrado; 9 – Doutorado/Pós Doutorado/PhD/Livre Docência; 10 - Não Classificada.

Fontes: ⁽¹⁾ SIAPE e CGGP/DGES/CAPES; e

⁽²⁾ São 87 cargos em comissão ocupados: 66 servidores de carreira e 21 aposentados ou sem vínculo; os servidores de carreira não foram computados no item 1.2, para não haver duplicidade, perfazendo 273 servidores de carreira que não ocupam cargo em comissão.

5.2 Composição do Quadro de Servidores Inativos e Pensionistas

5.2.1 Classificação do quadro de servidores inativos da unidade jurisdicionada segundo o regime de proventos e de aposentadoria

QUADRO A.5.6 - COMPOSIÇÃO DO QUADRO DE SERVIDORES INATIVOS - SITUAÇÃO APURADA EM 31 DE DEZEMBRO

Regime de proventos / Regime de aposentadoria ⁽¹⁾	Quantidade	
	De Servidores Aposentados até 31/12	De Aposentadorias iniciadas no exercício de referência
1. Integral	44	6
1.1 Voluntária	37	6
1.2 Compulsória	0	0
1.3 Invalidez Permanente	3	0
1.4 Outras ⁽¹⁾	4	0
2. Proporcional	35	0
2.1 Voluntária	33	0
2.2 Compulsória	0	0
2.3 Invalidez Permanente	2	0
2.4 Outras	0	0
3. Totais (1+2)	79	6

Fontes: ⁽¹⁾ SIAPE e CGGP/DGES/CAPES; e

⁽²⁾ Aposentadorias enquadradas no regime integral por força do artigo 192 da Lei nº 8.112/1990.

5.2.2 Demonstração das origens das pensões pagas pela unidade jurisdicionada

QUADRO A.5.7 - COMPOSIÇÃO DO QUADRO DE INSTITUIDORES DE PENSÃO -
SITUAÇÃO APURADA EM 31/12

Regime de proventos do servidor instituidor	Quantidade de Beneficiários de Pensão	
	Acumulada até 31/12	Iniciada no exercício de referência
1. Aposentado	5	0
1.1. Integral	3	0
1.2. Proporcional	2	0
2. Em Atividade	9	0
3. Total (1+2)	14	0

Fontes: ⁽¹⁾ SIAPE e CGGP/DGES/CAPES.

5.3. Composição do Quadro de Estagiários

QUADRO A.5.8 - COMPOSIÇÃO DO QUADRO DE ESTAGIÁRIOS

Nível de escolaridade	Quantitativo de contratos de estágio vigentes ⁽¹⁾⁽²⁾				Despesa no exercício ^{(1) (3)} (em R\$ 1,00)
	1º Trimestre	2º Trimestre	3º Trimestre	4º Trimestre	
1. Nível superior	40	57	63	63	383.964,66
1.1 Área Fim	25	40	48	48	266.342,45
1.2 Área Meio	15	17	15	15	117.622,21
2. Nível Médio	20	21	27	33	107.322,67
2.1 Área Fim	12	13	18	24	71.046,09
2.2 Área Meio	8	8	9	9	36.276,58
3. Total (1+2)	60	78	90	96	491.287,33

Fontes: ⁽¹⁾ SIAPE e CGGP/DGES/CAPES;

⁽²⁾ Contratos vigentes no último mês do trimestre; e

⁽³⁾ Computadas as rubricas de auxílio transporte e bolsa de estágio.

5.4. Quadro de custos de recursos humanos

QUADRO A.5.9 - QUADRO DE CUSTOS DE PESSOAL NO EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA E NOS DOIS ANTERIORES

Em R\$ 1,00

Tipologias/ Exercícios	Vencimentos e vantagens fixas	Despesas Variáveis						Despesas de Exercícios Anteriores	Decisões Judiciais	Total	
		Retribuições	Gratificações	Adicionais	Indenizações	Benefícios Assistenciais e previdenciários	Demais despesas variáveis				
Membros de poder e agentes políticos											
Exercícios	2011	NA	NA	NA	NA	NA	NA	NA	NA	NA	0,00
	2010	NA	NA	NA	NA	NA	NA	NA	NA	NA	0,00
	2009	NA	NA	NA	NA	NA	NA	NA	NA	NA	0,00
Servidores de Carreira que não ocupam cargo de provimento em comissão											
Exercícios	2011	19.698.571,77	NA	1.705.993,61	582.458,17	1.134.700,61	458.776,04	0,00	0,00	40.374,94	23.620.875,14
	2010	19.965.079,30	NA	2.245.960,98	562.973,53	2.488.659,39	1.266.192,95	147.153,64	101.778,87	40.765,26	26.818.563,92
	2009	16.378.612,58	NA	1.979.675,82	306.135,78	1.245.248,77	690.246,76	129.078,43	0,00	33.857,08	20.762.855,22
Servidores com Contratos Temporários											
Exercícios	2011	1.978.220,99	NA	162.446,43	30.306,60	88.819,70	NA	NA	NA	NA	2.259.793,72
	2010	1.411.675,00	NA	119.246,66	48.332,00	NA	65.155,99	NA	NA	NA	1.644.409,65
	2009	1.022.127,33	NA	84.855,54	0,00	NA	22.378,49	NA	NA	NA	1.129.361,36
Servidores Cedidos com ônus ou em Licença											
Exercícios	2011	867.750,23	NA	85.037,41	28.186,98	30.393,08	31.261,08	0,00	0,00	997,74	1.043.626,52
	2010	1.017.123,87	NA	75.409,82	30.359,22	NA	68.011,16	NA	6.443,09	870,84	1.198.218,00
	2009	1.188.727,67	NA	105.073,93	34.729,81	NA	57.456,02	NA	0,00	870,84	1.386.858,27
Servidores ocupantes de Cargos de Natureza Especial											
Exercícios	2011	NA	NA	NA	NA	NA	NA	NA	NA	NA	0,00
	2010	NA	NA	NA	NA	NA	NA	NA	NA	NA	0,00
	2009	NA	NA	NA	NA	NA	NA	NA	NA	NA	0,00
Servidores ocupantes de cargos do Grupo Direção e Assessoramento Superior											
Exercícios	2011	5.095.952,36	2.123.572,53	679.544,22	227.478,22	847.742,79	156.730,31	0,00	0,00	27.321,78	9.158.342,21
	2010	5.055.561,99	2.631.167,59	787.428,83	252.661,80	231.206,40	357.050,90	13.872,44	23.953,81	27.436,74	9.380.340,50
	2009	4.606.677,65	2.089.568,66	750.711,24	223.292,25	188.322,67	193.443,36	10.092,41	0,00	34.344,92	8.096.453,16
Servidores ocupantes de Funções gratificadas											
Exercícios	2011	NA	NA	NA	NA	NA	NA	NA	NA	NA	0,00
	2010	NA	NA	NA	NA	NA	NA	NA	NA	NA	0,00



Relatório de Gestão 2011

	2009	NA	NA	NA	NA	NA	NA	NA	NA	NA	0,00

Fonte: SIAPE.

5.5. Contratos de prestação de serviços com locação de mão de obra

5.5.1 Informações sobre terceirização de cargos e atividades do plano de cargos do órgão

Descrição dos cargos e atividades do plano de cargos do órgão em que há ocorrência de servidores terceirizados	Quantidade no final do exercício			Ingressos no exercício	Egressos no exercício
	2011	2010	2009		
ANALISTA EM CIÊNCIA E TECNOLOGIA Atribuições: Organizar, dirigir e executar atividades referentes à formulação e execução de políticas institucionais de gestão da educação, gestão de programas, gestão da avaliação de cursos e programas; planejamento financeiro, elaboração e execução orçamentária, controle da situação financeira e patrimonial; controle contábil-financeiro, liberação de recursos, análise e aprovação de prestações de contas; gestão de pessoas, de materiais, de recursos informatizados, do processo produtivo; organização e realização de licitações; realização de pesquisas de mercado, apoio no desenvolvimento mercadológico de novos programas, divulgação e promoção dos programas e atividades.	0	0	0	0	0
ASSISTENTE EM CIÊNCIA E TECNOLOGIA Atribuições: Prestar apoio na organização, direção e execução atividades referentes: à formulação de políticas institucionais de gestão da educação, gestão de programas, avaliação de cursos e programas; ao planejamento financeiro, elaboração e execução orçamentária, controle da situação financeira e patrimonial; ao controle contábil-financeiro, liberação de recursos, análise e aprovação de prestações de contas; à gestão de pessoas, de materiais, de recursos informatizados, do processo produtivo; à organização e realização de licitações; à realização de pesquisas de mercado, apoio no desenvolvimento mercadológico de novos programas, divulgação e promoção dos programas e atividades.	0	0	0	0	0
AUXILIAR EM CIÊNCIA E TECNOLOGIA	112 *	95	89	0	0

Atribuições: atribuições de nível auxiliar ao suporte e ao apoio técnico especializado às atividades de direção, coordenação, organização, planejamento, controle e avaliação de projetos de pesquisa e desenvolvimento na área de Ciência e Tecnologia.					
Análise crítica da situação da terceirização no órgão					
As contratações para terceirização dos serviços prestados na CAPES estão reguladas pelas disposições da Lei 8666/93 e pela Instrução Normativa SLTI nº 02/2008, alterada pela IN SLTI 03/2009, além do Decreto 2.2271, de 07 de junho de 1997. A legalidade das contratações alcança a alocação de serviços antes desempenhados por agentes ocupantes de cargos extintos, como é o caso do do Auxiliar em Ciência e Tecnologia, extinto pelo Decreto nº 5.253, de 25 de outubro de 2004. * Os terceirizados indicados na tabela acima, referentes ao final do exercício de 2011 estão assim distribuídos: - 43 funcionários ocupantes do cargo de secretariado; - 08 funcionários ocupantes do cargo de Office-boy; - 61 funcionários ocupantes do cargo de técnico administrativo. Para ajuste dessas contratações, a Diretoria de Gestão autorizou a abertura de processos licitatórios que visam a contratação de: - Secretárias, com previsão de abertura do certame em maio/2012; - Auxiliar administrativo, para suprir a carência do extinto cargo de Auxiliar em C&T, com abertura prevista para março/2012.					

Fonte:Coordenação-Geral de Recursos Logísticos

5.5.2 Autorizações expedidas pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão para realização de concursos públicos para substituição de terceirizados

Quadro A.5.11 – Não se aplica. De acordo com a IN TCU, nº 123/2011 deve ser preenchido somente pela Secretaria de Gestão do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão ou por outro órgão autorizador equivalente nos demais Poderes da União).

5.5.3 Informações sobre a contratação de serviços de limpeza, higiene e vigilância ostensiva pela unidade

QUADRO A.5.12 - CONTRATOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LIMPEZA E HIGIENE E VIGILÂNCIA OSTENSIVA

Unidade Contratante													
Nome:													
UG/Gestão: 154003						CNPJ: 00889834/0001-08							
Informações sobre os contratos													
Ano do contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período contratual de execução das atividades contratadas		Nível de Escolaridade exigido dos trabalhadores contratados						Situação
							F		M		S		
					Início	Fim	P	C	P	C	P	C	
2009	V	O	CONTRATO Nº 46/2009	02.282.727/0001-34	31/12/2011	31/12/2012	-	8	-	20	-	-	P
2010	L	O	CONTRATO Nº 09/2010	05.058.935/0001-42	28/04/2010	*	-	41	-		-	-	A

Observações:

CONTRATO N° 46/2009 – Zepim Segurança e Vigilância Ltda.

CONTRATO N° 09/2010 – Interativa Dedetização, Higienização e Conservação Ltda;

(*) Contrato com vigência de 12 meses, a partir de 03/05/2010, podendo ser prorrogada,

LEGENDA

Área: (L) Limpeza e Higiene; (V) Vigilância Ostensiva.

Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial.

Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.

Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.

Fonte: Coordenação-Geral de Recursos Logísticos

5.5.4 Informações sobre locação de mão de obra para atividades não abrangidas pelo plano de cargos do órgão

QUADRO A.5.13 - CONTRATOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS COM LOCAÇÃO DE MÃO DE OBRA

Unidade Contratante													
Nome:													
UG/Gestão: 154003						CNPJ: 00889834/0001-08							
Informações sobre os contratos													
Ano do contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período contratual de execução das atividades contratadas		Nível de Escolaridade exigido dos trabalhadores contratados						Sit.
							F		M		S		
					Início	Fim	P	C	P	C	P	C	
2005	1	O	CONTRATO Nº 22/2005	02660447/0001-12	26/10/2005	26/10/2010	0	0	28	26	0	0	E
2007	1	O	CONTRATO Nº 16/2007	06090065/0001-51	01/12/2007	01/12/2012	42	37	86	94	0	0	P
2009	1	O	CONTRATO Nº 28/2009	06090065/0001-51	05/08/2009	05/08/2014	0	0	18	18	0	0	P
2009	5	O	CONTRATO Nº 27/2009	05.058.872/0001-24	05/08/2009	03/08/2012	-	-	19	16	-	3	A
2010	1	O	CONTRATO Nº 23/2010	08.965.970/0001-33	19/08/2010	19/06/2011	2	2	2	2			A
2009	1	O	CONTRATO Nº 20/2009	01.011.976/0001-22	24/06/2009	24/06/2012	7	7	14	14	1	2	P
Observações: CONTRATO Nº 16/2007 – Empresa PH Serviços e Administração Ltda; CONTRATO Nº 28/2009 – Empresa PH Serviços e Administração Ltda; CONTRATO Nº 22/2005 – Poliedro Informática Consultoria e Serviços Ltda. CONTRATO Nº 27/2009 – DF Cursos Ltda; CONTRATO Nº 23/2010 – Enterpol Administração e Serviços especializados Ltda; CONTRATO Nº 20/2009 – Orion Telecomunicações Engenharia Ltda.													

LEGENDA**Área:**

1. *Conservação e Limpeza;*
2. *Segurança;*
3. *Vigilância;*
4. *Transportes;*
5. *Informática;*
6. *Copeiragem;*
7. *Recepção;*
8. *Reprografia;*
9. *Telecomunicações;*
10. *Manutenção de bens móveis*
11. *Manutenção de bens imóveis*
12. *Brigadistas*
13. *Apoio Administrativo – Menores Aprendizizes*
14. *Outras*

Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial.**Nível de Escolaridade:** (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.**Situação do Contrato:** (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.**Quantidade de trabalhadores:** (P) Prevista no contrato; (C) Efetivamente contratada.

Fonte: Coordenação-Geral de Recursos Logísticos

5.6 Indicadores Gerenciais Sobre Recursos Humanos

5.6.1. Composição do Quadro de Servidores Ativos

Os dados plotados no Quadro A.5.1 – Força de Trabalho da UJ – Situação apurada em 31/12 – permite observar que a composição da força de trabalho referente aos cargos de provimento efetivo e contratados por tempo determinado, considerando-se a lotação efetiva, atinge a proporção de 8,07 servidores estatutários : contratado por tempo determinado. Entretanto, ao se analisar a tipologia dos cargos de servidores de carreira, tem-se a seguinte distribuição:

Gráfico 1 (5.6) – Distribuição da força de trabalho por tipologia dos cargos dos servidores de carreira em 31/12/2011.

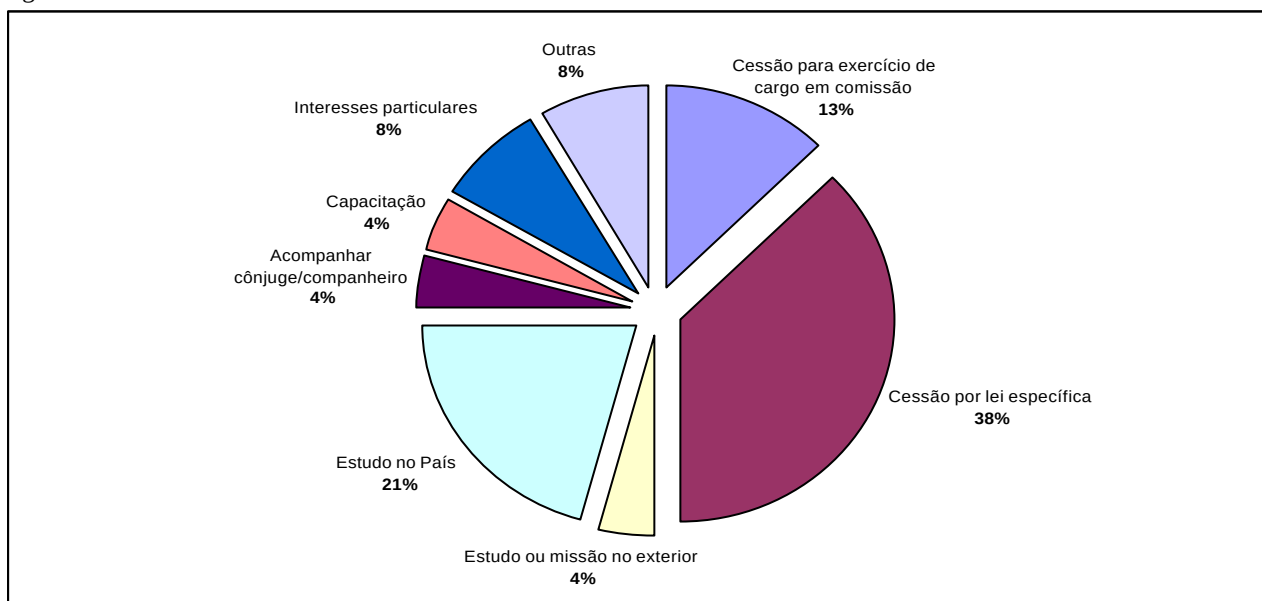


Fontes: SIAPE, CGGP/DGES/CAPES e Quadro A.5.1.

5.6.2. Situações que reduzem a força de trabalho efetiva da unidade jurisdicionada

As ocorrências registradas no Quadro A.5.2 – Situações que Reduzem a Força de Trabalho na UJ – Situação apurada em 31/12 – destaca que, do total de servidores de carreira vinculada ao órgão, 24 (8%) estavam afastados na data de referência. Tem-se a seguinte distribuição:

Gráfico 2 (5.6) – Distribuição das situações que reduziram a força de trabalho de servidores de carreira vinculada ao órgão em 31/12/2011.

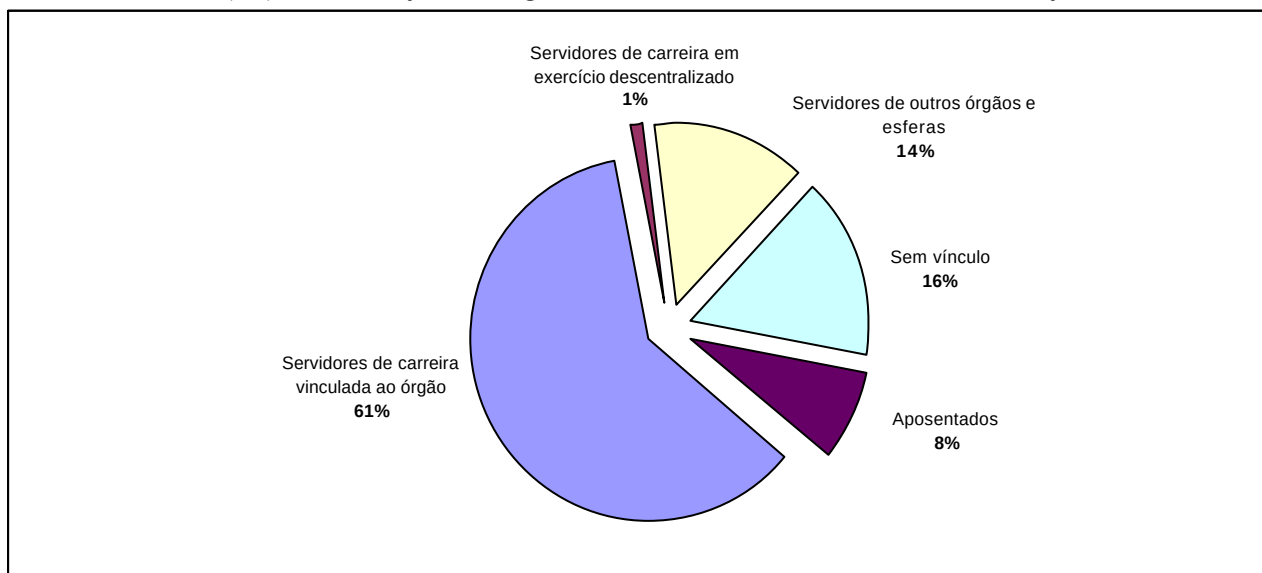


Fontes: SIAPE, CGGP/DGES/CAPES e Quadro A.5.2.

5.6.3. Quantificação dos cargos em comissão e das funções gratificadas da unidade jurisdicionada

Ainda, cabe destacar que, de acordo com dados do Quadro A.5.3 – Quantificação dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas da UJ – Situação apurada em 31/12, 61% dos cargos comissionados são ocupados por servidores de carreira vinculada ao órgão, como se aduz do gráfico abaixo:

Gráfico 3 (5.6) – Distribuição dos cargos em comissão em 31/12/2011, referente à lotação efetiva.



Fontes: SIAPE, CGGP/DGES/CAPES e Quadro A.5.3.

O Decreto nº 6.316/2007, que estabeleceu o novo Estatuto da Unidade Jurisdicionada, autorizou a lotação efetiva de 90 cargos em comissão do grupo “Direção, Chefia e Assessoramento Superiores – DAS”. Desses, 87 (97%) estavam ocupados em 31/12/2011, dos quais 66 (76%) por servidores de carreira. O provimento destes cargos deu-se de acordo com o Decreto nº 5.497/2005. A seguir, demonstra-se a ocupação dos cargos comissionados na data de referência:

Quadro 1 (5.6) - Demonstrativo de ocupação de cargos em comissão em 31/12/2011, conforme o Decreto nº 5.497/2005.

DAS	Lotação Autorizada (Decreto nº 6.316/2007)	Lotação Autorizada por servidores de carreira (Decreto nº 5.497/2005)	Lotação Efetiva por servidores de carreira ⁽¹⁾
Nível 6	1	não aplicável	100%
Nível 5	6	não aplicável	100%
Nível 4	20	50%	78%
Nível 3	45	75%	82%
Nível 2	16	75%	87%
Nível 1	2	75%	100%

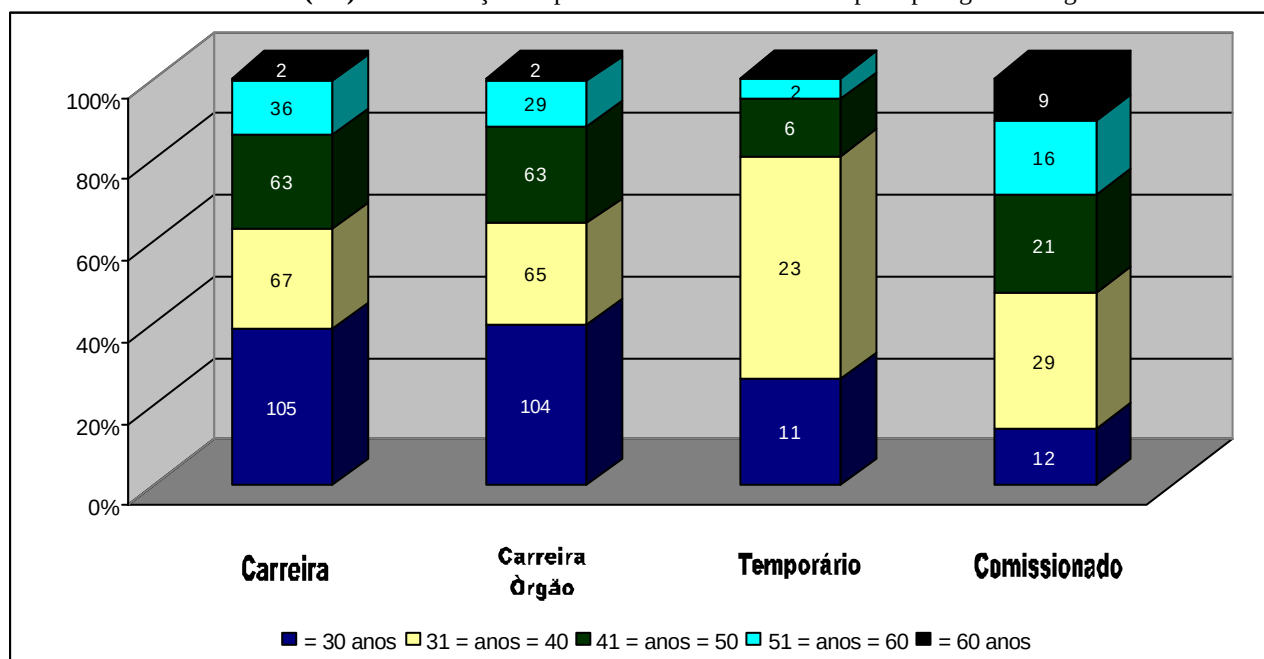
⁽¹⁾ Considerado apenas o quantitativo de cargos ocupados na categoria, independentemente do tipo de vínculo.

Fontes: SIAPE, CGGP/DGES/CAPES e Quadro A.5.3.

5.6.4. Qualificação do quadro de pessoal da unidade jurisdicionada segundo a idade

Quanto ao perfil etário dos servidores da CAPES, o Quadro A.5.4 – Quantidade de servidores da UJ por faixa etária – Situação apurada em 31/12, demonstra-se, abaixo, as distribuições por tipologia de cargo:

Gráfico 4 (5.6) – Distribuição do perfil etário em 31/12/2011 por tipologia do cargo.



Fontes: SIAPE, CGGP/DGES/CAPES e Quadro A.5.4.

Entretanto, quando computadas outras variáveis relativas a cada tipologia de cargo, vislumbra-se outra perspectiva:

Quadro 2 (5.6) - Demonstrativo de variáveis relacionadas ao perfil etário por tipologia de cargo em 31/12/2011.

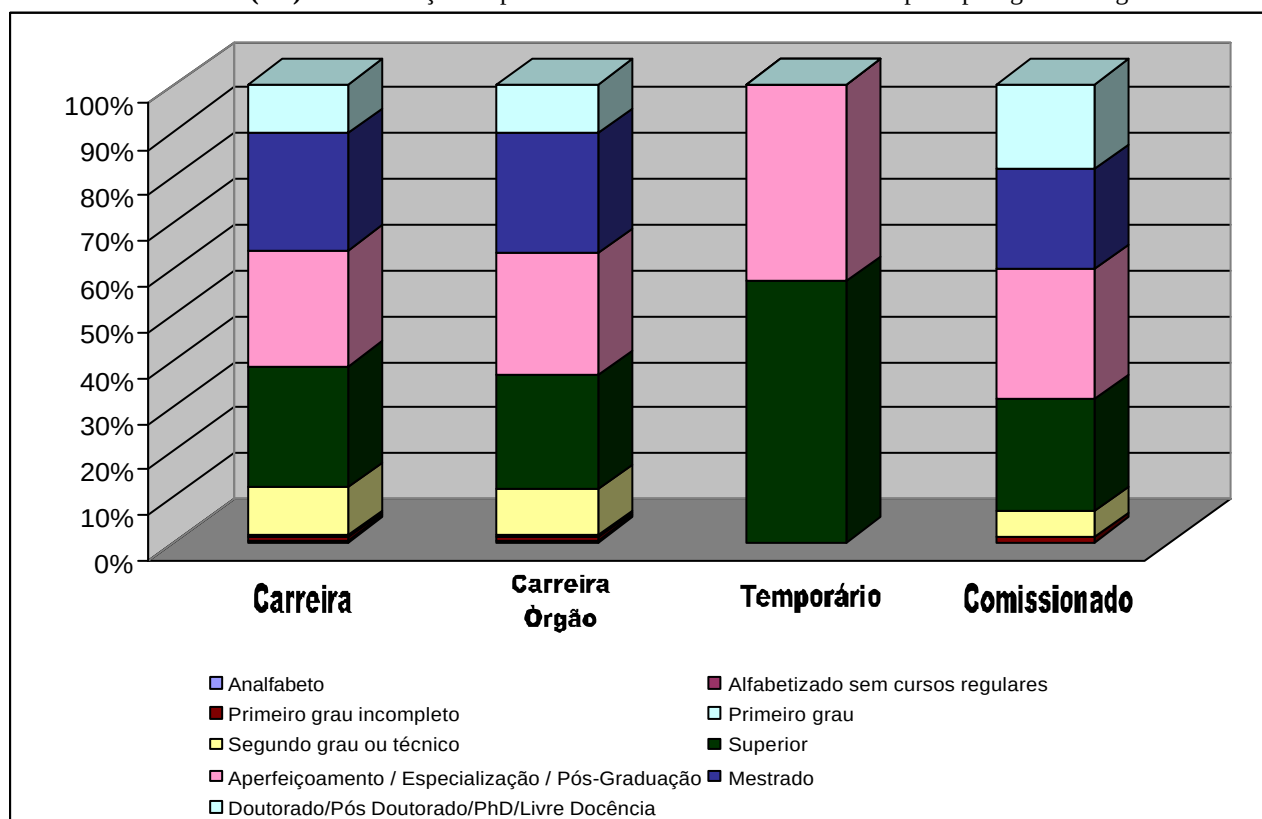
Variável		Servidores de Carreira	Servidores de Carreira Vinculada ao Órgão	Contratados por Tempo Determinado	Servidores Comissionados
Idade	Mínima	21	21	23	25
	Máxima	69	69	55	74
	Média	37	37	35	44
Tempo de serviço no órgão (m)*	Mínima	12	18	1	1
	Máxima	365	365	34	228
	Média	90	89	12	85
Tempo no serviço público (m)	Mínima	12	18	1	2
	Máxima	427	427	34	454
	Média	126	121	12	140

* - Considerado a partir de 1/2/1993, por força da Lei nº 8.405/1992 e criação da UORG no SIAPE; (m) – tempo em meses.
Fontes: SIAPE, CGGP/DGES/CAPES e Quadro A.5.4.

Assim, o perfil etário mais marcante se observa na tipologia de cargos em comissão do grupo DAS, com maior concentração de ocorrência acumulada nas faixas etárias a partir de 41 anos, o que desloca a idade média para 44 anos. Contribui para essa distribuição o fato de ter havido 7 (8%) servidores aposentados investidos em cargo em comissão.

5.6.5. Qualificação do quadro de pessoal da unidade jurisdicionada segundo a escolaridade

Já em relação ao perfil de qualificação da força de trabalho por escolaridade, ao se utilizar os dados constantes do Quadro A.5.5 – Quantidade de servidores da UJ por nível de escolaridade - Situação apurada em 31/12 – é possível observar o que segue:

Gráfico 5 (5.6) – Distribuição do perfil de escolaridade em 31/12/2011 por tipologia do cargo.


Todavia, é fator determinante para a análise do gráfico acima as atribuições dos cargos tipificados em lei, exceto para os cargos comissionados, de livre nomeação e exoneração.

Assim, de acordo com as observações inscritas no Quadro A.5.1, justifica-se que mais de 90% dos servidores de carreira tenham escolaridade superior ao segundo grau ou ensino técnico. Participa, com igual peso, as exigências para investidura nos cargos efetivos estatutários da UJ, o que se está explícito na Lei nº 8.691/1993, que criou a carreira de Gestão, Planejamento e Infraestrutura em Ciência e Tecnologia. Essa possui os cargos de: Analista em Ciência e Tecnologia, para servidores com escolaridade de nível superior (65% dos cargos ocupados); Assistente em Ciência e Tecnologia, para servidores com escolaridade de nível médio (33% dos cargos ocupados); e Auxiliar em Ciência e Tecnologia, para servidores com escolaridade de nível fundamental (2% dos cargos ocupados).

Por outro lado, é também relevante o fato de que a estrutura remuneratória disposta pela Lei nº 11.907/2009, que reestruturou a dita carreira, atribui relevância para a qualificação da força de trabalho. Para tanto, estão vigentes a Retribuição por Titulação, para o cargo de Analista, e a Gratificação de Qualificação, para os cargos de Assistente e Auxiliar.

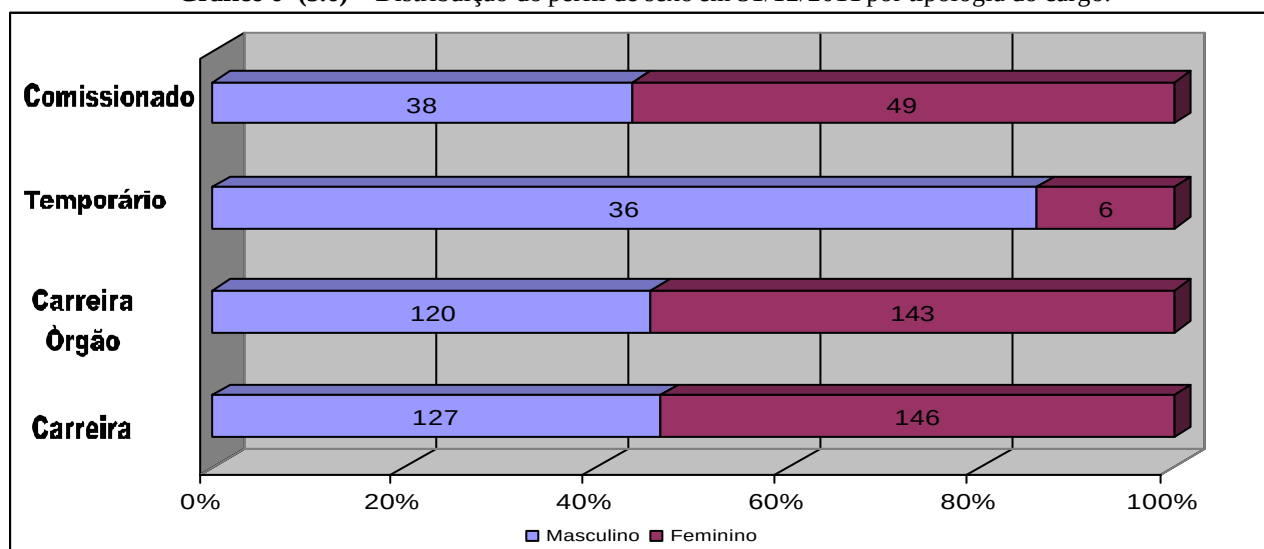
Reflete essas disposições o fato de que 69% dos servidores investidos no cargo de Assistente já possuíam o nível superior de escolaridade, e de que apenas 5% daqueles investidos no cargo de Analista não possuíam qualificação acima do nível superior.

5.6.6. Outros indicadores

Serão agora relatados indicadores diversos, como distribuição de sexo e área de lotação de servidores por tipologia do cargo, entre outros.

Primeiramente, o que abstrai do quadro a seguir é a semelhança entre a distribuição do sexo entre as diversas tipologias de cargo, exceto para os contratados por tempo determinado, com ocorrência superior a 80% para o sexo masculino.

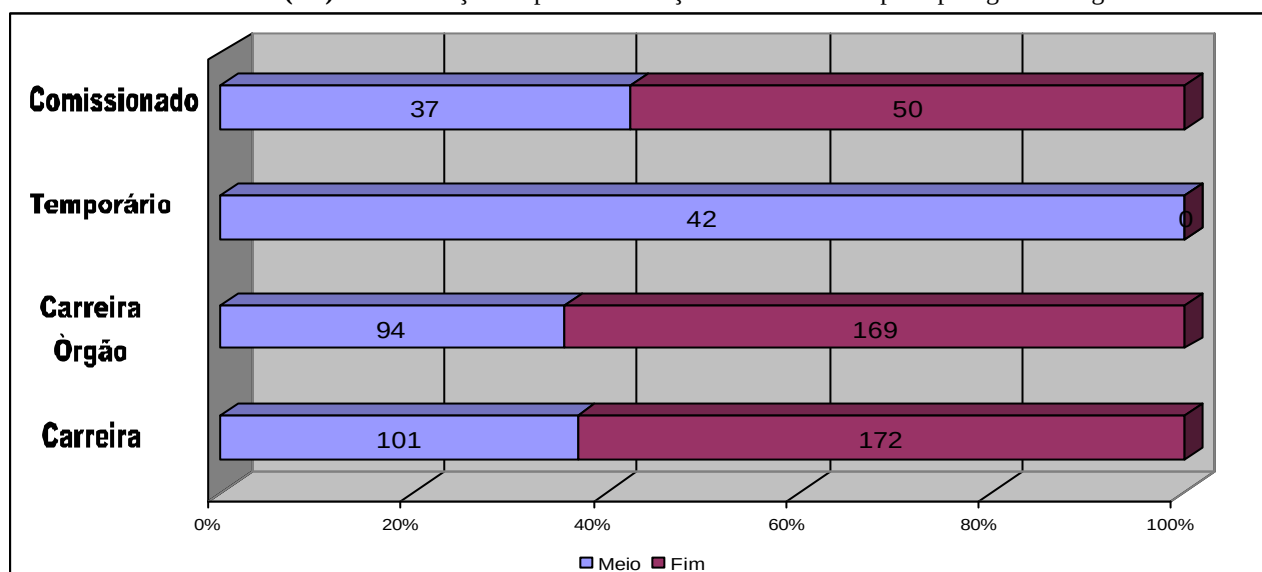
Gráfico 6 (5.6) – Distribuição do perfil de sexo em 31/12/2011 por tipologia do cargo.



Fontes: SIAPE e CGGP/DGES/CAPES.

Em segundo, o perfil de distribuição de lotação da força de trabalho demonstra uma maior concentração na área fim, como se aduz abaixo:

Gráfico 7 (5.6) – Distribuição do perfil de lotação em 31/12/2011 por tipologia do cargo.



Fontes: SIAPE e CGGP/DGES/CAPES.

O que se nota é um equilíbrio na distribuição entre as áreas meio e fim entre as tipologias de cargo, exceto para os contratados por tempo determinado, que, obrigatoriamente, pela natureza da UJ, se concentram totalmente na área de Tecnologia da Informação, essencialmente integrante da área meio.

Outrossim, o mesmo equilíbrio se destaca dentro de cada tipologia de cargo.

Por oportuno, faz-se também relevante destacar que, atualmente, 18 (dezoito) servidores estatutários da UJ estão usufruindo do Abono de Permanência, e que há uma previsão de ocorrência de 33 (trinta e três) aposentadorias até o exercício de 2015.

Ainda, apesar das 24 (vinte e quatro) vacâncias de cargos efetivos do quadro de pessoal da unidade ocorridas em 2011, de acordo com o Quadro A.5.1, desde o dia 14/7/2010, quando expirou o último certame, após 2 (anos) de vigência, computada aí sua prorrogação, até o dia 3/2/2012 já se acumulam 38 (trinta e oito) vacâncias. Esse quantitativo acumulado perfaz a monta de 14% dos servidores estatutários em relação à tipologia de cargo de servidores vinculados ao órgão ativos em 31/12/2011, desconsiderados os que ocupam cargo em comissão.

Ademais, se considerado o orçamento da UJ para o exercício de 2012, que chega ao montante de R\$ 3.505.700.000,00, de acordo com a Lei nº 12.443/2011, e considerando o quadro de pessoal nas tipologias de cargo servidores de carreira e servidores comissionados, que somam 360 (trezentos e sessenta) servidores em 31/12/2011, tem-se a proporção de R\$ 9.738.055,55 / servidor.

Portanto, é urgente a necessidade de autorização para a realização de concurso público para o provimento dessas vacâncias e reforço da força de trabalho estatutária da UJ.

5.6.7. Rotatividade

A Rotatividade mensal (R_m) é um indicador global calculado com os parâmetros Admissões ($Entradas_m$) e Vacâncias ($Saídas_m$) mensais observadas para os cargos efetivos

estatutários da UJ ocorridas em cada competência de referência, excluídos aqueles investidos em cargo em comissão. Também foram calculadas a Rotatividade média (R méd), Rotatividade máxima (R máx) e a Rotatividade mínima (R mín). A fórmula utilizada está a seguir descrita:

$$R_m = \left\{ \frac{\frac{(Entradas_m + Saídas_m)}{2}}{N^o \text{ de servidores estatutários ativos no mês anterior}} \right\} \times 100$$

R méd = 0,36 % (jan. a dez. 2011)
R máx = 0,87 % (jan. 2011)
R mín = 0,00 % (mar. e Nov. 2011)

O *Turnover* mensal é destacado no quadro abaixo:

Quadro 3 (5.6) - Rotatividade mensal para os cargos de provimento efetivo da UJ no exercício de 2011.

Competência	Admissões	Vacâncias	Nº de servidores efetivos no mês anterior	Turnover na competência (%)
Janeiro	0	5	287	0,87
Fevereiro	0	3	282	0,53
Março	0	0	279	0,00
Abril	0	2	279	0,36
Maio	0	1	277	0,18
Junho	0	2	276	0,36
Julho	0	3	274	0,55
Agosto	0	3	271	0,55
Setembro	0	1	268	0,19
Outubro	0	1	267	0,19
Novembro	0	0	266	0,00
Dezembro	0	3	266	0,56

Fontes: SIAPE, CGGP/DGES/CAPES e Quadro A.5.1.

Pelo acima exposto, pode-se deduzir que a cada mês 2 (duas) vacâncias ocorreram, em média. As 24 (vinte e quatro) saídas observadas no íterim do exercício de 2011 foram por: aposentadoria voluntária (7 ou 29%); exoneração (7 ou 29%); e vacância (10 ou 42%).

Ainda, as saídas por exoneração e vacância ocorreram, principalmente, por posse em outro cargo público inacumulável, geralmente com remuneração a maior ou jornada de trabalho inferior às 8 (oito) horas diárias em voga no Poder Executivo da esfera federal.

5.6.8. Absenteísmo

O Absenteísmo mensal (A_m) é um indicador global calculado com os parâmetros: “Horas não Trabalhadas”, “Horas úteis” e “quantitativo de servidores estatutários ativos para cada mês do exercício de 2011”, sendo neste último não computados aqueles que ocupavam cargo comissionado. Também foram calculados o Absenteísmo médio ($A_{méd}$), Absenteísmo máximo ($A_{máx}$) e o Absenteísmo mínimo ($A_{mín}$). A fórmula utilizada é descrita abaixo:

$$A_m = \left\{ \frac{\text{Horas não trabalhadas}_{\text{mês}}}{\text{Horas Úteis}_{\text{mês}} \times \text{Nº de servidores estatutários ativos no mês anterior}} \right\} \times 100$$

$A_{méd} = 0,36 \%$ (jan. a dez. 2011)
 $A_{máx} = 0,87 \%$ (jan. 2011)
 $A_{mín} = 0,00 \%$ (mar. e Nov. 2011)

Quadro 4 (5.6) - Absenteísmo mensal para os cargos de provimento efetivo da UJ no exercício de 2011.

Competência	Total de horas não trabalhadas	Total de horas úteis	Nº de servidores efetivos no mês anterior	Absenteísmo na competência (%)
Janeiro	12:08:00	168	287	0,001
Fevereiro	69:57:00	160	282	0,006
Março	82:45:00	164	279	0,008
Abril	21:45:00	152	279	0,002
Maio	56:36:00	176	277	0,005
Junho	107:09:00	168	276	0,010
Julho	21:23:00	168	274	0,002
Agosto	7:30:00	184	271	0,001
Setembro	101:42:00	168	268	0,009
Outubro	28:14:00	160	267	0,003
Novembro	55:35:00	160	266	0,005
Dezembro	52:09:00	176	266	0,005

Fontes: SIAPE, CGGP/DGES/CAPES e Quadro A.5.1.

5.6.9. Atestados Médicos

No período de janeiro a dezembro/2011, foram apresentados 705 atestados médicos, totalizando 4.509 dias de licença.

Quadro 5 (5.6) – Atestados apresentados

ATESTADOS MÉDICOS EM 2011	
Número de atestados apresentados	705
Quantidade total de dias de licença	4.509
Tempo médio de licença (total de dias de licenças / Qtde. de atestados)	6,39 dias

Fonte: CGGP

Com base nos 636 atestados que apresentavam o nome da doença ou o CID – Código Internacional de Doenças, as ocorrências mais frequentes foram:

- 7,86% Acompanhamento de pessoa doente da família (50/636);
- 7,39% Diarreia e gastroenterite (47/636);
- 3,46% Convalescência pós-cirúrgica (22/636);
- 2,67% Amigdalite aguda (17/636);
- 2,04% Reação aguda ao stress (13/636);

No ano de 2012, pretende-se verificar as reincidências apresentadas nas licenças médicas, buscando identificar as causas das doenças para adoção de medidas que previnam o adoecimento e o absenteísmo dos servidores.

Buscando manter o bem estar físico, mental e evitar o processo de adoecimento e absenteísmo da força de trabalho da CAPES, anualmente a realiza campanhas preventivas como parte do Programa de Qualidade de Vida. Em 2011, foram realizadas as seguintes campanhas: Campanha de Combate à Dengue (fevereiro/2011), Campanha de Vacinação contra a Influenza/Gripe Sazonal (maio/2011), Campanha de Prevenção a Doenças Oculares (agosto/2011) e Campanha mediante Parceria com a Unidade Móvel do ODONTO SESC para atendimento odontológico (agosto e setembro/2011).

5.6.10. Programa de Qualidade de Vida

O Programa de Qualidade de Vida da CAPES, implantado no ano de 2009, teve continuidade em 2011, com atividades voltadas para a melhoria da saúde ocupacional e bem-estar, adequando ações ao ambiente de trabalho. O Programa tem como objetivo maior envolver pessoas, trabalho e organização, buscando o bem estar, a participação, integração dos servidores e a eficácia organizacional.

Esse Programa ofereceu aulas de ginástica laboral, diariamente, a todos os servidores; uma turma de Ioga; duas turmas de Dança de Salão; uma turma de Canto Coral; cinco turmas de Pilates; e Cine Capes às sextas-feiras, quando são exibidos filmes variados no horário do almoço. Também são oferecidas, diariamente, sessões de *Quick-massage*.

Além dessas atividades oferecidas rotineiramente, o Programa Qualidade de Vida também foi responsável, durante o ano de 2011, pela promoção de eventos comemorativos de datas festivas, tais como Dia da Mulher, Dia das Mães, Dia dos Pais, Aniversário da CAPES, Dia do Servidor, Confraternização Natalina.

5.6.11. Clima Organizacional

No ano de 2011 foi realizada a 1ª pesquisa de Clima Organizacional da CAPES, sendo composta por duas etapas.

A metodologia utilizada na primeira fase foi de cunho quantitativo tendo como referência os questionários com itens fechados, os quais foram respondidos pelos servidores. Cabe ressaltar que a construção deste instrumento foi customizada e validada para a realidade cotidiana do órgão. Já a segunda fase da pesquisa deu-se a partir da metodologia qualitativa, mais especificamente pela técnica de grupos focais de discussão e proposição de ações de melhoria do clima organizacional.

Apresentamos abaixo os principais resultados da pesquisa de clima no ano de 2011, tanto em sua primeira fase quanto na segunda.

Na primeira fase da pesquisa 260 servidores responderam os questionários, o que representa uma participação de 67,2% do quadro atual de servidores.

Os critérios adotados para interpretação dos resultados foram retratados pelo Índice de Favorabilidade Geral (IFG) e pelo Índice de Favorabilidade por Fator (IF). Esses índices foram apurados a partir da média aritmética das respostas de todos os participantes em todos os itens da pesquisa, de acordo com a escala de avaliação apresentada a seguir, transformada em valor percentual.

Escala de Avaliação				
Discordo Totalmente	Discordo na maior parte	Às vezes concordo às vezes discordo	Concordo na maior parte	Concordo Totalmente
0	1	2	3	4

A título de exemplo, uma média de 2,80 corresponde a um IF ou IFG de 70%. O significado desse resultado para a organização está definido no critério de interpretação apresentado abaixo:

Critério de Interpretação	Índice de Favorabilidade
Resultado Favorável	Acima de 75% (>3)
Resultado Satisfatório +	De 62,51 a 75% (2,5 e 3)
Resultado Satisfatório	De 50 a 62,5% (2 e 2,5)
Resultado Desfavorável	Abaixo de 50% (<2)

Dessa forma o resultado global e por fator da pesquisa de clima organizacional da CAPES em 2011 está apresentado na tabela abaixo:

Índice de Favorabilidade Geral da CAPES (IFG) = 50,70 %	
Fatores avaliados	Índices de favorabilidade (%)
Equipe de Trabalho	67,37
Ambiente Físico e Condições de Trabalho	65,85
Imagem Institucional	65,08
Qualidade de Vida no Trabalho	58,59
Coordenação de Pessoas	56,27
Capacitação e Desenvolvimento	55,73
Objetivos Organizacionais	51,2
Comunicação	40,53
Avaliação Organizacional e do Trabalho	37,88
Planejamento do Trabalho	34,49
Relacionamento entre áreas	28,57

Em relação ao Índice de Favorabilidade Geral (IFG), o resultado apontou que a percepção geral dos servidores, incluindo todos os fatores de avaliação, pode ser considerada como satisfatória do Clima Organizacional, tendo em vista o índice de 50,70% (Resultado Satisfatório = 50 a 62,5%, adotado como critério de interpretação).

Quanto aos fatores de avaliação específicos, nota-se que os três melhores avaliados foram: 1º) Equipe de Trabalho, 2º) Ambiente Físico e Condições de Trabalho, 3º) Imagem Institucional. Já

os 4 fatores que tiveram avaliação considerada desfavorável, segundo critérios adotados foram: 1º) Relacionamento entre Áreas, 2º) Planejamento do Trabalho, 3º) Avaliação Organizacional e do Trabalho, 4º) Comunicação.

Na segunda fase a participação nos grupos focais deu-se mediante sorteio aleatório e após o aceite dos sorteados para participarem dos referidos grupos. A composição final foi de 2 grupos de compostos por servidores que ocupam posição gerencial ou DAS, 2 grupos de analistas em Ciência e Tecnologia e 1 grupo de Auxiliares e Assistentes em Ciência e Tecnologia. Na tabela abaixo é demonstrada a distribuição dos servidores nos grupos focais.

Grupos	Efetivo Existente	Nº de selecionados	Percentual	Nº de participantes	Percentual
Analista em C & T	156	24	15,38%	16	66,66%
Aux. e Assistente em C & T	89	12	13,48%	5	41,66%
Gestores e DAS	73	24	32,87%	16	66,66%

O roteiro dos grupos focais foi elaborado tomando-se como base os resultados da 1ª Fase da Pesquisa (resultados quantitativos). A análise de conteúdo das informações obtidas nas discussões dos grupos focais deu-se a partir das verbalizações dos servidores participantes. Os principais temas resultantes foram enumerados conforme frequência do conjunto das verbalizações nos grupos.

Como resultados foram elencados as principais temáticas pertinentes às percepções dos servidores quanto ao clima organizacional. Estas foram: 1) Avaliação organizacional e do trabalho, 2) Planejamento do trabalho, 3) Comunicação, 4) Relacionamento entre áreas, 5) Políticas e práticas de gestão de pessoas. Constata-se uma congruência dos resultados da primeira com a segunda fase da pesquisa, reforçando os aspectos prioritários a serem enfatizados nas ações futuras a serem implementadas para a melhoria do clima organizacional na Instituição.

Por conseguinte, no ano de 2012, será constituído um comitê gestor com vistas a discutir e implementar ações que visem à melhoria do clima organizacional da CAPES, tendo como referência as questões resultantes da pesquisa. O comitê será composto por representantes de cada diretoria, um membro da área de comunicação e um representante da ASCAPES.

5.6.12. Educação Continuada

Os dados referentes à Educação Continuada foram apresentados e discutidos na seção do Programa 1067 - Gestão da Política de Educação (MEC), mais especificamente na parte da Ação 4572 – Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação.

6. Informações sobre transferências no Exercício

6.1 Transferências efetuadas no exercício

6.1.1 Relação dos instrumentos de transferência vigentes no exercício de 2011

Vide Anexo 3 (Quadro A.6.1 – Portaria TCU n.º 123/2011)

6.1.2 Quantidade de instrumentos de transferências celebrados e valores repassados nos três últimos exercícios

Quadro A.6.2 – Resumo dos instrumentos celebrados pela UJ nos três últimos exercícios

Unidade Concedente ou Contratante						
Nome:	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal Nível Superior					
CNPJ:	00.889.834/0001-08					
UG/GESTÃO:	154003/15279					
Modalidade	Quantidade de instrumentos celebrados em cada exercício			Montantes repassados em cada exercício, independentemente do ano de celebração do instrumento (em R\$ 1,00)		
	2011	2010	2009	2011	2010	2009
Convênio	58	110	26	138.240.716,80	119.753.739,00	117.859.435,00
Contrato de Repasse						
Termo de Cooperação	Vide Anexo 4					
Termo de Compromisso						
Totais	58	110	26	138.240.716,80	119.753.739,00	117.859.435,00

Fonte: Siafi Gerencial

6.1.3 Informações sobre o conjunto de instrumentos de transferências que vigerão no exercício de 2011 e seguintes

Quadro A.6.3 – Resumo dos instrumentos de transferência que vigerão em 2011 e exercícios seguintes

Unidade Concedente ou Contratante					
Nome: Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal Nível Superior					
CNPJ: 00.889.834/0001-08				UG/GESTÃO: 154003/15279	
Modalidade	Qtd. de instrumentos com vigência em 2012 e seguintes	Valores (R\$ 1,00)			% do Valor global repassado até o final do exercício de 2011
		Contratados	Repassados até 2011	Previstos para 2012	
Convênio	299	593.002.876,77	469.325.457,39	123.677.419,38	79%
Contrato de Repasse					
Termo de Cooperação	Vide Anexo 4				
Termo de Compromisso					
Totais	299	593.002.876,77	469.325.457,39	123.677.419,38	79%

Fonte: Siafi Gerencial

6.2 Informações sobre a prestação de contas relativas aos convênios, termos de cooperação e contratos de repasse

Quadro A.6.4 – Resumo da prestação de contas sobre transferências concedidas pela UJ na modalidade de convênio, termo de cooperação e de contratos de repasse

Unidade Concedente					
Nome:					
CNPJ:			UG/GESTÃO:		
Exercício da prestação das contas	Quantitativos e montante repassados		Instrumentos (Quantidade e Montante Repassado)		
			Convênios	Termo de Cooperação	Contratos de Repasse
2011	Contas prestadas	Quantidade	65		
		Montante Repassado	R\$ 152.955.596,30		
	Contas NÃO prestadas	Quantidade	23		
		Montante Repassado	R\$ 4.875.491,82		
2010	Contas prestadas	Quantidade	22		
		Montante Repassado	R\$ 5.706.027,77		
	Contas NÃO prestadas	Quantidade	0		
		Montante Repassado	R\$ 0,00		
2009	Contas prestadas	Quantidade	45		
		Montante Repassado	R\$ 104.912.711,04		
	Contas NÃO prestadas	Quantidade	0		
		Montante Repassado	R\$ 0,00		
Anteriores a 2009	Contas NÃO prestadas	Quantidade	0		
		Montante Repassado	R\$ 1.043.867.598,25		
Fonte:					

6.2.1 Informações sobre a análise das prestações de contas de convênios e de contratos de repasse

Quadro A.6.5 - Visão Geral da análise das prestações de contas de Convênios e Contratos de Repasse

Unidade Concedente ou Contratante					
Nome:					
CNPJ:			UG/GESTÃO:		
Exercício da prestação das contas	Quantitativos e montantes repassados			Instrumentos	
				Convênios	Contratos de Repasse
2011	Quantidade de contas prestadas			86	
	Com prazo de análise ainda não vencido	Quantidade	Contas analisadas	0	
			Contas Não analisadas	0	
		Montante repassado (R\$)			0
	Com prazo de análise vencido	Contas analisadas	Quantidade Aprovada	38	
			Quantidade Reprovada (diligenciadas)	36	
			Quantidade de TCE	0	
		Contas NÃO analisadas	Quantidade	12	
			Montante repassado (R\$)	R\$ 4.445.474,43	
2010	Quantidade de contas prestadas			22	
	Contas analisadas	Quantidade Aprovada		15	
		Quantidade Reprovada		0	
		Quantidade de TCE		1	
	Contas NÃO analisadas	Quantidade		6	
		Montante repassado (R\$)		R\$ 895.789,57	
2009	Quantidade de contas prestadas			38	
	Contas analisadas	Quantidade Aprovada		5	
		Quantidade Reprovada		0	
		Quantidade de TCE		0	
	Contas NÃO analisadas	Quantidade		33	
		Montante repassado		R\$ 51.798.756,74	
Exercícios anteriores a 2009	Contas NÃO analisadas	Quantidade		154	
		Montante repassado		R\$ 287.068.004,38	
Fonte:					

6.3 Análise Crítica

Com relação aos processos de prestação de contas em situação de inadimplência, todos os beneficiários foram diligenciados para esclarecimentos ou saneamento de eventuais pendências ou cobradas as devoluções de valores utilizados em desacordo com os editais de concessão. Posteriormente ao atendimento total das exigências das diligências, procedeu-se à baixa dos registros de inadimplência.

A situação dos processos pendentes de análise e aprovação no setor de prestação de contas se constitui, no momento, em um dos maiores entraves operacionais da CAPES. Ao longo de 2011, foram registrados 11.613 processos e destes foram analisados 5.144, restando ainda 6.469 pendentes. Além disso, existem 5.837 processos passivos de Prestação de Contas, considerando auxílios à pesquisa e convênios concedidos no período de 1999 a 2010.

Deve se ressaltar, conforme já relatado na Ação 2000, que a força de trabalho envolvida na condução das etapas relativas à prestação de contas ainda é insuficiente para analisar o volume de processos acumulados tendo em vista que não houve autorização para prosseguimento de concurso público, situação ainda agravada pela saída de servidores recém contratados e do aumento de processos decorrente da expansão das atribuições e do orçamento da CAPES e consequentemente de seus programas finalísticos.

A previsão de finalização de análise do passivo (concessões realizadas até o exercício de 2010) com a capacidade operacional atual (10 técnicos), é de 24 meses a partir de março de 2012, considerando que não haverá aumento do quantitativo médio de processos encaminhados para análise e mantendo-se a sistemática atual de trabalho.

Em relação ao passivo informado no relatório do exercício anterior, de 1999 a 2009, foi executada a análise de aproximadamente 55% do montante desse período, sendo que a aprovação depende das respostas de diligências e pareceres técnicos.

Como parte dos esforços para solucionar esse problema foi realizado concurso público em 2008; está sendo implantado o SICAPES, visando a informatização de todo processo de concessão até a prestação de contas para os Auxílios a Pesquisa, com vistas a garantir maior agilidade e contribuir para a redução do passivo de processos. Houve ainda a divisão relativa à análise, onde metade dos técnicos analisam prestações de contas do passivo e outra metade analisam os processos mais recentes (2010 em diante) , evitando assim que o passivo aumente em proporções maiores.

Com relação às fiscalizações in loco da execução dos planos de trabalho, estas não ocorreram tendo em vista a baixa capacidade operacional e a limitação na concessão diárias e passagens a servidores em consequência do Decreto nº 7446/2011.

7. Informações sobre o funcionamento do sistema de controle interno da UJ

Declaração da área responsável atestando que as informações referentes a contratos e convênios ou outros instrumentos congêneres estão disponíveis e atualizadas, respectivamente, no Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais – SIASG e no Sistema de Gestão de Convênios, Contratos de Repasse e Termos de Parceria – SICONV, conforme estabelece o art. 19 da Lei nº 12.309, de 9 de agosto de 2010.

SIASG - A declaração relativa ao SIASG consta no Anexo 5

SICONV - Não foi possível a utilização do SICONV pela CAPES, conforme informações registradas na Ação 2000.

8. Entrega e tratamento das declarações de bens e rendas

8.1 Situação do cumprimento das obrigações impostas pela Lei 8.730/93

QUADRO A.8.1 – DEMONSTRATIVO DO CUMPRIMENTO, POR AUTORIDADES E SERVIDORES DA UJ, DA OBRIGAÇÃO DE ENTREGAR A DBR

Detentores de Cargos e Funções obrigados a entregar a DBR	Situação em relação às exigências da Lei nº 8.730/93	Momento da Ocorrência da Obrigação de Entregar a DBR		
		Posse ou Início do exercício de Função ou Cargo	Final do exercício da Função ou Cargo	Final do exercício financeiro (2) (3)
Autoridades (Incisos I a VI do art. 1º da Lei nº 8.730/93)	Obrigados a entregar a DBR	0	0	0
	Entregaram a DBR	0	0	0
	Não cumpriram a obrigação	0	0	0
Cargos Eletivos	Obrigados a entregar a DBR	0	0	0
	Entregaram a DBR	0	0	0
	Não cumpriram a obrigação	0	0	0
Funções Comissionadas ⁽¹⁾ (Cargo, Emprego, Função de Confiança ou em comissão)	Obrigados a entregar a DBR	14	11	95
	Entregaram a DBR	14	8	95
	Não cumpriram a obrigação	0	3	0

Fontes: ⁽¹⁾ CGGP/DGES/CAPES;

⁽²⁾ Considerados os servidores investidos em cargo em comissão do grupo DAS anteriormente à publicação da Instrução Normativa nº 65/2011 TCU - Plenário, em 28/4/2011, durante sua vigência, e após a publicação da Instrução Normativa nº 67/2011 TCU - Plenário, em 8/7/2011; e

⁽³⁾ Contabilizou-se preferencialmente a Autorização de Acesso às Declarações de Ajuste Anual do Imposto de Renda Pessoa Física entregues à unidade de Recursos Humanos, conforme o artigo 2º da IN TCU 65/2011 e o artigo 3º da IN TCU 67/2011, por ter efeito mais abrangente.

8.2 Análise crítica

A Coordenação-Geral de Gestão de Pessoas – CGGP/DGES/CAPES, através de sua Coordenação de Administração de Pessoal – CAP, é o órgão da Unidade Jurisdicionada responsável pelo acompanhamento das obrigações contidas no art. 13 da Lei nº 8.429/1992 e no art. 1º da Lei nº 8.730/1993.

A publicação da Instrução Normativa nº 65/2011 – TCU – Plenário, em 28/4/2011, deu causa à expedição do Memorando-Circular nº 1/2011-CGGP/DGES/CAPES, de 3/5/2011, informando sobre a promulgação da norma e fundamentação vinculante. Assim, foram recebidos 266 (duzentos e sessenta e seis) formulários de Autorização de Acesso às Declarações de Ajuste Anual do Imposto de Renda Pessoa Física, na forma de seu Anexo I.

Ainda, com a publicação da Instrução Normativa nº 67/2011 – TCU – Plenário, em 8/7/2011, foi também expedido o Memorando-Circular nº 4/2011-CGGP/DGES/CAPES, de 25/7/2011, informando sobre a necessidade de seu cumprimento. Por conseguinte, foram recebidos: 1 (um) formulário de Declaração de Bens e Rendas, na forma de seu Anexo I; e 135 (cento e trinta e cinco) formulários de Autorização de Acesso às Declarações de Ajuste Anual do Imposto de Renda Pessoa Física, na forma de seu Anexo II.

Ademais, ressalta-se que ambos normativos e os respectivos memorandos foram publicados no Quadro de Avisos da Intranet da CAPES, de sorte a tornar público seus teores.

Entretanto, já haviam sido recebidas pela unidade 27 (vinte e sete) Declarações na forma anterior à prevista nos normativos supracitados. Com o início do exercício fiscal de 2012, será publicizado, mais uma vez, documento com o objetivo de instruir esses servidores a cumprirem suas obrigações legais na forma da legislação citada.

Os documentos foram tramitados à unidade responsável após protocolo no Sistema de Protocolo e Arquivo – SPArq, ou então foram entregues, em mãos, a servidores ali lotados. Esses foram então anexados a processo sigiloso, sobrestado em armário específico, o qual permanece constantemente lacrado e com acesso restrito a quem lhe é de competência.

As ocorrências de recebimento e cumprimento das obrigações foram registradas em planilha delineada para esse objeto, já que a unidade responsável dispõe de sistema informatizado para tanto.

Por fim, não foram entregues à unidade o total de 7 (sete) declarações, na seguinte distribuição: 1 (uma) por servidor em licença para o tratamento da própria saúde; 3 (três) por ocasião de final de exercício de função ou cargo em comissão na CAPES; e 3 (três) por servidores em usufruto de licença ou afastamento não remunerado que teve início em exercícios precedentes ao de 2011. Não obstante, para as primeiras quatro ocorrências, todos os interessados foram notificados por ofício ou telegrama, mas para quais não se observou retorno até a data de 31/12/2011.

9. Informações sobre o funcionamento do sistema de controle interno da UJ

9.1 Estrutura de controles internos da UJ

QUADRO A.9.1 – ESTRUTURA DE CONTROLES INTERNOS DA UJ

Aspectos do sistema de controle interno	Avaliação				
Ambiente de Controle	1	2	3	4	5
1. Os altos dirigentes da UJ percebem os controles internos como essenciais à consecução dos objetivos da unidade e dão suporte adequado ao seu funcionamento.					X
2. Os mecanismos gerais de controle instituídos pela UJ são percebidos por todos os servidores e funcionários nos diversos níveis da estrutura da unidade.				X	
3. A comunicação dentro da UJ é adequada e eficiente.			X		
4. Existe código formalizado de ética ou de conduta.					X
5. Os procedimentos e as instruções operacionais são padronizados e estão postos em documentos formais.					
6. Há mecanismos que garantem ou incentivam a participação dos funcionários e servidores dos diversos níveis da estrutura da UJ na elaboração dos procedimentos, das instruções operacionais ou código de ética ou conduta.					X
7. As delegações de autoridade e competência são acompanhadas de definições claras das responsabilidades.					X
8. Existe adequada segregação de funções nos processos da competência da UJ.					X
9. Os controles internos adotados contribuem para a consecução dos resultados planejados pela UJ.				X	
Avaliação de Risco	1	2	3	4	5
10. Os objetivos e metas da unidade jurisdicionada estão formalizados.					X
11. Há clara identificação dos processos críticos para a consecução dos objetivos e metas da unidade.					X
12. É prática da unidade o diagnóstico dos riscos (de origem interna ou externa) envolvidos nos seus processos estratégicos, bem como a identificação da probabilidade de ocorrência desses riscos e a consequente adoção de medidas para mitigá-los.				X	
13. É prática da unidade a definição de níveis de riscos operacionais, de informações e de conformidade que podem ser assumidos pelos diversos níveis da gestão.				X	
14. A avaliação de riscos é feita de forma contínua, de modo a identificar mudanças no perfil de risco da UJ, ocasionadas por transformações nos ambientes interno e externo.				X	

15. Os riscos identificados são mensurados e classificados de modo a serem tratados em uma escala de prioridades e a gerar informações úteis à tomada de decisão.				X	
16. Existe histórico de fraudes e perdas decorrentes de fragilidades nos processos internos da unidade.		X			
17. Na ocorrência de fraudes e desvios, é prática da unidade instaurar sindicância para apurar responsabilidades e exigir eventuais ressarcimentos.					X
18. Há norma ou regulamento para as atividades de guarda, estoque e inventário de bens e valores de responsabilidade da unidade.	X				
Procedimentos de Controle	1	2	3	4	5
19. Existem políticas e ações, de natureza preventiva ou de detecção, para diminuir os riscos e alcançar os objetivos da UJ, claramente estabelecidas.					X
20. As atividades de controle adotadas pela UJ são apropriadas e funcionam consistentemente de acordo com um plano de longo prazo.					X
21. As atividades de controle adotadas pela UJ possuem custo apropriado ao nível de benefícios que possam derivar de sua aplicação.					X
22. As atividades de controle adotadas pela UJ são abrangentes e razoáveis e estão diretamente relacionados com os objetivos de controle.					X
Informação e Comunicação	1	2	3	4	5
23. A informação relevante para UJ é devidamente identificada, documentada, armazenada e comunicada tempestivamente às pessoas adequadas.					X
24. As informações consideradas relevantes pela UJ são dotadas de qualidade suficiente para permitir ao gestor tomar as decisões apropriadas.				X	
25. A informação disponível à UJ é apropriada, tempestiva, atual, precisa e acessível.				X	
26. A Informação divulgada internamente atende às expectativas dos diversos grupos e indivíduos da UJ, contribuindo para a execução das responsabilidades de forma eficaz.				X	
27. A comunicação das informações perpassa todos os níveis hierárquicos da UJ, em todas as direções, por todos os seus componentes e por toda a sua estrutura.				X	
Monitoramento	1	2	3	4	5
28. O sistema de controle interno da UJ é constantemente monitorado para avaliar sua validade e qualidade ao longo do tempo.				x	
29. O sistema de controle interno da UJ tem sido considerado adequado e efetivo pelas avaliações sofridas.				x	
30. O sistema de controle interno da UJ tem contribuído para a melhoria de seu desempenho.				X	
Considerações gerais:					

LEGENDA**Níveis de Avaliação:**

- (1) Totalmente inválida:** Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente não aplicado no contexto da UJ.
 - (2) Parcialmente inválida:** Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua minoria.
 - (3) Neutra:** Significa que não há como afirmar a proporção de aplicação do fundamento descrito na afirmativa no contexto da UJ.
 - (4) Parcialmente válida:** Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua maioria.
 - (5) Totalmente válido.** Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente aplicado no contexto da UJ.
-

10. Informações quanto à adoção de critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens, contratação de serviços ou obras

10.1. Gestão Ambiental e Licitações Sustentáveis

O tópico sobre gestão ambiental e licitações sustentáveis traz questões que o gestor terá de avaliar segundo sua concordância ou não com as afirmações apresentadas no Quadro A.10.1 abaixo.

Quadro A.10.1 - Gestão Ambiental e Licitações Sustentáveis

Aspectos sobre a gestão ambiental	Avaliação				
	1	2	3	4	5
Licitações Sustentáveis					
1. A UJ tem incluído critérios de sustentabilidade ambiental em suas licitações que levem em consideração os processos de extração ou fabricação, utilização e descarte dos produtos e matérias primas. ? Se houver concordância com a afirmação acima, quais critérios de sustentabilidade ambiental foram aplicados?	X				
2. Em uma análise das aquisições dos últimos cinco anos, os produtos atualmente adquiridos pela unidade são produzidos com menor consumo de matéria-prima e maior quantidade de conteúdo reciclável.		X			
3. A aquisição de produtos pela unidade é feita dando-se preferência àqueles fabricados por fonte não poluidora bem como por materiais que não prejudicam a natureza (ex. produtos de limpeza biodegradáveis).		X			
4. Nos procedimentos licitatórios realizados pela unidade, tem sido considerada a existência de certificação ambiental por parte das empresas participantes e produtoras (ex: ISO), como critério avaliativo ou mesmo condição na aquisição de produtos e serviços. ? Se houver concordância com a afirmação acima, qual certificação ambiental tem sido considerada nesses procedimentos?		X			
5. No último exercício, a unidade adquiriu bens/produtos que colaboram para o menor consumo de energia e/ou água (ex: torneiras automáticas, lâmpadas econômicas). ? Se houver concordância com a afirmação acima, qual o impacto da aquisição desses produtos sobre o consumo de água e energia? Na considerável redução do consumo de água e energia.					X
6. No último exercício, a unidade adquiriu bens/produtos reciclados (ex: papel reciclado). ? Se houver concordância com a afirmação acima, quais foram os produtos adquiridos? Sim, papel reciclado.					X
7. No último exercício, a instituição adquiriu veículos automotores mais eficientes e menos poluentes ou que utilizam combustíveis alternativos. ? Se houver concordância com a afirmação acima, este critério específico utilizado foi incluído no procedimento licitatório?	X				
8. Existe uma preferência pela aquisição de bens/produtos passíveis de reutilização, reciclagem ou reabastecimento (refil e/ou recarga). ? Se houver concordância com a afirmação acima, como essa preferência tem sido manifestada nos procedimentos licitatórios?			X		
9. Para a aquisição de bens/produtos é levada em conta os aspectos de durabilidade e qualidade de tais bens/produtos.					X
10. Os projetos básicos ou executivos, na contratação de obras e serviços de engenharia, possuem exigências que levem à economia da manutenção e operacionalização da edificação, à redução do consumo de energia e água e à utilização de tecnologias e materiais que reduzam o impacto ambiental.					X
11. Na unidade ocorre separação dos resíduos recicláveis descartados, bem como sua destinação, como referido no Decreto nº 5.940/2006.					X

12. Nos últimos exercícios, a UJ promoveu campanhas entre os servidores visando a diminuir o consumo de água e energia elétrica. ? Se houver concordância com a afirmação acima, como se procedeu a essa campanha (palestras, folders, comunicações oficiais, etc.)?					
13. Nos últimos exercícios, a UJ promoveu campanhas de conscientização da necessidade de proteção do meio ambiente e preservação de recursos naturais voltadas para os seus servidores. ? Se houver concordância com a afirmação acima, como se procedeu a essa campanha (palestras, folders, comunicações oficiais, etc.)? Com campanhas educativas, utilizando de banners, folders e da intranet.					X
Considerações Gerais:					
LEGENDA Níveis de Avaliação: (1) Totalmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente não aplicado no contexto da UJ. (2) Parcialmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua minoria. (3) Neutra: Significa que não há como afirmar a proporção de aplicação do fundamento descrito na afirmativa no contexto da UJ. (4) Parcialmente válida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua maioria. (5) Totalmente válida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente aplicado no contexto da UJ.					

11. Informações sobre a gestão do patrimônio imobiliário da UJ classificado como “Bens de Uso Especial” de propriedade da União ou locado de terceiros

11.1 Gestão de Bens Imóveis de Uso Especial

O Quadro A.11.1 a seguir, denominado **Distribuição Espacial de Bens Imóveis de Uso Especial de Propriedade da União**, está organizado de modo a permitir a identificação do quantitativo de imóveis de propriedade da União que estavam sob a responsabilidade da UJ no final dos exercícios 2009 e 2010, contemplando a localização geográfica dos bens locados no Brasil e no exterior.

QUADRO A.11.1 – DISTRIBUIÇÃO ESPACIAL DOS BENS IMÓVEIS DE USO ESPECIAL DE PROPRIEDADE DA UNIÃO

LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA		QUANTIDADE DE IMÓVEIS DE PROPRIEDADE DA UNIÃO DE RESPONSABILIDADE DA UJ	
		EXERCÍCIO 2011	EXERCÍCIO 2010
BRASIL	Distrito Federal	1	1
	Brasília	1	1
Subtotal Brasil		1	1
Total (Brasil + Exterior)		1	1
Fonte:Coordenação de Instalações Prediais			

**QUADRO A.11.2 – DISTRIBUIÇÃO ESPACIAL DOS BENS IMÓVEIS DE USO ESPECIAL
LOCADOS DE TERCEIROS**

LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA		QUANTIDADE DE IMÓVEIS LOCADOS DE TERCEIROS PELA UJ	
		EXERCÍCIO 2011	EXERCÍCIO 2010
BRASIL	Distrito Federal	1	1
	Brasília	1	1
Subtotal Brasil		1	1
Total (Brasil + Exterior)		1	1

Fonte: Coordenação de Instalações Prediais

DESCRIÇÃO DOS CAMPOS

**QUADRO A.11.3 – DISCRIMINAÇÃO DOS BENS IMÓVEIS DE PROPRIEDADE DA UNIÃO SOB
RESPONSABILIDADE DA UJ**

UG	RIP	Regime	Estado de Conservação	Valor do Imóvel			Despesa com Manutenção no exercício	
				Valor Histórico	Data da Avaliação	Valor Reavaliado	Imó- vel	Instalações
154003	970117 540.50 0-1	Entrega	-	-	30/12/05	1.126.731,00	-	-
Total							-	-

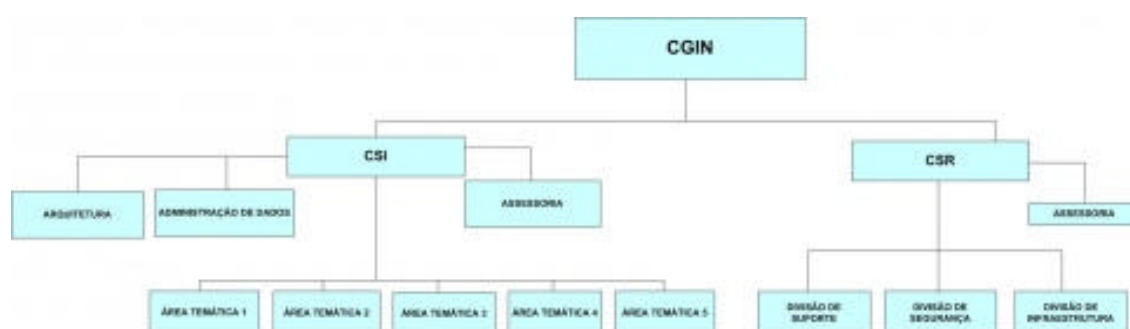
Fonte: Coordenação de Instalações Prediais

12. Informações sobre a gestão de tecnologia da informação (TI) da UJ

12.1 Gestão de Tecnologia da Informação (TI)

Em relação a área de Tecnologia da Informação a CAPES efetuou o alinhamento do Planejamento Estratégico Institucional com o Planejamento Estratégico de Tecnologia da Informação (PETI). O PETI foi elaborado com a participação de todos os gestores e está publicado e divulgado. O Plano Diretor de Tecnologia da Informação foi elaborado por empresa contratada em 2009/2010 está programada uma revisão do mesmo no ano de 2012.

A Coordenação Geral de Informática no ano de 2011 atuou com a seguinte estrutura funcional:



QUANTITATIVOS

Servidores DAS: 1

Servidores efetivos: 8

Servidores em exercício descentralizado: 3

Servidores CTU's: 19

Terceirizados: 50

Contratos OEI: 15

Cargos de Gestão: 3 (1 DAS 2 Servidores)

Áreas Temáticas CSI: 5 (Gerentes de Projeto contratados pelo regime CTU)

Áreas Temáticas CSR: Suporte, Segurança e Infra-estrutura.

Assessorias: Assessoria CSR, Assessoria CSI, Arquitetura, Governança, Administração de Dados, Qualidade e Testes, Processos, Administração de Banco de Dados.

Os cargos de gestão, e os de maior sensibilidade estão preenchidos de acordo com a efetividade e conhecimento. Não há uma carreira específica dentro da área de TI, sendo os cargos efetivos desempenhados por Analistas de C&T e Servidores do MPOG cedidos à Capes.

Com a determinação, pelo decreto 3.505/2000, de obrigatoriedade de instituição de uma Política de Segurança da Informação e Comunicações nos órgãos e entidades da Administração Pública Federal algumas ações começaram a ser adotadas.

A CAPES, seguindo os padrões propostos por tais legislações, instituiu os seguintes comitês pela portaria 004/2010:

- Comitê Gestor de Tecnologia da Informação (CGTI) e o;
- Comitê de Segurança da Informação (CSIN)

O CSIN, no uso de suas atribuições, elaborou inicialmente uma Instrução Normativa de Utilização de Recursos de TI (NURI), publicada na portaria nº 178 de 03 de setembro de 2010 e está trabalhando atualmente na elaboração e formalização de uma Política de Segurança da Informação e Comunicações da CAPES. É importante salientar que foi publicada institucionalmente a Norma de Utilização dos Recursos de Informática que traz as principais determinações quanto à segurança da informação desta forma atendendo a recomendação do acórdão.

Em relação aos principais tópicos da Segurança da Informação os trabalhos desenvolvidos na Coordenação Geral de Informática foram:

ANÁLISE DE RISCO

Encontra-se no estágio inicial de inventário e classificação dos seus ativos de informação. Não foi estabelecido um processo formal de análise de risco, sendo que os riscos são tratados de forma qualitativa pontualmente. Algumas ações pontuais, como análise de vulnerabilidade na rede foi realizada por empresa contratada quando da elaboração do PDTI.

GERENCIAMENTO DE MUDANÇAS

Para o gerenciamento de mudanças em sistemas, foram criados na CGIN os ambientes de desenvolvimento, de homologação e outro de produção. Há em prática uma regra para distribuição (deploy) de novos sistemas ou melhorias nos de sistemas.

Os procedimentos estão documentados e controlados .

Em relação ao desenvolvimento de Sistemas foi criada na CGIN uma Metodologia de Desenvolvimento de Software com procedimentos definidos e documentados. A padronização dos procedimentos começou a ser implantada através da assessoria de processos. O atingimento de um grau de confiabilidade recomendado está vinculado as medidas de reconstrução de diversos sistemas legados existentes. No ano de 2011 o principal foco do setor foi a migração de plataforma de alguns sistemas legados e a manutenção dos principais sistemas existentes.

Quanto ao processo de Planejamento de Contratações, a CGIN adotou como processo formal de contratação o Guia Prático para Contratações de Tecnologia da Informação, publicado pelo Ministério do Planejamento e Gestão e que segue a norma IN 04 deste ministério, desta forma: as contratações a partir da edição da norma passaram a ter estudo de viabilidade, benefícios do negócio, estimativa de preços, baseada em 3 orçamentos no mínimo, todos os artefatos recomendados pela norma e auditados pelo TCU estão sendo adotados nas contratações realizadas pela CGIN.

Em relação ao processo de Gestão Contratual, a CGIN segue a IN 04, com designação formal do gestor de contratos e monitoração técnica dos serviços contratados pela área de TI. A monitoração administrativa é realizada pela área de TI.

QUADRO A.12.1 – GESTÃO DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO DA UNIDADE JURISDICIONADA

Quesitos a serem avaliados	Avaliação				
	1	2	3	4	5
Planejamento da área					
1. Há planejamento institucional em vigor ou existe área que faz o planejamento da UJ como um todo.				x	
2. Há Planejamento Estratégico para a área de TI em vigor.					x
3. Há comitê que decida sobre a priorização das ações e investimentos de TI para a UJ.					x
Perfil dos Recursos Humanos envolvidos					
4. Quantitativo de servidores e de terceirizados atuando na área de TI.	31 servidores 65 Terceirizados				
5. Há carreiras específicas para a área de TI no plano de cargos do Órgão/Entidade.	x				
Segurança da Informação					
6. Existe uma área específica, com responsabilidades definidas, para lidar estrategicamente com segurança da informação.					x
7. Existe Política de Segurança da Informação (PSI) em vigor que tenha sido instituída mediante documento específico.			x		
Desenvolvimento e Produção de Sistemas					
8. É efetuada avaliação para verificar se os recursos de TI são compatíveis com as necessidades da UJ.				x	
9. O desenvolvimento de sistemas quando feito na UJ segue metodologia definida.					x
10. É efetuada a gestão de acordos de níveis de serviço das soluções de TI do Órgão/Entidade oferecidas aos seus clientes.					
11. Nos contratos celebrados pela UJ é exigido acordo de nível de serviço.					x
Contratação e Gestão de Bens e Serviços de TI					
12. Nível de participação de terceirização de bens e serviços de TI em relação ao desenvolvimento interno da própria UJ.	Informar o percentual de participação				
13. Na elaboração do projeto básico das contratações de TI são explicitados os benefícios da contratação em termos de resultado para UJ e não somente em termos de TI.					
14. O Órgão/Entidade adota processo de trabalho formalizado ou possui área específica de gestão de contratos de bens e serviços de TI.					x
15. Há transferência de conhecimento para servidores do Órgão/Entidade referente a produtos e serviços de TI terceirizados?				x	
Considerações Gerais:					
LEGENDA					
Níveis de avaliação:					
(1) Totalmente inválida: Significa que a afirmativa é integralmente NÃO aplicada ao contexto da UJ.					

(2) Parcialmente inválida: Significa que a afirmativa é parcialmente aplicada ao contexto da UJ, porém, em sua minoria. (3) Neutra: Significa que não há como afirmar a proporção de aplicação do fundamento descrito na afirmativa no contexto da UJ. (4) Parcialmente válida: Significa que a afirmativa é parcialmente aplicada ao contexto da UJ, porém, em sua maioria. (5) Totalmente válida: Significa que a afirmativa é integralmente aplicada ao contexto da UJ.					

13. Cartões de pagamento do governo federal

Não houve a utilização de cartões de pagamento do governo federal no exercício de 2011.

14. Informações sobre as Renúncias Tributárias sob a gestão da UJ

A CAPES não gera Renúncias Tributárias, bem como não houve fiscalizações realizadas pela Secretaria da Receita Federal do Brasil voltadas para a averiguação da regularidade das renúncias de receitas tributárias.

15. Informações sobre as providências adotadas para atender às deliberações exaradas em acórdãos do TCU ou em relatórios de auditoria do órgão de controle interno.

15.1 Deliberações do TCU atendidas no exercício (Quadro A.15.2 – Portaria TCU N° 123/2011)

Unidade Jurisdicionada					
Denominação completa:					Código SIORG
Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior					000250
Deliberações do TCU					
Deliberações expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
1	014.179/2010-5	825/2011-1	1.5	DE	Controle nº 28100-TCU/Sefip
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					Código SIORG
Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior					000250
Descrição da Deliberação:					
1.5 ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 1ª Câmara, diante das razões expostas pelo Relator e com fundamento inciso III do art. 71 da Constituição Federal, nos arts. 1º, inciso V, 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, e arts. 1º, inciso VIII e 260, §§1º e 2º, do Regimento Interno/TCU, em: (...) II - determinar à Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoa de Nível Superior que, no prazo de 15 (quinze) dias, ajuste o valor da parcela “quintos” – concedida judicial e incluída nos proventos da Sra. Aparecida Maria Gama Andrade posteriormente à sua aposentadoria – mediante a aplicação do procedimento estabelecido no item 9.2.1.2 do Acórdão nº 2.161/2005 – Plenário					
Providências Adotadas					
Setor responsável pela implementação					Código SIORG
Diretoria de Gestão - DGES					000250
Síntese da providência adotada:					
Envio do Ofício nº 038/2011/AUD/ datado de 31.3.2011 (item 1.5.1), no qual encaminha a Nota Técnica nº 07/2011 – CAP/CGGP/DGES/CAPES anexa, que contém informações acerca do atendimento à determinação.					
Síntese dos resultados obtidos					
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor					

15.2 Deliberações do TCU pendentes de atendimento ao final do exercício (QUADRO A.15.2 – PORTARIA TCU N.º 123/2011)

Unidade Jurisdicionada					
Denominação completa:					Código SIORG
Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior					000250
Deliberações do TCU					
Deliberações expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
	000.828/2011-4	3304/2011-p	9.4	DE	Ofício 27/2012-TCU/SECEX-8
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					Código SIORG
Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior					000250
Descrição da Deliberação:					
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de Plenário, ante as razões expostas pelo Relator, em: (...) 9.4 determinar aos órgãos e entidades da Administração Pública Federal abaixo listados, que, a partir de 1º de janeiro de 2012, registrem e operacionalizem obrigatoriamente os atos e procedimentos relativos a convênios, contratos de repasse e instrumentos congêneres diretamente no Sistema de Gestão de Convênios e Contratos de Repasse (Siconv), conforme determinado pelo Decreto 6.170/2007 e Portaria Interministerial MPOG/MF/CGU 507/2011, condicionando rigorosamente os correspondentes repasses de recursos ao prévio cumprimento dessa determinação, ressalvados os casos previstos no art. 2º da referida portaria ministerial; UG: Unidade: (...) 26291 – Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior, (...) 9.5 cientificar os órgãos e entidades listados no subitem anterior de que a falta de registro e de execução dos convênios, contratos de repasse e demais instrumentos congêneres no Siconv, nos termos dos arts. 13 e 13-A do Decreto 6.170/2007, e do art. 3º da Portaria Interministerial MPOG/MF/CGU 507/2011, configura infração a norma legal ou regulamentar de natureza contábil, financeira, orçamentária, operacional ou patrimonial de que trata o art. 16, inciso II, da Lei 8.443/1992, podendo dar ensejo à aplicação, por este Tribunal, da sanção prevista no art. 58, inciso II, da referida lei aos responsáveis pelos atos omissivos ou comissivos relacionados ao descumprimento das referidas disposições.					
Justificativa apresentada pelo seu não cumprimento					
Setor responsável pela implementação					Código SIORG
Presidência - PR					000250
Justificativa para o seu não cumprimento:					
Em andamento. A Portaria CAPES 004, de 13 de janeiro de 2012, publicada no Boletim de Serviço – Edição Especial nº 1, de janeiro/2012, criou o Grupo de Trabalho, composto por servidores da Auditoria Interna – AUD, Diretoria de Gestão –DGES, Diretoria de Programas e Bolsas no País – DPB, Diretoria de Educação Básica Presencial – DEB, Diretoria de Educação à Distância – DED, e pela Coordenação Geral de Informática, para propor as medidas necessárias para a plena utilização do SICONV pela CAPES, incluídas aí as questões práticas, condições tecnológicas e capacitação de servidores para manuseio do sistema informatizado em questão.					
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor					

15.3 Recomendações do OCI atendidas no exercício

RELATÓRIO DE CUMPRIMENTO DAS RECOMENDAÇÕES DO OCI (QUADRO A.15.3 – PORTARIA TCU Nº 123/2011)

Unidade Jurisdicionada			
Denominação completa:			Código SIORG
Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior			000250
Recomendações do OCI			
Recomendações expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
1	Relatório de Auditoria de Contas n.º: 201109025/2011	3.2.4.1	
Órgão/entidade objeto da recomendação			Código SIORG
Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior			000250
Descrição da Recomendação:			
Recomenda-se, registrar no SPIUNet do imóvel locado de terceiros em uso pela Unidade.			
Providências Adotadas			
Setor responsável pela implementação			Código SIORG
Diretoria de Gestão - DGES			000250
Síntese da providência adotada:			
O cadastramento do edifício locado pela CAPES, no sistema SPIUNet, foi realizado em 01/09/2011.			
Síntese dos resultados obtidos			
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor			

Unidade Jurisdicionada			
Denominação completa:			Código SIORG
Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior			000250
Recomendações do OCI			
Recomendações expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
2	Relatório de Auditoria de Contas n.º: 201109025/2011	3.2.5.2	
Órgão/entidade objeto da recomendação			Código SIORG
Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior			000250
Descrição da Recomendação:			
Recomenda-se: a) Instituir rotinas que permitam a identificação da real necessidade da contratação de serviços/materiais, avaliando ainda as quantidades e especificações dos objetos a serem contratados. b) Manter orientações, devidamente divulgadas aos servidores competentes, sobre as regras de correta formalização de fundamentação da justificativa e motivação das contratações.			
Providências Adotadas			
Setor responsável pela implementação			Código SIORG
Diretoria de Gestão - DGES			000250
Síntese da providência adotada:			
Para a realização das licitações vindouras, serão observados os seguintes procedimentos: a) Levantamento de quantitativos a serem demandados por cada Diretoria, antes da elaboração de Termo de Referência para o novo procedimento licitatório; b) Levantamento de novas demandas, junto às Diretorias, para a mensuração da devida estimativa de consumo; e c) Inclusão, no Termo de Referência, das estimativas recebidas das Diretorias, para que o processo seja instruído com as demandas solicitadas. d) Realização de oficinas internas para capacitação das áreas responsáveis pelos processos de contratação. Participação de cursos externos que tratam do assunto; e e) Disponibilização, na Intranet da CAPES, de manual de orientações para solicitações de aquisições de materiais e serviços, que contemple, ainda, a necessidade, em observância à legislação correlata, de se motivar e justificar as solicitações de aquisições/contratações.			
Síntese dos resultados obtidos			
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor			

Unidade Jurisdicionada			
Denominação completa:			Código SIORG
Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior			000250
Recomendações do OCI			
Recomendações expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
3	Relatório de Auditoria de Contas n.º: 201109025/2011	3.2.6.1	
Órgão/entidade objeto da recomendação			Código SIORG
Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior			000250
Descrição da Recomendação:			
Recomenda-se o registro de contratos no valor total de R\$249.960,00 no Sistema SIASG.			
Providências Adotadas			
Setor responsável pela implementação			Código SIORG
Diretoria de Gestão - DGES			000250
Síntese da providência adotada:			
O Contrato nº 26/2010 (Processo nº 23038.003160/2010-69), bem como o Contrato nº 36/2010 (Processo nº 230338.008947/2010-17) foram devidamente registrados no SIASG.			
Síntese dos resultados obtidos			
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor			

15.4 Recomendações do OCI pendentes de atendimento ao final do exercício

RECOMENDAÇÕES DO OCI QUE PERMANECEM PENDENTES DE ATENDIMENTO AO FINAL DO EXERCÍCIO (QUADRO A.15.4 – PORTARIA TCU Nº 123/2011)

Unidade Jurisdicionada			
Denominação completa:			Código SIORG
Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior			000250
Recomendações do OCI			
Recomendações expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
1	Relatório de Auditoria de Contas n.º: 201109025/2011	2.1.1.5	
Órgão/entidade objeto da recomendação			Código SIORG
Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior			000250
Descrição da Recomendação:			
Recomenda-se: a) Com a maior celeridade possível, finalizar a revisão e aprovar o Plano Diretor de Tecnologia da Informação - PDTI para o período de 2010 a 2013 da CAPES, homologando-o perante a alta administração e publicando-o no Diário Oficial da União, de maneira a torná-lo efetivo, permitindo que a CGIN aperfeiçoe seu processo de elaboração de seu planejamento anual para a gestão de TI do órgão e conferindo maior efetividade ao plano. b) Incluir, se possível, no Plano Diretor de Tecnologia da Informação - PDTI para o período de 2010 a 2013, sessão específica tratando da política de aquisição e substituição de equipamentos de TI, nos moldes preconizados no parágrafo 2º do art. 7º da IN SLTI/MP n.º 01/2010 e atente para a inclusão dessa sessão nos planos diretores posteriores. c) Incluir no Plano de Ações do Plano Diretor de Tecnologia da Informação - PDTI para o período de 2010 a 2013, ação que descreve um procedimento administrativo interno para detectar incompatibilidades entre os recursos de TI e as necessidades institucionais da CAPES, de maneira a manter o alinhamento constante entre o PETI / PDTI vigentes na CAPES.			
Providências Adotadas			
Setor responsável pela implementação			Código SIORG
Diretoria de Gestão - DGES			000250
Justificativa para o seu não cumprimento:			
Far-se-ão a aprovação e a publicação do PDTI até o final do mês de julho de 2012. A recomendação de alinhamento nos processos licitatórios à IN SLTI/MP n.º 01/2010 na revisão do PDTI referente ao período de 2010 a 2013 da CAPES será incluída, bem como a ação “Promover planejamento de capacidade anual de recursos de TI” de acordo com as boas práticas do ITIL.			
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor			

Unidade Jurisdicionada			
Denominação completa:			Código SIORG
Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior			000250
Recomendações do OCI			
Recomendações expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
2	Relatório de Auditoria de Contas n.º: 201109025/2011	2.1.1.6	
Órgão/entidade objeto da recomendação			Código SIORG
Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior			000250
Descrição da Recomendação:			
Recomenda-se priorize a criação de grupo de trabalho composto por representantes da alta administração do órgão, da área de TI e das demais áreas finalísticas, com o objetivo de elaborar a Política de Segurança da Informação e Comunicação - PSIC da CAPES, com fulcro na Meta 6 da Estratégia Geral de Tecnologia da Informação - EGTI/2011-2012, e em consonância com a Ação 54 do PDTI CAPES (2010-2013).			
Providências Adotadas			
Setor responsável pela implementação			Código SIORG
Diretoria de Gestão - DGES			000250
Justificativa para o seu não cumprimento:			
A PSIC foi elaborada, entretanto está pendente de aprovação pelo Comitê de Segurança da Informação			
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor			

Unidade Jurisdicionada			
Denominação completa:			Código SIORG
Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior			000250
Recomendações do OCI			
Recomendações expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
3	Relatório de Auditoria de Contas n.º: 201109025/2011	3.2.7.3	
Órgão/entidade objeto da recomendação			Código SIORG
Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior			000250
Descrição da Recomendação:			
Recomenda-se instituir e manter rotinas de acompanhamento do recebimento dos processos de prestação de contas, bem como efetuar notificações aos convenientes quando vencido o prazo para apresentação da documentação.			
Providências Adotadas			
Setor responsável pela implementação			Código SIORG
Diretoria de Gestão - DGES			000250
Justificativa para o seu não cumprimento:			
Será necessária a providência de inserir mecanismo no SICAPES (módulo de prestação de contas) que avise automaticamente o gestor do vencimento do prazo da prestação de contas no caso dos Convênios.			
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor			

16 Informação sobre as recomendações realizadas pela unidade de controle interno

16.1 Recomendações da Unidade de Controle interno ou Auditoria Interna atendidas no exercício

QUADRO A.16.1 – INFORMAÇÕES SOBRE RECOMENDAÇÃO DA UNIDADE DE CONTROLE INTERNO OU DE AUDITORIA INTERNA ATENDIDA NO EXERCÍCIO

Caracterização da Recomendação expedida pela Unidade de Controle Interno ou Auditoria Interna	
Identificação do Relatório de Auditoria	Relatório AUD/KR/001/2011
Data do Relatório de Auditoria	26/01/2011
Item do Relatório de Auditoria	1
Comunicação Expedida/Data	Relatório
Nome da unidade interna da UJ destinatária da recomendação	DGES
Descrição da Recomendação	A alteração na rotina de arquivamento dos processos, para se criar uma revisão pelos pares, oportunidade para especial atenção à legislação pertinente e à IN/SLTI/MPOG n.º 05/2002: antes do arquivamento recomenda-se que seja efetuada uma revisão (por check-list) por técnico diverso do responsável pelo processo.
Providências adotadas pela unidade interna responsável	
Nome da unidade interna da UJ responsável pelo atendimento da recomendação	
DGES	
Síntese das providências adotadas	
Providências adotadas de acordo com a recomendação enviada.	
Síntese dos resultados obtidos	
Não há	
Análise crítica dos fatores positivos e negativos que facilitaram ou prejudicaram a adoção de providências pelo gestor	
Não há	

Caracterização da Recomendação expedida pela Unidade de Controle Interno ou Auditoria Interna	
Identificação do Relatório de Auditoria	Relatório AUD/KR/001/2011
Data do Relatório de Auditoria	26/01/2011
Item do Relatório de Auditoria	2
Comunicação Expedida/Data	Relatório
Nome da unidade interna da UJ destinatária da recomendação	DGES
Descrição da Recomendação	Numeração dos processos das servidoras Aline Araújo de Souza Pereira e Juliana Amoretti, conforme dispõe IN/SLTI/MPOG n.º 05/2002.
Providências adotadas pela unidade interna responsável	
Nome da unidade interna da UJ responsável pelo atendimento da recomendação	
DGES	
Síntese das providências adotadas	
Providências adotadas de acordo com a recomendação enviada.	
Síntese dos resultados obtidos	
Não há	
Análise crítica dos fatores positivos e negativos que facilitaram ou prejudicaram a adoção de providências pelo gestor	
Não há	

Caracterização da Recomendação expedida pela Unidade de Controle Interno ou Auditoria Interna	
Identificação do Relatório de Auditoria	Relatório AUD/KR/001/2011
Data do Relatório de Auditoria	26/01/2011
Item do Relatório de Auditoria	3
Comunicação Expedida/Data	Relatório
Nome da unidade interna da UJ destinatária da recomendação	DGES
Descrição da Recomendação	Que junto ao processo de progressão funcional corra os processos de assentamento funcional de cada servidor a que ele se refere; que ao final seja emitido despacho da autoridade competente em cada assentamento indicando que a progressão foi determinada no respectivo processo administrativo; e que nas consultas ao SIAPE seja emitido relatório indicando o tipo da consulta e o técnico responsável ou a impressão da tela. Ressaltamos que esse procedimento garante maior transparência em todo o processo e facilita a análise por parte da comissão, bem como dos órgãos de controle.
Providências adotadas pela unidade interna responsável	
Nome da unidade interna da UJ responsável pelo atendimento da recomendação	
DGES	
Síntese das providências adotadas	
Providências adotadas de acordo com a recomendação enviada.	
Síntese dos resultados obtidos	
Não há	
Análise crítica dos fatores positivos e negativos que facilitaram ou prejudicaram a adoção de providências pelo gestor	
Não há	

Caracterização da Recomendação expedida pela Unidade de Controle Interno ou Auditoria Interna	
Identificação do Relatório de Auditoria	Relatório AUD/MS/002/2011
Data do Relatório de Auditoria	16/02/2011
Item do Relatório de Auditoria	2
Comunicação Expedida/Data	Relatório
Nome da unidade interna da UJ destinatária da recomendação	CGLOG
Descrição da Recomendação	Providenciar o conserto das travas da janelas do almoxarifado e um estudo sobre como otimizar a segurança nas mesmas, a exemplo o uso de grades (§ 5.2);
Providências adotadas pela unidade interna responsável	
Nome da unidade interna da UJ responsável pelo atendimento da recomendação	
CGLOG	
Síntese das providências adotadas	
Providências adotadas de acordo com a recomendação enviada.	
Síntese dos resultados obtidos	
Não há	
Análise crítica dos fatores positivos e negativos que facilitaram ou prejudicaram a adoção de providências pelo gestor	
Não há	

Caracterização da Recomendação expedida pela Unidade de Controle Interno ou Auditoria Interna	
Identificação do Relatório de Auditoria	Relatório AUD/MS/002/2011
Data do Relatório de Auditoria	16/02/2011
Item do Relatório de Auditoria	3
Comunicação Expedida/Data	Relatório
Nome da unidade interna da UJ destinatária da recomendação	CGLOG
Descrição da Recomendação	Providenciar um estudo sobre como otimizar o espaço interno do almoxarifado (lay out), bem como a implantação do mesmo (§ 5.3);
Providências adotadas pela unidade interna responsável	
Nome da unidade interna da UJ responsável pelo atendimento da recomendação	
CGLOG	
Síntese das providências adotadas	
Providências adotadas de acordo com a recomendação enviada.	
Síntese dos resultados obtidos	
Não há	
Análise crítica dos fatores positivos e negativos que facilitaram ou prejudicaram a adoção de providências pelo gestor	
Não há	

Caracterização da Recomendação expedida pela Unidade de Controle Interno ou Auditoria Interna	
Identificação do Relatório de Auditoria	Relatório AUD/MS/002/2011
Data do Relatório de Auditoria	16/02/2011
Item do Relatório de Auditoria	4
Comunicação Expedida/Data	Relatório
Nome da unidade interna da UJ destinatária da recomendação	CGLOG
Descrição da Recomendação	Providenciar os equipamentos de proteção contra incêndio para o almoxarifado, com orientação da Brigada de Incêndio (§ 5.4);
Providências adotadas pela unidade interna responsável	
Nome da unidade interna da UJ responsável pelo atendimento da recomendação	
CGLOG	
Síntese das providências adotadas	
Providências adotadas. Foram colocados 1 extintor de incêndio em cada sala.	
Síntese dos resultados obtidos	
Não há	
Análise crítica dos fatores positivos e negativos que facilitaram ou prejudicaram a adoção de providências pelo gestor	
Não há	

Caracterização da Recomendação expedida pela Unidade de Controle Interno ou Auditoria Interna	
Identificação do Relatório de Auditoria	Relatório AUD/MS/002/2011
Data do Relatório de Auditoria	16/02/2011
Item do Relatório de Auditoria	5
Comunicação Expedida/Data	Relatório
Nome da unidade interna da UJ destinatária da recomendação	CGIN
Descrição da Recomendação	Travar o sistema de controle do almoxarifado para não aceitar lançamentos de ajuste (§ 6.1);
Providências adotadas pela unidade interna responsável	
Nome da unidade interna da UJ responsável pelo atendimento da recomendação	
CGIN	
Síntese das providências adotadas	
Providências adotadas de acordo com a recomendação enviada.	
Síntese dos resultados obtidos	
Não há	
Análise crítica dos fatores positivos e negativos que facilitaram ou prejudicaram a adoção de providências pelo gestor	
Não há	

Caracterização da Recomendação expedida pela Unidade de Controle Interno ou Auditoria Interna	
Identificação do Relatório de Auditoria	Relatório AUD/MS/002/2011
Data do Relatório de Auditoria	16/02/2011
Item do Relatório de Auditoria	6
Comunicação Expedida/Data	Relatório
Nome da unidade interna da UJ destinatária da recomendação	CGIN
Descrição da Recomendação	(a) alterar a sistemática da transferência de responsabilidade de titularidade dos bens permanentes da CAPES, em especial aos relacionados aos cargos em comissão; (b) efetuar estudo sobre a possibilidade de criar cargos de responsabilidade para as áreas de atendimento ao público, a exemplo das salas de reunião do 1º subsolo, e sobre a possibilidade de Termo individual a cada servidor sobre o material que lhe é confiado; (c) concentrar o controle do patrimônio/permanente na DPA e caso necessário alocar pessoal (§§ 6.2, 6.6, 7 e 9);
Providências adotadas pela unidade interna responsável	
Nome da unidade interna da UJ responsável pelo atendimento da recomendação	
CGIN	
Síntese das providências adotadas	
Providências adotadas de acordo com a recomendação enviada.	
Síntese dos resultados obtidos	
Não há	
Análise crítica dos fatores positivos e negativos que facilitaram ou prejudicaram a adoção de providências pelo gestor	
Não há	

Caracterização da Recomendação expedida pela Unidade de Controle Interno ou Auditoria Interna	
Identificação do Relatório de Auditoria	Relatório AUD/MS/002/2011
Data do Relatório de Auditoria	16/02/2011
Item do Relatório de Auditoria	7
Comunicação Expedida/Data	Relatório
Nome da unidade interna da UJ destinatária da recomendação	DPA
Descrição da Recomendação	Adotar a sistemática do parágrafo 7.5 da IN/SEDAP-PR n.º 205/88 com fins de evitar a necessidade de lançamentos de ajuste e aprimorar a gestão de materiais, dando especial atenção ao Ciclo Operacional do ressuprimento (§ 6.3);
Providências adotadas pela unidade interna responsável	
Nome da unidade interna da UJ responsável pelo atendimento da recomendação	DPA
Síntese das providências adotadas	Providências adotadas de acordo com a recomendação enviada.
Síntese dos resultados obtidos	Não há
Análise crítica dos fatores positivos e negativos que facilitaram ou prejudicaram a adoção de providências pelo gestor	Não há

Caracterização da Recomendação expedida pela Unidade de Controle Interno ou Auditoria Interna	
Identificação do Relatório de Auditoria	Relatório AUD/MS/002/2011
Data do Relatório de Auditoria	16/02/2011
Item do Relatório de Auditoria	8
Comunicação Expedida/Data	Relatório
Nome da unidade interna da UJ destinatária da recomendação	DPA
Descrição da Recomendação	Providenciar a baixa ou doação dos itens inservíveis ou em desuso que estão no almoxarifado (§ 6.4);
Providências adotadas pela unidade interna responsável	
Nome da unidade interna da UJ responsável pelo atendimento da recomendação	DPA
Síntese das providências adotadas	Providências adotadas de acordo com a recomendação enviada.
Síntese dos resultados obtidos	Não há
Análise crítica dos fatores positivos e negativos que facilitaram ou prejudicaram a adoção de providências pelo gestor	Não há

Caracterização da Recomendação expedida pela Unidade de Controle Interno ou Auditoria Interna	
Identificação do Relatório de Auditoria	Relatório AUD/MS/002/2011
Data do Relatório de Auditoria	16/02/2011
Item do Relatório de Auditoria	9
Comunicação Expedida/Data	Relatório
Nome da unidade interna da UJ destinatária da recomendação	CGLOG
Descrição da Recomendação	Providenciar um sistema de controle de veículos que atenda a legislação vigente (§ 6.5);
Providências adotadas pela unidade interna responsável	
Nome da unidade interna da UJ responsável pelo atendimento da recomendação	
CGLOG	
Síntese das providências adotadas	
Providências adotadas de acordo com a recomendação enviada.	
Síntese dos resultados obtidos	
Não há	
Análise crítica dos fatores positivos e negativos que facilitaram ou prejudicaram a adoção de providências pelo gestor	
Não há	

Caracterização da Recomendação expedida pela Unidade de Controle Interno ou Auditoria Interna	
Identificação do Relatório de Auditoria	Relatório AUD/MS/002/2011
Data do Relatório de Auditoria	16/02/2011
Item do Relatório de Auditoria	10
Comunicação Expedida/Data	Relatório
Nome da unidade interna da UJ destinatária da recomendação	CGLOG e SECOL
Descrição da Recomendação	Providenciar a instalação das travas nos notebooks localizados nas salas de uso restrito, a exemplo as salas do 1º subsolo e a sala de reunião do conselho (§ 6.6);
Providências adotadas pela unidade interna responsável	
Nome da unidade interna da UJ responsável pelo atendimento da recomendação	
CGLOG e SECOL	
Síntese das providências adotadas	
Providências adotadas de acordo com a recomendação enviada.	
Síntese dos resultados obtidos	
Não há	
Análise crítica dos fatores positivos e negativos que facilitaram ou prejudicaram a adoção de providências pelo gestor	
Não há	

Caracterização da Recomendação expedida pela Unidade de Controle Interno ou Auditoria Interna	
Identificação do Relatório de Auditoria	Relatório AUD/MS/002/2011
Data do Relatório de Auditoria	16/02/2011
Item do Relatório de Auditoria	12
Comunicação Expedida/Data	Relatório
Nome da unidade interna da UJ destinatária da recomendação	DPA
Descrição da Recomendação	Dar baixa nos patrimônios n.º 1986, 1983 e 8086 objetos de processos por roubo/extravio, bem como em qualquer bem que esteja em situação similar.
Providências adotadas pela unidade interna responsável	
Nome da unidade interna da UJ responsável pelo atendimento da recomendação	
DPA	
Síntese das providências adotadas	
Providências adotadas de acordo com a recomendação enviada.	
Síntese dos resultados obtidos	
Não há	
Análise crítica dos fatores positivos e negativos que facilitaram ou prejudicaram a adoção de providências pelo gestor	
Não há	

Caracterização da Recomendação expedida pela Unidade de Controle Interno ou Auditoria Interna	
Identificação do Relatório de Auditoria	Relatório AUD/AA/003/2011
Data do Relatório de Auditoria	18/11/2011
Item do Relatório de Auditoria	14.1.1
Comunicação Expedida/Data	Relatório
Nome da unidade interna da UJ destinatária da recomendação	DED, DAV e DPB
Descrição da Recomendação	14.1.1. remanejar os créditos para programas/ações com capacidade de execução até o final do exercício.
Providências adotadas pela unidade interna responsável	
Nome da unidade interna da UJ responsável pelo atendimento da recomendação	
DED, DAV e DPB	
Síntese das providências adotadas	
Providências adotadas de acordo com a recomendação enviada.	
Síntese dos resultados obtidos	
Não há	
Análise crítica dos fatores positivos e negativos que facilitaram ou prejudicaram a adoção de providências pelo gestor	
Não há	

Caracterização da Recomendação expedida pela Unidade de Controle Interno ou Auditoria Interna	
Identificação do Relatório de Auditoria	Relatório AUD/AA/003/2011
Data do Relatório de Auditoria	18/11/2011
Item do Relatório de Auditoria	14.1.2
Comunicação Expedida/Data	Relatório
Nome da unidade interna da UJ destinatária da recomendação	DED, DAV e DPB
Descrição da Recomendação	14.1.2. avaliar as causas da tendência de baixa execução e estudar planejamento para 2012, com vistas a se evitar o comprometimento das metas dos programas/ações no próximo exercício.
Providências adotadas pela unidade interna responsável	
Nome da unidade interna da UJ responsável pelo atendimento da recomendação	
DED, DAV e DPB	
Síntese das providências adotadas	
Providências adotadas de acordo com a recomendação enviada.	
Síntese dos resultados obtidos	
Não há	
Análise crítica dos fatores positivos e negativos que facilitaram ou prejudicaram a adoção de providências pelo gestor	
Não há	

Caracterização da Recomendação expedida pela Unidade de Controle Interno ou Auditoria Interna	
Identificação do Relatório de Auditoria	Relatório AUD/KR/004/2011
Data do Relatório de Auditoria	06/12/2011
Item do Relatório de Auditoria	11.1
Comunicação Expedida/Data	Relatório
Nome da unidade interna da UJ destinatária da recomendação	CGSI
Descrição da Recomendação	Sanar todas as inconsistências formais descritas no parágrafo 8.1 (Achado 1), na forma da Portaria Normativa/MPOG n.º 05/2002, bem como ajustar os demais projetos vigentes da coordenação da mesma forma, visando unificar os processos;
Providências adotadas pela unidade interna responsável	
Nome da unidade interna da UJ responsável pelo atendimento da recomendação	
CGSI	
Síntese das providências adotadas	
Providências adotadas de acordo com a recomendação enviada.	
Síntese dos resultados obtidos	
Não há	
Análise crítica dos fatores positivos e negativos que facilitaram ou prejudicaram a adoção de providências pelo gestor	
Não há	

Caracterização da Recomendação expedida pela Unidade de Controle Interno ou Auditoria Interna	
Identificação do Relatório de Auditoria	Relatório AUD/KR/004/2011
Data do Relatório de Auditoria	06/12/2011
Item do Relatório de Auditoria	11.2
Comunicação Expedida/Data	Relatório
Nome da unidade interna da UJ destinatária da recomendação	CGSI
Descrição da Recomendação	Verificar se constam nos futuros processos de concessão as documentações citadas nos Achados 2, 3 e 4;
Providências adotadas pela unidade interna responsável	
Nome da unidade interna da UJ responsável pelo atendimento da recomendação	
CGSI	
Síntese das providências adotadas	
Providências adotadas de acordo com a recomendação enviada.	
Síntese dos resultados obtidos	
Não há	
Análise crítica dos fatores positivos e negativos que facilitaram ou prejudicaram a adoção de providências pelo gestor	
Não há	

Caracterização da Recomendação expedida pela Unidade de Controle Interno ou Auditoria Interna	
Identificação do Relatório de Auditoria	Relatório AUD/KR/004/2011
Data do Relatório de Auditoria	06/12/2011
Item do Relatório de Auditoria	12.2
Comunicação Expedida/Data	Relatório
Nome da unidade interna da UJ destinatária da recomendação	DGES
Descrição da Recomendação	Não emitir despacho sem assinatura, conforme consta no despacho emitido em 03/01/2011 no processo PAEP 1239/2010 (Achado 6)
Providências adotadas pela unidade interna responsável	
Nome da unidade interna da UJ responsável pelo atendimento da recomendação	
DGES	
Síntese das providências adotadas	
Providências adotadas de acordo com a recomendação enviada.	
Síntese dos resultados obtidos	
Não há	
Análise crítica dos fatores positivos e negativos que facilitaram ou prejudicaram a adoção de providências pelo gestor	
Não há	

Caracterização da Recomendação expedida pela Unidade de Controle Interno ou Auditoria Interna	
Identificação do Relatório de Auditoria	Relatório AUD/AS/006/2011
Data do Relatório de Auditoria	16/12/2011
Item do Relatório de Auditoria	16b
Comunicação Expedida/Data	Relatório
Nome da unidade interna da UJ destinatária da recomendação	CGGP
Descrição da Recomendação	b) Sugerimos que o requerimento da autoridade competente indicando a servidora para o cargo (fl. 53) esteja à frente de despacho da Coordenação de Administração de Pessoal que encaminha o processo ao Gabinete do Ministro da Educação (fl. 48) conforme alínea “a” do item 5.1 da Portaria Normativa nº 5/2002 (recomendação de caráter corretivo)
Providências adotadas pela unidade interna responsável	
Nome da unidade interna da UJ responsável pelo atendimento da recomendação	
CGGP	
Síntese das providências adotadas	
Providências adotadas de acordo com a recomendação enviada.	
Síntese dos resultados obtidos	
Não há	
Análise crítica dos fatores positivos e negativos que facilitaram ou prejudicaram a adoção de providências pelo gestor	
Não há	

Caracterização da Recomendação expedida pela Unidade de Controle Interno ou Auditoria Interna	
Identificação do Relatório de Auditoria	Relatório AUD/AS/006/2011
Data do Relatório de Auditoria	16/12/2011
Item do Relatório de Auditoria	18
Comunicação Expedida/Data	Relatório
Nome da unidade interna da UJ destinatária da recomendação	CGGP
Descrição da Recomendação	Sobre ACHADO 12; somos pelas mesmas recomendações dispostas com relação ACHADO 3 c): recomendamos observação de assinatura de “confere com original” nos processos de admissão vindouros, nos termos Inciso III do Art. 365 da Lei 5.869/73 e do § 3o do Art. 22 da Lei 9.784/99 (recomendação de caráter preventivo).
Providências adotadas pela unidade interna responsável	
Nome da unidade interna da UJ responsável pelo atendimento da recomendação	
CGGP	
Síntese das providências adotadas	
Providências adotadas de acordo com a recomendação enviada.	
Síntese dos resultados obtidos	
Não há	
Análise crítica dos fatores positivos e negativos que facilitaram ou prejudicaram a adoção de providências pelo gestor	
Não há	

Caracterização da Recomendação expedida pela Unidade de Controle Interno ou Auditoria Interna	
Identificação do Relatório de Auditoria	Relatório AUD/AS/006/2011
Data do Relatório de Auditoria	16/12/2011
Item do Relatório de Auditoria	20
Comunicação Expedida/Data	Relatório
Nome da unidade interna da UJ destinatária da recomendação	CGGP
Descrição da Recomendação	Sobre ACHADO 14; recomendamos observação e declaração de atendimento ao disposto no Art. 172 da Lei 8.112/90 pela CGGP do momento das vacâncias decorrentes de exoneração a pedido ou aposentadoria voluntária.
Providências adotadas pela unidade interna responsável	
Nome da unidade interna da UJ responsável pelo atendimento da recomendação	CGGP
Síntese das providências adotadas	Providências adotadas de acordo com a recomendação enviada.
Síntese dos resultados obtidos	Não há
Análise crítica dos fatores positivos e negativos que facilitaram ou prejudicaram a adoção de providências pelo gestor	Não há

Caracterização da Recomendação expedida pela Unidade de Controle Interno ou Auditoria Interna	
Identificação do Parecer	Parecer AUD/LG/001/2011
Data do Parecer	10/01/2011
Item do Parecer	1
Comunicação Expedida/Data	Parecer
Nome da unidade interna da UJ destinatária da recomendação	DED
Descrição da Recomendação	1) À DED, para que seja efetuada a cobrança no valor de R\$ 4.161,22 (quatro mil, cento e sessenta e um reais e vinte e dois centavos) ao bolsista, tendo em vista os pagamentos realizados erroneamente e que a devolução seja efetuada por meio de GRU (código de devolução: 28851-9 – devolução de bolsas pagas em outros exercícios).
Providências adotadas pela unidade interna responsável	
Nome da unidade interna da UJ responsável pelo atendimento da recomendação	
DED	
Síntese das providências adotadas	
Providências adotadas de acordo com a recomendação enviada.	
Síntese dos resultados obtidos	
Não há	
Análise crítica dos fatores positivos e negativos que facilitaram ou prejudicaram a adoção de providências pelo gestor	
Não há	

Caracterização da Recomendação expedida pela Unidade de Controle Interno ou Auditoria Interna	
Identificação do Parecer	Parecer AUD/LG/001/2011
Data do Parecer	10/01/2011
Item do Parecer	2
Comunicação Expedida/Data	Parecer
Nome da unidade interna da UJ destinatária da recomendação	DED
Descrição da Recomendação	2) À DED, para que solicite ao FNDE o cancelamento da bolsa, observando os impedimentos de participar de programas de bolsas executados pelo FNDE no período de 5 anos, caso tenha ocorrido os fatos previstos no art. 23 da Resolução CD/FNDE nº 26, de 5 de Junho de 2009.
Providências adotadas pela unidade interna responsável	
Nome da unidade interna da UJ responsável pelo atendimento da recomendação	
DED	
Síntese das providências adotadas	
Providências adotadas de acordo com a recomendação encaminhada.	
Síntese dos resultados obtidos	
Não há	
Análise crítica dos fatores positivos e negativos que facilitaram ou prejudicaram a adoção de providências pelo gestor	
Não há	

Caracterização da Recomendação expedida pela Unidade de Controle Interno ou Auditoria Interna	
Identificação do Parecer	Parecer AUD/KR/005/2011
Data do Parecer	03/02/2011
Item do Parecer	1
Comunicação Expedida/Data	Parecer
Nome da unidade interna da UJ destinatária da recomendação	CGCI
Descrição da Recomendação	RECOMENDAÇÃO 1: Emitir a passagem de retorno ao país para a data requerida pelo ex-bolsista (fevereiro de 2011), se a mesma ainda não tiver sido emitida, caso em que o bolsista deverá arcar com as taxas de remarcação, uma vez que sua permanência na Alemanha não poderá acarretar ônus à CAPES.
Providências adotadas pela unidade interna responsável	
Nome da unidade interna da UJ responsável pelo atendimento da recomendação	
CGCI	
Síntese das providências adotadas	
Providências adotadas de acordo com a recomendação encaminhada.	
Síntese dos resultados obtidos	
Não há	
Análise crítica dos fatores positivos e negativos que facilitaram ou prejudicaram a adoção de providências pelo gestor	
Não há	

Caracterização da Recomendação expedida pela Unidade de Controle Interno ou Auditoria Interna	
Identificação do Parecer	Parecer AUD/KR/006/2011
Data do Parecer	27/01/2011
Item do Parecer	1
Comunicação Expedida/Data	Parecer
Nome da unidade interna da UJ destinatária da recomendação	DAE
Descrição da Recomendação	Tendo em vista o cumprimento do período de 8 meses exercendo atividades acadêmicas do Centro Cultural Brasil-Guiné--Bissau, que funciona junto à Embaixada do Brasil, somos pela liberação da necessidade de retornar/permanecer no Brasil, configurando-se como cumprido o Termo de Compromisso firmado.
Providências adotadas pela unidade interna responsável	
Nome da unidade interna da UJ responsável pelo atendimento da recomendação	
DAE	
Síntese das providências adotadas	
Providências adotadas de acordo com a recomendação encaminhada.	
Síntese dos resultados obtidos	
Não há	
Análise crítica dos fatores positivos e negativos que facilitaram ou prejudicaram a adoção de providências pelo gestor	
Não há	

Caracterização da Recomendação expedida pela Unidade de Controle Interno ou Auditoria Interna	
Identificação do Parecer	Parecer AUD/AL/007/2011
Data do Parecer	28/02/2011
Item do Parecer	1
Comunicação Expedida/Data	Parecer
Nome da unidade interna da UJ destinatária da recomendação	DEB
Descrição da Recomendação	RECOMENDAÇÃO (1): À DEB, suspender imediatamente, caso ainda não o tenha feito, o pagamento das bolsas nas duas modalidades (PIBID e PARFOR).
Providências adotadas pela unidade interna responsável	
Nome da unidade interna da UJ responsável pelo atendimento da recomendação	
DEB	
Síntese das providências adotadas	
Providências adotadas de acordo com a recomendação encaminhada.	
Síntese dos resultados obtidos	
Não há	
Análise crítica dos fatores positivos e negativos que facilitaram ou prejudicaram a adoção de providências pelo gestor	
Não há	

Caracterização da Recomendação expedida pela Unidade de Controle Interno ou Auditoria Interna	
Identificação do Parecer	Parecer AUD/AL/007/2011
Data do Parecer	28/02/2011
Item do Parecer	2
Comunicação Expedida/Data	Parecer
Nome da unidade interna da UJ destinatária da recomendação	PF
Descrição da Recomendação	RECOMENDAÇÃO (2): Em que pese a opinião deste órgão de controle interno, em face da natureza jurídica do tema quanto à obrigatoriedade de restituição das bolsas (PIBID e PARFOR) recebidas de forma concomitante e a repercussão da decisão para casos análogos, recomendamos o envio do assunto para parecer da Procuradoria Federal/CAPES, a fim de subsidiar a decisão
Providências adotadas pela unidade interna responsável	
Nome da unidade interna da UJ responsável pelo atendimento da recomendação	
PF	
Síntese das providências adotadas	
Providências adotadas de acordo com a recomendação encaminhada.	
Síntese dos resultados obtidos	
Não há	
Análise crítica dos fatores positivos e negativos que facilitaram ou prejudicaram a adoção de providências pelo gestor	
Não há	

Caracterização da Recomendação expedida pela Unidade de Controle Interno ou Auditoria Interna	
Identificação do Parecer	Parecer AUD/LL/009/2011
Data do Parecer	25/02/2011
Item do Parecer	1
Comunicação Expedida/Data	Parecer
Nome da unidade interna da UJ destinatária da recomendação	CGCI
Descrição da Recomendação	RECOMENDAÇÃO 1: Que o ex-bolsista seja dispensado do ressarcimento do valor correspondente ao Auxílio Instalação, no limite de EUR 1200,00 (mil e duzentos euros), considerando os gastos realizados e comprovados para sua instalação e que a desistência ocorreu por fatores alheios à sua vontade (enfermidade de sua esposa), conforme documentação anexa aos autos.
Providências adotadas pela unidade interna responsável	
Nome da unidade interna da UJ responsável pelo atendimento da recomendação	
CGCI	
Síntese das providências adotadas	
Providências adotadas de acordo com a recomendação encaminhada.	
Síntese dos resultados obtidos	
Não há	
Análise crítica dos fatores positivos e negativos que facilitaram ou prejudicaram a adoção de providências pelo gestor	
Não há	

Caracterização da Recomendação expedida pela Unidade de Controle Interno ou Auditoria Interna	
Identificação do Parecer	Parecer AUD/LL/009/2011
Data do Parecer	25/02/2011
Item do Parecer	2
Comunicação Expedida/Data	Parecer
Nome da unidade interna da UJ destinatária da recomendação	CGCI
Descrição da Recomendação	RECOMENDAÇÃO 2: Notificar o ex-bolsista para o pagamento do Seguro Saúde, no valor de EUR 840,00 (oitocentos e quarenta euros), uma vez que não foram realizados gastos dessa natureza pelo bolsista.
Providências adotadas pela unidade interna responsável	
Nome da unidade interna da UJ responsável pelo atendimento da recomendação	
CGCI	
Síntese das providências adotadas	
Providências adotadas de acordo com a recomendação encaminhada.	
Síntese dos resultados obtidos	
Não há	
Análise crítica dos fatores positivos e negativos que facilitaram ou prejudicaram a adoção de providências pelo gestor	
Não há	

Caracterização da Recomendação expedida pela Unidade de Controle Interno ou Auditoria Interna	
Identificação do Parecer	Parecer AUD/LL/009/2011
Data do Parecer	25/02/2011
Item do Parecer	3
Comunicação Expedida/Data	Parecer
Nome da unidade interna da UJ destinatária da recomendação	CGCI
Descrição da Recomendação	RECOMENDAÇÃO 3: Encaminhar o processo à CGCI para encerramento após a confirmação do pagamento, com a juntada de recibo da Guia de Recolhimento da União - GRU.
Providências adotadas pela unidade interna responsável	
Nome da unidade interna da UJ responsável pelo atendimento da recomendação	
CGCI	
Síntese das providências adotadas	
Providências adotadas de acordo com a recomendação encaminhada.	
Síntese dos resultados obtidos	
Não há	
Análise crítica dos fatores positivos e negativos que facilitaram ou prejudicaram a adoção de providências pelo gestor	
Não há	

Caracterização da Recomendação expedida pela Unidade de Controle Interno ou Auditoria Interna	
Identificação do Parecer	Parecer AUD/KR/012/2011
Data do Parecer	17/03/2011
Item do Parecer	1
Comunicação Expedida/Data	Parecer
Nome da unidade interna da UJ destinatária da recomendação	DPB
Descrição da Recomendação	RECOMENDAÇÃO 1: à DPB, notificar o PPG para esclarecimentos acerca da situação da bolsista e, se caso constatada irregularidade no pagamento da bolsa, cobrança dos valores devidamente corrigidos referentes aos meses de setembro/2010 a janeiro/2011.
Providências adotadas pela unidade interna responsável	
Nome da unidade interna da UJ responsável pelo atendimento da recomendação	
DPB	
Síntese das providências adotadas	
Providências adotadas de acordo com a recomendação encaminhada.	
Síntese dos resultados obtidos	
Não há	
Análise crítica dos fatores positivos e negativos que facilitaram ou prejudicaram a adoção de providências pelo gestor	
Não há	

Caracterização da Recomendação expedida pela Unidade de Controle Interno ou Auditoria Interna	
Identificação do Parecer	Parecer AUD/KR/012/2011
Data do Parecer	17/03/2011
Item do Parecer	2
Comunicação Expedida/Data	Parecer
Nome da unidade interna da UJ destinatária da recomendação	DRI
Descrição da Recomendação	RECOMENDAÇÃO 2: à DRI, suspender a concessão do PDEE, até a devida apuração do caso junto ao PPG.
Providências adotadas pela unidade interna responsável	
Nome da unidade interna da UJ responsável pelo atendimento da recomendação	
DRI	
Síntese das providências adotadas	
Providências adotadas de acordo com a recomendação encaminhada.	
Síntese dos resultados obtidos	
Não há	
Análise crítica dos fatores positivos e negativos que facilitaram ou prejudicaram a adoção de providências pelo gestor	
Não há	

Caracterização da Recomendação expedida pela Unidade de Controle Interno ou Auditoria Interna	
Identificação do Parecer	Parecer AUD/KR/013/2011
Data do Parecer	24/03/2011
Item do Parecer	1
Comunicação Expedida/Data	Parecer
Nome da unidade interna da UJ destinatária da recomendação	GAB
Descrição da Recomendação	Submeter à aprovação do acompanhamento da ex-bolsista até o término de seu Pós-Doutorado no exterior à apreciação da Diretoria Executiva da CAPES, considerando a repercussão da decisão para casos análogos.
Providências adotadas pela unidade interna responsável	
Nome da unidade interna da UJ responsável pelo atendimento da recomendação	
GAB	
Síntese das providências adotadas	
Providências adotadas de acordo com a recomendação encaminhada.	
Síntese dos resultados obtidos	
Não há	
Análise crítica dos fatores positivos e negativos que facilitaram ou prejudicaram a adoção de providências pelo gestor	
Não há	

Caracterização da Recomendação expedida pela Unidade de Controle Interno ou Auditoria Interna	
Identificação do Parecer	Parecer AUD/LL/014/2011
Data do Parecer	31/03/2011
Item do Parecer	1
Comunicação Expedida/Data	Parecer
Nome da unidade interna da UJ destinatária da recomendação	CGCI
Descrição da Recomendação	RECOMENDAÇÃO 1: que seja concedida passagem de volta à bolsista
Providências adotadas pela unidade interna responsável	
Nome da unidade interna da UJ responsável pelo atendimento da recomendação	
CGCI	
Síntese das providências adotadas	
Providências adotadas de acordo com a recomendação encaminhada.	
Síntese dos resultados obtidos	
Não há	
Análise crítica dos fatores positivos e negativos que facilitaram ou prejudicaram a adoção de providências pelo gestor	
Não há	

Caracterização da Recomendação expedida pela Unidade de Controle Interno ou Auditoria Interna	
Identificação do Parecer	Parecer AUD/LL/014/2011
Data do Parecer	31/03/2011
Item do Parecer	2
Comunicação Expedida/Data	Parecer
Nome da unidade interna da UJ destinatária da recomendação	CGCI
Descrição da Recomendação	RECOMENDAÇÃO 2: que a bolsista seja liberada do ressarcimento dos valores recebidos até março de 2011.
Providências adotadas pela unidade interna responsável	
Nome da unidade interna da UJ responsável pelo atendimento da recomendação	
CGCI	
Síntese das providências adotadas	
Providências adotadas de acordo com a recomendação encaminhada.	
Síntese dos resultados obtidos	
Não há	
Análise crítica dos fatores positivos e negativos que facilitaram ou prejudicaram a adoção de providências pelo gestor	
Não há	

Caracterização da Recomendação expedida pela Unidade de Controle Interno ou Auditoria Interna	
Identificação do Parecer	Parecer AUD/LL/014/2011
Data do Parecer	31/03/2011
Item do Parecer	3
Comunicação Expedida/Data	Parecer
Nome da unidade interna da UJ destinatária da recomendação	CGCI
Descrição da Recomendação	RECOMENDAÇÃO 3: que a ex-bolsista efetue a devolução de quaisquer parcelas eventualmente recebidas a maior, referentes às mensalidades posteriores a março de 2011.
Providências adotadas pela unidade interna responsável	
Nome da unidade interna da UJ responsável pelo atendimento da recomendação	
CGCI	
Síntese das providências adotadas	
Providências adotadas de acordo com a recomendação encaminhada.	
Síntese dos resultados obtidos	
Não há	
Análise crítica dos fatores positivos e negativos que facilitaram ou prejudicaram a adoção de providências pelo gestor	
Não há	

Caracterização da Recomendação expedida pela Unidade de Controle Interno ou Auditoria Interna	
Identificação do Parecer	Parecer AUD/LL/014/2011
Data do Parecer	31/03/2011
Item do Parecer	4
Comunicação Expedida/Data	Parecer
Nome da unidade interna da UJ destinatária da recomendação	CGCI
Descrição da Recomendação	RECOMENDAÇÃO 4: Encaminhar o processo à CGCI para encerramento, após o atendimento às recomendações acima
Providências adotadas pela unidade interna responsável	
Nome da unidade interna da UJ responsável pelo atendimento da recomendação	
CGCI	
Síntese das providências adotadas	
Providências adotadas de acordo com a recomendação encaminhada.	
Síntese dos resultados obtidos	
Não há	
Análise crítica dos fatores positivos e negativos que facilitaram ou prejudicaram a adoção de providências pelo gestor	
Não há	

Caracterização da Recomendação expedida pela Unidade de Controle Interno ou Auditoria Interna	
Identificação do Parecer	Parecer AUD/LG/018/2011
Data do Parecer	03/05/2011
Item do Parecer	1
Comunicação Expedida/Data	Parecer
Nome da unidade interna da UJ destinatária da recomendação	CGOF/DED
Descrição da Recomendação	RECOMENDAÇÃO: À CGFO/DED, para que seja efetuada a cobrança no valor de R\$ 1.231,74 (mil, duzentos e trinta e um reais e setenta e quatro centavos) à bolsista Rosana Estela Copetti e de R\$ 1.651,80 (mil, seiscentos e cinquenta e um reais e oitenta centavos) à bolsista Taís Guareschi, tendo em vista os pagamentos realizados erroneamente e que a devolução seja efetuada por meio de GRU (código de devolução: 28851-9 – devolução de bolsas pagas em outros exercícios).
Providências adotadas pela unidade interna responsável	
Nome da unidade interna da UJ responsável pelo atendimento da recomendação	
CGOF/DED	
Síntese das providências adotadas	
Providências adotadas de acordo com a recomendação encaminhada.	
Síntese dos resultados obtidos	
Não há	
Análise crítica dos fatores positivos e negativos que facilitaram ou prejudicaram a adoção de providências pelo gestor	
Não há	

Caracterização da Recomendação expedida pela Unidade de Controle Interno ou Auditoria Interna	
Identificação do Parecer	Parecer AUD/KR/019/2011
Data do Parecer	03/05/2011
Item do Parecer	1
Comunicação Expedida/Data	Parecer
Nome da unidade interna da UJ destinatária da recomendação	AUD
Descrição da Recomendação	Somos pela devolução do seguro-saúde, tendo em vista a sua não utilização.
Providências adotadas pela unidade interna responsável	
Nome da unidade interna da UJ responsável pelo atendimento da recomendação	
AUD	
Síntese das providências adotadas	
Providências adotadas de acordo com a recomendação encaminhada.	
Síntese dos resultados obtidos	
Não há	
Análise crítica dos fatores positivos e negativos que facilitaram ou prejudicaram a adoção de providências pelo gestor	
Não há	

Caracterização da Recomendação expedida pela Unidade de Controle Interno ou Auditoria Interna	
Identificação do Parecer	Parecer AUD/KR/020/2011
Data do Parecer	03/05/2011
Item do Parecer	1
Comunicação Expedida/Data	Parecer
Nome da unidade interna da UJ destinatária da recomendação	CGCI
Descrição da Recomendação	RECOMENDAÇÃO: à CSN, solicitar nova portaria autorizando o afastamento durante todo o período, além de constar a questão do ônus a esta Fundação.
Providências adotadas pela unidade interna responsável	
Nome da unidade interna da UJ responsável pelo atendimento da recomendação	
CGCI	
Síntese das providências adotadas	
Providências adotadas de acordo com a recomendação encaminhada.	
Síntese dos resultados obtidos	
Não há	
Análise crítica dos fatores positivos e negativos que facilitaram ou prejudicaram a adoção de providências pelo gestor	
Não há	

Caracterização da Recomendação expedida pela Unidade de Controle Interno ou Auditoria Interna	
Identificação do Parecer	Parecer AUD/LL/021/2011
Data do Parecer	05/05/2011
Item do Parecer	1
Comunicação Expedida/Data	Parecer
Nome da unidade interna da UJ destinatária da recomendação	CGSI
Descrição da Recomendação	RECOMENDAÇÃO (1): À CGSI, o indeferimento do pedido de parcelamento solicitado, bem como informar à bolsista sobre a possibilidade de apresentar o referido pedido à FIOCRUZ;
Providências adotadas pela unidade interna responsável	
Nome da unidade interna da UJ responsável pelo atendimento da recomendação	
CGSI	
Síntese das providências adotadas	
Providências adotadas de acordo com a recomendação encaminhada.	
Síntese dos resultados obtidos	
Não há	
Análise crítica dos fatores positivos e negativos que facilitaram ou prejudicaram a adoção de providências pelo gestor	
Não há	

Caracterização da Recomendação expedida pela Unidade de Controle Interno ou Auditoria Interna	
Identificação do Parecer	Parecer AUD/LL/021/2011
Data do Parecer	05/05/2011
Item do Parecer	2
Comunicação Expedida/Data	Parecer
Nome da unidade interna da UJ destinatária da recomendação	CGSI
Descrição da Recomendação	RECOMENDAÇÃO (2): À CGSI, o envio de Notificação à FIOCRUZ para que esta realize o pagamento imediata e integralmente, com fulcro no inciso VII do art. 6º da Portaria CAPES nº 34/2006.
Providências adotadas pela unidade interna responsável	
Nome da unidade interna da UJ responsável pelo atendimento da recomendação	
CGSI	
Síntese das providências adotadas	
Providências adotadas de acordo com a recomendação encaminhada.	
Síntese dos resultados obtidos	
Não há	
Análise crítica dos fatores positivos e negativos que facilitaram ou prejudicaram a adoção de providências pelo gestor	
Não há	

Caracterização da Recomendação expedida pela Unidade de Controle Interno ou Auditoria Interna	
Identificação do Parecer	Parecer AUD/LL/021/2011
Data do Parecer	05/05/2011
Item do Parecer	3
Comunicação Expedida/Data	Parecer
Nome da unidade interna da UJ destinatária da recomendação	DGES
Descrição da Recomendação	RECOMENDAÇÃO (3): à DGES (CGIN e CGOF), bloquear nos sistemas financeiros e de pagamento de bolsas a concessão de benefícios ao referido bolsista pelo período de 5 anos, em atendimento ao prazo estabelecido no § 1º do art. 18 da Portaria CAPES nº 034/2006.
Providências adotadas pela unidade interna responsável	
Nome da unidade interna da UJ responsável pelo atendimento da recomendação	
DGES	
Síntese das providências adotadas	
Providências adotadas de acordo com a recomendação encaminhada.	
Síntese dos resultados obtidos	
Não há	
Análise crítica dos fatores positivos e negativos que facilitaram ou prejudicaram a adoção de providências pelo gestor	
Não há	

Caracterização da Recomendação expedida pela Unidade de Controle Interno ou Auditoria Interna	
Identificação do Parecer	Parecer AUD/KR/023/2011
Data do Parecer	23/05/2011
Item do Parecer	1
Comunicação Expedida/Data	Parecer
Nome da unidade interna da UJ destinatária da recomendação	CGSI
Descrição da Recomendação	RECOMENDAÇÃO (1): à CGSI, efetuar o cancelamento da bolsa DS, caso ainda esteja em vigência .
Providências adotadas pela unidade interna responsável	
Nome da unidade interna da UJ responsável pelo atendimento da recomendação	
CGSI	
Síntese das providências adotadas	
Providências adotadas de acordo com a recomendação encaminhada.	
Síntese dos resultados obtidos	
Não há	
Análise crítica dos fatores positivos e negativos que facilitaram ou prejudicaram a adoção de providências pelo gestor	
Não há	

Caracterização da Recomendação expedida pela Unidade de Controle Interno ou Auditoria Interna	
Identificação do Parecer	Parecer AUD/KR/023/2011
Data do Parecer	23/05/2011
Item do Parecer	2
Comunicação Expedida/Data	Parecer
Nome da unidade interna da UJ destinatária da recomendação	CGSI
Descrição da Recomendação	RECOMENDAÇÃO (2): à CGSI, o envio de Notificação à Universidade Federal do Sergipe para que esta realize o pagamento imediata e integralmente, com fulcro no inciso IX do art. 4º da Portaria CAPES nº 76/2010. Atualmente, o valor devido (relativo à mensalidade de dezembro/2010) perfaz o montante de R\$ 1.932,47 (mil, novecentos e trinta e dois reais e quarenta e sete centavos), conforme demonstrativo de débito do Sistema Débito do Tribunal de Contas da União, em anexo.
Providências adotadas pela unidade interna responsável	
Nome da unidade interna da UJ responsável pelo atendimento da recomendação	
CGSI	
Síntese das providências adotadas	
Providências adotadas de acordo com a recomendação encaminhada.	
Síntese dos resultados obtidos	
Não há	
Análise crítica dos fatores positivos e negativos que facilitaram ou prejudicaram a adoção de providências pelo gestor	
Não há	

Caracterização da Recomendação expedida pela Unidade de Controle Interno ou Auditoria Interna	
Identificação do Parecer	Parecer AUD/KR/023/2011
Data do Parecer	23/05/2011
Item do Parecer	3
Comunicação Expedida/Data	Parecer
Nome da unidade interna da UJ destinatária da recomendação	DGES
Descrição da Recomendação	RECOMENDAÇÃO (3): à DGES (CGIN e CGOF), por ter a bolsista descumprido o parágrafo único do art. 14 da Portaria CAPES nº 076, de 14 de abril de 2010, bloquear nos sistemas financeiros e de pagamento de bolsas a concessão de benefícios à referida bolsista pelo período de 5 anos.
Providências adotadas pela unidade interna responsável	
Nome da unidade interna da UJ responsável pelo atendimento da recomendação	
DGES	
Síntese das providências adotadas	
Providências adotadas de acordo com a recomendação encaminhada.	
Síntese dos resultados obtidos	
Não há	
Análise crítica dos fatores positivos e negativos que facilitaram ou prejudicaram a adoção de providências pelo gestor	
Não há	

Caracterização da Recomendação expedida pela Unidade de Controle Interno ou Auditoria Interna	
Identificação do Parecer	Parecer AUD/KR/023/2011
Data do Parecer	23/05/2011
Item do Parecer	4
Comunicação Expedida/Data	Parecer
Nome da unidade interna da UJ destinatária da recomendação	DED
Descrição da Recomendação	RECOMENDAÇÃO (4): À DED, efetuar o cancelamento da bolsa UAB, considerando o descumprimento da Resolução CD/FNDE nº 26/2009 c/c com o Termo de Compromisso assumido pela bolsista.
Providências adotadas pela unidade interna responsável	
Nome da unidade interna da UJ responsável pelo atendimento da recomendação	
DED	
Síntese das providências adotadas	
Providências adotadas de acordo com a recomendação encaminhada.	
Síntese dos resultados obtidos	
Não há	
Análise crítica dos fatores positivos e negativos que facilitaram ou prejudicaram a adoção de providências pelo gestor	
Não há	

Caracterização da Recomendação expedida pela Unidade de Controle Interno ou Auditoria Interna	
Identificação do Parecer	Parecer AUD/LG/024/2011
Data do Parecer	26/05/2011
Item do Parecer	1
Comunicação Expedida/Data	Parecer
Nome da unidade interna da UJ destinatária da recomendação	DED
Descrição da Recomendação	RECOMENDAÇÃO: À DED, solicitar ao ex-bolsista a restituição referente às 3 mensalidades UAB (outubro a dezembro/2010) no valor de R\$ 3.900 (três mil e novecentos reais), dando prazo para a devolução. Caso o valor não seja devolvido no prazo estabelecido, solicitar o cálculo da correção monetária e dos juros a esta Auditoria Interna.
Providências adotadas pela unidade interna responsável	
Nome da unidade interna da UJ responsável pelo atendimento da recomendação	
DED	
Síntese das providências adotadas	
Providências adotadas de acordo com a recomendação encaminhada.	
Síntese dos resultados obtidos	
Não há	
Análise crítica dos fatores positivos e negativos que facilitaram ou prejudicaram a adoção de providências pelo gestor	
Não há	

Caracterização da Recomendação expedida pela Unidade de Controle Interno ou Auditoria Interna	
Identificação do Parecer	Parecer AUD/KR/026/2011
Data do Parecer	13/06/2011
Item do Parecer	1
Comunicação Expedida/Data	Parecer
Nome da unidade interna da UJ destinatária da recomendação	CGPE
Descrição da Recomendação	RECOMENDAÇÃO: o envio do processo à Procuradoria Federal na CAPES para análise e emissão de parecer, tendo em vista a o a natureza jurídica da questão e a repercussão para casos análogos.
Providências adotadas pela unidade interna responsável	
Nome da unidade interna da UJ responsável pelo atendimento da recomendação	
CGPE	
Síntese das providências adotadas	
Providências adotadas de acordo com a recomendação encaminhada.	
Síntese dos resultados obtidos	
Não há	
Análise crítica dos fatores positivos e negativos que facilitaram ou prejudicaram a adoção de providências pelo gestor	
Não há	

Caracterização da Recomendação expedida pela Unidade de Controle Interno ou Auditoria Interna	
Identificação do Parecer	Parecer AUD/AS/027/2011
Data do Parecer	13/06/2011
Item do Parecer	1
Comunicação Expedida/Data	Parecer
Nome da unidade interna da UJ destinatária da recomendação	CPRO
Descrição da Recomendação	Recomendação (1): à CPRO, informar ao bolsista e à Coordenadora do referido programa sobre o indeferimento do pedido de retorno ao país sem a necessidade de restituir os valores concedidos a título de bolsa de estudos.
Providências adotadas pela unidade interna responsável	
Nome da unidade interna da UJ responsável pelo atendimento da recomendação	
CPRO	
Síntese das providências adotadas	
Providências adotadas de acordo com a recomendação encaminhada.	
Síntese dos resultados obtidos	
Não há	
Análise crítica dos fatores positivos e negativos que facilitaram ou prejudicaram a adoção de providências pelo gestor	
Não há	

Caracterização da Recomendação expedida pela Unidade de Controle Interno ou Auditoria Interna	
Identificação do Parecer	Parecer AUD/AS/027/2011
Data do Parecer	13/06/2011
Item do Parecer	2
Comunicação Expedida/Data	Parecer
Nome da unidade interna da UJ destinatária da recomendação	CPRO
Descrição da Recomendação	Recomendação (2): à CPRO, solicitar a restituição dos valores concedidos a título de bolsa no caso de revogação da concessão da bolsa (item 5.4 do edital nº 008/2011/CAPES), retorno do bolsista ao país sem a autorização da CAPES (itens 2 e 12 do Termo de Compromisso) e no caso de não conclusão dos trabalhos propostos (itens 8 e 12 do Termo de Compromisso).
Providências adotadas pela unidade interna responsável	
Nome da unidade interna da UJ responsável pelo atendimento da recomendação	CPRO
Síntese das providências adotadas	Providências adotadas de acordo com a recomendação encaminhada.
Síntese dos resultados obtidos	Não há
Análise crítica dos fatores positivos e negativos que facilitaram ou prejudicaram a adoção de providências pelo gestor	Não há

Caracterização da Recomendação expedida pela Unidade de Controle Interno ou Auditoria Interna	
Identificação do Parecer	Parecer AUD/LL/030/2011
Data do Parecer	27/06/2011
Item do Parecer	1
Comunicação Expedida/Data	Parecer
Nome da unidade interna da UJ destinatária da recomendação	DPB
Descrição da Recomendação	Recomendação 1: à DPB, o indeferimento do pedido formulado pelo ex-bolsista Erick José dos Santos, conforme Acórdão TCU nº 4599/2009.
Providências adotadas pela unidade interna responsável	
Nome da unidade interna da UJ responsável pelo atendimento da recomendação	
DPB	
Síntese das providências adotadas	
Providências adotadas de acordo com a recomendação encaminhada.	
Síntese dos resultados obtidos	
Não há	
Análise crítica dos fatores positivos e negativos que facilitaram ou prejudicaram a adoção de providências pelo gestor	
Não há	

Caracterização da Recomendação expedida pela Unidade de Controle Interno ou Auditoria Interna	
Identificação do Parecer	Parecer AUD/LL/030/2011
Data do Parecer	27/06/2011
Item do Parecer	2
Comunicação Expedida/Data	Parecer
Nome da unidade interna da UJ destinatária da recomendação	DPB
Descrição da Recomendação	Recomendação 2: à DPB, que notifique a UFCG para que restitua os valores devidos pelos ex-bolsistas integral e imediatamente, com incidência de juros e correção monetária conforme cálculo pelo Sistema de Débitos do TCU
Providências adotadas pela unidade interna responsável	
Nome da unidade interna da UJ responsável pelo atendimento da recomendação	
DPB	
Síntese das providências adotadas	
Providências adotadas de acordo com a recomendação encaminhada.	
Síntese dos resultados obtidos	
Não há	
Análise crítica dos fatores positivos e negativos que facilitaram ou prejudicaram a adoção de providências pelo gestor	
Não há	

Caracterização da Recomendação expedida pela Unidade de Controle Interno ou Auditoria Interna	
Identificação do Parecer	Parecer AUD/LL/031/2011
Data do Parecer	07/07/2011
Item do Parecer	1
Comunicação Expedida/Data	Parecer
Nome da unidade interna da UJ destinatária da recomendação	DPB
Descrição da Recomendação	RECOMENDAÇÃO: À DPB, a reativação da bolsa PROSUP retroativa ao mês de março de 2011, pois a bolsista não incorreu, conforme o relatado nos autos do presente processo, em irregularidade no que diz respeito à percepção de bolsas ofertadas pela CAPES.
Providências adotadas pela unidade interna responsável	
Nome da unidade interna da UJ responsável pelo atendimento da recomendação	
DPB	
Síntese das providências adotadas	
Providências adotadas de acordo com a recomendação encaminhada.	
Síntese dos resultados obtidos	
Não há	
Análise crítica dos fatores positivos e negativos que facilitaram ou prejudicaram a adoção de providências pelo gestor	
Não há	

Caracterização da Recomendação expedida pela Unidade de Controle Interno ou Auditoria Interna	
Identificação do Parecer	Parecer AUD/LL/034/2011
Data do Parecer	07/07/2011
Item do Parecer	1
Comunicação Expedida/Data	Parecer
Nome da unidade interna da UJ destinatária da recomendação	DPB
Descrição da Recomendação	Recomendação: à DPB, o deferimento da solicitação da ex-bolsista, que seja, o desligamento do curso sem a necessidade de restituição das mensalidades recebidas a título de mestrado.
Providências adotadas pela unidade interna responsável	
Nome da unidade interna da UJ responsável pelo atendimento da recomendação	
DPB	
Síntese das providências adotadas	
Providências adotadas de acordo com a recomendação encaminhada.	
Síntese dos resultados obtidos	
Não há	
Análise crítica dos fatores positivos e negativos que facilitaram ou prejudicaram a adoção de providências pelo gestor	
Não há	

Caracterização da Recomendação expedida pela Unidade de Controle Interno ou Auditoria Interna	
Identificação do Parecer	Parecer AUD/AS/036/2011
Data do Parecer	04/08/2011
Item do Parecer	1
Comunicação Expedida/Data	Parecer
Nome da unidade interna da UJ destinatária da recomendação	GAB
Descrição da Recomendação	RECOMENDAÇÃO: Somos pelo envio deste processo à Diretoria Colegiada da CAPES para análise do caso, conforme cláusula 2 do Termo de Compromisso (fl. 16).
Providências adotadas pela unidade interna responsável	
Nome da unidade interna da UJ responsável pelo atendimento da recomendação	
GAB	
Síntese das providências adotadas	
Providências adotadas de acordo com a recomendação encaminhada.	
Síntese dos resultados obtidos	
Não há	
Análise crítica dos fatores positivos e negativos que facilitaram ou prejudicaram a adoção de providências pelo gestor	
Não há	

Caracterização da Recomendação expedida pela Unidade de Controle Interno ou Auditoria Interna	
Identificação do Parecer	Parecer AUD/AS/037/2011
Data do Parecer	09/08/2011
Item do Parecer	1
Comunicação Expedida/Data	Parecer
Nome da unidade interna da UJ destinatária da recomendação	DPB
Descrição da Recomendação	RECOMENDAÇÃO (1): À DPB, suspender imediatamente, caso ainda não o tenha feito, o pagamento da bolsa DS e solicitar à UFRJ a restituição dos valores concedidos a título de bolsa.
Providências adotadas pela unidade interna responsável	
Nome da unidade interna da UJ responsável pelo atendimento da recomendação	
DPB	
Síntese das providências adotadas	
Providências adotadas de acordo com a recomendação encaminhada.	
Síntese dos resultados obtidos	
Não há	
Análise crítica dos fatores positivos e negativos que facilitaram ou prejudicaram a adoção de providências pelo gestor	
Não há	

Caracterização da Recomendação expedida pela Unidade de Controle Interno ou Auditoria Interna	
Identificação do Parecer	Parecer AUD/AS/037/2011
Data do Parecer	09/08/2011
Item do Parecer	2
Comunicação Expedida/Data	Parecer
Nome da unidade interna da UJ destinatária da recomendação	DPB
Descrição da Recomendação	RECOMENDAÇÃO (2): à DGES, bloquear nos sistemas financeiros o de pagamento de bolsas a concessão de benefício ao referido bolsista pelo período de 5 anos a contar de março de 2011 (data de conhecimento do fato), conforme art. 14 da Portaria CAPES nº 76/2010.
Providências adotadas pela unidade interna responsável	
Nome da unidade interna da UJ responsável pelo atendimento da recomendação	
DPB	
Síntese das providências adotadas	
Providências adotadas de acordo com a recomendação encaminhada.	
Síntese dos resultados obtidos	
Não há	
Análise crítica dos fatores positivos e negativos que facilitaram ou prejudicaram a adoção de providências pelo gestor	
Não há	

Caracterização da Recomendação expedida pela Unidade de Controle Interno ou Auditoria Interna	
Identificação do Parecer	Parecer AUD/AS/038/2011
Data do Parecer	15/08/2011
Item do Parecer	1
Comunicação Expedida/Data	Parecer
Nome da unidade interna da UJ destinatária da recomendação	DPB
Descrição da Recomendação	RECOMENDAÇÃO (1): à DPB, suspender imediatamente, caso ainda não o tenha feito, o pagamento da bolsa REUNI e solicitar à USP a restituição dos valores concedidos a título de bolsa na modalidade Demanda Social e à UNIFESP na modalidade REUNI.
Providências adotadas pela unidade interna responsável	
Nome da unidade interna da UJ responsável pelo atendimento da recomendação	
DPB	
Síntese das providências adotadas	
Providências adotadas de acordo com a recomendação encaminhada.	
Síntese dos resultados obtidos	
Não há	
Análise crítica dos fatores positivos e negativos que facilitaram ou prejudicaram a adoção de providências pelo gestor	
Não há	

Caracterização da Recomendação expedida pela Unidade de Controle Interno ou Auditoria Interna	
Identificação do Parecer	Parecer AUD/AS/038/2011
Data do Parecer	15/08/2011
Item do Parecer	2
Comunicação Expedida/Data	Parecer
Nome da unidade interna da UJ destinatária da recomendação	DGES
Descrição da Recomendação	RECOMENDAÇÃO (2): à DGES, bloquear nos sistemas financeiros e de pagamento de bolsas a concessão de benefícios ao referido bolsista pelo período de 5 anos a contar de 6 de junho de 2011, data de conhecimento do fato.
Providências adotadas pela unidade interna responsável	
Nome da unidade interna da UJ responsável pelo atendimento da recomendação	
DGES	
Síntese das providências adotadas	
Providências adotadas de acordo com a recomendação encaminhada.	
Síntese dos resultados obtidos	
Não há	
Análise crítica dos fatores positivos e negativos que facilitaram ou prejudicaram a adoção de providências pelo gestor	
Não há	
Caracterização da Recomendação expedida pela Unidade de Controle Interno ou Auditoria Interna	
Identificação do Parecer	Parecer AUD/KR/039/2011
Data do Parecer	16/08/2011
Item do Parecer	1
Comunicação Expedida/Data	Parecer
Nome da unidade interna da UJ destinatária da recomendação	CGC
Descrição da Recomendação	RECOMENDAÇÃO: a manutenção, na edição de 2011, do mesmo Coordenador Institucional da edição de 2009 do Pibid, desde que o repasse de recursos do referido auxílio referente ao Edital 2011 só seja firmado após a apresentação da prestação de contas da edição anterior, conforme sugerido pela Coordenação-Geral de Desenvolvimento de Conteúdo Curricular e de Modelos Experimentais – CGC.
Providências adotadas pela unidade interna responsável	
Nome da unidade interna da UJ responsável pelo atendimento da recomendação	
CGC	
Síntese das providências adotadas	
Providências adotadas de acordo com a recomendação encaminhada.	
Síntese dos resultados obtidos	
Não há	
Análise crítica dos fatores positivos e negativos que facilitaram ou prejudicaram a adoção de providências pelo gestor	
Não há	

Caracterização da Recomendação expedida pela Unidade de Controle Interno ou Auditoria Interna	
Identificação do Parecer	Parecer AUD/LG/040/2011
Data do Parecer	16/08/2011
Item do Parecer	1
Comunicação Expedida/Data	Parecer
Nome da unidade interna da UJ destinatária da recomendação	DED
Descrição da Recomendação	RECOMENDAÇÃO: somos pelo indeferimento do pedido da ex-bolsista, o cancelamento da bolsa UAB, o ressarcimento da bolsa PROSUP e a não concessão de benefícios desta Fundação à ex-bolsista pelo prazo de cinco anos.
Providências adotadas pela unidade interna responsável	
Nome da unidade interna da UJ responsável pelo atendimento da recomendação	
CGFO/DED e DPB	
Síntese das providências adotadas	
Providências adotadas de acordo com a recomendação encaminhada.	
Síntese dos resultados obtidos	
Não há	
Análise crítica dos fatores positivos e negativos que facilitaram ou prejudicaram a adoção de providências pelo gestor	
Não há	

Caracterização da Recomendação expedida pela Unidade de Controle Interno ou Auditoria Interna	
Identificação do Parecer	Parecer AUD/LG/041/2011
Data do Parecer	24/08/2011
Item do Parecer	1
Comunicação Expedida/Data	Parecer
Nome da unidade interna da UJ destinatária da recomendação	DRI
Descrição da Recomendação	RECOMENDAÇÃO: Encaminhar este parecer à CGBE/DRI e ao ex-bolsista, por meio de ofício, informando que a sua proposta de ressarcimento foi indeferida e que ele deve realizar o pagamento do valor devido de uma só vez, sendo o valor atualizado por meio do Sistema Débito TCU.
Providências adotadas pela unidade interna responsável	
Nome da unidade interna da UJ responsável pelo atendimento da recomendação	
DRI	
Síntese das providências adotadas	
Providências adotadas de acordo com a recomendação encaminhada.	
Síntese dos resultados obtidos	
Não há	
Análise crítica dos fatores positivos e negativos que facilitaram ou prejudicaram a adoção de providências pelo gestor	
Não há	

Caracterização da Recomendação expedida pela Unidade de Controle Interno ou Auditoria Interna	
Identificação do Parecer	Parecer AUD/AS/042/2011
Data do Parecer	22/08/2011
Item do Parecer	1
Comunicação Expedida/Data	Parecer
Nome da unidade interna da UJ destinatária da recomendação	DPB
Descrição da Recomendação	RECOMENDAÇÃO (1): à DPB, a reativação da bolsa DS, bem como pagamento retroativo ao mês de julho de 2011.
Providências adotadas pela unidade interna responsável	
Nome da unidade interna da UJ responsável pelo atendimento da recomendação	
DPB	
Síntese das providências adotadas	
Providências adotadas de acordo com a recomendação encaminhada.	
Síntese dos resultados obtidos	
Não há	
Análise crítica dos fatores positivos e negativos que facilitaram ou prejudicaram a adoção de providências pelo gestor	
Não há	

Caracterização da Recomendação expedida pela Unidade de Controle Interno ou Auditoria Interna	
Identificação do Parecer	Parecer AUD/AS/042/2011
Data do Parecer	22/08/2011
Item do Parecer	2
Comunicação Expedida/Data	Parecer
Nome da unidade interna da UJ destinatária da recomendação	DED
Descrição da Recomendação	RECOMENDAÇÃO (2): à DED, para conhecimento e confirmação das informações contidas na declaração da Universidade Federal do Piauí de 9 de agosto de 2011 (fl. 12).
Providências adotadas pela unidade interna responsável	
Nome da unidade interna da UJ responsável pelo atendimento da recomendação	
DED	
Síntese das providências adotadas	
Providências adotadas de acordo com a recomendação encaminhada.	
Síntese dos resultados obtidos	
Não há	
Análise crítica dos fatores positivos e negativos que facilitaram ou prejudicaram a adoção de providências pelo gestor	
Não há	

Caracterização da Recomendação expedida pela Unidade de Controle Interno ou Auditoria Interna	
Identificação do Parecer	Parecer AUD/AA/043/2011
Data do Parecer	30/08/2011
Item do Parecer	1
Comunicação Expedida/Data	Parecer
Nome da unidade interna da UJ destinatária da recomendação	CPCC
Descrição da Recomendação	RECOMENDAÇÃO (1): à CPCC, enviar notificação solicitando o ressarcimento do valor corrigido monetariamente e com a incidência de juros, juntamente com cópia do presente parecer.
Providências adotadas pela unidade interna responsável	
Nome da unidade interna da UJ responsável pelo atendimento da recomendação	
CPCC	
Síntese das providências adotadas	
Providências adotadas de acordo com a recomendação encaminhada.	
Síntese dos resultados obtidos	
Não há	
Análise crítica dos fatores positivos e negativos que facilitaram ou prejudicaram a adoção de providências pelo gestor	
Não há	

Caracterização da Recomendação expedida pela Unidade de Controle Interno ou Auditoria Interna	
Identificação do Parecer	Parecer AUD/AA/043/2011
Data do Parecer	30/08/2011
Item do Parecer	2
Comunicação Expedida/Data	Parecer
Nome da unidade interna da UJ destinatária da recomendação	CPCC
Descrição da Recomendação	RECOMENDAÇÃO (2): à CPCC, retornar o processo a esta AUD caso não haja o ressarcimento, para abertura de processo de TCE.
Providências adotadas pela unidade interna responsável	
Nome da unidade interna da UJ responsável pelo atendimento da recomendação	
CPCC	
Síntese das providências adotadas	
Providências adotadas de acordo com a recomendação encaminhada.	
Síntese dos resultados obtidos	
Não há	
Análise crítica dos fatores positivos e negativos que facilitaram ou prejudicaram a adoção de providências pelo gestor	
Não há	

Caracterização da Recomendação expedida pela Unidade de Controle Interno ou Auditoria Interna	
Identificação do Parecer	Parecer AUD/LG/044/2011
Data do Parecer	05/09/2011
Item do Parecer	1
Comunicação Expedida/Data	Parecer
Nome da unidade interna da UJ destinatária da recomendação	CGSI
Descrição da Recomendação	RECOMENDAÇÃO (1): à CGSI, para efetuar o cancelamento da bolsa DS, caso ainda esteja em vigência.
Providências adotadas pela unidade interna responsável	
Nome da unidade interna da UJ responsável pelo atendimento da recomendação	
CGSI	
Síntese das providências adotadas	
Providências adotadas de acordo com a recomendação encaminhada.	
Síntese dos resultados obtidos	
Não há	
Análise crítica dos fatores positivos e negativos que facilitaram ou prejudicaram a adoção de providências pelo gestor	
Não há	

Caracterização da Recomendação expedida pela Unidade de Controle Interno ou Auditoria Interna	
Identificação do Parecer	Parecer AUD/LG/044/2011
Data do Parecer	05/09/2011
Item do Parecer	2
Comunicação Expedida/Data	Parecer
Nome da unidade interna da UJ destinatária da recomendação	CGSI
Descrição da Recomendação	RECOMENDAÇÃO (2): à CGSI, para o envio de Notificação à Universidade Federal do Rio Grande do Norte – UFRN, para que esta realize o pagamento imediata e integralmente, com fulcro no inciso IX do art. 4º da Portaria CAPES nº 76/2010. Atualmente, o valor devido (referente às mensalidades de maio e junho/2011) perfaz o montante de R\$ 2.441,73 (dois mil, quatrocentos e quarenta e um reais e setenta e três centavos), conforme demonstrativo de débito do Sistema Débito do Tribunal de Contas da União, em anexo.
Providências adotadas pela unidade interna responsável	
Nome da unidade interna da UJ responsável pelo atendimento da recomendação	
CGSI	
Síntese das providências adotadas	
Providências adotadas de acordo com a recomendação encaminhada.	
Síntese dos resultados obtidos	
Não há	
Análise crítica dos fatores positivos e negativos que facilitaram ou prejudicaram a adoção de providências pelo gestor	
Não há	

Caracterização da Recomendação expedida pela Unidade de Controle Interno ou Auditoria Interna	
Identificação do Parecer	Parecer AUD/LG/044/2011
Data do Parecer	05/09/2011
Item do Parecer	3
Comunicação Expedida/Data	Parecer
Nome da unidade interna da UJ destinatária da recomendação	DGES
Descrição da Recomendação	RECOMENDAÇÃO (3): à DGES, por ter a bolsista descumprido o parágrafo único do art. 14 da Portaria CAPES nº 076, de 14 de abril de 2010, bloquear nos sistemas financeiros e de pagamento de bolsas a concessão de benefícios ao referido bolsista pelo período de 5 anos
Providências adotadas pela unidade interna responsável	
Nome da unidade interna da UJ responsável pelo atendimento da recomendação	
DGES	
Síntese das providências adotadas	
Providências adotadas de acordo com a recomendação encaminhada.	
Síntese dos resultados obtidos	
Não há	
Análise crítica dos fatores positivos e negativos que facilitaram ou prejudicaram a adoção de providências pelo gestor	
Não há	

Caracterização da Recomendação expedida pela Unidade de Controle Interno ou Auditoria Interna	
Identificação do Parecer	Parecer AUD/LG/044/2011
Data do Parecer	05/09/2011
Item do Parecer	4
Comunicação Expedida/Data	Parecer
Nome da unidade interna da UJ destinatária da recomendação	DED
Descrição da Recomendação	RECOMENDAÇÃO (4): À DED, para efetuar o cancelamento da bolsa UAB, considerando o descumprimento da Resolução CD/FNDE nº 26/2009 c/c com o Termo de Compromisso assumido pela bolsista.
Providências adotadas pela unidade interna responsável	
Nome da unidade interna da UJ responsável pelo atendimento da recomendação	
DED	
Síntese das providências adotadas	
Providências adotadas de acordo com a recomendação encaminhada.	
Síntese dos resultados obtidos	
Não há	
Análise crítica dos fatores positivos e negativos que facilitaram ou prejudicaram a adoção de providências pelo gestor	
Não há	

Caracterização da Recomendação expedida pela Unidade de Controle Interno ou Auditoria Interna	
Identificação do Parecer	Parecer AUD/LG/045/2011
Data do Parecer	05/09/2011
Item do Parecer	1
Comunicação Expedida/Data	Parecer
Nome da unidade interna da UJ destinatária da recomendação	CGOF
Descrição da Recomendação	Somos pelo envio de ofício ao Sr. Fabrício juntamente com cópia do presente parecer para que apresente defesa em relação às letras “c”, “d” e “e” do parágrafo 24 acima ou efetue a devolução do auxílio financeiro concedido por esta Fundação.
Providências adotadas pela unidade interna responsável	
Nome da unidade interna da UJ responsável pelo atendimento da recomendação	
CGOF	
Síntese das providências adotadas	
Providências adotadas de acordo com a recomendação encaminhada.	
Síntese dos resultados obtidos	
Não há	
Análise crítica dos fatores positivos e negativos que facilitaram ou prejudicaram a adoção de providências pelo gestor	
Não há	

Caracterização da Recomendação expedida pela Unidade de Controle Interno ou Auditoria Interna	
Identificação do Parecer	Parecer AUD/AS/046/2011
Data do Parecer	31/08/2011
Item do Parecer	1
Comunicação Expedida/Data	Parecer
Nome da unidade interna da UJ destinatária da recomendação	CGBE
Descrição da Recomendação	INFORMAÇÃO: somos pelo ressarcimento do auxílio deslocamento, no valor de R\$ 4.165,88 (quatro mil, cento e sessenta e cinco reais e oitenta e oito centavos), considerados aí juros de mora e atualização monetária pelo IPCA, em 20 (vinte) parcelas, e sem o abatimento do trecho Camberra-Sidney, havendo, neste caso, a necessidade de assinatura de Termo de Confissão de Dívida.
Providências adotadas pela unidade interna responsável	
Nome da unidade interna da UJ responsável pelo atendimento da recomendação	
CGBE	
Síntese das providências adotadas	
Providências adotadas de acordo com a recomendação encaminhada.	
Síntese dos resultados obtidos	
Não há	
Análise crítica dos fatores positivos e negativos que facilitaram ou prejudicaram a adoção de providências pelo gestor	
Não há	

Caracterização da Recomendação expedida pela Unidade de Controle Interno ou Auditoria Interna	
Identificação do Parecer	Parecer AUD/AS/047/2011
Data do Parecer	14/09/2011
Item do Parecer	1
Comunicação Expedida/Data	Parecer
Nome da unidade interna da UJ destinatária da recomendação	DPB
Descrição da Recomendação	RECOMENDAÇÃO (1): À DPB, suspender imediatamente, caso ainda não o tenha feito, os pagamentos da bolsa DS, e solicitar à UFAM a restituição dos valores, corrigidos monetariamente, concedidos a título de bolsa DS.
Providências adotadas pela unidade interna responsável	
Nome da unidade interna da UJ responsável pelo atendimento da recomendação	
DPB	
Síntese das providências adotadas	
Providências adotadas de acordo com a recomendação encaminhada.	
Síntese dos resultados obtidos	
Não há	
Análise crítica dos fatores positivos e negativos que facilitaram ou prejudicaram a adoção de providências pelo gestor	
Não há	

Caracterização da Recomendação expedida pela Unidade de Controle Interno ou Auditoria Interna	
Identificação do Parecer	Parecer AUD/AS/047/2011
Data do Parecer	14/09/2011
Item do Parecer	2
Comunicação Expedida/Data	Parecer
Nome da unidade interna da UJ destinatária da recomendação	PF
Descrição da Recomendação	RECOMENDAÇÃO (2): Em face da natureza jurídica do tema quanto à obrigatoriedade de restituição da bolsa PARFOR, já que o bolsista laborou na condição de Professor Pesquisador, e a repercussão da decisão para casos análogos, recomendamos o envio do assunto para parecer da Procuradoria Federal/CAPES, a fim de subsidiar a decisão;
Providências adotadas pela unidade interna responsável	
Nome da unidade interna da UJ responsável pelo atendimento da recomendação	
PF	
Síntese das providências adotadas	
Providências adotadas de acordo com a recomendação encaminhada.	
Síntese dos resultados obtidos	
Não há	
Análise crítica dos fatores positivos e negativos que facilitaram ou prejudicaram a adoção de providências pelo gestor	
Não há	

Caracterização da Recomendação expedida pela Unidade de Controle Interno ou Auditoria Interna	
Identificação do Parecer	Parecer AUD/AS/047/2011
Data do Parecer	14/09/2011
Item do Parecer	3
Comunicação Expedida/Data	Parecer
Nome da unidade interna da UJ destinatária da recomendação	DPB
Descrição da Recomendação	RECOMENDAÇÃO (3): Após análise da Procuradoria Federal/CAPES que o processo seja devolvido à Auditoria Interna para que se d continuidade aos procedimentos devidos
Providências adotadas pela unidade interna responsável	
Nome da unidade interna da UJ responsável pelo atendimento da recomendação	DPB
Síntese das providências adotadas	Providências adotadas de acordo com a recomendação encaminhada.
Síntese dos resultados obtidos	Não há
Análise crítica dos fatores positivos e negativos que facilitaram ou prejudicaram a adoção de providências pelo gestor	Não há

Caracterização da Recomendação expedida pela Unidade de Controle Interno ou Auditoria Interna	
Identificação do Parecer	Parecer AUD/KR/049/2011
Data do Parecer	14/09/2011
Item do Parecer	1
Comunicação Expedida/Data	Parecer
Nome da unidade interna da UJ destinatária da recomendação	CGSI
Descrição da Recomendação	RECOMENDAÇÃO (1): à CGSI, efetuar o cancelamento da bols. PRODOC, caso ainda esteja em vigência.
Providências adotadas pela unidade interna responsável	
Nome da unidade interna da UJ responsável pelo atendimento da recomendação	
CGSI	
Síntese das providências adotadas	
Providências adotadas de acordo com a recomendação encaminhada.	
Síntese dos resultados obtidos	
Não há	
Análise crítica dos fatores positivos e negativos que facilitaram ou prejudicaram a adoção de providências pelo gestor	
Não há	

Caracterização da Recomendação expedida pela Unidade de Controle Interno ou Auditoria Interna	
Identificação do Parecer	Parecer AUD/KR/049/2011
Data do Parecer	14/09/2011
Item do Parecer	2
Comunicação Expedida/Data	Parecer
Nome da unidade interna da UJ destinatária da recomendação	CGSI
Descrição da Recomendação	RECOMENDAÇÃO (2): à CGSI, o envio de Notificação ao bolsista para que este realize o pagamento, com fulcro no item 28.3 do Edital MEC/CAPES nº 029/2010. O valor devido (relativo às mensalidades de maio e junho/2011), descontando-se os valores já ressarcidos ao FNDE no valor de R\$ 3.900,00 (três mil e novecentos reais), conforme consta à fls. 103,104, 110 perfaz o montante de R\$2.853,44 (dois mil oitocentos cinquenta e três reais e quarenta e quatro centavos), conf. cálculo por meio do Sistema “Débito do TCU” (fl. 131)
Providências adotadas pela unidade interna responsável	
Nome da unidade interna da UJ responsável pelo atendimento da recomendação	
CGSI	
Síntese das providências adotadas	
Providências adotadas de acordo com a recomendação encaminhada.	
Síntese dos resultados obtidos	
Não há	

Caracterização da Recomendação expedida pela Unidade de Controle Interno ou Auditoria Interna	
Identificação do Parecer	Parecer AUD/KR/049/2011
Data do Parecer	14/09/2011
Item do Parecer	3
Comunicação Expedida/Data	Parecer
Nome da unidade interna da UJ destinatária da recomendação	DED
Descrição da Recomendação	RECOMENDAÇÃO (3): À DED, efetuar o cancelamento da bolsa UAB, considerando o descumprimento da Resolução CD/FNDE nº 26/2009.
Providências adotadas pela unidade interna responsável	
Nome da unidade interna da UJ responsável pelo atendimento da recomendação	
DED	
Síntese das providências adotadas	
Providências adotadas de acordo com a recomendação encaminhada.	
Síntese dos resultados obtidos	
Não há	
Análise crítica dos fatores positivos e negativos que facilitaram ou prejudicaram a adoção de providências pelo gestor	
Não há	

Caracterização da Recomendação expedida pela Unidade de Controle Interno ou Auditoria Interna	
Identificação do Parecer	Parecer AUD/KR/050/2011
Data do Parecer	19/09/2011
Item do Parecer	1
Comunicação Expedida/Data	Parecer
Nome da unidade interna da UJ destinatária da recomendação	CGSI
Descrição da Recomendação	RECOMENDAÇÃO (1): à CGSI, efetuar o cancelamento da bolsa DS, caso ainda esteja em vigência.
Providências adotadas pela unidade interna responsável	
Nome da unidade interna da UJ responsável pelo atendimento da recomendação	
CGSI	
Síntese das providências adotadas	
Providências adotadas de acordo com a recomendação encaminhada.	
Síntese dos resultados obtidos	
Não há	
Análise crítica dos fatores positivos e negativos que facilitaram ou prejudicaram a adoção de providências pelo gestor	
Não há	

Caracterização da Recomendação expedida pela Unidade de Controle Interno ou Auditoria Interna	
Identificação do Parecer	Parecer AUD/KR/050/2011
Data do Parecer	19/09/2011
Item do Parecer	2
Comunicação Expedida/Data	Parecer
Nome da unidade interna da UJ destinatária da recomendação	CGSI
Descrição da Recomendação	RECOMENDAÇÃO (2): à CGSI, o envio de Notificação à Universidade Federal do Amazonas para que esta realize o pagamento imediata e integralmente, com fulcro no inciso IX do art. 4º da Portaria CAPES nº 76/2010. Atualmente, o valor devido (relativo às mensalidades de setembro/2010 a junho/2011) perfaz o montante de R\$ 18.029,56 (dezoito mil e vinte e nove reais e cinquenta e seis centavos), conforme demonstrativo de débito do Sistema Débito do Tribunal de Contas da União, em anexo.
Providências adotadas pela unidade interna responsável	
Nome da unidade interna da UJ responsável pelo atendimento da recomendação	
CGSI	
Síntese das providências adotadas	
Providências adotadas de acordo com a recomendação encaminhada.	
Síntese dos resultados obtidos	
Não há	
Análise crítica dos fatores positivos e negativos que facilitaram ou prejudicaram a adoção de providências pelo gestor	
Não há	



Caracterização da Recomendação expedida pela Unidade de Controle Interno ou Auditoria Interna	
Identificação do Parecer	Parecer AUD/KR/050/2011
Data do Parecer	19/09/2011
Item do Parecer	3
Comunicação Expedida/Data	Parecer
Nome da unidade interna da UJ destinatária da recomendação	CGSI
Descrição da Recomendação	RECOMENDAÇÃO (3): À CGSI, tomar cautela ao emitir informação à IES, conforme consta às fls. 05/06, quando cita que “as bolsas dos discentes serão suspensas no Programa de Demanda Social, sendo a reativação condicionada à devolução do recurso recebido irregularmente (...)”, visto que tal afirmação contraria o disposto no parágrafo único do art. 14 do Regulamento do Programa de Demanda Social, que impossibilita o bolsista de receber benefícios pela CAPES por cinco anos.
Providências adotadas pela unidade interna responsável	
Nome da unidade interna da UJ responsável pelo atendimento da recomendação	
CGSI	
Síntese das providências adotadas	
Providências adotadas de acordo com a recomendação encaminhada.	
Síntese dos resultados obtidos	
Não há	
Análise crítica dos fatores positivos e negativos que facilitaram ou prejudicaram a adoção de providências pelo gestor	
Não há	



Caracterização da Recomendação expedida pela Unidade de Controle Interno ou Auditoria Interna	
Identificação do Parecer	Parecer AUD/KR/050/2011
Data do Parecer	19/09/2011
Item do Parecer	4
Comunicação Expedida/Data	Parecer
Nome da unidade interna da UJ destinatária da recomendação	DGES
Descrição da Recomendação	RECOMENDAÇÃO (4): à DGES, por ter a bolsista descumprido o parágrafo único do art. 14 da Portaria CAPES nº 076, de 14 de abril de 2010, bloquear nos sistemas financeiros e de pagamento de bolsas a concessão de benefícios à referida bolsista pelo período de 5 anos.
Providências adotadas pela unidade interna responsável	
Nome da unidade interna da UJ responsável pelo atendimento da recomendação	
DGES	
Síntese das providências adotadas	
Providências adotadas de acordo com a recomendação encaminhada.	
Síntese dos resultados obtidos	
Não há	
Análise crítica dos fatores positivos e negativos que facilitaram ou prejudicaram a adoção de providências pelo gestor	
Não há	



Caracterização da Recomendação expedida pela Unidade de Controle Interno ou Auditoria Interna	
Identificação do Parecer	Parecer AUD/LL/052/2011
Data do Parecer	29/09/2011
Item do Parecer	1
Comunicação Expedida/Data	Parecer
Nome da unidade interna da UJ destinatária da recomendação	GAB
Descrição da Recomendação	RECOMENDAÇÃO: somos pelo ressarcimento conforme proposto pelo ex-bolsista em 60 (sessenta) parcelas, corrigidas mensalmente pelo IPCA, havendo, neste caso, a necessidade de assinatura de Termo de Confissão de Dívida.
Providências adotadas pela unidade interna responsável	
Nome da unidade interna da UJ responsável pelo atendimento da recomendação	
GAB	
Síntese das providências adotadas	
Providências adotadas de acordo com a recomendação encaminhada.	
Síntese dos resultados obtidos	
Não há	
Análise crítica dos fatores positivos e negativos que facilitaram ou prejudicaram a adoção de providências pelo gestor	
Não há	



Caracterização da Recomendação expedida pela Unidade de Controle Interno ou Auditoria Interna	
Identificação do Parecer	Parecer AUD/LL/053/2011
Data do Parecer	10/10/2011
Item do Parecer	1
Comunicação Expedida/Data	Parecer
Nome da unidade interna da UJ destinatária da recomendação	GAB
Descrição da Recomendação	RECOMENDAÇÃO (1): a apreciação, pela Diretoria Colegiada, da atividade exercida pelo ex-bolsista Marcelo Thompson, com relação a sua relevância e interesse para o Brasil, a fim de que seja verificada a possibilidade de dispensa da restituição dos valores relativos a sua bolsa de estudo, conforme disposto no item 10.5 do Edital de Doutorado Pleno no Exterior;
Providências adotadas pela unidade interna responsável	
Nome da unidade interna da UJ responsável pelo atendimento da recomendação	
GAB	
Síntese das providências adotadas	
Providências adotadas de acordo com a recomendação encaminhada.	
Síntese dos resultados obtidos	
Não há	
Análise crítica dos fatores positivos e negativos que facilitaram ou prejudicaram a adoção de providências pelo gestor	
Não há	



Caracterização da Recomendação expedida pela Unidade de Controle Interno ou Auditoria Interna	
Identificação do Parecer	Parecer AUD/LL/053/2011
Data do Parecer	10/10/2011
Item do Parecer	2
Comunicação Expedida/Data	Parecer
Nome da unidade interna da UJ destinatária da recomendação	GAB
Descrição da Recomendação	RECOMENDAÇÃO (2): caso a atividade do ex-bolsista não seja considerada relevante a ponto de dispensá-lo da restituição, que seja apreciado pela Diretoria Colegiada a possibilidade de exclusão da multa de 10% presente no Termo de Compromisso do ex-bolsista;
Providências adotadas pela unidade interna responsável	
Nome da unidade interna da UJ responsável pelo atendimento da recomendação	
GAB	
Síntese das providências adotadas	
Providências adotadas de acordo com a recomendação encaminhada.	
Síntese dos resultados obtidos	
Não há	
Análise crítica dos fatores positivos e negativos que facilitaram ou prejudicaram a adoção de providências pelo gestor	
Não há	



Caracterização da Recomendação expedida pela Unidade de Controle Interno ou Auditoria Interna	
Identificação do Parecer	Parecer AUD/LL/054/2011
Data do Parecer	11/10/2011
Item do Parecer	1
Comunicação Expedida/Data	Parecer
Nome da unidade interna da UJ destinatária da recomendação	GAB
Descrição da Recomendação	INFORMAÇÃO: somos pelo ressarcimento, conforme proposto pelo ex-bolsista, em 48 (quarenta e oito) parcelas, corrigidas mensalmente pelo IPCA, havendo, neste caso, a necessidade de assinatura de Termo de Confissão de Dívida.
Providências adotadas pela unidade interna responsável	
Nome da unidade interna da UJ responsável pelo atendimento da recomendação	
GAB	
Síntese das providências adotadas	
Providências adotadas de acordo com a recomendação encaminhada.	
Síntese dos resultados obtidos	
Não há	
Análise crítica dos fatores positivos e negativos que facilitaram ou prejudicaram a adoção de providências pelo gestor	
Não há	



Caracterização da Recomendação expedida pela Unidade de Controle Interno ou Auditoria Interna	
Identificação do Parecer	Parecer AUD/AS/059/2011
Data do Parecer	21/11/2011
Item do Parecer	1
Comunicação Expedida/Data	Parecer
Nome da unidade interna da UJ destinatária da recomendação	CGBE
Descrição da Recomendação	RECOMENDAÇÃO: Diante da documentação analisada, somos pelo prosseguimento do presente processo para conclusão e encerramento pela CGBE, sem necessidade de restituição das mensalidades pagas ao bolsista, por motivo de doença grave e incurável em dependente. .
Providências adotadas pela unidade interna responsável	
Nome da unidade interna da UJ responsável pelo atendimento da recomendação	
CGBE	
Síntese das providências adotadas	
Providências adotadas de acordo com a recomendação encaminhada.	
Síntese dos resultados obtidos	
Não há	
Análise crítica dos fatores positivos e negativos que facilitaram ou prejudicaram a adoção de providências pelo gestor	
Não há	



Caracterização da Recomendação expedida pela Unidade de Controle Interno ou Auditoria Interna	
Identificação do Parecer	Parecer AUD/AS/060/2011
Data do Parecer	21/11/2011
Item do Parecer	1
Comunicação Expedida/Data	Parecer
Nome da unidade interna da UJ destinatária da recomendação	CGBE
Descrição da Recomendação	RECOMENDAÇÃO: Desse modo, somos pela cobrança de retorno ao país a partir de 15 de outubro de 2012, término do pós-doutorado, a fim de se cumprir o Termo de Compromisso, e sem prejuízo de eventual cobrança, caso a ex-bolsista não retorne no prazo previsto.
Providências adotadas pela unidade interna responsável	
Nome da unidade interna da UJ responsável pelo atendimento da recomendação	
CGBE	
Síntese das providências adotadas	
Providências adotadas de acordo com a recomendação encaminhada.	
Síntese dos resultados obtidos	
Não há	
Análise crítica dos fatores positivos e negativos que facilitaram ou prejudicaram a adoção de providências pelo gestor	
Não há	



Caracterização da Recomendação expedida pela Unidade de Controle Interno ou Auditoria Interna	
Identificação do Parecer	Parecer AUD/LG/061/2011
Data do Parecer	29/11/2011
Item do Parecer	1
Comunicação Expedida/Data	Parecer
Nome da unidade interna da UJ destinatária da recomendação	CGGP
Descrição da Recomendação	RECOMENDAÇÃO (1): à CGGP, conferir se as informações dos atestados médicos recebidos estão de acordo com o estabelecido na Orientação Normativa SRH/MPOG nº 03, de 23 de fevereiro de 2010 e legíveis;
Providências adotadas pela unidade interna responsável	
Nome da unidade interna da UJ responsável pelo atendimento da recomendação	
CGGP	
Síntese das providências adotadas	
Providências adotadas de acordo com a recomendação encaminhada.	
Síntese dos resultados obtidos	
Não há	
Análise crítica dos fatores positivos e negativos que facilitaram ou prejudicaram a adoção de providências pelo gestor	
Não há	



Caracterização da Recomendação expedida pela Unidade de Controle Interno ou Auditoria Interna	
Identificação do Parecer	Parecer AUD/LG/061/2011
Data do Parecer	29/11/2011
Item do Parecer	2
Comunicação Expedida/Data	Parecer
Nome da unidade interna da UJ destinatária da recomendação	CGGP
Descrição da Recomendação	RECOMENDAÇÃO (2): à CGGP, atestar a autenticidade dos atestados recebidos, conforme disposto no item 6.1 da Portaria Normativa SLTI nº 05, de 19 de dezembro de 2002.
Providências adotadas pela unidade interna responsável	
Nome da unidade interna da UJ responsável pelo atendimento da recomendação	
CGGP	
Síntese das providências adotadas	
Providências adotadas de acordo com a recomendação encaminhada.	
Síntese dos resultados obtidos	
Não há	
Análise crítica dos fatores positivos e negativos que facilitaram ou prejudicaram a adoção de providências pelo gestor	
Não há	
Caracterização da Recomendação expedida pela Unidade de Controle Interno ou Auditoria Interna	
Identificação do Parecer	Parecer AUD/LG/061/2011
Data do Parecer	29/11/2011
Item do Parecer	3
Comunicação Expedida/Data	Parecer
Nome da unidade interna da UJ destinatária da recomendação	CGGP
Descrição da Recomendação	RECOMENDAÇÃO (3): à CGGP, solicitar cópia legível do atestado médico à servidora Maria Cristina Ferreira Bastos, atendendo as recomendações acima.
Providências adotadas pela unidade interna responsável	
Nome da unidade interna da UJ responsável pelo atendimento da recomendação	
CGGP	
Síntese das providências adotadas	
Providências adotadas de acordo com a recomendação encaminhada.	
Síntese dos resultados obtidos	
Não há	
Análise crítica dos fatores positivos e negativos que facilitaram ou prejudicaram a adoção de providências pelo gestor	
Não há	

Caracterização da Recomendação expedida pela Unidade de Controle Interno ou Auditoria Interna	
Identificação do Parecer	Parecer AUD/AS/063/2011
Data do Parecer	05/12/2011
Item do Parecer	1
Comunicação Expedida/Data	Parecer
Nome da unidade interna da UJ destinatária da recomendação	CGBE
Descrição da Recomendação	RECOMENDAÇÃO: Diante da documentação analisada, somos pelo prosseguimento do presente processo para conclusão e encerramento pela CGBE, sem necessidade de restituição das mensalidades pagas à bolsista depois da defesa da tese.
Providências adotadas pela unidade interna responsável	
Nome da unidade interna da UJ responsável pelo atendimento da recomendação	
CGBE	
Síntese das providências adotadas	
Providências adotadas de acordo com a recomendação encaminhada.	
Síntese dos resultados obtidos	
Não há	
Análise crítica dos fatores positivos e negativos que facilitaram ou prejudicaram a adoção de providências pelo gestor	
Não há	



Caracterização da Recomendação expedida pela Unidade de Controle Interno ou Auditoria Interna	
Identificação do Parecer	Parecer AUD/LG/064/2011
Data do Parecer	06/12/2011
Item do Parecer	1
Comunicação Expedida/Data	Parecer
Nome da unidade interna da UJ destinatária da recomendação	CGBE
Descrição da Recomendação	RECOMENDAÇÃO: Diante do posicionamento do Tribunal de Contas da União e desta Auditoria em casos análogos de doenças impossíveis de prevenir e determinantes no insucesso de bolsistas, somos pelo encerramento do processo, por considerar o caso como fortuito.
Providências adotadas pela unidade interna responsável	
Nome da unidade interna da UJ responsável pelo atendimento da recomendação	
CGBE	
Síntese das providências adotadas	
Providências adotadas de acordo com a recomendação encaminhada.	
Síntese dos resultados obtidos	
Não há	
Análise crítica dos fatores positivos e negativos que facilitaram ou prejudicaram a adoção de providências pelo gestor	
Não há	

Caracterização da Recomendação expedida pela Unidade de Controle Interno ou Auditoria Interna	
Identificação do Parecer	Parecer AUD/AS/065/2011
Data do Parecer	09/12/2011
Item do Parecer	1
Comunicação Expedida/Data	Parecer
Nome da unidade interna da UJ destinatária da recomendação	DPB
Descrição da Recomendação	RECOMENDAÇÃO (1): À DPB, cancelar imediatamente, caso ainda não o tenha feito, a bolsa PROSUP, e solicitar à PUC/SP a restituição dos valores, corrigidos monetariamente, concedidos a título de bolsa PROSUP, que hoje equivalem à R\$ 1.065,29 (um mil, sessenta e cinco reais, e vinte e nove centavos), conforme demonstrativo de débito anexo.
Providências adotadas pela unidade interna responsável	
Nome da unidade interna da UJ responsável pelo atendimento da recomendação	
DPB	
Síntese das providências adotadas	
Providências adotadas de acordo com a recomendação encaminhada.	
Síntese dos resultados obtidos	
Não há	
Análise crítica dos fatores positivos e negativos que facilitaram ou prejudicaram a adoção de	

providências pelo gestor	
Não há	
Caracterização da Recomendação expedida pela Unidade de Controle Interno ou Auditoria Interna	
Identificação do Parecer	Parecer AUD/AS/065/2011
Data do Parecer	09/12/2011
Item do Parecer	2
Comunicação Expedida/Data	Parecer
Nome da unidade interna da UJ destinatária da recomendação	DEB
Descrição da Recomendação	RECOMENDAÇÃO (2): À DEB, efetuar o cancelamento imediato da bolsa PARFOR, caso ainda não o tenha feito, sem necessidade de restituição dos valores concedidos, considerando o Parecer PGF-Capes/RR/137, de 21/03/2011 (cópia em anexo).
Providências adotadas pela unidade interna responsável	
Nome da unidade interna da UJ responsável pelo atendimento da recomendação	
DEB	
Síntese das providências adotadas	
Providências adotadas de acordo com a recomendação encaminhada.	
Síntese dos resultados obtidos	
Não há	
Análise crítica dos fatores positivos e negativos que facilitaram ou prejudicaram a adoção de providências pelo gestor	
Não há	



Caracterização da Recomendação expedida pela Unidade de Controle Interno ou Auditoria Interna	
Identificação do Parecer	Parecer AUD/AS/065/2011
Data do Parecer	09/12/2011
Item do Parecer	3
Comunicação Expedida/Data	Parecer
Nome da unidade interna da UJ destinatária da recomendação	DGES
Descrição da Recomendação	RECOMENDAÇÃO (3): à DGES, em decorrência do disposto no parágrafo único do art. 14 da Portaria CAPES nº 190, bloquear nos sistemas financeiros e de pagamento de bolsas a concessão de benefícios à referida bolsista pelo período de 5 anos.
Providências adotadas pela unidade interna responsável	
Nome da unidade interna da UJ responsável pelo atendimento da recomendação	
DGES	
Síntese das providências adotadas	
Providências adotadas de acordo com a recomendação encaminhada.	
Síntese dos resultados obtidos	
Não há	
Análise crítica dos fatores positivos e negativos que facilitaram ou prejudicaram a adoção de providências pelo gestor	
Não há	



Caracterização da Recomendação expedida pela Unidade de Controle Interno ou Auditoria Interna	
Identificação do Parecer	Parecer AUD/AS/066/2011
Data do Parecer	09/12/2011
Item do Parecer	1
Comunicação Expedida/Data	Parecer
Nome da unidade interna da UJ destinatária da recomendação	CGCI
Descrição da Recomendação	RECOMENDAÇÃO: à CGCI, em que pese sugestão para proceder com a restituição dos valores recebidos (auxílio instalação e deslocamento), diante do posicionamento do Tribunal de Contas da União, e desta Auditoria em casos análogos de doenças impossíveis de prevenir e determinantes no insucesso de bolsistas, somos pelo encerramento do processo, por considerar o caso como fortuito. Assim, caso esteja de acordo com o posicionamento desta Auditoria Interna, enviar o presente processo, juntamente com este parecer, para a apreciação da Diretoria Colegiada da CAPES.
Providências adotadas pela unidade interna responsável	
Nome da unidade interna da UJ responsável pelo atendimento da recomendação	
CGCI	
Síntese das providências adotadas	
Providências adotadas de acordo com a recomendação encaminhada.	
Síntese dos resultados obtidos	
Não há	
Análise crítica dos fatores positivos e negativos que facilitaram ou prejudicaram a adoção de providências pelo gestor	
Não há	



Caracterização da Recomendação expedida pela Unidade de Controle Interno ou Auditoria Interna	
Identificação do Parecer	Parecer AUD/AS/066/2011
Data do Parecer	09/12/2011
Item do Parecer	1
Comunicação Expedida/Data	Parecer
Nome da unidade interna da UJ destinatária da recomendação	DPB
Descrição da Recomendação	RECOMENDAÇÃO: à DPB, a reativação da bolsa DS, bem como pagamento retroativo dos meses em que a bolsa esteve suspensa.
Providências adotadas pela unidade interna responsável	
Nome da unidade interna da UJ responsável pelo atendimento da recomendação	
DPB	
Síntese das providências adotadas	
Providências adotadas de acordo com a recomendação encaminhada.	
Síntese dos resultados obtidos	
Não há	
Análise crítica dos fatores positivos e negativos que facilitaram ou prejudicaram a adoção de providências pelo gestor	
Não há	

Caracterização da Recomendação expedida pela Unidade de Controle Interno ou Auditoria Interna	
Identificação do Parecer	Parecer AUD/AS/067/2011
Data do Parecer	09/12/2011
Item do Parecer	1
Comunicação Expedida/Data	Parecer
Nome da unidade interna da UJ destinatária da recomendação	DPB
Descrição da Recomendação	RECOMENDAÇÃO (1): À DPB, cancelar imediatamente, caso ainda não o tenha feito, a bolsa DS e dar conhecimento do ocorrido à FAPESP.
Providências adotadas pela unidade interna responsável	
Nome da unidade interna da UJ responsável pelo atendimento da recomendação	
DPB	
Síntese das providências adotadas	
Providências adotadas de acordo com a recomendação encaminhada.	
Síntese dos resultados obtidos	
Não há	
Análise crítica dos fatores positivos e negativos que facilitaram ou prejudicaram a adoção de providências pelo gestor	
Não há	



Caracterização da Recomendação expedida pela Unidade de Controle Interno ou Auditoria Interna	
Identificação do Parecer	Parecer AUD/AS/067/2011
Data do Parecer	09/12/2011
Item do Parecer	2
Comunicação Expedida/Data	Parecer
Nome da unidade interna da UJ destinatária da recomendação	DGES
Descrição da Recomendação	RECOMENDAÇÃO (2): à DGES, bloquear nos sistemas financeiros e de pagamento de bolsas a concessão de benefício, pela CAPES, ao referido bolsista pelo período de 5 anos, a contar de setembro de 2011 (data de conhecimento do fato), conforme art. 14 da Portaria CAPES nº 76/2010.
Providências adotadas pela unidade interna responsável	
Nome da unidade interna da UJ responsável pelo atendimento da recomendação	
DGES	
Síntese das providências adotadas	
Providências adotadas de acordo com a recomendação encaminhada.	
Síntese dos resultados obtidos	
Não há	
Análise crítica dos fatores positivos e negativos que facilitaram ou prejudicaram a adoção de providências pelo gestor	
Não há	



Caracterização da Recomendação expedida pela Unidade de Controle Interno ou Auditoria Interna	
Identificação do Parecer	Parecer AUD/LG/068/2011
Data do Parecer	12/12/2011
Item do Parecer	1
Comunicação Expedida/Data	Parecer
Nome da unidade interna da UJ destinatária da recomendação	DPB
Descrição da Recomendação	RECOMENDAÇÃO (1): À DPB, cancelar imediatamente, caso ainda não o tenha feito, os pagamentos da bolsa DS, e solicitar à UNICAMP a restituição dos valores, corrigidos monetariamente, concedidos a título de bolsa DS, os quais atualmente, correspondem ao valor de R\$ 7.635,63 (sete mil, seiscentos e trinta e cinco reais e sessenta e três centavos).
Providências adotadas pela unidade interna responsável	
Nome da unidade interna da UJ responsável pelo atendimento da recomendação	
DPB	
Síntese das providências adotadas	
Providências adotadas de acordo com a recomendação encaminhada.	
Síntese dos resultados obtidos	
Não há	
Análise crítica dos fatores positivos e negativos que facilitaram ou prejudicaram a adoção de providências pelo gestor	
Não há	



Caracterização da Recomendação expedida pela Unidade de Controle Interno ou Auditoria Interna	
Identificação do Parecer	Parecer AUD/LG/068/2011
Data do Parecer	12/12/2011
Item do Parecer	2
Comunicação Expedida/Data	Parecer
Nome da unidade interna da UJ destinatária da recomendação	DGES
Descrição da Recomendação	RECOMENDAÇÃO (2): à DGES, em decorrência do disposto no parágrafo único do art. 14 da Portaria CAPES nº 76/2010, bloquear nos sistemas financeiros e de pagamento de bolsas a concessão de benefícios à referida bolsista pelo período de 5 anos.
Providências adotadas pela unidade interna responsável	
Nome da unidade interna da UJ responsável pelo atendimento da recomendação	
DGES	
Síntese das providências adotadas	
Providências adotadas de acordo com a recomendação encaminhada.	
Síntese dos resultados obtidos	
Não há	
Análise crítica dos fatores positivos e negativos que facilitaram ou prejudicaram a adoção de providências pelo gestor	
Não há	



Caracterização da Recomendação expedida pela Unidade de Controle Interno ou Auditoria Interna	
Identificação do Parecer	Parecer AUD/AL/069/2011
Data do Parecer	20/12/2011
Item do Parecer	1
Comunicação Expedida/Data	Parecer
Nome da unidade interna da UJ destinatária da recomendação	CGCI
Descrição da Recomendação	RECOMENDAÇÃO (1): Diante da documentação analisada, somos pelo encerramento do presente processo pela CGCI, sem a necessidade de restituição das bolsas relativas aos meses de agosto a outubro/2011, do auxílio deslocamento e do auxílio instalação, desde que seja solicitado ao bolsista a autenticação do atestado médico apresentado (fl. 54) e o processo seja encaminhado à Diretoria Colegiada da CAPES para apreciação quanto à dispensa aos valores citados nesta recomendação.
Providências adotadas pela unidade interna responsável	
Nome da unidade interna da UJ responsável pelo atendimento da recomendação	
CGCI	
Síntese das providências adotadas	
Providências adotadas de acordo com a recomendação encaminhada.	
Síntese dos resultados obtidos	
Não há	
Análise crítica dos fatores positivos e negativos que facilitaram ou prejudicaram a adoção de providências pelo gestor	
Não há	



Caracterização da Recomendação expedida pela Unidade de Controle Interno ou Auditoria Interna	
Identificação do Parecer	Parecer AUD/AL/069/2011
Data do Parecer	20/12/2011
Item do Parecer	2
Comunicação Expedida/Data	Parecer
Nome da unidade interna da UJ destinatária da recomendação	CGCI
Descrição da Recomendação	RECOMENDAÇÃO (2): à CGCI, solicitar ao bolsista em questão, a restituição de forma proporcional do valor relativo à bolsa do mês de novembro/2011 e de forma integral as bolsas relativas aos meses de dezembro/2011 e janeiro/2012.
Providências adotadas pela unidade interna responsável	
Nome da unidade interna da UJ responsável pelo atendimento da recomendação	
CGCI	
Síntese das providências adotadas	
Providências adotadas de acordo com a recomendação encaminhada.	
Síntese dos resultados obtidos	
Não há	
Análise crítica dos fatores positivos e negativos que facilitaram ou prejudicaram a adoção de providências pelo gestor	
Não há	

16.2 Recomendações da Unidade de Controle interno ou Auditoria Interna pendentes de atendimento

QUADRO A.16.2 – INFORMAÇÕES SOBRE RECOMENDAÇÃO DE UNIDADE DE AUDITORIA INTERNA PENDENTE DE ATENDIMENTO NO FINAL DO EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA

Caracterização da Recomendação expedida pela Unidade de Controle Interno ou Auditoria Interna	
Identificação do Relatório de Auditoria	Parecer AUD/MS/002/2011
Item do Relatório de Auditoria	9.1
Comunicação Expedida	Relatório
Nome da unidade interna da UJ destinatária da recomendação	CGLOG
Descrição da Recomendação	Disponibilizar espaço físico no Edifício da CAPES para os materiais que estão no subsolo do MEC e que atenda as condições de segurança (§ 5.1)
Justificativas da unidade interna responsável	
Nome da unidade interna da UJ responsável pelo atendimento da recomendação	
CGLOG	
Justificativas para o não atendimento	
A recomendação não foi atendida, uma vez que ainda existe uma pequena quantidade de materiais nas dependências do MEC.	

Caracterização da Recomendação expedida pela Unidade de Controle Interno ou Auditoria Interna	
Identificação do Relatório de Auditoria	Parecer AUD/MS/002/2011
Item do Relatório de Auditoria	9.11
Comunicação Expedida	Relatório
Nome da unidade interna da UJ destinatária da recomendação	DGES
Descrição da Recomendação	Determinar aos setores envolvidos a localização dos notebooks que constam na tabela do parágrafo 7.1 (§ 7);
Justificativas da unidade interna responsável	
Nome da unidade interna da UJ responsável pelo atendimento da recomendação	
DGES	
Justificativas para o não atendimento	
Não atendida. Não houve até o momento uma resposta da CGLOG acerca da localização dos laptops não encontrados, (SA 006/2011).	

Caracterização da Recomendação expedida pela Unidade de Controle Interno ou Auditoria Interna	
Identificação do Relatório de Auditoria	Parecer AUD/AS/006/2011
Item do Relatório de Auditoria	9
Comunicação Expedida	Relatório
Nome da unidade interna da UJ destinatária da recomendação	CGGP
Descrição da Recomendação	Recomendamos a numeração do verso das folhas que estejam em branco ou, nos casos em que o verso esteja numerado como nova folha, a renumeração do processo, tendo em vista que o item primeiro do subitem 5.2 do Anexo à Portaria Normativa SLTI/MPOG nº 5/2002, alterada pela Portaria Normativa nº 12/2009, dispõe que, quando for necessária a numeração do verso da folha, terá como referência a letra “v”, da palavra verso. Exemplo: folha 3v. Dessa forma, e conforme § 4º do Art. 22 da Lei 9.784/99, recomendamos a renumeração dos processos que apresentarem sequência inadequada. Além disso, recomendamos a inutilização dos versos em branco até a última folha do processo, cabendo observar, também que, conforme item 6.7 da Portaria Normativa 5/2002, grandes espaços em branco, sem informações, sejam inutilizados, para evitar a inserção posterior de informações indevidas (recomendação de caráter corretivo/preventivo).
Justificativas da unidade interna responsável	
Nome da unidade interna da UJ responsável pelo atendimento da recomendação	
CGGP	
Justificativas para o não atendimento	
Não atendida. A unidade interna entende que não há necessidade de se utilizar o carimbo “em branco”, tendo em vista a prevalência do princípio da presunção de veracidade do servidor público no desenvolvimento de suas atribuições.	

Caracterização da Recomendação expedida pela Unidade de Controle Interno ou Auditoria Interna	
Identificação do Relatório de Auditoria	Parecer AUD/AS/006/2011
Item do Relatório de Auditoria	10
Comunicação Expedida	Relatório
Nome da unidade interna da UJ destinatária da recomendação	CGGP
Descrição da Recomendação	Somos pela anexação da portaria de prorrogação do concurso no processo, pois a Portaria Interministerial nº47/2011 (MPOG), anexada no processo, apenas autoriza a contratação de profissionais por tempo determinado, sem prorrogar o específico concurso. (recomendação de caráter corretivo).
Justificativas da unidade interna responsável	
Nome da unidade interna da UJ responsável pelo atendimento da recomendação	
CGGP	
Justificativas para o não atendimento	
Não atendida. A unidade interna alegou que não haveria a necessidade de se anexar a portaria de prorrogação do concurso, visto que já foram prolatados legais para fins de registro do TCU.	

Caracterização da Recomendação expedida pela Unidade de Controle Interno ou Auditoria Interna	
Identificação do Relatório de Auditoria	Parecer AUD/AS/006/2011
Item do Relatório de Auditoria	11
Comunicação Expedida	Relatório
Nome da unidade interna da UJ destinatária da recomendação	CGGP
Descrição da Recomendação	a) o Edital nº 24/2011, que convoca o candidato para investidura no cargo, prevê na alínea “h”, do item 3, a apresentação de “certidões negativas”, de forma pluralística e genérica. Desse modo, tendo em vista que somente uma certidão negativa emitida por única entidade pode não abranger pendências cíveis ou criminais de outra jurisdição; para melhor firmamento de conduta ilibada do candidato, compatível com o exercício de cargo público, e que o exercerá em área sensível de sistemas de segurança e informações; e para uniformidade e padronização na apresentação de documentos pelos candidatos convocados; recomendamos que sejam solicitadas ao candidato as certidões negativas de antecedentes criminais expedidas pela Polícia Civil, Polícia Federal, Justiça Estadual (inclusive Juizado Especial), e Justiça Federal (inclusive Juizado Especial), com data de expedição de até 60 (sessenta) dias anteriores à assinatura do contrato, sendo que as certidões emitidas por órgãos de nível estadual sejam referentes à localidade em que o candidato residiu nos últimos cinco anos, para assim atender de forma eficaz e integral ao disposto da alínea “h” do item 2.1 do Edital de Processo Seletivo Simplificado nº 9/2009 (recomendação de caráter preventivo). b) Sugerimos que, do momento da admissão, seja anexada ao processo a fotocópia de cartão magnético bancário, ou, na ausência

	deste, comprovante ou outro documento bancário que contenha nome, agência e conta-corrente do candidato, conforme alínea “j” do item 3 do Edital de Processo Seletivo para Contratação Temporária nº 24/2009 (recomendação de caráter preventivo). c) Recomendamos observação de assinatura de “confere com original” nos processos de admissão vindouros, nos termos Inciso III do Art. 365 da Lei 5.869/73 e do § 3o do Art. 22 da Lei 9.784/99 (recomendação de caráter preventivo). d) Recomendamos anexação da cópia da Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS) ao processo para ratificação de informações contidas em declaração emitida por pessoa jurídica de direito privado, para atendimento dos termos da alínea “g” do item 2.1 Edital de Processo Seletivo Simplificado nº9/2009 (recomendação de caráter preventivo/corretivo).
Justificativas da unidade interna responsável	
Nome da unidade interna da UJ responsável pelo atendimento da recomendação	
CGGP	
Justificativas para o não atendimento	
Não atendida. a) A unidade interna entende que não há previsão sobre a apresentação das referidas certidões no edital. b) A unidade interna afirma ser a ficha cadastral suficiente. C) a unidade destinatária alegou que a inexistência do carimbo não implicou em inveracidade da informação prestada. D) no caso em concreto, a unidade entendeu que a exigência da cópia da CTPS caracterizaria a duplicidade de meios para fins idênticos, haja vista já haver declaração da empresa privada alegando experiência profissional.	

Caracterização da Recomendação expedida pela Unidade de Controle Interno ou Auditoria Interna	
Identificação do Relatório de Auditoria	Parecer AUD/AS/006/2011
Item do Relatório de Auditoria	12
Comunicação Expedida	Relatório
Nome da unidade interna da UJ destinatária da recomendação	CGGP
Descrição da Recomendação	Recomendamos o preenchimento, pela CGGP, do formulário de avaliação de experiência do servidor contratado, nos termos da alínea “g” do item 2.1 do Edital de Processo Seletivo Simplificado nº9/2009 (recomendação de caráter corretivo).
Justificativas da unidade interna responsável	
Nome da unidade interna da UJ responsável pelo atendimento da recomendação	
CGGP	
Justificativas para o não atendimento	
Não atendida. A unidade interna entende que houve manifestação explícita da área técnica na emissão do parecer que declarou o candidato apto.	

Caracterização da Recomendação expedida pela Unidade de Controle Interno ou Auditoria Interna	
Identificação do Relatório de Auditoria	Parecer AUD/AS/006/2011
Item do Relatório de Auditoria	13
Comunicação Expedida	Relatório
Nome da unidade interna da UJ destinatária da recomendação	CGGP
Descrição da Recomendação	Somos pela imediata correção da informação no Sistema SISAC pela CGGP (recomendação de caráter corretivo).
Justificativas da unidade interna responsável	
Nome da unidade interna da UJ responsável pelo atendimento da recomendação	
CGGP	
Justificativas para o não atendimento	
Não atendida. A unidade interna entende que não há necessidade de correção no SISAC porque a ação corretiva não tem consequência, pois o ato já surtiu o efeito esperado e que o erro de registro não foi considerado na apreciação da legalidade do ato de admissão da interessada.	

Caracterização da Recomendação expedida pela Unidade de Controle Interno ou Auditoria Interna	
Identificação do Relatório de Auditoria	Parecer AUD/AS/006/2011
Item do Relatório de Auditoria	14
Comunicação Expedida	Relatório
Nome da unidade interna da UJ destinatária da recomendação	CGGP
Descrição da Recomendação	Para melhor segurança processual, em face de possíveis homônimos ou dados inexatos, além de padronização dos processos administrativos para nomeação de cargo em comissão, sugerimos, do momento do envio do processo à Presidência da CAPES para assinatura e publicação de portaria de nomeação para cargos DAS 1 e 2, que também seja utilizado formulário padrão de Solicitação para Provimento e Exoneração de Cargo em Comissão, contendo os dados funcionais e pessoais do servidor, tais como nome completo, matrícula SIAPE, filiação, CPF, RG e órgão expedido, cargo atual, órgão de origem, situação funcional, indicação, cargo/função a ser ocupado, unidade de exercício, junto com assinatura da autoridade solicitante, conforme preceitua o Art. 7º da Lei 9.784/99 (recomendação de caráter preventivo).
Justificativas da unidade interna responsável	
Nome da unidade interna da UJ responsável pelo atendimento da recomendação	
CGGP	
Justificativas para o não atendimento	
Não atendida. A área destinatária da recomendação entende que não há a necessidade da anexação de fichas de dados cadastrais, pois já estão consolidados no sistema SIAPE.	

Caracterização da Recomendação expedida pela Unidade de Controle Interno ou Auditoria Interna	
Identificação do Relatório de Auditoria	Parecer AUD/AS/006/2011
Item do Relatório de Auditoria	15
Comunicação Expedida	Relatório
Nome da unidade interna da UJ destinatária da recomendação	CGGP
Descrição da Recomendação	Sugerimos anexação das portarias originais assinadas pelo Presidente da CAPES (cargos DAS 1 e 2) ao processo de nomeação, lugar correlato para seu arquivamento, uma vez que as portarias assinadas pelo Ministro da Educação (cargos DAS 3 a 6) são arquivadas nos autos, nos termos do Inciso IX do Art. 2º da Lei 9.784/99 (recomendação de caráter preventivo).
Justificativas da unidade interna responsável	
Nome da unidade interna da UJ responsável pelo atendimento da recomendação	
CGGP	
Justificativas para o não atendimento	
Não atendida. A unidade interna entende que não há necessidade de tal anexação, por ser opção e procedimento da Presidência da CAPES arquivar portarias originais assinadas pelo Presidente.	

Caracterização da Recomendação expedida pela Unidade de Controle Interno ou Auditoria Interna	
Identificação do Relatório de Auditoria	Parecer AUD/AS/006/2011
Item do Relatório de Auditoria	16 ^a
Comunicação Expedida	Relatório
Nome da unidade interna da UJ destinatária da recomendação	CGGP
Descrição da Recomendação	a) nesse caso, sugerimos convalidação do específico ato administrativo informando seu efeito para a data de assinatura do referido termo (3/1/2011) (recomendação de caráter corretivo).
Justificativas da unidade interna responsável	
Nome da unidade interna da UJ responsável pelo atendimento da recomendação	
CGGP	
Justificativas para o não atendimento	
Não atendida. A) a unidade entendeu não haver necessidade de convalidação, pois o ato surtiu os efeitos a que se destinava, sem vícios.	

Caracterização da Recomendação expedida pela Unidade de Controle Interno ou Auditoria Interna	
Identificação do Relatório de Auditoria	Parecer AUD/AS/006/2011
Item do Relatório de Auditoria	17
Comunicação Expedida	Relatório
Nome da unidade interna da UJ destinatária da recomendação	CGGP
Descrição da Recomendação	Somos pela imediata anexação dos documentos citados, todos de fundamental importância ao processo de nomeação para cargo em comissão (recomendação de caráter preventivo/corretivo).
Justificativas da unidade interna responsável	
Nome da unidade interna da UJ responsável pelo atendimento da recomendação	
CGGP	
Justificativas para o não atendimento	
Atendida Parcialmente. Alguns documentos foram anexados pela área: Termo de Posse e Exercício, Declaração de Bens e Renda, Termo de opção referente ao cargo. Outros documentos não foram anexados ao processo: 1) Declaração de não participação em gerência ou administração de empresa privada em sociedade civil e de não exercer o comércio ou de exercer atividades incompatíveis com o exercício do cargo ou função. A unidade interna declarou que há a aplicação da declaração de não participação em gerência ou administração e a de não exercer o comércio, porém com relação à declaração de não exercer o comércio ou de exercer atividades incompatíveis com o exercício do cargo ou função, afirma que há sistema de controle de frequência para este tipo de ocorrência. 2) Cópia da portaria de nomeação publicada no DOU. A unidade afirma que a ausência da referida portaria não afasta a sua eficácia.	

Caracterização da Recomendação expedida pela Unidade de Controle Interno ou Auditoria Interna	
Identificação do Relatório de Auditoria	Parecer AUD/AS/006/2011
Item do Relatório de Auditoria	19
Comunicação Expedida	Relatório
Nome da unidade interna da UJ destinatária da recomendação	CGGP
Descrição da Recomendação	Recomendamos a devida anexação do referido documento ao processo de aposentadoria (recomendação corretiva).
Justificativas da unidade interna responsável	
Nome da unidade interna da UJ responsável pelo atendimento da recomendação	
CGGP	
Justificativas para o não atendimento	
Não atendida, pois a área entende que a recomendação carece de provimento legal.	

Caracterização da Recomendação expedida pela Unidade de Controle Interno ou Auditoria Interna	
Identificação do Relatório de Auditoria	Parecer AUD/AS/006/2011
Item do Relatório de Auditoria	21
Comunicação Expedida	Relatório
Nome da unidade interna da UJ destinatária da recomendação	CGGP
Descrição da Recomendação	Novamente, para melhor segurança e consolidação processual, além de maior transparência para análise pela Comissão Interna e órgãos de controle interno, recomendamos abertura de processo de progressão funcional individual para cada servidor, além disso, que conste no processo, além de despacho da CGGP declarando que o servidor cumpre com os requisitos para progressão e tabela de ajuste financeiro, tela com informações extraídas do SIAPE que constem o tempo de efetivo exercício e/ou cópia do título necessário para progressão (recomendação de caráter preventivo).
Justificativas da unidade interna responsável	
Nome da unidade interna da UJ responsável pelo atendimento da recomendação	
CGGP	
Justificativas para o não atendimento	
Não atendida, pois a área entende que é inviável a abertura de processos individuais, tendo em vista que a consulta ao SIAPE é realizada e é feita a análise dos assentamentos funcionais dos servidores.	

Caracterização da Recomendação expedida pela Unidade de Controle Interno ou Auditoria Interna	
Identificação do Parecer	Parecer AUD/KR/005/2011
Item do Parecer	2
Comunicação Expedida	Parecer
Nome da unidade interna da UJ destinatária da recomendação	CGCI
Descrição da Recomendação	RECOMENDAÇÃO 2: Normatizar nos futuros editais de seleção, os procedimentos de retorno de ex-bolsistas conforme prática já adotada na Coordenação_Geral de Bolsa no Exterior _CGBE, definindo prazo para o retorno do bolsista ao país após a conclusão do curso, a fim de dar transparência ao bolsista de seus direitos/deveres e padronizar os procedimentos da Diretoria de Relações Internacionais.
Justificativas da unidade interna responsável	
Nome da unidade interna da UJ responsável pelo atendimento da recomendação	
CGCI	
Justificativas para o não atendimento	
Os editais referentes ao tema exposto ainda não foram elaborados.	

Caracterização da Recomendação expedida pela Unidade de Controle Interno ou Auditoria Interna	
Identificação do Parecer	Parecer AUD/AL/007/2011
Item do Parecer	3
Comunicação Expedida	Parecer
Nome da unidade interna da UJ destinatária da recomendação	DEB
Descrição da Recomendação	RECOMENDAÇÃO (3): Após análise da Procuradoria Federal/CAPES que o processo seja devolvido à Auditoria Interna para que se dê continuidade aos procedimentos devidos (notificação do ex-bolsista para apresentação de justificativas, em atenção ao princípio do contraditório e ampla defesa, antes de adoção de procedimentos administrativo relativos ao registro nos bancos de dados da CAPES da impossibilidade de o ex-bolsista participar de outros programas de fomento, em atenção ao art. 21 da Resolução FNDE/CD/Nº 48, de 04 de setembro de 2009)
Justificativas da unidade interna responsável	
Nome da unidade interna da UJ responsável pelo atendimento da recomendação	
DEB	
Justificativas para o não atendimento	
O processo ainda está sob análise da Procuradoria Federal/CAPES	

Caracterização da Recomendação expedida pela Unidade de Controle Interno ou Auditoria Interna	
Identificação do Parecer	Parecer AUD/AL/038/2011
Item do Parecer	1
Comunicação Expedida	Parecer
Nome da unidade interna da UJ destinatária da recomendação	DPB
Descrição da Recomendação	RECOMENDAÇÃO: à DPB, que adéqüe o Regulamento do PRODOC ao padrão dos outros programas de bolsas no país, exigindo-se, no caso de recebimento indevido de bolsas, que a devolução seja feita por meio da IES, integral e imediatamente, garantindo-se o direito de regresso em face do bolsista devedor.
Justificativas da unidade interna responsável	
Nome da unidade interna da UJ responsável pelo atendimento da recomendação	
DPB	
Justificativas para o não atendimento	
O Regulamento PRODOC se encontra em processo de adequação	

Caracterização da Recomendação expedida pela Unidade de Controle Interno ou Auditoria Interna	
Identificação do Parecer	Parecer AUD/KR/049/2011
Item do Parecer	4
Comunicação Expedida	Parecer
Nome da unidade interna da UJ destinatária da recomendação	DED
Descrição da Recomendação	RECOMENDAÇÃO (4): À DED, descontar a quantia de R\$ 3.900,00 (três mil e novecentos reais) no próximo valor a ser enviado ao Fundo Nacional de Desenvolvimento de Educação, tendo em vista o pagamento equivocado realizado pelo bolsista, conforme orientação do próprio FNDE. (fls.123/124)
Justificativas da unidade interna responsável	
Nome da unidade interna da UJ responsável pelo atendimento da recomendação	
DED	
Justificativas para o não atendimento	
O setor informou que está aguardando o próximo repasse de recursos para fazer o desconto da mencionada quantia.	

Caracterização da Recomendação expedida pela Unidade de Controle Interno ou Auditoria Interna	
Identificação do Parecer	Parecer AUD/MS/055/2011
Item do Parecer	
Comunicação Expedida	Parecer
Nome da unidade interna da UJ destinatária da recomendação	DPB
Descrição da Recomendação	RECOMENDAÇÃO: sugerimos que a DPB, em conjunto com a DED e a DEB, se possível, elaborem minuta de regulamento acerca da realização de despesas com hospedagem e alimentação para bolsistas da CAPES, com recursos de custeio do AUXPE.
Justificativas da unidade interna responsável	
Nome da unidade interna da UJ responsável pelo atendimento da recomendação	
DPB	
Justificativas para o não atendimento	
A referida minuta ainda está sendo elaborada.	

17. Declaração do contador atestando a conformidade das Demonstrações Contábeis

Declaração do contador responsável pela unidade jurisdicionada atestando que os demonstrativos contábeis (Balanços Orçamentário, Financeiro e Patrimonial e a Demonstração das Variações Patrimoniais, previstos na Lei n.º 4.320, de 17 de março de 1964) e o demonstrativo levantado por unidade gestora responsável - UGR (válido apenas para as unidades gestoras não executoras), refletem a adequada situação orçamentária, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada que apresenta relatório de gestão (Anexo 6).

18. Demonstrações contábeis previstas na Lei nº 4.320/64

A Análise Crítica das demonstrações Contábeis da Administração Pública Federal Direta com os critérios utilizados na elaboração das respectivas demonstrações contábeis e os aspectos de confiabilidade das informações e da aderência às normas em vigor constam do Anexo 7.

19. Fechamento

Todas informações consideradas pelos responsáveis como relevantes para a avaliação da conformidade e do desempenho da gestão do exercício de 2011 encontram-se consignadas neste relatório, de acordo com a Instrução Normativa TCU nº 63/2010, Decisão Normativa TCU nº 108/2010, Portaria TCU nº 123/2010, Portaria CGU n.º 2546/2010 e demais orientações do órgão de controle interno⁵.

Brasília 30 de março de 2012.

⁵ Os itens 19 a 30 da Portaria TCU nº 123/2011 não se aplicam a esta Fundação ou não ocorreram no exercício de 2011.

Anexo 1

PLANEJAMENTO

estratégico

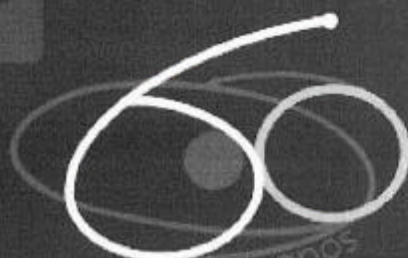
Planejar para avançar

Gestão para Resultados na Capes

Iniciado em 2010, o documento foi consolidado em julho deste ano, no entanto o trabalho está só começando. Ainda temos um longo caminho a percorrer.

Planejar é uma tarefa de todos!

Contribua para que a Capes alcance seus objetivos sociais de forma estratégica.



CAPES

PLANEJAMENTO

estratégico

Planejar para alcançar

Gestão para Resultados na Capes

Iniciado em 2010, o documento foi consolidado em julho deste ano. No entanto, o trabalho não só continuará, como temos um longo caminho a percorrer.

Planejar é uma tarefa de todos!

Contribua para que a Capes alcance seus objetivos sociais de forma estratégica.

Saiba mais em
intranet.capes.gov.br





Planejar para avançar

Projeto Gestão para Resultados na Capes

Planejamento Estratégico: uma ação em conjunto

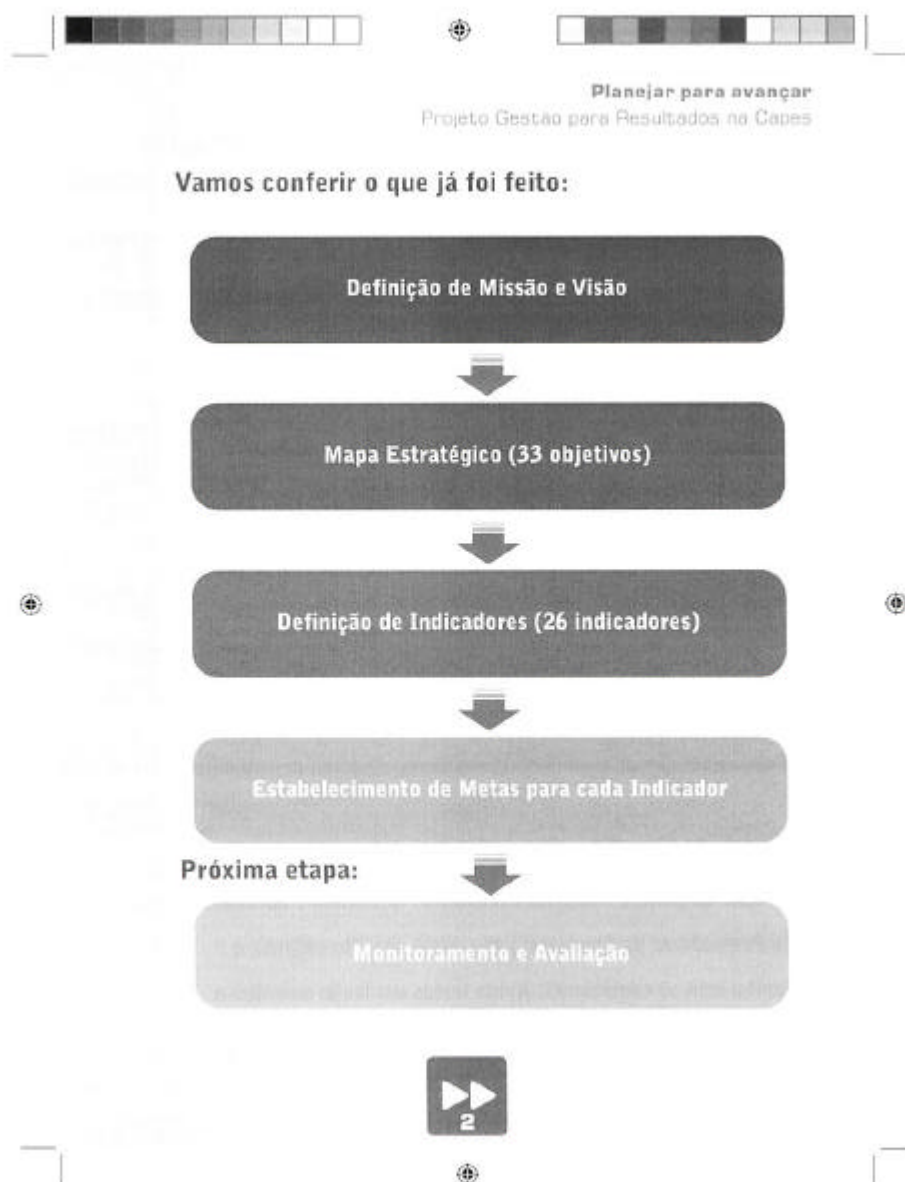
A sua contribuição para a Capes atender aos seus beneficiários e alcançar seus objetivos sociais de forma estratégica.

No dia 13 de julho de 2010, a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) iniciou o processo de elaboração do planejamento estratégico, envolvendo todos os seus servidores em um amplo debate e reflexão sobre o papel da instituição.

O processo de implantação da Gestão para Resultados na Capes iniciou-se com ações voltadas à definição da agenda estratégica, à revisão de processos e ao dimensionamento da força de trabalho.

Os trabalhos realizados em grupos tiveram várias etapas e o resultado da primeira fase do trabalho foi finalizado e aprovado pela Presidência da Capes em julho deste ano. No entanto, o trabalho está só começando! Ainda temos um longo caminho a percorrer.







Planejar para avançar
Projeto Gestão para Resultados na Capes

Missão e Visão da Capes

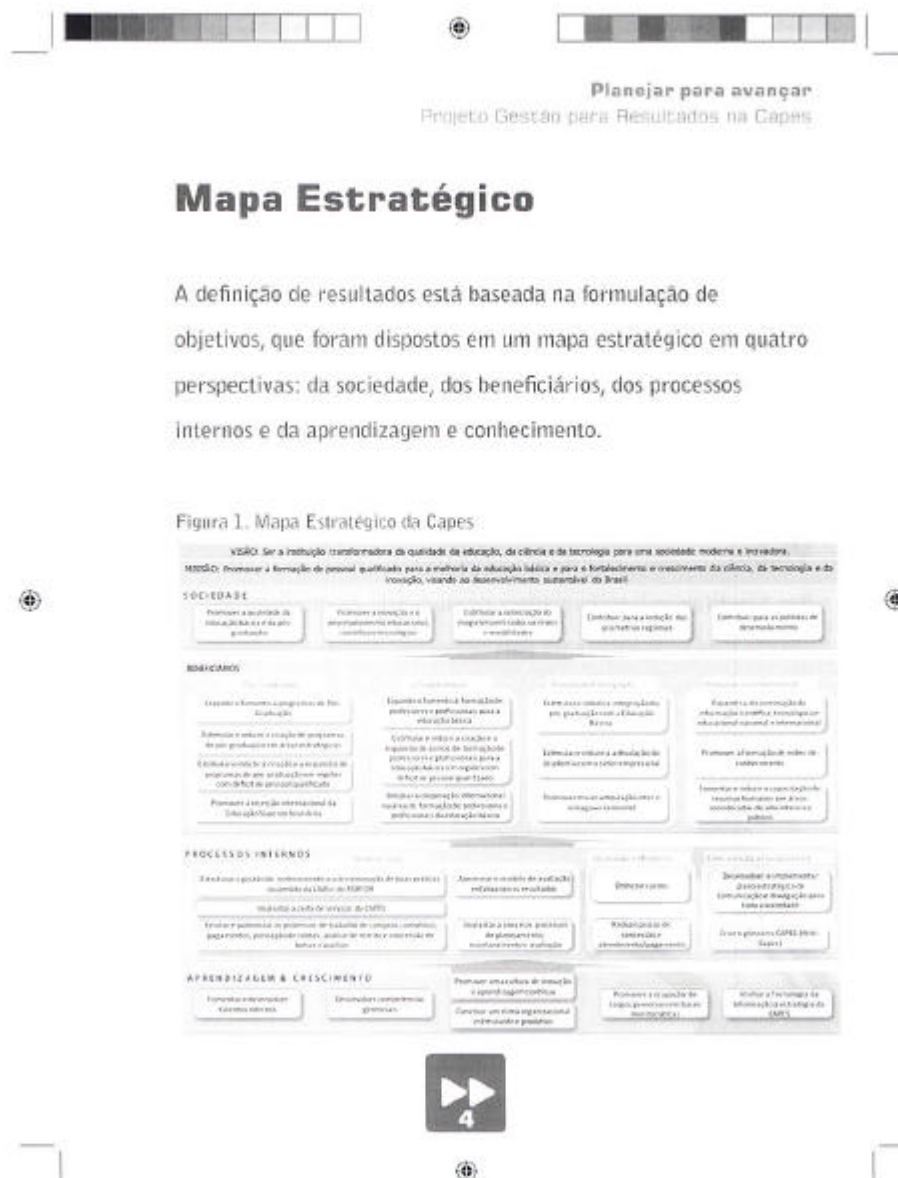
Missão:

Promover a formação de pessoal qualificado para a melhoria da educação básica e para o fortalecimento e crescimento da ciência, da tecnologia e da inovação, visando ao desenvolvimento sustentável do Brasil.

Visão:

© Ser a instituição transformadora da qualidade da educação, da ciência e da tecnologia para uma sociedade moderna e inovadora. ©







Planejar para avançar

Projeto Gestão para Resultados na Capes

Perspectivas e temas do Mapa Estratégico

As perspectivas do Mapa estratégico representam as dimensões contidas nos desafios estratégicos da Capes. São elas:

- **Sociedade** – o que a Capes faz e que atinge diretamente a sociedade brasileira em geral;
- **Beneficiários** – estão identificados os seguimentos atingidos pelas ações da Capes: pós-graduação; educação básica; articulação e integração; pesquisa e conhecimento.
- **Processos internos** – relaciona os desafios internos para melhoria do serviço e melhor atendimento ao público externo. São eles: modernização; qualidade e eficiência; comunicação e transparência.
- **Aprendizagem e crescimento** – esta perspectiva está diretamente ligada à melhoria dos processos internos.





Planejar para avançar
Projeto Gestão para Resultados na Capes

Indicadores e metas de desempenho

Para cada objetivo do mapa estratégico, foram identificados um ou mais indicadores.

Os indicadores são instrumentos essenciais para monitorar e avaliar as atividades da organização, pois permitem mensurar o alcance dos objetivos e verificar se as metas estão sendo atingidas.

Objetivo: Promover a qualidade da educação básica e da pós-graduação

Indicadores:

- Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb);
- Índice de titulados pela população;
- Média anual de artigos completos publicados em periódicos por docentes permanentes da pós-graduação.





Planejar para avançar

Projeto Gestão para Resultados na Capes

Objetivo: Promover a inovação e o desenvolvimento educacional, científico e tecnológico

Indicadores:

- Média anual de artigos completos publicados em periódicos por discentes matriculados na pós-graduação;
- Índice de Inovação do Brasil.

Objetivo: Estimular a valorização do magistério em todos os níveis e modalidades

Indicador:

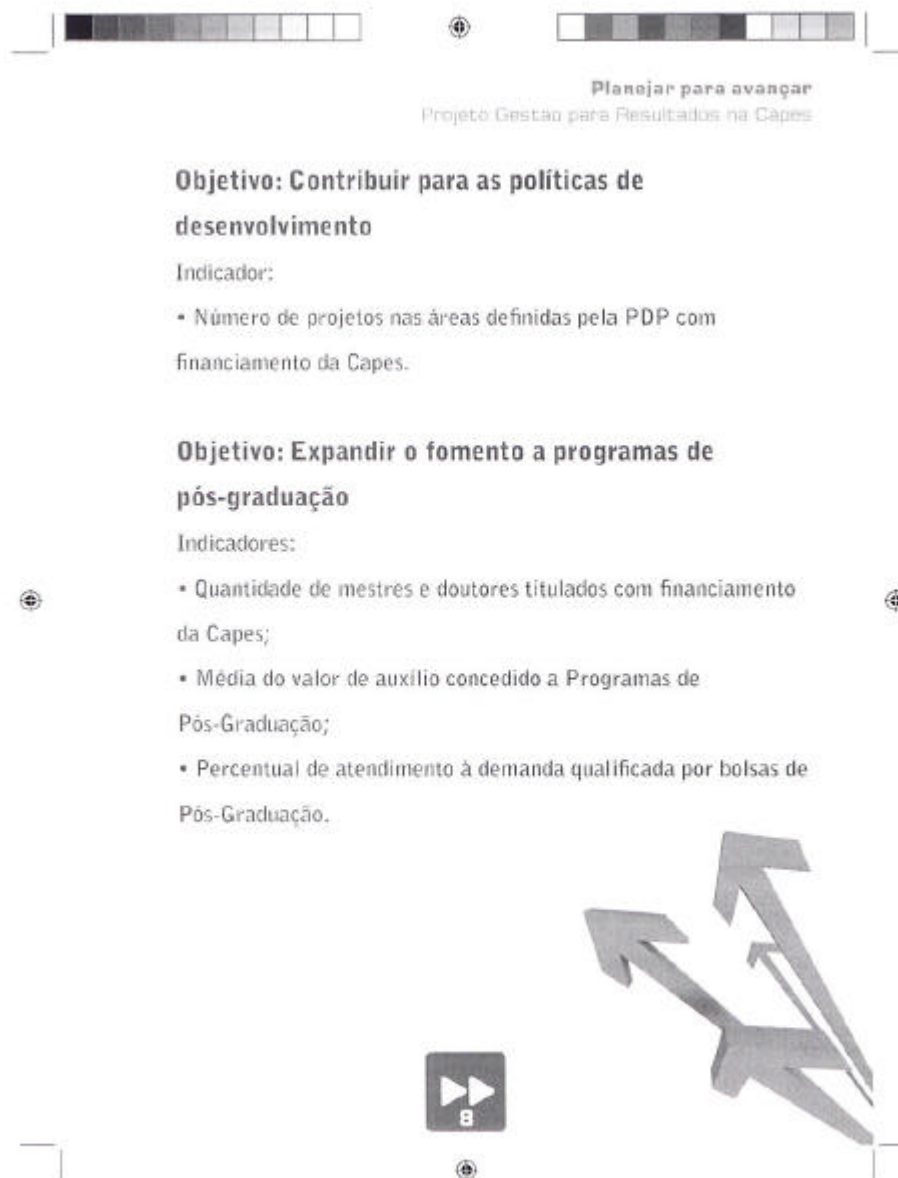
- Percentual de professores com formação superior em licenciatura na área em que atuam na rede pública de ensino.

Objetivo: Contribuir para a redução das assimetrias regionais

Indicador:

- Dispersão regional de professores com licenciatura em relação ao número de professores da região.









Planejar para avançar
Projeto Gestão para Resultados na Capes

Objetivo: Estimular e induzir a criação e a expansão de programas de pós-graduação em regiões com déficit de pessoal qualificado

Indicadores:

- Percentual de Programas de Pós-Graduação stricto sensu nas UFs com a menor taxa de docentes no SNPG por 100 mil habitantes, em relação ao contexto nacional.

Objetivo: Promover a inserção internacional da educação superior

Indicadores:

- Bolsistas da Capes no exterior;
- Discentes e docentes estrangeiros atuando nas IES brasileiras apoiados pela Capes;
- Quantidade de publicações no âmbito das parcerias internacionais financiadas pela Capes.






Objetivo: Expandir o fomento à formação de professores e profissionais para a educação básica

Indicadores:

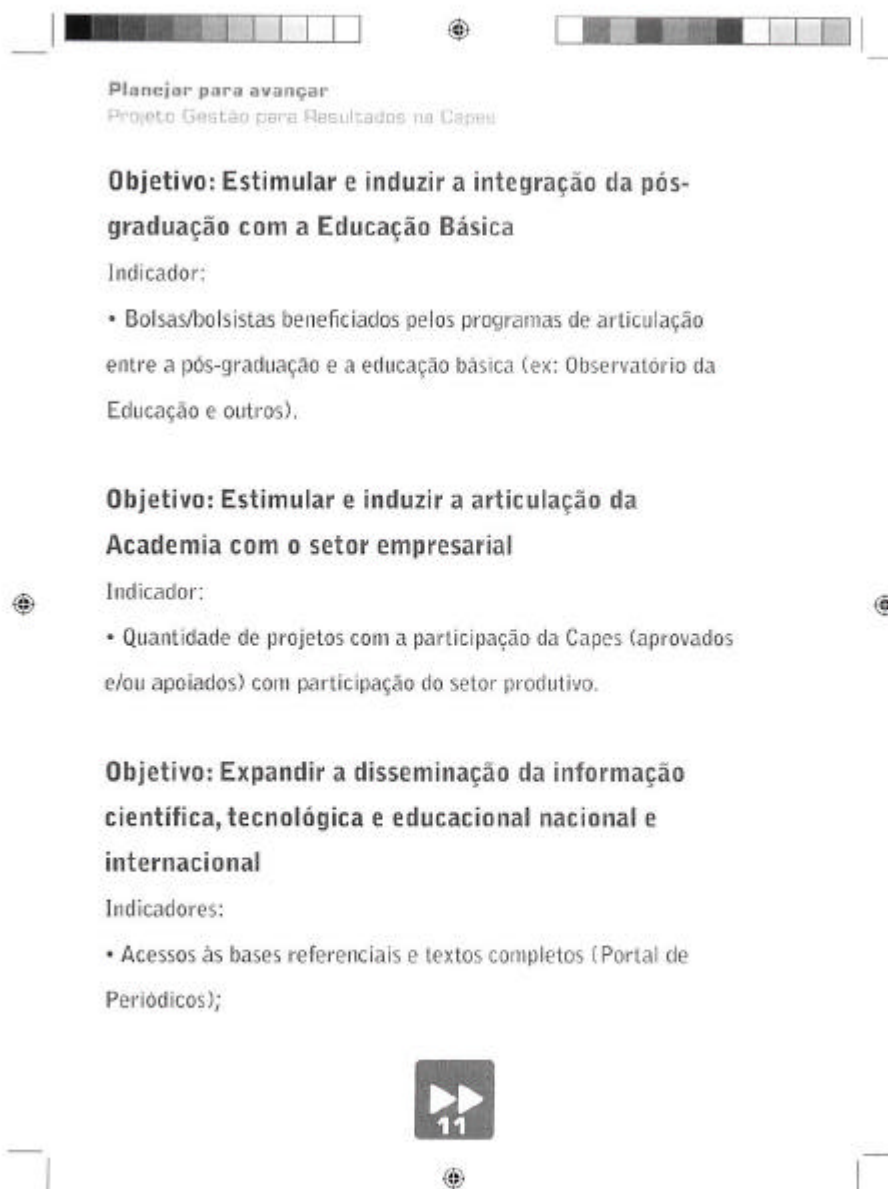
- Cursos financiados pela Capes no âmbito da DED e da DEB;
- Bolsas concedidas pela Capes no âmbito da DED e da DEB.

Objetivo: Estimular e induzir a criação e a expansão de cursos de formação de professores e profissionais para a educação básica em regiões com déficit de pessoal qualificado

Indicadores:

- Percentual de polos aptos a ofertar cursos;
- Vagas ofertadas por cursos a distância e presenciais destinadas à formação de professores e profissionais para a educação básica, por região;
- Percentual de matrículas por vagas ofertadas em cursos a distância e presenciais;
- Percentual de formandos por matrículas efetivadas em cursos a distância e presenciais.







- Instituições vinculadas ao Portal de Periódicos.

Objetivo: Promover a formação de redes de conhecimento

Indicador:

- Quantidade de projetos apoiados que contemplam a formação de redes de conhecimento.

As próximas etapas serão: acompanhar e avaliar a implementação das ações do planejamento estratégico, incluindo o monitoramento dos indicadores.

Todas as ações relacionadas ao Planejamento Estratégico serão divulgadas na página:

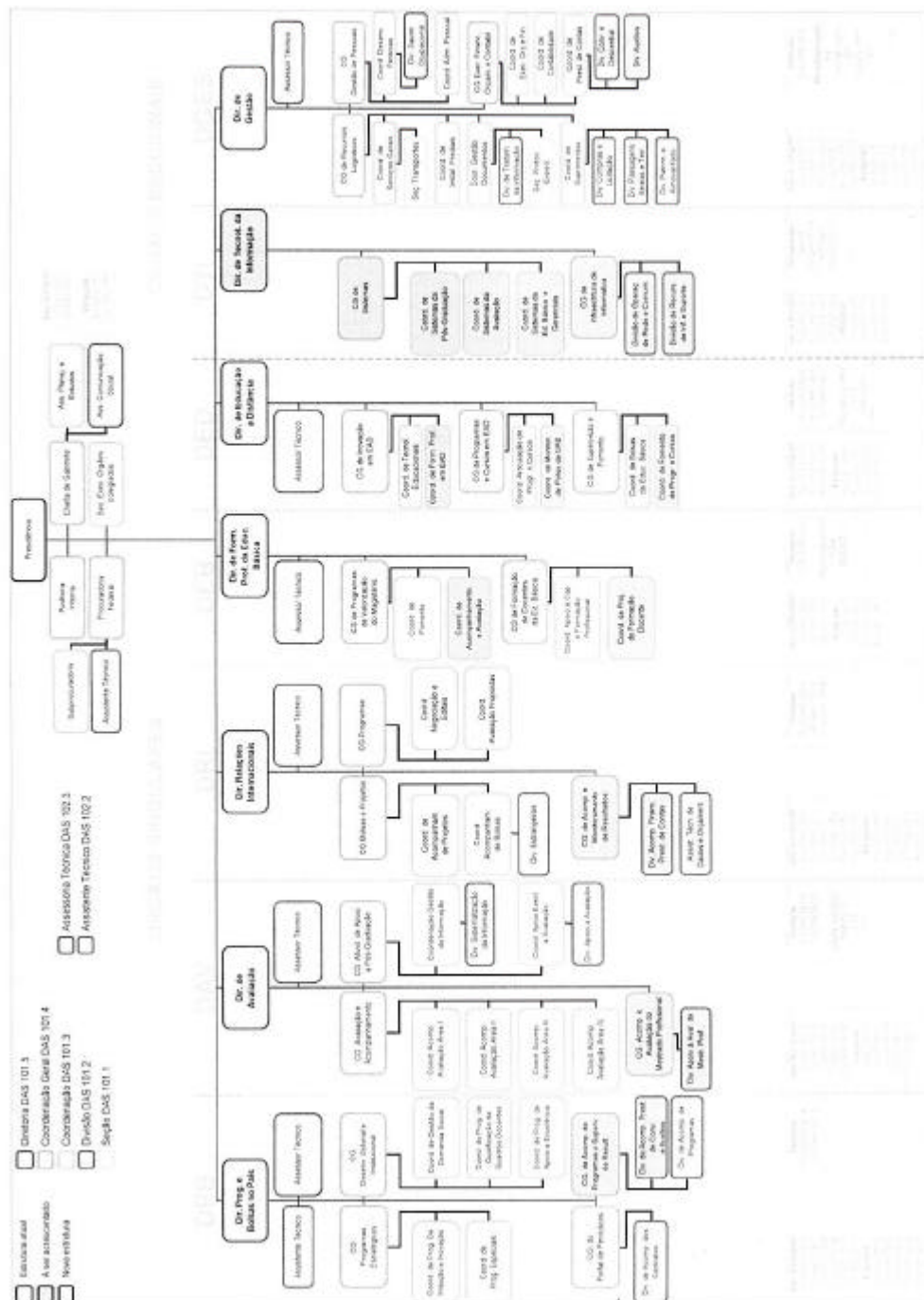
intranet.capes.gov.br/planejamentoestrategico.

Desta forma, todos os servidores poderão tomar conhecimento das atividades realizadas e apresentar sugestões.

Brasília, outubro/2011.



Anexo 2



CAPES

DAS	PR	DPB	DAV	DRI	DEB	DED	DGES	SOMA	L12.443	PAIM	TOTAL
101.6	1							1			1
101.5		1	1	1	1	1	1	6	1		7
102.3	7	1	1	1			1	11			11
102.2	1	1		1				3			3
101.4	3	3	2	2	2	4	4	20	1	2	23
101.3	1	5	7	5	2	4	10	34	2	4	40
101.2		2	2	1			8	13	2	2	17
101.1							2	2			2
SOMA	13	13	13	11	5	9	26	90	6	8	104

AJUSTADO											
DAS	PR	DPB	DAV	DRI	DEB	DED	DTI	DGES	SOMA	SALDO	VLR
101.6	1								1	0	5,28
101.5		1	1	1	1	1	1	1	7	0	29,75
102.3	5	1	1	1	1	1		1	11	0	21,01
102.2	1	1		1					3	0	3,81
101.4	3	4	3	3	2	3	2	3	23	0	74,29
101.3	3	5	6	4	4	6	3	9	40	0	76,40
101.2		3	3	2			2	7	17	0	21,59
101.1								2	2	0	2,00
SOMA	13	15	14	12	8	11	8	23	104	0	234,13

Anexo 3

Debris A.A. – Caracterização dos aumentos de transferência vigiados no exercício de rotinas

Source: Universidad de Ingeniería y Tecnología del Perú, Nivel Superior

Estimable Components in Constraints

© 2004 Blackwell Publishing Ltd

UGLESTAD 1540015279

[illegible]

[illegible]

[illegible]

[illegible]

[illegible]

[illegible]

[illegible]

1	660101	1000

Anexo 4



SIAFI - Dot Inicial, Dot Atualizada, Desp Emp, Desp Liquidada, Val Pagos e RP

Sistema Integrado de Administração
Financeira do Governo Federal

Não de Referência: RES 14
Tipo de Valor: Saldo Atual
Unidade Orçamentária: 20291 FUNDECOORD. DE APERF. DE PESSOAL NÍVEL SUPERIOR

Exercício: 2011
Base: 30-JUN-2012
Moeda: REAL (Em unidade monetária)

Item de Informação						
Gestão Executora	Fonte de Recurso	Destaque Recebidos	Despesas Empenhadas	Despesas Liquidadas	Valores Pagos	Insc. em RP Não-Proc
11301	FUNDAÇÃO INSTITUTO BRAS GEOGR. E ESTATÍSTICA	0112915405	15.440,09	15.440,09	11.310,40	
11302	INSTITUTO DE PESQUISA ECONOMICA APLICADA	0112915410	864.000,00	864.000,00	864.000,00	
11501	COMISSÃO NACIONAL DE ENERGIA NUCLEAR	0112915405	98.445,03	76.522,87	75.274,56	1.248,11
15222	UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS	0112915044	1.080.000,00	1.080.000,00		1.080.000,00
		0112915405	870.742,21	850.944,50	672.713,56	147.738,94
		0112915408	473.421,95	473.421,95	7.369,25	419.559,70
15223	UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA	0112915044	2.131.398,83	2.131.398,83	53.863,25	2.131.398,83
		0112915045	207.862,32	204.898,01	73.429,31	131.468,70
		0112915405	2.972.970,00	2.720.797,94	1.403.417,74	1.317.380,20
		0112915412	164.093,02	164.093,02	25.296,00	138.797,02
15224	UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARA	0112915044	2.229.979,26	2.229.979,26	137.479,26	2.092.500,00
		0112915405	2.833.483,59	2.833.483,59	2.157.817,81	675.665,78
		0112915408	2.716.231,51	2.716.231,51	357.724,53	2.269.599,99
		0112915412	103.816,42	103.816,42	21.326,42	82.480,00
15225	UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPIRITO SANTO	0112915030	158.400,00	158.400,00	158.400,00	
		0112915044	1.880.000,00	1.880.000,00	369.196,36	204.730,86
		0112915405	1.724.571,00	1.724.571,00	1.718.773,63	1.510.803,64
		0112915408	479.827,50	479.827,50	1.716.545,79	5.797,37
15226	UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIAS	0112915030	237.600,00	237.600,00	479.827,50	28.400,00
		0112915044	1.382.268,47	1.382.268,47	211.200,00	28.400,00
		0112915405	2.376.957,92	2.376.957,92	34.770,49	1.347.497,98
		0112915408	992.727,61	992.727,61	1.397.780,17	946.905,37
15227	UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE	0112915044	2.188.650,03	2.188.650,03	563.682,96	415.204,60
		0112915405	2.675.055,02	2.675.055,02	2.142.813,03	45.837,00
					1.642.552,57	1.031.100,59

15223	UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA	01129/15408	192.296,70	192.296,70	107.967,30	97.545,76	84.329,40
		01129/15044	1.175.595,30	1.175.595,30	889.145,04	889.145,04	286.450,26
		01129/15405	938.960,00	938.960,00	472.701,97	471.639,17	466.258,03
		01129/15408	971.969,73	971.969,73	528.089,39	499.894,14	443.900,34
15229	UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS	01129/15030	1.386.000,00	1.386.000,00	739.087,54	739.087,54	646.912,46
		01129/15044	2.764.369,22	2.764.369,22	2.593.869,22	2.593.869,22	170.500,00
		01129/15405	1.968.062,79	1.968.062,79	1.407.835,79	1.378.477,26	560.257,00
		01129/15407	614.320,20	614.320,20	532.865,93	527.335,49	81.334,27
		01129/15408	5.502.469,34	5.502.469,34	44.543,38	44.543,38	5.457.925,96
15230	UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARA	01129/15044	2.152.458,64	2.152.458,64	1.798.871,00		366.584,64
		01129/15045	6.643.132,52	6.643.132,52	3.708.893,93	3.703.231,92	2.936.238,59
		01129/15405	1.135.455,51	1.135.455,51	740.485,22	698.103,82	394.971,29
		01129/15407	506.165,75	506.165,75	505.122,13	504.352,67	1.043,62
		01129/15408	1.207.067,27	1.207.067,27	1.095.390,60	1.081.490,60	111.676,67
		01129/15410	998.352,56	998.352,56	273.594,77	195.592,46	724.387,79
15231	UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAIBA	01129/15044	2.077.393,67	2.077.393,67	47.680,05		2.029.505,62
		01129/15405	3.096.815,02	3.096.815,02	2.730.157,25	2.554.391,06	364.263,03
		01129/15408	569.278,22	544.397,17	515.422,58	462.878,08	26.974,59
15232	UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANA	01129/15030	990.000,00	990.000,00	316.800,00	316.800,00	673.200,00
		01129/15044	2.640.000,00	2.640.000,00	2.640.000,00	2.549.509,98	
		01129/15405	3.128.949,43	3.128.949,43	2.062.333,04	2.013.511,39	1.066.616,39
		01129/15407	760.913,75	760.913,75	732.209,47	731.309,44	28.704,28
		01129/15408	1.297.015,04	1.297.015,04	301.254,76	269.239,76	995.760,28
15233	UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO	01129/15045	79.400,75	79.399,47	40.380,41	21.118,96	39.069,06
		01129/15405	5.573.006,39	5.573.006,39	3.023.663,36	2.279.255,88	2.549.343,03
		01129/15407	1.029.989,08	1.029.989,08	971.164,51	967.595,94	58.824,57
		01129/15408	251.027,87	251.027,87	16.772,90	15.137,90	234.254,97
		01129/15412	37.489,72	37.489,72	28.500,00	24.000,00	8.965,72
		02829/15044	1.920.447,00	1.920.447,00			1.920.447,00
15234	UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE	01129/15030	867.900,00	867.900,00	768.900,00	768.900,00	99.000,00
		01129/15044	2.302.571,32	2.302.571,32	1.643.789,32	120.414,00	458.782,00
		01129/15405	2.888.233,33	2.887.368,81	2.463.422,80	2.431.914,51	433.966,21
		01129/15408	1.599.801,64	1.599.801,64	71.642,37	65.468,37	1.528.259,27
15235	UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL	01129/15030	871.200,00	871.200,00	871.200,00	871.200,00	

15236	UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO	0112915044	2.994.957,02	2.994.957,02	2.308.087,02	2.098.199,02	688.860,00
		0112915405	2.639.257,85	2.628.840,99	1.892.321,77	1.758.898,61	766.519,22
		0112915407	1.402.662,62	1.402.467,52	1.321.480,64	1.299.278,82	80.978,88
		0112915044	2.931.850,56	2.931.850,56			2.931.850,56
		0112915405	3.962.640,00	3.962.640,00	3.304.476,24	3.146.040,15	858.163,76
		0112915406	194.827,13	194.827,13	194.827,13	190.943,13	
15237	UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA	0112915030	3.088.800,00	3.088.800,00	2.207.700,00	2.207.700,00	881.100,00
		0112915044	2.759.599,54	2.759.598,54	1.610.703,61	712.165,48	1.149.294,93
		0112915405	4.637.747,36	4.634.282,87	2.238.658,59	2.238.658,59	2.395.624,28
		0112915407	918.283,81	918.283,81	890.286,59	890.286,59	37.997,22
		0112915408	2.139.960,14	2.139.960,14	1.981.273,65	1.961.273,65	178.716,49
15238	UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA - RS	0112915044	1.658.107,09	1.658.107,09	1.082.977,80	1.082.977,80	575.129,29
		0112915045	34.028,06	34.028,06		34.028,06	
		0112915405	2.370.485,12	2.369.623,02	1.218.173,08	1.218.173,08	1.151.449,64
		0112915408	103.439,20	103.316,08	93.316,06	93.316,06	10.000,00
15239	UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO	0112915030	52.800,00	52.800,00	52.800,00	52.800,00	
		0112915044	1.238.322,02	1.238.322,02			1.238.322,02
		0112915045	130.000,00	130.000,00			130.000,00
		0112915405	769.390,64	754.023,50	548.542,87	516.808,77	205.480,63
		0112915407	244.200,38	243.799,38	243.799,38	243.022,76	
		0112915408	128.820,73	128.820,73			128.820,73
15240	UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO	0112915044	715.282,65	715.282,65	8.200,00		707.082,65
		0112915045	162.196,92	162.196,92	22.703,97	22.703,97	139.492,95
		0112915405	1.017.700,09	1.017.700,09	541.650,77	513.465,77	476.049,32
		0112915408	145.330,80	145.330,80	38.218,00	38.218,00	110.112,80
15241	UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DA AMAZONIA	0112915044	318.633,35	318.633,35			318.633,35
		0112915045	1.329.222,49	1.329.222,49	1.322.316,89	1.283.303,09	6.905,60
		0112915405	241.243,42	241.243,42	230.280,42	230.280,42	10.963,00
		0112915408	150.000,00	150.000,00	7.200,00	7.200,00	142.800,00
15242	UNIVERSIDADE FEDERAL DO TRIANGULO MINEIRO	0112915410	293.700,00	293.700,00	293.700,00	293.700,00	
		0112915030	348.156,31	348.156,31			348.156,31
		0112915044	218.684,28	203.290,62	179.510,07	178.766,39	23.780,56
15243	UNIVERSIDADE FED VALES JEQUITINHONHA E MUCUR	0112915044	358.119,25	358.119,25			358.119,25
		0112915405	141.352,37	141.352,37	95.678,36	95.678,36	45.673,99

15244	0112915408	268 951,46	265 951,46	164.686,16	164.686,16	102.265,30
	0112915412	39.999,40	39.999,40			39.999,40
	0112915444	320.709,00	320.709,00			320.709,00
	0112915405	81.665,53	81.665,47	56.206,68	52.788,02	25.368,79
15245	0112915405	214.394,33	214.394,33			214.394,33
	0112915405	149.731,91	149.731,91	126.814,09	107.945,16	22.917,82
15246	0112915044	790.574,86	790.574,86	263.195,00	263.195,00	527.379,86
	0112915045	19.194,39	19.194,39	4.836,20	4.796,40	14.356,19
	0112915405	383.133,28	382.986,37	320.580,04	320.580,04	62.405,83
	0112915408	352.138,18	351.628,32	298.538,17	298.538,17	53.090,15
15248	0112915044	359.440,99	359.440,99			359.440,99
	0112915405	148.279,22	148.279,22	126.216,46	121.832,81	20.062,75
	0112915408	291.472,03	291.472,03	90.214,52	90.214,52	201.257,51
15249	0112915044	433.272,85	433.272,85			433.272,85
	0112915405	497.804,03	497.804,03	239.867,93	239.867,93	258.136,10
	0112915408	141.767,75	141.767,75	85.078,16	85.078,16	56.689,59
15250	0112915030	2.376.000,00	1.653.600,00	1.953.600,00	1.953.600,00	
	0112915044	1.760.000,00	819.415,00			819.415,00
	0112915405	2.252.690,00	1.855.308,56	772.308,48	768.855,10	1.083.000,18
	0112915408	707.573,84	151.641,18	85.323,69	85.323,69	66.317,49
15251	0112915044	712.954,22	712.954,22	606.133,92	606.133,92	106.830,30
	0112915405	1.210.725,62	1.210.725,62	502.334,30	502.334,30	708.391,32
	0112915407	263.336,34	263.336,34	237.087,12	237.087,12	26.249,22
	0112915408	1.648.683,18	1.548.683,18	270.943,84	270.943,84	1.277.739,34
15252	0112915044	310.671,37	310.671,37	45.567,47	45.567,47	265.103,90
	0112915045	182.097,16	182.097,16	36.618,08	32.930,09	145.479,08
	0112915405	323.876,94	323.876,94	184.424,07	161.857,21	139.552,67
	0112915408	444.581,37	444.581,37	159.045,98	158.093,98	285.536,39
15253	0100915410	1.483.000,00	1.483.000,00			1.483.000,00
	0112915045	37.610.100,00	37.610.100,00	37.610.100,00	37.610.100,00	
	0112915408	155.000.000,00	155.000.000,00	155.000.000,00	147.839.300,00	
15254	0112915030	79.200,00	79.200,00	52.800,00	52.800,00	26.400,00
	0112915045	152.370,00	152.370,00	125.515,82	120.605,82	26.854,18
	0112915405	86.431,56	82.615,54	65.827,76	65.827,76	16.787,78

15255	FUNDACAO UNIVERSIDADE DO RIO DE JANEIRO	0112915044	517.228,39	517.228,39	211.881,89	210.831,09	517.228,39
		0112915405	328.328,54	328.328,54			116.446,65
		0112915408	405.345,15	405.345,15	13.853,57		391.481,58
15256	FUNDACAO UNIVERSIDADE DO AMAZONAS	0112915030	237.600,00	158.000,00	198.000,00	198.000,00	
		0112915044	1.175.690,88	1.175.690,88			1.175.690,88
		0112915045	2.603.292,77	2.603.292,77	2.302.073,04	2.267.377,62	301.219,73
		0112915405	1.098.158,74	1.098.158,74	735.585,52	731.592,05	320.471,22
		0112915408	1.727.637,76	1.727.637,76	702.020,73	214.020,73	1.025.617,03
		0112915412	179.440,00	179.440,00			179.440,00
15257	FUNDACAO UNIVERSIDADE DE BRASILIA	0112915044	2.924.219,49	2.921.759,29	1.773.429,18	1.773.429,18	1.148.320,11
		0112915405	1.785.545,03	1.785.545,03	789.373,61	713.231,91	996.171,42
		0112915407	400.631,80	400.621,71	386.529,62	372.823,11	14.092,09
		0112915408	755.189,69	723.943,01	497.568,55	488.815,00	225.874,46
		0112915412	300.000,00	300.000,00	292.466,90		7.533,10
15258	FUNDACAO UNIVERSIDADE DO MARANHAO	0112915044	759.321,54	759.321,54	190.888,83	190.888,83	968.432,71
		0112915045	1.921.193,29	1.921.193,29	1.826.199,10	1.803.400,00	94.594,19
		0112915405	602.908,17	602.908,17	364.641,52	343.392,29	238.265,65
		0112915407	114.657,38	114.657,38	95.315,92	90.049,13	19.341,46
		0112915408	1.754.378,50	1.754.378,50	1.754.378,50	1.754.378,50	
15259	UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE - FURG	0112915030	712.800,00	712.800,00	227.700,00	227.700,00	485.100,00
		0112915044	751.702,54	751.702,54	301.067,71	301.067,71	450.634,83
		0112915045	30.000,00	30.000,00	30.000,00	30.000,00	
		0112915405	1.047.548,47	1.047.548,47	855.590,74	818.612,11	181.957,73
		0112915408	274.527,49	274.527,49	107.362,28	107.362,28	167.165,21
15260	FUNDACAO UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLANDIA	0112915044	1.106.459,90	1.106.459,90	1.106.459,90	1.106.459,90	
		0112915405	1.453.355,67	1.453.355,67	971.307,00	967.375,71	492.059,67
		0112915408	563.433,16	563.433,16	440.707,96	440.707,96	122.725,20
15261	FUNDACAO UNIVERSIDADE FEDERAL DO ACRE	0112915044	355.336,27	355.336,27	1.100,00		343.436,27
		0112915405	87.283,59	87.283,59	81.235,24	81.235,24	6.048,35
		0112915408	72.765,60	72.765,60	64.529,20	64.529,20	8.236,40
15262	FUNDACAO UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO	0112915045	714.286,17	714.286,17	475.231,02	474.829,82	239.055,15
		0112915408	592.883,41	592.883,41	154.014,08	154.014,08	438.869,33
		0382915044	1.191.558,58	1.191.558,58	5.750,00		1.185.818,58
15263	UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO	0112915044	679.521,66	679.521,66			679.521,66

15254	FUNDACAO UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS	0112915405	776.600,00	776.530,00	556.421,80	408.744,82	220.108,20
		0112915408	175.308,28	175.308,28	138.408,28		36.900,00
		0112915044	1.224.214,54	1.224.214,54	227.011,92	106.159,16	997.202,62
		0112915405	1.779.360,00	1.779.360,00	814.863,40	795.610,03	964.496,60
		0112915408	6.814.931,38	6.814.931,38	6.207.553,08	6.071.540,60	607.373,30
15255	FUNDACAO UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUI	0112915044	986.770,82	986.770,72	119.604,65	64.178,75	867.166,07
		0112915405	468.513,36	468.513,36	399.209,57	376.770,71	68.303,79
		0112915407	71.330,81	71.330,81	71.330,81	70.976,51	
15256	FUNDACAO UNIVERSIDADE FEDERAL DE SAO CARLOS	0112915044	1.368.411,51	1.368.411,51	42.406,00	42.406,00	1.325.005,51
		0112915405	1.802.110,00	1.802.110,00	577.860,75	541.361,09	1.224.249,25
		0112915408	1.696.769,10	1.696.769,10	202.566,52	202.566,52	1.494.202,58
15257	FUNDACAO UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE	0112915044	1.198.613,91	1.198.613,91			1.198.613,91
		0112915405	1.005.661,60	1.005.661,60	955.896,41	858.260,51	38.665,19
		0112915408	293.985,00	293.985,00	50.000,00	50.000,00	243.985,00
15258	UNIVERSIDADE FEDERAL DE VICOSA	0112000030	2.000,06	2.000,06			2.000,06
		0112915030	141.900,00	141.900,00	141.900,00	141.900,00	
		0112915044	1.416.776,63	1.416.776,63	363.183,42	362.682,84	1.416.776,63
		0112915405	676.189,32	676.189,32	46.067,58	46.067,58	313.005,90
		0112915407	46.067,58	46.067,58			
		0112915408	304.681,25	304.681,25	44.861,25	44.861,25	260.000,00
15259	FUNDACAO UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO G. SUL	0112915405	876.697,21	876.697,21	787.120,22	782.505,62	89.576,59
		0112915408	169.789,37	169.789,37	153.732,37	145.848,56	16.067,00
		0282915044	935.504,29	935.504,29	539.637,71	482.736,21	395.866,58
15270	FUN UNIV.FED.DE CIENCIAS DA SAUDE DE PALEGRE	0112915044	142.498,20	142.498,20			142.498,20
		0112915405	205.441,11	205.441,11	61.553,36	61.553,36	143.887,75
15276	FUNDACAO UNIVERSIDADE FEDERAL DE S.J DEL REI	0112915044	411.240,65	410.401,99			410.401,99
		0112915405	284.130,00	284.130,00	127.236,64	126.936,64	156.893,36
		0112915408	940.106,12	940.024,12	415.660,06	415.445,56	524.136,06
15277	UNIVERSIDADE FEDERAL DE RORAIMA	0112915044	359.927,48	359.927,48	20.912,00		339.015,48
		0112915405	69.273,27	69.273,27	47.202,40	43.613,79	22.070,87
		0112915408	283.491,39	282.665,43	56.974,08	56.974,08	225.992,35
15278	FUNDACAO UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAPA	0112915044	150.000,00	150.000,00	150.000,00		
		0112915045	499.978,15	499.978,15	141.279,12	79.626,84	358.699,03
		0112915405	81.110,14	81.110,14	47.109,86	46.169,86	34.000,28

15281	UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE	0112915044	715.899,40	715.899,40	101.000,00	101.000,00	614.899,40
		0112915405	981.970,16	981.970,16	944.854,28	880.409,76	37.115,88
25201	FUNDACAO OSWALDO CRUZ	0112915044	1.091.000,00	1.091.000,00	192.000,00	113.000,00	899.000,00
		0112915405	728.442,89	728.442,89	561.962,98	551.962,98	168.479,91
26230	FUND. UNIVERSIDADE FEDERAL VALE SAO FRANCISCO	0112915044	200.168,41	200.168,41	26.346,22	21.299,62	183.871,79
		0112915405	41.902,73	41.902,73	61.964,31	55.481,92	15.555,61
26251	FUNDACAO UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS	0112915044	213.405,61	213.405,61	31.335,96	25.001,16	188.403,45
		0112915405	259.519,21	259.519,21	91.630,73	72.800,20	186.718,99
		0112915045	1.433.933,33	1.433.933,33	12.160,65	10.656,46	1.423.276,87
		0112915405	210.342,21	210.342,21	812,50	812,50	209.529,71
		0112915408	351.787,04	351.787,04	71.324,92	45.824,92	280.962,12
26266	FUNDACAO UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA	0112915405	26.808,87	26.808,87	519.868,59	519.868,59	25.940,28
		0112915405	140.764,00	140.764,00	88.364,07	87.629,67	52.139,33
26350	FUNDACAO UNIVERSIDADE FED. DA GRANDE DOURAD	0112915044	455.159,11	455.159,11	71.324,92	45.824,92	383.334,19
		0112915405	557.438,97	557.438,97	519.868,59	519.868,59	37.570,38
		0112915408	360.189,10	360.189,10	88.364,07	87.629,67	271.825,03
26351	UNIVERSIDADE FEDERAL DO RECONCAVO DA BAHIA	0112915412	278.802,00	278.802,00	278.802,00	278.802,00	0,00
		0112915044	298.536,40	298.536,40	65.549,02	47.263,00	231.287,40
		0112915045	94.707,04	94.707,04	177.073,04	166.059,45	28.913,59
26352	FUNDACAO UNIVERSIDADE FEDERAL DO ABC	0112915405	282.367,95	282.367,95	291.981,30	281.981,30	1.386,65
		0112915044	444.473,47	444.473,47	531,60	531,60	443.941,87
		0112915405	294.287,89	294.287,89	2.457,91	360,50	291.830,39
		0112915408	1.418,60	1.418,60	30.800,00	30.800,00	1.387,79
26402	INST. FED. DE EDUC., CIENC. E TEC. DE ALAGOAS	0112915408	83.784,00	83.784,00	134.980,00	134.980,00	0,00
26403	INST. FED. DE EDUC., CIENC. E TEC. DO AMAZONAS	0112915408	463.191,95	463.191,95	27.430,02	27.430,02	435.761,93
26405	INST. FED. DE EDUC., CIENC. E TEC. DO CEARA	0112915044	150.000,00	150.000,00	30.499,02	30.499,02	119.500,98
		0112915405	30.800,00	30.800,00	885.122,78	864.591,78	405.531,00
26406	INST. FED. DE EDUC., CIENC. E TEC. DO ESP. SANTO	0112915044	134.980,00	134.980,00	149.990,99	149.990,99	0,00
		0112915405	27.430,02	27.430,02	48.399,47	48.399,47	19.030,55
		0112915408	30.499,02	30.499,02	469.798,57	469.798,57	0,00
26407	INST. FED. DE EDUC., CIENC. E TEC. GOIANO	0112915408	885.122,78	885.122,78	23.037,12	18.912,22	866.210,56
		0112915044	149.990,99	149.990,99	21.300,02	17.120,02	132.870,97
		0112915405	48.399,47	48.399,47	247.312,01	237.324,61	10.987,40
26408	INST. FED. DE EDUC., CIENC. E TEC. DO MARANHAO	0112915045	469.798,57	469.798,57	41.914,19	11.598,80	427.880,28
		0112915405	278.740,10	278.740,10	14.376,60	14.376,60	264.363,50
		0112915408	191.058,47	191.058,47	275.574,24	275.574,24	0,00

	0112915405	6.419,25	6.419,25	3.899,76		2.719,50
	0112915408	570.577,79	570.577,79	296.130,94	294.068,94	275.446,85
26413	INST.FED.DE EDUC. CIENC.E TEC.DO TRIA.MINEIRO	147.348,55	147.348,55	24.000,00		123.348,55
	0112915408	28.542,61	28.542,61	28.259,87	28.259,87	282,74
26416	INST.FED.DE EDUC. CIENC.E TEC.DO PARA	7.800,00	7.800,00	7.800,00	7.800,00	
	0112000000					
	0112915405	1.884.266,47	1.842.662,62	1.596.995,05	1.845.014,05	155.675,57
	0112915408	1.292.522,69	1.269.502,98	1.269.502,98	1.269.502,98	
26417	INST.FED.DE EDUC. CIENC.E TEC.DA PARAIBA	68.614,91	67.450,91	1.425,00		66.022,91
26418	INST.FED.DE EDUC. CIENC.E TEC.DE PERNAMBUCO	49.638,15	42.803,42	19.684,66	19.684,66	23.183,76
	0112915408	105.065,51	105.065,51	98.767,51	41.240,00	6.298,00
26419	INST.FED.DE EDUC. CIENC.E TEC.DO RS	23.519,20	23.519,20	17.063,60	17.063,60	6.455,60
26427	INST.FED.DE EDUC. CIENC.E TEC.DA BAHIA	14.827,44	14.827,44	14.827,44	14.827,44	
26433	INST.FED.DE EDUC. CIENC.E TEC.DO R.DE JANEIRO	134.405,00	134.405,00			134.405,00
26435	INST.FED.DE EDUC. CIENC.E TEC.DO RN	483.265,09	483.265,09	15.930,49	15.930,49	467.334,60
26436	INST.FED.DE EDUC. CIE E TEC.SUL-RIO-GRANDENSE	89.688,01	89.688,01	88.510,01	88.510,01	1.178,00
26437	INST.FED.DE EDUC. CIENC.E TEC.DE RORAIMA	22.822,47	22.822,47	19.050,47	18.884,57	3.763,00
	0112915405	325.877,32	325.877,32	27.795,63	27.795,63	298.080,69
	0112915408	721.091,36	647.535,98	308.804,61	308.804,61	338.731,37
26438	INST.FED.DE EDUC. CIENC.E TEC.DE STA.CATARINA	150.000,00	150.000,00			150.000,00
26441	UNIVERSIDADE FEDERAL DO OESTE DO PARA	1.538.816,87	1.538.816,87	1.043.741,57	1.043.741,57	495.075,30
	0112915405	150.000,00	150.000,00	61.021,77	61.021,77	88.978,23
36201	CONSELHO NAC DE DESENV.CIENTIFICO TECNOLÓGICO	24.931.895,67	24.931.895,67	4.314.380,44	2.373.503,90	20.617.515,23
44206	INSTITUTO DE PESQUISAS JARDIM BOTANICO DO RJ	146.958,00	146.958,00			146.958,00
	0112915405	55.364,18	55.364,18	55.364,18	55.364,18	
TOTAL		443.595.947,14	440.676.578,79	316.765.897,74	298.051.773,66	123.910.681,05



Sistema de Informação de Administração - SIAFI

Ministério da Educação

Exercício: 2011

Período: 01-2011-12

Moeda: R\$ (R\$ milhar, milhares)

Unidade: R\$ mil

Unidade: R\$ mil

Unidade: R\$ mil

Unidade: R\$ mil

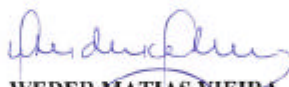
Unidade	Fonte de Recursos	Destinação	Despesa Recorrida		Despesa Liquidada		Valor Pago		por Rec. em RP
			Despesa Recorrida	Despesa Liquidada	Despesa Recorrida	Despesa Liquidada	Valor Pago	Valor Pago	
350040	TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 1ª REG. - PREC. RPV	0100000000 - RECURSOS ORDINARIOS	708.850,87	708.850,87	708.850,87	708.850,87	708.850,87	708.850,87	0,74
120016	GRUPAMENTO DE INFRAESTRUTURA E APOIO DE S.J. CAMPOS	0112915405 - PROGRAMA DE APOIO A PÓS-GRADUAÇÃO PROPP/CAPES	205.870,18	205.870,18	205.870,18	205.870,18	205.870,18	205.870,18	154.651,62
150002	SUBSECRETARIA DE ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS/MEC	0100000000 - RECURSOS ORDINARIOS	1.822.962,64	1.822.962,64	1.822.962,64	1.822.962,64	1.822.962,64	1.822.962,64	227.666,98
160027	INSTITUTO MILITAR DE ENGENHARIA	0112915405 - PROGRAMA DE APOIO A PÓS-GRADUAÇÃO PROPP/CAPES	205.105,70	205.105,70	205.105,70	205.105,70	205.105,70	205.105,70	50.626,70
240105	INSTITUTO NACIONAL DE PESQUISA DA AMAZONIA - INPA	0112915405 - PROGRAMA DE APOIO A PÓS-GRADUAÇÃO PROPP/CAPES	374.140,55	374.140,55	374.140,55	374.140,55	374.140,55	374.140,55	158.960,00
		0112915405 - PROGRAMA DE APOIO A PÓS-GRADUAÇÃO PROPP/CAPES	383.736,10	383.736,10	383.736,10	383.736,10	383.736,10	383.736,10	62.402,00
240123	LABORATÓRIO NACIONAL DE COMPUTAÇÃO GÊNICA	0112915405 - PROGRAMA DE APOIO A PÓS-GRADUAÇÃO PROPP/CAPES	143.027,37	143.027,37	143.027,37	143.027,37	143.027,37	143.027,37	1.127,54
240120	OBSERVATÓRIO NACIONAL	0112915405 - PROGRAMA DE APOIO A PÓS-GRADUAÇÃO PROPP/CAPES	72.949,37	72.949,37	72.949,37	72.949,37	72.949,37	72.949,37	156.142,10
		0112915405 - PROGRAMA DE APOIO A PÓS-GRADUAÇÃO PROPP/CAPES	156.200,00	156.200,00	156.200,00	156.200,00	156.200,00	156.200,00	

Anexo 5



Eu, WEDER MATIAS VIEIRA, CPF nº 577.367.151-49, Coordenador-Geral de Recursos Logísticos, exercido na Diretoria de Gestão, declaro junto aos órgãos de controle interno e externo que todas as informações referentes a contratos, convênios e instrumentos congêneres firmados até o exercício de 2011 por esta Unidade estão disponíveis e atualizadas, respectivamente, no Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais – SIASG, conforme estabelece o art. 19 da Lei nº 12.309, de 9 de agosto de 2010 e suas correspondentes em exercícios anteriores.

Brasília, 08 de março de 2012.



WEDER MATIAS VIEIRA
577.367.151-49

Anexo 6



Ministério da Educação
Coordenação de Aperfeiçoamento
de Pessoal de Nível Superior

**DECLARAÇÃO DO CONTADOR
DECLARAÇÃO PLENA**

**FUND COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR
CÓDIGO DA UG - 154003**

Declaro que os demonstrativos contábeis constantes do Sistema SIAFI (Balanços Orçamentário, Financeiro e Patrimonial e a Demonstração das Variações Patrimoniais, previstos na Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964), refletem a adequada situação orçamentária, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada que apresenta Relatório de Gestão.

Estou ciente das responsabilidades civis e profissionais desta declaração.

Brasília-DF, 09 de março de 2012



Maria Lúcia de Melo Amorim
CRC nº DF 014358/0-8

Anexo 7

RELATÓRIO DE GESTÃO

Divisão de Contabilidade (DCON)

I- DISPOSIÇÕES GERAIS

1. Em conformidade com o campo "abrangência" do item 18 da Portaria TCU nº 123/2011 que inclui também as Fundações Públicas, tal como dispõe o e-mail anexo da Auditoria da CAPES enviado no dia 23 de janeiro de 2012, procedemos à análise crítica das demonstrações contábeis da CAPES, quais sejam: Balanço Orçamentário, Balanço Patrimonial, Balanço Financeiro, Demonstrações das Variações Patrimoniais e Demonstração dos Fluxos de Caixa.

2. No que tange à análise dos quocientes (índices), foi necessário recorrer ao Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público da Secretaria de Fazenda do Tesouro Nacional, bem como aos ensinamentos do professor Heilio Kohama¹, que desenvolveu uma análise de quocientes aplicados aos balanços públicos.

3. As demonstrações contábeis extraídas do Sistema Integrado de Administração Financeira (SIAFI) foram formatadas em planilha eletrônica e, posteriormente, anexadas ao relatório, com o intuito de viabilizar a verificação dos dados financeiros e da análise crítica.

II. DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

II. A. BALANÇO FINANCEIRO

1. O Balanço Financeiro (BF) apresentou o *saldo que passa para o exercício seguinte* maior do que o *saldo do exercício anterior*, apontando para um Quociente de Resultado dos Saldos Financeiros na ordem de 2,26. Constituiu-se, portanto, um expressivo resultado positivo financeiro, uma vez que os recebimentos no exercício foram bem maiores do que os pagamentos no exercício, cuja situação foi similar no exercício de 2010².

¹ Balanços Públicos: Teoria e Prática (2ª edição, Editora Atlas S.A. - 2006, São Paulo).

² É necessário diferenciar os conceitos de "resultado positivo financeiro" do Balanço Financeiro (ingressos-dispêndios) com o "superávit financeiro" apurado no Balanço Patrimonial (Ativo Financeiro-Passivo Financeiro).

2. Por outro lado, a Receita Corrente foi inferior à Despesa Corrente, de modo que o Quociente Execução Orçamentária Corrente (Receita Corrente/Despesa Corrente) é menor do que 1. O Quociente de Execução Orçamentária corresponde apenas a 0,03, cujo cálculo é realizado por meio da divisão da Receita Orçamentária pela Despesa Orçamentária. Tal situação implica afirmar que a Receita Orçamentária foi menor do que a Despesa Orçamentária, o que indica a existência de um déficit orçamentário. A razão pela qual o índice foi baixo deve-se, notadamente, ao pequeno valor de Receita de Corrente e à ausência de Receita de Capital, enquanto houve valores significativos de Despesa Corrente e de Despesa de Capital.

3. Não obstante, cumpre destacar que o Quociente de Execução Orçamentária aumentaria para 0,85 se fossem incluídas as Transferências Recebidas no cômputo das Receitas Orçamentárias (Receitas Correntes e Receitas de Capital)³. Tal quociente seria próximo de 1, cuja situação configura uma igualdade entre Receita Orçamentária e Despesa Orçamentária.

4. No tocante aos aspectos extraorçamentários, observou-se que o Quociente da Execução Extra-Orçamentária (Receita Extra-Orçamentária/Despesa Extraorçamentária) equivale a 1,47. Além disso, o Quociente do Resultado da Execução Financeira (Receita Orçamentária+Extraorçamentária/Despesa Orçamentária+ Extraorçamentária) corresponde a 1,03. Infere-se, portanto, que as Receitas Extraorçamentárias contribuíram para o equilíbrio do BF da CAPES.

5. A Dedução da Receita corresponde a R\$ 4.956.812,04, o que configura uma das maiores variações percentuais — entre os exercícios de 2010 e 2011 — dentre as rubricas pertencentes aos ingressos. Tal conta diz respeito às retificações dos códigos de recolhimentos informados incorretamente, quando da devolução de recursos de convênio por intermédio de Guia de Recolhimento da União (GRU), o que implica a movimentação das seguintes contas em dezembro de 2011:

(a) Conta Retificações (498000000) no valor de R\$ 4.673.798,94 (quatro milhões, seiscentos e setenta e três mil, setecentos e noventa e oito reais e noventa e quatro centavos);

(b) Conta Descontos Concedidos (493000000) no valor de R\$ 44.061,46 (quarenta e quatro mil, sessenta e um reais e quarenta e seis centavos);

³ Para auferir o índice de 0,83, é necessário utilizar o quociente entre Ingressos Orçamentários (que inclui as Transferências Recebidas) e Dispendios Orçamentários (que inclui as Transferências Concedidas).

(c) Conta Outras Deduções (499000000) no valor de R\$ 238.951,64 (duzentos e trinta e oito mil, novecentos e cinquenta e um reais e sessenta e quatro centavos). Tendo em vista que os códigos de recolhimento são parametrizados para fontes diferentes de receita, houve saldo na rubrica contábil Dedução de Receita.

II. B. DEMONSTRAÇÕES DE VARIAÇÕES PATRIMONIAIS

1. O artigo 104 da Lei nº 4.320/1964 preconiza que a Demonstração das Variações Patrimoniais (DVP) evidenciará as alterações verificadas no patrimônio, resultantes ou independentes da execução orçamentária, e indicará o resultado patrimonial do exercício.

2. Analogamente ao Balanço Financeiro, a Dedução da Receita corresponde a R\$ 4.956.812,04 (quatro milhões, novecentos e cinquenta e seis mil, oitocentos e doze reais e quatro centavos) e se refere às retificações dos códigos de recolhimentos informados incorretamente, quando da devolução de recursos de convênio por intermédio de Guia de Recolhimento da União (GRU).

3. Em 2011, observou-se um resultado patrimonial positivo (superávit) no valor de R\$ 198.995.420,41 (cento e noventa e oito milhões, novecentos e noventa e cinco mil, quatrocentos e vinte reais e quarenta e um centavos) na DVP, enquanto o exercício de 2010 havia apresentado um resultado patrimonial negativo (déficit) de R\$ 45.097.085,89 (quarenta e cinco milhões, noventa e sete mil, oitenta e cinco reais e oitenta e nove centavos).

4. Quanto a alguns índices utilizados para avaliar a DVP, destacam-se a seguir:

(a) Quociente do Resultado das Variações Patrimoniais Independentes da Execução Orçamentária (Independente da Execução Orçamentária Ativa/Independente da Execução Orçamentária Passiva) corresponde a 3,33. Infere-se, portanto, que as incorporações de bens, créditos e valores e baixas da dívida fundada — correspondentes às superveniências ativas ou insubsistências passivas — são superiores às baixas de bens, créditos e valores e incorporações de dívida fundada, compreendidas nas insubsistências passivas e superveniências ativas. Entende-se o conceito de superveniências ativas como sendo as movimentações que ocorrem por fatos inesperados que aumentam patrimônio, enquanto as insubsistências passivas seriam as movimentações que ocorrem por fatos que não podem mais subsistir, aumentando o

patrimônio. Ressalta-se ainda que, em 2011, houve um aumento do índice comparado ao exercício anterior.

(b) Quociente do Resultado das Variações na Parte Permanente (Soma das Mutações Patrimoniais Ativas+ Independentes da Execução Orçamentária Ativa/Soma das Mutações Patrimoniais Passivas+ Independentes da Execução Orçamentária Passiva) corresponde a 1,63. Isso indica que os aumentos do ativo permanente somados à diminuição do passivo permanente são superiores às baixas do ativo permanente somadas às incorporações do passivo permanente. Em 2011, houve um aumento do quociente comparado ao exercício anterior.

(c) Quociente do Resultado das Variações Patrimoniais (Total das Variações Ativas/Total das Variações Passivas) corresponde a 1,04. Uma vez que este quociente demonstra o resultado patrimonial, há um "superávit" patrimonial porque o índice é maior do que 1. Observou-se que houve um aumento do índice comparado ao exercício anterior, haja vista que, em 2010, houve um resultado patrimonial negativo.

II. C. BALANÇO PATRIMONIAL

1. O Ativo Real (AR) do Balanço Patrimonial (BP) consiste na diferença apurada entre o Ativo Financeiro (AF) e o Ativo Não-Financeiro (ANC), considerando-se que o AF compreende os créditos e valores realizáveis independentemente de autorização orçamentária. No final do exercício de 2011, o valor AF correspondeu a R\$ 684.953.777,80 (seiscentos e oitenta e quatro milhões, novecentos e cinquenta e três mil, setecentos e setenta e sete reais e oitenta centavos), apresentando um crescimento de 50,68% em relação ao exercício anterior. O Ativo Não-Financeiro demonstrou-se baixo, em virtude da subconta *Recursos a Receber para pagamento de RAP*, o que contribuiu para que o AR apresentasse um valor menor do que o AF. O Passivo Financeiro (PF), por sua vez, compreende os compromissos exigíveis, cujo pagamento independa de autorização orçamentária. Em 2011, o valor total do PF foi de R\$ 955.673.633,98 (novecentos e cinquenta e cinco milhões, seiscentos e setenta e três reais, seiscentos e trinta e três reais e noventa e oito centavos), 52,95% maior do que o apurado no exercício anterior.

2. A elaboração do demonstrativo do superávit financeiro é relevante, pois evidencia os recursos que podem ser utilizados no exercício seguinte por intermédio dos créditos adicionais. Em conformidade com o §2º do artigo 43 da Lei nº 4320/1964, a apuração do superávit financeiro é feita com base no BP do exercício mediante a diferença positiva entre

as contas do AF e do PF. Nesse diapasão, a diferença entre o AF (R\$ 684.953.777,80) e o PF (R\$ 955.673.633,98) — cujas contas estão discriminadas no BP de 2011 em conformidade com o artigo 105 da aludida lei federal — apresentou um déficit financeiro de R\$ 270.719.856,18 (duzentos e setenta milhões, setecentos e dezenove mil, oitocentos e cinquenta e seis reais e dezoito centavos). Por outro lado, o BP apresentou um “superávit” patrimonial, uma vez que o Ativo Real (soma do Ativo Financeiro e o Ativo Não Financeiro) subtraído pelo Passivo Real (soma do Passivo Financeiro e o Passivo Não Financeiro) equivale a R\$ 64.500.745,45 (sessenta e quatro milhões, quinhentos mil, setecentos e quarenta e cinco reais e cinquenta e cinco centavos). Isso implica dizer que não houve passivo real descoberto, sendo que tal situação foi possível, em decorrência do alto valor negativo do PF, o que fez com o PR diminuísse sobremaneira.

3 Ressalta-se, por fim, que os entes públicos passaram a contabilizar a depreciação a partir de 2010, de acordo com a obrigatoriedade da NBC T.16.9 (Depreciação, Amortização e Exaustão), a qual foi aprovada pela Resolução CFC n.º 1.136/08 e discriminada pela Macrofunção do SIAFI 020330. No exercício de 2010, foram registradas apenas as depreciações de bens adquiridos dentro do mesmo ano, cujo valor perfaz R\$ 120.182,17 (cento e vinte mil, cento e oitenta e dois reais e dezessete centavos). Em 2011, registrou-se R\$ 2.195.837,29 (dois milhões, cento e noventa e cinco mil, oitocentos e trinta e sete reais e vinte e nove centavos), valor significativamente maior do que o exercício anterior, em virtude do acréscimo de lançamento da depreciação de bens adquiridos antes de 2010.

II. D. BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

1. À luz do artigo 102 da Lei 4.320/1964, o Balanço Orçamentário (BO) apresentará as receitas previstas e as despesas fixadas em confronto com as realizadas. Vale lembrar que a estrutura do BO apresentada pelo SIAFI — a qual se encontra anexa ao relatório — está de acordo com a estrutura preconizada pela Coordenação-Geral de Contabilidade da Secretaria do Tesouro Nacional, que adotou um novo quadro para o BO em 2008, apresentando a previsão/dotação atualizada além da previsão/dotação inicial.

2. Primeiramente, é necessário observar que o BO tende a apresentar-se como “déficit” orçamentário, em cuja situação as despesas executadas são maiores do que as receitas executadas. Isso decorre, em grande medida, do regime misto da Contabilidade Público advindo do artigo 35 da Lei 4320/1964, o qual preconiza que pertencerão ao exercício

de forma expressiva no exercício de 2011. Uma pequena parte se deve à devolução de recursos por parte de ex-bolsistas egressos que descumpriram termo de compromisso com a CAPES.

III. CONCLUSÃO

As demonstrações contábeis apresentadas, em 2011, demonstraram uma satisfatória execução por parte da CAPES, o que pode ser comprovado por meio do expressivo resultado patrimonial positivo (Variações Ativas - Variações Passivas) da Demonstração das Variações Patrimoniais (DVP). O Balanço Patrimonial (BP) apresentou um “supravit” patrimonial (Ativo Real - Passivo Real), em que pese a existência de déficit financeiro (Ativo Financeiro - Passivo Financeiro). Ademais, a situação do Balanço Financeiro demonstrou-se satisfatória, em virtude das transferências recebidas e das Receitas extraorçamentárias.

De acordo,

Maria Rosa de Sá
Chefe do Trabalho da Contabilidade
COTRABO
Reg. Nº 12.612.001-1 - DOU 12/05/09


LUÍS FABIANO FARIAS BORGES

Analista em C&T

Matrícula: 1666686

[illegible]

DVP	EXERCÍCIO	EXERCÍCIO
VARIACOES ATIVAS	2011	2010
VARIACOES ATIVAS	4.374.786.127,34	3.697.910.373,69
ORÇAMENTARIAS	3.273.126.036,48	2.216.912.414,34
RECEITAS CORRENTES	36.805.423,04	25.531.616,00
RECEITA PATRIMONIAL	5.272.101,28	3.966.620,50
RECEITA DE SERVIÇOS	2.802.235,63	2.978.058,49
OUTRAS TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	0	90.447,10
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	30.699.800,14	18.439.299,55
RECEITA ENTRE ÓRGÃOS DO ORÇAMENTO	31.285,69	36.589,95
RECEITA DE SERVIÇOS	0	3.682,27
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	31.285,69	33.107,68
DEDUÇÕES DA RECEITA	-4.666.812,04	-27.551,31
INTERFERÊNCIAS ATIVAS	2.510.310.368,77	1.942.806.534,41
TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS RECEBIDAS	2.410.310.368,77	1.942.806.534,41
REPASSE RECEBIDO	2.166.019.893,08	1.552.009.583,90
SUB-REPASSE RECEBIDO	391.055.055,57	362.118.413,96
VALORES DIFERIDOS - BAIXA	31.132.846,11	164.443,21
VALORES DIFERIDOS - INSCRIÇÃO	32.102.164,01	27.654.093,29
MUTACOES ATIVAS	627.986.450,71	248.601.815,15
INCORPORAÇÕES DE ATIVOS	3.032.073,39	3.016.760,91
AQUISICÕES DE BENS	3.032.073,39	3.016.760,91
DESINCORPORAÇÃO DE PASSIVOS	624.934.377,32	245.585.054,24
RESULTADO EXTRA-ORÇAMENTARIO	1.162.660.696,86	1.435.900.873,46
INTERFERÊNCIAS ATIVAS	1.337.460,95	13.312.694,48
TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS RECEBIDAS	259.826,13	4.409.359,63
MOVIMENTO DE FUNDOS A DÉBITO	1.077.635,82	8.903.334,85
ACRESCIMOS PATRIMONIAIS	1.101.322.635,91	1.422.000.178,98
INCORPORAÇÕES DE ATIVOS	924.988.612,90	933.186.332,86
INCORPORAÇÃO DE BENS MOVEIS	893.391,29	480.642,71
INCORPORAÇÃO DE BENS INTANGÍVEIS	145.650,00	0
INCORPORAÇÃO DE DIREITOS	923.998.971,62	932.705.490,15
AJUSTES DE BENS, VALORES E CRÉDITOS	57.492.668,97	81.641.391,46
AJUSTES DE CRÉDITOS	57.492.668,97	81.641.391,46
DESINCORPORAÇÃO DE PASSIVOS	118.441.222,74	406.557.921,00
AJUSTES DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	400.733,30	7.202.543,66
AJUSTES FINANCEIROS	400.733,30	7.202.543,66
RESULTADO PATRIMONIAL	0	45.097.086,89
DÉFICIT	0	45.097.086,89
VARIACOES PASSIVAS	EXERCÍCIO	EXERCÍCIO
VARIACOES PASSIVAS	2011	2010
ORÇAMENTARIAS	4.374.786.127,34	3.697.910.373,69
DESPESAS CORRENTES	3.118.047.408,74	2.247.058.726,10
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	2.280.244.474,88	1.458.303.876,65
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	43.414.327,31	43.543.938,12
DESPESA ENTRE ÓRGÃOS DO ORÇAMENTO	2.238.773.426,83	1.406.109.983,11
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	8.056.720,94	8.740.287,42
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	7.366.609,29	7.416.854,58
DESPESAS DE CAPITAL	689.822,65	1.393.432,84
INVESTIMENTOS	44.249.080,88	58.751.482,59
DESPESA ENTRE ÓRGÃOS DO ORÇAMENTO	44.249.080,88	58.750.482,59
INVESTIMENTOS	0	1.000,00
INTERFERÊNCIAS PASSIVAS	783.553.873,18	729.923.364,86
TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS CONCEDIDAS	783.553.873,18	729.923.364,86
REPASSE CONCEDIDO	323.634.026,63	339.686.681,10
SUB-REPASSE CONCEDIDO	391.055.055,57	362.118.413,96
VALORES DIFERIDOS - BAIXA	31.132.846,11	164.443,21
VALORES DIFERIDOS - INSCRIÇÃO	37.730.934,88	28.054.838,56
RESULTADO EXTRA-ORÇAMENTARIO	1.097.743.298,19	1.450.841.647,59
INTERFERÊNCIAS PASSIVAS	5.737.482,72	112.790.978,05
TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS CONCEDIDAS	4.430.147,56	103.677.739,50
MOVIMENTO DE FUNDOS A CRÉDITO	1.307.335,16	9.083.739,45
DECRESCIMOS PATRIMONIAIS	1.052.025.815,47	1.338.080.668,64
DESINCORPORAÇÕES DE ATIVOS	693.868.601,44	784.220.890,19
BAIXA DE BENS MOVEIS	1.230.455,06	2.954.732,31
BAIXA DE DIREITOS	592.626.146,38	781.265.157,88
AJUSTES DE BENS, VALORES E CRÉDITOS	5.434.223,39	90.384.713,11
AJUSTES DE CRÉDITOS	3.358.568,27	60.264.530,64
DEPRECIACÃO, AMORTIZAÇÃO E EXAUSTÃO	2.075.655,12	126.182,17
INCORPORAÇÃO DE PASSIVOS	452.712.980,64	483.475.065,34
RESULTADO PATRIMONIAL	198.595.420,41	0
SUPERÁVIT	198.595.420,41	0

BALANÇO - PATRIMONIAL	EXERCÍCIO	EXERCÍCIO
ATIVO	2011	2010
ATIVO FINANCEIRO	3.899.477.187,74	3.893.619.286,28
DISPONÍVEL	241.735.529,00	454.479.426,77
DISPONÍVEL EM MOEDA NACIONAL	55.305.158,24	106.850.875,19
DISPONÍVEL EM MOEDA ESTRANGEIRA	186.430.371,76	347.628.551,58
CREDITOS EM CIRCULAÇÃO	411.119.089,79	320.622.487,50
CRÉDITOS A RECEBER	4.987.435,87	8.365,17
LIMITE DE SAQUE CIVIL DE PAGAMENTO	2.344.317,30	3.289.929,40
RECURSOS A RECEBER DO TESOUREIRO - FUNDOS	0	5.392.804,91
RECURSOS A RECEBER PARA PAGAMENTO DE RP	338.810.320,42	357.034.271,76
VALORES PENDENTES A CURTO PRAZO	32.102.184,61	27.654.093,29
VALORES DIFERIDOS	32.102.184,61	27.654.093,29
ATIVO NÃO FINANCEIRO	-353.207.887,39	-358.203.421,76
REALIZÁVEL A CURTO PRAZO	-354.217.217,09	-272.919.621,47
CRÉDITOS EM CIRCULAÇÃO	-354.803.543,55	-273.379.683,30
RECURSOS A RECEBER PAGAMENTO DE RP RETIFIC.	-358.816.333,61	-307.225.271,76
DIVERSOS RESPONSABILIZ.	30.597.554,14	33.643.775,28
ADIANTEMENTOS CONCEDIDOS	18.293,07	306.114,26
OUTROS CREDITOS EM CIRCULAÇÃO	193.541,26	6.598,01
BENS E VALORES EM CIRCULAÇÃO	388.323,00	460.254,63
ESTOQUES	348.325,56	440.254,63
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	7.554.490,07	0
CREDITOS REALIZÁVEIS A LONGO PRAZO	7.554.490,07	0
DEBÍDITA ATIVA (DP)	7.554.490,07	0
PERMANENTE	22.455.140,63	22.626.203,77
IMOBILIZADO	22.455.140,63	22.626.203,77
BENS MOVÍVEIS E IMÓVEIS	22.455.140,63	22.626.203,77
DEPRECIACÕES, AMORTIZACÕES E EXAUSTÕES	2.195.837,25	1.705.182,17
ATIVO REAL	351.748.186,41	354.204.009,07
ATIVO COMPENSADO	-3.547.730.917,33	-3.388.724.286,22
COMPENSAÇÕES ATIVAS DIVERSAS	-3.547.730.917,33	-3.388.724.286,22
RESPONSABILIDADES POR VALORES, TÍTULOS E R.	542.039.167,70	331.388.931,71
DIREITOS E OBRIGAÇÕES CONVENCIONADAS	2.927.243.409,03	3.000.530.950,47
DIREITOS E OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS	17.648.200,57	56.804.454,02
OUTRAS COMPENSAÇÕES	0,03	0,02
TOTAL DO ATIVO	0,00	0,00
PASSIVO	EXERCÍCIO	EXERCÍCIO
2011	2010	
PASSIVO FINANCEIRO	3.899.477.187,74	3.893.619.286,28
DEPÓSITOS	60.526,41	133.070,52
DEPÓSITOS DE DIVERSAS ORIGENS	60.526,41	133.070,52
OBRIGAÇÕES EM CIRCULAÇÃO	917.862.122,69	928.858.155,02
RESTOS A PAGAR PROCESSADOS	21.245.021,37	193.909.194,78
CONVENIOS A PAGAR	11.174.625,86	11.757.475,33
DEBÍTOS DIVERSOS A PAGAR	10.070.080,51	94.197.689,45
RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	638.606.320,05	253.642.440,79
A LIQUIDAR	638.606.320,05	253.642.440,79
RECURSOS ESPECIAIS A LIBERAR TRANSFERÊNCIA	228.175.992,32	210.268.854,89
RECURSOS A LIBERAR PARA PAGAMENTO DE RP	29.818.808,93	29.658.694,70
VALORES PENDENTES A CURTO PRAZO	37.732.934,88	38.054.826,59
VALORES DIFERIDOS	37.732.934,88	38.054.826,59
PASSIVO NÃO FINANCEIRO	-666.428.189,02	-280.341.135,66
OBRIGAÇÕES EM CIRCULAÇÃO	-666.428.189,02	-280.341.135,66
RECURSOS A LIBERAR PARA RESTOS A PAGAR	-20.818.050,97	-26.688.634,79
RECURSOS A LIBERAR PAGAMENTO DE RP RETIFIC.	-29.818.808,93	-29.658.694,70
RETIFICACÃO DE RP NÃO PROCESSADOS A LIQUID.	-638.606.320,05	-253.642.440,79
PASSIVO REAL	287.248.464,98	344.692.452,99
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	84.936.748,49	140.216.413,91
PATRIMÔNIO CAPITAL	134.494.074,99	55.119.327,62
PATRIMÔNIO	134.494.074,99	55.119.327,62
RESULTADOS ACUMULADOS	0,03	0
RESULTADOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	0,03	0
RESULTADO DO PERÍODO	198.995.420,41	-45.097.085,89
SITUAÇÃO PATRIMONIAL ATIVA	351.748.186,41	254.286.029,07
SITUAÇÃO PATRIMONIAL PASSIVA	-162.750.770,00	-240.343.094,96
PASSIVO COMPENSADO	-3.547.730.917,33	-3.388.724.286,22
COMPENSAÇÕES PASSIVAS DIVERSAS	-3.547.730.917,33	-3.388.724.286,22
VALORES, TÍTULOS E BENS SOB RESPONSABILIDADE	542.039.167,70	331.388.931,71
DIREITOS E OBRIGAÇÕES CONVENCIONADAS	2.927.243.409,03	3.000.530.950,47
DIREITOS E OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS	17.648.200,57	56.804.454,02
COMPENSAÇÕES DIVERSAS	0,03	0,02
TOTAL DO PASSIVO	0,00	0,00

CRITÉRIO DE PESQUISA

UNIV: 0000 SUPERIOR (SAP): N
SUB-ORGAO: ORÇAMENTO FISCAL E GASTO SOCIAL(S):
GESTAO: 01
MES DE REFERENCIA: 01/2011

TIPO DE BALANÇO: 04
TIPO DE ADMINISTRAÇÃO: 1
CONSELHAMENTO COM EXERCÍCIO (S/N): N
AGrupamento: 1

PERÍODO ATE: 31/12/2011
ORGAO: 00001 - FUNDO COORDENADOR DE PESSOAL NÍVEL SUPERIOR CONF. SEM RESTRIÇÃO
MES DE REF.: DEZEMBRO (FECHADO) ANO (FECHADO):
BALANÇO - ORÇAMENTÁRIO

RECEITAS	PREVISÃO ANUAL	PREVISÃO ATUALIZADA	REALIZAÇÃO	EXCESSO/DEFICIÊNCIA - APLICAÇÃO RECEITA
RECEITAS CORRENTES	23.385.514,00	23.385.514,00	23.384.811,00	4.483,00
RECEITAS PATRIMONIAIS	3.147.282,00	3.147.282,00	3.147.282,00	0,00
RECEITAS DE TERCEIROS	3.232.418,00	3.232.418,00	3.232.418,00	0,00
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	20.905.802,00	20.905.802,00	20.905.802,00	0,00
TOTAL	29.670.016,00	29.670.016,00	29.669.313,00	703,00
DEBITO TOTAL	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL GERAL	29.670.016,00	29.670.016,00	29.669.313,00	703,00
DEBITOS				
DEBITOS PATRIMONIAIS	3.147.282,00	3.147.282,00	3.147.282,00	0,00
DEBITOS DE TERCEIROS	3.232.418,00	3.232.418,00	3.232.418,00	0,00
OUTROS DEBITOS CORRENTES	20.905.802,00	20.905.802,00	20.905.802,00	0,00
TOTAL	29.670.016,00	29.670.016,00	29.669.313,00	703,00
DEBITO TOTAL	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL GERAL	29.670.016,00	29.670.016,00	29.669.313,00	703,00

Despesas

a) Receita Remuneração Pessoal
b) Despesa Financeira/Pessoal
c) Despesa Capital Despesa Financeira

TR: 44280001
OR: 04000000
OR: 04000000

RECURSOS DE BANCOS E CAIXA
RECURSOS DE BANCOS E CAIXA
RECURSOS DE BANCOS E CAIXA

DEBITO DO PAGAMENTO PESSOAL
DEBITO DO PAGAMENTO PESSOAL
DEBITO DO PAGAMENTO PESSOAL